



Rui Manuel Lopes de Sousa Morais

**Autarcia e Comércio em *Bracara Augusta* no período Alto-Imperial:  
contribuição para o estudo económico da cidade**

I e II PARTE

Braga

2004



## Calendário da Navegação

Se te domina o desejo da arriscada navegação,  
quando as Pléiades, fugindo da força poderosa de Órion caem no mar sombrio,  
é então que sopram rajadas de toda a espécie de ventos;  
é então, que já não debes ter os barcos no pélagos cor de vinho,  
e que debes lembrar-te de trabalhar a terra, como eu te mando.  
Arrasta o barco para terra e calça-o com pedras por todos os lados  
para que resista ao embate dos ventos que sopram húmidos;  
e retira a cavilha do fundo, para que a chuva de Zeus o não apodreça;  
guarda com cuidado em tua casa todos os aprestos  
e dobra as velas do barco que cruza os mares;  
pendura o bem trabalhado timão acima do fumo da lareira,  
e tu fica à espera da época para navegar, até que ela chegue.  
Então arrasta para o mar o barco veloz  
e acondiciona bem a carga,  
a fim de obteres lucro para trazer para casa.

Hesíodo – Trabalhos e Dias (v. 618-632).

Tradução inédita M. H. Rocha Pereira

## A navegação

Se voltaste para o comércio o teu espírito insensato,  
e queres escapar às dívidas e à fome sem deleite,  
mostrar-te-ei as leis do mar marulhante,  
apesar de nada saber de navegação nem de naus.

Hesíodo – Trabalhos e Dias (v. 646-649).

Hélade, trad. M. H. Rocha Pereira



## Índice do volume

<b>Preâmbulo</b> .....	13
<b>I PARTE</b>	
<b>Introdução</b> .....	21
<b>Cap. I – Breve análise da Geografia Económica</b> .....	27
<b>1. As condicionantes físicas do Minho</b> .....	27
1.1. A Geomorfologia .....	27
1.2. As linhas de resistência e transformações ocorridas nos Períodos pré-romano e romano .....	29
1.3. A mineração no contexto da geografia económica da região .....	32
1.4. O litoral: características e configurações .....	36
<b>2. As condicionantes físicas da cidade</b> .....	39
2.1. As características físicas .....	39
2.2. As possibilidades económicas .....	41
<b>3. As fontes escritas: seu valor e limitações</b> .....	43
<b>Cap. II – Origem e evolução da cidade</b> .....	49
<b>1. Da expansão romana à fundação da cidade</b> .....	49
1.1. A expansão romana .....	49
1.1.1. De <i>D. Iunius Brutus</i> a <i>C. Iulius Caesar</i> .....	50
1.1.2. O período de Augusto .....	52
1.2. A fundação da cidade .....	58
<b>2. De <i>Oppidum</i> a <i>Dives Bracara</i></b> .....	62
2.1. O enquadramento jurídico .....	62
2.2. A padronização e a consolidação da cidade .....	65
<b>Cap. III – O Comércio e os meios de transporte utilizados</b> .....	71
<b>1. O Comércio: factor de desenvolvimento e estabilidade</b> .....	71
<b>2. Os meios de transporte utilizados</b> .....	74
2.1. Os custos de transporte e suas condicionantes .....	74
2.2. Os meios aquáticos .....	80

2.2.1. As profissões associadas ao transporte e Armazenamento de mercadorias .....	80
2.2.2. As embarcações utilizadas no comércio marítimo .....	82
2.2.3. As embarcações fluviais utilizadas .....	84
<b>3. A rede de transportes da cidade no contexto do Noroeste peninsular .....</b>	<b>87</b>
3.1. As vias marítimas .....	87
3.2. As vias fluviais .....	103
3.3. As vias terrestres e a importância da via <i>per loca maritima</i> ou via XX do Itinerário de Antonino .....	109
<b>4. O contributo da epigrafia .....</b>	<b>114</b>
4.1. As inscrições .....	115
4.2. A figura de <i>C. Caetronius Miccio</i> e a existência de <i>negotiatores</i> ...	116
4.2.1. <i>C. Caetronius Miccio</i> : a evolução política de um cidadão ...	116
4.2.2. <i>C. Caetronius Miccio</i> : os cargos assumidos e seu significado .....	116
4.2.3. Os <i>negotiatores</i> : problemáticas relativas à sua proveniência e situação social .....	118
4.2.4. Os <i>negotiatores</i> : o significado da sua presença .....	119

## II PARTE

<b>Cap. I – Os materiais: caracterização sumária das principais intervenções arqueológicas, correlação crono-estratigráfica e metodologia e critérios de apresentação .....</b>	<b>123</b>
<b>1. Caracterização sumária das principais intervenções     arqueológicas .....</b>	<b>123</b>
<b>2. Correlação crono-estratigráfica dos materiais .....</b>	<b>130</b>
2.1. Problemáticas e metodologia de abordagem .....	130
2.2. Análise dos contextos estratigráficos .....	130
<b>3. Metodologia e critérios de apresentação .....</b>	<b>134</b>
 <b>Cap. II – Exemplos de autarcia .....</b>	<b>141</b>
<b>1. Os produtos locais .....</b>	<b>141</b>

1.1. A existência de olarias .....	142
1.2. Marcas e grafitos .....	144
1.3. Os materiais de construção .....	149
1.3.1. Os <i>tubuli</i> .....	149
1.3.2. Os tijolos em aduelas .....	151
1.3.3. Outros tijolos .....	152
1.3.4. As telhas .....	152
1.4. Exemplos de produções locais .....	152
1.5. Produções cerâmicas subsidiárias de outras actividades .....	156
<b>2. A dispersão na cidade dos vestígios relacionados com as     oficinas locais .....</b>	<b>159</b>
<b>Cap. III – As ânforas e os almofazires .....</b>	<b>163</b>
<b>1. As ânforas .....</b>	<b>163</b>
<b>1.1. As ânforas importadas .....</b>	<b>163</b>
1.1.1. As ânforas vinárias .....	163
1.1.1.1. Origem .....	164
1.1.1.2. Conteúdo .....	170
1.1.1.3. Difusão .....	172
1.1.1.4. Cronologia .....	178
1.1.2. As ânforas oleícolas .....	181
1.1.2.1. Origem .....	181
1.1.2.2. Conteúdo .....	182
1.1.2.3. Difusão .....	183
1.1.2.4. Cronologia .....	184
1.1.2.5. A marca <i>L·F·O</i> .....	184
1.1.3. As ânforas piscícolas .....	187
1.1.3.1. Origem .....	188
1.1.3.2. Conteúdo .....	197
1.1.3.3. Difusão .....	199
1.1.3.4. Cronologia .....	206
1.1.4. As ânforas de conteúdo indeterminado .....	210
1.1.4.1. Origem .....	210
1.1.4.2. Conteúdo .....	211



1.1.4.3. Difusão .....	212
1.1.4.4. Cronologia .....	214
<b>1.2. As ânforas Haltern 70: um pequeno “testaccio” de</b>	
<b>ânforas. Considerações e problemáticas de estudo .....</b>	<b>215</b>
1.2.1. Origem .....	216
1.2.2. Os produtos transportados e sua problemática .....	217
1.2.2.1. Os <i>tituli picti</i> e os restos de produtos encontrados .....	217
1.2.2.2. Problemática relacionada com o conteúdo	
das ânforas Haltern 70 .....	218
1.2.3. A difusão das ânforas Haltern 70 no mundo romano e o	
papel dos <i>negotiatores</i> .....	223
1.2.3.1. A difusão no mundo romano .....	223
1.2.3.2. A difusão no actual território Português	
e região Galega .....	223
1.2.3.3. O papel dos <i>negotiatores</i> .....	230
1.2.4. Os vestígios epigráficos em ânforas Haltern 70	
recolhidos na cidade .....	231
1.2.5. Contextualização cronológica: dados relativos ao início e	
final da produção .....	233
1.2.6. Apreciação geral das características formais desta	
ânfora na perspectiva dos materiais encontrados	
na cidade .....	234
<b>1.3. As ânforas de produção regional e local .....</b>	<b>243</b>
1.3.1. Os dados arqueológicos .....	243
1.3.2. As ânforas .....	243
<b>1.4. A dieta alimentar sugerida pelas ânforas .....</b>	<b>247</b>
1.4.1. O vinho e seus derivados .....	247
1.4.2. O azeite e o papel das gorduras animais: uma	
problemática por resolver .....	250
1.4.3. Os preparados piscícolas .....	253
<b>2. Os almofarizes .....</b>	<b>255</b>
2.1. Produções itálicas .....	255
2.2. Produções béticas .....	256
2.2.1. Características morfológicas e de fabrico .....	256

2.2.2. Paralelos e tentativa de ensaio cronológico .....	258
--	-----

**Cap. IV – As cerâmicas finas de mesa (*terra sigillata*, paredes finas**

<b>e cerâmica bracarense)</b> .....	261
<b>1. A <i>terra sigillata</i></b> .....	261
1.1. A <i>terra sigillata</i> de Tipo Itálico .....	261
1.1.1. Formas decoradas .....	262
1.1.2. Formas lisas .....	263
1.1.3. Fundos .....	265
1.1.4. Marcas .....	265
1.1.5. Grafitos .....	267
1.2. A <i>terra sigillata</i> do Sul da Gália .....	268
1.2.1. Formas decoradas .....	269
1.2.2. Formas lisas .....	271
1.2.3. Marcas .....	278
1.2.4. Grafitos .....	279
1.3. A <i>terra sigillata</i> Hispânica .....	280
1.3.1. Formas decoradas .....	280
1.3.2. Formas lisas .....	286
1.3.3. Formas lisas típicas da produção decorada .....	299
1.3.4. Formas diversas indeterminadas .....	300
1.3.5. Formas lisas de produção bética (Andújar e Granada) .....	302
1.3.6. Motivos decorativos .....	304
1.3.7. Marcas .....	308
1.3.8. Grafitos .....	310
<b>2. As paredes finas</b> .....	313
2.1. Paredes finas importadas .....	313
2.1.1. Áreas de produção .....	313
2.1.2. Enquadramento cronológico e análise quantitativa .....	314
2.2. Paredes finas locais .....	316
<b>3. Cerâmica bracarense</b> .....	319
3.1. Características da produção .....	320
3.2. Formas que imitam <i>terra sigillata</i> .....	320

3.3. Formas que imitam <i>terra sigillata</i> com decorações moldadas ....	324
3.4. Formas que imitam paredes finas de Mérida .....	325
3.5. Outras formas .....	325
<b>Cap. V – As lucernas</b> .....	327
<b>1. As séries documentadas e a sua cronologia</b> .....	327
1.1. - 1ª série: lucernas tardo-republicanas .....	327
1.2. - 2ª série: lucernas de volutas .....	328
1.3. - 3ª série: lucernas de disco .....	329
1.4. - 4ª série: lucernas de canal .....	330
1.5. - 5ª série: lucernas “mineiras” .....	331
1.6. - 6ª série: lucernas de bico redondo .....	331
1.7. - 7ª série: lucernas vidradas .....	332
<b>2. Análise iconográfica</b> .....	333
2.1. Grupo I: religião e mito .....	333
2.2. Grupo II: personagens históricas .....	334
2.3. Grupo III: vida quotidiana .....	334
2.4. Grupo IV: fauna .....	335
2.5. Grupo V: plantas e desenhos florais .....	335
2.6. Grupo VI: outras decorações .....	336
<b>3. Os moldes</b> .....	337
<b>4. Marcas e grafitos</b> .....	339
4.1. Marcas .....	339
4.2. Letras e inscrições em lucernas locais .....	345
4.3. Símbolos anepígrafos .....	345
<b>Cap. VI – Análise comparativa dos ritmos e dos padrões de consumo da cidade e considerações sobre o significado da cultura material.</b> .....	347
<b>1. Análise comparativa dos ritmos e dos padrões de consumo da cidade</b> .....	347
<b>2. Considerações sobre o significado da cultura material</b> .....	353

## **Agradecimentos**

Começo este estudo expressando o meu reconhecimento a todas as pessoas e instituições que colaboraram e tornaram possível esta dissertação.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Professor Doutor Carlos Fabião que em mim soube despertar o interesse pelo estudo das ânforas e, desde logo, se disponibilizou a orientar este estudo.

À Professora Doutora Maria Manuela Martins, minha co-orientadora, um muito obrigado pela amizade, apoio e estímulo prestado desde os meus tempos de estudante e por todas as correcções e sugestões a que sempre se prontificou com a maior disponibilidade.

Ao Professor Doutor Jorge de Alarcão agradeço a confiança que em mim deposita e pelos seus ensinamentos como orientador de mestrado e como professor e amigo.

À Professora Doutora Maria Helena da Rocha Pereira, a quem se deve o meu interesse pelo mundo greco-romano, um muito obrigado.

À Dr<sup>a</sup> Manuela Delgado, com quem aprendi a gostar da cerâmica, agradeço o permanente encorajamento que tanto me ajudou em momentos de maior desassossego.

À Dr<sup>a</sup> Isabel Silva, directora do Museu D. Diogo de Sousa (Braga), agradeço todas as facilidades que me concedeu para estudar em condições invejáveis os milhares de fragmentos até à data recolhidos no contexto do “Projecto de salvamento de *Bracara Augusta*”. A amizade, naturalmente, não tem preço!

De entre essas facilidades, quero destacar a colaboração dos funcionários do Museu D. Diogo de Sousa que, no restauro e triagem dos materiais, no desenho e na fotografia, me deram um apoio constante e caloroso. Sem eles este trabalho seria impossível.

Por último, mas não em último lugar, desejo expressar o meu sincero agradecimento aos meus Pais e aos meus Amigos, cujo apoio constante foi imprescindível para levar a bom porto este trabalho. Bem hajam!



## Preâmbulo

Embora conscientes de que todas as periodizações que comumente usamos para o estudo do passado são o resultado de uma escolha prévia e condicionada para melhor o entendermos, decidimos limitar o campo deste estudo a um momento específico da civilização romana, o período Alto Imperial.

Este período coincide, grosso modo, com a fundação da cidade romana de *Bracara Augusta*, até cerca de meados do século III, momento em que se inicia a obra restauradora dos imperadores ilírios que põe fim à profunda crise em que se encontrava imerso o mundo romano, durante a chamada Anarquia Militar (235-268 d. C.). Nesta dissertação ultrapassamos, no entanto, este marco cronológico abarcando os finais do século III, momento da consagração final da autonomia política do Noroeste, com a divisão da *Tarraconensis*, por Diocleciano, que criou a província da *Gallaecia*, entre 284 e 288-9. Será nesta nova conjuntura jurídico-administrativa que *Bracara Augusta* assumirá o papel de capital de província ao reunir os três Conventos *iuridici* do Noroeste e parte do de Clunia (Martins e Delgado, 1989-90 a: 30).

Apesar de este vasto período se caracterizar por uma certa homogeneidade, não podemos deixar de valorizar certos aspectos específicos, em especial aqueles relacionados com a vocação atlântica da cidade, beneficiária de uma relativa proximidade do mar e de vias de circulação fluvial.

Por outro lado, não nos devemos esquecer dos momentos anteriores à fundação da cidade, que permitiram a criação de condições necessárias para a penetração das estruturas oficiais, administrativas e culturais de cariz romano.

Neste ponto, salienta-se o papel das primeiras expedições inseridas no âmbito das guerras lusitanas e das primeiras expedições à Galiza, e a “vocação atlantista” de Júlio César, quando a sua aliança com os Gaditanos lhe permitiu chegar até à cidade de *Brigantium* e levou à rendição das populações indígenas do Noroeste.

Na verdade, como iremos constatar ao longo deste estudo, esta análise segundo uma sequência cronológica não é fácil de delinear, dada a ausência de documentos escritos, epigráficos e arqueológicos que permitam definir com maior clareza momentos inequivocamente diferenciados.

Falar, por exemplo, da época de Augusto no seu todo é uma tarefa demasiadamente incómoda. De facto, trata-se de uma época na qual convivem sociedades e gerações muito diversas.

Falar do “momento augústeo” significa abarcar cerca de meio século, um período mais amplo do que a própria “dinastia flávia”: não se trata de estabelecer unicamente o início de uma nova época nem de um novo estilo de vida, mas antes um momento de compromissos onde perduram elementos arcaicos ao lado de outros elementos inovadores, posteriormente desenvolvidos na dinastia Júlio-Cláudia.

Apesar destas dificuldades, a grande maioria dos estudos sobre este período são unânimes em concordar que Augusto fomentou uma política de equilíbrio, tentando negociar interesses opostos, como eram os do exército e os dos cidadãos, dos senadores e dos cavaleiros, ao mesmo tempo que procurava satisfazer os provinciais.

Como fazemos devidamente realçar, a conquista definitiva do Norte Peninsular neste período significou a continuidade da visão atlantista do seu predecessor favorecendo no futuro as comunicações marítimas no eixo Norte-Sul do Império e, a médio prazo, um permanente contacto com a província da Bética.

Na dinastia Júlio-Cláudia, destaca-se a intervenção de Tibério no sentido de diminuir ou anular o poder do senado na Península, através da destituição de alguns governadores (Balil, 1968: 320). Apesar da escassez de informação quanto à directa intervenção deste imperador na Península, sabemos que ele não abandonou completamente a atenção sobre os territórios atlânticos a julgar pelo desenvolvimento da mineração e dos produtos importados até à data documentados. Não deixa igualmente de ser curiosa a referência a uma embaixada de olisiponenses a este imperador, anunciando que tinha que tinha sido visto e ouvido, numa gruta, tocando búzio, um Tritão e se tinha igualmente avistado na mesma costa uma Nereide em agonia, cujo canto triste os habitantes ouviram ao longe (Plínio, *N. H.* 9, 9; cfr. Guerra, 1995: 39; 122).

As transformações económicas mais significativas desenvolvidas na península, e que conseqüentemente tiveram grandes repercussões no Noroeste peninsular, ficaram a dever-se, entretanto, a Calígula e Cláudio.

Relativamente a Calígula, apesar do seu breve reinado, sabemos da sua orientação atlantista, de carácter claramente cesariano, no sentido de não deixar de atender aos interesses particulares dos comerciantes romanos, tendo sido,

inclusivamente, responsável por mandar erigir um farol em *Gesoriacum* para ajudar a navegação comercial.

O grande momento de incentivo ao comércio no atlântico fica, todavia, a dever-se a Cláudio. Com justiça pode inclusivamente dizer-se que Cláudio proclamou a verdade ao referir-se como o vencedor do Oceano. Durante o seu reinado, além da conquista definitiva do reino mauritano iniciada por Calígula, organizando administrativamente aquele território, deve-se-lhe a ele a construção do porto de Óstia, a abertura do Senado a novos elementos, e a proibição dos abusos e arbitrariedades cometidos pelos governantes das províncias. Neste ponto ficou famoso (TÁC. *An.* VI 27, *Hist.* II, 65) o afastamento do procônsul *L. Arruntius*, substituído pelo seu legado *C. Caetronius Miccio* que, como testemunha uma das epígrafes da cidade romana de *Bracara Augusta*, passou a usufruir de um estatuto privilegiado, passando a ter a seu cargo a jurisdição civil da cidade com a conseqüente substituição do procônsul em todas as anteriores actividades (Alfoldy, 1966: 372; Tovar, 1975 b: 124; Blázquez, 1975; Tranoy, 1981: 163).

Todas estas medidas favorecem as populações litorais, entroncando directamente com a tradição cesariana de criar bases de cidadania provincial à margem da origem dos indivíduos, estendendo-a, inclusivamente a alguns habitantes da *Britannia* (Millán León, 1998: 254). A conquista da *Britannia*, no ano de 43, representa, por sua vez, um outro momento na sedimentação da via de circulação atlântica, fazendo com que esta ganhasse entidade no Império romano (Morais, 1998: 81).

A transição para a dinastia flávia faz-se em período de crise, iniciado pela governação de Nero e a ascensão de Galba.

No reinado de Nero, assiste-se à sublevação dos ástures e, a nível económico, ao fim dos procuradores e à conversão da *Quinquagesima Hispaniarum* em *Quadragesima*, juntamente com a perda de cidades mauritânicas (Balil, 1968: 320-321). Com este imperador temos um problema semelhante ao de Tibério, já que a informação é parca no que se refere ao Atlântico. Todavia, e igualmente a julgar pela continuidade da exploração das minas do Noroeste e dos vestígios materiais das cerâmicas importadas daquele período, é de crer na continuidade do impulso atlantista dos precedentes imperadores. A corroborar esta posição temos, entre outros indicadores cronológicos, a “marmorização” do teatro em *Olisipo*.



Igual impulso poderá ser atribuído ao período correspondente à entronização dos Flávios, dada a amplitude da exploração das minas do Noroeste – a julgar pelas referências de Plínio – e o acrescento do porto de *Brigantium*.

Durante o período flávio deve igualmente destacar-se a importância da concessão do *ius Latii* feita por Vespasiano no ano de 74, que teve como resultados uma maior estabilização política e uma melhoria administrativa das cidades peregrinas que se converteram em municípios e ainda a concessão da cidadania romana a quantos desempenhassem uma magistratura, ou seja, a um sector da população urbana que gozava de certas condições económicas (Plínio, *Nat. Hist.* III, 30). Como resultado destas medidas assiste-se a um processo acelerado de urbanização e promoção jurídica colectiva e individual.

No Noroeste peninsular a política dos imperadores flávios teve particular interesse, além do referido dinamismo nas explorações auríferas, a sua acção está documentada na abertura da nova via romana da Geira e no envio de funcionários superiores da mais alta categoria, como Plínio, primeiro *procurator* conhecido para a região, e do senador *C. Calpetanus Rantius* (Almeida, 1983: 192).

No entanto, é sob os Antoninos, especialmente nos reinados de Trajano e Adriano, que se verifica um período de retoma económica das cidades que se revela em novos projectos de urbanização, resultantes, em parte, da concessão de estatutos de privilégio a diversos núcleos já estabelecidos e na criação de novas cidades (Sánchez León, 1998: 115). Este é também um período que se caracteriza por uma grande actividade na reconstrução e melhoria da rede viária em todo território peninsular (Balil, 1968: 322).

Apesar deste momento de retoma económica das cidades, a visão atlantista, iniciada por Júlio César, perde vitalidade. De facto, depois da época flávia, este impulso parece esgotar-se, traduzindo-se na redução progressiva dos exércitos na *Britannia* e na viragem definitiva para o Oriente. Como resultado, dá-se uma quebra progressiva do tráfego marítimo a partir de meados do século II, bem evidente no registo arqueológico.

Todo este panorama levou a uma profunda transformação do género de vida das populações atlânticas, que criaram novos hábitos, e uma consequente adequação das comunicações terrestres entre o litoral e o interior.

Como noutras regiões, no Noroeste dá-se uma diminuição do tráfego marítimo a cotas inferiores aos níveis da época pré-romana e assiste-se ao desenvolvimento da rede viária terrestre e das produções locais e regionais num contexto de autarcia.

A última dinastia do período alto-imperial, a dinastia dos Severos, nutrida por africanos e sírios, representa uma mudança pela instauração da monarquia de base militar, fruto das sublevações dos exércitos provinciais.

Neste contexto, fortalece-se a intervenção do estado nas finanças das cidades e o desenvolvimento do comércio de Estado pela multiplicação de *curatores* estatais (Balil, 1968: 323-324).

Nesta dinastia, sob o reinado de Caracala, estende-se a cidadania romana aos habitantes livres do império no ano de 212. O alcance desta disposição, conhecida como a *constitutio Antoniniana* de Caracala, tem sido largamente debatida pelos historiadores.

No que respeita à Península, o verdadeiro alcance desta disposição não é, todavia, verdadeiramente conhecido. Entre outros aspectos poder-se-á perguntar se, à semelhança do que sucedeu no Egipto, esta disposição não representou mais do que uma atribuição puramente honorífica sem consequências imediatas na promoção jurídica pessoal de alguns sectores da sociedade, dado, por um lado, o elevado número de *cives* já existente (Sánchez León, 1998: 117) e, por outro, a não inclusão de agricultores semi-servis e camponeses livres ainda documentados epigraficamente na Hispânia nos finais do século II (Balil, 1968: 323-324).

O que sabemos, no contexto da economia peninsular, diz respeito à extinção da exploração mineira e a sua activação noutras províncias, como a *Britannia* e a uma certa decadência da vida urbana quando comparada com o início da expansão das *villae*. Este momento coincide ainda com a preocupação dos imperadores, através dos seus legados, no cuidado da rede viária e da tentativa de reanimar as importações dos produtos hispânicos (Balil, 1968: 324).

A consagração da autonomia política do Noroeste dá-se, no entanto, nos finais do século III com a divisão da *Tarraconensis*, por Diocleciano, que criou a província da *Gallaecia* por Diocleciano. Segundo Javier Arce (1986: 49), apesar das razões para este fraccionamento não estarem totalmente esclarecidos, é possível que tal divisão se deva mais a factores de ordem económico, fiscal e militar - tendo em conta um maior controlo das vias nas quais era transportado o imposto (*annona*) e pelas quais se abastecia o exército - do que a considerações étnicas ou geográficas.



## **I PARTE**



## **Introdução**

**Autarcia e Comércio em *Bracara Augusta* no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade**, tema aqui apresentado como tese de doutoramento, vem na sequência do estudo anterior que realizamos sobre *As ânforas da zona das Carvalheiras. Contribuição para o estudo das ânforas romanas de Bracara Augusta* apresentado como tese de mestrado em 1998, sob a orientação do Professor Jorge de Alarcão.

O tema que agora nos propomos desenvolver é talvez ambicioso nas suas fronteiras e cronologia, mas lacunar, certamente, em muitos aspectos. Torna-se assim indispensável, se não justificar, ou pelo menos explicar essas lacunas.

Em primeiro lugar convém salientar que nos cingimos ao estudo do comércio da cidade romana de *Bracara Augusta*, naturalmente inserida no contexto do Noroeste peninsular. Com esta opção pretendemos ganhar em coesão, mas também estamos conscientes de que perdemos em horizontes.

Em segundo lugar, vimo-nos confrontados com a necessidade de fazer o estudo detalhado de todas as ânforas mas, também, das diversas produções cerâmicas importadas presentes em Braga, pois que elas constituem pilares indispensáveis ao estudo que agora nos propúnhamos realizar.

Em resumo, o objectivo essencial deste trabalho é o estudo do comércio de *Bracara Augusta* que tem que assentar em três pilares fundamentais:

- 1) a história da cidade;
- 2) o comércio e os meios de transporte utilizados;
- 3) o estudo dos produtos aqui chegados através das ânforas e de outros materiais cerâmicos importados.

### **I Parte**

A primeira parte consiste numa apresentação sobre o comércio da cidade nos primeiros séculos da sua existência. Esta apoia-se, necessariamente, no estudo dos materiais propriamente ditos, tratados na segunda parte deste trabalho.

No **Cap. I** apresentamos uma breve análise da geografia económica da região, tendo em conta as condições físicas da região minhota e as condicionantes físicas da cidade.

Desta forma procurámos, de um modo **breve e sintético**, esboçar as características do espaço geográfico desta região e as suas desigualdades e desequilíbrios de modo a melhor entendermos as condições económicas subsequentes às estruturas e ao dinamismo do território que levaram à fundação da cidade. Estamos assim conscientes de que o espaço exerceu uma influência multiforme sobre o funcionamento económico da cidade, ao comportar-se, como fonte de recursos, mas, simultaneamente, como obstáculo tendo em conta as características específicas deste território.

Num terceiro ponto deste capítulo apresentamos as fontes escritas tendo em conta o seu valor e limitações. Estamos em crer que apesar da escassez das fontes no marco cronológico-geográfico do Noroeste peninsular, estas não podem ignorar-se, mesmo que não se seja um helenista ou latinista especializado.

O **Cap. II**, intitulado “Origem e evolução da cidade”, apresenta, igualmente de um modo sucinto, os antecedentes da fundação da cidade e sua contextualização no quadro da respectiva fundação e posterior desenvolvimento.

Na primeira parte deste capítulo levaremos em consideração os mecanismos relativos à conquista militar e aos contactos políticos e comerciais resultantes da conquista do Noroeste peninsular. A análise desses mecanismos é importante se considerarmos que existe um consenso generalizado entre os estudiosos do mundo romano em aceitar que a intervenção militar terá condicionado, ou mesmo extinto, as redes de troca anteriormente estabelecidas (Jones, 1997: 192).

Na verdade, a submissão dos povos do Noroeste teve consequências importantes a nível político e económico: as primeiras encontram-se vinculadas à necessária consolidação dos poderes pessoais do *princeps*, cujas vitórias militares serviram de propaganda fundamental; as condicionantes económicas estão relacionadas, acima de tudo, com os próprios benefícios que a acção bélica gerava, resultantes dos despojos de guerra, nos quais se integravam os prisioneiros que seriam objecto de venda como escravos, mas também as possibilidades económicas fruto da conquista de novos territórios e sua exploração.

Abordamos ainda a problemática da fundação da cidade, tendo em conta o processo de assimilação das elites locais, antes e após a sua fundação, essencial, não só para o controlo da administração local, mas, também, para um não menos importante meio de controlar um vasto território conquistado. Estes aspectos são deveras significativos se considerarmos, como afirma W. S. Hanson (Hanson, 1997: 78), que o império romano era um sistema pró-activo em que os imperadores, ou os seus agentes, interferiam dum modo regular e surpreendentemente consistente na administração das províncias.

Neste contexto, e à semelhança do sucedido noutras cidades (*id.*, *ibidem*), as diligências romanas na extensão da cidadania a magistrados e a promoção do culto imperial em *Bracara Augusta* podem ser encaradas como um processo articulado com o desenvolvimento urbano, baseado no modelo romano, e uma tentativa de estabelecer focos de lealdade ao Imperador, particularmente entre os indígenas da elite local que serviam como sacerdotes.

Dada a prática ausência das fontes literárias, com excepção das fontes epigráficas, estamos fortemente limitados às evidências arqueológicas para melhor entender aquele processo.

Conscientes desta problemática, tentaremos, todavia, contextualizar a evolução jurídica de *Bracara Augusta*, recorrendo sempre que se justifica aos dados epigráficos, de modo a melhor enquadrar os diferentes momentos do crescimento económico da cidade. Enquadra-se nesta perspectiva a própria extensão do sistema de *ciuitas*, no qual se insere a cidade, pressupondo um poder centralizado com as elites regionais numa posição de destaque e, simultaneamente, a expansão dum cultura homogénea com marcado cariz romano. A necessidade desse equilíbrio teria certamente resultado numa complexa negociação de projectos externos e internos, pondo em confronto a autoridade imperial e as populações indígenas, circunscritas às suas circunstâncias locais e históricas.

Para enquadrar o tema do comércio de *Bracara Augusta* dentro dos parâmetros globais do Império e seu papel como centro redistribuidor no Noroeste peninsular, apresentamos um outro capítulo, **Cap. III**, intitulado “O comércio e os meios de transporte utilizados”. Aqui destacamos o papel do comércio como factor de desenvolvimento e estabilidade, fazendo uma breve alusão aos meios de transporte utilizados em época romana e a especificidade dessa rede no contexto do Noroeste



peninsular. Ainda dentro deste capítulo não podemos deixar de fazer alusão à importância das epígrafes relacionadas com a economia e comércio da cidade, com destaque para existência de *negotiatores* documentados no período de Cláudio.

Procuramos, assim, contribuir para o estudo desta cidade romana nos primeiros momentos da sua existência, momentos esses vitais para a sua grandeza posterior à qual, em época tardia, Ausónio (*Ordo*, XI-XIV) se referiu do seguinte modo: “*quaeque sinu pelagi jactat se Bracara Diues*” (“junto às praias do mar *Bracara* orgulha-se da sua riqueza”).

## II Parte

Como referimos, a segunda parte deste trabalho consiste no estudo dos materiais cerâmicos. Aqui levamos em consideração a dupla natureza da economia romana: a da **autarcia** e da **economia comercial** e mercantil.

No **Cap. I** fazemos uma caracterização sumária das principais intervenções arqueológicas efectuadas em Braga ao longo de cerca de trinta anos e apresentamos uma análise crono-estratigráfica dos materiais, seguida dos critérios de apresentação dos mesmos.

Aqui constatamos que a maior parte das zonas arqueológicas intervencionadas não possui sequências estratigráficas seguras, fruto das profundas remodelações ocorridas ao longo do tempo de vida da cidade, muitas das quais sacrificaram, ou perturbaram, os estratos dos períodos mais antigos. Nesta situação inerente à própria realidade da arqueologia urbana, destacaram-se, todavia, algumas sequências que permitiram definir cinco períodos ou fases que agrupam diversos estratos ou unidades estratigráficas (U. E) com características comuns.

O **Cap. II**, está directamente relacionado com as produções locais que alimentaram o abastecimento interno da cidade e da sua área de influência. Os vestígios dessa produção e os exemplos das produções cerâmicas apresentadas mostram, por si só, a diversidade de actividades possíveis, reflexo apreciável do grau de autonomia produtiva, orientação comercial e dimensões da cidade.

Todavia, como o objecto deste estudo é preferencialmente o comércio a longa distância, demos especial protagonismo aos materiais importados, naturalmente

enquadráveis numa economia em larga escala. A apresentação destes materiais, repartidos pelos Cap. **III** a **IV**, é feita numa perspectiva puramente económica, com o estudo dos seus mercados, das suas rotas, dos seus instrumentos, da sua evolução e seu potencial de consumo de acordo com a densidade da população e poder de aquisição. No entanto, dada a quantidade de informação recolhida no estudo de cada tipo de cerâmica, optámos por apresentá-la individualmente ou agrupá-la consoante a especificidade da sua problemática.

Neste sentido, começamos por apresentar as ânforas no **Cap. III**, dado transportarem bens de consumo de primeira necessidade e, como tal, importantes para conhecer os respectivos mecanismos económicos. Directamente relacionados com estas incluem-se, ainda neste capítulo, os almofarizes que sistematicamente acompanhavam as ânforas da mesma proveniência.

Apesar da importância inegável das ânforas, desde logo nos apercebemos que querer separar o estudo do material anfórico do resto da produção cerâmica importada até à data recolhida na cidade, seria oferecer uma visão muito parcial do comércio nos primeiros séculos de vida da cidade. Optámos assim por igualmente valorizar num outro capítulo, o **Cap. IV**, as cerâmicas finas recolhidas na cidade. Estas estão representadas pela *terra sigillata*, pela cerâmica de *paredes finas* e a produção de *cerâmica bracaraense*, que, por um lado, imita com grande perfeição aquelas produções e, por outro, teve uma conhecida expansão regional.

A apresentação dos materiais termina com o estudo das lucernas, incluídas no **Cap. V**. Estas representam um bom exemplo da complexidade e inter-relação entre a autarcia e a economia de mercado da região e, em particular, da cidade. De facto, a produção abundante de lucernas serve para demonstrar que a cidade além de centro receptor e redistribuidor, foi igualmente um dos maiores centros de produção destes bens que tiveram uma ampla difusão regional.

No **Cap. VI**, faz-se uma análise comparativa dos ritmos e dos padrões de consumo na cidade, apresentando os valores e percentagens dos produtos cerâmicos importados, estimando o número aproximado das quantidades médias anuais e o seu significado para a vida económica e comercial da cidade.

Finalmente, esboçam-se algumas considerações quanto ao significado da cultura material que não pretendem ser exaustivas nem definitivas.

### **III e IV Parte**

A terceira parte deste estudo trata, única e exclusivamente, do catálogo dos materiais. Nesta apresentação seguimos a sequência dos capítulos anteriormente apresentados para cada tipo de material. No caso das decorações e das marcas, optámos por uma descrição exaustiva na convicção de que tal apresentação possibilita um conhecimento mais amplo das características e respectivos paralelos para cada exemplar.

Apresentamos ainda como complemento deste estudo um pequeno apêndice numismático e a listagem da bibliografia consultada.

Na quarta e última parte, seguem-se as estampas das peças apresentadas em catálogo, que igualmente obedece à ordem de apresentação exposta nas partes II e III.

# Cap. I – Breve análise da Geografia Económica

## 1. As condicionantes físicas do Minho

### 1.1. A Geomorfologia

A cidade romana de *Bracara Augusta* insere-se no território designado Entre Douro e Minho, ou simplesmente Minho (**Fig. 1**). Incluído na “região geográfica” do “Norte Atlântico”, segundo a nomenclatura de Orlando Ribeiro (1998: 144), este território possui uma especificidade geomorfológica muito marcada, resultante da natureza geológica (**I**), do relevo (**II**), das condicionantes climatéricas (**III**) e do revestimento vegetal (**IV**). Esta especificidade exerceu uma influência determinante na forma e no rendimento da agricultura e, indirectamente, na densidade da população, na divisão do solo e na rede viária, que muito iria beneficiar a exploração dos recursos minerais.

(**I**) Do ponto de vista litológico, o Minho está situado no complexo Centro Ibérico constituído por formações metamórficas de xisto grauvático, de tipo Plisch, interrompidas por importantes intrusões de rochas eruptivas, graníticas (alcalinas e post-tectónicas), estriadas por alinhamentos quartzíticos que possuem uma orientação NO/SE e O/E. Nesta região é ainda possível observar uma grande variedade de outras rochas, quer quanto à sua génese e forma como aparecem, quer quanto ao aspecto que apresentam e à sua importância económica. Estão neste caso as rochas sedimentares, em especial o caulino, presente ao longo da costa litoral e das principais linhas de água fluviais.

(**II**) Sob o ponto de vista do relevo, esta região é definida por duas áreas com características distintas e contrastantes: a primeira, demarcada por relevos vigorosos e de topos aplanados, correspondentes às serras da Peneda, Soajo, Amarela e Gerês, separados por grandes e largos vales resultantes da fractura de orientação bética (ENE-OSO); a segunda, constituída por uma faixa litoral, verdadeiramente plana, com planícies aluviais largas em direcção ao mar (Pimentel, 1997: 49). Na verdade, um simples golpe de vista sobre a carta Hipsométrica da Península basta para nos mostrar

que a feição planáltica que caracteriza a região central e setentrional espanhola caracteriza também o norte de Portugal; simplesmente, à medida que entram no nosso território até ao mar, acompanhando os vales dos rios, que simultaneamente se espriam, originado junto à costa extensas planícies de aluvião (Girão, 1960: 70).

(III) Esta exposição, constituída em “anfiteatro voltado para o mar” (Ribeiro, 1991 b: 1243; 1995: 264; 1998: 145), pela sua larga abertura e perpendicularidade em relação à costa, permite a penetração dos ventos marítimos e origina uma humidade relativa muito elevada (*id.*, 1991: 1243-4; 1998: 101).

A uniformidade do clima advém, aliás, dessa situação em “anfiteatro” completamente aberto ao Oceano e da trajectória geral das depressões vindas do Ocidente (*id.*, 1995: 268). Segundo as indicações de Orlando Ribeiro (*id. ibidem*), “a temperatura média anual é de 15°, a amplitude de 12°4, a precipitação de 1336 mm em 116 dias: os meses mais chuvosos são de Outubro a Março, mas nenhum recebe ... menos de 20 mm de chuva”. A precipitação elevada deve-se, segundo este geógrafo (*id. ibidem*: 269), à referida disposição em anfiteatro das montanhas e sua independência relativamente às serranias galegas mais próximas e à frequência e duração das depressões atmosféricas, fortemente influenciadas por este anteparo das montanhas.

Como se depreende destes dados, a proximidade do oceano Atlântico actua como elemento moderador de uma amplitude térmica mais acentuada, ainda que, em contrapartida, este factor faça com que a humidade atmosférica existente, praticamente todo o ano, seja, como vimos, bastante elevada. Por outro lado, as estações estivais secas, extensas e pouco quentes, não excedem uma temperatura média superior a 22° C no mês mais quente e nos restantes a temperatura média nunca é inferior a 10° C (Ferreira, 1942; Ribeiro, 1955: 52).

Neste ponto, poder-se-á dizer que a inexistência de uma seca verdadeiramente estival se deve, antes de tudo, à posição em latitude da região do Minho; em segundo plano, à repartição do relevo e sua posição relativamente ao Atlântico.

Também, fortemente influenciado pela presença do Atlântico, vamos encontrar um sistema de ventos predominante, oriundo do quadrante Oeste (do oceano), seguidos dos ventos de Este e de Norte (as famosas nortadas dos meses de verão). Em muito menor escala fazem-se sentir os ventos de Sudoeste e de Noroeste.

(IV) Na cobertura vegetal, o Minho possui uma história muito complexa: ela associa as chamadas plantas “reliquias” e plantas nativas, ainda existentes no séc. XIX

(Ribeiro, 1967: 102-104), a outras importadas que adquiriram posteriormente um desenvolvimento espontâneo ou mesmo se multiplicaram por meio de culturas mais ou menos artificiais.

As chamadas “plantas relíquias”, constituídas por tojos, urzes, giestas, fetos e silvas, apenas sobrevivem em recantos abrigados e, como tal, podem ser consideradas como relíquias endémicas. As plantas de origem local estão representadas por árvores copadas de folha caduca, em particular por bosques de carvalhos e de castanheiros. A espécie dominante é o carvalho alvarinho ou roble (*Quercus robur*), que se faz acompanhar por uma gama variada de outras espécies atlânticas como a aveleira, o videeiro, o plátano, o choupo, o freixo, o ulmeiro e o teixo. A restante cobertura vegetal, agora dominante, é constituída por bosques de pinheiros que, até ao século XIX, apenas ocupavam áreas litorais, em substituição das matas de carvalhos.

Nas zonas mais baixas das montanhas, cobertas por zonas de aluvião e vertentes, a cobertura vegetal está especialmente representada pela policultura intensiva dos cereais. Nas planícies multiplicam-se os campos de legumes e a cultura do milho, ainda que a rotatividade, mais ou menos artificial, permita uma produção constante sem esgotamento dos solos. Com alguma frequência, a separação destes campos de cultivo faz-se por intermédio do sistema da vinha alta ou de enforcado, ou mesmo, pelo plantio de oliveiras. Por vezes, ao longo das linhas de água, constata-se a existência de choupos e salgueiros.

É esta diversidade de evolução e de relações ambientais que dá complexidade à cobertura vegetal da região, cuja fisionomia associa retalhos complementares, comandados por acidentes de relevo e condições climáticas, hidrográficas e dos solos, bem como pela intensidade e diversidade das intervenções humanas.

## **1.2. As linhas de resistência e transformações ocorridas nos períodos pré- romano e romano**

Em todas as épocas, o meio natural apresenta linhas de resistência que importa considerar. O que varia de uma época para outra é o nível das técnicas utilizadas, directamente relacionado com o número de sucessos ou de derrotas do homem em luta contra essas linhas de resistência.

Coincidindo com os fins do Bronze Final e continuando ao longo do Iº Milénio a. C., entramos no período climático sub-atlântico, caracterizado por um aumento das temperaturas e da humidade, e por conseguinte da vegetação arbórea. Estas condições climático-florestais teriam provavelmente sido as responsáveis pela fixação das comunidades no interior, estabelecendo os seus *habitats* em zonas alcandoradas de acrópole, em detrimento das zonas mais baixas, de vale, que estariam cobertas de vegetação e em muitos lugares ocupadas por lameiros e zonas semi-pantanosas que obrigavam a grandes esforços de drenagem que a tecnologia pré-romana não estava em condições de suportar (Calo Lourido, 1997: 58; 78-79). Por outro lado, a fixação das comunidades em zonas elevadas permitia, para além dum maior controlo defensivo no caso de hipotéticas ou reais incursões ofensivas, a defesa das pessoas e dos animais domésticos de potenciais ataques dos predadores (*id. ibidem*: 79) (**Fig. 2**).

Os dados climáticos que possuímos para esta região no Iº milénio a. C. são, no entanto, escassos, e aqueles que existem retratam apenas o Norte de Espanha. Os dados proporcionados por esses estudos, em particular a partir dos diagramas polínicos (Aira Rodriguez e Vázquez Varela, 1985: 245), dão-nos conta, para aquele período, de uma deflorestação gradual, coetânea com um desenvolvimento de espécies arbóreas que exigem muita humidade (*Fagus, Corylus Castanea, Betula, Alnus*) e pela extensão da agricultura cerealífera. Todavia, como mostrou Manuela Martins, os melhores solos do Noroeste, existentes nas vertentes baixas e nas planícies de aluvião, não foram relevantes para as comunidade agrícolas deste I Milénio, devido a uma série de obstáculos, resultantes de vários factores de natureza edáfica, mas também da própria erosão dos solos, desencadeada por uma deflorestação crescente, resultante da implantação sistemática de novos povoados (*vid. Martins, 1990: 197-8*).

Segundo esta investigadora (*id. ibidem*: 1998; 203), a criação de animais, a recollecção e a própria caça devem ser consideradas actividades de não somenos importância no sustento destas comunidades proto-históricas, mas valorizando o papel importante que desempenharam na sua economia agro-silvo-pastoril. As estas devem acrescentar-se as actividades ligadas à pesca marítima e fluvial exercidas em estabelecimentos situados nas proximidades da costa. Tais estabelecimentos exploravam intensamente o mar, através da pesca com redes e anzóis - a partir de embarcações e em terra firme - e procediam à recolha de crustáceos, equinodermos, bivalves e gasterópodos próprios de fundos com lodo, arenosos e rochosos da zona intermareal (Vázquez Varela, 1980: 201).

Neste ponto, Alberto Sampaio (Sampaio, 1923) - o único historiador que aliou ao manejo seguro dos documentos o conhecimento profundo da vida rural - tentou reconstituir os traços essenciais da economia do Noroeste que ocorreram desde a Idade do Ferro até à Idade Moderna. Desde logo, realçou a elevada densidade populacional nesta região, pelo menos desde a época “dos castros”, e a responsabilidade da ocupação romana na descida das comunidades para as terras baixas e na criação de centros urbanos e de unidades agrárias (*id. ibidem*: 39-40), especialmente representadas pela *uillae* rústicas que em épocas tardias geralmente evoluíram para paróquias medievais (*id. ibidem*: 77).

Apesar de algumas reservas apontadas por dois trabalhos de síntese (Alarcão, 1980: 3-11; Martins, 1995: 73-114) relativamente à verosimilhança da evolução que Alberto Sampaio traçou, continua a faltar um trabalho de síntese que dê continuidade à obra deste autor.

Manuela Martins (*id. ibidem*: 73-114), no trabalho acima referido analisou a ocupação sob domínio romano de um território imediatamente próximo da cidade de *Bracara Augusta*, correspondente à área compreendida entre os vales do Neiva e Ave (**Fig. 3**), valorizando, para além dos dados meramente arqueográficos, a hierarquia de povoamento e as características da paisagem agrária. Neste trabalho, a autora considera que:

- a ocupação romana obedeceu a dois tipos de povoamento: um **concentrado** que inclui povoados fortificados e povoados abertos e outro **disperso**, caracterizado por novos tipos de habitat (*uillae*, casais, unidades industriais e *mansiones*) (*id. ibidem*: 82-101);
- esta ocupação teve como consequência a passagem de uma organização hierárquica e centralizada de povoamento, pelo menos em finais do séc. I a. C., para uma organização político-administrativa criada na região pelos primeiros imperadores romanos, através do papel da rede viária e das cidades que passaram a controlar grandes territórios políticos e económicos, este último pela economia urbana e de mercado em ligação intrínseca com as *uillae* e outros aglomerados secundários (*uici*) (*id. ibidem*: 101-105);
- a dimensão da área urbana de *Bracara Augusta* era proporcional ao seu vasto território económico, cuja riqueza seria drenada para a cidade, através das elites rurais (*id. ibidem*).



Recentemente dados ambientais disponíveis para o 1º Milénio, obtidos pela Palinologia, Antracologia e Paleocarpologia, permitem considerar que a paisagem que envolvia os povoados era pródiga de recursos, revelando uma clara diminuição das áreas de floresta, com aumento de clareiras para cultivo associada a uma agricultura de regadio e usos sistemático do arado (vid. Martins, 1996 b). Segundo Manuela Martins (*id. ibidem*: 130), “*o domínio romano da região mais não conseguiu senão racionalizar, sob outra lógica, mais orientada para o mercado, a exploração dos recursos agropasporis dos vales*”.

### **1.3. A mineração no contexto da geografia económica da região**

De acordo com os vestígios de jóias achadas em recintos proto-históricos (braceletes, diademas, pendentes, colares, argolas ou brincos), sabemos que as populações do Noroeste conheciam o tratamento dos metais e, mais precisamente, do ouro (Domergue, 1970a: 263-264; Sánchez-Palencia, 1983: 31-34; Silva, 1986; *id.* 1990; Fernández Carballo, 2001: 133-141; Domergue, 1990: 166; Perea Caveda e Sánchez-Palencia, 1995).

Como indica Floro (2, 33, 59-60), após a pacificação definitiva do Noroeste peninsular, o imperador Augusto ordenou medidas específicas para a exploração dos recursos minerais. Para tal, o poder romano, desde logo, disponibilizou todos os meios técnicos e de engenharia com vista à extração, controlo e transporte daquele metal para Roma. A exploração do ouro deixou de ser um recurso artesanal para se converter numa verdadeira “empresa industrial”, sob a vigilância e controlo do Estado (Perea Caveda e Sánchez-Palencia, 1995: 21).

A mineração passou a ter um papel predominante na actividade económica da região e, de um modo mais abrangente, na gestão económica do fisco imperial. A peculiaridade da exploração do ouro no Noroeste relativamente a outras regiões na Península reside, precisamente, na sua forma de exploração e no seu papel dentro do sistema monetário romano (Orejas e Plácido, 2000: 29). Não devemos todavia esquecer que este protagonismo do fisco imperial se ficou a dever, naturalmente, a razões de ordem técnica, tendo em conta a envergadura das infra-estruturas que não seriam rentáveis para pequenos proprietários (Perea Caveda e Sánchez-Palencia, 1995: 63).

Textos epigráficos corroboram esta situação, assinalando nomeadamente a presença de *procuratores metallorum* como consta nas inscrições de Villalís e de

Luyego (Le Roux, 1982: 241-245, nº 241-251; 272) e a presença de militares nos mesmo locais e em Três Minas, não para protecção ou manutenção da ordem, mas com fins preferencialmente técnicos como, por exemplo, a construção de infra-estruturas hidráulicas ou mesmo administrativas (Domergue, 1986: 33-37).

A implantação e desenvolvimento da mineração do ouro nesta região esteve ainda directamente relacionada com a necessidade de cunhagem de moeda para fazer frente ao pagamento dos exércitos e para controlo da expansão comercial associada a uma actividade urbana crescente (Perea Caveda e Sánchez-Palencia, 1995: 20).

Nesta perspectiva, a criação de centros urbanos determinada por Augusto após o fim das guerras cantábricas mostra o interesse que este imperador dedicou à região com a criação de três grandes cidades no Noroeste: *Bracara*, *Lucus* e *Asturica*.

Entre os sítios mais importantes do *territorium metallorum* romano contam-se as jazidas de Três Minas, de Gralheira e Campo de Jales (Mina dos Mouros) localizadas nos prolongamentos do sudoeste da Serra da Padrela, no NE transmontano e incluídos na faixa de xistos auríferos que se continua pelas províncias de Orense, Lugo, Zamora, Léon e Oviedo.

Estes conjuntos são um importante testemunho da valorização de jazidas primárias numa zona periférica: sendo domínio imperial e fiscal, estas minas, durante os dois primeiros séculos da nossa era, foram exploradas numa escala industrial, através da exploração e tratamento de sulfuretos polimetálicos complexos, com elevados teores de ouro e prata (Wahl, 1998: 57).

A partir das estruturas conservadas do espólio como, por exemplo, as ferramentas de mineiro e elementos do equipamento mecânico, foi possível identificar significativos detalhes de carácter histórico e técnico utilizado pelos romanos. De entre estes identificou-se a utilização do meio do desmonte por meio do fogo, referido por Plínio (*Nat. Hist.* 33, 71), a extracção por poços mediante cabrestantes, o transporte em galerias através de carros e a trituração do minério bruto por moinhos de quatro pilões (Wahl, 1998: 57).

Segundo cálculos provisórios efectuados pelo autor (*id. ibidem*: 68), calcula-se um volume da ordem de 15 a 20 milhões de toneladas de rocha e minério extraídos apenas das grandes cortas de Três Minas, e o equivalente em ouro de cerca de 15 000 a 20 000 kg (*electrum*). Avaliando ainda uma exploração efectuada ao largo de 150 anos, o autor (*id. ibidem*) calcula uma produção anual de cerca de 100 a 130 kg. de ouro, para

além de uma considerável produção de prata (numa proporção de 1/10 no contexto do minério bruto).

Nas minas de Jales, a cerca de 6 km. de Três Minas em linha recta, foram encontrados, em cerca de 1.200m. de extensão, trincheiras e poços onde foram recolhidos, à semelhança de Três Minas, diferentes materiais de época romana datáveis do período alto-imperial (Almeida, 1970: 296). Jales corresponde, efectivamente, a uma grande jazida de mineração aurífera em território português. Na continuação destas minas, apareceram ainda vestígios de época romana em minas situadas na margem esquerda do rio Douro, em Penedono.

No distrito de Bragança existem vestígios de mineração romana em Ervedosa (Couto mineiro de Vinhais, freguesia de França), em Urrós (no Buraco dos Mouros, Torre de Moncorvo), no Lugar do Seixo (Ansiães), em Macedinho (Vila Flor) e, provavelmente, em S. Salvador e Vila Verde (ambas no concelho de Mirandela), onde existem restos de explorações representados por galerias, poços e trincheiras (Almeida, 1970: 298).

Mais a sul, nas proximidades da cidade de Chaves, são ainda conhecidos vestígios evidentes de explorações mineiras romanas para a extracção de ouro, do qual se destaca o chamado Poço das Freitas, com uma abertura de 100x80m, situado entre Nogueira, Sapelos e Bobadela (Almeida, 1970: 297).

Na região do Alto Minho existem, paralelamente, vestígios de trabalhos mineiros de certa importância resultantes de explorações romanas em jazidas auríferas, como parece demonstrarem os achados de objectos variados relacionados com a lavra mineira: material de iluminação, ferramentas, cordas, restos de vestuário, baldes, roldanas e rodas hidráulicas (Lima e Gomes, 1999). De entre as várias explorações mineiras aí documentadas, as mais importantes encontram-se no distrito de Viana do Castelo, onde se registaram escombreciras na Serra da Arga, filões em Grovelos, poços e galerias em Monte-Mor, e desmontes, poços e galerias em Tinas (Almeida, 1970: 289).

No limite sul do território do Noroeste peninsular, nas proximidades do Porto, na Serra das Banjas, há uma grande zona com mais de 60 km de comprimento, na direcção de Paredes, Valongo, Gondomar, passando depois o rio Douro para Castelo de Paiva, onde se extraiu grande quantidade de minérios auríferos em época romana. Desta ampla zona destacam-se as minas auríferas da região de Valongo pela sua importância em época romana (Pinto, 1993). Aqui, na chamada Pirâmide de St.<sup>a</sup> Justa, são bem visíveis as marcas de antigas explorações romanas, constituídas por poços, uns quadrados,

outros circulares, e uma galeria que se inicia 7 m. acima do nível da Ribeira de Valongo e se abre em desmonte, a céu aberto, a 300m. de distância da entrada (Almeida, 1970: 290).

Em época romana, os filões começaram por ser desmontados a céu aberto, a partir dos afloramentos, por meio de escavações que progrediram em profundidade seguindo os caprichos morfológicos do terreno, e à qual se dá o nome de “bolsadas” ou “ore-shoots” (Dias de Carvalho, 1978: 13). Para além deste núcleo mais importante, outros vestígios podem ainda estar subjacentes a uma série de outras elevações com cerca de 300 m de altitude: Santa Justa, Pias, Santa Iría e Banjas (*id.*, *ibidem*).

Para além dos vestígios da mineração romana em minas não devemos esquecer a recolha de ouro em grânulos e pepitas nas aluviões dos rios, entre os quais o rio Douro e o rio Sabor (Almeida, 1970: 298).

A vastidão e importância deste recursos no Noroeste peninsular e no restante território do Norte da Península levará o estado romano a criar, nos finais do século I, a procuradoria das Astúrias e Galiza, responsável pela administração das minas e, como referimos, a manutenção das tropas estacionadas no território (Domergue, 1970a: 270-271; Domergue, 1970b: 14-15). A extinção desta procuradoria financeira e com cargos específicos para o Noroeste (como o *procurator* de *Asturia* e *Gallaecia*) em meados do século II / inícios do século III deverá, com alguma probabilidade, ser atribuída a uma baixa de produção na indústria mineira desta região (*id.*, 1970a: 279; *id.*, 1970b: 15-18; *id.*, 1990: 288-289; Sánchez-Palencia, *et alii*, 1994: 251), relacionada com repercussões no sistema monetário romano (Sastre e Orejas, 2000: 289-290), que levou à metalização da moeda de ouro (Perea Caveda e Sánchez-Palencia, 1995: 63).

No contexto da mineração, a rede viária foi primordial na política económica do poder romano dado que a sua construção e conseqüente conservação facilitou a rápida saída dos metais e matérias primas extraídos nesta região.

As comunicações tanto terrestres como marítimas e fluviais na região foram, de facto, essenciais. A demonstrá-lo, a existência de um conjunto de vias (*Vias XVII, XVIII, XIX e XX “per loca maritima”*), a que vinham unir-se ramais e vias secundárias e a existência de rios navegáveis e dum litoral que permitia igualmente escoar grandes quantidades de minério.

#### 1.4. O litoral: características e configuração

Como se sabe o litoral do Noroeste, de feição atlântica, é banhado por massas de água e de ar com características oceânicas. Neste ponto, o litoral norte possui um regime de marés com uma ondulação forte ou, até, alterosa, de direcção oeste ou noroeste. Aqui, as ondas, com um regime bidiurno e amplitude moderada (cerca de 2,5 m em média, menos de 4 m nas marés vivas), transmitem-se de sul para norte ao longo do litoral (Daveau, 1998: 56). O litoral português é assim percorrido por uma corrente, de norte a sul, e, no Algarve, de oeste para este, que se deve essencialmente à circulação geral determinada pela posição do anti-ciclone dos Açores. Também a temperatura e a salinidade das águas aumentam quando se caminha para o sul, embora as variações não sejam muito consideráveis (Moreira, 1987: 57).

As correntes marinhas gerais favorecem a navegação de altura no sentido este-oeste na faixa costeira cantábrica e no sentido sul no Atlântico (Naveiro, 1991 a: 116). A navegação no sentido contrário - para norte na costa portuguesa e este na costa cantábrica - carece de problemas de navegabilidade apenas durante os meses de primavera (*id. ibidem*).

O relevo litoral português responde às características litológicas do país. No Norte, húmido e euro-siberiano, mesmo na sua versão meridional, as rochas cristalinas que constituem o conjunto orográfico do Minho e Trás-os-Montes, cheias de irregularidades, determinam as peculiaridades principais de uma costa de elevação que se estende até à desembocadura do Douro. A distribuição dos sedimentos sobre a plataforma continental apresenta alguns contrastes entre o norte e o sul: até Peniche predominam as areias junto à costa e os lodos a maior distância. Apenas frente ao litoral do Minho surge uma linha de fundos rochosos (*id. ibidem*: 55).

Esta costa, de traçado maciço e muito pouco recortado, não apresenta grandes reentrâncias que ofereçam refúgio certo ou chanfraduras que entrem pela terra dentro, em baías abrigadas, sendo, pelo contrário, fértil em longas áreas desabrigadas. Esta unidade de contorno contribuiu decerto para que a forma da Península fizesse lembrar ao geógrafo grego Estrabão (III, 1, 30) a pele de um boi estirada – *tergori bovis adsimilis*.

Poder-se-á dizer, todavia, que, na sua generalidade, a costa possui uma cornija baixa e rochosa e uma costa de ampla curva de estuários no Minho que continua durante vários quilómetros, de forma quase rectilínea, até à embocadura do Douro (**Fig. 4**).

Recta, sem inflexões e enseadas, pode-se considerar como uma cornija atlântica brava onde desembocam três dos seus maiores rios, Minho, Lima e Cávado, que formam três grandes vales com vertentes ravinosas e fundo plano, seguindo uma direcção ortogonal (Biro, 2004: 48).

Apesar desta configuração orográfica da costa miniana-duriense não é possível estabelecer, de forma conjunta, as suas características definidoras. Para isso seria inevitável realizar um estudo compartimentado de cada tramo costeiro, tendo em conta os diferentes acidentes costeiros naturais, especialmente promontórios e cabos.

Neste contexto, a análise de cartas náuticas, roteiros e descrições de antigos navegantes é de grande utilidade dado possibilitarem uma melhor definição das estruturas de navegação ao longo do litoral. Como vimos, a costa norte do actual território português com fraca altura de mar e cheia de parciais, com a rebentação a considerável distância, carece de condições favoráveis à navegação; em toda a extensão, faltam elevações protectoras dos portos baixos. Como bem salientou Pierre Biro (Biro, 2004: 55), em geral, o mar banha praias estreitas nas quais são visíveis pontas rochosas encostadas a declives abruptos que parecem orientados por escarpas de falhas.

De facto, contrariamente à Galiza que é penetrada por rias largas e profundas, os vales fluviais do Minho não são muito favoráveis à vida marítima intensa. Excepcionalmente, alguns acidentes, promontórios e baías naturais, proporcionaram – e ainda proporcionam – excelentes lugares de ancoradouro, ainda que potencialmente perigosos em situações de marulhada. A comprová-lo temos a existência de lugares que, tendo servido na Antiguidade como ancoradouros, permanecem hoje em dia com idêntica função. De facto, a morfologia costeira associada ao regime dos ventos, às correntes marinhas e à rede hidrográfica e recursos económicos, facilitou a determinação de rotas e a localização de fundeadouros, embarcadouros ou lugares de troca (Naveiro López, 1991 b: 22).

No entanto, a constante modificação da costa, resultante dum crescimento urbanístico febril dos últimos tempos e da própria dinâmica litoral resultante das transformações incrementadas pela acção de agentes geológicos, marinhos, climáticos, e, naturalmente, antrópicos, dificulta a identificação de estruturas localizadas nas zonas costeiras da Antiguidade, ocultando eventuais testemunhos materiais respeitantes a antigas instalações portuárias.

Neste ponto não devemos, todavia, esquecer que a tendência rectilínea da costa actual resultou de dinâmicas morfológicas mais recentes pelo que, durante o

Quaternário, esta seria mais recortada e com “pequenos golfos” (Meireles: 1992: 156: 200). Na verdade, um estudo mais recente de H. Granja (Granja, 1993: 44), elaborado a partir de estudos geomorfológicos, sedimentológicos, vibrossondagens e acesso a datas de radiocarbono, sugere que o litoral teria sido formado por um sistema lagunar que havia “...permanecido durante centenas de anos incluindo o tempo de ocupação romana, de acordo com os dados das datações” e originando “...unidades litoestratigráficas com “tijuca” (depósitos constituídos por areias limosas, algumas com moluscos de água salobra, com diatomitos incluindo diatomáceas de água doce associadas a espécies de águas salobras, com turfas)...”. Exemplos de contextos semelhantes estão presentes na actualidade na conhecida Lagoa da Apúlia, em Esposende, e, pelo menos até ao século XVI, no porto de Fão, considerado um bom porto de mar (Machado, 1951: 45).

Como complemento à existência de zonas com funções portuárias existia também outro conjunto de estruturas fundamentais no apoio à navegação ao longo da costa: referimo-nos a edifícios que tinham como função comum servir de referência ou aviso aos navegantes, designadamente os faróis ou torres de sinalização.

A existência de instalações portuárias romanas ao longo da costa do NO poderia, no entanto, não pressupor a construção de instalações complementares a estes portos, mas somente o seu funcionamento como simples pontos de transvase de produtos, independentemente de uma actividade comercial maior que devia realizar-se nos núcleos urbanizados. Nesta perspectiva, a comercialização dos produtos poderia processar-se através de pequenas embarcações de carga e descarga, que, dado o escasso calado, e conseqüente facilidade de manobra, poderiam aceder a qualquer ponto da costa, penetrando inclusivamente até ao interior pelas vias fluviais.

Como bem acentuou A. Balil (Balil, 1974: 221), a navegação atlântica aproveitada, em Portugal, a navegação fluvial que permite não só uma penetração para o interior mas também uma ramificação da mesma pela utilização dos tramos costeiros navegáveis dos grandes rios.

Sob outro ponto de vista, a existência de um vasto litoral permitiu o abastecimento de pescado e de sal. A descoberta de numerosos vestígios de salinas associados a materiais romanos como os que foram encontrados na orla marítima a norte do rio Lima (Lemos, 1982: 29; Lemos, 1999: 86) ou sob cordões de dunas, na faixa entre o Neiva (Almeida, 1979 b: 5; *id.*, 1998: 25-26; 32-33) e o Cávado (Lemos, 1999: 86), são disso testemunhos.

## **2. As condicionantes físicas da cidade**

A análise da geografia económica do Minho não se esgota, naturalmente, nas características mais ou menos homogéneas desta região. De facto, essa análise deve ter em conta uma grande diversidade de áreas que constituem sub-unidades geomorfológicas. Como salientou Manuela Martins (Martins, 1990:43), as características geográficas da região devem ser analisadas tendo em conta a diversidade de soluções adoptadas a nível regional, sejam elas ligadas às actividades agrícolas, mineiras ou pecuárias. É nesta perspectiva que começaremos por apresentar o contexto geográfico da fundação da cidade, realçando as características físicas que condicionaram o seu estabelecimento e respectivas possibilidades económicas resultantes de tal escolha.

### **2.1. As características físicas**

*Bracara Augusta* beneficiou de uma importante posição geo-estratégica (Martins, 1990: 221). A cidade, situada nas coordenadas 41.º 36' de latitude e 12.º 39' de longitude N, foi implantada numa zona correspondente a uma pequena colina de pendor suave e de sub-estrato granítico. De acordo com o valor registado na Carta 1: 25.000 do Instituto Geográfico Militar (folha nº 70), o ponto mais elevado, que corresponde à chamada “Colina da Cividade”, tem a cota máxima actualmente perto dos 188 metros.

A disposição oblíqua dos vales em relação à costa e a ramificação dos ribeiros e rios secundários, alinhados de forma ortogonal relativamente aos eixos principais, foram factores decisivos que contribuíram para o desenvolvimento das comunicações (Lemos, 1993: 82).

Apesar de posicionada numa zona soalheira, a cidade apresenta um elevado índice de pluviosidade média anual em consequência dos ventos dominantes do sudoeste, predominantes nos meses de Outono, Inverno e ocorrentes mesmo na Primavera.

O clima da cidade é ameno, com invernos suaves, embora chuvosos, e estios agradáveis, possuindo temperaturas menos elevadas que a média do território português.



A geografia diz-nos que uma região dividida por duas bacias hidrográficas favorece a formação de individualidades distintas, “*onde se apaga a influência dos rios que unem*” (Ribeiro, 1998: 141)”. Como acentuou Amorim Girão na sua Geografia de Portugal (Girão, 1960: 136), “*uma bacia hidrográfica, abrangendo toda a extensão de território cujas águas confluem à mesma artéria fluvial, corresponde geralmente a uma porção de superfície bem individualizada, não apenas por características de ordem física, mas sobretudo de ordem humana e económica*”. Este é o contexto em que foi implantada a antiga cidade romana, situada no fundo de uma depressão amplamente aberta, no limite entre pequenos cursos de água que pertencem à bacia do rio Este (ou Deste; cfr. Leal, 1979: 432), tributário do Ave, e de outros que correm em sentido oposto para norte, em direcção ao rio Cávado (Lemos, 1999: 83). *Bracara Augusta* estava assim situada junto a uma rede de cursos de água que naturalmente favoreceram e ditaram a sua implantação.

Deste rios interessa-nos em particular o rio Cávado, pela sua proximidade imediata à antiga cidade romana de *Bracara Augusta*. O rio Cávado (em latim *Cadavus*, *Cavadus*, *Cavus*, *Celandus*, *Celanus* e *Celenus*), considerado como uma linha estrutural da morfologia do Noroeste peninsular, possui uma extensão de 118 km. Inclui-se no grupo dos cursos fluviais da Península pré-existentes ao arranjo tectónico do maciço galaico-lusitano (Choffat, 1907: 55). Nasce da confluência de diversas nascentes, passa próximo da nascente do Tâmega, em Trás-os-Montes (Montalegre) na Serra do Larouco (segunda elevação do País) a uma altitude de 1500m; atravessa a serra do Gerês, e no Vau do Bico junta-se ao rio Homem (Leal, 1979: 216). Fenómenos de abatimento da zona costeira devem ter-se produzido na sua foz (Girão, 1960: 112). De Barcelos até Montalegre e até à sua confluência com o Homem, possui um leito que segue uma orientação NE/SO. Juntamente com o baixo curso do rio Homem e toda uma extensa rede de ribeiros de orientação quase sempre transversal (N/S e NO/SE), este rio foi estruturante na modelação do relevo e na morfologia contrastante da bacia média do Cávado. De facto, o seu curso, para além de reflectir a acção de acidentes estruturais, tem especial significado na distinção entre o ciclo dos planaltos e o dos vales. Além de servido na margem direita pelas águas dos rios Cabril, Caldo, Homem e Prado, e na margem esquerda pelas do Rabagão, o rio Cávado encontra ainda no carácter pluvioso da região outra grande fonte de reserva.

Na actualidade o assoreamento do litoral português é um facto incontroverso. Neste ponto o Cávado não é excepção. O Cávado encontra-se seriamente assoreado,

pelo que as suas margens são baixas e os vales têm maior abertura, sobretudo na fase final em que o próprio rio parece não ter pressa de chegar ao mar.

## 2.2. As possibilidades económicas

Inserida numa zona ainda de clima mediterrâneo mas com uma forte influência atlântica a vegetação característica desta zona é constituída por matas de sobreiro (*Quercus suber L.*) e azevinho (*Ilex aquifolium L.*), especialmente em áreas ainda não afectadas pela crescente urbanização e rearboreização, com florestas de espécies exóticas onde predominam pinheiros bravos (*Pinus pinaster*) e os eucaliptos (*Eucalyptus globulus*).

Os recursos hidrológicos abundantes na bacia do Cávado e a ocorrência de nascentes, em altitudes muito variáveis, favoreceu seguramente a sobrevivência e desenvolvimento dos povoados em época proto-histórica e sua continuidade em época romana e possibilitou uma fácil irrigação dos campos de cultivo, estivessem eles situados nos cumes ou nas vertentes. A abundância destas nascentes proporcionou ainda a manutenção de ribeiros com um caudal significativo, permitindo a existência de uma fauna piscícola mesmo em períodos de maior estiagem (Martins, 1990: 53). Nas proximidades da cidade, as montanhas envolventes foram garantia de vastos recursos pecuários e silvo-pastoris.

Ao longo dos vales do Ave, do Cávado, do Lima e do Minho, a existência de vastas áreas de solos profundos assegurou o cultivo de produtos cerealíferos, essenciais à sobrevivência das comunidades subsidiárias de uma economia de subsistência. No território contíguo à cidade, os solos eram particularmente férteis, tanto a sul e a leste, nas margens do rio Este e na veiga de Lomar, como a oeste e a norte, nos campos de suave inclinação que se estendiam até à margem do rio Cávado (Lemos, 1999: 86). Estas circunstâncias favoreceram o aparecimento de *Bracara Augusta* e a existência de *uillae* dispostas em cinturas concêntricas sucessivas em relação à cidade (**Fig. 5**). A uma distância de cerca de quinhentos metros de Braga sabe-se da existência de quatro destas unidades: a *uilla* de S. Frutuoso (na área onde no séc. VI foi erguido o túmulo do conhecido bispo); a *uilla* situada em S. Vítor; a *uilla* situada nas proximidades do solar das Ínfias e uma outra, localizada no limite oeste da actual urbanização das Parretas (infelizmente destruída sem qualquer estudo prévio). Uma outra cintura de *uillae* estava por sua vez disposta a cerca de mais de um quilómetro da cidade; dentre estas conta-se a

*uilla* escavada por Luís Fontes em S. Martinho de Dume (Fontes, 1987: 124; *id.* 1994: 76) e a *uilla* de Santarão que, segundo a bibliografia, era adjacente à Senhora do Lírio, em Semelhe (*id. ibidem*).

De acordo com a autora (Martins, 1990; 1995; 1996 a), o registo arqueológico documenta na zona ocidental bracarense a implantação de estabelecimentos rurais do tipo *uilla*, com particular destaque para o vale do Cávado, onde se regista uma implantação precoce, logo no século I, associadas à exploração agrícola da área envolvente da cidade. A este fenómeno está associado um correlativo abandono dos povoados de baixa altitude, cujos territórios económicos passaram a constituir os *fundi* destes estabelecimentos (*id.*, 2001, no prelo).

Como refere Manuela Martins (1990: 52), um dos recursos relativamente abundantes nos terraços da bacia média do Cávado e em menor quantidade ao longo do rio Homem, é a argila, matéria prima de base no fabrico da cerâmica. Nas freguesias de Barreiro (Amares), Prado e Cabanelas (Vila Verde), todas situadas nas margem direita do Cávado, existem abundantes barreiros de argila, numa faixa que se prolonga pelas freguesias de Fornelos, Manhente, Tamel, até Vila Frescainha (Barcelos). Na margem esquerda do rio testemunha-se ainda a existência de barreiros em Padim da Graça (Braga), Areias de Vilar e Milhazes (Barcelos). Esta situação repete-se no concelho de Esposende onde igualmente se verifica a existência de abundantes jazidas de argila nas margens esquerda e direita do rio Cávado. Jazidas de argila ricas em caulinos estão ainda documentadas ao longa da faixa litoral do Norte de Portugal, desde o concelho de Esposende até à faixa costeira da região galega.

Um outro recurso valioso são as jazidas auríferas especialmente presentes nos núcleos da serra do Valongo, do Barroso e da Serra da Padrela (Lemos, 1999: 83).

Na bacia do curso médio do Cávado, os recursos mineiros são relativamente escassos e restringem-se às manchas quartzosas e aos filões pegmatíticos, em especial na franja ocidental de Vila Verde (Martins, 1990: 53).

Nas proximidades da cidade encontram-se também, ainda que de forma escassa, formações áureo-argentíferas na zona da Portela das Cabras (Vila Verde) e em Sobradelo, em forma de filões quartzosos orientados NE/SO (Teixeira, *et alii*, 1975: 52; Martins, 1990: 53). Corroborando algumas informações orais que referem a existência de minas de ouro exploradas pelos romanos, no lugar de Criaz, freguesia da Apúlia, concelho de Esposende (Machado, 1951: 33-34), as investigações geológicas identificaram indícios de explorações antigas de ouro nos filões quartzosos auro-

antimoníferos em local não muito distante, situado na Lagoa Negra (Teixeira, *et alii*, 1975: 43-44).

Mais abundante são as minas ricas em cassiterite, com a mesma formação e orientação das anteriores, situadas em Ribeiro de Seixo, Cerqueiros, Quebrosa, Abelheiras, Tomada de Salgueiro, Vieiros, Fonte Videira, Portela e S. Gens (Teixeira, *et alii*, 1973: 49; Martins, 1990: 53).

No território circundante de Braga estão ainda documentadas minas de ferro, situadas no concelho de Barcelos (Vilar, freguesia de Paradela), e nos limites dos conselhos de Esposende e da Póvoa do Varzim (Thadeu, 1965: 19).

### **3. As fontes escritas: seu valor e limitações**

Estamos longe de conhecer todos os aspectos da história económica da Antiguidade e de entender as razões, modalidades e etapas desse processo.

Estas dificuldades são em parte o reflexo das características e limites da percepção que os antigos tinham da economia e dos factos económicos. Não concebiam a economia como uma ciência autónoma, gerida por leis próprias e susceptível de ser analisada como tal. A percepção que dela tinham não era resultante duma análise estruturada mas consistia antes num conjunto de alusões fragmentadas, imersas em discursos políticos, sociais e éticos. Uma dificuldade acrescida ao estudo da vida económica romana é a tendência para interpretar aquele conjunto de dados como o reflexo de momentos ou fases de um processo histórico linear.

Estas circunstâncias não devem, porém, ser impeditivas de uma análise detalhada das fontes. De facto, ainda que os autores antigos greco-latinos não se tivessem interessado pela produção e pelo comércio, não deixaram de fazer alusões suficientes ao mundo do trabalho para nos permitir induzir algumas características da realidade e da mentalidade da época. Nesta perspectiva, os testemunhos de autores como Plauto, Catão, Varrão, Cícero, Diodoro Sículo, Dionísio de Halicarnasso completam as poucas informações proporcionadas pelos vestígios materiais.

No contexto do Noroeste peninsular, as fontes são mais escassas. Entre estas possuímos os testemunhos de Pomponio Mela e Caudio Ptolomeu que nos deixaram descrições geográficas da fachada atlântica relativa à parte ocidental do Império e referências várias de outros autores.

Pomponio Mela - que nasceu em Tingentera num pequeno estabelecimento nas proximidades de Cádiz - redigiu, possivelmente na época do Imperador Cláudio (cerca de 43 ou 44 d. C.), uma *Chorographia* com o nome de quase 200 cidades (Blázquez, 1976: 80), na qual faz referência à costa atlântica e a um número considerável de rios, incluindo os rios das Rias Baixas. Nesta obra refere ainda o golfo dos Ártabros, descrevendo-o como possuindo uma estreita embocadura e um amplo contorno no qual desembocam quatro rios (vid. Naveiro López, 1991 a: 122, fig. 28; 124). Para esta obra Pomponio Mela contou, para além da sua experiência pessoal, com notícias referidas por outros autores como Salústio, Cornelio Nepote e Varrão. Esta obra possui o mérito de ser a primeira descrição do mundo antigo escrita em Latim.

Claudio Ptolomeu, já em meados do séc. II (90-168 d. C.), indica mesmo as coordenadas geográficas para a localização de povos e cidades e dá-nos, com bastante precisão, uma descrição da costa com as suas baías, promontórios e desembocaduras dos rios (Naveiro López, 1991 a: 124-125).

Um outro autor, Caio Plínio Secundo (23-79 d. C.), o Plínio-o-Velho sobejamente conhecido, que foi *procurator* na *Provincia Hispania Citerior Tarraconense* no tempo do imperador Vespasiano (entre os anos 72 a 74 d.C.), é um dos autores mais representativos, dada a carreira administrativa que desempenhou e lhe permitiu integrar dados de arquivo e de observação directa. A sua descrição da organização política, da geografia e da economia da Hispânia deve entender-se à luz desta sua condição. Da *Naturalis Historia*, elaborada nos anos 75 a 77, interessam-nos aqui, sobretudo, os livros III-IV, que incluem uma detalhada descrição dos aspectos administrativos e, sobretudo, das actividades económicas do Noroeste, especialmente úteis para o conhecimento da mineração de ouro (*N. H.* 33, 78, 80) e estanho (*N. H.* 34, 156-158, 139) nesta região. O autor salienta ainda a importância que as minas do Noroeste (incluídas as da Lusitânia) tiveram para Roma ao referir que delas saíam 20.000 libras de ouro por ano (uns 6.500 kg.).

Para além deste conhecimento “directo” do território, Plínio utilizou a famosa *Orbis Pictus* de Agripa, pintada no pórtico de Vipsania Polla (irmã de Agripa), em Roma, obra terminada após a morte de Agripa, em 12 a. C., pelo próprio Augusto e que constava de um mapa e *Comentarii*, explicando as divisões que apareciam no mapa, medidas e outras informações de carácter diverso (González Alonso, 1997: 183). O carácter enumerativo de diversas passagens da obra de Plínio leva a crer que o autor teve também acesso às *formulae provinciarum*, espécie de estatísticas oficiais do Estado

romano que, no caso da Tarraconense, datam da época de Claudio (*id. ibidem*) e diversos périplos de costas e ilhas do Mediterrâneo e do Oceano Atlântico (Marin Dias, 1988: 409).

Faz ainda uma lista pormenorizada dos povos até então conhecidos, curiosamente todos costeiros, excepto alguns interiores relacionáveis com as principais artérias fluviais de penetração (vid. Naveiro López, 1991 a: 122, fig. 28; 124). Inclui *Bracara Augusta* que denomina *Bracarum oppidum Augusta* (Plínio, N. H. 4, 112).

Informações de carácter geográfico ou etnográfico podem encontrar-se em obras de autores clássicos como Sílio Itálico, Trogo Pompeu e Marcial e em reportórios de estradas, já tardios (do séc. III em diante) como o Itinerário de Antonino, a denominada “2ª tábuca de barro de Astorga” (precisamente a única que parece ser verdadeira, das quatro atribuídas ao duúnviro Lépido) e o Anónimo de Ravena.

O Itinerário de Antonino (*Itinerarium provinciarum Antonini Augusti*) é um documento histórico de objectivo eminentemente prático: consiste numa descrição de rotas com indicação dos lugares de passagem (*mansiones, stationes, mutationes*) e referencia às distâncias entre eles. Apesar do nome deste Itinerário, o autor não foi um imperador da dinastia antonina, pois este documento refere dados bastante posteriores ao séc. II, ainda que não deixe de ser possível que o documento tivesse sido redigido naquele período e tivesse sofrido uma série de correcções e acrescentos em datas posteriores (González Alonso, 1997: 185).

Para a região do Noroeste, o Itinerário de Antonino (juntamente com o referido Anónimo de Ravena) representa um valioso instrumento para um melhor conhecimento da rede de estradas nesta região.

A análise da evolução económica de *Bracara Augusta* está, todavia, dificultada pela prática ausência de fontes literárias, dado que estas apenas se resumem a algumas parcas e simples notícias sobre acontecimentos históricos de carácter político.

Neste contexto, Estrabão, natural de Amasia, na Capadócia, região da Ásia Menor, (viveu entre 64 ou 63 a. C. e 19-20 ou 25 d. C.) assume um papel privilegiado na medida em que nos fornece, ainda que indirectamente, um importante quadro sobre a economia das comunidades do NO, na qual, posteriormente, se veio integrar a cidade de *Bracara Augusta*. Dos 17 livros da *Geographiká* de Estrabão interessa-nos particularmente o livro III, dedicado à descrição da Península Ibérica, a *Iberia*, que é a primeira das terras da *oikomene* a partir do ocidente. Esta obra foi escrita em grego com base em informações várias: de Posidónio de Apameia, que fez a rota costeira da

*Massalia* (Marselha) a *Gadeira* (Cádiz), durante a Guerra Sertoriana, para estudar o fenómeno das marés; de Artemidoro de Éfeso, que navegou até ao promontório *Sacrum* (o actual Cabo de S. Vicente) e viveu na Hispania até o ano 100 a. C.; de *Píteas*, cuja *Descrição do Oceano*, que relata as suas navegações, se perdeu mas foi recuperado por Políbio, entre outros; de Tímon, no seu testemunho sobre as Baleares e mesmo dados orais recolhidos por viajantes que tinham estado na península e de Asclepiades de Mirlea “*que ensinou gramática na Turdetania e publicou uma descrição detalhada dos seus povos*” (III, 4, 3; 4, 19), em começos do séc. I a. C. Estrabão menciona ainda um ou outro autor contemporâneo de Augusto e seu amigo, como o filósofo estóico Atenodoros. Esta obra, provavelmente escrita entre os anos 29 e 7 a. C. e retocada superficialmente por volta do ano 17 ou 18 d. C sob o reinado do imperador Tibério (Blázquez, 1976: 79), não é um mero tratado de geografia, dado incluir dados etnográficos, imprescindíveis para melhor enquadrar a situação do Noroeste (ou mesmo, na generalidade, o Norte da Península) no período imediatamente anterior às Guerras Cantábricas. Descreve ainda a costa do Noroeste sob uma forma esquemática, com um primeiro tramo orientado de sul a norte e um segundo de oeste a este, separados pelo cabo Nérior (vid. Naveiro López, 1991 a: 122, fig. 28; 124). Entre os poucos acidentes considerados constam as desembocaduras de alguns rios, nomeando os rios navegáveis mais importantes – Douro, Lima e Minho –, ainda que refira a existência de outros mais a norte e de curso paralelo, identificáveis com as Rias Baixas (*id. ibidem*). Na costa setentrional, o único ponto digno da sua referência é a baía ou “Porto dos Ártabros” (*id. ibidem*).

No contexto do período baixo-imperial, conhece-se para o Noroeste peninsular um passo fornecido pela *Notitia Dignitatum*, referindo que o governador da cidade de Braga e sua província possuía categoria consular, e as referências de Orósio e Ausónio. Destes últimos autores, Orósio, de origem hispânica, muito possivelmente da zona da *Gallaecia*, escreveu, por volta de 416 d. C., uma *História contra os pagãos*, em jeito de História Universal do mundo romano. Ausónio (*Ordo*, XIV), por seu lado, na sua descrição das cidades famosas, salienta a posição desta “opulenta” cidade “junto às praias do mar”.

Um outro autor de particular interesse para o período baixo-imperial é Hidácio (ou Idácio), bispo de Chaves, muito possivelmente bracarense, fundamental para melhor enquadrar os últimos momentos da ocupação romana da cidade.

O mesmo sucede com a obra de São Martinho de Dume, bispo de Braga, que na sua pastoral, *De correctione rusticorum*, nos oferece alguns dados interessantes sobre aquele período conturbado da cidade.

No rol variado de fontes relativas aos finais do período baixo imperial e antiguidade tardia, destaca-se a peregrinação da monja Egéria à Terra Santa nos anos de 381 a 384. Este texto, o primeiro redigido por uma mulher, do qual apenas ficou parte do manuscrito relativo ao trajecto na zona do Monte Sinai e Palestina, é de interesse excepcional. Este interesse revela-se não só pelo facto de se tratar de uma monja originária da Galécia, província onde *Bracara*, enquanto capital provincial, assumia grande preponderância política e cultural, mas também porque inaugura, de certo modo, a literatura de viagens na Antiguidade Tardia e ilustra o funcionamento do *Cursus Publicus*, no contexto da extensa rede viária do mundo romano.





## Cap. II – Origem e evolução da cidade

### 1. Da expansão romana à fundação da cidade

#### 1.1. A expansão romana

A inserção das terras do Noroeste peninsular no mundo romano, consideradas pelas fontes escritas como *pouco hospitaleiras* (Estr. III, 1, 2), situadas *no fim do mundo* (*Expositio totius mundi*, 59), *na extremidade da terra* (Hydácio, *Crónica*, pref. 1) e povoadas por *nações tão tenazes e tão longínquas* (Flavius, *A guerra dos Judeus*, II, 16, 375), fez com que vastas áreas, ainda numa fase pré-urbana de povoamento, começassem a ser objecto de uma campanha estatal, tipicamente mediterrânea, fortemente centrada na cidade.

Para isso contribuíram as forças militares romanas presentes desde os primeiros momentos do processo de incorporação do Noroeste peninsular no império, as quais funcionaram como uma das primeiras vias de “romanização” deste território, ou seja, da penetração das estruturas oficiais, administrativas e culturais de cariz romano.

Efectivamente, num contexto social em relação ao qual as elites locais tiveram certamente necessidade dum espaço de tempo mínimo para adquirir uma “mentalidade urbana”, a sua organização deve ter dependido de uma série de regras transmitidas pelos técnicos militares.

Antes do período augústeo, ter-se-iam já criado as condições necessárias para que – à semelhança do que nos é relatado por Dión Cássio para a Germânia – num primeiro momento as legiões se tivessem limitado a controlar as principais vias de comunicação e, num segundo momento, a impulsionar a organização de “mercados” ou “*synodoi*”, com o objectivo de instalar novas relações sociais e económicas.

Mas foi a partir do reinado de Augusto que no NO se instalou uma “*articulação conjunta do território*”, com a fundação de cidades em nós estratégicos de comunicação, ao serviço de uma “*reforma administrativa de carácter totalizador*” (Fernández Ochoa, 1993: 227).

Contudo, ainda que a fase essencial dessa conquista se tenha efectuado sob a égide de Augusto, os primeiros recontros nesta área haviam começado já no séc. II a. C.

para terminarem em definitivo no reinado de Cláudio ou Nero, com a vitória sobre a última revolta ocorrida nas Astúrias (Tranoy, 1981: 125).

Como realça A. Tranoy (Tranoy, 1981: 125), a ocupação paulatina dos territórios do NO pelos exércitos romanos foi realizada em dois períodos cronologicamente distintos que de seguida passamos a analisar.

#### 1.1.1. De *D. Iunius Brutus* a *C. Iulius Caesar*

O primeiro período insere-se no âmbito das guerras lusitanas e das primeiras expedições à Galiza.

A primeira expedição ocorreu em 139 a. C. quando o procônsul *Q. Servilius Caepio* decidiu um ataque conjunto contra Viriato pelo sul e pelo norte da península, que devastou os campos dos Galaicos.

Mais tarde, em 138-136 a. C., dá-se a segunda expedição sob a égide do procônsul *D. Iunius Brutus*, homem da mais alta estirpe do patriciado romano.

Em 137 a. C., atravessa o Douro, e entra na Galécia até ao curso do rio Minho. Nesta expedição punitiva ficou célebre a passagem do mítico rio Lima ou Leça, denominado na antiguidade por *Lethes* ou *Belión*, à semelhança do rio do esquecimento da mitologia clássica. As fontes clássicas referem que se tratou de uma hábil artimanha das tribos galaicas para conter o avanço das tropas romanas; outra leitura pode, todavia, ser feita: as tropas romanas, cansadas destas campanhas punitivas e na perspectiva de terem que enfrentar uma guerra de guerrilha com conceitos e táticas diferentes das romanas, deixaram correr o rumor da existência, naquelas terras, do rio do esquecimento (vid. Martínez Mera, 2001: 306, nota 33).

Este confronto, que teria tido lugar a 9 de Julho de 137 a. C. (Ovídio VI, 669) - data que foi comemorada em Roma pela construção dum templo a Marte (Tranoy, 1981: 128) erigido no *Campus Martius* dois ou três anos mais tarde (Blanco Freixeiro, 1992: 97) – teria causado a morte, segundo Orósio (que nos dá seguramente proporções exageradas), de cerca de 50. 000 Galaicos e feito 6. 000 prisioneiros (só 4. 000 mil puderam fugir). A partir deste momento, os Galaicos passaram a ficar sob o controlo teórico da Hispânia Ulterior.

Segundo J. M. Blázquez (Blázquez, 1975: 198), esta campanha poderia ter tido como finalidade conhecer as explorações auríferas da região do Noroeste, dado que o

comércio de estanho se fazia por via marítima (Estr. III, 176). O que pode certamente aceitar-se é que a partir daquela data as regiões a Norte do Douro parecem abriram-se a contactos comerciais com o Sul da Península e com o mundo romano como, por exemplo, se pode deduzir da presença de diferentes tipos de cerâmica e de moedas tardo-republicanas encontradas nos tesouros dos povoados de Sanfins e Alvarelos (Paço e Jalhay, 1955; Torres, 1978-79: 15-250; Martins, 1990: 166) e no Alto da Cidade, em Braga (Zabaleta Estévez, 1999 a).

De 96 a 94 a. C. seria a vez do procônsul da Ulterior *P. Licinius Crassus* a comandou, uma segunda expedição em terras do Noroeste, no seguimento da sua intervenção na Lusitânia, para interditar os sacrifícios humanos e reprimir uma nova agitação dos Lusitanos, indicando que nestas áreas o mineral aparecia à superfície e que os indígenas eram pacíficos (Tovar, 1975 a: 80-1). Como sublinhou A. Tranoy (Tranoy, 1981: 130), esta expedição teve um significado singular no contexto do comércio romano porque permitiu daí em diante aos *negotiatores* de Roma a abertura de novos horizontes para a exploração das riquezas mineiras nesta área da península. De facto, como indica Estrabão (III, 5, 11), Crasso ficou responsável por “ensinar” a rota para o abastecimento de grandes quantidades de minério. Esta expedição possibilitou o enriquecimento de Crasso e a partir desse momento a sua família passou a ser uma das mais abastadas e influentes de Roma (Martínez Mera, 2001: 307).

Uma outra expedição ocorrida no quadro das guerras sertorianas enquadra-se no âmbito duma campanha realizada por *M. Perpena*, provavelmente no ano de 74 a. C., e que teria resultado na tomada de *Cale* e na hipotética sublevação das tribos da Galécia.

Mais tarde foi a vez de *C. Iulius Caesar* que veio à *Hispania* pela primeira vez no ano de 68 a. C. na qualidade de questor do propretor *Caius Antistio Vetus*, ocasião em que conheceu o gaditano Lúcio Cornélio Balbo, que haveria de ser um dos seus mais leais colaboradores e confidentes (Casimiro Torres, 1992: 19). Na qualidade de procônsul, no governo da *Hispania Ulterior*, - depois de uma longa viagem desde Roma seguindo a rota continental (Plut. *Caes.*, 11,3 e ss) - César desembarca em *Corduba*, em data próxima ao dia 15 de Maio de 61 a. C. (cf. Ferreiro Lopez, 1988: 363). A partir daí começa a preparar as suas tropas e à volta de 10 de Junho, ou talvez um pouco antes, partiu com as suas legiões para a Lusitânia. De seguida, não se conformando em limitar-se a reprimir o banditismo na Lusitânia, provocou uma guerra (que termina antes da primavera do ano 60 a. C.) estendendo-a ao norte do Douro. Segundo se depreende das fontes conhecidas (Apiano, *Civ.* II 8; Dión Cas. XXXVII 52-53; Plut. *Caes.* 12) esta

campanha teve como motivo primeiro a obtenção de metais preciosos, provavelmente ouro, de modo a obter os fundos necessários para o pagamento das suas avultadas dívidas em Roma e enriquecer o erário público (cfr. Blázquez, 1975: 198). Esta expedição, realizada com o apoio da família dos Balbos gaditanos e apoiado pelos barcos de carga daquela cidade, levou César até à cidade de *Brigantium* (Betanzos – Corunha) e à rendição das populações indígenas do NO (Díon Cássio, XXXVII, 52; 53, 4), iniciando desta forma a sua submissão (Plut. *Caes.* 12). Na verdade, a ajuda dos gaditanos a Júlio César insere-se no contexto da obrigação da cidade de Gádir que, como cidade aliada, estaria condicionada a cumprir os seus laços de fidelidade e amizade com os indivíduos e cidadãos de Roma, fornecendo-lhes todo o apoio ao seu alcance: tropas, frota naval e ajuda logística em recursos materiais. Esta dependência da cidade relativamente a Roma foi bem assinalada por Cícero (*Pro Balbo*, 24; 39) quando nos diz que em virtude do *foedus* de 206 a. C., a cidade teria participado em numerosas campanhas a favor dos romanos (López Castro, 1995: 157). De entre estas, Cícero refere a ajuda dos Gaditanos a *D. Iunius Brutus*, o Galaico, que a partir da referida campanha de 138 e 136 a. C., requisita o apoio dos barcos gaditanos com o propósito de aprovisionar a sua base em *Olisipo*, na desembocadura do rio Tejo.

Depois da morte de César continuam as revoltas no Noroeste peninsular centradas nas Astúrias e Cantábria como demonstram as menções a triunfos obtidos: no ano de 43 por Lépidio; em 38 por C. Domício Flaco; em 35 por C. Norbano Flaco; em 34 por L. Márcio Filipo; em 33 por Ap. Cláudio Pulcro; em 29 por T. Statílio Tauro e em 28 por Caio Calvício Sabino. É suposto que o território que genericamente seria ocupado pelos Galaicos Bracarenses, no coração do qual será fundada *Bracara Augusta*, se encontrasse pacificado e beneficiasse de uma já significativa interecção económica com o Sul da Península (Martins *et alii*, no prelo).

### **1.1.2. O período de Augusto**

A pacificação da Península no final das guerras cantábricas contribuiu para um processo de romanização que se processa, por um lado, com a actuação pública do Estado e dos seus agentes directos e, por outro, pela iniciativa dos privados, fossem eles da elite local ou provincial.

Sabemos, entretanto, que no momento anterior a essa pacificação o sistema de ocupação no Noroeste peninsular baseava-se em povoados, denominados “castros”. Destes nem todos perduraram para além da conquista, nem responderam aos mesmos estímulos na sua formação e desenvolvimento. À data da sua integração no mundo romano a estrutura social destas comunidades proto-históricas, muito próximas ou semelhantes a um regime de “chefado”, traduziam, segundo as fontes arqueológicas e epigráficas, um desenvolvimento e complexidade social que pressupõe a existência de sociedades de tipo centralizado e de hierarquização entre os diferentes *castella*.

Segundo Manuela Martins (Martins, 1990: 192), essa complexidade, perceptível ao nível da organização e valorização do *habitat* e na organização e reordenamento espacial dos diferentes povoados, iria “facilitar” o próprio processo de pacificação e integração da região no mundo romano. No entanto, neste processo interferem também factores de ordem mental, como crenças, atitudes e valores demonstrando a predisposição destas comunidades para as transformações que vão ocorrer. De facto, no âmbito cronológico e social, ter-se-ia processado uma dinâmica de mudança que necessita ser melhor analisada, pese embora as fontes disponíveis relativas ao período anterior a Augusto serem insuficientes e basearem-se em indícios frágeis e discutíveis. Efectivamente, e partilhando a opinião de Patrick Le Roux (Le Roux, 1996: 364), se pouco se sabe acerca do impacto das campanhas realizadas por *D. Iunius Brutus*, no ano de 138 a. C., pouco mais nos esclarecem as escavações arqueológicas realizadas em povoados neste território.

Os dados revelados pela arqueologia permitem, no entanto, saber que os *habitats* fortificados, ainda que correspondessem a um mesmo tipo de aglomeração, não possuíam as mesmas estruturas, nem a mesma importância e função em todos os seus momentos de ocupação, revelando, antes, sociedades diferenciadas. Povoados como as Citânias como Sanfins, Briteiros, Santa Luzia e Santa Tecla parecem ter adquirido uma maior hegemonia nos séculos II e I a. C., e apresentavam já um traçado de aspecto urbano, merecendo a sua classificação como *oppida* (Martins *et alii*, no prelo). Por outro lado, ainda que a romanização se fizesse notar já a partir de meados do séc. I a. C. em muitos povoados da região, a verdade é que muitos destes não foram abandonados com a integração no Império, mas antes sofreram um processo de transformação consoante o papel que desempenharam na nova estrutura sócio-política e administrativa imposta a partir de Augusto na região (Martins, 1995).

O que se sabe ainda é que a particularidade destes povoados fortificados, cruzando períodos tecnológicos e culturais diferenciados, residia numa modalidade de ocupação bem adaptada ao meio ambiente em que se inseriam. Ao contrário de muitas regiões europeias, na Península Ibérica existiu uma solução de *habitat* estável e exclusiva, que sobreviveu mesmo à integração da região num estado de tipo imperial (Martins, 1995; Martins *et alii*, no prelo).

As guerras asturo-cantábricas, ocorridas nos finais do séc. I a. C., representaram, todavia, um novo período no contexto da conquista definitiva do extremo norte da Península. Neste contexto, o território dos *Callaeci* mantém-se perfeitamente à margem deste conflito, como parece demonstrar a acção militar de *P. Carisivs* contra os Astures, entre 24 e 27 a. C., a partir da região litoral, provavelmente em território dos *Bracari* (Tranoy, 1981: 140). Como testemunho indirecto desta situação temos a dispersão das moedas da *caetra* (pouco frequentes nas Astúrias) e o aparecimento em numerosos povoados da região galaico-minhota de consideráveis quantidades de ânforas vinárias, maioritariamente Haltern 70.

A intervenção pessoal do *princeps* no confronto com os povos do Norte Peninsular tem sido justificada pela necessidade de pacificação total da Península num momento em que se inaugurava uma nova constituição e se afirmavam os seus poderes vitalícios. No Verão de 27 a. C., Augusto saíu de Roma com a proclamada intenção de fazer uma expedição na *Britannia* (Arce, 1976: 122). Na realidade veio à *Hispania* para acabar definitivamente a conquista da Península (*id. ibidem*). Efectivamente, após o ano de 27 a. C., decisivo na história constitucional de Roma, Augusto desembarca em *Tarraco* onde, no dia 1 de Janeiro do ano 26 a. C., inaugura o seu oitavo consulado (Tovar, 1975: 116; Arce, 1976: 115), fazendo deste modo frente aos seus inimigos do Senado, consolidando o seu prestígio com a eliminação dos núcleos rebeldes e adquirindo um maior controlo do exército. A estadia do imperador na cidade entre os anos 26-24, quando regressa de uma campanha no norte, na região Cantábrica, e se cura de uma doença (Suetónio, *Aug.* 81), confirma-a então como nova capital. Aqui recebe Augusto não só as notícias dos cenários da guerra, mas também embaixadores de outros países (Floro, *Epit.* II, 51). Esta acção tem sido inserida no contexto duma declarada propaganda política, dado que a vitória sobre estes povos garantia a Augusto uma notável fama como construtor da paz e garante da prosperidade da Península, se não mesmo do Império. Por outro lado, como refere Chic García (1997: 128), o pacto constitucional de 27 a. C. para ocupar todo o Norte da Península Ibérica tinha ainda uma

dimensão atlântica que não foi suficientemente ressaltada, pois significava unir de forma directa, debaixo do governo de Roma, o território do NO com o gaulês, o que havia de favorecer no futuro as comunicações marítimas no eixo Norte-Sul do Império e, a médio prazo, um permanente contacto com a província da Bética. Efectivamente, a pacificação deste território por Augusto previa, para além de uma óbvia propaganda política e ideológica, o controlo económico destas regiões (Tranoy, 1981: 134-5). As guerras seriam assim justificáveis tendo em conta a riqueza mineral do NO em estanho, e especialmente ouro, da qual os romanos tinham claras notícias a partir dos torques e outros elementos de ourivesaria usados pelos guerreiros indígenas, certamente bem conhecidos a partir das incursões anteriormente realizadas. De facto, o Noroeste era famoso na antiguidade pelas suas minas de ouro e estanho como referem Diodoro Sículo (V, 38), Estrabão (III, 2, 9) e Plínio (*N. H.* XXXIII, 77). Esta conquista havia de pôr nas mãos de Augusto as ricas minas auríferas da zona. Relembramos que estas, como nos indica Plínio (*N. H.*, XXXIII, 4, 78), chegaram a alcançar uma produção anual de 20.000 libras (uns 6.540 quilos) de ouro anuais, justificando, desse modo, o controlo da sua exploração pelo próprio imperador (Domergue, 1990: 200).

Na reorganização e estabelecimento de novas fronteiras deve, no entanto, ser devidamente ressaltado o papel dos exércitos. Ainda que se conheça através das fontes literárias e da epigrafia uma quantidade numerosa de contingentes militares que participaram nestes episódios bélicos, a verdade é que a informação que deles possuímos é demasiado escassa, desconhecendo-se, por exemplo, os seus lugares de assentamento e as frentes bélicas nas quais intervieram.

Na verdade, os testemunhos escritos sobre o desenvolvimento das campanhas militares no período de Augusto no Norte da Península são escassos e fragmentários, limitando-se a passos isolados, por vezes anedóticos, recolhidos em Suetónio, Horácio, Veleio Patérculo ou na *Anthologia Palatina*, e referências nas obras de Floro, Díon Cássio e Orósio. Esta realidade é, no entanto, contrária aos diferentes cenários interpretativos criados pela historiografia sobre a Guerra Cantábrica. Tais interpretações abusivas, baseadas unicamente em argumentos de natureza toponímica, resultaram numa série “verdades incontestáveis”, recorrendo-se à arqueologia unicamente quando esta servia para corroborar uma ou outra afirmação.

A insuficiência destes argumentos, face à problemática da Guerra Cantábrica, tem, todavia, levado a outras tentativas de aproximação por via da arqueologia. Neste sentido, um estudo crítico de Enrique Gutiérrez Cuenca e José Ángel Hierro Gárate,



intitulado “*La Guerra Cantábrica: de ficción historiográfica a realidad arqueológica*” (Gutiérrez Cuenca e Hierro Gárate, 2001: 71-96), expõe esta problemática, salientando os resultados nefastos de uma historiografia tradicional, unicamente baseada em argumentos supostamente arqueológicos e toponímicos, para destacar a importância de uma renovação metodológica baseada em prospecções sistemáticas e escavações arqueológicas.

O resultado destas novas pesquisas baseadas em trabalhos de prospecção e escavações têm possibilitado, de facto, dados substancialmente distintos dos fornecidos pela historiografia tradicional, permitindo reavaliar os conhecimentos entretanto adquiridos (Fernández Ochoa e Morillo Cerdan, 1999).

Neste panorama foi possível identificar pelo menos uma das vias de penetração militar romana no território da antiga *Cantabria*. Trata-se de uma área situada numa pequena cordilheira que separa os vales de Besaya e de Pas (desde o rio Ebro até às zonas mais orientais do maciço de Dobra), onde se documentou um conjunto de estabelecimentos directa ou indirectamente ligados a estes episódios. De entre estes, pelo menos três participaram de forma directa num assédio: o “Castro de Espina del Gallego” e os acampamentos romanos de “Cildá” e “Cantón” (Gutiérrez Cuenca e Hierro Gárate, 2001: 85-91). Outros, como o acampamento do “Campo de las Cercas” e as estruturas de “Cotero de Marajo” e “Cotero del Medio”, poderiam ter participado, directa ou indirectamente, nestes episódios bélicos (*id.*, *ibidem*). A existência de outro tipo de acampamentos situados em áreas mais dispersas e ainda em fase de investigação podem, no futuro, fornecer novos elementos para a compreensão e contextualização das fontes literárias. Segundo os autores referidos, exemplos destes são o pequeno acampamento de “La Muela” e o grande acampamento de “Castillejo” (aparentemente associado ao importante povoado de “Monte Bernorio”) que poderão vir a confirmar a importância do vale do Ebro como via de penetração militar dos exércitos no interior da região cantábrica e os recintos fortificados de “Santa Marina-monte Ornedo” e “Peña Cutral” que a confirmarem-se como acampamentos de época augustana revelariam uma nova via de penetração militar romana no contexto do interior da região cantábrica (*id.*, *ibidem*: 90)

Apesar destas lacunas resultantes de interpretações historiográficas descontextualizadas e contextos arqueológicos ainda por desvendar, o que podemos certamente aceitar é que a implantação da estrutura política romana e o controlo efectivo de todo o Noroeste peninsular dependeu da estrutura dos exércitos que, no

cumprimento das suas funções, empreenderam e participaram activamente na construção da rede viária, com fins declaradamente militares e de controlo dos importantes recursos mineiros (Carretero Vaquero, 1993: 60; 72).

A constante presença militar resultou assim numa maior aproximação entre os soldados e a população indígena favorecendo seguramente a implantação de novos estabelecimentos, através dum excelente corpo de técnicos, engenheiros e especialistas.

Apesar de, no estado actual dos nossos conhecimentos, não sabermos se *Bracara Augusta* surgiu ou não de um acampamento, o que não podemos negligenciar é a importância dos contingentes militares no processo da sua fundação, seguramente presentes no território para cumprirem funções de vigilância, participarem na construção da estrutura viária e simultaneamente dotarem a cidade das primeiras infra-estruturas.

A planta de *Bracara Augusta* identificada pela arqueologia é bastante regular: apresenta um conjunto urbano ordenado através de dois eixos paralelos, no sentido NO/SE, e no sentido SO/NE, à maneira dos grandes *cardines*, ou melhor na forma helenística de *stenopoi*, que dividem a cidade numa série de *strigae*, mediante os *decumani*, ou *plateiai* (Martins e Delgado, 1989-90 a: 39; Martins, no prelo) (**Fig. 6**).

Assim, o mais provável é que, à semelhança das outras cidades do Noroeste, *Bracara Augusta* tivesse sido inicialmente administrada sob influência militar, pelo menos até Cláudio, época em que esta administração poderia ter-se convertido em civil (cfr. Sutherland, 1934: 177 s.). Esta hipótese é, aliás, coerente com um dos passos de Estrabão (2, 3, 8) quando este refere que as tropas aquarteladas no Noroeste foram um veículo não só de pacificação, mas também de civilização. Acrescente-se, ainda, a importância dos exércitos como agentes eficazes de integração política (vid., Le Roux, 1995: 84).

Porém, como vimos ao longo deste capítulo, não devemos exagerar a importância das unidades militares estacionadas na região. De facto, estas não estiveram directamente implicadas no contexto das guerras cántabras; na verdade, os únicos acampamentos até ao momento documentados correspondem ao acampamento de *Aquis Querquennis* (Baños de Bande – Ourense), datado da época flávia/princípios do século II, e de Cidadela (Sobrado dos Monxes – Corunha), com uma cronologia de finais do século IV d. C (Caamaño Gesto, 1994: 37-44).

## 1.2. A fundação da cidade

Roma exportou para o NO a forma urbana, desconhecida até então, pondo em confronto a *urbanitas* e *feritas*, entre a chamada civilização e o mundo primitivo. Uma vez eliminadas as últimas resistências à presença romana e abandonada a política de expansão “preventiva” anterior a Augusto, a primeira preocupação deste foi organizar as províncias. Nas regiões ocidentais a conquista implicava a existência de interlocutores regionais que permitissem difundir e fazer respeitar as leis romanas (Gros, 1992: 237).

Apresentando-se como edificador de um mundo novo, como refundador de Roma, mas também fundador de novas cidades e transformador dos centros preexistentes, Augusto desenvolveu um modelo de cidade ideal, “à romana”, que encontramos expresso em Vitruvius: uma cidade capaz de deter as funções típicas da vida civil romana, funções que tinham o seu suporte necessário numa série de edifícios públicos para as reuniões cívicas e religiosas, para os espetáculos e para os banhos. Na cidade romana, através dos princípios urbanísticos que Vitruvius (Livro I, cap. II, 22) refere nos seus conceitos de “*firmitas*”, “*utilitas*” e “*venustas*” (firmeza, comodidade e graça), a máquina romana organiza politicamente o bem-estar e a própria vida administrativa, ao mesmo tempo que através da monumentalidade das suas construções transmite às populações uma forte sentimento de segurança e confiança no poder.

O *cognomen* augústeo atribuído a cidades como *Bracara Augusta* tinha certamente um valor político e religioso. Augusto, seguindo uma tradição já estabelecida em Roma pelo menos desde o período dos Gracos (Beltrán Lloris, 1992: 31-32), personaliza uma fundação que na origem deveria possuir o estatuto peregrino, dado que a criação de cidades privilegiadas era apenas prerrogativa do Senado, que as assinalava com nomes mais genéricos, frequentemente derivados de divindades ou expressivos de qualidades ou desejos positivos (*id. ibidem*).

Como vimos, a fundação de *Bracara Augusta* não foi um feito desligado e solitário. Não se pode falar dela com propriedade sem a enquadrar num contexto histórico amplo e integrado. Este contexto histórico é justamente a política de Augusto na Hispânia e o desenvolvimento das campanhas que o Imperador e os seus generais levaram a cabo contra os povos do Norte da Península nos últimos anos do séc. I a. C..

A fundação *ex novo* de *Bracara Augusta*, no coração da área dos *Bracari* e da região de Entre Douro e Minho, insere-se numa estratégia de controlo económico,

político e administrativo de uma vasta região que se estendia do Douro até à ria de Vigo e do Atlântico às serras do Gerês, Cabreira e Marão (Martins, 1990).

Para Alain Tranoy (Tranoy, 1980: 17-18), a criação de *Bracara Augusta* foi motivada pela vontade de dotar a “poderosa” *gens* dos *Bracari* dum *concilium*. *Bracara Augusta* seria assim, à semelhança de *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*, sede dum *concilium gentis* e um necessário *caput* para os cidadãos residentes na área de influência da cidade (Tranoy, 1980).

É neste contexto que devemos entender a viagem de *P. Fabius Maximus*, legado de Augusto, entre os anos 4 e 1 a. C., testemunhada por inscrições encontradas em Semelhe (Braga) e Lugo. Como afirma Manuela Martins (Martins, 1990: 166-67), a inscrição encontrada em Semelhe dedicada pelos *Bracaraugustani*, no dia natalício daquele legado, em conjunto com a dedicatória feita a *M. Agrippa Postumus*, os filhos de Agripa, datada de 4 d. C., que possui a mesma menção, significa que “*as populações da região de Braga possuíam uma consciência de colectividade, reveladora de um primeiro esforço de reagrupamento e organização*”.

A data precisa da fundação da cidade continua, no entanto, por esclarecer, mau grado a abundância de epígrafes de carácter honorífico e monumental datadas do tempo de Augusto, encontradas, quer em Braga, quer nos arredores (Martins e Delgado, 1989-90 a: 14-5).

Parece pacífico aceitar, todavia, que a decisão imperial de criar os três centros urbanos do NO, ocorrida entre os anos 16/15 a. C., aquando da presença de Augusto na Hispânia, tenha correspondido, como é sugerido por P. Le Roux (1994: 230-31), à data da consagração oficial da cidade. Esta hipótese está de acordo com a referência de Díon Cássio (54, 23) quando afirma que Augusto, logo após a pacificação imposta por Agripa no ano de 19 a. C., “*fundou então numerosas cidades na Gália e em Hispânia*”. A data da segunda viagem de Augusto à Hispânia ocorrida posteriormente ao ano 15 a. C. coincide, aliás, com as referências expressas numa obra conhecida como *Monumentum Ancyranum* e das quais se estrai os seguintes passos: “*Colonias militum in Italia, aut in Provinciis ad memoriam aetatis meae feci*” e, no cap. 28, em referência ao ano 14 a. C.: “*Colonias in Africa, Sicilia, Macedonia, utraque Hispania, Achaia, Asia, Gallia Narbonensis, Pisidia, militum deduxi*”, ou seja, Augusto teria fundado no ano 14 a. C. colónias em África, Sicília, Macedónia, em ambas Hispânias, Achaia, Asia, Gália Narbonensis, Pisídia (Ed. Mommsen, 1883, LXXI, 5, 35 e LXXXII, 119; Beltrán Martínez, 1976: 225; Pastor Muñoz, 1976: 72). Estas referências parece ainda estarem

corroboradas pelo testemunho escrito legado pelo próprio Augusto nas suas *Res Gestae* (12, 37) quando refere que “*Cum ex Hispania Galliaque, rebus in iis provinciis prospere gestis, Romam redi...*”. De facto, neste passo o Imperador refere-se aos mesmos feitos e às mesmas datas dos textos anteriores, notando que veio à Hispania e levou a bom termo - assim como na Gália - a sua gestão, sem dúvida de índole administrativa.

Este conjunto de dados permite-nos afirmar, com alguma verosimilhança, que a fundação de *Bracara Augusta* foi efectivada aquando da segunda estadia de Augusto em *Tarraco*, ainda que se possa admitir que não fosse forçosa a sua presença no momento da fundação; o mais provável seria que tivesse delegado as suas funções num dos seus generais, talvez o próprio Agripa que, depois de *C. Furnius*, foi legado da *Tarraconense* a partir do ano 19 a. C. até cerca dos anos 15 e 13 a. C..

Apesar da precariedade destes dados, somos assim tentados a considerar que *Bracara Augusta*, à semelhança de Astorga e Lugo, foi fundada num espaço de tempo correspondente ao ano 15/13 a. C.. Em apoio desta data tão recente temos alguns indícios fornecidos pela interpretação epigráfica e por um conjunto de materiais que, inequivocamente, nos apontam para uma data tão recuada (Morais, 1997-98a: 47-97).

No que respeita à epigrafia, a (re)interpretação duma conhecida inscrição de *Bracara Augusta*, hoje integrada na fachada do Largo D. João Peculiar, devida a Santiago Montero e Sabino Perea (ad. CIL II 2421, 1996), veio redimensioná-la, relativamente ao seu contexto religioso, como único bidental testemunhado epigraficamente na Hispânia, e quanto à data da sua fundação. Com uma cronologia aproximada entre o ano 5 e 2 a. C. esta inscrição, para além de evidenciar a importância dos *prodigia* na mentalidade religiosa romana, poderá contribuir para o estabelecimento de alguns laços causais entre alguns acontecimentos por Augusto aquando da sua campanha no norte de Hispânia e este bidental no momento posterior à fundação da cidade (Santiago Montero e Sabino Perea, 1996: 300).

Segundo os autores (*id. ibidem*: 213), a expiação deste bidental, supostamente um *fulmen regale*, teria atingido um lugar emblemático da cidade, obrigando a uma “refundação”. Este acto, para além de obedecer à psicologia religiosa dos romanos, herdada dos Etruscos, deveria ter correspondido também a uma motivação política onde o próprio Augusto teria oportunidade de demonstrar o seu interesse em preservar da “impureza” e dos maus presságios, uma cidade portadora do seu nome e criada por sua decisão (**Fig. 7**).

Dado a data atribuída a esta inscrição, é provável que a cerimónia da *procuratio* do bidental tivesse sido realizada por *Paullus Fabius Maximus, legatus pro praetore*, que, portador e transmissor pessoal das ordens do imperador, desempenhou um importantíssimo papel como difusor do culto imperial no Noroeste peninsular (*id.*, : 307-315), como também se reconhece pelas duas epígrafes conhecidas em Lugo (Tranoy, 1980: 71).

O que esta inscrição revela, em definitivo, é que parte do solo de *Bracara Augusta* seria considerado *locus religiosus*, por reconhecimento do próprio imperador (*id. ibidem*: 70). Um outro testemunho desta função civil e religiosa que teria levado à fundação da cidade está testemunhada pela presença de diferentes sacerdotes pertencentes ao *conventus*. De entre estes o primeiro de que se tem conhecimento é proveniente da cidade e detém o nome de *Camalus*, filho de *Melgaecus* (CIL, II, 2703; Tranoy, 1980: 67-83; *id.*, 1981: 330; *id.*, 1985: 65). Este nome caracteristicamente indígena está curiosamente testemunhado noutros locais do Norte da Hispânia, mas em particular na região do *conventus Bracaraugustanus*, designadamente na cidade e na Citânia de Briteiros.

Outro dado para corroborar esta fundação tão recuada está relacionado – como já referimos - com o conjunto de materiais exumados, resultantes do elevado número de escavações empreendidas em vários pontos da cidade que forneceram, nos níveis mais antigos e em contextos revolvidos, materiais variados que inequivocamente comprovam aquela data (Morais, 1997-98a: 47-97).

Do conjunto de materiais dessa época pode referir-se a presença, por um lado, de cerâmica de fabrico indígena atribuível à transição da era, e, por outro, de materiais típicos desse período, nomeadamente, moedas, paredes finas, *terra sigillata* itálica, alguns dos quais acompanhados por ânforas itálicas Dressel 2-4 e ânforas béticas Haltern 70.

Se tivéssemos de deduzir a fundação de *Bracara Augusta* a partir da existência destes materiais, sem dispor de outros dados cronológicos, teríamos que concluir, inevitavelmente, que esta tinha sido fundada em data próxima àquela por nós referida, ou, inclusivamente, num momento imediatamente anterior.

## 2. De *Oppidum* a *Dives Bracara*

### 2.1. O enquadramento jurídico

Na primeira divisão das terras conquistadas no Norte peninsular durante as guerras cantábricas de 29-19 a. C. a zona do NO e a asturiense faziam parte da Lusitânia e a região dos Cântabros, da Citerior (Plínio, *N. H.* 3, 6). Esta divisão inicial talvez se possa explicar por critérios meramente geo-estratégicos, permitindo aos conquistadores a separação de povos aptos a unirem-se em caso de rebelião (Martin, 1999: 97). Mas nos anos 16-13 a. C., Augusto, por ocasião da sua segunda viagem ao Norte da Península, procedeu a uma nova reorganização das províncias, fazendo com que toda a área do Noroeste peninsular passasse a fazer parte integrante da província da Citerior (Díon Cass. 54, 25). A inclusão do Noroeste na Citerior deveu-se seguramente ao facto desta província ser de categoria imperial, não senatorial, dependendo do *princeps* em caso de necessidade de intervenção, dado que a conquista não foi exactamente paralela com a pacificação (Arias Vilas, 1992 a: 33). A existência, por algum tempo, de um “*legatus Asturiae et Gallaeciae*” com carácter jurídico, e, relativamente aos aspectos económicos e fiscais, um procurator *Asturiae et Gallaeciae*, permite supor que ambas eram consideradas de algum modo como um território conjunto (*id.*, *ibidem*; Balil, 1992: 48). Dentro deste processo de reorganização é perfeitamente admissível que esta se completasse com a divisão em *conventus*, tendo em conta que no ano 1 d. C. já existia o *conventus Arae August(a)e* (Santos Yanguas, 1986: 115).

Esta perspectiva adquire legitimidade se aceitarmos como correcta a posição de alguns autores (Alföldy, 1983; Dopico Caínzos, 1986) que admitem para o período augústeo a criação dos *conventus iuridici*. Neste ponto uma epígrafe datada de 1 d. C., a chamada *Tabula Lougeiorum*, leva M. L. Dopico Caínzos (Dopico Caínzos, 1988: 62-63) a defender a criação destas entidades ainda no reinado de Augusto, na sequência da reorganização administrativa da Península.

Sobre a contextualização jurídica de *Bracara Augusta* existe apenas uma alusão de Plínio que, na *História Natural* (4, 112), a inscreve na lista dos *oppida* peregrinos.

Quanto à sua promoção jurídica não existem testemunhos directos que aludam à condição de município. Alguns autores, como Alföldy e Tranoy, consideraram que a *urbs* devia ter alcançado o privilégio municipal no período flavio.

Todavia, a política municipal dos Flávios e em concreto a extensão do *ius Latii* às províncias hispânicas tem sido objecto dum prolongado debate historiográfico a partir dum controverso e lacónico texto de Plínio (*Nat. His.*, III, 30), que nos informa da concessão, por parte de Vespasiano, do estatuto latino ao conjunto da Hispânia.

O alcance real da concessão generalizada do *ius latii* às províncias hispânicas tem motivado um profundo debate: para uns, a extensão desse direito latino foi um direito pessoal, outorgado aos indivíduos e não às comunidades, à margem e independentemente do estatuto jurídico das cidades a que os indivíduos pertencessem; para outros, o conjunto de direitos pertencentes ao *ius civile* tinha necessariamente implícita uma série de instrumentos institucionais, administrativos e judiciais inseparáveis, só praticáveis no âmbito dum estatuto municipal (cfr. López Castro, 1995: 259-261).

Desde há alguns anos Patrick Le Roux (Le Roux 1994; *id.* 1995; *id.*1996) estranhando a ausência da categoria de município, directa ou indirecta, nos dados epigráficos de *Bracara Augusta* propõe que esta tenha usufruído desde a sua fundação do *ius latii*, e não o estatuto de simples cidade peregrina.

Uma recente interpretação, por nós ensaiada (Morais, 2004: 227-240), sobre marcas de lucernas com a referência ao governo municipal parece, no entanto, contrariar aquela hipótese.

Estamos, todavia, de acordo com Patrick Le Roux (Le Roux, 1996: 366) quando este é de opinião que as fórmulas de Plínio, que reservam a palavra *civitas* para o *conventus* de Braga, e *oppidum* para cidade de *Bracara Augusta*, quereriam significar, por um lado, um maior grau de urbanização deste território e, por outro, a atribuição dum estatuto de cidade a *Bracara Augusta*, em simultâneo com a posição de *caput civitatis*.

Corroborando esta posição, Amílcar Guerra (Guerra, 1995: 63), nos seus comentários e tradução dos excertos da *Historia Natural* de Plínio-o-Velho que dizem respeito ao território português, vê no facto de *Bracara* ser definida pelo etnónimo correspondente, um sinal significativo do processo de implementação destas realidades administrativas.

O que pode certamente aceitar-se, ainda que permaneça em dúvida a data da consagração de *Bracara Augusta* como centro de um *conventus* jurídico, é que ela pressupunha, para além do acolhimento das audiências judiciais do governador, ou do



seu representante, como legado jurídico, a realização das celebrações do culto imperial que agregavam grande parte da população regional.

Neste contexto, o envio de *Paullus Fabius Maximus* ao NO foi um acontecimento importante dado que este teve como missão estabelecer o culto imperial em Braga e em Lugo, como testemunham as inscrições conhecidas. A sua presença nestas cidades revela, desde logo, uma estreita ligação entre a criação das mesmas e o culto imperial. A importância do culto imperial pode ainda ser testemunhada pela presença na cidade de consagrações aos membros da família augustana e pela participação dos notáveis indígenas nesse culto, como atesta a presença do já referido sacerdote do *conventus*, *Camalus*. A importância do culto imperial está ainda evidenciado em Braga por uma inscrição em honra de Ísis Augusta dedicada por *Lucretia Fida*, *sacerdos* do *conventus Bracaraugustanus* e pelo facto de um dos sacerdotes mencionados em Tarragona ser proveniente de *Bracara Augusta* (Le Roux, 1996: 369-70).

Neste contexto não deixa ainda de ser significativa a referência de Díon Crisóstomo (*Or.*, XXXV, 15), quando diz que a criação de um *conventus iuridicus* numa cidade trazia ainda grandes vantagens económicas.

Estas inscrições são uma prova da dimensão que este culto podia assumir. Uma ara em honra de *Agrippa Postumus*, filho do lugar tenente de Augusto, *M. Vipsanius Agrippa*, respeita a mesma filosofia. Como vimos, a acção deste último na península foi de curta duração mas frutífera: numa data posterior à segunda guerra cantábrica em 19 a. C. até ao verão de 18 a. C., Agripa teria empreendido um trabalho estrutural de organização e urbanização do NO, reorganizando e planificando as bases da propaganda imperial.

Segundo Patrick Le Roux (1996: 369), teriam ainda existido na cidade magistrados e uma *ordo decurionum* bem como estátuas em honra de personagens importantes, ou de imperadores colocadas em praças públicas locais. A corroborar esta afirmação existe um fragmento de uma estátua encontrada nas escavações realizadas na *insula* das Carvalheiras. Este fragmento, proporcionalmente idêntico à pata dianteira do cavalo da estátua equestre de Marco Aurélio, deveria fazer parte de uma estátua de um imperador colocada no fórum (Morais, 2002 c: 230; Est. VIII, 1-2) (**Fig. 8**).

Uma outra questão importante prende-se, exclusivamente, com a recolha de impostos nas províncias. Para repartir adequadamente a carga dos impostos e,

sobretudo, para saber de que forças e recursos dispunha o Império era necessário dispor de um censo o mais completo possível, de um inventário regular das pessoas e bens do conjunto do território controlado por Roma. Esta tarefa, empreendida por César e desenvolvida de forma sistemática por Augusto, conduziu, como bem assinalou J. Goody (Goody, 1990: 147), a uma transformação da ideia de governo através da mudança dos padrões económicos vigentes, baseados na administração doméstica, para se converter num controlo ou governo de uma sociedade ampla (Chic García, 1997: 73).

Na Hispânia as tarefas de censo não começaram antes de 8 a. C., uma vez executada a reorganização do solo hispano em três províncias, duas delas imperiais (Tarracense e Lusitânia) e uma senatorial (Bética). Nas primeiras duas províncias os *populi* são a base característica que permitiria definir as bases do censo (*id. ibidem*:75). Possivelmente baseado neste censo, Plínio (III, 23-28) calculou a densidade da população do *conventus bracaugustanus* em 285. 000 tributários livres, na totalidade das suas 24 *civitates*.

## 2.2. A padronização e consolidação da cidade

Nos reinados de Augusto e de Tibério, a tomada de consciência das realidades políticas do sector norte-ocidental da Península levará o poder imperial a consagrar estruturas militares e administrativas especialmente para esta área (Tranoy, 1985: 70).

Mas são em definitivo as reformas de Vespasiano que estabelecem a especificidade e expressão do culto imperial e permitem um melhor exercício da justiça imperial, através duma descentralização administrativa e judicial, no contexto da qual o governador delegava o seu poder nos legados jurídicos de cada *conventus* (Tranoy, 1985: 70). A actuação flávia completaria assim uma obra deixada por concluir pelo fundador do Império.

Entre o último quartel do séc. I e os inícios do séc. II teve lugar um programa de obras e monumentalização da cidade testemunhado por importantes vestígios de edifícios de carácter público e privado postos a descoberto através das escavações (Martins, no prelo). Simultaneamente, assiste-se ao crescimento demográfico de *Bracara Augusta* e ao aumento crescente do poder de compra da sua população, associado a um elevado ritmo das importações, bem documentadas pelas escavações. O urbanismo supõe que a cidade já na época flávia dependia duma classe de proprietários

fundiários, de comerciantes e de artesãos que viviam na cidade e desenvolviam uma grande actividade favorável ao desenvolvimento da vida urbana (Martins, 1995).

Como aconteceu para a generalidade do mundo romano, a Era dos Antoninos marca a divisão entre o período de maior expansão e crescimento económico que, em geral, caracterizou o Principado, e o período de invasões e recessão económica que se lhe seguiu.

Esta transformação é difícil, todavia, de investigar e impossível de expressar de maneira quantitativa dado que a decadência não foi um processo contínuo e uniforme, como o confirma em *Bracara Augusta* a reforma das termas públicas do Alto da Cividade que sofrem uma ampliação em finais do século III (Martins, no prelo).

Insiste-se frequentemente – demasiado, talvez – sobre o declínio das cidades quando foram obrigadas a fecharem-se sobre si próprias dentro de estreitas muralhas. Acontece porém que *Bracara Augusta* parece ter usufruído ao longo do período Baixo-Imperial dum estatuto privilegiado no contexto do Noroeste peninsular, contrariando os efeitos por vezes nefastos deste período conturbado.

Entre finais do séc. III e inícios do séc. IV, foi construída uma muralha de forma tendencialmente elíptica, embora pareça possuir tramos rectos, circunscrevendo uma área superior a 48 ha. A análise estereoscópica de fotogramas da cidade permitiu identificar uma parte significativa do traçado da linha da muralha, que realça o percurso tradicional sugerido por José Teixeira em 1910. Escavações recentes na Quinta do Fujacal, na Sé (Torre de Nossa Senhora da Glória) e no gaveto entre a Avenida da Imaculada Conceição e a R. dos Bombeiros Voluntários permitiram identificar torreões semicirculares semelhantes aos das muralhas de Lugo e de Astorga.

No séc. III, o Noroeste peninsular alcançou uma certa autonomia política através da criação duma nova província, a *Hispania noua Citerior Antoniniana per diuisionem*, por Caracala - melhor dizendo, sob o governo de sua mãe, Julia Domna, enquanto o imperador se ocupava das fronteiras orientais. Os limites desta província são, no entanto, mal conhecidos. Para alguns ela incluía, além do Noroeste, as Astúrias, o território militar de *Legio* e o de Zamora a sul e, ainda, o território do *conventus* de Clunia, cuja divisão com a Citerior se faria pelo Pisuerga, afluente do Douro; outros autores são de opinião que o território desta nova e efémera província seria bastante mais reduzido (vid. Martin, 1999: 108). A criação desta nova província, com motivações pouco claras e de duração efémera, não ultrapassando o ano de 238, é sustentada ainda por argumentos bastantes frágeis e baseia-se única e exclusivamente

numa inscrição votiva proveniente de León (vid. CIL. II 2661), na qual as siglas PR. H. N. C. têm sido interpretadas como abreviaturas de uma nova circunscrição provincial, designada como *Provincia Hispania Nova Citerior* (González Román, 1995: 28).

A consagração final da autonomia política do NO dá-se, no entanto, nos finais do séc. III com a divisão da *Tarraconensis*, por Diocleciano, que criou a província da *Gallaecia*, entre 284 e 288-9. Na verdade, a especificidade do NO que levaria ao estabelecimento em definitivo desta nova província está bem patente na anterior manutenção por parte do governador *Rutilius Pudens Crispinus*, em 238-241, do título de legado da província da *Hispania Citerior* e da *Gallaecia* (Tranoy, 1985: 73). Será nesta nova conjuntura jurídico-administrativa que *Bracara Augusta* assumirá o papel de capital de província ao reunir os três conventus do Noroeste e parte do de Clunia (Martins e Delgado, 1989-90 a: 30).

Consequentemente, a cidade beneficiou das reformas administrativas introduzidas pela Tetrarquia e posterior restabelecimento da unidade imperial sob Constantino que, adepto de uma descentralização administrativa, optou pela criação de prefeituras regionais, incrementando, deste modo, as funções de gestão desempenhadas pelas cidades.

Durante o séc. IV a adopção do Cristianismo como religião oficial proporcionou a *Bracara Augusta*, na sua qualidade de província eclesiástica nos finais deste século (coincidente com a anterior divisão de Diocleciano), a administração de um importante território e o controlo directo sobre as dioceses sufragâneas. Este papel assumido pela cidade fará com que esta seja de categoria superior à própria *Tarraco*, dado que o seu governador e a própria província eram, segundo a *Notitia Dignitatum*, de categoria consular, fazendo com que Ausónio (*Ordo*, XIV) lhe atribua o título de *dives Bracara*, revelador do desenvolvimento deste centro urbano. Não pode estabelecer-se com precisão a data em que foi instituída a sede episcopal na cidade, ainda que saibamos que pelo ano de 400 d. C. um dos seus arcebispos, *Paternus*, assistiu ao Primeiro Concílio de Toledo (Balil, 1992: 47).

As transformações políticas resultantes da presença sueva na Península, no período compreendido entre os sécs. V e VI, não afectaram a sobrevivência da cidade. O espaço onde o reino suevo exerceu o seu domínio, a partir do ano 411, coincidiu com o território da província da *Gallaecia*. *Bracara Augusta* transformava-se, assim, na capital política e administrativa desse reino com uma vida activa, pelo menos até 456, aquando da invasão de Teodorico II (**Fig. 9**).

Nesse mesmo ano teriam ocorrido os primeiros movimentos bagáuticos na região de *Bracara* (Hydat. 158), num contexto duma séria de revoltas a Norte da Península, relacionadas com os movimentos rurais, realizados por pobre agricultores de condição livre, colonos e escravos agrícolas (Blázquez, 1975). As funestas consequências dos movimentos bagáuticos na região e o quadro dramático da invasão por Teodorico II historiado pelo cronista Idácio parece, no entanto, ser desmentido pelos dados arqueológicos que demonstram a sobrevivência da cidade e a continuidade da vida urbana ao longo dos sécs. V/VI e mesmo VII (Martins e Delgado 1989-90 a: 31). A invasão e pilhagem da cidade não respeitando as igrejas nem os eclesiásticos, como bem testemunha a expulsão em 455 das virgens consagradas (Maciel, 1998:28), insere-se na luta contra o poderio suevo realizada por Teodorico II que, na condição de federado do imperador, penetrou com as suas tropas na Península (Hydat. 173-75) (vid. Blázquez, 1975). Por outro lado, e como bem salienta Oliveira Martins (Martins, 1994: 87, 12<sup>a</sup> edição), embora revoltado contra a ferocidade dos invasores, Idácio ingenuamente nos revela os sentimentos do clero a esse respeito.

Os dados fornecidos pela Arqueologia para o Baixo-Império evidenciam duas fases distintas: uma primeira de renovação entre os finais do séc. III/inícios do séc. IV e, provavelmente, meados do séc. V; uma segunda fase, evidenciada por remodelações mais tardias, nos sécs. V e VI, marcadas pela deterioração da qualidade de construção que corresponde, muitas das vezes, a arranjos de edifícios preexistentes cuja funcionalidade original foi sacrificada.

A continuidade da importância da cidade está bem patente na realização do Cânon I do Concílio em 561, que decorreu na cidade, com a participação de S. Martinho de Dume como abade daquele mesmo mosteiro (Maciel, 1998: 29).

A anexação por parte dos Visigodos do actual território do Noroeste peninsular ocorreu em 585 com a derrota dos Suevos, após uma série de campanhas realizadas pelo rei Leovigildo. A primeira campanha conhecida dá-se em 573 após um ataque na zona sudoeste do *conventus Bracaraugustano*, na região montanhosa que se estende ao longo do rio Sabor. Para o ano de 575 conhece-se uma segunda campanha desta vez ocorrida a noroeste do *conventus*, com a anexação da região dos montes *Aregenses* (situados na parte oriental da actual província de Orense) que se encontravam sob o domínio de um magnate local, *Aspidium*. Decorrido um ano, em 576, tem lugar uma terceira incursão dos Visigodos que, desta feita, e segundo a crónica de Juan de Bicláro, invadem directamente o território suevo, designadamente a região do Baixo Minho e o Sul da

actual Galiza (Quiroga e Lovelle, 1994:86-7). Mas, como vimos, será só a partir do ano 585 que a ocupação visigótica destes territórios se efectuará, dado que nem as fontes nem os dados arqueológicos permitem recuar para uma ocupação anterior (Quiroga e Lovelle, 1994:91). A partir da integração e ocupação destes territórios os Visigodos decidem instalar guarnições que funcionaram como postos de controlo em núcleos principais como as cidades de Lugo e Tui, mas sobretudo, nos territórios da antiga base territorial sueva situada entre os cursos dos rios Minho e Douro, aproximadamente na actual região Entre Douro e Minho até às zonas mais a Este do *conventus bracarense*, os montes aregenses, na proximidade dos antigos povoados que se situavam nas imediações das *uillae* tardias (Quiroga e Lovelle, 1994:104-5). Como resultado deste conjunto de conflitos, *Bracara Augusta* sofreu nefastas consequências ao nível da administração e da vida económica, condicionando as relações comerciais e as indústrias e consequentemente agravando a má situação económica dos estratos mais baixos da população.

Saqueada pelos Visigodos, parcialmente sacrificada pela cidade medieval que parcialmente se lhe sobrepôs, a cidade romana de *Bracara Augusta* foi sendo sepultada sob os campos cultivados que envolviam o pequeno burgo medieval.

A “revisitação” da cidade apenas se efectua a partir do século XVI, fruto dos humanistas bracarenses que se lançaram na busca da antiga cidade romana e na redescoberta da sua história (Martins, 2000).

De entre os documentos mais significativos deste período destaca-se a publicação, nos finais do século XVI (1594), de uma planta da cidade atribuída a Georgius Braun (mais conhecido, entre nós, por Braunio), gravador alemão na qual se faz referência aos espaços da antiga cidade romana, designadamente aos locais de saída das principais vias militares e à provável posição do antigo *Forum* romano (**Fig. 10**), que segundo este autor se situava no lugar onde se ergue a Igreja de S. Sebastião: “*S. Sebastiani aedicula ubi forum Romanorum fuisse creditur*” (Igreja de S. Sebastião onde se julga que existiu o *Forum* Romano).

A referência a outros testemunhos da cidade romana estão ainda reunidos na obra de autores eruditos como o arcebispo D. Rodrigo da Cunha (1634) que ensaiou a primeira tentativa de síntese da história de Braga e, mais tarde, a Jerónimo Contador de Argote (1732-34) que, enquadrado no espírito iluminista do século XVIII, procedeu à mais ampla tentativa de reconstituição da história da cidade romana a partir dos testemunhos arqueológicos e do recurso às fontes escritas.

Pouco tempo passou para que a divulgação da memória de *Bracara Augusta* se perpetuasse pela divulgação de novos achados, designadamente na Gazeta de Lisboa e nas Memórias Paroquiais aproveitadas por Pedro A. de Azevedo para obter informações de interesse arqueológico e no 2º volume do “*Dicionário Geográfico*” pelo Padre Luís Cardoso (1751).

De entre os testemunhos de maior realce referidos nas obras destes humanistas destacam-se, entre outros, as diversas referências ao anfiteatro romano dado como situado nas proximidades da antiga igreja de S. Pedro de Maximinos (vid. Morais, 2001: 55-76) - que se encontra documentada num mapa da cidade (**Fig. 11**) da autoria do conhecido arquitecto tardo-barroco André Soares (1756) - e a referência a um “*precioso tesouro*” encontrado em Braga junto ao “*Convento das Freiras da Conceiçam*” (actualmente conhecido como Convento da Regeneração), “*onde ainda ao presente existe huma grande parte de muralha antiga do tempos dos Romanos*” (vid. Morais, 2002 c: 219-235).

## Cap. III – O Comércio e os meios de transporte utilizados

### 1. O Comércio: factor de desenvolvimento e estabilidade

“*Una de las actividades económicas que ha supuesto un mayor contacto entre distintas culturas, provocado un mayor desarrollo técnico de las comunicaciones y el transporte y favorecido la estabilidad es sin duda el comercio*”: estas palavras são de C. Carreras Monfort que assim inicia o seu capítulo introdutório à economia da *Britannia* romana (Carreras Monfort, 2000 a: 17). Não poderíamos estar mais de acordo. A palavra latina *Commercium* significava qualquer actividade relacionada com os negócios, o intercâmbio ou a compra e venda de mercadorias com a aceitação dos riscos inerentes à transação (Will, 1987). Como salienta Jacques Le Goff (1982: 7), o comércio, para além de suscitar conflitos, funciona como um dos maiores laços entre as áreas geográficas, as civilizações e os povos.

Nenhuma sociedade pode deixar de consumir nem pode, portanto, deixar de produzir e distribuir. Deste modo, todo o conjunto da actividade económica, centrada no movimento da produção, distribuição e consumo de bens, é um processo dinâmico e circular. Dentro desta circulação de produtos, a distribuição proporciona o vínculo fundamental. Nesse sentido, todas as relações duradoiras de uma dada sociedade implicam transações, intercâmbios e, num maior grau de complexidade, comércio (Aubert, 1997: 93). Todavia, quando não se dispõe de suficiente documentação escrita é extremamente difícil reconstituir os mecanismos de intercâmbio no mundo antigo. É o caso do Noroeste peninsular onde se insere a cidade romana de *Bracara Augusta*.

Uma leitura superficial das fontes pode induzir-nos a admitir um isolamento quase total das povoações do Noroeste e Norte da península, isolamento especialmente realçado no início do III livro de Estrabão (3, 1, 2), quando refere que esta região “*não é só excessivamente áspera, mas também fria e oceânica; e além disso não contacta, nem tem comércio com as demais regiões, de modo que esta é a região que se mostra mais difícil de habitar*”.

Esta situação não é, porém, totalmente verdadeira. De facto, apesar do isolamento destas povoações resultante da escassez de vias terrestres, não podemos esquecer os diferentes vestígios arqueológicos encontrados que revelam a existência de



um intenso comércio destas regiões, em particular por via fluvial e atlântica. Sabemos que já desde a época pré-romana se exerciam, entre os povos do Noroeste peninsular, dois tipos de comércio: um comércio interno, realizado na área da “cultura” castreja; e outro, externo, que relacionava esta área com outras zonas geográficas.

O comércio interno tinha lugar nos *fora* que serviam, possivelmente, de mercados tribais ou gentílicos onde os produtos de intercâmbio seriam bens perecíveis, como objectos e roupas, ou produtos como o ouro, cobre, estanho e chumbo. Nestes mesmos *fora* podiam ser trocados alguns outros produtos como, por exemplo, cerâmica exótica e contas de vidro, provenientes de mercados externos.

O comércio externo com outras áreas peninsulares, ou extra peninsulares, foi determinado pelo estanho e certamente impulsionado pela criação de condições favoráveis tais como a prestação de serviços, protecção, liberdade de circulação e isenção de pagamentos. As rotas deste comércio faziam-se por via aquática e terrestre. Estas últimas, no entanto, com excepção dum caminho interior desde o Sul da Península até ao Noroeste (a conhecida Via da Prata em época romana), são, na maior parte dos casos, difíceis de precisar. Contrariamente, os exemplos mais significativos das rotas comerciais no período pré-romano estão representados pelos povoados fortificados litorais localizados em lugares de destaque e na desembocadura de rios importantes, tais como os povoados de Coaña, Sta. Tecla, Sta. Luzia, Terroso, Bagunte e V. N. de Gaia (vid. Naveiro López, 1991b: 24). Numa posição de maior proximidade relativamente a *Bracara Augusta*, cabe destacar, a título de exemplo, a importância de um outro povoado de menores dimensões situado numa posição alcandorada junto à foz do Cávado. Trata-se do povoado de S. Lourenço, situado a NE de Esposende, que, pelo conjunto de vestígios arqueológicos até ao momento encontrados – entre os quais um fragmento de cerâmica ática de figuras vermelhas do século IV a. C. (Arruda, 1997: 82; Almeida e Cunha, 1997: 14) -, permite enquadrá-lo no contexto do comércio marítimo-fluvial do Atlântico.

O trabalho realizado por P. Pinto (Pinto, 1997) sobre os povoados fortificados de altura do Noroeste peninsular é elucidativo a este respeito. O autor expõe as motivações que levaram à fixação humana ao longo da faixa costeira e do envolvimento humano com o meio aquático a partir da respectiva posição geográfica (marítima, litoral e de ria). Como complemento a este trabalho, um estudo mais recente, realizado por K. Struut (Struut, 2000), demonstra, a partir da análise espacial de distribuição de povoados proto-históricos e estabelecimentos romanos na região do Ave, que os

comportamentos humanos no que respeita à escolha do *habitat* não só diferiram nestes dois períodos, como também obedeceram a opções distintas. Os povoados fortificados de tipo “castrejo” em altitude situavam-se frequentemente em posição sobranceira aos principais cursos de água, ao contrário da ocupação romana que privilegiou as vertentes baixas e as planícies de aluvião, correspondentes aos terraços fluviais e às próprias planícies costeiras que sugerem uma ligação imediata com os recursos aquáticos e a escolha de terrenos com aptidão agrícola (*id. ibidem*: 126). Outro aspecto interessante destacado pelo autor (*id. ibidem*: 127; 132) prende-se com o tipo de orientação adoptado pelos estabelecimentos romanos que - contrariamente aos de tipo castrejo cujas vertentes se orientam em todas as direcções - se dispõem preferencialmente nas vertentes expostas a sul, sueste e leste. Esta orientação dos diferentes estabelecimentos romanos, como bem destacou M<sup>a</sup> Luísa Blot (Blot, 2003: 34), corresponde, curiosamente, à orientação dos diferentes povoados e entrepostos de época fenícia no nosso território, segundo um critério tipicamente mediterrâneo.

Com a definitiva anexação destes territórios pelos romanos, o comércio passa a ser um dos principais factores de desenvolvimento económico, a par da agricultura e da mineração; o comércio só era condicionado pelos direitos das fronteiras de cada província e consequente distribuição, o que facilitava fortemente o seu desenvolvimento. Os mercadores romanos estavam frequentemente organizados em associações voluntárias denominadas *collegia*. Os dados fornecidos pela epigrafia, que consistem maioritariamente em inscrições do tipo funerário e honorífico, demonstram que estas actividades eram social e religiosamente importantes na vida das comunidades. A pertença a um *collegium* e a participação nos seus rituais dava aos mercadores, fossem eles escravos ou libertos, um sentido de identidade e um certo estatuto dentro da comunidade (Meijer e von Nijf, 1992: 74).

São muito menos frequentes as referências epigráficas relativas às actividades económicas dos *collegia*, enquanto associação. Sabemos, todavia, que estes funcionavam como verdadeiras empresas comerciais que tinham como finalidade defender a respectiva hegemonia nas actividades económicas a que se dedicavam (*id. ibidem*).

Não nos devemos, porém, esquecer que numa sociedade baseada numa economia de subsistência, como o eram todas as sociedades do mundo antigo, o ramo mercantil mais importante não era, naturalmente, o comércio de objectos de luxo, mas

sim o intercâmbio de artigos de primeira necessidade, vitais para o abastecimento das populações dos diferentes núcleos urbanos.

Assim, o Estado Romano dotou as províncias duma rede principal de estradas unindo os centros nevrálgicos que impulsionaram o incremento do consumo de artigos de primeira necessidade e a expansão da vida urbana.

Para um conhecimento mais profundo e enquadrado da economia e do comércio de uma cidade no mundo romano deve ainda levar-se em consideração a relação dos custos de transporte na antiguidade em geral e sua relação com os meios utilizados num determinado contexto geográfico. É sob este ponto de vista que de seguida passamos a expor os dados conhecidos nos estudos da especialidade de modo a permitir-nos uma melhor contextualização da economia e comércio de *Bracara Augusta*.

Pretendemos com esta análise enquadrar as poucas referências literárias e epigráficas que até nós chegaram e, na medida do possível, explicar a natureza do comércio romano numa cidade situada na periferia do Império. Neste ponto, o estudo da cultura material desta cidade, não apenas das ânforas mas de todo o tipo de cerâmica, sugere uma lógica económica, em particular no que respeita aos bens importados. Trata-se, efectivamente, de um sistema de mercado, condicionado pelos meios naturais e infra-estruturas usadas ou mesmo desenvolvidas pela própria cidade (marítimas, fluviais, terrestres, etc) que, em última análise, determinaram, num delimitado espaço de tempo, o seu potencial económico. Quando analisado à escala regional, este modelo, ainda que fortemente condicionado por mecanismos particulares de mercado e redistribuição, encontra-se também dependente de outras variáveis relacionadas com o poder de compra e características étnicas da população que teriam condicionado possíveis tendências de mercado.

## **2. Os meios de transporte utilizados**

### **2.1. Os custos de transporte e suas condicionantes**

R. J. Forbes (1966: 160) calculou que os preços de transporte por terra faziam duplicar o preço do cereal em cada 100 milhas (142,2 km) e, com alguma probabilidade, o mesmo acontecia com aquelas mercadorias cujo valor fosse pequeno em relação ao seu volume ou peso.

M. I. Finley (1986: 175-81), tendo em conta estes rendimentos médios de transporte no mundo antigo, pôs em relevo a relação existente entre a capacidade de transporte e o desenvolvimento da vida urbana, salientando o facto de os sistemas de tracção serem pouco eficientes e onerosos, tendo em conta os pesados carros de madeira levados por animais de tiro e carga. Efectivamente, a utilização do boi, como principal animal de tiro da antiguidade, da mula ou do burro, era determinada não só pela lentidão motora destes animais, mas também pela sua natural voracidade. Saliente-se, ainda, que não se conhecia a ferradura, não se conseguindo evitar que os animais não ferissem as suas patas (Chic García, s/ data: 46). O custo seria então acrescido, sobretudo em grandes distâncias, em função da quantidade de produtos a transportar e do número de animais e arrieiros empregues. Na verdade, a debilidade de tracção do jugo antigo determinava que ainda no séc. IV d. C. as viaturas não pudessem transportar mais do que 429 quilos (Foraboschi, 1990: 820).

Pelo contrário, o transporte por via aquática, marítima ou fluvial, para além de mais rápido, eficiente e seguro, era muito menos oneroso.

Um primeiro estudo sobre os custos de transporte de mercadorias e sua relação com os meios de transporte utilizados foi elaborado por R. Ducan-Jones (Ducan-Jones, 1974: 366 ss) que estabelece os seguintes valores: 1 via marítima; 4,9 via fluvial e 34 a 42 por via terrestre.

Posteriormente, A. Deman (Deman, 1987: 81), a partir dos preços estabelecidos para os cereais no *Edictum de pretiis rerum venalium* de Diocleciano (7, 1, ss), calculou que a proporção dos custos entre os distintos meios de transporte seria aproximadamente a seguinte: via marítima 1; via fluvial 5 a 8; e via terrestre 39.

Mais recentemente, um estudo detalhado C. Carreras Monfort (Carreras Monfort, 1994: 32) calcula os seguintes custos em função dos distintos meios de transporte: 1 em barco por via marítima; 3,4 e 6,8 em embarcações por via fluvial, segundo se vá a favor – descer – ou contra – subir – a corrente; 43, 3 em animais de carga e 50, 72 em carroça.

Ainda a propósito da vantagem do transporte de mercadorias por via aquática, o estudo conjunto de P. A. Gianfrotta e P. Pomey (Gianfrotta e Pomey, 1981) é elucidativo: seriam necessárias 375 carroças com uma capacidade de 400 quilos para efectuar o transporte de uma carga equivalente à de uma embarcação com uma capacidade média de cerca de 3. 000 ânforas, ou seja, 150 toneladas. Segundo os cálculos destes autores (*id. ibidem*: 51), a partir da já referida lista de preços

estabelecidos na época de Diocleciano, seria menos oneroso enviar um carregamento de cereais por via marítima aos confins do Império do que transportá-lo em carros de tração animal numa distância de 100 Km.

Apesar da esclarecida vantagem do transporte de mercadorias por via aquática, não nos devemos esquecer, todavia, que esse mesmo transporte, particularmente o marítimo, tinha grandes riscos, dada a escassez de instrumentos de navegação que obrigava os pilotos a guiarem-se pelo instinto e pelos astros (orientando-se pelo sol durante o dia e pela posição das estrelas durante a noite). Por esse motivo, a maior parte das viagens marítimas fazia-se pelo sistema de cabotagem, não só pela referida carência de utensílios náuticos, com primitivos sistemas de direcção e de propulsão, mas também pelos fenómenos meteorológicos próprios de cada estação climática, que dificultavam, quando não impediam, o tráfego marítimo, levando muitas vezes a frequentes perdas de vidas humanas e carregamentos de mercadorias.

A este respeito, os autores antigos focaram a linha ténue que separava um marinheiro da morte por afogamento e os poemas de despedida dirigidos a amigos que partiam em viagens marítimas eram muitas vezes interpretados como elegias à sua morte certa (Casson, 1994: 149). Quando uma embarcação estava em dificuldades perto da costa, se conseguia ancorar, devia livrar-se de parte do seu lastre para não afundar. A frequência destas situações levou à criação de equipas de mergulhadores especializados em recuperação de mercadorias, por exemplo, os *urinatores* documentados numa inscrição encontrada em Óstia, dedicada ao imperador Antonino Pio (Beurdeley, 1991: 14-15).

Pelo mesmo motivo, em muitos dias do ano o calendário religioso proibia os negócios de qualquer espécie incluindo a demanda das embarcações. As datas de 24 de Agosto, 5 de Outubro, 8 de Novembro, ou mesmo os últimos dias do mês, eram de mau presságio para a navegação (Casson, 1994: 154). Nos dias favoráveis à navegação, antes do embarque, procedia-se a sacrifícios de animais, frequentemente uma ovelha ou um touro. Se o vento fosse favorável, se não houvesse nada de errado com a data e se o sacrifício fosse de bom augúrio, a superstição ainda considerava uma gama de maus presságios: um espirro enquanto se subia para a rampa de acesso à embarcação, um corvo ou uma pega pousados ou crocitando no cordame, o vislumbrar de alguns destroços, pronunciar certas palavras ou expressões e um número indeterminado de sonhos considerados como maus presságios (por exemplo, sonhar com águas turvas, chaves, âncoras ou animais – em particular, cabras, javalis, touros, corujas e aves

nocturnas, gaivotas e outras aves marinhas) (*id. ibidem*). Havia ainda outro factor a ter em conta quando se tinha de decidir entre uma viagem por terra ou por mar. Na verdade, se levarmos em consideração que durante uma terça parte do ano os barcos estavam amarrados no porto e durante outro terço a navegação era considerada perigosa, verificamos que ela apenas se efectuaria durante os quatro meses da estação estival (Pounds, 1987: 41). Tais restrições à navegação deviam-se às severas tempestades de Inverno e aumento de nebulosidade que ocorre entre o Outono e a Primavera. Neste sentido, a própria administração romana estabeleceu um período de *mare clausum* (12 de Novembro a 10 de Março) e outra de “mar aberto” (27 de maio a 14 de Setembro) acrescentados de dois períodos de insegurança (10 de Março a 27 de Maio e 14 de Setembro a 12 de Novembro) (Chevalier, 1988 a: 119). Este facto não impedia, todavia, que em certas ocasiões as navegações não se efectuassem em meses menos aconselháveis: sabemos, por exemplo, que Cláudio tentou, *inter alia*, encorajar os mercadores especializados no transporte de cereais a importá-los para Roma durante os meses de Inverno através de uma regulamentação específica (Suet. *Cl.* 18.4; 24) que estabelecia que em caso de naufrágio ou abandono de parte da carga devido às tormentas inverniais estes deveriam ser reembolsados do valor, concedendo-lhes, inclusivamente, privilégios especiais (Suet. *Cl.* 18, 4, 19) (Cfr. Sirks, 1991: 41; 61-62). Temos também conhecimento de viagens excepcionalmente realizadas em períodos menos aconselháveis no caso do transporte de militares para resolver situações de emergência (Casson, 1994: 149).

Dadas estas limitações, o período reservado à navegação era bastante breve e, como já referimos, o sistema de orientação baseava-se no posicionamento das estrelas e, em particular, da estrela polar. Esta estrela, a que os gregos chamavam *pheniké*, controlada sobre o horizonte com a altura da mão, marcava não só o norte, mas também a altitude em que se encontrava o observador (Tinoco Pérez, 2001: 198). Os navegantes ainda faziam subir um vigia ao mastro, ou seguiam a migração das aves, podendo, inclusivamente, soltar aves, pombas e corvos fundamentalmente, para observar a maior ou menor distância relativamente à costa (*id. ibidem*; Martínez Maganto, 1990: 70). Sabemos também da existência de iluminação nocturna nas embarcações obtida por meio de ânforas perfuradas e fixadas nas proas dos barcos, no interior das quais se fazia arder uma luz que mantinha o contacto nocturno entre as frotas (Tinoco Pérez, 2001: 194; 199). A comprovação arqueológica desta teoria está documentada pela descoberta de uma ânfora do tipo Dressel 1 A encontrada num naufrágio datado do século II a. C.,

cujos vestígios de uso e características permitiram identificá-la como sendo uma lanterna de embarcação (Martínez Maganto, 1990: 69-70)

No campo da navegação, a existência de faróis era essencial. Os faróis representavam, à semelhança dos dias de hoje, elementos de sinalização de portos e orientação de lugares de ancoragem seguros. O sistema de sinalização empregue, utilizado pelo menos desde a época helenística, é antecedido por sistemas de sinalização nocturna que se baseavam em sinais luminosos através de fogos costeiros ou torres de vigilância militares (*id. ibidem*, 1990: 67-69; 85). É também provável que os faróis fossem importantes na sinalização diurna, neste caso pelo uso de sistemas de sinalização baseados na reflexão de raios solares através de superfícies polidas que possibilitassem uma sinalização intermitente de grande visibilidade, de colunas de fumo, e da emissão de sinais sonoros durante os dias de cerrado nevoeiro ou temporal, através de engenhos mecânicos (*id. ibidem*, 1990: 75-76; 85).

No contexto da faixa atlântica do actual território português apenas temos conhecimento da existência de uma torre (com função de farol) pelo testemunho de Estrabão (III, 3, 1). Trata-se de uma torre que teria existido num local ainda não determinado, provavelmente situada no Cabo Espichel ou em Outão (vid. Alarcão, 2004: 317-325), a qual, entre muitas outras que seguramente existiam ao longo da faixa atlântica, tinha funções determinantes para a viabilidade dos circuitos de navegação ao longo da costa. Não é, todavia, de afastar outras possibilidades designadamente a existência de duas torres sendo, ou não, uma delas um farol (*id. ibidem*).

Nesta costa, o mais conhecido de todos está situado na Corunha. Conhecido pelos marinheiros da antiguidade como o “porto dos ártabros” (Estr. III, 154), ou *altissimum pharum* (Orosio, *Historiarum adversus paganus*, I, 2, 71), serviu de vigia das embarcações que se dirigiam ou vinham da Bretanha. Também conhecido como Torre de Hércules, conserva a tradição arquitectónica do conhecido farol da antiguidade construído na Alexandria do Egipto (Hauschild, 1977: 136). Neste local da Corunha estava situado *Brigantium*, o último dos grandes centros portuários da *Hispania*, que desde a época pré-romana era um empório de comércio de estanho e que, pelo menos desde a época romana, capitalizava o tráfego comercial com destino ao Cantábrico e Atlântico e controlava a rota até à *Britannia* (Martínez Maganto e Carreras Monfort, 1993: 102). Este farol, que Ptolomeu situa no grande porto dos galaicos lucenses, denominando-o *Farum Precantium* (deveria ser lido *Pharum Brigantium*; Cfr. Franco Maside, 2001: 227, nota 25), estava seguramente relacionado com uma *statio* ligada ao

importante papel económico (comercial) daquele centro portuário, responsável pela recolha de produtos, como o *portorium*, por parte dos funcionários romanos encarregues desta tarefa (*exactores*), documentados em inscrições na Corunha (Arias Vilas, 1992 b: 55). Não devemos, contudo, valorizar em excesso a importância deste equipamento, no contexto de *Brigantium*. Como bem referiu Fermín Pérez Losada (Pérez Losada, 2002: 135): *Brigantium é polo tanto un punto de especial interese estratéxico e administrativo a nivel estatal (ou imperial se se quere), concretado na prestación de servicios a este alto nivel que confiren ó enclave un carácter propio e extremadamente singular dentro do mundo galaicoromano*. De facto, como mais adiante refere o autor (*id. ibidem*), os vestígios arqueológicos são relativamente pouco abundantes quando comparados com outros contextos costeiros (por exemplo, Vigo ou Iria), o que leva a pensar mais num “tráfico “de paso” de mercadorías (abastecemento da Galia e Britania desde o Mediterráneo) que propriamente un centro relevante de consumo, produción ou almacenamento/redistribución masiva de bens importados cara ás terras do interior”.

Segundo Naveiro López (1991a: 133; 154), este farol teria, para além de uma função meramente económica, um particular interesse estratégico a nível político e administrativo. Sabemos inclusivamente por Orósio (I, 2.71) que este farol tinha a função de prevenir da proximidade da costa peninsular às navas que regressavam de noite das ilhas Britânicas. Este era o único porto continental para os barcos que se dirigissem para o Canal da Mancha ou ao Canal de S. Jorge, normalmente favorecidos pela rápida corrente atlântica (Millet, 1998: 70). A edificação deste farol teria provavelmente ocorrido no século II como parece deduzir-se da recolha de alguns materiais encontrados por L. Monteagudo nas escavações realizadas junto à torre (vid. Martínez Maganto, 1990: 80). Aí foi ainda encontrada uma inscrição votiva gravada na rocha natural, localizada a cerca de 15 metros a sul da dita torre. A inscrição é dedicada a Marte (*Marti Aug(usto) sacr(um)*) por um indígena-latino (*G. Sevius Lupus Aeminiensis Lusitanus*) arquitecto de profissão (*architectus*), possivelmente um *architectus militaris*, segundo Patrick Le Roux (Le Roux, 1990).

Outros faróis ou fachos teriam existido na costa da baía Arousa facilitando, como o de Fariña, a entrada pelo rio Ulla (A Lanzada, O Grove, Stº Tomé do Mar, Torres de Oeste) e a mesma função cumpriria o (antigo) Facho de Donón no Morrazo, no qual apareceram várias lápides a uma divindade galaico-romana (Arias Vilas, 1992 b: 55).



Num passo de Mela (Chorog., 3, 11) encontramos a menção a uma *turris Augusti* situada na desembocadura do rio Sar, nas proximidades de *Iria Flavia* (*Forum Iriensis*). A existência de um eventual farol nas cercanias da cidade não deixa de ser interessante dado que esta cidade constitui, juntamente com *Brigantium*, o principal núcleo junto à orla costeira da actual Galiza (vid. Pérez Losada, 2002: 87). O farol cumpriria assim uma clara função portuária e comercial dada a sua proximidade do único porto até ao momento documentado por diversos vestígios arqueológicos entre os quais um conjunto de materiais importados que inequivocamente comprovam, pelo menos para o período alto-imperial, a existência de um centro de armazenamento e redistribuição naquela região (Naveiro López, 1991 a: 139; 153-154; Pérez Losada, 2002: 97; 103-104; 108).

## **2.2. Os meios aquáticos**

### **2.2.1. As profissões associadas ao transporte e armazenamento de mercadorias**

As embarcações romanas tinham uma função primordialmente comercial. Não existiam embarcações de passageiros, os viajantes procediam, como haveriam de proceder até ao aparecimento do primeiro paquete no século XIX: eles dirigiam-se ao porto e informavam-se sobre a embarcação que se dirigisse numa direcção que eles pudessem utilizar. Tendo escolhido a embarcação, o viajante tratava da sua passagem junto do dono do navio (*magister navis*), do oficial responsável pela parte comercial da viagem, da manutenção do barco e assuntos afins. O manejo do navio ao longo da viagem estava a cargo do mestre de navegação, o *gubernator* (Casson, 1994: 153).

As embarcações construídas durante o período imperial pertenciam aos *naviculari*, bem conhecidos pelas inscrições e melhor ainda pelos textos jurídicos conservados no *Digesto*. Estes, representando ricos proprietários individuais ou poderosas sociedades de transporte marítimo, tratavam directamente do abastecimento das diferentes regiões do Império e, em particular, da cidade de Roma, através do conhecido sistema da *annona*. Para além destes representantes existia ainda, nos diferentes portos do império, toda uma “indústria” de transportes navais, por sua vez ao serviço de simples mercadores. Neste ponto, a epigrafia informa-nos sobre diferentes

categorias profissionais da navegação, a sua organização, a sua ocupação específica no contexto fluvial (*navicularii, nautae, ratiarii, utricularii...*) (Izarra, 1993: 13). Por exemplo, conhecem-se para o rio Tibre numerosas corporações de barqueiros – *scapharii, caudicarii, lenuncularii e lintrarii* – associados ao tipo de embarcações que servem (Rougé, 1978: 18-19). A estes barqueiros podemos juntar aqueles que exerciam uma profissão muito particular: os *urinatores*. Como já referimos (*supra 2.1*), estes pertenciam a uma classe de mergulhadores especializados que tentavam recuperar, quando fosse possível, as mercadorias caídas ao mar, ou mesmo carregamentos tombados em zonas pouco profundas (*id.*: 19). Um texto do *Digesto* (Cfr. Gassend, 1978: 30) refere um mercador que teria contratado *urinatores* para recuperar as mercadorias de um naufrágio, ocorrido devido a uma tempestade.

Ainda relacionados com o transporte de mercadorias existiam, entre outras profissões, a dos *saccarii*, directamente ligados ao transporte de mercadorias nos portos e lugares de consumo.

Melhor conhecidas são as profissões relacionadas com o armazenamento dos produtos nos portos, dentre as quais cabe destacar o papel dos *mensores (machinarii ou ponderatores)* e dos *tabularii*. Os primeiros tinham a tarefa de assegurar o volume e o peso das mercadorias que chegavam e partiam no decorrer das diversas manutenções; para isso utilizavam medidas previamente estabelecidas e cuidadosamente verificadas, recorrendo, por vezes, a balanças de prato duplo, designadas *machinae*; os segundos eram responsáveis pelo registo dos bens que saíam e entravam nos armazéns; no caso de se tratarem de armazéns portuários estes profissionais eram chamados *horrearii* (Rougé, 1978: 19; Chic García, 1984: 41; Izarra, 1993: 190).

Neste rol de actividades deve incluir-se ainda o controlo da qualidade dos produtos. Sabe-se, por exemplo, que cada carregamento com cereais era acompanhado de um saco de couro selado contendo uma amostra que permitia verificar se o produto estava em bom estado; no caso de se tratar de vinho era obrigatório que este fosse acompanhado de frascos selados (*ampullae*) e de provadores profissionais que verificavam se o vinho expedido era da mesma qualidade da amostra (Izarra, 1993: 190).

### 2.2.2. As embarcações utilizadas no comércio marítimo

As frotas comerciais de época romana eram compostas por embarcações extremamente diversificadas de pequena e média cabotagem, próximas de dimensões modestas, ou de grandes embarcações de alto mar. Esta variedade de tipos exprime também uma grande diversidade de origem dado que cada região da bacia do Mediterrâneo tinha os seus tipos tradicionais. Infelizmente, não é possível, no estado actual dos nossos conhecimentos, encontrar com segurança a origem dos principais tipos de embarcações. Conhecemos, no entanto, através das diferentes fontes escritas, o nome atribuído a algumas delas, tais como, *Isis*, *Corbita*, *Ponto*, *Cladivata*, *Gaulus*, *Rotundae*, por vezes também associadas a transportes específicos ou ao volume de mercadorias que estas poderiam transportar como, por exemplo, as referidas por Estrabão (III, 3, 1) – quando descrevia o Tejo como um espaço de grande capacidade portuária - as *muriagogoi*, que, segundo este, poderiam transportar cerca de 10. 000 ânforas ao mesmo tempo. Outras havia ainda associadas a situações de transporte específicos como as *Naves Onerariae*, cuja capacidade podia atingir mais de mil toneladas, quando unicamente usadas para o transporte de materiais de construção ou o abastecimento da *annona* e apenas ancorando em portos de enorme dimensão, caso dos portos de Óstia, Alexandria, Antioquia, Marselha, Cartago e Pireu (Meijer e van Nijf, 1992: 152).

Para o estudo destas embarcações de carácter comercial dispomos, para além dos restos recuperados nos naufrágios, de um rol iconográfico importante (vital para o conhecimento dos diferentes tipos de aparelhos utilizados) e de um conjunto de textos, essencialmente literários e raramente técnicos, que permitem uma abordagem mais ou menos aproximada da realidade.

Os estudos arqueo-náuticos, cada vez mais numerosos, têm-se revelado fundamentais para o estudo da tonelagem e das técnicas de construção naval, embora não permitam esclarecer, com exactidão, como seriam os velames ou mesmo o tipo de embarcações utilizadas. Para isso, tem-se recorrido com frequência às numerosas representações de embarcações que figuram em diferentes suportes usados na vida quotidiana dos romanos, falamos, por exemplo, de relevos, mosaicos, pinturas murais, grafitos, placas de terracota e moedas.

A totalidade destes dados permite reconhecer, para além das particularidades de cada representação, três tipos fundamentais de perfil de cascos que se distinguem essencialmente pela forma das extremidades:

- o primeiro tipo, longe de ser o mais frequente, pode ser considerado como o navio de carga por excelência: caracteriza-se por possuir uma roda de proa convexa e uma popa poderosa que se reveza segundo uma curva regular bem acima da roda da proa (Pomey, 1978: 20);
- o segundo tipo, aparentemente menos conhecido, possui igualmente uma roda de proa convexa mas apresenta uma popa menos elevada e parecida com a proa, o que, naturalmente, lhe confere um perfil simétrico (*id. ibidem*);
- o terceiro e último tipo, distingue-se dos precedentes pela forma da sua roda de proa côncava que acaba em forma de espora ao nível da quilha, enquanto que a popa permanece semelhante à do primeiro tipo (*id. ibidem*).

Encontramos, na generalidade destas embarcações, algumas características comuns. Sabemos, por exemplo, que a maior parte das cabines existentes se situava na popa e, mais raramente, no centro. Sabemos, ainda, que estas estavam equipadas com dois lemes laterais protegidos por uma espécie de caixa lateral que nasce na parte dianteira do navio (*id. ibidem*: 22-23). A existência de uma vela redonda, perpendicular ao eixo da embarcação, era também seu apanágio, ainda que, na generalidade, fosse de fraca dimensão e com a finalidade de facilitar um melhor equilíbrio da embarcação em velocidade e auxiliar nas manobras de mudança de direcção (*id. ibidem*: 24). Na verdade, com excepção de grandes embarcações de três mastros, que a partir do séc. II podiam apresentar velas de grande volume, o mastro antigo é sempre monóxilo impedindo, como tal, a sobreposição de velas redondas (*id. ibidem*).

Sendo a vela o seu único meio de propulsão, as velocidades dependiam da direcção e intensidade dos ventos: para a navegação diurna, levando em consideração as manobras de saída e atracagem, as velocidades podiam oscilar entre 2 nós (= o nó corresponde a uma unidade de velocidade constante correspondente a 1 milha marítima por hora. A milha itinerária marítima corresponde a 1852 metros), com ventos laterais, e 4, com vento de popa (Naveiro, 1991 a: 121). Na navegação de altura, com um menor conjunto de manobras e um maior aproveitamento dos ventos e das correntes, as velocidades podiam aumentar até cerca de 5 a 6 nós ou mesmo mais, desde que os ventos fossem favoráveis (*id. ibidem*).

### 2.2.3. As embarcações fluviais utilizadas

Apesar das embarcações fluviais (*naves fluminales*) serem conhecidas pela sua precariedade, intermitência e lentidão, estas foram largamente utilizadas no mundo romano. Contrariamente às embarcações marítimas onde a propulsão não podia ser assegurada senão pelo uso do remo ou da vela estas beneficiavam ainda de um leque mais vasto de possibilidades, entre as quais, o aproveitamento da pouca profundidade dos rios e a vantagem da corrente descendente (Izarra, 1993: 157). O seu uso estava dependente, naturalmente, do regime de cada rio e da época do ano, em particular durante o outono e nos inícios da primavera, quando os rios apresentavam um maior caudal de água (*id. ibidem*: 76-77).

As embarcações fluviais podiam ser de diversos tipos segundo a sua função e o curso do rio em que eram utilizadas: quase todas se moviam a remos, ainda que por vezes uma pequena vela ajudasse os remadores, como no caso das grandes barças. Assim, a maior parte das embarcações fluviais, quando não denominadas simplesmente *nautae*, adquiriam um nome específico (*id. ibidem*: 38). Dos vários tipos de embarcações documentadas nas fontes escritas, monumentos epigráficos e outros suportes (mosaicos, relevos), destacam-se - para além do *ponto* (grande embarcação utilizada no comércio) - dois tipos de grandes barcas fluviais de fraco calado, os *linter* e *rates*, que podiam navegar nos meandros dos cursos de água.

- o *linter* (também conhecidas por *Lynter* ou *Lintris*; Bonsor, 1989: 89), raramente mencionada como embarcação marítima (Izarra, 1993: 112), era uma embarcação tipicamente fluvial ou lacustre que se caracterizava por ser utilizada em águas pouco profundas, manobrando-se com o remo e possuindo quilha, ponte e vela (Chic García, 1984: 34; Parodi Álvarez, 2001: 30-31). O comprimento da embarcação a partir do convés e o casco arredondado (não tinha um fundo plano como um simples lanchão) conferia-lhe uma grande mobilidade, apesar de a tornar instável (Grenier, 1934: 592). Cícero (*Brutus*, 60, 216), ao troçar de um orador que balançava o seu corpo da direita para a esquerda quando falava, disse que ele parecia falar dentro de um *linter*. As mais primitivas foram talhadas numa só peça a partir de um tronco, mas posteriormente tornaram-se mais complexas, podendo adquirir diferentes tamanhos (Izarra, 1993: 111). Este tipo de embarcações estava destinado ao transportes de viajantes, animais e mercadorias, podendo chegar a albergar um máximo de seis indivíduos (*id. ibidem*). César assinala a presença destes pequenos barcos no Sona e no

Sena; Tito Lívio (XXI, 26), no Ródano; Ovídio (*Fastes*, VI, 779) no Tibre (cfr. Grenier, 1934: 591). Eram ainda utilizadas (como os *rates*) para a construção de “pontes de barcos”.

- os *rates* (também conhecidos como *rates silve rataria*) eram simples balsas fabricadas mediante a união de troncos com cordas ou cravos (Chic Garcia, 1984: 35; Parodi Álvarez, 2001: 31); eram sólidos e maciços, ainda que mais primitivos e de construção mais simples do que o *linter* (Grenier, 1934: 592-93); manobravam-se com a pértiga, remo ou vela, em função do seu tamanho e deslocação (e do curso do rio onde se encontrassem) (Parodi Álvarez, 2001: 32). Como o *linter* podiam servir de barça e servir como auxiliares para embarcar e desembarcar mercadorias de navios maiores (Grenier, 1934: 592-93; Parodi Álvarez, 2001: 32).

- o *ponto* era uma embarcação de grande tonelagem movida à vela, com dois mastros e um casco sólido que formava uma voluta na popa e era pontiaguda na proa; possuía ainda um esporão bastante saliente e reforços laterais que tinham como função o engate das cordas. Esta embarcação era especialmente dedicada ao comércio e utilizada nos rios e grandes ribeiras. Podia também ser utilizada na navegação marítima como grandes navios de carga ou para fins especificamente militares, incluídos nas “*naves onerariae*” (Izarra, 1993: 115; Parodi Álvarez, 2001: 27-30). César fez referência a embarcações deste género na Gália (*De Bell. Gall.*, III, 13, 1).

Os três modelos referidos correspondem, sem dúvida, aos principais tipos de embarcações fluviais. Mas a actividade da navegação criou outras variedades numerosas e diversas das quais destacamos, no contexto do comércio e de transporte de produtos, a *stlatta*, de casco arredondado, fundo plano, e movida a remos estava destinada para o comércio; a *vegeiia*, uma embarcação especial igualmente movida a remos ainda que com maior capacidade para o transporte de viajantes ou mercadorias; as *naves codicariae*, embarcações de pequenas dimensões de casco arredondado, cobertas, com porão e com um mastro destinado principalmente para o reboque (vid. Grenier, 1934: 598-99; Izarra, 1993: 108-119; Parodi Álvarez, 2001: 24-25) e as *scapha*, um outro tipo de embarcações menores usadas na navegação interior, correspondentes a barcas movidas a remos e de casco igualmente arredondado usadas no transporte de mercadorias e pessoas, ainda que igualmente úteis para o reboque e manobras (Parodi Álvarez, 2001: 33-34).

Podemos ainda encontrar outro tipo de nomes de embarcações mencionadas por Ausónio, já em época tardia. Referimo-nos a um passo da sua obra (*Epist.*, 22, 1, 7) em

que diz que escreveu a um certo Paulino de Nola para lhe pedir que forneça ao seu procurador, Philon, um *nausus* ou *nausum*, um importante barco de comércio, para transportar as suas mercadorias entretanto armazenadas; neste passo refere ainda os diferentes tipos de embarcações que o seu procurador poderia utilizar ao percorrer o rio Tarn e o rio Garona (cfr. Grenier, 1934: 598; Izarra, 1993: 114).

O método utilizado para fazer subir os barcos rio acima era a sirga. Ainda que em certas ocasiões pudessem ter sido utilizadas equipas de bois, o normal era que esta fosse efectuada por homens (*herciarii*) que puxavam as barças fazendo uso de uma corda atada a um mastro situado na proa de uma embarcação (Chic García, 1984: 37; Parodi Alvaréz, 2001: 25-26). Este sistema de tracção a partir das margens dos rios exigia a existência de caminhos de sirga apropriados (*pedestro iter*) (Chic García, 1984: 37). Além deste método utilizavam-se, ainda, as *scaphae*, barças impulsionadas por remos, para rebocarem, contra a corrente, as embarcações que só possuíam a força do vento para poder navegar. A existência destas barças encontra-se especialmente documentada na iconografia naval de Narbona (Izarra, 1993: 56) e por inscrições encontradas em Sevilha (Bonsor, 1989: 89), com referências a barqueiros (*schapharii*), que comercializavam com a *Colonia Romula Hispalis* (Sevilha) e que erigiram vários monumentos aos imperadores Antonino Pio e Marco Aurélio, ou cidadãos ilustres como *L. Castricius Honoratus* e *Sex. Iulius Possessor* (*id. ibidem*). Uma inscrição encontrada na necrópole Este de Córdova menciona uma escrava pertencente à corporação dos *portonarii*, ou seja, dos encarregados desta actividade (Chic Garcia, 1990: 29).

Sabemos, ainda, que, em vários pontos, o rio Guadalquivir foi adaptado à navegação por meio de grandes barças, que lhe fixaram o seu curso e estabeleceram uma série de diques (*portus*) para conter e elevar o nível das águas (Chic Garcia, 1988 B: 11). O mesmo tipo de adaptações também está documentado, num texto de Plínio (*N. H.*, III, 9, 1), relativamente ao rio Tibre: aí este refere a existência de represas (*piscinae*) para conter a água em épocas de estiagem e facilitar a navegação na parte inferior do seu curso. Sem referência a nenhum local específico, o interesse de Roma em manter navegáveis os cursos dos rios está também documentado nas disposições legais compiladas no capítulo XV do livro XLIII do *Digesto* (Chic Garcia, 1978; Escacena Carrasco e Padilla Monge, 1992:73).

### 3. A rede de transportes da cidade no contexto do Noroeste peninsular

#### 3.1. As vias marítimas

A via aquática, especialmente o transporte por mar, segundo as palavras de M.I. Finley (Finley, 1986: 178), “*criou possibilidades radicalmente novas para a cidade antiga*”. Os viajantes e os comerciantes preferiam sempre que possível o transporte por mar dado que, comparativamente ao transporte por terra, era mais rápido, mais económico e, paradoxalmente, mais seguro, permitindo, também, transportar maior número de mercadorias com menor investimento.

A informação arqueológica relativa às relações comerciais do Noroeste atlântico com os países do Norte, em especial com as ilhas Britânicas e as terras que rodeiam o Canal da Mancha, data-as pelo menos de 1750-1500 a. C. (Montenegro, *et alii*, 1989: 14). Esse comércio fazia-se com barcos de couro que depois foram substituídos, com a chegada dos romanos, por barcos feitos a partir de troncos de árvores. Estes dados são-nos fornecidos por Estrabão (III, 3, 7) que, ao referir-se aos povos do Noroeste, nos diz: “*Antes da expedição de Bruto, usavam embarcações de couro, em virtude das inundações através dos charcos; mas hoje até barcos feitos de um só tronco são já raros*”. Aquele processo de construção dos barcos parece igualmente corroborado por Plínio (*Nat. Hist.*, XXIV, 65; XXXIV, 156), quando faz referência às embarcações feitas de peças de couro ligadas com fio de linho e, indirectamente, pelo próprio Estrabão (III, 5, 11), quando se refere aos habitantes das célebres Ilhas de Estanho, as Cassitérides, que faziam a troca de peles de animais, por outros artigos, tais como peças de cerâmica, sal e utensílios de bronze que lhes ofereciam os mercadores, certamente púnicos e tartéssicos.

Um dos exemplares mais antigos relacionados com a navegação é uma piroga mesolítica de Noyen-sur-Seine datada (pelo radiocarbono e dendroconológico) de cerca de 6000 a. C.. Diversas embarcações monóxilas estão documentadas, com alguns melhoramentos e materiais mais aperfeiçoados, em diferentes épocas, testemunhando assim a persistência duma navegação interior até à época moderna.

O registo por Estácio da Veiga no final do século XIX do aparecimento duma canoa monóxila no Algarve e de uma referência oral sobre os restos duma presumível “canoa de tábuas” (?) encontrados (e perdidos) próximos do povoado de Guifões



(Matosinhos), representavam as duas únicas indicações de possíveis embarcações pré-romanas de que temos conhecimento para o actual território português (vid. Filgueiras, 1980: 147). O aparecimento em Março de 1985 no rio Lima, a cerca de 15 km de Viana do Castelo (Geraz do Lima), de uma piroga monóxila de carvalho de cerca de 4,4 mts., num banco de areia, a 3 mts. de profundidade, datada do século XI, constitui um achado de importante significado. Esta piroga é a primeira embarcação deste tipo que se encontra conservada (Alves, 1986: 223), representando um valioso testemunho da continuidade de uma tradição náutica em uso desde os tempos pré-históricos.

Em território galego conhecem-se representações figurativas de antigas embarcações romanas de pequenas dimensões numa estela proveniente de Vilar de Sarria (Lugo) e num fragmento de pança de uma jarra tardia (decorada com uma aguada vermelha) encontrada em dragagens realizadas no rio Ulla e actualmente depositada no Museu do Povo Galego (Naveiro, 1991 a: 119-120; 138, nota, 73); na estela está representada uma embarcação de casco arredondado, com proa e popa rematadas por cabeças zoomórficas, vela quadrada e quatro tripulantes; no fragmento cerâmico vê-se a representação incisa (pós cozedura) de uma embarcação que, apesar de não possuir vela, apresenta um casco ricamente adornado, no qual se destaca uma quilha curvada que se prolonga, continuamente, em roda e codaste (*id. ibidem*: 119-120).

Para o conhecimento sobre as antigas embarcações a recorrência a estudos de carácter etnográfico pode revelar-se de particular interesse. A este propósito, o estudo de Lixa Figueiras, intitulado “*A Evidência das Navegações desde o Bronze – necessidade duma cartografia específica*” (Figueiras, 1980), denuncia a semelhança existente entre exemplares pertencentes a contextos etnográficos do actual território português e embarcações da antiguidade. O autor (*id. ibidem*: 147-149), refere os seguintes exemplos: o caso da jangada de canas de S. Torpes e os modelos da Sardenha e Marrocos que teriam estabelecido as ligações mediterrâneas desde 8 000 ou 9 000 a. C.; o da jangada de odres de Lagoaça (Miranda do Douro), “*talvez o vestígio derradeiro da utilização dos odres para atravessamento dos rios pelos Lusitanos*”; o das barcas dos afluentes do Douro relacionados com os barcos derivados das canoas de tábuas de tipo mesopotâmico; o parentesco entre o *barco de mar* (*barco de xávega, saveiro*) e seus parentes próximos da “ria” de Aveiro, no Mondego, na Nazaré e os híbridos do Tejo/Guadiana com o modelo de prata encontrado numa tumba em A-bar-gi (Ur). Neste rol de exemplos poderíamos acrescentar o chamado barco de dornas do rio Minho que se construía unindo dois troncos (Alonso, 1985: 61) e a presença das diversas barcas de

passagem que, naturalmente, poderiam encontrar paralelos específicos em antigas embarcações pelos menos testemunhadas no mundo romano.

A representação de embarcações no petróglifo de Borna (Meira, Pontevedra), estudado por Fernando Alonso Romero e referido por Lixa Filgueiras como possível testemunho dos legendários barcos evocados por Avieno (cf. Filgueiras, 1980: 148; 152), representa um testemunho relevante para o estudo das antigas embarcações no contexto da fachada atlântica do noroeste.

Um projecto de arqueologia experimental (Projecto “Breogan”) realizado sob a orientação de Fernando Alonso Romero (Alonso Romero, 1976: 173-191), veio demonstrar que estas antigas embarcações podiam navegar no atlântico. Segundo este autor (Alonso Romero, 1976: 187), e de acordo com as antigas lendas irlandesas do *Livro das Invasões*, as viagens em embarcações de couro desde o noroeste da Península Ibérica só eram possíveis em Maio ou nos princípios do Verão, tendo em conta a melhoria do tempo e o predomínio dos ventos do sudoeste, imprescindíveis para impulsionar uma embarcação de vela até à costa sul das ilhas Britânicas; daí seguiriam uma rota costeira até alcançar as costas irlandesas.

Mais recentemente, a descoberta na mesma província (Pedornes, Santa María de Ola, Pontevedra) de um novo petróglifo que apresenta, entre outros motivos, a representação de uma embarcação vem, de novo, salientar a importância da navegação na costa atlântica desde épocas recuadas.

À parte estas problemáticas, o que sabemos, todavia, é que a costa atlântica, situada num dos circuitos naturais de navegação, constituiu uma área de confluência de culturas desde a Idade do Bronze até à época pré-romana, como já testemunham os périplos de Hanão e Himilcão que, desde Cádiz, marcavam as rotas Norte e Sul do Atlântico em busca de ouro, marfim, cobre, estanho e âmbar. Este último périplo tem sido interpretado como representativo da reabertura da rota do estanho até às Oestrímnides ou Cassitérides (“ilhas de estanho”), com o fim de renovar o seu comércio que, controlado desde o Bronze Final pelos grupos autóctones do sudoeste, se tinha interrompido no séc. VI a. C. (López Castro, 1995: 72). Frequentemente, as Oestrímnides ou Cassitérides são localizadas em frente às costas da Galiza, na Bretanha ou inclusivamente nas ilhas Britânicas (Plínio, *N. H.* 4: 119). Seja como for, é provável que os Tartessos de Huelva desenvolvessem contactos regulares e por via marítima com

o Noroeste peninsular durante o Bronze Final atlântico, como parece corroborarem os indícios de navegação fenícia regular ao longo da costa portuguesa desde meados do séc. VII a. C. (Aubet, 1997: 251; Arruda, 1999-2000; *id.*, no prelo a; *id.*, no prelo b).

A análise exaustiva dos elementos orientais e orientalizantes no actual território português realizada por Ana M. Arruda (Arruda, 1999-2000: 257), permitiu confirmar que estes vestígios se concentram sobretudo ao longo da orla costeira, ainda que particularmente concentradas em áreas restritas, concretamente no estuário de três grandes rios (Sado, Tejo e Mondego) e em regiões da orla costeira do Algarve. Segundo esta autora (*id. ibidem*), a presença fenícia no espaço correspondente ao actual litoral português implicou, a partir da 1ª metade do século VII a. C., o estabelecimento permanente de povoações oriundas da área do Estreito de Gibraltar, em locais fundados *ex nihilo*, como, por exemplo, as fundações de tipo colonial de Abul e Santa Olaia.

Um bom exemplo destes contactos preconizados por um “profundo orientalismo” é, entre outros locais, bem evidente na ocupação da primeira metade do I milénio a. C. em Castro Marim (vid. Arruda, *et alii*, no prelo). Neste local, os habitantes entraram em contacto directo com os colonos fenícios então já instalados na região gaditana, como são testemunho os abundantes materiais recolhidos nas escavações, oriundos de Atenas, do Norte de África e da região de Gádir (*id. ibidem*).

A navegação no Atlântico, desde o Norte da *Hispania* até à *Britannia*, é também documentada por outras viagens antigas como a de Píteas, Timeo ou Posidónio (sécs. IV-I a. C.), como testemunham os textos de Avieno e Estrabão. O mais amplo destes itinerários está representado pela obra traduzida por Avieno (*Rufius Festus Avienus*) no séc. IV d. C., a partir de um texto grego, presumivelmente escrito no séc. I a. C., conhecido por *Orla Marítima*. Segundo Schulten esta viagem poderia ter sido efectuada à roda de 530, entre a batalha de Alalia e o primeiro tratado romano cartaginês de 509 (cfr. Blázquez, *et alii*, 1999: 359). Este itinerário ao copiar dados antiquíssimos de navegantes é extremamente interessante, dado revelar o conhecimento que os navegadores e exploradores gregos tinham da costa peninsular e proporcionar a alusão geográfica de cidades, portos, acidentes geográficos e povos que habitavam a Ibéria no ano de 600 a. C.

A referência de Estrabão (III, 5, 11), à existência de um porto que recebia estanho desde as Cassitérides, parece corroborada por referências mais tardias da época visigótica que mostram intensas relações entre a Irlanda, a Britania e a Hispania, ou

entre esta e as Gálias, que naturalmente devem remontar à Pré-história (vid. referências em Balil, 1968: 336, notas 61 e 62).

A partir do séc. VI a. C. o comércio com o litoral norte da Península foi, como vimos, definitivamente restabelecido pelos gaditanos (Estrabão III, 5, 11), não só com o objectivo do abastecimento de estanho, mas também para o comercializar com Cartago e com os Fenícios no âmbito do comércio no mediterrâneo.

Um eco das relações precoces do Noroeste peninsular com outros povos atlânticos está ainda documentado em Tácito quando refere que os Iberos tinham chegado à ilha antes dos Celtas (cit. em Blázquez, 1968: 204).

Em época romana, a ligação por via marítima do Noroeste com o restante mundo comercial do império continuou a fazer-se, essencialmente, a partir do porto de Cádiz, o qual, directamente ligado ao abastecimento da Bretanha, através da rota atlântica e à bacia do mediterrâneo pelo porto de Óstia, servia como ponte de união a esta longínqua região do Império.

O relato da fundação de Cádiz mencionado por Posidónio e transmitido por Estrabão (III, 5, 5) contém informação útil: menciona um lugar da costa mediterrânea andaluza onde a arqueologia tem documentado uma grande incidência da presença fenícia arcaica, confirmando, ainda, uma notícia recolhida numa obra tão tardia e problemática como a referida *Orla Marítima* de Avieno (González Wagner, 2001: 37). Faz, aliás, referência a uma série de viagens prévias à fundação de Cádiz anteriores ao aparecimento dos estabelecimentos fenícios no litoral mediterrâneo andaluz, o que nos leva ao tema do comércio pré-colonial e à continuidade ou descontinuidade dos contactos entre Ocidente e Oriente em finais do 2º milénio (*id. ibidem*: 37-38).

Como afirma González Wagner (*id. ibidem*: 40), “*a conquista simbólica dos limites do mundo, situados agora nas Colunas de Hercules / Melkart, longe de ser um projecto sem sentido, constitui um acto político que inaugura e legitima a expansão fenícia no Mediterrâneo*”.

A esta cidade (a Gadeira dos Gregos, ou a Gades Romana), afluiu, desde a sua fundação, um florescente empório que drenava grande quantidade de produtos (especialmente o estanho) provenientes da costa peninsular atlântica, pela rota há muito conhecida e praticada pelos tartéssios, desde as rias Baixas da Galiza até ao Sul da Inglaterra e da Irlanda.

Na verdade, Cádiz controlava o acesso ao estreito de Gibraltar, e condicionava grande parte do circuito marítimo, mediterrâneo e atlântico. Para M<sup>a</sup> Eugenia Aubet

(Aubet, 1997: 172) o controlo do arquipélago gaditano significava, entre outras coisas, o acesso directo a um dos territórios do Ocidente mais ricos em recursos metalíferos, ou seja, como porta de entrada até ao mineral atlântico. De facto, foi a partir de Cádiz que se organizou o processo de expansão atlântica cujo efeito seria a exploração sistemática dos recursos, não só comerciais, mas também de todo o género (vid. Blázquez, *et alii*, 1999: 364).

A vitalidade deste comércio está documentado, pela referência de Estrabão (III, 5, 11), quando nos diz que antes da chegada dos romanos os gaditanos comercializavam com estas ilhas trocando sal, utensílios de bronze e cerâmicas, por peles, estanho e chumbo.

Como aliada de Cartago, e à semelhança de outras cidades púnicas ocidentais, como Lixus que controlava as navegações atlânticas norte-africanas, e como Málaka (Málaga), Sexi (Almuñecar) e Abdera (Adra), no domínio das costas meridionais da Andaluzia, Cádiz era desde os finais do séc. VI a. C., uma pujante cidade portuária, comercial e marinheira (Arteaga, 1997: 121).

De Cádiz partiu Píteas na sua viagem a Tanais (Estr. II, 4, 1), no último quartel do séc. IV a. C. e Eudoxio de Cícico para circum-navegar África, no tempo de Evergetes II do Egipto (146-117 a. C.) (Estr. II, 3, 4-5; Mela, III, 90-92). Para além de controlar a Área do Estreito e explorações agrícolas e mineiras dos territórios vizinhos, os gaditanos lideravam uma vasta indústria pesqueira no atlântico e exploravam vastas salinas ao longo da costa (*id. ibidem*).

Como refere Oswaldo Arteaga (*id. ibidem*), as consagrações a *Melkart*, que tanto Lixus como Cádiz ostentavam nos seus templos dedicados ao deus comercial dos semitas, podem servir para testemunhar que em torno do Estreito de Gibraltar os gaditanos centravam o poder hegemónico numa “Liga Púnica Ocidental”.

A fundação de Cádiz parece não responder só a uma estratégia comercial, mas também política, segundo se deduz do texto de Estrabão (III, 5, 5). Cádiz, aliás, era, na Bética, a cidade mais importante quer pela sua antiguidade, quer pelos seus templos e actividade comercial. A este propósito, Estrabão (III, 2,1) descreve-a como cidade que se distingue “*pelas suas empresas marítimas e pela sua aliança com os romanos*”.

Efectivamente, quando Cádiz, em 206 a. C., assinou um *foedus* com Roma (que seria rectificado em 78 a. C.), a região submetida à sua administração durante o período bárcida passou a ser indirectamente controlada por Roma para salvaguardar os seus interesses comerciais (Rodríguez Ferrer, 1988: 106). Nesse momento Cádiz e o seu

território foram incluídos no sistema administrativo romano como *ager privatus ex iure peregrino*, ou seja, foi considerada como uma *civitas liberae et foederatae* (*id. ibidem*).

Esta aliança, *pia et aeterna* segundo as palavras de Cícero (Pro Balbo, 35), permitiu estabelecer uma situação contratual de paz, ainda que a inclusão no tratado da cláusula *maiestatem populi romani comiter conservanto* estabelecesse a superioridade de Roma e convertesse Cádiz num *municipium fundanum* (*id. ibidem*: 106-107).

Como refere J. M. Blázquez (Blázquez, 1976: 91), os gaditanos dedicavam-se ao comércio em grande escala; provavelmente os barcos béticos que levavam as mercadorias do sul da Península Ibérica, que “*eram os barcos de comércio mais numerosos e de maior tonelagem* (Estr. III, 5, 3) que chegavam a Putéolos e Óstia, porto de Roma ..., e seu número é quase igual aos que vem de África”, eram gaditanos, dado que durante a Guerra Cívil (Caes. BC II, 18, 1) os gaditanos e os de *Hispalis* construíram 10 naves de guerra para os Pompeianos.

Na verdade, os gaditanos eram os que navegavam em maior número e maiores naves, quer no Mediterrâneo, quer no Atlântico, e, como refere Estrabão (III, 169), a maioria vivia no mar ou estava em Roma, dedicados aos negócios. Sabemos, por exemplo, que uma viagem marítima desde Cádiz a Óstia, demorava apenas cerca de nove dias (Plut. *Galba*, VII) e em ocasiões mais favoráveis seis a sete dias (Plínio, *Nat. Hist.* XIX, 1).

A referência de Plínio (II 167-168) aos gaditanos, como aqueles que navegavam em todo o Atlântico em ambas as direcções, vem confirmar as anteriores referências. Esta situação fez com que para o Noroeste peninsular a relação comercial com a província da Bética fosse essencial.

Convertida desde 49 a. C. em *Municipium Civium Romanorum* (Liv. *Per.* 111), Cádiz, parece ter assumido as formas de propriedade e organização económica próprias de Roma (Blázquez, 1976: 92; Ferrer Albelda e García Vargas, 2001: 563); a sua conversão em cidade romana deve entender-se como consequência imediata do apoio incondicional que a cidade ofereceu a Júlio César, no contexto da guerra civil entre este e Pompeu, ou ainda, em momentos anteriores relacionados com a ligação estreita entre César e a oligarquia gaditana, especialmente com a família dos Balbos, que remonta à época da expedição de 61 a. C. a *Brigantium* e se manteve ao longo da conquista do território dos Vénetos, na Gália, onde, como na expedição costeira lusitana, foi acompanhada por Cornelio Balbo na qualidade de *praefectus fabrum* (*id. ibidem*: 563).

Nos inícios do período imperial Cádiz era já a cidade marinheira do Ocidente com maior tradição mercantil; a abertura e exploração do Atlântico em ambas as direcções, mais do que a uma intervenção fenícia, deve-se efectivamente aos gaditanos.

Mas não só as fontes literárias nos confirmam a existência dum comércio costeiro atlântico. Os dados que tem sido obtidos pela arqueologia oferecem uma imagem de um movimento marítimo fenício-púnico pelo Atlântico muito mais dinâmico do que poderia supor-se. De facto, sabemos, através dos achados arqueológicos provenientes de diversos estabelecimentos costeiros, que, pelo menos desde a época pré-romana, o Noroeste peninsular foi uma zona económica de convergência, como mostram, entre outros materiais, os achados de ânforas massaliotas e púnicas em povoados costeiros e outros achados destas mesmas ânforas e as de tipo Dressel 1 em contextos submarinos (Naveiro López, 1991 a: 63; 69; Paiva, 1993: 100; López Castro, 1995: 72; 138).

O achado de outros materiais de proveniência oriental vem reforçar a existência de um comércio datado, pelo menos, a partir do século VI a. C.:

- o fragmento de *amphoriskos* (Morro da Sé, Porto), o vidro egípcio ou sírio-palestiniano (povoado de Ermidas, Vila Nova de Famalicão), a conta de vidro oculada (Eiras Velhas e São Julião, Braga) e o aríbalo (*aryballos*) de pasta vítrea de O Neixón (Corunha);
- a bracteada descoberta nos arredores de Bragança que utilizou como matriz o reverso de uma decadracma de Siracusa datável de 400-370 a. C., a fíbula de Alobre (Pontevedra), a agulha de fíbula de pivô de Castromao (Orense), e o achado de moedas gregas (*tetradracmas*) provavelmente recolhidas na Serra do Pilar (Santa Marinha, Vila Nova de Gaia), datáveis de cerca de 406 a. C. e 326-323 a. C., – segundo Mário C. Hipólito (1983: 75-82), a proveniência deste achado neste local e a sua circulação nestas paragens “extremas do atlântico” é, todavia, duvidosa - e fenícias de Gadir do séc. III a. C., em Bares, e de Malaka em Montoxo, Castro Lupario e Francos (Maya González, 1989: 60; Calo Lourido, 1997: 57).

Se a estes materiais acrescentarmos as cerâmicas de verniz negro e vermelho, essencialmente áticas, campanienses de tipo Kouass (ou suas imitações), e a cerâmica comum de tradição púnica ou ibero-púnica, o panorama fica muito mais completo:

- entre outros locais, a cerâmica ática foi identificada nos povoados portugueses de Romariz (Vila da Feira), Porto (área urbana), Penices e

Ermidas (ambos em Vila Nova de Famalicão), S. Lourenço (Vila Chã, Esposende), Castelo de Faria (Barcelos), Santo Estêvão da Facha (Ponte de Lima), Coto da Pena e nos galegos de C. da Forca (Pontevedra), Castromao (Orense), Fozara (Pontevedra), Alobre (Pontevedra), Recarea (Corunha) e Elviña (Corunha);

- a cerâmica campaniense de tipo Kouass, ou imitações, em Romariz, Santa Luzia (Viana do Castelo) e Coto da Pena (Caminha) no norte de Portugal e em Santa Tecla (Pontevedra), Toralla (Pontevedra), Vigo (Pontevedra), La Lanzada (Pontevedra), Catoira e o no farol da Corunha, na Galiza (Maya González, 1989: 60; Rouillard, 1991: 23 ss.; Luis Maya e Francisco Cuesta, 1993: 100, fig. 4; Almeida, 1998: 89);
- a cerâmica comum de tradição púnica ou ibero-púnica em Romariz (Vila da Feira) e Gaia (Castelo de Gaia e no Morro da Sé) e, a norte do Douro, no Morro da Sé, Terroso, Facha, Coto da Pena; na Galiza, em C. de Forca, Castromao, A Lanzada, Alobre e na Baía da Corunha (Naveiro López, 1991b: 25; Luis Maya e Francisco Cuesta, 1993: 100, fig. 4).

Neste contexto cabe destacar um estudo sobre cerâmicas áticas realizado por Ana M. Arruda (Arruda, 1997: 71-72; 77, mapa; 146) que evidencia, com especial clareza, o papel de Cádiz como receptor e distribuidor desta cerâmica para ocidente do estreito de Gibraltar.

Estes antigos circuitos comerciais de navegação foram posteriormente consolidados por diversas expedições romanas de carácter militar que ampliaram paulatinamente os conhecimentos geográficos sobre a costa atlântica. Com a “*Pax Romana*” ocorrida, a partir de Augusto, o Noroeste e a costa atlântica sofreram um forte impulso económico resultante da exploração das suas riquezas mineiras que começaram a ser exploradas imediatamente após o fim das guerras cantábricas, e do incremento do fluxo comercial com a exportação de outro tipo de produtos (Blázquez, 1978: 82).

A consolidação desta rota é indirectamente testemunhada por Plínio (*NH*, 2, 167), quando diz que, com Augusto, todo o Atlântico era navegável; por Horácio (*Odes*, I, 31-13) quando refere que se podiam realizar várias viagens por ano no Atlântico sem se sofrer qualquer contratempo; por Estrabão (*III*, 2, 5), quando refere que “*a extinção da pirataria é favorável à actual paz, e de tal modo que os navegantes desfrutam duma segurança absoluta*”; pelos testemunhos arqueológicos de infra-estruturas portuárias



(ancoradouros e estabelecimentos costeiros) e, ainda, pelo volume de mercadorias encontradas, entre as quais se destacam as ânforas.

O circuito comercial pela via atlântica foi facilitado na Península Ibérica pela morfologia costeira, as correntes marinhas e ventos favoráveis, a distribuição da rede hidrográfica e ainda pelos recursos económicos, que certamente determinaram o estabelecimento de rotas e a localização de ancoradouros, embarcadiros ou lugares de troca. Os ancoradouros são espaços mais ou menos amplos, de águas tranquilas ao abrigo dos ventos, localizados em baías ou enseadas; os embarcadiros - espaços mais limitados, com condições naturais de atracagem e varadouro - estão normalmente situados em afloramentos rochosos nas proximidades de areais com fundos relativamente profundos e frequentemente associados a um estabelecimento terrestre concreto.

Neste contexto, a rota atlântica contava com locais de escala principais e intermédios – relacionados com a navegação de altura (“portos de escala”, de acordo com a nomenclatura usada por Naveiro López 1991 a: 127) e secundários – relacionados com a grande e pequena cabotagem, ligadas ao abastecimento e escoamento de produtos (“portos de apoio”, segundo a nomenclatura de Naveiro López 1991a: 127) (**Fig. 12**).

Nesta rota atlântica, os locais de escala principais estavam naturalmente fixados por *stationes* ligadas ao controlo aduaneiro que estabelecia como paragens obrigatórias o percurso Gades-*Brigantium*-Burdigala-*Gesoriacum* (*id. ibidem*, 1991a: 134, fig. 31) (**Fig. 13**). Além destes locais de escala permanentes existiam outros locais, considerados como intermédios, que faziam a ligação ocasional com a referida navegação de altura e, naturalmente também ligados a sistemas de grande cabotagem.

No território actualmente português, os locais de escala intermédios foram, na zona meridional, as importantes cidades portuárias de *Balsa*, *Ossonoba* e *Olisipo*, para além de outros núcleos marítimos como *Caetobriga* e Tróia, ou portos fluviais como *Salacia* (Alarcão, 1990 a: 432-3; Martínez Maganto e Carreras Monfort: 1993: 102).

A norte do Tejo, havia portos secundários dos quais se destaca Peniche, Alfeizerão, a foz do Mondego e Cacia (Alarcão, 1990 a: 432), e outros complexos portuários que igualmente funcionaram como unidades portuárias marítimas e fluviais (*vid. Blot, 3003: 197-235*).

Acrescente-se ainda a referência a corporações de marinheiros em Miróbriga (CIL, II, 260), cujo porto se situava seguramente em Sines (Alarcão, 1990 a: 432). A inscrição de *Olisipo* (CIL, II, 25) é seguramente falsa.

No Noroeste, *Cale* e os rios Minho e Ulla funcionaram também como locais de escala intermédios, ainda que nem sempre regulares (Naveiro López, 1991a: 127).

Destes *Cale*, situado no morro da Sé do Porto ou da Penaventosa, foi um ancoradouro importante, donde era possível alcançar, de uma só singradura, as zonas portuárias das rias baixas galegas (Alarcão, 1990 a: 433; Naveiro López, 1991a: 127).

O Douro deveria possuir ao longo das suas margens estruturas portuárias de um nível elementar, relativas a locais de ancoradouro ou meros varadouros que possibilitavam o transbordo de mercadorias para as certamente numerosas barcas de passagem.

A importância destes locais está documentada pelos diferentes vestígios arqueológicos que têm vindo a ser descobertos na margem direita do Douro. Além de vestígios de ocupação pré-romana e romana documentados na rua D. Hugo (nº 5), no Largo do Colégio (nº 9-12), na rua da Penaventosa (nº 45 e 39), na rua de S. Sebastião e na Casa Museu Guerra Junqueiro, destacam-se os vestígios de ocupação romana encontrados na casa do Infante (Real, *et alii*, 1985-86: 34; Silva, 2000: 99).

De todas as intervenções até à data realizadas (vid. Silva, 1999: 138), são de especial importância as escavações realizadas no edifício do antigo Aljube (criado nos meados do século XVIII, em 1749) situado na rua de S. Sebastião (vid. Carvalho, *et alii*, 1996: 199-203). As escavações realizadas a cargo de Joel Cleto revelaram tratar-se de potentes aterros realizados aquando da construção deste edifício nos quais abundam distintos materiais romanos (entre os quais paredes finas da Etrúria e abundantes cerâmicas comuns béticas de origem costeira), com especial destaque para as ânforas. O estudo destes materiais que temos vindo a realizar tem revelado o domínio das ânforas Haltern 70 (cerca de 80 % do material anfórico), com cerca de três centenas de exemplares. Apesar de se tratar de uma zona de aterros, esta quantidade parece inequivocamente contextualizar a importância comercial de *Cale* nos inícios do período imperial.

A não desprezar é também a existência de estelas funerárias encontradas em ambas as margens do rio Douro que levaram Alain Tranoy (Tranoy, 1995) a sublinhar o papel de comunicação e convergência desempenhado pelo rio. A corroborar esta posição temos um recente achado encontrado fora de contexto pelo Gabinete de

Arqueologia Urbana da Câmara Municipal do Porto. Trata-se de uma ara em granito encontrada num dos alicerces de um templo proto-românico aquando da intervenção arqueológica realizada em 1987 no Castelo de S. João da Foz. Esta estela, de leitura problemática dado o profundo desgaste do campo epigráfico, estaria dedicada às divindades aquáticas (*Aquis Magaudiis*), estando o seu carácter votivo documentado pela fórmula final, *L(ibens) V(otum) S(olvit)* (Osório e Silva, 1994: 91; Silva, 2000: 102-103).

Na outra margem do rio vários têm sido os vestígios que igualmente testemunham a importância comercial e económica desta região (vid. síntese em Guimarães, 2000: 155-157; 159; 161; 164-165; 167-168). De entre estes destaca-se a recente descoberta de uma muralha romana, previamente atribuída aos meados do século I ou durante a primeira metade (Carvalho e Fortuna, 2000: 160), situada na encosta Sudeste do Monte do Castelo de Gaia. Este local, situado numa pequena elevação junto à foz do Douro e usufruindo de uma privilegiada posição estratégica e de controlo, sofreu uma ocupação desde os inícios do Bronze Final até os nossos dias, sendo de destacar os vestígios correspondentes a um povoado proto-histórico posteriormente romanizado e os vestígios correspondentes a uma ocupação Baixo-Imperial que se prolongou nos períodos “suevo-visigótico” e alti-medieval (*id. ibidem*: 158; 160; 162).

Apesar dos dados anteriormente expostos, devemos ainda considerar a possibilidade de outros locais nas proximidades do Douro terem funcionado como importantes fundeadouros em época pré-romana e romana. Na verdade, as dificuldades da barra, dificultadas pela rede de penedias que se atravessavam na passagem, e os labirintos de percurso e assoreamento, teriam provocado certamente um número elevado de naufrágios, de recusas de acesso e de passagens ao largo. Associe-se a isto os processos precários de carga e descarga possivelmente efectuadas sobre pranchas que ligavam as embarcações aos cais de acostagem. Na barra, como referimos, a existência de penedias como ainda se vê na gravura de T. Maldonado, inserta na *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, de Agostinho Rebelo da Costa, teria obrigado ainda à existência de um corpo de pilotos disponível para assegurar a entrada de embarcações estranhas, evitando eventuais naufrágios (**Fig. 14**).

De entre outros locais que funcionaram como ancoradouros destacam-se, pelas características físicas, os escolhos exteriores que funcionam como quebra mar natural conhecidos como Leixões da foz do Leça, actualmente centro portuário depois de

afeiçoada a costa marítima para implantação do actual porto oceânico. A característica deste local, com a configuração natural de abrigo, juntamente com os Cavalos de Fão, em Esposende e a Ínsua de Caminha, foi já devidamente realçada em 1943 num trabalho realizado por J. O. Boléo e, mais recentemente, por M<sup>a</sup> Luísa Blot (Blot, 2003: 48; 61). Citando Daveau (1995), esta última autora (Blot, 2003: 113) refere a importância deste local, destacando a transferência das principais funções portuárias para Leixões, em detrimento do porto fluvial no Douro pelo facto deste último apresentar um estuário de dimensões inferiores, de possuir uma barra incerta e um porto fluvial inseguro em situação de cheias, contrário às exigências da modernidade. Destes dados se infere afinal que o porto ideal estava já delineado nas pedras conhecidas por “leixões”, que funcionavam, como vimos, como abrigo natural ao largo da pequena foz do Leça. Sem necessariamente ter existido um local de atracadouro, as maiores embarcações deviam arribar a Leixões para esperarem a entrada na caprichosa barra do Douro. As embarcações mais pequenas podiam ainda descarregar directamente no areal, na margem sul.

De acordo com a transcrição de uma obra datada de 1666 publicada por Guilherme Felgueiras em 1958 na Monografia de Matosinhos (Felgueiras, 1958: 751), sabemos que o rio Leça era navegável até pelo menos à antiga ponte de Guifões, nas proximidades do povoado com o respectivo nome:

*“3. Navegavase nos tempos antepassados da sua fóz até a Ponte de Guifoës, que nos fica mais assima: mas como esta passagem devassava o nosso recolhimento, a prohibiraõ os Reis. Ficou depois impedida com o assude das azenhas, que se fizeraõ abaixo, cujas condições, que nos importavão muito, nunca forão bem guardadas. Saõ agora do Colegio da sagrada Companhia de Jesu no Porto, com o qual fizemos este concerto; que avendo de meter pera serviço dellas na sua caldeira barco, andarã nelle hũ Padre, qué nos vigie, & defenda a clausura: mas nem elle se ha mister pera isso, nem convém que os Padres a essa conta padeçaõ tanto trabalho”.*

Segundo Joel Cleto e Manuel Varela (Cleto e Varela, 2000: 142-143), o povoado de Guifões, erguido na margem esquerda do curso fluvial do Leça, está situado muito próximo de uma zona que antes da construção do Porto de Leixões era ainda de estuário. Ainda segundo estes autores (*id. ibidem*) esta localização privilegiada facilitou, desde cedo, a sua actividade comercial, sendo o principal entreposto em direcção a

outros importantes povoados na bacia do rio e, inclusivamente, “lugar central” de outros pequenos povoados existentes nas proximidades. O estudo dos materiais anfóricos que temos vindo a realizar, proveniente das antigas escavações realizadas nos anos 1950 por Joaquim Neves dos Santos e das recentes escavações realizadas pelos autores supra citados, vem definitivamente corroborar o significado e a importância deste povoado como centro redistribuidor à escala regional. De entre estes materiais cabe destacar, de momento, o predomínio das ânforas Haltern 70 (cerca de 75 do total %), com cerca de 230 exemplares.

Os locais de escala secundários ligados ao tráfego de pequena e grande cabotagem no actual território português situavam-se no litoral algarvio, como Castro Marim, Portimão e talvez Lagos; Sines e talvez a foz do rio Mira, na costa alentejana; Peniche, Alfeizerão, a foz do Mondego, e Cacia a norte do Tejo (Alarcão, 1990 a: 432). A norte do Douro estes situavam-se na foz dos rios Ave, Cávado, Lima e Minho (este último ocasionalmente ligado à grande cabotagem).

Na parte correspondente ao norte de Espanha, os portos secundários situavam-se nas embocaduras das rias de Arosa (A Lanzada, O Grove, Aguiño ou Ribera), Coruña-Betanzos-Ares-Ferrol (Corunha), Ortigueira-Barqueiro-Viveiro (Bares?) e talvez Ribadeo (vid. Naveiro López, 1991a: 127) (**Fig. 15**). A testemunhar a importância destes locais em época romana, temos a identificação dum naufrágio na ria de Arosa (Vilagarcía de Arousa, Pontevedra), onde se encontraram vestígios do lastro dum embarcação juntamente com fragmentos importados de ânforas vinárias (alguns dos quais com resina no interior) e outros fragmentos importados entre os quais *terra sigillata* do Sul da Gália (Luaces Anca e Toscano Novella, 1989 a: 259-262).

A intensificação das escavações urbanas a partir da década de 90 na cidade de Vigo (zona do Areal e “Casco Vello”) têm vindo a revelar a existência de um porto de comércio importante, com a função de armazenamento e redistribuição de produtos (Naveiro, 1991 a: 151-153; Pérez Losada, 2002: 264). A importância desta região era previsível dado o aparecimento de cerâmicas de proveniência púnica e meridional (povoados de Toralla e Castriño), datadas entre os séculos V e II a. C, e pela descoberta de vestígios subaquáticos - localizados no actual porto de Bouzas, nas imediações da “punta de San Gregorio” (Coia) e nas proximidades do pavilhão desportivo do R. C. Náutico - e ainda a provável existência dum naufrágio romano em “Cabo de Mar (Luaces Anca e Toscano Novella, 1989 b: 122-127; Carballo Arceo, *et alii*, 1998: 96; 124). Em época romana, o povoado de Vigo ocupou também uma posição de destaque.

As diversas campanhas de escavação ali realizadas têm fornecido grandes quantidades de materiais cerâmicos importados (Hidalgo Cuñarro, 1985 a e b; *id.* 1987: 123-134; 1989a: 47; 1989b: 279-291; 1991; Naveiro, 1991a) e moedas (Centeno, 1987; Hidalgo Cuñarro, 1985 a e b; 1989 a: 48; Pérez González *et alii*, 1995; Ferrer Sierra, 1996), que revelam a sua importância como lugar de intercâmbio e de recepção de produtos fabricados em distintos pontos do Império Romano. Muito provavelmente estes produtos foram desembarcados na conhecida praia do Areal, como parece demonstrarem os vestígios de ânforas dos séculos II a. C. a I d. C., que têm vindo a aparecer nas escavações efectuadas nesta zona (Carballo Arceo, *et alii*, 1998: 87). Estes vestígios, especialmente ânforas, associados a achados subaquáticos directamente relacionados com o tráfego comercial marítimo e os vestígios de uma indústria extractiva do sal, justificam, como já referimos, a posição de Vigo como um importante centro de armazenamento e redistribuição de produtos em toda a região do litoral do Noroeste peninsular e costa cantábrica (Pérez Losada, 2002: 264).

A passagem do cabo Finisterra-ilhas Sigargas e cabo Prior-Estaca de Bares, representava, todavia, uma zona perigosa e difícil, dada a inflexão geográfica entre as correntes atlântica e cantábrica, o que tornava aconselhável, para ambos os casos, passar bem longe da costa para evitar a forte marulhada que se levanta nas imediações dos bancos de pedra (Naveiro López, 1991a: 118; Maciñera, 1993: 220). Daqui até ao Cantábrico a costa torna-se progressivamente de mais difícil acesso, tendo apenas como pontos de abrigo o interior das designadas Rias Altas, com especial destaque para a já referida ria “múltipla” de Corunha-Betanzos-Ares-Ferrol que possui uma costa recortada (Naveiro López, 1991a: 116). Mais a norte as rias de Cedeira, Ortigueira, O Barqueiro e Viveiro, já referidas, representam o último refúgio antes de atingir a zona Cantábrica, ainda que as suas desembocaduras orientadas a norte apenas dêem segurança de navegação em condições meteorológicas favoráveis (*id. ibidem*).

A continuidade de portos na costa este cantábrica está testemunhada pelas fontes que destacam a importância do *Portus Amanum*, do *Portus Victoriae Iuliobrigensium* e do *Portus Blendium* ou *Portus Veseiasueca* (Plínio, IV, 110 e ss.), locais que tem vindo a ser identificados como Castrourdiales, Santander e Nuances, respectivamente (vid. Martínez Maganto e Carreras Monfort, 1993: 102).

Esta rota através da costa setentrional, de *Brigantium* até à região cantábrica, estava ligada à conhecida rota de Aude-Garona, também conhecida como a rota do istmo gálico (Braudel, 1949: 159). Partia de Narbona (*Narbo Martius*) e seguia o Aude,

rio acima, até alcançar Toulouse (*Tolosa*) por via terrestre. Daqui, seguia o percurso do rio Garona até ao importante *emporion* de Bordéus (*Burdigalia*), desembarcando-se aí as mercadorias para alcançar a *Britannia* e todo o Noroeste peninsular, através duma navegação de cabotagem (Iglesias Gil, 1994: 70; Carreras Monfort, 2000 a: 209).

Por esta rota chegaram a *terra sigillata* do sul da Gália e das oficinas riojanas aos principais portos marítimos e fluviais da *Gallaecia*, e daqui até aos diferentes centros de consumo, por via fluvial e/ou terrestre. Em sentido inverso, a estes portos teria chegado o mineral proveniente das explorações mineiras, particularmente auríferas, da região galaica para ser conduzido para diferentes regiões do Império, através da rota atlântica ou da rota “cantabro-aquitana” (Sáez Taboada, 2001: 262).

Estas rotas estavam, naturalmente, condicionadas pelas correntes marítimas. Estas favorecem uma navegação no sentido este-oeste, na costa cantábrica, e no sentido norte-sul na costa atlântica, ainda que em certos períodos da Primavera a finais de Outono as condições climatéricas possam inverter o sentido das correntes (vid. Naveiro López, 1991a: 116-117, fig. 26). Na verdade, a sua eleição era também determinada por numerosos outros factores relacionados com as infra-estruturas, o custo, o tempo consumido, o risco das viagens e, inclusivamente, a própria rede viária. A sua escolha exigiu um mínimo de infra-estruturas para o transporte e armazenagem assim como estabelecimentos para a reparação de barcos, botes e carros, e pessoal para a carga e descarga naqueles pontos em que as mercadorias mudavam de meio de transporte. Por outras palavras, a própria navegação exigia, como vimos, instalações especiais para trasladar carregamentos e amarrar os barcos durante o inverno (*portus*) ou por certo período de tempo (*statio*).

Apesar de poucos, os achados subaquáticos junto da actual costa portuguesa e galega representam documentos inequívocos da importância da rota atlântica e dos estuários em época romana, pelo menos em situações de fundeadouro ou de possíveis naufrágios. Estes testemunhos reunidos por M<sup>a</sup> Luísa Blot (Blot, 2003: 146-150), dizem respeito a uma série de vestígios dos quais destacámos a presença de cepos de âncora (vid. Alves, *et alli*, 1988-98: 116), alguns dos quais poderiam estar associados a embarcações entre 100 e 200 toneladas, equivalentes a uma capacidade média de cerca de 3.000 ânforas.

### 3.2. As vias fluviais

F. Izarra (1993: 27), citando A. Grenier, refere que aos olhos dos geógrafos da antiguidade, os rios eram uma espécie de braços do mar. Assim se compreende que para Estrabão os rios expostos à vertente atlântica representassem prolongamentos marítimos (*id. ibidem*), dada a sua navegabilidade.

A norte do Douro as desembocaduras dos rios Cávado, Lima e Minho acolhiam pequenos portos ou simples ancoradouros, o último dos quais testemunhado pela referência de Estrabão (III, 3, 4), que inequivocamente se lhe refere (Alarcão, 1990 a: 433), dizendo que este, na sua desembocadura, tinha dois portos (III, 3, 4) existindo outro no território do “ártabros” (III, 5, 11) (Blázquez, 1991: 31).

A embocadura de um rio não faz parte deste, funciona antes como local de entrada, a dividir a terra do mar. Salvo raras excepções, a foz de um rio apenas pode funcionar como ponto de escala e não como local portuário, dado ser frequentemente uma zona de baixios repleta de seixos e lama provenientes da erosão das costas aluviais. Na verdade, o curso do rio é muito mais importante que a sua embocadura, pois constitui uma rota de acesso ao interior facilitada por locais favoráveis para a fixação de pontos de escala ou mesmo locais portuários que variavam, naturalmente, de acordo com a maior ou menor grandeza dum rio. Possuindo a foz dum rio aquelas características, normal seria que a trasfega dos produtos fosse efectuada por embarcações ligeiras a partir da carga das grandes embarcações. Lembremo-nos, a título de exemplo, que ainda no período de Augusto não havia um autêntico porto em Óstia. A embocadura do Tibre estava obstruída por barras de areia e bancos de argila, de tal modo que as embarcações se viam forçadas a largar âncora a certa distância da costa, onde os barcos fluviais iam recolher a mercadoria (Bonsor, 1989: 90). Seria só mais tarde, com o imperador Cláudio, que se construiu o porto de Óstia a partir de um canal que se escavou uns quatro quilómetros a norte da antiga embocadura, permitindo aos barcos maiores chegar até aos armazéns que se construíram em Roma para o efeito (*id. ibidem*).

Com a bacia hidrográfica mais extensa de todos os rios peninsulares (98 375 km<sup>2</sup>) o Douro (*Durius*) era navegável para grandes navios (Estr. III, 3, 4), em cerca de oitocentos estádios (correspondentes a cerca de 25 léguas, pouco menos de 150 km), encontrando-se o primeiro ponto fixo de navegação na cidade indígena de Acontia, “... *pertencente aos Vaqueus*”, segundo as palavras de Estrabão (III, 2, 3). Este limite



corresponde a Barca d'Alva, situada na actual fronteira entre Portugal e Espanha. O restante percurso era realizado a partir de barcas movidas a remo, ajudadas por velas (Apiano, *Ibér.* 91). Na sua desembocadura situavam-se dois grandes núcleos populacionais, o enclave marítimo de *Portus Cale* (actual cidade de Vila Nova de Gaia), na margem meridional, e o núcleo urbano de *Cale* (actual cidade do Porto), na margem setentrional (provavelmente, Porto era *Cale* e Gaia, *Portus Cale*; só na época suévica se terá chamado *Portus Cale* ao Porto).

Quanto à navegabilidade do rio Minho existem numerosas referências dos autores clássicos, desde Estrabão, Plínio, Apiano e Pomponio Mela. De entre estes destaca-se Estrabão (III, 3, 4) – denominando-o *Bainis* ou *Minius* - quando refere que este era navegável até cerca de 800 estádios (150 km) a partir da sua foz, na qual existia uma ilha com dois molhes que formavam docas. A distância de 800 estádios leva-nos, na sua confluência com o Sil, até à actual Belesar, a menos de 70 km de Lugo. A navegabilidade do Minho está ainda documentada pelos portos de Caminha, Valença e Vila Nova de Cerveira, que tiveram ao longo da história uma importância bem documentada (Cortesão, 1958-1962; Ribeiro, 1977; Blot, 2003) e pelos vestígios encontrados na periferia urbana de Tui. Aqui se preservam os vestígios da antiga *Tude* ou *Tyde* romana que se constituiu capital de *civitas* posteriormente à época flávia (Pérez Losada, 2002: 63-64). À semelhança de outros aglomerados costeiros ou fluviais, constava, provavelmente, de instalações portuárias, quer de apoio comercial, quer de apoio à navegação (*id. ibidem*: 87; 337). Um dos sítios mais representativos da navegabilidade do Minho e sua relação com a via atlântica é o povoado de Santa Tecla. Este povoado, com uma situação privilegiada na foz do rio, tem proporcionado um conjunto significativo de materiais importados de procedências variadas e com ampla cronologia (Naveiro, 1986: 44). Aqui, os objectos recuperados mostram a importância do comércio de importações, com grande quantidade de fragmentos de ânforas vinárias, *terra sigillata*, lucernas de volutas, vidro, moedas, etc, frente a uma reduzida percentagem de produções metalúrgicas e de cerâmicas locais (Peña Santos, 1989: 70; *id.*, 1991: 68).

É, no entanto, aceitável que em época romana os maiores navios, para além de se dirigirem aos “portos de escala” dos rios Douro e Minho, também descarregassem parte das suas mercadorias noutras bacias hidrográficas, como a dos rios Lima, Ave e Cávado (**Fig. 16 A e B**).

O rio Lima, provavelmente associado ao episódio da passagem das tropas do procônsul *D. Iunius Brutus* em 137 a. C., foi especificamente referido por Apiano (*Ib.*, 73) e Estrabão (III, 3, 4) a propósito da sua navegabilidade. Num outeiro sobre a margem sul do rio, fica situado o povoado de Santo Estevão da Facha, com uma cronologia de ocupação desde o século IV a. C. e o século VII (Almeida, *et alii*, 1981). Os diferentes materiais encontrados neste povoado revelam mais uma vez o importante papel dos povoados situados em posição estratégica na proximidade da foz de rios navegáveis e seu papel nas relações marítimas do Noroeste com outras regiões peninsulares e mediterrâneas.

O rio Ave é conhecido, pelo menos para o período medieval e moderno, como um rio onde existiram distintos complexos portuários associados a pequenas povoações com clara função económica. A importância deste rio deve, no entanto, ser valorizada no contexto do comércio e abastecimento das zonas limítrofes deste curso fluvial, e no contexto do abastecimento da cidade de Braga em época romana (Lemos, 1999; Blot, 2003) já que era navegável até Caldas das Taipas, a cerca de 9 km de Braga (Lemos, 1999; Blot, 2003: 178).

No que diz directamente respeito ao abastecimento da cidade romana de *Bracara Augusta* e território circundante, a importância do rio Cávado foi primordial. É possível que em época romana os maiores navios também tivessem descarregado parte das suas mercadorias no rio Cávado, na chamada Cala, zona profunda e guarnecida por escolhos exteriores (funcionando como quebra mar natural) que fica entre os “Cavalos de Fão” e a costa, no lado Sul da barra de Esposende. Com grande probabilidade, seria nesta área, entre os Cavalos e a costa, que a maior parte das embarcações romanas de maior calado davam fundo e realizavam a aguada, a salvo de qualquer percalço, se fossem conhecedoras, ao pormenor, dos baixios que a circundam e dos ciclos de invernias. Este local, funcionando como um verdadeiro ancoradouro, poderia ainda ter servido como local de escala para a espera de ventos favoráveis e, em último recurso, de apoio às navegações nocturnas. De facto, este termo, de origem latina, figura entre outros termos utilizados no *Itinerarium Antonini* (Rickman, 1996: 284) para distinguir os espaços portuários consoante as condições naturais ou de equipamentos. O conhecimento e uso deste local pelos romanos parece ainda corroborado pela curiosa referência de Pinho Leal (1979: 462) quando diz que os romanos lhe chamavam “Promontório Avaro”. Por todos estes aspectos, parece imprescindível a realização de uma intervenção subaquática

neste local que permita melhor inferir a sua importância no contexto do comércio da região e, em particular, a sua relação com a cidade que imediatamente dele beneficiava.

Esta situação não é, todavia, contrária à existência de um outro porto fluvial no rio Cávado, nas proximidades imediatas de *Bracara Augusta*. Todavia, a sua localização continua por resolver. Na verdade, os vestígios materiais de tipo portuário poderão nunca ter existido se aceitarmos, como acima referimos, o transbordo de produtos efectuado por pequenas embarcações de cabotagem e “barcas de serviço” na chamada Cala, especializadas no vaivém até à zona de ancoradouro. É no entanto possível que o transvase dos produtos para os veículos de tracção animal se efectuasse também por meio de pequenas rampas para facilitar a aproximação dos veículos no acto de carregar e descarregar as embarcações e o embarque e desembarque de pessoas. Não se deve afastar ainda a possibilidade de algumas destas pequenas embarcações terem funcionado como serviço de reboque fluvial e de sirga que, quer por tracção animal, quer humana, praticada ao longo das margens, permitia o acesso directo de alguns navios de porte médio até onde o calado o permitisse. Estes carregavam no rio, possivelmente na actual zona de Barca do Lago, para depois estivar na Cala (**Fig. 17**).

Segundo Jerónimo Contador de Argote em “*Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga* (Argote, 1732-4: 867; 872)”, o Cávado, suprimidas que fossem as azenhas e pesqueiros, seria navegável durante todo o ano até Afurada (perto de Vilar de Frades). Por sua vez, Albano Belino (Belino, 1896: 50) admite que a navegação do Cávado poderia ir mais a montante e prolongar-se em direcção a Braga pela regularização e conversão em canal de um dos seus afluentes, o rio Córado, hoje conhecido como o rio Torto. M. J. Machado (Machado, 1953:260-3) admite que, a ter existido este canal ele prolongar-se-ia pelo leito do ribeiro de Castro, fixando em Dume o porto fluvial. Contrariando estas duas últimas hipóteses, Vasco Gil Mantas (Mantas, 1996:905) afirma que a localização do porto de Braga continua por determinar. Entretanto, faz referência ao topónimo “Furada”, que localiza a cerca de 5 km de Braga, admitindo que ele possa ter correspondido ao referido porto. Ora, acontece que, na folha nº 69 da carta militar de Portugal na escala de 1: 25 000, não encontramos nenhum topónimo com esta designação, a cerca de 5 Km de Braga. Encontrámos sim, a cerca de 9 Km de Braga (em linha recta), o topónimo Afurada, no concelho de Barcelos, próximo de Areal de Caíde, coincidente com a referência de Argote. Assim, pensamos que, no rio Cávado, a navegação a montante não iria para além da zona de Areal de Caíde, atendendo ao encaixe e desnível que o rio Cávado aí

apresenta, impossibilitando a navegabilidade (a confirmá-lo, a construção de um pequena hídrica, a “Central Hidro-Eléctrica da Penida” que, a partir de 1914, passou a abastecer a cidade de Braga de energia eléctrica) (**Fig. 18**). Não sendo possível o transbordo de produtos a montante deste rio, parece-nos provável que os produtos chegados a Areal de Caíde ou, um pouco mais a jusante, na zona da Barca do Lago – o que poderá explicar a densidade de vestígios romanos assinalados por Brochado de Almeida (Almeida, 1996) - seguissem por via terrestre, percorrendo pouco mais de uma dezena de quilómetros até entrarem na cidade, por uma estrada secundária que deveria ter existido ao longo da margem esquerda do Cávado (Mantas, 1996: 903-8). Esta é uma das três estradas transversais pertencentes a uma rede de cinco estradas secundárias, a ocidente do eixo *Bracara-Cale*, cuja localização e importância são realçadas por Vasco Gil Mantas.

Como referimos, seria por mudas sucessivas que os “comboios” de animais de carga, carros, e barcas de ribeira transportavam os produtos importados e também colectavam, nas suas proximidades, os excedentes oriundos dos campos.

Neste ponto, se atendermos à estrutura viária de época romana, facilmente depreendemos que, para além das vias terrestres, das pontes e de vaus, existiam as chamadas barcas de passagem. A este propósito, Alberto Sampaio, na sua obra *Estudos históricos e económicos* (Sampaio, 1923: 266-267), refere um conjunto de palavras que designavam embarcações nos antigos documentos medievais, algumas das quais com uma nítida origem latina, como sejam, “baixel” de *vascellum*, “caravela” de *carabus* no diminutivo, “nau” e “nave” de *navis*, “pinácia” de *pinacea* e “barca” de *barca*. Na generalidade, estas embarcações, de pequenas e médias dimensões, serviam para facilitar as comunicações entre as margens dos rios, indispensáveis no transporte de pessoas, animais e mercadorias, favorecendo assim o comércio e o abastecimento das comunidades. No entanto, as barcas de passagem nem sempre tinham locais de acostagem fixos já que as transformações dos leitos dos rios (cheias, secas, obras diversas, etc.), obrigavam a fixar outros locais mais adequados. Seria normal, por isso, que existissem barcas de passagem que acostavam no verão num local e no inverno noutra. Parece-nos, todavia, que mesmo em época romana estes locais tinham que estar dotados de condições de segurança para as manobras de atracagem e saída das barcas, e de instalações minimamente válidas para permitir a entrada e saída de mercadorias, pessoas e animais.

Dada a dificuldade de identificação destas instalações de natureza rudimentar no contexto do abastecimento da cidade de *Bracara Augusta* devemos recorrer a outro tipo de vestígios a estes associados, como sejam a existência de vias, miliários ou mesmo edifícios relacionados com o trânsito viário, que pela sua localização possam pressupor a utilização de barcas fluviais e pequenas instalações a estas associadas.

A importância económica que este tipo de embarcações adquiriu está documentado nalguns documentos medievais. Sabemos, por exemplo, que no século XII D<sup>a</sup> Teresa, Rainha de Portugal, concedeu ao Bispo de Tuy o privilégio das barcas de passagem no porto de Tuy e a maioria das pesqueiras no rio Minho (Iglesias Almeida, 1988: 10).

Como possível exemplo dum local de época romana onde provavelmente existiam barcas de passagem e instalações associadas é o sítio conhecido como Alto da Ponte – Antas (S. Paio), situado numa pequena colina, sobranceiro ao rio Neiva. Para Brochado de Almeida (Almeida, 1996: 24-25), a hipótese mais viável é que se trate dum edifício relacionado com o trânsito viário. Segundo o autor (*id.*, *ibidem*), a travessia do rio, que neste lugar tem margens altas, far-se-ia de barco dada a proximidade do mar e o caudal que não permitia uma travessia a vau. O que certamente se pode aceitar é que, pelo menos durante os meses de Inverno, a transposição de mercadorias, pessoas e animais exigiria a presença de barcas de passagem indispensáveis a uma travessia segura.

No rio Cávado sabemos, também, da existência de barcas no local da Barca do Lago até cerca de meados do séc. XX. Quando não havia ponte em Fão, a ligação litoral do Sul com o Norte do País fazia-se através destas barcas: aqui fazia escala a Mala-Posta (Manuel de Boaventura, o famoso “Zé do Telhado”), e por aqui passaram a partir do séc. XVI, os peregrinos a caminho de Santiago de Compostela, entre os quais o próprio rei D. Manuel (Macedo e Figueiredo, 1996: 12; 43).

Do exposto podemos depreender que *Bracara Augusta*, à semelhança da maioria dos portos no Mediterrâneo ocidental e costa atlântica, possuía um enclave costeiro no curso do Cávado e a certa distância da sua foz, e como vimos, possivelmente na actual zona de Barca do Lago. Esta situação interior atenuava as dificuldades logísticas de uma posição em oceano aberto e estaria menos condicionada pela amplitude das marés. Tal circunstância está, aliás, de acordo com os conselhos de autores antigos, como por exemplo Vitrúvio, que aconselhava a não se construírem portos em zonas invadidas por aluviões como a foz dos grandes rios (vid. Blackman 1982) e, indirectamente, por

Estrabão, quando refere as desvantagens da posição do porto de *Óstia*, sujeito que estava a processos de assoreamento (vid. Meiggs, 1997).

De facto, *Bracara Augusta*, à semelhança de outras cidades como *Talabriga*, *Conimbriga*, *Aeminium*, *Eburobrittium*, *Scallabis*, *Sellium* (vid. Blot, 2003), *Salacia* e *Myrtilis*, beneficiava de um tráfego marítimo-fluvial, utilizando as vias aquáticas até onde fosse possível navegar, posteriormente complementado pela diversidade de eixos viários terrestres que completavam o percurso.

*Bracara Augusta* enquadra-se assim no tipo de cidades entendidas por Carlos Fabião (Fabião, 1998: 176) como beneficiárias de “*circuitos secundários de distribuição, efectuados a partir de pontos de recepção nas áreas costeiras, ou alcançáveis por cursos de água navegáveis*”.

A corroborar a posição geo-estratégica destas artérias fluviais e terrestres temos ainda a documentação medieval que revela a continuidade de uso destas rotas. Sabemos, por exemplo, da continuidade da utilização náutica da barra de Esposende pelas Inquirições de 1258 e do benefício das propriedades das igrejas situadas no litoral, entre as quais os mosteiros, situados em Ponte de Lima, Cávado (Mattoso, *et alii* 1985: 231-246; Blot, 2003) e na foz do Rio Ave (em Vila do Conde) (Freitas, 1989; Blot, 2003: 101).

Sabemos ainda que o sítio de Esposende foi posteriormente reconhecido como local de construção naval e navegação, recebendo em meados do século XVI navios de alto bordo (Amândio, 1994; Felgueiras, 1997: 192), e funcionando ainda no século XVIII como um porto de comércio muito intenso (Amândio, 1994; Blot, 2003: 116-117; 173-174, Fig. 51). A demonstrá-lo ainda a existência de documentos cartográficos datados de 1612 e 1648 que inequivocamente o comprovam (vid. *id. ibidem*: 27; Est. 6).

### **3.3. As vias terrestres e a importância da *via per loca maritima* ou via XX do Itinerário de Antonino**

Ainda que favorecendo o desenvolvimento das comunicações entre pessoas e, de certo modo, a circulação dos bens que não eram susceptíveis de ser trasladados por outras vias mais económicas, como as de navegação, a função principal das vias terrestres foi sobretudo a administrativa. Ao favorecer a transmissão de ordens e notícias através do serviço do *cursus publicus*, e como tal provida de toda uma série de

estabelecimentos destinados ao descanso dos viajantes (*mutationes, mansiones, praetoria, tabernae...*), estas converteram-se num poderoso meio de unificação política.

A reorganização administrativa realizada por Augusto e a definitiva divisão tripartida das províncias da Hispânia fizeram da construção de vias uma tarefa provincial que, em linhas gerais, tratava de unir entre si as capitais de província, e estas com Roma, o centro do Império,.

De facto, um dos elementos geo-políticos de maior importância para o conhecimento do panorama económico e social é constituído pela rede viária, através da qual se realizou o intercâmbio de ideias e mercadorias (Blázquez, 1975: 294). Neste sentido, os vestígios arqueológicos do período de Augusto e da época Júlio-Cláudia são uma prova da evolução de um sistema viário que gradualmente perde a sua função militar para adquirir uma função preferencialmente administrativa, comercial e de integração da população indígena. Compreende-se assim que uma cidade como *Bracara Augusta*, cujo estabelecimento se localiza a alguma distância do litoral e das grandes vias fluviais, se situe na intersecção de dois eixos que anteriormente haviam servido as populações proto-históricas (um atlântico oriundo do vale do Tejo e um outro que ligava a Meseta à Orla Marítima) e simultaneamente tenha empreendido a construção de vias secundárias destinadas a ligar essas grandes vias de circulação com o seu centro, justificando assim a “centralidade” da cidade que a tornará num dos “epicentros” fundamentais da rede viária do Noroeste peninsular e um mercado privilegiado da região (Martins, 1996 a: 187).

*Bracara Augusta*, ligada às principais cidades do Noroeste e ao Sul da Península por uma vasta rede viária, desde cedo se tornou centro viário como testemunham, para além dos dados epigráficos, algumas referências em várias fontes literárias antigas, especialmente os itinerários viários, com destaque para o conhecido *Itinerarium Antonini Augusti*. Nesta obra, cuja redacção deve situar-se nos inícios do séc. III, são mencionadas trinta e quatro vias da Península, com as suas distâncias totais do ponto de partida ao final e as parciais entre *mansio* e *mansio*, ou seja, entre os pontos que indicavam jornadas de marcha e que serviam de lugar de descanso e troca de animais. Este *itinerarium* indica, para além da via XVI, que ligava *Bracara* a *Olisipo*, três outras vias que se destinavam a *Asturica Augusta*: a via XIX, que seguia por Ponte de Lima (*Limia*) e passava por Tuy e *Lucus Augusti*; a via XVII, para *Aquae Flaviae* e uma terceira construída cerca de 80 d. C. por Tito e Domiciano; a via XVIII, denominada *Via Nova* nos miliários, referida duas vezes na *Cosmografia* do Anónimo de Ravenna (ou

*Ravenate*), fonte tardia, seguramente do séc. VII, que lhe chama *Augusta Bracaria* e que passava pela Portela do Homem e actual província de Orense (Mantas, 1996: 666). O *Itinerarium* faz ainda referência a uma outra via que ligava as cidades augústeas de Braga e Astorga, a via *per loca maritima* ou via XX que incluía *Brigantium* (Corunha) no seu percurso (vid. 3.4) (Mantas, 1994: 228-30; Ferrer Sierra, 1995: 80; Franco Maside, 2001: 217-248; Sáez Taboada, 2001: 249-267). Uma outra via não citada no referido itinerário correspondia à via que, de *Bracara Augusta*, conduzia a *Emerita*, por Viseu e *Egitania* (**Fig. 19; 20**).

De entre estas queremos destacar a importância da via *per loca maritima* ou via XX acima referida, dada a sua importância no contexto do comércio marítimo-fluvial do Noroeste peninsular. Esta via, à semelhança da via XIX, partia de *Bracara Augusta* e fazia ligação com as restantes duas capitais conventuais, *Lucus* e *Asturica*. A partir de *Bracara* e até chegar a *Asturica* o Itinerário assinala as seguintes *mansiones*: *Aquis Celenis*, *Vicus Caporum*, *Ad Duos Pontes*, *Glandimiro*, *Atricondo*, *Brigantium*, *Caranico*, *Lucus Augusti*, *Timalino*, *Ponte Neviae*, *Uttaris* e *Bergido*.

A viabilidade desta rota era, naturalmente, função dos meios de transporte utilizados, quer aquáticos, quer terrestres e da estreita ligação dos traçados terrestres com os portos marítimos e fluviais, de forma a tornar-se mais económica.

Com a designação, *per loca maritima*, esta via, mista no seu percurso, seguia - na totalidade da franja ocidental e a noroeste da antiga *Gallaecia* - um traçado preferencialmente costeiro até chegar a *Glandimiro*, a partir da qual se fazia uma inflexão pelo interior até *Lucus Augusti*. A partir desta rota natural e principal juntavam-se vias secundárias que utilizavam os interflúvios dos maiores rios, como ficou demonstrado pelos estudos de R. Maria Franco Maside para o território galego: nestes estudos (vid. Franco Maside, 2000: 143-170; *id.* 2001: 234) a autora assinala um conjunto de estabelecimentos que podem ser testemunho de locais de contacto e transição desta via com as referidas vias secundárias e destas com as vias denominadas “terciárias”.

Este conjunto de vias favorecia, naturalmente, a influência marítima em áreas do interior e condicionou a disposição de vilas ao longo do litoral (especialmente dedicadas à salga de peixe) que corroboram a importância deste traçado em época romana (*id. ibidem*; 241).

No contexto do *conventus Bracaraugustanus* é também relevante a existência de pequenos centros de redistribuição de produtos directamente ligados à via *per loca*



*maritima* e à rede viária secundária. Estão neste caso, e apenas a título de exemplo, os chamados “castros agrícolas” de Outeiro dos Picoutos ou da Felícia (freguesia de Fonte Boa – Esposende) e Forte de Lobelhe (Vila Nova de Cerveira).

O primeiro situa-se no lugar da Barca do Lago, num pequeno outeiro debruçado sobre o Rio Cávado (Almeida, 1996: 194), a jusante da cidade de Barcelos. Na vertente poente deste povoado passava a via *per loca maritima* (futura “*via veteris*”) que fazia a ligação pelo litoral entre o Norte e o Sul do Minho, designadamente, entre Cale, Ponte de Ave, Rates, Viana do Castelo e Caminha (*id. ibidem; id.*, 1998: 37).

O segundo, a uma distância considerável da cidade de *Bracara Augusta*, é também um exemplo elucidativo, dada a sua motivação, localização e espólio dum núcleo habitacional da época romana com evidente função económica e em estreita ligação com a navegação marítimo-fluvial. Trata-se de um povoado da época de Augusto, situado sobre um pequeno outeiro que permitia a acostagem de todo o tipo de barcos que o demandassem e, muito provavelmente, junto à via *per loca maritima*. Esta excelente posição geográfica pode explicar que este se tenha transformado numa *villa* ou num *vicus* (Almeida, 1996: 304; *id.* 2000: 106-107) entre os finais do século I e os inícios do século II (*id. ibidem*: 108).

Tratando-se de uma ou outra possibilidade, a verdade é que, tendo em conta as estruturas que têm vindo a ser descobertas pelas escavações e a variedade e riqueza de espólio, sobretudo de cerâmicas de importação (paredes finas, *terra sigillata* de tipo itálico, do sul da Gália e hispânicas) e cerâmicas regionais (bracarenses, cinzentas finas) associadas a cerca de uma centena de ânforas, predominantemente Haltern 70 (*id. ibidem*: 304), este local teria servido como entreposto comercial. Tal ficou demonstrado pela existência (*id. ibidem*) de um compartimento que serviu de armazém para ânforas e pela recente descoberta de um pequeno porto actualmente sob um dos pilares da ponte fluvial aí construída.

Este local foi também certamente importante como centro redistribuidor e foi também com alguma probabilidade local de escoamento do minério extraído das minas de ouro e estanho da freguesia de Covas (*id. ibidem*: 304; 429; *id.* 2000: 106-107).

Estes dados podem ainda ser indicativos de estarmos perante um pequeno aglomerado secundário, que pela sua posição geográfica tenha tido no período alto-imperial uma função comercial, como ponto de armazenamento, tráfego, intercâmbio, compra e venda de bens (agrícolas e manufacturados).

A *via per loca maritima* foi estruturante no desenvolvimento económico e comercial da cidade. Como vimos, esta via partia de *Bracara Augusta* e, à semelhança da via XIX do Itinerário de Antonino, fazia ligação às restantes duas capitais conventuais, *Lucus* e *Asturica*. A via partia então da cidade através de uma estrada secundária que deveria ter existido ao longo da margem esquerda do Cávado (Mantas, 1996: 903-906), até Areal de Caíde ou, um pouco mais a jusante, na zona da Barca do Lago (Morais, 1998: 19; 20, fig. 6; 21), seguindo muito provavelmente o curso do rio até Barcelos e Esposende. De Esposende esta via seguiria então para norte em direcção a Caminha (*Aquis Celenis?*), na confluência do Minho e o Atlântico. Este percurso parece-nos, de momento, o mais credível se aceitarmos que este trajecto misto teria como função prioritária servir os interesses económicos dos estabelecimentos situados na confluência das rotas marítimo-fluviais.

Os povoados de Alto da Pena, do Facho e de Cristelo (Silva, 1986: 69) e o povoado de Santa Tecla situado na outra margem do rio Minho (Peña Santos, 1989; 1991; Fernández Rodríguez, 1995) são testemunho, pelo conjunto de materiais encontrados, da inserção desta região na rota do comércio romano por via marítima. De entre os referidos materiais devem destacar-se os numismas (Centeno, 1987: 132; Cavada Nieto, 1992a; 1992b; Pérez González *et alii*, 1995: 204; Ferrer Sierra, 1996: 440) e as ânforas de origem bética (Díaz Alvarez, 1984: 206; Peña Santos, 1989; 1991; Paiva, 1993; Fernández Rodríguez, 1995).

Para além da importância da *via per loca maritima* e das outras vias principais, *Bracara Augusta* e o seu território dependiam necessariamente, também, de uma série de estradas consideradas secundárias, as chamadas *viae vicinales*, que poderiam ter retomado os caminhos proto-históricos (dos povoados para a costa ou ao longo dos rios) e que, melhoradas em época romana, se ajustariam aos novos padrões de povoamento e aos interesses específicos da sua administração. Estas estariam sob a tutela dos poderes políticos da cidade que, naturalmente, se encarregaram da sua construção e posterior conservação. A intercomunicação e complementaridade destas vias existentes no *conventus bracaraugustano* fazia-se ainda através de outra rede de pequenas vias privadas, *viae privatae*, constituídas por uma série de carreiros e caminhos rurais que garantiam o acesso às diferentes propriedades agrárias existentes na região.

O estudo destas vias tem sido particularmente enriquecido pelos trabalhos realizados a partir de documentos medievais, dos quais se destaca um estudo de há longa data realizado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (Almeida, 1968) na sua

dissertação de licenciatura. Aqui este autor explora com rigor e sabedoria as diferentes referências a cartas de doação, cartas régias, testamentos, compra, troca ou venda de propriedades, etc, com preciosas indicações toponímicas essenciais para a identificação destas antigas vias romanas. No contexto do actual território português, estudos mais recentes, resultantes de teses de doutoramento defendidas em 1996, por Carlos Alberto Brochado de Almeida sobre o *Povoamento romano do litoral minhoto entre o Cávado e o Minho*” (Almeida, 1996) e por Vasco Gil Mantas, sobre a *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga* (Mantas, 1996), representam dois contributos fundamentais para situar com maior rigor o conjunto de vias principais e secundárias relacionadas com a cidade.

No colóquio organizado em Novembro de 1995 sobre “*a rede viária da Gallecia*” e publicado com data de 1995/96, destaca-se um conjunto de artigos relacionados com a via XVIII, referida no já mencionado Itinerário de Antonino. A partir de então outros trabalhos de síntese têm sido produzidos no âmbito do projecto de salvamento de *Bracara Augusta*, dentre os quais se destaca um estudo de Francisco Sande Lemos (Lemos, 2002: 95-127), dando conta de pequenas intervenções arqueológicas que permitiram documentar antigos caminhos romanos relacionados com *viae vicinales e privatae*.

#### **4. O contributo da epigrafia**

O estudo da epigrafia no contexto do comércio é fundamental para o entendimento da economia duma cidade. Gostaríamos, pois, de saber até que ponto as epígrafes latinas de *Bracara Augusta* nos esclarecem acerca da vida económica e, sobretudo, acerca da sua evolução urbana no contexto do Noroeste peninsular. No entanto, ao consultarmos o actual *corpus* de inscrições urbanas, desde logo nos apercebemos da extrema dificuldade em deduzir, a partir deles, testemunhos sobre a vida económica.

#### 4.1. As inscrições

A função de mercado privilegiado que a cidade desde cedo exerceu está bem documentada por um conjunto de inscrições consagradas a divindades estreitamente ligadas ao mundo marítimo e à protecção dos viajantes e suas travessias.

Referimo-nos a uma inscrição com dedicatória a Mercúrio, encontrada num muro da cerca do Seminário de Santiago em Braga (Tranoy, 1981: 315; Santos, *et alii*, 1983: 188, nº 8; Est. IV, nº 10), actualmente em depósito no respectivo museu, e três outras inscrições dedicadas a divindades menores, aos *Lares Viales* (*CIL*, II, 2417; *AE*, 1973: 310), uma das quais ainda inédita.

O papel económico da cidade está, no entanto, especialmente bem documentado por duas inscrições: uma (*CIL*, II, 2413 = *ILER*, 547) consagrada ao *Genius* do edifício do mercado (*Genius Macelli*) e outra (*CIL*, II, 2423) dedicada, na época de Cláudio, a *Caius Caetronius Miccio* pelos cidadãos romanos que negociavam em *Bracara Augusta* (*cives Romani qui negotiantur Bracaraugusta*).

Da do *Genius Macelli*, hoje desaparecida, dá notícia Jerónimo Contador de Argote (Argote, 1732-34: 227):

*“Da família Flavia Vrbica se acha outra Memoria notavel em Braga, a qual se encontrou ha pouco tempo na parede do Cruzeiro da Sé, da parte do Evangelho, aonde agora está a Capella de Nossa Senhora das Angustias. Manoel Fernando, Mestre Pedreiro da obra, a levou para sua casa, onde a conserva. Do seu feitio se vê foy base de estatua, e diz a Inscrição assim:*

*GENIO/MACELLI/FLAVIVS/VRBICIO/EX VOTO/POSVIT/SACRVM’.*

A outra, procedente da Capela de S<sup>ta</sup> Ana em Braga, encontra-se depositada no Museu D. Diogo de Sousa (**Fig. 21**). A transcrição integral desta inscrição, de carácter honorífico, foi efectuada por Géza Alföldy (1966: 367) que dela lhe dá a seguinte interpretação:

*“ A Caius Caetronius Miccio, filho de Caius, da tribo Camília, ao tribuno do povo, pretor, legado imperial na Hispânia Citerior, legado imperial da Legião II Augusta, procônsul da província Bética, prefeito do erário militar, prefeito para a*

*exacção dos restos dos tributos a cobrar para o erário do povo romano – os cidadãos romanos que negociam em Bracara Augusta”.*

Para o estudo da estrutura económica da cidade nos inícios da época imperial, a inscrição é, pois, especialmente significativa: a referência específica à existência de *negotiatores* que dedicam uma lápide a *C. Caetronius Miccio* vem redimensionar o papel da cidade de *Bracara Augusta* no contexto do Noroeste peninsular.

## **4.2. A figura de *C. Caetronius Miccio* e a existência de *negotiatores***

### **4.2.1. *C. Caetronius Miccio*: a evolução política de um cidadão**

Como refere Géza Alföldy (1966:372), “*os negociantes romanos que negociam em Bracara Augusta*” erigiram uma lápide em honra de *Caius Caetronius Miccio* considerando-o, talvez, seu patrono, em consequência das actividades económicas e financeiras por ele desenvolvidas, na condição de *legatus Augusti Hispaniae Citerioris*, aquando do seu primeiro cargo pretoriano, exercido por volta do ano 32 (ou, talvez, já anteriormente), com a função de substituir o governador *L. Arruntius*, afastado de tais funções pelo próprio imperador, Tibério (Tranoy, 1981: 163).

Sabemos também (Alföldy, 1966: 372) que fez parte do “*cursus*” senatorial de *Caius Caetronius Miccio* o cargo exercido como procônsul da província senatorial da Bética, cerca do ano de 37, talvez 37-38.

Particularmente interessante foi o último cargo exercido por este senador: após a prefeitura do erário militar, foi *praefectus reliquorum exigendorum populi Romani* (título aqui pela única vez testemunhado na epigrafia romana), com a função de tomar ao seu cuidado a exacção dos saldos das contribuições destinadas ao *aerarium populi* (Alföldy, 1966: 370-1).

### **4.2.2. *C. Caetronius Miccio*: os cargos assumidos e seu significado**

A substituição de *L. Arruntius* por *C. Caetronius Miccio*, inserida na tentativa de impedir os abusos e arbitrariedades dos governantes nas províncias (Tovar, 1975 b: 124), ficou famosa na Antiguidade (TÁC. *An.* VI 27, *Hist.* II, 65) dado tratar-se do

afastamento, por cerca de dez anos, dum personagem de categoria consular. Como consequência daquele “ostracismo”, *C. Caetronius Miccio* pôde usufruir, como *legatus* do Imperador, dum estatuto privilegiado, ficando com a jurisdição civil da cidade e substituindo o procônsul em todas as suas actividades.

A ascensão de *Caius Caetronius Miccio* (Alföldy, 1966: 372) ao proconsulado da província senatorial da Bética teve também pleno significado. Este cargo, atribuído por sorteio a pessoas que anteriormente tivessem exercido na sua carreira política uma prefeitura, permitiu-lhe o controlo civil e político – e, por consequência, seguramente económico – de toda a província da Bética. Na verdade, a figura de um procurador - apesar de se tratar de um cargo eminentemente associado à política administrativa da antiga República – representava, agora, um elemento essencial da burocracia imperial que, ao delegar o controlo financeiro a elementos da ordem equestre, controlava, desta forma, determinados recursos, como sejam a administração das minas ou a recolha de determinados impostos. Entre estes, podemos citar os impostos relativos à *vigesima hereditatum* (5% sobre as heranças), à *vigesima libertatis* (5% sobre a passagem de um escravo a liberto) e ao estabelecimento de 2% sobre as importações, imposto conhecido como *quagesima* ou *portorium* (González Román, 1995: 28).

Tendo em conta o contexto conhecido dum comércio activo e permanente de *Bracara Augusta* com a província da Bética, durante o séc. I, induzido dos materiais arqueológicos, não é de excluir a influência benéfica por ele exercida nas relações comerciais com aquela província.

É neste contexto que assume particular relevância, como atrás se disse, o exercício do cargo de *praefectus reliquorum exigendorum populi Romani* dada a actividade desenvolvida e sabendo nós que os *negotiatores* podiam usufruir - como beneficiários directos dos imperadores que os encorajavam a investir no comércio - da isenção dos *munera e honores publici*, caso estimulassem a importação de bens e investissem metade das suas fortunas (Sirks, 1991: 395-7; 412); podemos admitir que estes tenham erigido a lápide na tentativa de vir a beneficiar de tais isenções.

Não se deve afastar, ainda, a possibilidade de estes *negotiatores* pretenderem vir a ser magistrados locais, à semelhança de outros casos conhecidos do mundo romano peninsular, designadamente os de *Gaius* e *Aquinus Mela* (Blázquez, 1975: 207-8), grandes homens de negócios que exploravam as minas hispânicas no final da República.

#### 4.2.3. Os *negotiatores*: problemáticas relativas à sua proveniência e situação social

*Negotiator* é um termo de significado muito lato: representa aquele que actua, que é activo, que pratica os *negotia* (Valencia Hernández, 1989-90: 205; *id.*, 1992: 101). O *negotiator* é um cidadão romano ligado aos meios dirigentes que exerce uma actividade muito diversificada (política, financeira, bancária ou comercial), em particular nas províncias (Feuvrier-Prevotat, 1981: not. 38; García Brosa, 1999: 184). Na generalidade, são recordados como pertencentes a um grupo definido pela sua actividade comercial e financeira, embora pouco se saiba acerca da sua proveniência e situação social.

Na época republicana, o termo *negotiator* difere do de *mercator*: o primeiro indicava um comerciante de modestos recursos económicos, o segundo um rico e poderoso homem de negócios. A partir, pelo menos, da 2ª metade do séc. I d. C., os dois termos tendem, porém, a confundir-se e a ser usados indiferentemente para indicar comerciantes (Colavitti, 1999: 21). Regra geral, o termo *negotiator* refere-se, todavia, a vendedores sedentários, mercadores de grande escala que participavam no comércio marítimo (Tácito, *Annales*, XII, 51), a chamada *magna mercatura*, sobretudo em questões financeiras (Rougé, 1966: 274-283; Jones, 1974; Kneissel, 1983): alugavam barcos e emprestavam dinheiro, mas não costumavam viajar com as mercadorias, delegando estas funções a outros comerciantes (Tácito, *Annales*, II, 87), os *publicani* (os contratistas públicos da época republicana), que mantinham relações com a administração imperial (Badian, 1972; Cinna, 1981).

Os achados epigráficos relativos ao porto de Óstia e seu fórum (Piazzale delle Corporazioni) são demonstrativos de como os *negotiatores* se organizavam em associações para realizar transacções comerciais através de oficinas na cidade (Becatti, 1961; Pohl, 1978; Houston, 1980).

No caso presente da inscrição de Braga, independentemente da polissemia e consequente ambiguidade que os vocábulos *negotia* e *negotiatores* geram, a utilização do termo *negotiantur* revela, antes de mais, a importância política destes cidadãos romanos na cidade. À semelhança de outros contextos conhecidos no mundo romano (Valencia Hernández, 1989-90: 195-216; García Brosa, 1999: 185), o emprego desta fórmula verbal foi certamente determinado pela necessidade de encobrir uma realidade que contradizia a ideologia tradicional e conservadora da época, como se depreende da leitura e análise dos discursos narrativos de autores antigos, entre os quais Cícero

(Valencia Hernández, 1989-90: 195-216), que utilizavam a mesma fórmula verbal quando se referiam aos modos de vida das classes dirigentes, fossem eles da ordem senatorial ou equestre. Mais, e de novo à semelhança de outros contextos conhecidos (*id. ibidem*), o cuidado destes dedicantes em manifestarem a sua qualidade de *ciues Romani* (não referindo o estatuto social) teria servido – como vimos - para encobrir uma situação sociopolítica concreta mas também para justificar determinadas práticas económicas e o seu carácter não-profissional.

#### 4.2.4. Os *negotiatores*: o significado da sua presença

A presença na cidade de *negotiatores* revela, como menciona Patrick Le Roux (1996: 371), a existência dum *conventus* de negociantes com estatuto oficial, cuja ocupação podia ter sido a importação de produtos como o azeite e o vinho ou cerâmica itálica ou gálica.

No estado dos nossos conhecimentos, estamos em crer que esse *conventus* de negociantes se dedicou preferencialmente à comercialização do vinho proveniente da província senatorial da Bética, como se pode induzir da relativa escassez, na cidade, das cerâmicas finas de produção itálica e gálica (Morais, 1997-98 a), bem como de ânforas para transporte de azeite, em perfeita contradição com a abundantíssima quantidade de contentores de vinho, aqui representadas pelas ânforas Haltern 70 de proveniência bética (*id.*, 1997-98 b; 1998).

Esta actividade comercial, associada ao facto de *negotiatores* poderem ser armadores, realizar empréstimos e participar noutras actividades ligadas à posse de terras (Pancieria, 1980), tornaria quase inevitável que estes tivessem fixado a sua residência na cidade, local onde podiam realizar as suas actividades e contactar com os mercadores (*mercatores*).

Esta seria, provavelmente, a situação dos *negotiatores* em *Bracara Augusta*. De facto, como referimos, a presença maciça de ânforas do tipo Haltern 70 sugere um fluxo contínuo de mercadorias cujo testemunho não pode ser fruto de aventuras comerciais ocasionais, mas sim de uma certa facilidade que tinham os seus habitantes em adquiri-las e, talvez, o resultado da dedicação exclusiva de um comerciante especializado em negociar alguns bens particulares com vantagens económicas.





## **II PARTE**



## **Cap. I – Os materiais: caracterização sumária das principais intervenções arqueológicas, correlação crono-estratigráfica e metodologia e critérios de apresentação**

A realidade pluriestratigráfica própria da arqueologia urbana impede-nos a apresentação integral do contexto estratigráfico de todos os materiais dada a quantidade de informação analítica impossível de gerir, além de ser repetitiva para o estudo da economia e comércio nos primeiros três séculos de vida de *Bracara Augusta*.

A necessidade de colmatar as deficiências de informação existentes, em grande parte resultantes da ausência de numerosos contextos seguros, levou-nos, no entanto, a considerar globalmente todos os materiais arqueológicos utilizados.

Neste sentido, fornece-se, de seguida, uma caracterização sumária das principais intervenções arqueológicas que forneceram materiais cerâmicos analisados neste trabalho, de modo a estabelecer um contexto genérico para os mesmos.

### **1- Caracterização sumária das principais intervenções arqueológicas**

#### **1. Afonso Henriques, nº 13-25 (Rua) (Edifício do Cardoso da Saudade)**

Aterro com características humosas que forneceu abundante material cerâmico de cronologia alto-imperial.

#### **2. Afonso Henriques n.º 30-56 (Rua)**

Vestígios de um balneário público.

#### **3. Afonso Henriques n.º 90-92 (Rua)**

Canto de um pórtico e canalização da época romana.

#### **4. Anjo nº 55 (Rua)**

Restos habitacionais e abundante espólio da época suévico-visigótica.

## **5. Avenida Central**

Conjunto de sepulturas de incineração associadas a uma necrópole que assinala a saída da via XVIII.

### **5A. Avenida Central (Café Miragem)**

Estruturas modernas, entre elas um poço.

### **5B. Avenida da Liberdade, n°s 682-706**

Núcleo de sepulturas da necrópole da via XVII com lucernas, vasos e pulseiras de vidro.

## **6. Avenida da Liberdade**

Núcleo de sepulturas de incineração pertencentes à necrópole associada à Via XVII.

## **7. Bombeiros Voluntários (Rua dos)**

Alicerces de um hipotético torreão da muralha romana

## **8. Caires (Rua do)**

Núcleo de sepulturas de incineração pertencente à necrópole de Maximinos, associada à saída da Via XVI, poderá estar antes associada à via *per loca marítima*.

## **9. Cangosta da Palha**

Núcleo de sepulturas de incineração e de inumação associado à necrópole da Via XVII.

## **9A. Capela dos Coimbras**

Área não urbanizada

## **10. Cardoso da Saudade (Antiga Fábrica)**

Vestígios de uma *domus*, com tanque revestido de mosaico.

## **11. Casa da Roda**

Vestígios de habitação com pavimentos de mosaicos.

## **12. Casa do Poço**

Presumível conjunto artesanal de fabrico de cerâmica e vidro.

## **13. Casa da Bica (Colina da Cidade Norte)**

Vestígios de habitação, associados a uma cloaca.

## **14. Casa Grande de Santo António das Travessas (Ex-Albergue Distrital)**

Vestígios de uma domus, limitada por pórticos que acompanham uma rua, de orientação N/S, sob a qual corre uma cloaca. Vestígios do pórtico a oeste da rua que definia outro quarteirão

## **15. Cavalariças (Antigas Cavalariças do Regimento de Braga)**

Restos de várias construções de natureza habitacional e artesanal que se repartem pela área de três *insulae* da cidade romana.

## **16. Carvalheiras**

Casa de átrio e peristilo, rodeada de pórticos e ruas limítrofes e vestígios de outras casas adjacentes, com respectivos pórticos.

## **16A. Comendador Santos da Cunha**

Estruturas correspondentes à área habitacional.

## **17. Escola da Sé (Antiga)**

Vestígios de uma habitação, delimitada por um pórtico a este.

## **18. Falcões, nº 8-10 (Rua dos) (Irmandade de Sta. Cruz)**

Estrutura de material laterício, cujas características parecem apontar para a sua funcionalidade como forno.

## **19. Fonte do Ídolo**

Santuário rupestre, talhado num afloramento rochoso, com uma parede vertical onde se encontram as dedicatórias e figuras esculpidas. Escavações realizadas no local permitiram identificar estruturas associadas ao funcionamento do santuário.

## **20. Frei Caetano Brandão (Rua), nº 154**

Troço da cloaca identificada nas escavações da Casa Grande de Santo António das Travessas (Ex Albergue Distrital).

## **21. Frei Caetano Brandão (Rua), nºs 183-185 / Santo António das Travessas (Rua), nºs 20/26**

Vestígios de uma *domus*, com restos conservados de pintura das paredes, a qual foi remodelada, posteriormente, para construção do que se supõe ser um edifício público.

## **22. Frigideiras do Cantinho**

Ruínas de habitação tardia com balneário.

## **23. Fujacal (muralha)**

Extenso troço da muralha romana, associada a dois torreões de forma aproximadamente semicircular.

## **24. Fujacal (Campo da Nora)**

Vestígios de habitações, cuja cronologia aponta para o séc. VI.

## **25. Granjinhos**

Possível complexo industrial muito destruído, com restos de pavimentos de tijoleira, parte de um hipocausto, um tanque aquecido e ainda um original sistema de aquecimento de canais escavados na areia de alteração granítica.

## **25A Granjinhos (intervenção BRA 82, salvamento)**

Grande muro romano, eventualmente associado a uma *villa* sub-urbana.

## **26. Gualdim Pais, nº 28-38 (Rua)**

Vestígios de habitação tardia, com balneário.

## **27. Hospital de S. Marcos – Novo Bloco operatório**

Vestígios de muros de habitações destruídas pela construção da muralha romana, cujo traçado coincidia com uma poderosa estrutura da época moderna, parcialmente posta a descoberto.

**28. Imaculada Conceição, Av. (núcleo de sepulturas)**

Núcleo de sepulturas em caixa e uma em covacho, integradas na necrópole associada à Via XVI.

**29. Imaculada Conceição, Av. (Oficinas da Livraria Cruz)**

Vestígios de possíveis fornos, eventualmente associados a um complexo artesanal de produção de cerâmica. Outros achados documentam que poderíamos estar perante uma *villa* suburbana.

**29A. Lar das Enfermeiras= Jardim da Santa Casa da Misericórdia (Necrópole de S. Lázaro)**

Sepultura integrada na necrópole de S. Lázaro

**30. Largo Carlos Amarante (Claustro do Convento dos Remédios)**

Núcleo de 2 sepulturas de incineração em caixa, integradas na necrópole da Via XVII, das quais apenas uma foi escavada.

**31. Largo do Paço (claustro)**

Vestígios de diferentes épocas. Os mais antigos correspondem a valas de fundação de muros totalmente saqueados e a cerâmicas do séc. I. Muros dos sécs. III/IV e estruturas da época medieval.

**32. Largo de S. João do Souto (R. Afonso Henrique, 31-33)**

Vestígios de estruturas medievais e modernas e de fossas cujos enchimentos forneceram cerâmicas romanas e medievais.

**33. Misericórdia, Santa Casa (Jardim) / Necrópole de S. Lázaro**

Núcleo de sepulturas romanas, atribuídas a uma nova necrópole, presumivelmente associada à saída da via *Bracara-Emerita*.

**34. Misericórdia, Santa Casa (Infantário- tabuleiro B)**

Conjunto de estruturas muito fragmentárias, atribuíveis a uma área habitacional.



**35. Misericórdia, Santa Casa (terrenos a norte – tabuleiro A)**

Vestígios de compartimentos com solos de *opus signinum*, integrados numa área habitacional.

**36. Museu (terrenos a poente)**

Vestígios de pavimentos e muros na área envolvente do mosaico. Rua e ruínas associadas à existência de um balneário.

**37. Nossa Senhora do Leite (Rua da)**

Muro romano de excelente qualidade, paralelo à parede da Sé, associado a dois solos de *opus signinum* rompidos pelos alicerces da catedral, pertencente a uma construção pública rectangular com pórtico virado a nascente.

**38. Paio Mendes (Rua), n.ºs 67-75**

Troço da muralha romana, associado a um provável cubelo exterior semicircular e a uma pavimentação pétreia no lado interno.

**39. Praia das Sapatas**

Conjunto de vestígios de uma habitação romana.

**40. S. Geraldo, n.º 27-31 (Rua de)**

Conjunto de vestígios de área habitacional, composto por rua e negativos na rocha de muros e de silhares.

**41. S. Geraldo, n.º 34 (Rua de)**

Conjunto de alicerces e alinhamentos de muros de uma casa romana, totalmente desmantelados por construções posteriores, muito provavelmente da Alta Idade Média.

**42. S. Geraldo (Rua de) (Colégio da Sagrada Família)**

Vestígios de estruturas habitacionais, com pavimentos.

#### **43. S. Geraldo (Rua de) (Quintal da Santa Casa da Misericórdia)**

Conjunto de vestígios caracterizados por pavimentos e restos de muros, muito destruídos que definem compartimentos, alguns dos quais com solos de *opus signinum*.

#### **44. S. Victor (Rua) / Francisco Martins Sarmiento (Rua) (necrópole)**

Sepulturas de incineração e de inumação e vestígios de um solo de *opus signinum* que poderá ser atribuído a um mausoléu, ou templete. Este núcleo de sepulturas articulava-se com a via XVII (situa-se fora do mapa anexo).

#### **45. Sé Catedral**

Conjunto de vestígios de um edifício de planta rectangular, que se prolongava na actual R. Nossa Senhora do Leite, capela de S. Geraldo e naves da igreja. Com mais de 30 metros de comprimento, este edifício público apresenta no séc. IV uma configuração basilical .

#### **46. Sé Catedral (Capela da Nossa Senhora da Glória)**

Troço da muralha romana, ao qual se associavam várias pavimentações.

#### **47. Seminário de Santiago (Cerca do)**

Vestígios de área habitacional, designadamente rua calcetada e vestígios de um pórtico a norte que se associaria a uma casa adjacente.

#### **48. Seminário de Santiago (Claustro do)**

Conjunto de muros que definem o peristilo de uma casa romana, rodeada de um pórtico que dava acesso a um balneário.

#### **49. Termas do Alto da Cividade**

Termas públicas associadas a um teatro anexo.

## **2- A correlação crono-estratigráfica dos materiais**

### **2.1. Problemáticas e metodologia de abordagem**

Como referimos, à semelhança de que acontece na generalidade dos sítios escavados em grandes centros urbanos raramente se encontram sequências estratigráficas que possam inequivocamente contribuir para uma correlação segura e eficaz dos primeiros séculos de vida da cidade. Tal facto fica, naturalmente, a dever-se às profundas remodelações ocorridas ao longo do tempo de vida desta urbe, muitas das quais sacrificaram ou perturbaram os estratos dos períodos mais antigos.

*Bracara Augusta* não é excepção. Todavia, foi possível obter algumas sequências estratigráficas identificadas nas escavações realizadas nas Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga, no edifício termal e área envolvente situado na Colina do Alto da Cividade e nas *insulae* do Albergue Distrital e das Carvalheiras.

### **2.2. Análise dos contextos estratigráficos**

A análise dos contextos anteriormente referidos permitiu definir 5 períodos ou fases, que agrupam diversos estratos ou unidades estratigráficas com características comuns.

As escavações seleccionadas para a definição destas fases tiveram lugar em zonas incluídas na malha urbana da cidade romana. A ausência de estruturas construtivas de época augustana deve-se, provavelmente, à sua desmontagem ou mesmo destruição, tendo em vista alterações urbanísticas iniciadas, de acordo com os vestígios arqueológicos, a partir da época júlio-cláudia avançada e em época flávia e antonina.

Estas escavações forneceram grande quantidade de materiais comercializados desde a fundação da cidade até inícios / meados do século III, o que indica claramente o interesse comercial da cidade para os “*negotiatores*” responsáveis pelo comércio destas cerâmicas, ao mesmo tempo que é revelador de uma actividade económica importante relacionada com um contexto de crescimento demográfico e urbano.

A partir do estudo estratigráfico das escavações seleccionadas obtivemos sequências cronológicas que serão utilizadas como referência constante para os restantes materiais recolhidos noutras escavações. Como referimos, a análise destas sequências estratigráficas permitiu estabelecer 5 fases. Os materiais associados a estas fases constam da base de dados apresentada como complemento desta dissertação.

**Fase 1** - Período de Augusto a finais de Tibério / inícios de Cláudio (Zona: Antigas Cavalariças)

Das escavações realizadas nesta zona destaca-se uma recente intervenção realizada no sector Este do actual edifício do Museu (sector 8). Aqui foi detectado um enchimento selado por um pavimento exterior empedrado. O conjunto de cerâmicas recolhido neste enchimento é particularmente importante pela quantidade e variedade de materiais importados, datáveis do período de Augusto a finais do período de Tibério / inícios de Cláudio.

Como se pode conferir na base de dados apresentada em anexo foi possível individualizar cerca de 250 exemplares, repartidos por fragmentos de ânforas, almofarizes e de *terra sigillata* de tipo itálico.

As ânforas, de entre todos os materiais os mais abundantes, estão maioritariamente representadas pela forma Haltern 70. Foram ainda recolhidos alguns fragmentos de ânforas vinárias, oleícolas e piscícolas de diferentes origens e produções: as ânforas vinárias estão representadas por fragmentos oriundos do Sul da Gália incluídos nos tipos Gauloise 5 e 7 e por fragmentos de produção tarraconense, incluídos no tipo Pascual 1; as ânforas oleícolas apenas estão representadas por fragmentos do Guadalquivir, do tipo Dressel 20; as ânforas piscícolas estão representadas por produções da Bética costeira, da forma Dressel 7-11 e ânforas lusitanas incluídas na variante A do tipo Dressel 14.

Como acima referimos, além das ânforas, estão também documentados fragmentos de almofarizes da Bética costeira, datáveis da primeira metade do século I, e fragmentos de *terra sigillata* do tipo itálico, maioritariamente representados por pratos do tipo *Consp.* 18 e taças do tipo *Consp.* 22. À semelhança do que acontece com a totalidade das produções de tipo itálico, estes produtos datam preferencialmente dos finais do período de Augusto e reinado de Tibério, momento de transição entre o período “clássico” e “avançado”, estabelecido por C. Goudineau (1968) para esta tipo de cerâmica.

**Fase 2** - Período de Cláudio / Nero (Zona: Cloaca do Albergue Distrital)

Trata-se duma grande cloaca de drenagem com 1,40 m. de altura implantada numa profunda vala de fundação orientada segundo os eixos da cidade romana. As duas

paredes possuem um excelente aparelho em *opus vittatum*, apenas com uma face interna e um lastro de lajes de granito; grandes pedras de granito servem-lhe de cobertura.

A vala de implantação da cloaca (sector L1/L2, camada 9 f) forneceu alguns fragmentos de paredes finas de produção itálica e fragmentos de *terra sigillata* de tipo itálico e do Sul da Gália.

As paredes finas estão apenas representadas por dois fragmentos da forma híbrida Mayet XXXIII / XXXV, oriundos da área Centro Ocidental do Vale do Pó, datáveis entre os finais do século I a. C. e o reinado de Cláudio. Os fragmentos de *terra sigillata*, estão documentadas por um fragmento de tipo itálico *Consp.* 22.1. [2], datável de 15 a. C. a 14 d. C. e um fragmento da forma Drag. 15/17 oriundo de La Graufesenque, datável dos reinados de Tibério a Nero.

Incluídos nos interstícios das lajes que compõem o lastro da cloaca foram encontrados um fragmento de forma indeterminada de *terra sigillata* de tipo itálico e dois fragmentos de fundo de *terra sigillata* do Sul da Gália, cujo fabrico nos parece poder ser enquadrado nas cronologias dos exemplares acima referidos.

**Fase 3** - século I (Zonas: *Insula* das Carvalheiras; Termas do Alto da Cividade e respectiva área envolvente)

Para a selecção de alguns estratos da *insula* das Carvalheiras valorizamos apenas aqueles que apresentavam um contexto crono-estratigráfico bem definido. Refira-se ainda que os materiais cerâmicos associados a esta fase estão directamente relacionados com valas de fundação de muros (sectores X168 / Y116, camada 01 A; X168 / Y124, camada 2 B; N 66 X160 / Y148, camada 9 A; N 94 X182 / Y160, camada 4), pavimentos de terra batida (N 114 X185 Y 160) e enchimentos de nivelamento sobre a rocha (sectores X166 / Y132, camada 8; N 2 X / Y; N 18, camada 3; N 91 X / Y, camada 7) ou alterite para a preparação de pavimentos (N 111 X / Y, camada 13; N 112 X192 / Y140, camada 14), relacionados com o 1º momento de ocupação da *insula*.

Do conjunto termal do Alto da Cividade e área envolvente destacam-se, num contexto de 287 U. E, doze U. E, relacionadas com pavimentos (U. E 114; 162; 168) e diferentes tipos de enchimento - associados a valas de fundação de pilares (U. E 119), de blocos (U. E 282), de muros (U. E 96; 164; 169; 172; 177) ou mesmo enchimentos sobre a rocha (U. E 160; 166) e preparação de pavimentos (U. E 176) - , todos eles relacionados com um conjunto de estruturas que dão corpo a um edifício anterior à construção das termas.

Em ambos os contextos das Carvalheiras e do Alto da Cividade são absolutamente predominantes as ânforas e a *terra sigillata* hispânica.

Como seria de esperar, continua o predomínio das ânforas béticas Haltern 70 sobre as restantes, sendo estas as únicas ânforas representadas nas termas. Na *insula* das Carvalheiras, além do referido predomínio das ânforas Haltern 70, constata-se a presença de ânforas vinárias e piscícolas e uma ânfora de conteúdo indeterminado: as ânforas vinárias estão representadas por fragmentos do tipo Dressel 2-4 de produção itálica e bética, fragmentos de Tipo Ródio oriundos do Egeu e fragmentos do tipo Dressel 7-11 de origem Tarraconense; as ânforas piscícolas apenas estão representadas por fragmentos de fabrico lusitano integráveis na variante B da forma Dressel 14; a ânfora de conteúdo indeterminado pertencente à Classe 1 das ânforas púnico-ebusitanas estudadas por J. Ramon, enquadrável no Tipo 8.1.3.3 (= PE – 18).

A *terra sigillata*, salvo alguns raros fragmentos do tipo itálico e do Sul da Gália, são na sua quase totalidade correspondentes às produções de Tricio. De entre estas, predominam, as formas decoradas Drag. 29 e 37 e as formas lisas Drag. 27 e 15/17, com características morfológicas e de fabrico datáveis de meados a finais do século I.

**Fase 4** - inícios do século II (Zona: Termas do Alto da Cividade e respectiva área envolvente)

Representada por um vasto conjunto de unidades estratigráficas (U. E), cerca de 41, relacionadas com a construção do edifício termal e com o teatro anexo. Directamente relacionado com o edifício termal surgem algumas U. E correspondentes a pavimentos (por exemplo, de terra batida (U. E 4; 14; 180; 247; 248), de *opus signinum* (U. E 256; 258), tijoleiras de hipocaustos (U. E 243) e diferentes tipos de enchimentos (por exemplo, sobre a rocha (U. E 5; 93; 132; 148; 207; 241; 249; 259; 262), sobre canalizações (U. E 33; 276), de nivelamento de solos (U. E 41; 101; 102; 122; 147), de preparação para implantação de muros (U. E 73; 103; 127; 232; 286), valas de saque (U. E 117; 144; 153; 167; 173), níveis de limpeza de *praefurnia* (U. E 264), valas de implantação de canalizações (U. E 34; 71). Outras estruturas estão relacionadas com enchimentos de uma calçada circundante ao teatro (U. E 80; 128) e com o entulhamento de um tanque para construção da referida calçada (U. E 130; 131).

Nestas unidades estratigráficas as ânforas estão residualmente representadas, sendo apenas de salientar a presença de cerca de uma dezena de fragmentos do tipo Haltern 70 e um fragmento do tipo Dressel 2-4.

Dos restantes materiais datáveis salienta-se, mais uma vez, a presença destacada de *terra sigillata* hispânica, com igual predomínio das formas decoradas Drag. 29 e Drag. 37 e as formas lisas Drag. 15/17 e Drag. 27. A estas acrescenta-se ainda a relativa abundância da forma Drag. 36. São agora predominantes as formas e os fabricos datáveis dos finais do século I e os inícios do século II.

Além dos materiais cerâmicos destaca-se a presença de fragmentos de vidro enquadráveis nesta fase (por exemplo, Isings, 5; Isings 50) e moedas datadas do período de Trajano e Adriano.

**Fase 5** - finais do século II / inícios do século III (Zona: Termas do Alto da Cividade e respectiva área envolvente)

Esta última fase, também ela apoiada no conjunto de estruturas identificadas no edifício termal e área envolvente, está unicamente representada por 6 U. E, datadas de fins do século II / inícios do século III. Estas correspondem a diferentes tipos de enchimento (entulhamento de áreas de serviço (U. E 246), valas de fundação de muros (U. E 268), valas de fundação de canalizações (U. E 255), preparação de pavimentos de compartimentos (U. E 263) e pavimentos, em terra batida (U. E 254) ou em solos de *opus signinum* (U. E 257).

Com excepção de um fragmento de ânfora de produção regional integrável na forma Regional II, que possui fortes afinidades com o tipo bético “Almagro 50” Keay XVI, infelizmente não encontramos materiais cronologicamente integráveis nesta fase. Deparamos sim com alguns fragmentos de cerâmicas, especialmente *terra sigillata* hispânica, fora de contexto, cuja presença cabe interpretar como residual. Este dado parece-nos, no entanto, significativo, na medida em que permite testemunhar um decréscimo acentuado dos produtos de importação na cidade.

### **3. Metodologia e critérios de apresentação**

O estudo das cerâmicas importadas alto-imperiais aqui apresentado corresponde à totalidade dos materiais até à data recolhidos na cidade ao longo de cerca de trinta anos de escavações.

Para o tratamento quantitativo e qualitativo destas produções elaboramos uma base de dados, que apresentamos em suporte CD, para a qual foram criados diferentes

*Layouts* # consoante o tipo de cerâmica, mas que possuem, entre si, uma série de campos comuns. A informação quantitativa relativa aos totais foram obtidos a partir da base de dados e são apresentados em gráficos, obtidos através do programa EXCEL.

A análise quantitativa das cerâmicas seguiu as recomendações do protocolo de quantificação de cerâmicas elaborado pelos participantes da mesa redonda de Mont Beuvray (Arcelin e Tuffreau-Libre, 1998), privilegiando a análise do número mínimo de indivíduos (N M I). Seguindo este critério as tabelas elaboradas para cada tipo de cerâmica apresentam a totalidade da informação recolhida, apresentando-se a percentagem bruta e o número mínimo de indivíduos. Com excepção das ânforas, a coincidência quantitativa entre a percentagem bruta e o número mínimo de indivíduos para cada tipo de cerâmica apenas foi possível graças a um trabalho criterioso e minucioso que levou em consideração a posição estratigráfica dos materiais e as suas características tipológicas e de fabrico.

### **Os produtos locais**

Contrariamente aos restantes materiais aqui estudados, na apresentação dos vestígios e dos exemplos de produções local optámos por não seguir uma numeração contínua. Este critério foi adoptado tendo em conta o tipo diferenciado de produções e respectiva temática. Pelos mesmos motivos não tentamos uniformizar a escala dos desenhos apresentados em estampa.

As marcas presentes nos materiais de construção serão reunidas em diferentes quadros sinópticos correspondentes a cerca de 260 símbolos distintos.

A não inclusão da cerâmica comum neste trabalho deve-se a duas ordens de razão específicas. A primeira diz respeito à quantidade de materiais que, como se pode calcular, exigia, por si mesmo, um trabalho monográfico, impossível de incluir num estudo de síntese como este. Outra ordem de razão prende-se com o facto do estudo desta cerâmica fazer parte de um trabalho de equipe que tem vindo a ser realizado no âmbito do “Projecto de Salvamento de *Bracara Augusta*”, e que inclui, para além do estudo meramente arqueológico, análises laboratoriais ainda em curso.



### **As ânforas e os almofarizes**

Como sublinhámos no nosso estudo sobre as *Ânforas da zona das Carvalheiras...*, apresentado como tese de mestrado em 1998, a falta de um critério comum na caracterização das produções de ânforas dificulta o seu estudo.

A relação dos materiais aqui apresentados beneficiou de uma classificação morfológica e análise prévia das pastas à lupa binocular, apresentada naquele estudo.

Mau grado as dificuldades na classificação tipológica das ânforas, resultantes do facto de aos mesmos tipos serem atribuídas características diferentes, seguimos as tipologias mais usadas pela generalidade dos investigadores e, designadamente, aquelas que nos parece melhor corresponderem à definição das suas características morfológicas.

A partir da bibliografia consultada e dos dados obtidos no estudo das ânforas recolhidas na cidade optámos por seguir um critério de apresentação que contemplasse a origem, o conteúdo, a difusão e a cronologia das mesmas. Para facilidade de apresentação, estas foram reunidas em função dos produtos que preferencialmente transportavam: vinárias, oleícolas, piscícolas e indeterminados.

Na apresentação gráfica do material optámos por realizar um catálogo contínuo de modo a que cada fragmento seja identificado por um único número, nas estampas, como no texto. Salvo algumas excepções devidamente assinaladas, caso de ânforas completas ou fragmentos de grande dimensões, a maioria dos desenhos serão apresentados à escala 1/2.

Com excepção dos dois almofarizes de origem itálica, a falta de uma tipologia específica para os almofarizes de origem bética recolhidos na cidade levou-nos a apresentá-los tendo em conta as suas características morfológicas e de fabrico. À semelhança das ânforas e pelas razões acima expostas, optámos por realizar um catálogo contínuo. Na sua totalidade os desenhos serão apresentados à escala 1/3.

### **As cerâmicas finas de mesa**

#### **(*terra sigillata*, paredes finas e cerâmica bracarense)**

Na apresentação da *terra sigillata* optámos pela divisão clássica entre formas lisas e formas decoradas.

A classificação das formas de *terra sigillata* lisa de tipo itálico é feita segundo a tipologia do *Conspectus* (1990) que, por um lado, nos permitiu classificar com maior rigor certos fragmentos cujos detalhes ou variantes não eram contemplados nas

tipologias anteriores; por outro lado, tornou possível classificar com maior segurança e atribuir a respectiva cronologia a diversos fundos de vasos encontrados.

A classificação das formas decoradas é feita segundo a tipologia do *Conspectus* e, sempre que necessário, com recurso à tipologia de W. H. Dragendorff (Dragendorff, 1948).

Todos os exemplares lisos são apresentados de acordo com a sequência formal apresentada no *Conspectus*, ilustrando-se a grande maioria dos exemplares de cada tipo e respectiva variante. A referência ao número individual de cada forma do *Conspectus* (ex: tipo Consp. 11.1.[1]), não tendo um específico valor cronológico nem formal, apenas serve para aproximar os fragmentos recolhidos em Braga com aqueles exemplificados nesta obra.

Os fragmentos decorados são apresentados na sua totalidade.

Na classificação dos produtos de *terra sigillata* do Sul da Gália recolhida na cidade seguimos o critério tipológico adoptado por Alain Vernhet (Vernhet, 1979; 1986), onde figuram vasos integráveis nas tipologias consagradas de Curle, Dragendorff, Hermet, Knorr e Ritterling e a partir do nome do acampamento romano de Haltern.

Para uma maior uniformização, simplicidade de apresentação do texto e respectivo catálogo e estampas, seguimos o critério de apresentação formal adoptado por aquele autor.

Para a classificação da *terra sigillata* hispânica seguimos a última proposta tipológica reunida na obra “*Terra sigillata Hispanica, Centros de fabricación y producciones altoimperiales*” (Roca e Fernández, 1999). Entre outras, a consulta da obra de síntese elaborada por Françoise Mayet (Mayet, 1983; 1984) e a última proposta tipológica ensaiada por Ángeles Mezquíriz no *Atlante* (Mezquíriz, 1985) foi, também, imprescindível para a integração formal dos fragmentos hispânicos até à data recolhidos em Braga.

Os motivos decorativos da *terra sigillata* hispânica são apresentados em tamanho natural. De entre os inúmeros motivos decorativos excluem-se neste estudo os círculos, os pequenos frisos superiores ou inferiores e os motivos de separação das métopas que figuram nas estampas das formas.

Para facilitar o estabelecimento de paralelos dos motivos recolhidos na cidade, optámos por seguir a ordem de exposição estabelecida por Ángeles Mezquiriz (Mezquiriz, 1961) e retomada por Françoise Mayet (Mayet, 1984).

Para as marcas recolhidas na cidade apresentamos no final de cada produção uma proposta de leitura, classificação e análise da sua distribuição no mundo romano. Para esta última análise levamos em consideração os paralelos específicos de cada marca e outras assinaturas realizadas pelos mesmos oleiros ou oficinas recolhidas em diferentes estabelecimentos do mundo romano. Longe de ser exaustiva, a referência à dispersão destas marcas apenas serve como contributo para um melhor conhecimento da origem dos produtos importados na cidade e para ajudar na compreensão dos fluxos e rotas de intercâmbio da Antiguidade romana.

Para a classificação e leitura das marcas de tipo itálico consultamos a segunda edição (1ª edição electrónica) do suplemento ao *Corpus Vasorum Arretinorum* de A. Oxé e H. Comfort (Oxé-Comfort, 1968), actualizado por P. M. Kenrick (Kenrick, 2000).

Na classificação das marcas provenientes do Sul da Gália seguimos a já clássica obra de F. Oswald, “*Index of potters` stamps on terra sigillata Samian ware*” (Oswald, 1923), reeditada em 1964.

Para a classificação da *terra sigillata* hispânica adoptamos as obras referidas na apreciação tipológica.

De acordo com a bibliografia consultada, tentou-se actualizar os dados fornecidos por estas obras, referindo-se outras locais onde se recolheram marcas assinadas pelos mesmos oleiros até à data recolhidas na cidade.

Na apresentação das *paredes finas* levamos em consideração as suas características morfológicas. Esta apresentação faz-se, sempre que possível, recorrendo à obra de Françoise Mayet (Mayet, 1975 b); para as formas que aí não figuram seguimos as tipologias contempladas na obra de A. López Mullor (López Mullor, 1990).

A cerâmica bracarense está organizada de acordo com as produções que imitam e tendo em conta a sua ordem de importância. Em primeiro lugar apresentam-se as imitações de *terra sigillata*, optando-se pela clássica divisão entre formas lisas e formas

decoradas a molde; seguem-se-lhes as imitações das cerâmicas de paredes finas de Mérida e outras formas originais ou inspiradas noutras categorias cerâmicas.

Aos exemplares constantes dos catálogos e respectivas estampas atribui-se uma numeração contínua dentro de cada produção.

Com excepção da cerâmica de paredes finas e das marcas de *terra sigillata* apresentados em tamanho natural, os restantes desenhos são apresentados são apresentados à escala ½.

### **As lucernas**

O presente estudo inclui um conjunto superior a seiscentas lucernas (cerca de 637), correspondentes a peças completas, discos decorados e outras partes fragmentadas. Destas foram desenhadas e catalogadas cerca de metade, dado que as restantes se apresentam demasiadamente fragmentadas.

Em consequência do estado de fragmentação e desgaste da maioria dos exemplares apresentados, optámos por prescindir das fotografias em favor do respectivo desenho.

Por razões de clareza de exposição estruturámos este estudo em cinco partes.

Na primeira parte reunimos as lucernas em conjuntos de sete séries distintas, de modo a obter um panorama geral do conjunto. As séries, reunindo vários tipos diferenciados de lucernas, correspondem, em linhas gerais, a grupos específicos de lucernas que possuem determinadas afinidades: lucernas de volutas, de canal, de disco, etc. Este critério apenas tem como finalidade facilitar a apresentação do material. Para a tipologia específica de cada tipo de lucernas seguimos, em geral, o critério de apresentação de Angel Morillo Cerdán (Morillo Cerdán, 1999).

A segunda parte, relativa ao enquadramento cronológico do material, segue o critério da apresentação anterior. Para cada tipo específico de lucernas foi proposta uma cronologia, de acordo com a bibliografia consultada e os dados proporcionados pelas escavações da cidade.

Para a análise iconográfica das lucernas, correspondente à terceira parte, seguimos a antiga classificação de S. Loeschcke (Loeschcke, 1919), actualizada por D. M. Bailey (Bailey, 1980).

Na quarta e quinta parte apresentámos os moldes e as marcas até à data recolhidos na cidade.

Por fim, optámos por uma descrição detalhada de cada peça constante do respectivo catálogo em vez de uma apresentação esquemática.

## Cap. II – Exemplos de autarcia

### 1. Os produtos locais

À semelhança de outras cidade romanas, *Bracara Augusta* possuía uma economia baseada numa actividade económica mista de agricultura, indústria e comércio. Este facto implica que qualquer tipo de análise económica sobre a cidade e território envolvente terá que levar em consideração os tipos de exploração agrícola e as actividades comerciais.

Um exemplo dessas actividades foi a produção de cerâmica que funcionou como complemento para o abastecimento interno da cidade e sua área de influência. Na verdade, a produção cerâmica constitui um campo privilegiado para a análise do nível de autarcia, dado que estas se integram num modelo económico dinâmico, que inclui actividades complementares relacionadas com a produção e comercialização de um excedente ainda que limitado a mercados locais ou regionais.

Em *Bracara Augusta* e seu território - como noutras cidades congéneres e seus territórios - essa actividade conduziu ao fabrico de uma ampla gama de *instrumenta* necessários à produção agrícola e à vida doméstica: lucernas, cerâmicas comuns, cerâmicas finas, ânforas, *dolia*, materiais de construção e objectos diversos (por exemplo, *pondera* e terracotas).

Não deixa de ser verdade que num mundo que, norma geral, não conhecia circuitos comerciais privados estáveis nem regulares, e no qual a tendência geral era o domínio da economia doméstica sobre a industrial, a produção de bens facilmente manufacturáveis, como a cerâmica, ficava quase totalmente nas mãos de poucos indivíduos ligados ao mundo do *negotium*. Qualquer perturbação em tão débil circuito comercial levaria a um encarecimento tão acentuado do produto que a produção local de cerâmica, não tão fina, mas muito mais barata, acabaria por se impor.

Os vestígios da produção local de cerâmica e respectivos exemplos que de seguida se apresentam servem para demonstrar como numa sociedade pré-industrial se mantinha uma dupla ordem económica: o da auto-suficiência e sua íntima relação com uma economia integrada relacionada com o comércio mercantil.

## 1.1. A existência de olarias

A importância das actividades oleiras na região de Braga está bem documentada no estudo realizado por Mário J. Barroca (Barroca, 1993: 159-170) sobre os “Centros Oleiros de Entre-Douro-e-Minho (Séc. XIII)...”. Neste estudo, realizado a partir de referências documentais e vestígios arqueológicos conhecidos na região, destaca-se a actividade oleira na zona do Prado/Cervães no contexto do abastecimento de uma vasta área na região “Entre-Douro-e-Minho”, onde é reconhecida como uma das mais importantes e melhor documentadas para o período medieval (*id.: ibidem:* 163).

A importância deste centro oleiro manteve-se, todavia, para além daquele período como se pode constatar pelo excelente estudo etnográfico que lhe consagrou Rocha Peixoto nos inícios do passado século (Peixoto, 1900: 227-270; 2º ed., 1966: 9-60; Ests. I-XI; 3ª ed. 1967: 89-132); aí se refere a dispersão destes produtos, no sentido norte-sul, desde a Galiza até à Figueira e, para leste, até Trás-os-Montes e as Beiras.

Um estudo mais recente publicado por J. Viriato Capela (Capela, 1992: 5-55), intitulado “Os despachos da Alfândega de Viana entre 1750 e 1830”, distingue este centro oleiro como “um dos núcleos de produção mais significativo, com uma das mais alargadas áreas de expansão comercial” (*id.: ibidem:* 5), penetrando, inclusivamente, no território alto-minhoto e galaico, através do porto de Caminha e do rio Minho (*id.: ibidem:* 14), sobretudo nas regiões costeiras (*id.: ibidem:* 21).

A recorrência a estes barreiros em época romana era previsível se salientarmos que naquela área, para além da existência de um povoado (entretanto destruído pela construção de uma fábrica de confecções), se encontraram importantes e abundantes vestígios de romanização muito próximos (4 km.) de uma via romana que estabelecia a ligação *Bracara – Tude*.

Hoje podemos afirmar que, de entre as várias indústrias conhecidas na cidade romana, a olaria foi, sem dúvida, uma das mais significativas. Esta afirmação baseia-se, naturalmente, nos achados arqueológicos que têm vindo a ser exumados nas últimas décadas. Acontece, porém, que até ao momento não se encontraram evidentes estruturas associadas às diferentes oficinas que existiram na cidade. Apenas se conhece a referência a um possível forno encontrado em duas intervenções de salvamentos realizada pela UAUM, em 1978 e 1979, num terreno desaterrado para construção, situado entre as instalações da Livraria Cruz e a Rodoviária Nacional e da existência de

um outro referido pelo Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha (vid. Correio do Minho 5-11-1964 a 13-11-1964) resultante da abertura da R. Santos da Cunha no ano de 1955.

A existência deste último forno foi posteriormente corroborada por J. Rigaud de Sousa (Sousa, 1966; *id.* 1969), quando, a propósito do estudo de dois moldes de lucerna encontrados na sequência da abertura da dita rua, refere os vestígios daquele forno, associado a uma grande quantidade de argila pronta a ser utilizada.

Este último importante testemunho resultou das intervenções realizadas em 1966 por J. Rigaud de Sousa, aquando da construção de um edifício situado no ângulo Este das ruas Santos da Cunha e de Pêro Magalhães Gândavo. Aí foram identificados vários muros que formavam compartimentos rectangulares e, junto a estes, um outro constituído por fiadas de pedras irregulares ao qual estava adorado um pavimento forrado por ladrilhos. Este pavimento era percorrido por profundos sulcos descrevendo figuras mais ou menos espiraladas e recobertos por barro nativo muito fino e depurado.

A análise deste barro efectuada nos laboratórios do Fundo de Fomento Mineiro por Rebolho Lapa revelou tratar-se de uma argila proveniente dos barreiros da freguesia de S. Romão da Ucha (Concelho de Barcelos), situadas a cerca de 14 Km da actual cidade (Oliveira, 1998: 39).

Além dos materiais cerâmicos propriamente ditos e da referência aos vestígios de fornos e um tanque para decantação de argila, deve destacar-se ainda a presença de alguns acessórios de olarias, representados por duas relas de roda de oleiro cavadas em suporte de argila (Est. I, nº 1-2), um calço de argila provavelmente utilizado para separar os vasos no forno (Est. I, nº 3) e uma parte de um suporte bitroncocónico (Est. I, nº 4). A ausência de vestígios de excesso de cozedura neste último exemplar leva a supor que ele teria sido apenas utilizado como suporte para facilitar a secagem das peças e não utilizado como separador de um forno.

Exemplos semelhantes de suportes utilizados para os mesmo fins foram encontrados, entre outros locais, no centro oleiro de Pinheiro para a secagem de ânforas lusitanas do tipo Almagro 51 c (Mayet, *et alii*, 1996: 75; fig. 50, nº 166 a 169) e na bética no centro oleiro de Matagallares, para as ânforas Gauloise 4, Dressel 30 e Almagro 51 c (Lorenzo e Bernal Casasola, 1988: 437-438; figs. 171-172).

Fora da península exemplos idênticos podem ser vistos em diversos centros produtores galo-romanos que produziram cerâmicas comuns, ânforas, telhas (Rivet, 1986: 119-134; fig. 15) ou mesmo *terra sigillata*, como por exemplo, no centro produtor de La Graufesenque (Vernhet, *et alii*, 1987: 46-47).



Na Suíça também se conhecem exemplares que cumpriam a mesma função em locais que possuíam fornos, designadamente, *Aventicum* (Castella, 1995: 129; 131-132; Ests. 4-5, nº 67-84), *Aquae Helveticae*-Baden (Drack, 1949: 21-30); *Petinesca-Volderberg* (Zwahlen, 1995: 126-127) e *Lousanna-Vidy* (Laufer, 1980: fig. 46, 58-59).

Encontrou-se também um disco fragmentado proveniente das escavações realizadas em 1978 na “Casa da Bica”, situada na Colina da Cividade (Est. I, nº 5), idêntico a um outro proveniente duma *villa* (Póvoa do Lanhoso) (Est. I, nº 6), eventualmente utilizados na fase do torneamento ou enformamento. Este tipo de elementos está bem documentada em locais de produção de cerâmica, sendo normalmente denominados como aneis-suportes, isoladores, separadores, etc (vid. Rivet, 1986: 129-130; fig. 15).

Com uma função ainda não claramente determinada, mas provavelmente relacionada com a sua utilização nos fornos como separadores de cerâmicas durante o processo da cozedura (Bouet, 1999: 80; 81, fig. 46), encontraram-se, ainda, quatro exemplares de forma cilíndrica com um orifício disposto verticalmente (Est. II, nº 7-10), três dos quais provenientes das Cavalariças e o restante da R. Damião de Góis.

Elementos idênticos, dados como separadores de cerâmicas durante o processo da cozedura, foram encontrados em fornos datados do século I, no estabelecimento de La Lagaste em Pomas e Rouffiac (Aude) (Rancoule, 1970: 61) e em contextos mais tardios, datáveis do século II/III, provenientes de Lavoye (Meuse) (Chenet e Gaudron, 1955: fig. 39, nº 14 e 15; fig. 45, nº 16 e 26) e Pont-des-Rèmes à Florent (Marne) (*id. ibidem*: fig. 42, nº 4).

Nas antigas escavações realizadas na Colina do Alto da Cividade foi recolhido um bloco de argila a que atribuímos um particular interesse, presentemente em depósito no Museu D. Diogo de Sousa. Trata-se de um bloco de argila primitiva (Est. III, nº 11) imperfeitamente amassado seguramente submetido à acção do sol, e com alguma probabilidade proveniente de um tanque de decantação.

Foram ainda encontrados nas escavações realizadas nas Cavalariças pequenos restos de escórias de cerâmica (Est. III, nº 12), que supomos relacionados com fornos existentes *in loco* ou nas proximidades.

## 1.2. Marcas e grafitos

A presença de **marcas** de oleiro (*signacula*) impressas antes da cozedura mediante selos de cerâmica, metal ou madeira com o nome ou iniciais do fabricante ou

proprietário e marcas nominais grafitadas sobre a argila ainda fresca são de valor inestimável para um melhor conhecimento das olarias e dos oleiros que trabalharam na cidade.

Até à data, além das marcas em lucernas de fabrico local, apenas se conhece uma marca impressa no bordo dum *dolium*, encontrado nas escavações realizadas nos terrenos da Misericórdia, e duas outras registadas em *tegulae*, uma das quais proveniente das Termas do Alto da Cidade e a outra numa intervenção realizada nos arredores da cidade.

A marca encontrada no bordo do *dolium*, está representada pela assinatura *CAMAL*, abreviatura de *CAMALVS* (Est. **IV**, nº **1**). Este nome, muito conhecido na onomástica indígena, está presente noutros *dolia* e em numerosas inscrições lapidares e rupestres nos povoados do Noroeste - com especial destaque para a Citânia de Briteiros (Cardozo, 1962: 70-74; *id.* 1976: 43; Silva, 1986: 268-270; Est. **LXIV**). É também muito frequente em *Bracara Augusta*, como documentam as inscrições funerárias (Tranoy e Le Roux, 1989-90: 201, nº 11; 212-213, nº 3, Fig. 17; 216, nº 4, Fig. 20; 220, nº 2; 224-225; 226).

Pela análise paleográfica das diversas inscrições relativas aos membros familiares associados a *Camalus* recolhidas na Citânia de Briteiros, Armando Coelho (Silva, 1986: 270), ensaia a reconstituição de um diagrama em que se representa a possível relação familiar entre este e outros antropónimos, propondo, o carácter patrilocal encabeçado por *Camalus* e o desenvolvimento de uma actividade familiar tradicional que era assumida pelos membros masculinos que fixavam residência junto do grupo da mulher. Ainda segundo este autor (*id. ibidem*: 272), a união de vários grupos familiares organizados, descendentes dois mesmos antepassados comuns, constituíram a primeira unidade suprafamiliar com funções específicas dentro de cada povoado.

Como referimos, as marcas encontradas nas *tegulae* (Est. **V**, nº **2-3**) ostentam em letras capitais a abreviatura *SATVR* (= de *SATVRNINVS*), cognome igualmente associado à antroponímica pré-romana (Kajanto, 1982: 213). A sigla *SAT* em tipo actuário está ainda presente no fundo de pequenos potes e jarros de engobe vermelho provenientes do povoado de S. Julião (Vila Verde) (Est. **VI**, nº **4-7**).

A existência de cerâmicas assinaladas com o nome *SATVRNINVS* não é, todavia, característica única do Noroeste peninsular. Na verdade, este nome, frequentemente em genitivo e apresentando, à semelhança dos exemplos aqui referidos, um nexos entre as

letras *V* e *R* ou as letras *A* e *T*, pode ser encontrado, entre outros materiais, em almofarizes datados de um período pré-claudiano (Aguarod Otal, 1991: 133) e em materiais de construção datados da época flávia (Jimeno Martínez, 1980: 60-61; Fig. 9, nº 72). Mais significativa é, todavia, a presença do mesmo tipo de marca em materiais de construção recolhidos nas cidades de Braga e Tiermes. A presença da marca *SATVRNINVS* em ambas as cidades, poderá pressupor, mais do que mera coincidência, a existência, à semelhança de determinadas oficinas lucernárias, de olarias maioritariamente dedicadas à produção de materiais de construção relacionadas entre si através de laços familiares ou a existência de autênticas sucursais dispersas em locais considerados estratégicos para a distribuição deste tipo de produtos.

Como referimos, estão ainda documentadas na cidade marcas nominais incisas sobre a argila ainda fresca que assinalam, em letras de tipo actuário, marcas de oficina ou de propriedade, sendo, ainda, por vezes, simplificadas através de simples sinais, sem carácter alfabético, à semelhança de marcas em materiais de construção encontradas na cidade.

A presença destas marcas nominais grafitadas antes do processo da cozedura pode ser vista em dois fragmentos de *dolia*, um dos quais (Est. **VII**, nº **8**) proveniente de antigas escavações, onde se lê um nome em genitivo de origem grega, [?] *IFFLLOES*, gravado com ramo de árvore ou arbusto, e outro (Est. **VII**, nº **9**) de escavações mais recentes, realizadas no Edifício Cardoso da Saudade, onde se lê *SVO* (seu?).

As abreviaturas idênticas àquelas encontradas em materiais de construção (**vid. quadro III**) encontram-se num pote de cerâmica comum (Est. **VIII**, nº **10**) e num fragmento de bordo e parede de um *dolium* que apresenta ainda a particularidade de possuir sob o bordo um conjunto de grafitos correspondentes a numerais (Est. **IX**, nº **11**).

Assinale-se, ainda, a existência de um outro fragmento da parte superior de um *dolium* (Est. **IX**, nº **12**) encontrado pelo Dr. Manuel da Cruz aquando da construção do Campo de Aviação de Palmeira (Sampaio, 1963: 265). Este fragmento, publicado num trabalho intitulado “*Inscrições Romanas do Museu Pio XII em Braga*” (Santos, *et alii*, 1983: 5-27; Lam. I-XVI), apresenta, à semelhança dos dois primeiros *dolia* referidos, letras de tipo actuário gravadas antes da cozedura, onde se lê: *RVFINI*, um nome derivado de *RVFVS*, comum na onomástica local (*vid. Tranoy, 1981: 364*), como se documenta, por exemplo, numa inscrição encontrada na “Casa do Passadiço”, em

Braga, datada dos primeiros decénios do século III (Tranoy e Le Roux, 1989-90: 197-198, nº 6, Fig. 7; 224; 229).

Os restantes elementos dizem respeito a uma panóplia de marcas e simples sinais e impressões realizados em materiais de construção, correspondentes a cerca de 260 símbolos, realizados antes da cozedura através de processos de impressão, como por exemplo pela utilização dos dedos, ou da incisão, recorrendo-se para tal a ramos de arbustos ou de árvores.

Alguns destes símbolos, na sua quase totalidade inseridos no campo inferior direito destes elementos, parecem querer representar o nome de proprietários de olarias ou nomes de oleiros dedicados à produção dos diferentes tipos de cerâmica existentes na cidade. Estes símbolos também se apresentam sob a forma de numerais ou sinais diversos de significado nem sempre fácil de discernir.

De entre os símbolos que nos parecem indicar o nome de proprietários de olarias ou nome de oleiros distingue-se, para além da abreviatura *SIL*, o nome em genitivo de *PIRI* e *SABINI*, representados em letras capitais (**quadro I a**). Todos os restantes (**quadro I b**), representados por letras capitais ou cursivas do alfabeto latino, estão presentes por uma única letra, por um conjunto de duas letras, ou mesmo mais, neste último caso quando grafadas em nexos. Por vezes, estas letras podem apresentar uma posição retrovertida, como no caso específico da letra N, assinada de forma individual, ou associada ao que parece corresponder à colaboração de dois fabricantes.

Quando os símbolos parecem corresponder a numerais (**quadro II**), estão presentes pelos números romanos usuais, ou pela combinação de signos, utilizando o sistema “aditivo” ou “subtrativo”: no sistema “aditivo”, os números adicionam-se da esquerda para a direita, ou seja, os mais baixos situam-se à direita dos mais altos; no sistema “subtrativo”, os números subtraem-se da direita para a esquerda, escrevendo-se agora os mais baixos à direita dos mais altos. Este tipo de símbolos, frequentes noutro tipo de materiais como por exemplo as ânforas, têm sido normalmente interpretados como simples símbolos de distinção de lotes no local de fabrico, permitindo um maior controlo do rendimento dos operários por parte de um determinado oleiro.

Mais lata é, todavia, a representação de outros símbolos (**quadro III**), apresentados de forma individual ou composta, a que poderíamos certamente atribuir numerosas interpretações, entre as quais a representação de letras do alfabeto latino representadas de forma cursiva, ou outros elementos aparentemente decorativos. De entre estes últimos elementos destacam-se: traços ligeiramente ondulados dispostos na

vertical; três linhas rectas convergindo para um centro comum; formas irregulares de círculo, com apêndice inicial, riscado da esquerda para a direita; formas em arco ou abóbada e arcos semicirculares cortados transversalmente por uma linha recta.

Para além destas representações gráficas e figurativas presentes em materiais de construção, estão também presentes outro tipo de representações a que poderíamos chamar “símbolos de casualidade”, testemunhadas através da impressão de mãos, pés, sandálias, ou patas de animais domésticos.

Importante é também assinalar o conjunto de **grafitos** efectuados depois da cozedura, provavelmente fruto de motivações individuais e com características de espontaneidade, presentes em peças de jogo, testos de cerâmica e fusaiolas (*vertici*).

Estes grafitos, gravados à mão livre numa ou nas duas faces destes elementos, apresentam-se, entre outros, sob a forma de motivos arbóreos (Ests. **X**, nº **1**; **6**; **XI**, nº **9**; **11**; **XIII**, nº **1**; **XXIV**, nº **16**), suásticas (Est. **XIII**, nº **4**), estrelas (Est. **XXV**, nº **22**) ou elementos ornamentais (Ests. **XIII**, nº 3; **XV**, nº **10-12**) de significado nem sempre fácil de discernir.

De entre estes destaque-se, a título de curiosidade, a representação de uma possível oliveira (Est. **XI**, nº **9**) e uma suástica (Est. **XIII**, nº **4**), esta última talvez relacionada com o culto do Sol, associado ao fogo e à imortalidade da alma, ou mesmo associado a prováveis virtudes profiláticas (Santos, 1963: 133-156).

Além destes elementos meramente simbólicos estão presentes outros grafitos que devem ser interpretados como sinais evidentes de literacia. Trata-se de grafitos nominais inscritos em genitivo, caso de *DAFILLE* (Est. **XIV**, nº **7**), de origem grega, de *N / VRSI* (Est. **XII**, nº **20**) e *LICINI* (Est. **XXV**, nº **24**), comuns na onomástica latina, ou grafitos com carácter augural, caso da inscrição *SAECULARES* (Est. **XIII**, nº **2**) relativa a celebração de jogos seculares (Dressel, C.I.L. XV, 2, 6.221), ou religioso, como se vê na representação de um crísmo com as primeiras letras do nome de Cristo (Est. **XII**, nº **17**). Neste último caso, não se trata de uma precoce manifestação crítica em *Bracara Augusta*, mas antes um grafito mais tardio apostado numa peça de cronologia mais recuada.

Como se depreende dos exemplares apresentados, estes elementos podem também aparecer em conjunto (misturando-se motivos de carácter simbólico com caracteres do alfabeto latino), como por exemplo *STA* (Est. **XIII**, nº **4**), provavelmente relativo a um escravo manumitido por testamento (*STA[TV LIBER]*) (vid. Oxé e

Comfort, 1968: 473, nº 2040 a 2042), ou simplesmente individualizados, como no caso da abreviatura *MAN* (Est. **XIV**, nº **6**), significando possivelmente “pela mão de” (*MAN[V]*).

Estão também documentadas na cidade inscrições pintadas (*tituli*) em cerâmicas, como se vê em dois potinhos fragmentados provenientes de sepulturas sem contexto da necrópole da R. Rua do Caires. Num deles (Est. **XVI**, nº **1**), correspondendo a cerca de um terço da parte superior da peça, lê-se o que parece ser um *O*, seguido de um *E* bem definido e a metade superior de um provável *S*.; no outro exemplar (Est. **XVI**, nº **2**), apenas representado por um fragmento de pança, lê-se as letras *S. P.*.

### 1.3. Os materiais de construção

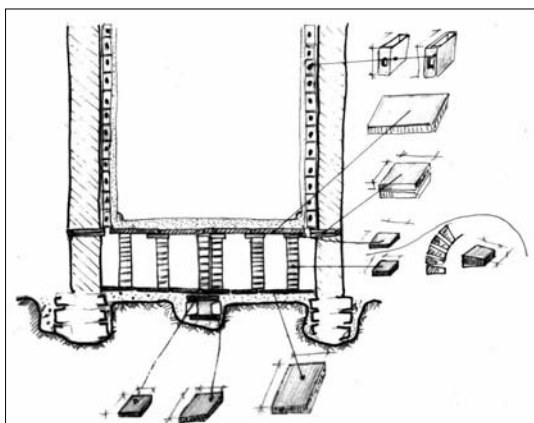
No período imperial romano dá-se uma proto-industrialização da construção pelo emprego, entre outros, de materiais de construção em cerâmica. Estes materiais oferecem uma capacidade de resistência a fortes temperaturas tornando-os preferíveis à própria utilização da pedra. A este nível, e apesar da padronização típica destes materiais, a história das produções técnicas utilizadas contribui para a identificação de fácies culturais utilizadas num determinado momento numa dada região.

Nesse sentido, apresentamos o conjunto de materiais de construção provenientes das escavações realizadas em *Bracara Augusta*, com o intuito de dar a conhecer as preferências de utilização e as técnicas locais adoptadas nesta cidade ao longo de todo o período imperial.

#### 1.3.1. Os *tubuli*

Largamente utilizados em construções romanas da época imperial (nas províncias difundem-se a partir de finais do século I), os *tubuli* são canalizações em argila de forma quadrangular ou rectangular, de altura variável. Trata-se de verdadeiras condutas, justapostas contra a parede, que permitiam a circulação de ar quente, com a particularidade de possuírem aberturas laterais que permitiam o aquecimento da totalidade da parede.

Como se vê na imagem, o primeiro *tubulus* de cada coluna repousava



frequentemente sobre um tijolo de *suspensura* suportado por colunelos; os restantes *tubuli* do conjunto eram, sustentados por pregos de ferro em forma de T ou apoiados contra a parede através de uma argamassa.

Em *Bracara Augusta*, este tipo de material foi encontrado nas termas públicas do Alto da Cidade, associado à 1ª fase construtiva do edificado, e em áreas privadas com balneários, como se verifica na *insula* das Carvalheiras, e nas escavações num balneário romano na R. Afonso Henriques. O conjunto destes materiais permite, desde já, identificar seis tipos de *tubuli* empregues na cidade, destrinçáveis, entre si, pelas suas dimensões e pelo tipo de abertura lateral que possuem (vid. quadro). Com uma altura variável entre 17,5 e 29,6 cm, estes são, na sua totalidade, rectangulares, e possuem apenas uma única abertura de cada um dos lados laterais, de forma circular ou quadrada, adequada às suas medianas dimensões.

Como se depreende de um exemplar encontrado no balneário da R. Afonso Henriques (N. I.: 954-94) os *tubuli* eram fabricados a partir da união de duas partes iguais em forma de U, unidas, naturalmente, antes do processo da cozedura, dando origem à sua forma alongada e rectangular.

À semelhança de outros contextos conhecidos no Império Romano (Bouet, 1999: 66-67), em *Bracara Augusta* a espessura das paredes dos *tubuli* pode ser indicativa de maior ou menor antiguidade: os exemplares provenientes de contextos alto-imperiais do conjunto termal do Alto da Cidade e da *insula* das Carvalheiras, com uma espessura média de 1,8 a 2,5 cm, diferem de outros encontrados em contextos baixo-imperiais nas escavações da R. Afonso Henriques, com uma espessura média de 2,5 a 3,5 cm. A corroborar esta hipótese temos os *tubuli* provenientes de contextos dos sécs. III/IV encontrados na *uilla* romana de Dume, cuja espessura da parede medeia os 2,7 e os 4 cm.

LOCAL	ALTURA (cm)	SECÇÃO (cm)	FORMA DAS ABERTURAS LATERAIS	DATAÇÃO	POSIÇÃO ESTRATIGRÁFICA	TIPOLOGIA	NÚMERO DE INVENTÁRIO
Termas	27,8	30,8x15,8	Circular	Inícios do Séc. II	"in situ"	I - I	
R. Afonso Henriques	29,6 ? 29,6 29,6	31,7x12,6 ?x14,7 ?x15,5 ?x20,2	Circular Quadrangular Circular Circular	1ª metade do séc. II	derrube	I - II I - III I - IV I - V	954-94 960-94 955-94 957-94
Carvalheiras	23,2 23,2 a 25,2	29,5x14,3 29,5x14,3	Quadrangular Circular			I - III I - VI	251-2000 ?
Dume	18,6 ? 17,5 17,5	37,8x12,3 ?x12,3 ?x17,2 ?x17,2	Quadrangular Quadrangular Circular Circular	Séc. III/IV Séc. III/IV Séc. III/IV Séc. III/IV		711-94 709-94 708-94 707-94	

### 1.3.2. Os tijolos em aduelas

Os tijolos em aduelas eram utilizados nas construções para diferentes funções, com especial destaque para a criação de sistemas abobadados de cobertura das salas quentes em edifícios termais e balneários privados. Com a forma quadrangular, rectangular ou trapezoidal, estes tijolos caracterizam-se por possuir dois encaixes dispostos numa extremidade podendo, ainda, associar na outra extremidade dois entalhes. Como testemunho do seu emprego como aduelas, a maior parte possui um perfil em cunha mais ou menos pronunciado de acordo com o talhe das tijoleiras que encerram o sistema abobadado.

Em *Bracara Augusta* podemos distinguir **4 Grupos** de tijolos em aduelas tendo em conta o modo de encaixe nas tijoleiras e respectiva altura (excepto dos entalhes), largura e espessura (base e topo) que estes poderiam adquirir.

O **1º Grupo** está representado por elementos de corpo rectangular que se caracterizam por possuir numa das extremidades dois encaixes para o assentamento das tijoleiras; dentre estes, destacamos um exemplar dado apresentar uma abertura central situada no corpo do tijolo, certamente utilizada para aligeirar o seu peso.

O **2º Grupo** apenas está presente por um exemplar idêntico aos anteriores mas que se distingue por possuir um corpo rectangular cuja largura é superior à altura.

Os do **3º Grupo** diferenciam-se dos precedentes pela presença de dois entalhes numa extremidade e dois encaixes no lado oposto, possibilitando, assim, o assentamento de duas tijoleiras criando verdadeiras condutas entre cada arco. Deste grupo fazem parte os tijolos em aduelas de corpo quadrangular e de corpo trapezoidal.

Por último, o **4º Grupo** está representado por tijolos em aduelas que se caracterizam pela presença de quatro encaixes dispostos frente a frente sobre todo o comprimento do tijolo.

Se nos detivermos na análise do quadro relativo à totalidade destes elementos facilmente podemos inferir o predomínio dos tijolos pertencentes ao Grupo 1, relativamente aos Grupos III e IV que, apesar da idêntica paridade numérica, não ultrapassam quantitativamente o primeiro. Por outro lado, e no que diz respeito à sua distribuição na cidade, poder-se-á ainda constatar a maioria de elementos encontrados no conjunto termal da colina do Alto da Cividade, seguido das áreas adstritas a necrópoles. Tal concentração para além de testemunhar, inequivocamente, o seu uso preferencial em áreas termais, permite, ainda, pressupor, uma certa tradição continuada dos oleiros de *Bracara Augusta* na feitura destes elementos de construção.



### **1.3.3. Outros tijolos**

Nas diferentes escavações foram ainda recolhidos outro tipo de tijolos modelados segundo a dimensão do pé romano (=26, 6 cm). Referimo-nos, entre outros, aos conhecidos tijolos de forma quadrada (*pedalis*, *bipedalis*, *sesquipadalis*, e *bessalis*) e triangulares obtidos a partir dos anteriores.

### **1.3.4. As telhas**

A utilização de telhas de barro cozido foi uma revolução nos métodos de construção romana e encontramos-os nas escavações das localidades romanas como no caso de *Bracara Augusta*. As telhas eram fabricadas através da introdução do barro em moldes, onde se deixavam a secar e endurecer, sendo depois colocados em fornos para serem cozidas. Como se testemunha na cidade estas eram fabricadas em vários tamanhos. Como seria de esperar foram recolhidos na cidade *tegulae* e *imbrices* usados pelos romanos.

## **1.4. Exemplos de produções locais**

Todavia, como seria de esperar, cerca de 60 a 90% das produções cerâmicas corresponde à cerâmica dita comum. Trata-se de uma cerâmica, destinada a cobrir todas as necessidades, de que são exemplo a baixela de mesa, as cerâmicas de cozinha e de armazenamento, os contentores de transporte, o mobiliário funerário, etc.

Em Braga podemos distinguir, atendendo às características técnicas, dois grupos genéricos desta cerâmica: um de pastas finas, de cor creme, destinadas a servir à mesa; outro, de pastas com abundantes inclusões e superfícies menos cuidadas, frequentemente utilizadas para ir ao fogo, como demonstram os vestígios de fuligem, outros, por vezes de grandes dimensões, destinados para armazenamento, transporte e outros fins.

Na cidade existiu ainda uma tradição de fabrico de cerâmicas com características particulares de retenção de calor e resistência ao fogo, caracterizadas por possuir um engobe vermelho não vitrificável. Estas cerâmicas estão representadas por dezenas de milhares de fragmentos distribuídos por toda a área outrora ocupada pela cidade romana. A mesma técnica de fabrico e o carácter não vitrificável do engobe são o denominador comum destas cerâmicas que perduraram do século I d. C. até meados do século V d. C. Esta longa duração pode explicar as particularidades significativas do engobe, das pastas e das tipologias que naturalmente conduziram à sua integração em

três grupos distintos, de acordo com critérios bem definidos: imitações do engobe pompeiano (“pompejanish-roten Platen”); imitações da *terra sigillata* hispânica e da *sigillata* africana e produções comuns destinadas a servir à mesa, para armazenamento e de cozinha (vid. Delgado, 1993-94: 113-139; Est. I-X).

A par destas produções, os oleiros de *Bracara Augusta* tiveram a iniciativa e a mestria de oferecer à população produções diversificadas de apreciável qualidade, como alternativa mais económica às cerâmicas de importação cujas formas de maior êxito tão bem souberam imitar.

Foi o caso bem documentado das cerâmicas bracarenses e da produção de lucernas, ilustrativas do *savoir faire* dos oleiros bracaraugustanos e da intencionalidade de comercializar os seus produtos à escala regional. Estas duas produções serão desenvolvidas no capítulo dedicado aos materiais.

Aqui referir-nos-emos resumidamente às **cerâmicas pintadas**, fabricadas a partir de barreiros cauliníticos e da região do Prado (Gomes, 2000), às **miniaturas votivas**, aos **vasos rituais**, às **representações de mascarões e terracotas** e às **peças de jogo**:

- de entre um conjunto significativo de **cerâmicas pintadas** destacam-se três pequenos fragmentos (Est. **XVII**, nº **1-3**) de pasta fina, esbranquiçada, decorados com motivos humanos encontrados num contexto arqueológico datado dos anos 50-80 d. C. (Alarcão, 1975 c: 103; Est. **XX**, nº 1-2). A existência destes fragmentos vem mais uma vez demonstrar o grau de mestria dos oleiros que trabalhavam na cidade que recorriam a decorações inspiradas em modelos clássicos. Num destes fragmentos (Est. **XVII**, nº **1**) vê-se a representação tosca de duas figuras separadas por um friso vertical interiormente decorado por uma linha vertical ondulada. A figura disposta à direita deverá corresponder a um servo ligado a um dos cultos existentes na cidade, no acto de coroar a figura à esquerda representada por uma jovem bailarina desnuda;
- as **miniaturas votivas** enquadram-se no tipo de objectos encontrados em fossas votivas (Krause, s/data: 45-46, fig. 41). O primeiro (Est. **XVIII**, nº **1**) foi encontrado sem estratigrafia associada num contexto de necrópoles e o segundo (Est. **XVIII**, nº **2**) provém de uma fossa aberta na alterite junto a uma *insula* (cova 31). Nesta fossa, datada entre a 2ª metade do século I a finais do século III (Delgado, 1996-97: 153), foram ainda encontrados cerca de 59 vasos de cerâmica posteriormente reconstituídos, dos quais se destaca a presença de um

vaso ritual realizado em cerâmica pintada (*id. ibidem*: 142; 153; Est. XIV, nº 83);

- o **vaso ritual** (Est. XIX, nº 3) possui na metade superior da pança uma decoração particularmente realçada pela aplicação de um bico vertedoiro em forma de falo, encimado por uma espécie de pátera e ladeado, em ambos os lados, pela representação de uma vulva; a face oposta da pança está ornamentada pela decoração, também aplicada, de dois falos dispostos transversalmente, mediados por uma única vulva; os falos são representados com testículos. Acrescentem-se, a estes exemplares, quatro pequenos fragmentos com o mesmo tipo de decoração encontrados em Braga: um em cerâmica comum fina, ligeiramente engobada, proveniente das Cavalariças (Est. XX, nº 4) e três outros em cerâmica pintada, encontrados nas escavações da R. de Santo António das Travessas (Est. XX, nº 5), R. D. Paio Mendes (Est. XX, nº 6) e da referida fossa junto à *insula* das Carvalheiras, este último (Gomes, 2000: 142) submetido a análise laboratorial. Ainda que bem testemunhados no mundo romano, apenas conhecemos no actual território português dois outros publicados provenientes das escavações de Conimbriga. Trata-se de um exemplar fragmentado saído de uma camada de aterro e de um outro completo encontrado numa *insula* a oeste do *forum*, datado dos meados do século I (Alarcão, 1975 b: 93-95; Pl. I, nº 609; Pl. XXIX; Alarcão, 1984: 123; 134, nº 555; *id.*, 1994: 64; 166, nº 557);

- a representação de **mascarões** aplicados com figurações zoomórficas ou humanas está documentada em dois exemplares. É o caso da ornamentação simbolizando a cabeça de um javali aplicada na parede de uma pequena jarra (Est. XXI, nº 1) proveniente de uma sepultura da Via XVI do núcleo de necrópoles da R. do Caires (Zona 80B; sepultura a) (Martins e Delgado, 1989-90b: 60-61, fig. 11, nº 17; 84-85; 180), elemento que se repete num exemplar fragmentado e de feitura tosca com o que parece ser a cabeça de um leão (Est. XXI, nº 2), e pela curiosa presença no fundo interno de um vaso de forma indeterminada de uma face humana muito estilizada (Est. XXI, nº 3);

- a **representação de serpentes**: de referir também a presença de uma pega na qual se representa a cabeça extremamente estilizada de uma cobra ou serpente (Est. XXII, nº 4), elemento que parece repetir-se num outro pequeno fragmento de pega cuja representação dos olhos e boca se faz através de pequenos orifícios (Est. XXII, nº 5). A representação destas serpentes em fragmentos de cerâmica

poderá estar relacionada, à semelhança de outros exemplares de cerâmica pintada encontrada no povoado de Guifões (Santos, 1963 a: 136-156), com o culto ofiolátrico, porventura relacionado com o *Genius Loci* ou o culto de Asklepios ou Esculápio, curiosamente mencionado numa inscrição lapidar da região de Braga (Vasconcelos, 1913: 265);

- neste rol de produções inclui-se ainda, como referimos, a presença de uma **mini-terracota** correspondente a uma meia noz, recolhida nas escavações da insula das Carvalheiras (Est. **XXII**, nº 6). A excelente execução deste exemplar leva-nos a pensar que se trata de uma peça datada do alto-império. Para este elemento encontrámos paralelos específicos na colecção de terracotas depositadas no Museu das Antiguidades Nacionais em Saint-Germain-en-Laye, estudadas por M. Rouvier-Jeanlin (1972: 401, nº 1267-1271). Na verdade, os achados deste tipo são raros em estações romanas, pelo menos no que respeita ao território actualmente português: para além deste exemplar apenas temos conhecimento de uma mini-máscara de um negro proveniente da estação do Alto da Cidreira (Alcabideche, Cascais) (Branco, *et alii*, 1970-72: 101-104; Encarnação, *et alii*, 1982: 6), estudada por Jeannete Nolen (Nolen, 1988: 65-66; Fig. 1), e três outras, bastante desgastadas e incompletas, encontradas na *villa* de Freiria (também em Cascais) (Cravinho, 1993-1994: 333-348, Figs. 6-9). Segundo diferentes autores (Klose e Silber, 1929: 83; Rouvier-Jeanlin, 1972: 29; Krause, s/data: 39, 40; Jealin, 1998: 153-161), as representações em terracota possuem um forte significado religioso: podiam ser colocadas nos larários familiares, como parte da decoração religiosa da casa, ou como parte do mobiliário de sepulturas, enquanto oferendas funerárias. Referem ainda a possibilidade de poderem tratar-se de meros brinquedos. Encontra-se ainda no espólio do Museu D. Diogo de Sousa a representação de um pássaro em terracota proveniente das antigas escavações realizadas na Colina de Maximinos (Est. **XXII**, nº 7). Trata-se da representação de uma pomba fracturada ao nível da cabeça que encontra paralelos aproximados noutros exemplares do mundo romano (Klose e Silber, 1929: 83, nº 48; Rouvier-Jeanlin, 1972: 368-376, nº 1127-1154; 391, nº 1211-1212; Krause, s/data: 39, 40, Fig. 34; Jealin, 1998: 153-161; Fig. 4, nº 5). Um exemplar idêntico proveniente da *insula* II da cidade de Saragoça e actualmente em depósito no Museu daquela cidade representa uma pomba em alabastro, também fragmentada ao nível da cabeça, encontrada

num enterramento infantil datado da 1ª metade do século I (Beltrán-Lloris, 1998: 130-131, nº 351);

- as **peças de jogo** estão representadas por um dado (*t. lusoriae*) (Est. **XXII**, nº **8**), que apresenta uma face lisa faltando-lhe por gravação o equivalente ao número três, e tésseas (*calculi*) de pequenas a grandes dimensões, utilizadas como fichas de jogo. O dado encontra paralelo numa peça proveniente da sepultura 2 (UE 76) da necrópole oriental de Mérida (vid. Bejarano Osorio, 1996: 37-58, em particular, 54, nº 5). As fichas de jogo recolhidas em Braga foram elaboradas para o efeito em fabrico idêntico ao de material de construção (Est. **X**, nº **1**) ou, mais frequentemente, improvisadas a partir de vasos de cerâmica comum (Ests. **X**, nº **2-8**; **XI**, nº **9-14**) e engobes vermelhos (Est. **XII**, nº **15-21**).

### 1.5. Produções cerâmicas subsidiárias de outras actividades

Como seria de esperar, no contexto da grande diversidade de produções até à data documentadas na cidade, estão também presentes outras produções cerâmicas usadas em diversas actividades, como no caso de fabrico de tecidos ou o fabrico específico de cadinhos e moldes em cerâmica directamente relacionados com as actividades vidreiras e metalúrgicas.

Os vestígios que indirectamente documentam a produção de tecidos na cidade estão representados por **pesos de tear** (*pondera*). A estes acrescenta-se as **fusaiolas** (*verticilli*).

Os **pesos de tear**, por vezes com grafitos idênticos aos dos materiais de construção, possuem diferentes formas (**Est. XXIII**): paralelepípedos; pirâmides truncadas de base rectangular e quadrangular; face trapezoidal e lado rectangular; em escudo, etc.

As **fusaiolas**, os pesos associados ao fuso de fiar, *fusos*, para garantir o movimento de rotação do mesmo, foram elaboradas expressamente para o efeito (Est. **XXIV**, nº **1-5**), ou afeiçoadas a partir de cerâmicas comuns (Est. **XXIV**, nº **6-10**; Est. **XXV**, nº **11-18**) e engobes vermelhos (Est. **XXVI**, nº **19-25**).

A utilização de **cadinhos** em cerâmica para a **produção de vidro** está bem documentada na cidade (Cruz, 2001: 33-34). Estes estão representados pelos

característicos vasos de formato tronco-cónico. A quase totalidade destes exemplares, em estado muito fragmentado, provém das antigas escavações de Maximinos e de camadas de entulho de recentes escavações realizadas na Quinta do Fujacal.

Desta última escavação provém ainda o exemplar (Est. **XXVII**, nº 1), bastante mais pequeno que os anteriores e terminando num bordo simples, com de vidro preto opaco que possivelmente foi utilizado para a produção de jóias (*id.*: 34; 35, fig. 14, nº 3).

Um exemplar com o bordo tronco-cónico (Est. **XXVII**, nº 2), proveniente da *insula* das Carvalheiras, contém na parede interna areia calcinada pelo fogo. Segundo Mário da Cruz (Cruz, 2001: 33), poderá tratar-se de um vaso de “fritura” da areia antes da fusão final para a produção de vidro ou talvez, dada a existência de areias e as altas temperaturas que necessariamente atingiu, da calcinação acidental provocada por um incêndio.

Além de objectos especificamente relacionados com a produção de vidro, encontram-se ainda na cidade outro tipo de vasos de produção local que atestam, ainda que indirectamente, a importância desta actividade. Trata-se de almofarizes de produção local que possuem no seu interior uma característica cobertura vitrificada (Est. **XXVIII**, nº 3-4). Estes almofarizes, que encontram paralelos em exemplares encontrados no povoado de Guifões (Santos, 1963 b: 157-166), possuem um característico vidrado plumbífero, ainda hoje utilizado nalgumas olarias rústicas do Minho, como, por exemplo, em pequenas olarias caseiras da região de Barcelos.

Como bem observa Joaquim Neves dos Santos (*id. ibidem*: 161), a propósito dos referidos exemplares do povoado de Guifões, este revestimento interior permitia não só a impermeabilização das pastas porosas da cerâmica, como também lhes aumentava a sua resistência mecânica indispensável “*na arrecadação de líquidos ácidos como o vinho, o azeite e a manipulação de gorduras ferventes, facilitando também grandemente a indispensável limpeza depois das aplicações de cozinha, quando a isso eram destinados*”.

Ligado às artes do fogo temos ainda exemplares de **cadinhos** em material do tipo refractário **utilizados na fusão de metais** a altas temperaturas, idênticos a tantos outros encontrados no mundo romano (Krause, s/data: 36-37).

O achado destes exemplares nas escavações realizadas no Edifício Cardoso da Saudade, na R. Frei Caetano Brandão e nas Cavalariças, pressupõe, à semelhança do

fabrico do vidro, a existência de diferentes oficinas locais dedicadas àquelas actividades.

Das escavações realizadas no Edifício Cardoso da Saudade provém um exemplar de parede (Est. **XXIX**, nº **1**) e três pequenos fundos assentes numa pequena base plana (Est. **XXIX**, nº **2-3**), ou em forma de bico fundeiro (Est. **XXIX**, nº **4**), este último com vestígios de escorrência de bronze na face externa.

Na R. Frei Caetano Brandão foram encontrados dois cadinhos, um dos quais em forma de pequena taça (Est. **XXIX**, nº **5**) e com a particularidade de estar abundantemente contaminado com ouro, presente sob a forma de pequenas pérolas.

A actividade ligada à fusão de ouro está também documentada na zona das Cavalariças pelo achado de dois cadinhos (Est. **XXIX**, nº **6-7**) que, à semelhança do exemplar anterior, apresentam vestígios de contaminação de ouro. A existência de fragmentos de cadinhos com escórias resultantes da fusão do bronze estão igualmente documentados.

A estes vestígios acresce-se uma significativa e importante quantidade de **moldes em cerâmica para a fundição de sítulas** em bronze (Martins, 1988: 23-29; Ests. I – III). Estes moldes encontrados nas escavações realizadas no Albergue Distrital (Ests. **XXX**, nº **1**; **XXXI**, nº **2-3**; **XXXII**, nº **4-6**; **XXXIII**, nº **7-10**) e nas Cavalariças (Ests. **XXXIV**, nº **11-12**; **XXXV**, nº **13-14**; **XXXVI**, nº **15-17**; **XXXVII**, nº **18-20**; **XXXVIII**, nº **21-22**; **XXXIX**, nº **23-27**), provém de níveis não selados.

O estudo de alguns destes moldes (Ests. **XXXV**, nº **13-14**; **XXXVI**, nº **15**; **17**) realizado por Manuela Martins (Martins, 1988: 27-29), permitiu, todavia, datá-los, com alguma segurança, entre os finais do século I a. C. e os meados do século I da nossa era (*id. ibidem*: 27-28). Estes moldes, com pastas de tons variados (predominantemente negras no interior e com superfícies externas alaranjadas), correspondem à parte decorada de moldes bivalves que apresentam uma decoração geométrica com um número limitado de motivos, constituídos por elementos em SSS entrelaçados dispostos em bandas horizontais, e decorações em espinha e linhas de pérolas também dispostas na horizontal.

Um deles (Est. **XXX**, nº **1**) representado pelas duas faces do molde bivalve permite perceber que se trata de moldes para a fundição de lâminas decoradas provavelmente pertencentes à parte superior de sítulas.

Um outro (Est. **XXXIV**, nº **11**) corresponde à parte superior do suporte anelar da asa de uma armela de sítula.

No actual território português o achado de moldes idênticos ao de Braga foram, entre outros sítios, documentados no povoado de Santo António, Afife, Viana do Castelo (Silva, 1986: 168, 194, Est. LXXXIII-13). Quanto à presença de moldes para a feitura de armelas de sítula apenas se documenta, de acordo com a bibliografia consultada, em *Conimbriga* (Alarcão, 1994: 13; 78, nº 123; 79, nº 122) e Lomba do Canho (Arganil) (Fabião, 1998 b). Na Galiza o achado de exemplares deste tipo de objectos é mais frequente como testemunham os moldes e lâminas e de suportes de asa, para além de vários suportes em bronze, encontrados nos povoados de Santa Trega, A Guarda (Pontevedra), Fozara, Castelo de Neiva e Sto. António (Carballo Arceo, 1983, 7-32, Ests. XII-XVII; *id.*, 1989: 60-63, fig. 35; Est. VIII, 219-220, 125). Moldes com idênticas decorações estão ainda documentados na área da antiga Asturica, em “El Castrelín de San Juan de Paluezas (Sánchez Palencia, 2000: 78).

## **2. A dispersão na cidade dos vestígios relacionados com as oficinas locais**

Como comprovam os vestígios até ao momento reunidos, *Bracara Augusta*, à semelhança de outros aglomerados antigos de certa importância, acolhia numerosas oficinas artesanais, dependentes de *fabri* envolvidos em actividades tecnológicas específicas.

Como referimos, para isso contribui a sua posição geo-estratégica que determinou o seu desenvolvimento e favoreceu a difusão de produtos manufacturados e a aquisição de matérias primas. De entre estas, a argila e a madeira eram adquiridas nas proximidades da cidade enquanto que os metais e o vidro, quando não apenas reciclados, podiam ser adquiridos em bruto para de seguida serem trabalhados em oficinas especializadas.

Neste contexto, salienta-se uma estela encontrada no século XVIII, nas proximidades do “Convento dos Remédios”, decorada com motivos provavelmente relacionados com uma oficina de ferreiro (Tranoy e Le Roux, 1989-90: 193-194, fig. 4). Esta estela foi dedicada por *Agathopous*, escravo de *T. Satrius*, a outro escravo seu colega, também este de nome grego, chamado *Zethus* (*id. ibidem*).

As oficinas de oleiros e telheiros, como certamente outras que provocavam poluição, foram geralmente estabelecidas na periferia das cidades, pois necessitavam de



grandes espaços, de muita água, de muita lenha e, sobretudo, de barro abundante. Tal parece ser o caso da zona de Anobra, situada a cerca de 6 km a noroeste da cidade romana de *Conimbriga*, como zona provável para o estabelecimento de olarias, e de Avelar, situada a 25 km a sudeste, neste caso, para a extracção de argilas para a produção de louça de barro vermelha típica de uma produção tardia atestada nesta cidade (Alarcão, 1984: 26-27; *id.*: 1994: 21; 23).

No caso da cidade romana de *Bracara Augusta*, a região do Prado/Ucha, situada a cerca de 14 km, foi seguramente um local para a extracção de barros e, quiçá, centro de estabelecimento de olarias destinadas ao abastecimento da cidade e respectiva região, situação, aliás, comprovada desde os idos medievais até à actualidade. A possível existência de oficinas de oleiros fora da cidade não invalida, porém, o seu estabelecimento no interior da mesma. De facto, a articulação das informações relativas a antigas referências e a vários achados encontrados nas escavações permite situar um importante sector artesanal fora da malha regular das *insulae* situado no quadrante sudoeste da cidade, testemunhado pela referência a um forno, um tanque de decantação de argila e dois moldes de lucernas.

Os vestígios do trabalho de vidro foram documentados em inúmeros quarteirões situados dentro e fora da malha regular das *insulae*. De entre estes, os mais significativos encontram-se na periferia daquela malha provenientes das antigas escavações realizadas na Casa do Poço, situada na zona oeste da cidade, nas proximidades do *decumanus* máximo correspondente à actual Rua de S. Sebastião. Daqui provém um tijolo do tipo refractário coberto por escorregamentos de vidro fundido que, conjuntamente com escórias de vidro verde gelo comum aos vidros dos séculos I-II, encontrados nos entulhos de um poço romano, inequivocamente comprovam a existência de uma oficina.

Ao contrário da maior parte das oficinas especializadas isoladas na periferia dos quarteirões de habitação, os testemunhos das actividades metalúrgicas estão documentados no interior da malha urbana regular, à semelhança de outras cidade do mundo romano (Alarcão, 1984: 21; *id.*: 1994: 14; Krause, 2001: 56-57; Pettinau, 1993: 76). De facto, com excepção de fragmentos de cadinhos para a fundição de bronze e/ou outros metais encontrados na sua periferia, provenientes das escavações realizadas no Edifício Cardoso da Saudade situado na parte nordeste da cidade, os restantes testemunhos das actividades metalúrgicas estão documentados no âmago da cidade. Estes vestígios correspondem a cadinhos para fundição de ouro e bronze e moldes para

a fundição de elementos de sítulas, designadamente, a parte superior de lâminas decoradas e suportes anelares de armelas.

Como se depreende da análise da dispersão dos vestígios relacionados com todas estas actividades destaca-se o núcleo das Cavalariças como o bairro artesanal por excelência. Esta situação resulta da variabilidade de concentração de indústrias que aí parece ter tido lugar. Efectivamente, nesta área foram encontrados vestígios relacionados com as actividades oleiras e metalúrgicas. A estranheza da concentração de todas estas actividades bem dentro da malha urbana deve, a nosso ver, ser considerada à luz da cronologia precoce de alguns destes vestígios. De entre estes destaca-se a presença do molde de lucerna datado do período de Augusto a Tibério (Morais, 2002 b: 181-196) e dos moldes de sítula acima referidos datados do período pré-flávio.

Os restantes vestígios relacionados com as olarias encontradas no interior e no exterior da malha urbana são residuais e nem sempre fáceis de explicar. Estão neste caso as duas relas de oleiro, uma proveniente da *insula* das Carvalheiras e outra do Largo de Santa Cruz, e de um provável acessório de olaria de função indeterminada encontrado nas escavações na R. Damião de Góis.

Os vestígios relacionados com a produção de vidro encontrados no interior da malha urbana, provenientes da *insula* das Carvalheiras e da Misericórdia, podem, todavia, querer significar a existência de pequenas oficinas, trabalhando a uma escala restrita, para satisfazer as necessidades daqueles quarteirões habitacionais.

De fora desta apreciação ficam os testemunhos encontrados nas escavações realizadas na antiga Quinta do Fujacal, situada no extremo sudeste da cidade romana. Trata-se de uma área junto à muralha do Baixo Império, cuja fundação data de finais do séc. III/inícios do séc. IV, onde abundam aterros de materiais cujo significado não pode ser valorizado para se concluir da localização de oficinas artesanais (**Fig. 23**).



## Cap. III – As ânforas e os almofarizes

### 1. As ânforas

A análise das produções anfóricas recolhidas em *Bracara Augusta* dá-nos uma imagem do fluxo das ânforas importadas e da grande variedade de produtos oriundos de distintas províncias do Império que chegaram a esta cidade.

Como se vê na **Fig. 24**, predominam os produtos oriundos da Bética, em particular os produtos derivados do vinho (**64,04%**) transportados nas ânforas Haltern 70, que merecerão um tratamento mais desenvolvido.

Esta percentagem contrasta com o índice notavelmente baixo das restantes produções: os produtos piscícolas (**18,67%**), seguidos dos produtos vinários (**9,81%**) e oleícolas (apenas **1,99%**).

As ânforas de produção regional e local, possivelmente utilizadas no transporte de produtos vínicos e preparados piscícolas, correspondem apenas a **4,74%**.

#### 1.1. As ânforas importadas

##### 1.1.1. As ânforas vinárias

As ânforas vinárias encontradas na cidade com uma cronologia alto e médio imperial estão representadas por **dez** tipos distintos (**Fig. 25**).

As ânforas de “**Tipo Ródio**” estão representadas por uma heterogeneidade de fabricos característicos da região do Egeu.

Com exceção de alguns fragmentos integráveis nas designadas ânforas “a bastone” de cronologia médio-imperial, recolheram-se na cidade um número significativo de ânforas **Dressel 2-4** oriundas da Península Itálica e outras províncias do Império.

As restantes ânforas de cronologia alto-imperial recolhidas na cidade correspondem a alguns fragmentos do **Tipo Dressel 7-11**, provenientes da Tarraconense, e por um conjunto numeroso de ânforas oriundas do Sul da Gália, do tipo **Gauloise 4, 5 e 7**.

Acrescentem-se, ainda, três fragmentos de proveniência bética, datáveis do período alto-imperial, correspondentes aos tipos **Dressel 28** e **Beltrán 68** e um fragmento integrável num tipo recentemente individualizado como **Matagallares I**, possivelmente fabricado neste centro oleiro situado na região de Granada.

#### 1.1.1.1. Origem

Na cidade foram encontrados cerca de 24 ânforas de **Tipo Ródio (nº 1-13)** com distintos fabricos. No estado actual dos nossos conhecimentos, sabe-se que estas ânforas foram produzidas em diferentes centros produtores, algures situados entre a ilha de Rodas e a península Cnídia ou mesmo a região do Egeu e a ilha de Creta (Peacock, 1977a; Desbat e Picon, 1986; Empereur e Picon, 1989) e, inclusivamente, lugares tão distantes como Mileto (Desbat, *et alii*, 1992). A estes locais acrescente-se uma possível produção itálica ainda que em fabricos distintos das ânforas Dressel 2-4 (Panella, 1973: 558; Peacock, 1977b; Sealey, 1985: 15; Green, 1980).

Apesar da variedade de fabricos admitimos que a maior parte dos exemplares encontrados na cidade possam provir da Ilha de Rodas, já que este foi o centro produtor que mais exportou em toda a bacia do Mediterrâneo.

As ânforas **Dressel 2-4** estão representadas por fabricos itálicos e fabricos oriundos do Sul da Gália, da Bética, da Tarraconense, do Oriente e do Norte de África.

Os exemplares de **produção itálica (nº 14-32)**, aqui representados por cerca de 28 exemplares, foram seguramente fabricados nos primeiros centros de produção situados na Emília, Etrúria, Campânia, Lácio e Calábria, nos mesmos locais que produziram as Dressel 1, embora acusem um âmbito de difusão diferente, visando especialmente o abastecimento dos estabelecimentos militares do *limes* germânico e de povoados da Grã-Bretanha (Beltrán Lloris, 1970: 358; Peacock, 1971; Tchernia e Zevi, 1972; Alarcão, 1976 c: 81; Tchernia, 1987: 327; Beltrán Lloris, 1987: 53; Fabião, 1989: 59; Peacock e Williams, 1991: 105; Tyers, 1996: 90). A maioria dos exemplares provém da Campânia, dado apresentarem elementos visíveis de piroxena, principalmente augita (Peacock 1977 a; Peacock e Williams, 1991; Arthur e Williams, 1992; Williams, 1994). Naquela área são conhecidos diversos centros de produção em cujas lixeiras foram encontradas numerosos fragmentos de ânforas com estas

composições mineralógicas típicas da zona (Peacock, 1977 a; Hesnard e Lemoine, 1981; Arthur, 1982).

As **imitações gálicas (nº 33-38)** da forma Dressel 2-4 estão representadas por cerca de seis exemplares provenientes da Gália Narbonense. O fabrico “arenoso” e “calcário” destes fragmentos encontra paralelo noutro tipo de ânforas vinárias provenientes da Gália Narbonense encontradas na cidade e provém certamente de um dos centros produtores já documentados naquela província: Corneillan (Laubenheimer, 1985: 316), Velaux-Moulin du Pont (Laubenheimer, 1985: 316; Bertucchi, 1992: 131), Velaux-Plaine du Levrau (Laubenheimer, 1985: 316; Bertucchi, 1992: 131), Puyloubier (Bertucchi, 1992: 131), Sainte-Cécile-les-Vignes (Vaucluse) (Meffre e Meffre, 1992: 25-35), Lyon (Dangréaux, *et alii*, 1992: 37-50), Marselha (Bertucchi, 1992: 131; 132, Fig. 68; 133, Fig. 69; 134, Fig. 70) e Fréjus (Laubenheimer, *et alii*, 1992: 15-24).

Os fragmentos de **origem bética (nº 39-49)**, com cerca de nove exemplares, correspondem na sua grande maioria a asas pseudo-bífidas, com fabricos característicos da costa ocidental da Bética (Morais, 2000 a: 688, Fig. 4, Fabrico A e B; 694, Est. I, nº 1 e 5).

Desta província recolheram-se, ainda, dois fragmentos de asa bífida com um fabrico característico do vale do Guadalquivir, idêntico ao das ânforas Haltern 70 e algumas Dressel 20 (Morais, 2000 a: 668, Fig. 4, Fabrico E; 695; Est. II, nº 13).

Até ao presente registaram-se na região de Cádiz os centros produtores de El Riconcillo (Fernández Cacho, 1995) e Guadarranque (Beltrán Lloris, 1970; *id.* 1977: 107-110, Figs. 26 ss.; *id.* 1990; *id.* 2000b: 446, nota 29; Pérez Rivera, 2000: 235); na região do Guadalquivir existe pelo menos um forno situado em Posadas (Carreras Monfort, 2000 a: 82; García Vargas, 2000 b: 88 e nota 257); além destes conhecem-se outros que produziram estas ânforas, situados no litoral de Málaga (Manganeto) (Beltrán Lloris, 1977: Fig. 26 ss) e Granada (Loma de Ceres) (Gener, *et alii*, 1993 : 980 ss, Fig. 3 ; Beltrán Lloris, 2000b : 446, nota 29).

Proveniente **da Tarraconense (nº 50-51)** temos apenas cerca de quatro ânforas. A produção tarraconense foi, todavia, largamente difundida no mundo romano. De facto, a Dressel 2-4 representa o segundo tipo anfórico em importância, produzido, na sua grande maioria, juntamente com a forma Pascual 1 (Revilla Calvo, 1995: 51). Os centros de produção destas ânforas foram registadas por Revilla Calvo (*id. ibidem*) cuja longa listagem apresentamos de seguida:

- L'Aumedina (Tivissa, Ribera D'Ebre), Mas del Catxorro (Benifallet, Baix Ebre), Mas de Coll ou Mas de Gomandi ou Maspujols (Riudoms, Baix Camp), Mas de L'Antoni Corts e Horno del Roquis (Riudoms, Baix Camp), La Boada ou L'Espluga Pobra (Reus, Baix Camp), El Vilarenc (Calafell, Baix Penedes), Adarro (Vilanova I La Geltru, Garraf), Vila Vella (Sant Boi, Baix Llobregat), Can Pedredrol de Baix (Castellbisbal, Valles Oriental), Can Tintorer (El Papiol, Baix Llobregat), La Salut (Sabadell, Valls Occidental), Can Feu San Quirze del Valles (Valles Occidental), Camp d'En Ventura de L'oller (Santa Perpetua de Mogoda, Valles Occidental), Calle Balmes (Caldes de Montbui, Valles Oriental), Mas Manolo (Caldes de Montbui, Valler Oriental), Sant Miquel dels Matres ou Cres de Baduell (Caldes de Montbui, Valles Oriental), Can Vendrell (Santa Eulalia de Ronçana, Valles Oriental), Can Cabot (Santa Eulalia de Ronçana, Valles Oriental), Can Collet (Llinars del Valles Oriental), Nostra Senyora del Port (Barcelona, Barcelones), Estadio de Montjuic (Barcelona, Barcelones), Avinguda Francesc Cambo (Barcelona, Barcelones), Cal Ros de Les Cabres (El Masnou, El Maresme), Riera de Teia (El Masnou, El Maresme), Can Portell (Argentona, El Maresme), Torre Llauder (Mataro, El Maresme), El Morrell (Sant Andreu de Llavaneres, El Maresme), El Sot del Camp (Sant Vicenç de Montalt, El Maresme), Torre Martina/El Farrell (Sant Pol de Mar, El Maresme), El Roser ou El Mujal (Calella, El Maresme), Can Viader (Malgrat de Mar, El Maresme), Fenals (Lloret de Mar, La Selva), Mas Carboti (Tossa de Mar, La Selva), Can Llavarons (Castell-Platja d'Aro, Baix Emporda), Llafranc (Pallafrugell, Baia Emporda), El Viaro (Rupia, Baix Emporda) e Cal Menut (Ermedas-Cornella de Ferri, Pla de L'Estany) (Revilla Calvo, 1995). Outros locais se conhecem em que só produziram este tipo de ânforas: Els Antignons (Reus, Baix Camp), La Clota (Creixell, Tarragones) e Tomoví (Albinyana, Baix Penedes), na área de *Tarraco*; Can Jofresa (Terrassa, Valles Occidental) e Can Carerac (Caldes de Montbui, Valles Oriental), em Vallès; El Moré (Sant Pol de Mar, El Maresme), em Maresme; Palamós (Baix Emporda), no litoral de Girona e talvez em La Bomba (Villamacolum-Torroella de Fluvia, Alt Emporda) (*id. ibidem*).

Acrescente-se a estas Vila de l'Estadi (Berni Millet e Carreras Monfort, 2001: 105) e outras áreas da tarraconense, com ligeiras variações de fabrico: Oliva, Sagunto e

Denia (Aranegui Gascó e Enguix, 1977; Aranegui Gascó, 1987; Gisbert Santonja, 1987).

Das ânforas de origem **oriental (nº 52-54)** e **africana (nº 55-56)**, com cerca de dois (0,14 %) e três (0,21 %) exemplares, respectivamente, destacam-se as de origem africana dado possuírem um fabrico idêntico ao de outras ânforas de cronologia mais tardia a que atribuímos uma provável origem tunisina.

Um outro conjunto de fragmentos de ânforas vinárias recolhidas na cidade corresponde ao **Tipo Dressel 7-11 (nº 57-64)**. Estas ânforas foram largamente imitadas na Catalunha (Keay e Jones, 1982: Fig. 6. 1, 4; Peacock e Williams, 1991: 118; Revilla Calvo, 1995: 41; 43; 48; Carreté, *et alii*, 1995: 106-107; Tyers, 1996: 99; Berni Millet e Carreras Monfort, 2001: 110), como demonstram os locais de fabrico desta forma referidos por V. Revilla Calvo (Revilla Calvo, 1995):

- L'Aumedina (Tivissa, Ribera D'Ebre), Mas del Catxorro (Benifallet, Baix Ebre), Mas de Coll ou Mas de Gomandi ou Maspujols (Riudoms, Baix Camp), Mas de L'Antoni Corts e Horno del Roquis (Riudoms, Baix Camp), La Buada, Boada ou L'Espluga Pobra (Reus, Baix Camp), El Vilarenc (Calafell, Baix Penedes), Adarro (Vilanova I La Geltru, Garraf), Vila Vella (Sant Boi, Baix Llobregat), Can Tintorer? (El Papiol, Baix Llobregat), Fenals? (Lloret de Mar, La Selva), Can Llavarons? (Castell-Platja d'Aro, Baix Emporda), Llafranc (Pallafrugell, Baia Emporda) e Cal Menut (Ermedas-Cornella de Terri, Pla de L'Estany). De entre estes é possível que pelo menos a produção testemunhada em Aumedina se destinasse a envasar produtos vinícolas e não preparados de peixe (Revilla Calvo, 1993: 49).

A forma **Dressel 28 (nº 72-73)** apenas está representada por dois exemplares provenientes de Cádiz (Morais, 2000 a: 688, Fig. 4, Fabrico B; 694, Est. I, nº 7) e do Guadalquivir, respectivamente.

A produção bética foi primeiramente dada a conhecer por M. Beltrán Lloris (Beltrán Lloris, 1977: 60), a partir de exemplares originários da zona de San Fernando de Cádiz.

Esta ânfora foi igualmente produzida no vale do Guadalquivir como se confirma pelo naufrágio de Port-Vendres B onde se encontraram Dressel 28 associadas a ânforas



béticas Dressel 20 com a mesma pasta e os mesmos *tituli picti* sugerindo, inclusive, uma produção nas mesmas oficinas (Colls, *et alii*, 1977: 47; Parker, 1992: 331).

Recentemente, outros centros produtores destas ânforas foram dados a conhecer. É o caso do centro produtor de La Venta del Carmen na baía de Algeciras (Los Barrios, Cádiz) (Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 2000) e da bem documentada produção hispaliense del Hospital de las Cinco Llagas (actual sede do Parlamento de Andaluzia, Sevilha) (García Vargas, 2000 a; *id.* 2000 b: 88-89; 173, Fig. 39, 1).

Variantes desta forma foram ainda fabricadas na Gália nos fornos de Fréjus-Pauvadou, St. Côme, Marselha (Buttes-aux-Carmes), Velaux (Moulin-le-Pont), Bouches-du-Rhône, Puyloubier; Corneilhan, Aspiran e, possivelmente, Lyon-La Muette (Tchernia e Villa, 1977; Baudoux, 1996: 139; Lemaître, *et alii*, 1998: 58).

É, no entanto, possível que esta ânfora fosse ainda ocasionalmente imitada noutros centros produtores, como parece indicarem os fragmentos de bordo e colo encontrados no centro produtor da Quinta do Rouxinol, situado no Vale do Tejo (Duarte e Raposo, 1996. 241; 247, Fig. 6), na Herdade do Monte Novo (Abul) (Cardoso, 1986: 157; Est. I, nº 4) e Pinheiro (Setúbal) (Mayet e Silva, 1998: 123; 135, fig. 52).

Bem representadas na cidade são as típicas ânforas de fundo plano **Gauloise 4 (nº 74-87)**. De entre os cerca de onze exemplares encontrados destaca-se um exemplar restaurado proveniente das termas do Alto da Cividade (**nº 81**), a parte superior de um exemplar que possui na pança junto ao colo a marca C (**nº 78**) e a existência de uma imitação regional com características morfológicas afins a esta forma (**nº 529**).

Apesar destas ânforas raramente apresentarem marcas (Laubenheimer, 1985: 265), a marca C está documentada em diferentes exemplares desta forma recolhidos em Zugmantel, Londres, Roma, Vada, Clermont, Engiwald, Nimes (vid. referências bibliográficas em Fanette Laubenheimer, “*La Production des Amphores en Gaule Narbonnaise*”... 1985: 427; 438, Fig. 200, nº 6) e Cavalaire (Carre, *et alii*, 1995: 139; 153).

Com excepção de um fragmento de bordo de secção triangular e fabrico “arenoso” idêntico a um exemplar encontrado no naufrágio do Golfo de Fos (actualmente no Museu de Istres) (Sciallano e Sibella, 1944) (**nº 80**), os restantes exemplares possuem um carácter “estandardizado”, quer pelo fabrico calcário, quer pelo tipo (Laubenheimer, 1985: 261; Baudoux, 1996: 56; Kingsley e Raveh, 1996: 48).

Os exemplares de Braga são provenientes do sul da Gália, designadamente da *Gallia Narbonensis*, onde são conhecidos alguns centros produtores e um elevado número de fornos, particularmente na desembocadura do Ródano (Languedoc) (Peacock e Williams, 1991: 142; Tyers, 1996: 95).

Na região de Bordéus (Berthault, 1992), no leste da Gália (nos centros produtores de Reichshoffen e Brumath) e na Germânia Superior (em Mittelbronn), foram ainda produzidas imitações daquelas ânforas vinárias (Baudoux, 1992 a: 65; *id.*, 1998: 24-25). A produção destas imitações, começou no momento em que as importações das Gauloise 4 diminuem no Nordeste da Gália, gradualmente substituídas por tonéis (Baudoux, 1992 a: 66).

Este fenómeno de imitação das ânforas Gauloise 4 proliferou noutros centros de produção no ocidente do Império romano. Como exemplo temos as ânforas produzidas na Bética e na Tarraconense.

Na Bética conhecem-se, na região de Granada, os centros oleiros de Los Barreros (Bernal Casasola e Navas, 1998: 74, fig. 7, nº 1-2, nº 9; 77-78; 94; Bernal Casasola, 2000 a: 256; 258, quadro 1; 289), Loma de Ceres (Gener, *et alii*, 1993; Bernal Casasola e Navas, 1998: 88, fig. 13, nº I; 89; 94; Bernal Casasola, 2000: 257; 258, quadro 1; 270; 289) e Matagallares (Bernal Casasola e Navas, 1998: 77; 94; Bernal Casasola, 1998 a: 267-276, figs. 98-103; 543-552; *id.* 2000 a: 256; 258, quadro 1; 270; Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 2000: 1310) e, na região gaditana, o centro produtor de Puente Melchor (Bernal Casasola, 1998 a: 253; 258, quadro 1; 546; *id.* 2000 a: 289); na Tarraconense estas ânforas foram imitadas em Puig Rodon (Corça, Baix Emporda) (Revilla Calvo, 1995: 52), Sta. Maria de Les Feixes (Cerdanyola del Valles, Valles Occidental) (*id. ibidem*: 54), Almadrava (*id. ibidem*; Aranegui Gascó e Gisbert Santonja, 1992: 101-111; Gisbert Santonja, 1998: 383-417), Adarró e Llafranc (Remesal Rodríguez e Revilla Calvo, 1991). Acrescente-se ainda a produção documentada na *Britannia*, em *Verulamium* e na região de Londres (Symonds, 1993; *id.* 1994), e o referido exemplar de produção regional encontrados em Braga.

À semelhança da forma anterior também as ânforas **Gauloise 5 (nº 88-118)** estão bem representadas em Braga, com cerca de 31 exemplares. Esta situação indica um abastecimento exclusivo de ânforas gálicas a partir do seu maior centro exportador: a Gália Narbonense. É provável que os fragmentos encontrados na cidade possam provir de um dos centros produtores já documentados naquela província, situados na região de

Bouches-du-Rhone (Istres), em Var (Fréjus Le Pauvadou e Fréjus Ste-Croix) e em Marselha (Laubenheimer, 1985: 121, 199, 352).

Extremamente interessante é a presença de fragmentos correspondentes à forma **Gauloise 7 (nº 119-128)** com cerca de dez exemplares. Trata-se, efectivamente, das únicas ânforas desta tipologia documentadas no actual território português. Na cidade estes fragmentos estão representados pela metade inferior de um exemplar, vários fragmentos de bordo e quatro asas com três caneluras típicas da produção de Fréjus (Laubenheimer, 1985: 306).

Além desta produção de Fréjus, Fanette Laubenheimer (Laubenheimer, 1985: 302), identificou os centros produtores de Aspiran e Velaux-Moulin du Pont.

Directamente inspirada na forma gálica Gauloise 1, o tipo **Matagallares I** é o quarto tipo melhor representado no centro oleiro de Matagallares, situado na costa de Granada (Bernal Casasola, 1998 a: 282; 284; *id.*, 2000 a: 298-299; Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 2000: 1310; 1322, Fig. 9).

Na cidade esta ânfora (**nº 140**) encontra-se documentada por um fragmento de bordo integrável na variante c de Bernal Casasola (Bernal Casasola, 1998 a: 286, Fig. 109, nº 150-155; 290) e com um fabrico característico da costa de Granada.

A estas ânforas acrescenta-se ainda um fragmento de fundo da forma **Beltrán 68** de produção gaditana (**nº 141**). A produção bética desta forma está comprovada no centro oleiro de Puente Melchor, situado na costa gaditana (García Vargas, 1998: 126-128; Bernal Casasola, 1998 b: 546-547; *id.*, 2000 a: 253; 258).

#### 1.1.1.2. Conteúdo

As ânforas de **tipo ródio** transportavam normalmente vinho ródio, como testemunha o *titulus pictus* pompeiano, *Passum Rhodium / Coelli Galli*, (CIL IV 937), mas também outros tipos de vinho. Algumas delas, no entanto, destinavam-se ao transporte de mel e figos, como se comprova pelos achados do naufrágio de Dramont D datado da 2ª metade do séc. I (Joncheray, 1973: 31-33; Peacock e Williams, 1991: 103; Tyers, 1996: 93).

Os exemplares **Dressel 2-4** de origem itálica deveriam ter transportado, entre outra qualidade de vinhos, os conhecidos vinhos de *Surrentum*, *Falernum* e *Amineum*. A atribuição deste conteúdo baseia-se essencialmente nos *tituli picti* (Sealey e Davies, 1984; Sealey, 1985: 42-47; Tchernia, 1986: 358) ainda que, ocasionalmente, pudessem ter transportado outros produtos como *defrutum*, salga de peixe, azeite ou mesmo frutos, como comprovou o naufrágio de Dramont D que permitiu recuperar contentores desta classe contendo tâmaras (Tyers, 1996: 90). Uma espécie de "variante rude" de Southwark (Londres) de origem gálica têm o *titulus LIQUAM / ANTPOL / EXC / L TETTI AFRI / CANI* seguido por uma sexta linha em cursivo AFRI "*Lucius (?) Tettius Africanus* boa salga de peixe de Antipolis, (produto) de *Africanus*" (Alarcão, 1976 c: 82; Peacock e Williams, 1991: 106).

No que respeita aos produtos transportados pelas ânforas **Dressel 7-11** de origem tarraconense pode supor-se que, pelo menos, a produção testemunhada em Aumedina se destinasse a envasar produtos vinícolas e não preparados de peixe (Revilla Calvo, 1993: 49). O mesmo parece ter sucedido para as restantes produções tarraconenses deste tipo (vid. Revilla Calvo, 1995).

As ânforas **Dressel 28** estão frequentemente associadas ao transporte de conteúdos vinícolas. Excepcionalmente podiam transportar outros produtos como o *garum*, mel, moluscos, ou azeitonas (Zevi, 1966: 226; Baudoux, 1996: 139).

Mais seguro é o transporte de produtos exclusivamente vinários para as ânforas **Gauloise 4**. De facto, para além da maior parte dos exemplares encontrados em naufrágios conterem vestígios de pez, os cerca de 12 *tituli picti* conhecidos registam diferentes qualidade de vinho (Laubenheimer, 1985: 400-403).

Além de dois *tituli picti* encontrados em Lyon e Augst, as restantes inscrições foram encontradas em Fos-sur-Mer. Na totalidade, estas inscrições indicam-nos que nestas ânforas se transportava o vinho velho *aminneum* e outras qualidades bem conhecidas em Itália, como o *passum*, *mulsum* e *massicum*, este último directamente importando da Campânia ou, simplesmente, uma cópia abusiva desta afamada variedade de Falerno (Laubenheimer, 1985: 402).

Outras inscrições, dando voz a diferentes referências de autores antigos, indicam certos vinhos tipicamente gálicos que adquiriram um certo nome, designadamente o

*picatum* de Viena ou o vinho de Béziers (Laubenheimer, 1985: 402). Num *titulus* encontrado em Corte Cavanella vem indicado o conteúdo *FLOS R* (Toniolo, 1991: 36; Bernal Casasola, 2000 a: 275), que julgámos residual.

As ânforas **Gauloise 5**, de acordo com *tituli picti* encontrados em Fos-sur-Mer, transportavam igualmente produtos vinários (Laubenheimer, 1985: 400). De entre os *tituli* encontrados faz-se referência a *PIC(atum) / EXC(ellens) / C. A. C.* e, como já referimos, num fragmento de colo indeterminado, desta forma ou Gauloise 4, o *titulus MAS(sicum) / LXI / OBELLIO(rum)* (Laubenheimer, 1985: 400).

Como as duas últimas ânforas de proveniência gálica acima referidas também as ânforas **Gauloise 7** estão associadas a conteúdos vinários (*id. ibidem*).

Apesar da ausência de *tituli picti* e de restos de conteúdo que permitam uma precisão clara do produto transportado, as ânforas **Matagallares I**, directamente inspiradas nas formas gálicas de fundo plano, serviam, provavelmente, para o transporte de vinho produzido na região (Bernal Casasola, 1998 a: 267; *id.* 1998 b: 546-547; *id.* 2000 a: 299; *id.* 2000 b: 241).

De acordo com os restos de resina presentes na parede interna de exemplares **Beltrán 68** encontrados no naufrágios de Cabrera III (Bost *et alii*, 1992: 132) e na Baía de Algeciras estas ânforas destinavam-se igualmente ao transporte de vinho (Bernal Casasola, 2000 a: 275; 290).

### 1.1.1.3. Difusão

As ânforas de **Tipo ródio** encontradas na cidade tiveram uma vasta distribuição no oriente e ocidente do Mediterrâneo, ao longo do Reno (Marlière, 1998) e na Grã-Bretanha (Tyers, 1996: 93-49).

No contexto do abastecimento do Norte da Península foram encontradas ânforas deste tipo em Astorga (Carreras Monfort, 1996: 206; 209, Fig. 1; Carreras Monfort e Berni, 2003: 638; 646-647), *Legio* (Léon) e Campa Torres (Carreras Monfort, 1996: 206; 209, Fig. 1). Em Portugal encontramos, de acordo com a bibliografia consultada, um fragmento proveniente de *Seilium* (Tomar) (Banha e Arsénio, 1998: 165; 174-175; 182; 187, nº 17; Ponte, 1999: 346; 347, Fig. 3). A este acrescenta-se um exemplar

completo, não publicado, recolhido na cidade romana da *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha, Marvão).

As **variantes itálicas** do tipo **Dressel 2-4**, particularmente as da Campânia, ocorrem em todo o Império Romano, desde a bacia do Mediterrâneo (Panella, 1973; Ciotola, *et alii*, 1989; Desbat e Martin-Kilcher, 1989; Desbat, 1998: 151-162), até ao nordeste da Gália (Baudoux, 1996: 37-40), à Grã-Bretanha, ou mesmo em locais recuados do Egipto (*id. ibidem*), a Norte do Sinai (entre Wadi Gaza e o Canal do Suez) (Arthur e Oren, 1998: 197), o Mar Vermelho (Peacock e Williams, 1991: 106), Líbano (Beirut) (Reynolds, 2000: 1037-1038; 1042-1043) ou a Índia Oriental (Peacock e Williams, 1991: 106; Will, 1991), designadamente, Taxila (Punjab) e Arikamedu (Wheeler, 1946: 45; Fig. 9 a 11; *id.* 1951). No contexto do abastecimento do Norte da Península as ânforas Dressel 2-4 de proveniência itálica foram encontradas, entre outros locais do Noroeste (Naveiro López, 1991 a; Carreras Monfort, 1996: 209, Fig. 1), em Forca, Santa Tecla, Troña, A Corunha, (Naveiro Lopez, 1991 a: 66) Astorga, *Legio* (Léon), Mataró, Guissona e Campa Torres (Carreras Monfort, 1996: 205-210, Fig. 1; Carreras Monfort e Berni, 2003). No actual território português, a sul do Douro, exemplares de fabrico itálico encontram-se predominantemente no litoral: Foz do Arade (Portimão) (Silva, *et alii*, 1987: 208-210; 211, nº 10, Fig. 5; Diogo, *et alii*, 2000: 83; 116, Fig. 12, nº 103), Quinta do Marim (Olhão) (Silva, *et alii*, 1992: 339; 349; Fabião, 1998 b: 180), Ilha do Pessegueiro (Silva e Soares, 1993; Fabião, 1998 b: 180), Setúbal (área urbana) (Coelho-Soares e Silva, 1978: 172; 175-176, Est. I, nº 1; Fabião, 1998 b: 180), Lisboa (materiais da Praça da Figueira) (Fabião, 1998 b: 180), Aljustrel (Trindade e Diogo, 1995: 11-14), *uilla* de Povos (Vila Franca de Xira) (Banha, 1991-92; Fabião, 1998 b: 180), Villa Cardílio (Diogo e Monteiro, 1999: 204; 207; Est. I, nº 1), Villa da Tourega (Évora) (Pinto, *et alii*, no prelo), Abul A (Alcácer do Sal) (Mayet e Silva, 2002: 28; 38; 47, Fig. 13, nº 123) e Santarém (Arruda e Almeida, 2000: 711-712), *Conimbriga* (Alarcão, 1976 c; Fabião, 1998 b: 180), Miróbriga (Diogo, 1999 b: 16; 18-19; Est. II, nº 2; 25), Aljustrel (Trindade e Diogo, 1995: 11; 12, nº 15; 14), Lomba do Canho (Arganil) (Fabião, 1989; *id.* 1998 b: 180) e num achado ocasional na “praia da Califórnia” (Tróia) (Diogo e Trindade, 1998: 195).

Os exemplares de **fabrico bético e tarraconense**, à semelhança dos anteriores, apresentam uma dispersão maioritária no litoral: as ânforas de proveniência bética encontram-se em Torre de Ares (Tavira) (Fabião, 1994: 17-18, nº 3; *id.* 1998: 180), N<sup>a</sup>

S<sup>a</sup>. de Aires (Alcácer do Sal) (Diogo e Faria, 1991; Fabião, 1998 b: 180), Castelo de Juntas (Castro Verde) (Madeira, 1988; Fabião, 1998 b: 180), *uilla* S. Cucufate (Vidigueira) (Alarcão, *et alii*, 1990; Fabião, 1998 b: 180), Santarém (Arruda e Almeida, 2000: 712), Lisboa (Praça da Figueira) (Fabião, 1998 b: 180) e *Conimbriga* (Alarcão, 1976 c; Fabião, 1998 b: 180); as ânforas oriundas da Tarraconense, encontram-se na foz do rio Arade (Silva, *et alii*, 1987; Fabião, 1998 b: 180), Setúbal (Coelho-Soares e Silva, 1978; Fabião, 1998 b: 180), Lisboa (Praça da Figueira) (Fabião, 1998 b: 180), *Seilium* (Tomar) (Banha e Arsénio, 1998: 165; 171-173; 181; 185, nº 11-12; Fabião, 1998 b: 180; Ponte, 1999: 344; 345) e *Conimbriga* (Alarcão, 1976 c; Fabião, 1998 b: 180).

A estes acrescentam-se ainda alguns outros fragmentos encontrados no norte de Espanha, em Astorga, *Legio* (Léon) e Mataró (Carreras Monfort, 1996: 205-210) e no Norte do actual território português provenientes de Monte Mòzinho (Penafiel) (Soeiro, 1984), Cividade do Terroso (Paiva, 1993: 30-31) e Citânia de Briteiros (Silva, 1986: 32), embora não suficientemente caracterizados para se poder afirmar com segurança a sua proveniência.

No contexto dos fragmentos de ânforas do tipo Dressel 2-4 encontradas na cidade cabe destacar, mais uma vez, a presença de exemplares de **origem gálica, oriental e africana**, com a particularidade destes últimos estarem escassamente difundidos no mundo romano.

De acordo com a bibliografia consultada não identificamos a presença do tipo **Dressel 7-11** de origem tarraconense no actual território português. É possível, no entanto, que o exemplar recolhido em *Seilium* (Tomar) (Banha e Arsénio, 1998: 165; 171-172; 181; 185, nº 9), classificado como Pascual 1, possa, na verdade, corresponder a uma ânfora Dressel 7-11.

De entre as ânforas vinárias encontradas na cidade documentou-se, como vimos no ponto anterior, um fragmento de ânfora do tipo **Dressel 28**. Sabemos, todavia, que estas ânforas foram amplamente difundidas no ocidente do Império Romano, desde os locais de produção, na *Hispania* e na Gália (Baudoux, 1998: 95, quadro 2; Marlière, 1998; Olmer, 1998: 161, quadro 1; 162, Fig. 3; 165, quadro 2; Bournouf e Laubenheimer, 1998: 180, quadro 2; Laubenheimer, *et alii*, 1998: 209; Lemaître, 2000: 824, Fig. 5) até à Península Itálica e áreas setentrionais da *Britannia* e do *limes* germânico (Beltrán-Lloris, 1970; Peacock e Williams, 1991: 149; Martin-Kilcher, 1994:

356-358; Rizzo, 2003: 145, tab. 26 a; 148). Ocorre também no Mediterrâneo oriental (Peacock e Williams, 1991: 136), embora em quantidades mais reduzidas, ou mesmo residuais, como se testemunha, em *Caesarea Marítima* (Israel) (Oren-Pascal e Bernal Casasola, 2000: 993).

Contudo, à semelhança do fragmento encontrado na cidade, estas ânforas não parece terem sofrido uma abundante difusão no actual território português: um fragmento depositado no Museu Municipal de Sines (Diogo e Reiner, 1987: 118); quatro fragmentos provenientes das escavações de *Conimbriga* (Alarcão, 1976 c: 80; 87); dois fragmentos encontrados em *Seilium* (Tomar) (Banha e Arsénio, 1998: 165; 170-171; 181; 185, nº 10; Ponte, 1999: 344, Fig. 2); treze fragmentos recolhidos em Tróia (Diogo e Paixão, 2001: 119; 121; 135, fig. 6, nº 28) e outros fragmentos encontrados nos centros produtores da Quinta do Rouxinol (Raposo, *et alii*, 1995: 338), Porto dos Cacos (*id. ibidem*) e Fornos do Pinheiro (Cardoso, 1986: 161; Mayet e Silva, 1998).

De entre as ânforas de fundo plano de proveniência gálica, a ânfora **Gauloise 4** foi aquela que teve maior êxito. Produzida em abundância em numerosos centros produtores da Narbonense, esta ânfora difundiu-se largamente na Gália, documentando-se, entre outros estabelecimentos, em Orange (Borgard e Gateau, 1998: 248, Fig. 2, nº 4; 252, Fig. 9) e Saint-Paul-Trois Châteaux (Prôme) (Bonnet e Laubenheimer, 1998: 259-260, quadro 1).

Fora da Gália, estas ânforas encontram-se difundidas por quase todo o Império Romano desde a Grã-Bretanha (Fitzpatrick, 1992: 181; Peacock e Williams, 1991: 142-3; Tyers, 1996: 95), Alemanha (Peacock e Williams, 1991: 142-43), Holanda (*id. ibidem*), Suíça (Baudoux, 1996: 61), Itália (Peacock e Williams, 1991: 142-3; Panella, 1992: 185-206; Tyers, 1996: 95), atingindo mesmo, embora em menores quantidades, o Mediterrâneo oriental (Riley, 1979; Peacock e Williams, 1991: 142-3; Tyers, 1996: 95), como, por exemplo, Atenas (Laubenheimer, 1985: 352), ao largo de Creta e Creta (Laubenheimer, 1985: 352), Alexandria (Laubenheimer, 1985: 352), Israel (Kingsley e Raveh, 1996: 48), Beirut (Líbano), ou locais extremos, como Méroë, no Sudão (Laubenheimer, 1985: 351). Segundo alguns autores, a área de difusão destes contentores sugere que o eixo Ródano-Reno possa ter constituído a rota principal para norte (Peacock e Williams, 1991: 142-3; Tyers, 1996: 95).



No contexto do abastecimento do Norte da Península, estas ânforas encontram-se em Astorga, *Legio* (Léon), Mataró e Guissona (Carreras Monfort, 1996: 205-210, Fig. 1).

No actual território português, a sul do Douro, refira-se, de acordo com a bibliografia consultada, os seguintes exemplos: um fragmento de boca e colo pertencente à colecção do Museu Municipal de Sines (Diogo e Reiner, 1987: 118; *id.* 1999: 18); um fragmento encontrado na Quinta do Marim (Olhão) (Silva, *et alii*, 1992: 339; 349; 351-353; 373, Fig. 10, nº 6-7; Fabião, 1998 a); um fragmento recolhido em Tróia (Diogo e Paixão, 2001: 120-121; 124-125; 134, fig. 5, nº 20); um fragmento recolhido em Miróbriga (Diogo, 1999 b: 16; 18; Est. II, nº 5; 25); um fragmento de boca proveniente das dragagens das areias do rio Tejo em frente a Salvaterra de Magos e actualmente depositada no Museu do Mar (Diogo, 1987: 112-114, Fig. 2, nº 8); três fragmentos recolhidos nas dragagens da foz do rio Arede (Portimão) (Diogo, 2000: 84; 112, fig. 8, nº 64; 116, fig. 17, nº 105-106); um fragmento proveniente de uma recolha ocasional em depósito na Associação de Estudos Arqueológicos e Etnológicos em Lisboa (Diodo e Trindade, 1998: 191-192; 208, fig. 3, nº 12); um fragmento de proveniência subaquática no estuário do Sado, ao largo de Tróia, actualmente depositado no Museu Nacional de Arqueologia (*id. ibidem*: 190, nº 2; 211, fig. 6, nº 2); um exemplar encontrado na Ilha do Pessegueiro (Soares e Silva, 1993) e um exemplar encontrado em *Seilium* (Tomar) (Banha e Arsénio, 1998: 165; 173-174; 182; 185, nº 11-12; Ponte, 1999: 345).

À semelhança de outros exemplares aqui já referidos, a difusão desta ânfora no actual território português e, inclusivamente, a nível peninsular, foi seguramente mais lata. As poucas referências conhecidas devem-se, a meu ver, a um forte “défice” de investigação.

A maior concentração das ânforas **Gauloise 5** situa-se na região da Provença, em Arles, Apt, Tarradeau, Fréjus, Gaujac, St. Romain-en-Gaul e Sète (Laubenheimer, 1985: 352; 353, Fig. 180; *vid.*, ainda, Long, 1998: 98). Encontram-se, ainda, noutras áreas da Narbonense, designadamente em Orange (Borgard e Gateau, 1998: 248, Fig. 2, nº 4; 252, Fig. 9) e La Ramière (Roquemaure, Gard) (Barberan, 1998: 71, Fig. 4).

Além destes locais, a difusão destas ânforas sugere um eixo comercial a norte, orientado para o *Limes* germânico e a Grã-Bretanha até à Escócia (York, Leicester, Londres, Ricbchester e Chester) (Peacock e Williams, 1991: 148; Carreras Monfort,

2000 a: 106). Este eixo está assinalado pelo conjunto de ânforas encontradas em Lyon, Vidy, Avenches, Augst, Vindonissa, Eschenz, Nimège e Newstead (Van der Werff, 1984; Laubenheimer, 1985: 355; Dangreaux e Desbat, 1989; Baudoux, 1990 b). A estes locais acrescentem-se outros: Lyon (Bournouf e Laubenheimer, 1998: 178, quadro 1; 179, Fig. 5; 180, quadro 2; 182, Fig. 10, nº 3, 4 e 5; 183, Fig. 11, nº 2, 3 e 4), Estrasburgo (Baudoux, 1998 b: 98, quadro 3) e Titelberg (Luxemburgo) (Laubenheimer e Hénon, 1998: 107-142).

A presença destas ânforas está ainda documentada em naufrágios, particularmente em Fos-sur-Mer, revelando um outro eixo de circulação direccionado para o porto de Óstia (Laubenheimer, 1985: 355), local onde, inclusivamente, se encontram ânforas desta tipologia (Panella, 1970: 117-119; Laubenheimer, 1985: 295).

No actual território português, para além do número considerável de fragmentos encontrados na cidade, apenas registámos um exemplar deste tipo nas escavações da “Villa” Romana de Povos (Vila Franca de Xira) (Banha, 1991-92: 56; 82, Fig. 8, nº 11).

A estes acrescentem-se outros exemplares em estudo recolhidos nas escavações do Aljube (Porto) e povoado de Guifões (Matosinhos).

A presença de vários fragmentos de **Gauloise 7** até ao momento identificados merecem ser considerados dado que estas foram raramente exportadas. Na região do Noroeste peninsular foram registados por J. Naveiro López (Naveiro López, 1993-94) três fragmentos de ânforas deste tipo, um deles encontrado no povoado de Troña e os dois restantes no Rio Ulla.

A estes acrescentem-se outros exemplares em estudo recolhidos no Aljube (Porto).

Ainda pouco divulgada nas publicações sobre materiais, a ânfora **Matagallares I** está documentada no centro produtor de Matagallares, situado na costa de Granada (Bernal Casasola, 1998 a: 282; 284; *id.*, 2000 a: 298-299; Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 2000: 1310; 1322, Fig. 9).

Em locais de consumo fora da Península esta ânfora possui a seguinte distribuição:

- Lyon: Ilot Tramassac-Carriès (Arlaud, *et alii* 1994, Fig. 73, nº 45; Bonnet, 1998: 237-244; Lemaître e Bonnet, 2000: 817, nota 4; 822, Fig. 2, nº 12 e 20); Avenue Adolphe Max (Bonnet, 1998: 237-244; Lemaître e Bonnet, 2000: 817, nota 4; 822, Fig. 2, nº 14); Colline de Fourvière (Bonnet, 1998:

- 237-244; Lemaître e Bonnet, 2000: 817, nota 4); Place des Célestins (Lemaître e Bonnet, 2000: 817, nota 4; 822, Fig. 2, nº 4-10); Eglise Saint-Just (Arlaud, *et alii*, 1994: 87, Fig. 73, nº 45; Lemaître e Bonnet, 2000: 817, nota 4; 822, Fig. 2, nº 13); Place Tolozan (Lemaître e Bonnet, 2000: 817, nota 4; 822, Fig. 2, nº 1); Couvent des Capucins (*id. ibidem*: 817, nota 4; 822, Fig. 2, nº 11); Ilot Vieille Monnaie (*id. ibidem*: 817, nota 4);
- Viena: Nymphéas II 78 (Godard, 1995: 285-322, Fig. 35, nº 120-121; Lemaître e Bonnet, 2000: 817-818, nota: 5; 821, Fig. 1);
  - Porto de Toulon; rue Conde de Nimes e Ambrussum em Villetelle, Hérault (vid. autores em Bernal Casasola, 1998 a: 546-547).

Na *Hispania*, a ânfora **Beltrán 68** encontra-se no centro oleiro de Puente Melchor (García Vargas, 1998: 126-128; Bernal Casasola, 2000 a: 253; 258; Beltrán Lloris, 2000 b: 475) e difundida em Algeciras, Carteia (Bernal Casasola, 2000 a: 290), La Alcudía ilicitana (Ramos Folques, 1963: 237; Beltrán Lloris, 1970 b: 573; *id.*, 2000: 475; García Vargas, 1998: 128), Majuelo (Beltrán Lloris, 2000 b: 475) e Puig Rodon (Gerona) (*id. ibidem*). Podem ainda encontrar-se exemplares deste tipo noutros lugares do Mediterrâneo, designadamente na Península Itálica, na Sicília (Bencivenga, 1987: 395-401, em particular 397; García Vargas, 1998: 128; Bernal Casasola, 2000 a: 290) e em *Caesarea Maritima* (Bernal Casasola, 2000 b: 957; 978, Fig. 9; Oren Pascal e Bernal Casasola, 2000: 995; 1004; 1028, Fig. 7; 1033, Fig. 12, nº 20). São ainda bem conhecidos os exemplares completos encontrados em ambiente aquático, representados pelos exemplares da costa de Blanes (coleção particular) (Beltrán Lloris, 1970 b: 573; *id.*, 2000: 475; Bernal Casasola, 2000 a: 290), Museu de Almería (Beltrán Lloris, 1970 b: 573; Bernal Casasola, 2000 a: 290) e dos naufrágios Cabrera III (Bost, *et alii*, 1992: 116; García Vargas, 1998: 128; Bernal Casasola, 2000 a: 275; 277; Beltrán Lloris, 2000 b: 475) e Marzamemi D (Parker, 1976-77: 622-631; García Vargas, 1998: 128).

#### 1.1.1.4. Cronologia

A ânfora de **Tipo ródio** foi produzida a partir dos protótipos tardo-helenísticos de finais do séc. I a. C. e perdurou até metade do séc. II (Peacock, 1977 b: 269-70; Peacock e Williams, 1991: 103; Martin-Kilcher, 1994: 349; Tyers, 1996: 93). A sua escassez em sítios e contextos augústeos como Oberaden ou Haltern, na pré- e pós-conquista de *Camulodunum*, no sítio pré-romano de Puckeridge e no forte claudiano de

Hofheim, sugere que estas ânforas tenham sido particularmente importadas em sítios pré-flávios (Peacock, 1977 a: 270).

De acordo com exemplares do tipo **Dressel 2-4** recolhidos em Cartago com *tituli picti* referindo a data de 43 a. C. (Zevi, 1966: 217) e um exemplar encontrado no acampamento de Cáceres-o-Velho, datado da 1ª metade do séc. I a. C., pode considerar-se que a **produção itálica** desta forma tenha começado em meados do séc. I a. C. (Beltrán Lloris, 1976; Peacock, 1971; Hesnard, 1977; Manacorda, 1989; *id.* 1990; Fabião, 1989: 61; Peacock e Williams, 1991: 106; Arthur, 1982; Tyers, 1996: 90).

O monopólio da produção da ânfora Dressel 2-4 durou pouco mais de cem anos, embora os primeiros sintomas de declínio se anunciem já em época augustana. Salvo os exemplares (**nº 29-32**), que julgamos mais tardios, enquadráveis nas conhecidas ânforas “a bastone” (Panella, 1989), as ânforas itálicas encontradas em Braga não são características das produções mais tardias. Efectivamente, as ânforas mais tardias, correspondentes já a um declínio de produção, poderão atingir o século III, talvez mesmo o início do século IV, como aponta o achado de uma ânfora em Punta Epitaffio, com uma cronologia de finais do século III e princípios do século IV (Gianfrota, 1998: 107-108).

As ânforas Dressel 2-4 de **imitação gálica** estão datadas a partir do reinado de Augusto (Bertucchi, 1992: 125) até os finais do século I ou mesmo inícios do II (Laubenheimer, *et alii*, 1992: 19).

À semelhança da **produção oriental**, a **produção bética** desta forma abarca um período compreendido entre o séc. I e as primeiras décadas do séc. II, com provável início na época de Augusto (Carreras Monfort, 2000 a: 82). Na cidade de Astorga, as ânforas Dressel 2-4 de produção bética provêm de contextos júlio-cláudianos (Carreras Monfort e Berni, 2003).

A ânfora Dressel 2-4 na **produção tarraconense**, datada com frequência do 1º decénio depois da mudança de era, ou seja, meio século após o original itálico (Miró, 1988: 78-91), deve ser reconsiderada à luz das datações obtidas em *Baetulo* e em Cabrera (Maresme). Nestes locais estas ânforas aparecem em estratos datados de 40/30 a. C. (Comas Solà, 1998: 230). O *terminus* de produção destas ânforas deve situar-se nos finais do século II (*id. ibidem*), como parece testemunharem os contextos estratigráficos de Roma e Óstia (Panella, 1973; *id.* 1989; Tchernia, 1986; Ciotola, *et alii*, 1989; Revilla Calvo, 1993).

De acordo com a bibliografia consultada conhecem-se apenas exemplares de **origem africana** em Óstia (Panella, 1973: 478-482; Manacorda, 1977a), datados do século II.

A produção tarraconense do tipo **Dressel 7-11** está datada pelos naufrágios do primeiro quartel do século I (Miró, 1988: 104).

De uma cronologia mais tardia data a ânfora **Dressel 28**, situada nos meados a finais do séc. I (Beltrán Lloris, 1970: 59; Baudoux, 1996: 139) tendo perdurado até ao século III (Peacock e Williams, 1991: 150; Bost, *et alii*, 1992: 176, Fig. 42; Bernal Casasola, 1997, Est. CDXCV, nº 1192-1193; *id.*, 2000 a: 290). Esta cronologia tão tardia está de acordo com o achado de ânforas no naufrágio Cabrera III e outro conjunto de depósitos tardios, como no caso de Majuelo, em Almuñécar.

A ânfora vinária **Gauloise 4** teve uma vida longa desde meados do séc. I d. C. ao séc. III d. C. (Baudoux, 1992 b: 163; 1996: 56), desaparecendo gradualmente em começos do século IV de acordo com os dados obtidos em Óstia (Panella, 1973). Todavia, são raros os recipientes anteriores ao período flávio, o mais antigo dos quais, até agora conhecido, data da época de Augusto a Tibério (Laubenheimer, 1985: 391). A hegemonia destas ânforas corresponde a todo o século II, coincidente com o controlo de grande parte do mercado vinário nas províncias ocidentais (Desbat e Martin Kilcher, 1989; Remesal Rodríguez e Revilla Calvo, 1991).

De acordo com os dados reunidos em diferentes locais dentro e fora da Gália, as ânforas **Gauloise 5**, produzidas durante os séculos I e II, estão particularmente bem representadas na segunda metade do século I (Laubenheimer, 1985: 390; Baudoux, 1996: 56).

As ânforas **Gauloise 7** foram recolhidas em Aspiran associadas à fase antiga da produção, entre 20 e 30 (Laubenheimer, 1985: 302). Em Marselha, todavia, exemplares deste tipo encontram-se em estratos de finais do século I (*id. ibidem*).

O mais antigo dado cronológico que data o início de produção da ânfora **Matagallares I** provém de uma camada datada de 175/210 nas escavações de A Max

(Avenue Adolphe Max), em Lyon (Lemaître e Bonnet, 2000: 819). Os restantes dados cronológicos obtidos em diferentes escavações em Lyon e no centro produtor de Matagallares situam a produção desta ânfora ao longo de todo o século III (Bernal Casasola, 1998 a: 291; *id.*, 2000 a: 298-299; Lemaître e Bonnet, 2000: 819). A presença de dois exemplares provenientes das escavações de Nymphéas II 78, em Viena, encontrados numa fossa datada do século IV (Godard, 1995: 285-322; Fig. 35, nº 120-121; Lemaître e Bonnet, 2000: 817, nota 5), permite, no entanto, supor a perduração desta forma ao longo desta última centúria.

A ânfora **Beltrán 68** foi recolhida em contextos de produção datáveis do século IV. Conhecem-se, no entanto, outros dados cronológicos, obtidos pelos naufrágios e escavações terrestres, que evidenciam uma cronologia mais lata de produção e circulação desta ânfora, situada entre os meados do século III e os meados do século V (García Vargas, 1998: 128; Bernal Casasola, 2000 a: 290).

### 1.1.2. As ânforas oleícolas

As ânforas alto e médio imperiais que transportavam azeite estão pouco representadas na cidade quando comparadas com ânforas de transporte de vinho e preparados piscícolas (**Fig. 26**).

No conjunto (nº **142-173**) daquelas ânforas presentes em Braga predominam as ânforas **Dressel 20** (26 exemplares) datáveis da primeira metade do século I, provenientes do Vale do Guadalquivir e com um fabrico idêntico às ânforas Haltern 70 (nº **144-173**).

Foram ainda recolhidos dois fragmentos enquadrados nas designadas “**Dressel 20 arcaica**” ou “**oleárias do Tipo B augusto-tiberiana**” (nº **142-143**) e um fragmento de asa com a marca *L* folha *F* folha *O* (=L.F.O) proveniente do centro oleiro de La Catria, situado na margem esquerda do Guadalquivir (nº **167**).

#### 1.1.2.1. Origem

Como seria de prever, os cerca de 29 exemplares recolhidos são de origem bética (nº **142-173**).

Nesta região conhecem-se, pelo menos, uma centena de centros de produção, situados nas actuais cidades de Córdoba (*Corduba*), Sevilha (*Hispalis*) e Écija (*Astigi*), ou seja, nas antigas capitais de *conventus* da província Romana da *Baetica* (Clark-Maxwell, 1899; Bonsor, 1931; Ponsich, 1974; *id.* 1979; Remesal Rodríguez, 1986; *id.* 1989; Funari, 1996: 79; García Vargas, 2000 a: 235-260).

A produção destas ânforas ocorreu ainda no litoral da Bética, na baía de Cádiz (García Vargas, 1998: 114; 181 e Fig. 55, nº 3 e 5; García Vargas e Lavado Florido, 1995: 218 e Fig. 2, nº 3 e 4; García Vargas, 2000 b: 90; 152, Fig. 18, 3-5), em Málaga (Baldomero Navarro, *et alii*, 1997: 153, 159 e cat. 7 e 9; García Vargas, 2000 b: 90; 164, Fig. 30, 7; Padilla Monge, 2001: 387) e na região de Granada (Bernal Casasola e Navas, 1998: 75, fig. 8, nº 17; 77;79; 94; Bernal Casasola, 1998 a: 89; 295-298, fig. 115; Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 2000: 1036; 1310).

Na Península estas ânforas foram imitadas na província da Tarraconense (Carreté, *et alii*, 1995: 107) como comprovam os centros produtores de Oliva (Aranegui Gasco, 1991: 111; Beltrán Lloris, 2000b: 455-456) e Almadrava de Denia( Gisbert, 1991 : 114 ; Beltrán Lloris, 2000b : 456), juntamente com os achados provenientes de prospecções no território de Tarragona e outras possíveis imitações nas cercanias de Barcelona (Vila de l'Estadi) e naquela cidade (Vila de l'Estadi) (Berni Millet e Carreras Monfort, 2001: 105; 107; 110).

Fora da Península, estas ânforas foram imitadas em diferentes regiões do Império. Refiram-se, por exemplo, as imitações, concentradas nas regiões galo-romanas do Reno, em Rheinzabern, Reichsauffen, Brumath, Daspich-Tem-Yutz e Walldurn (Baudoux, 1990; *id.* 1992 a; Baudoux *et alii* 1998: 12, Fig. 1; 1996; Schallmayer, 1992), às quais se atribuiu a forma Gauloise 14, ainda que destinadas a conter outro tipo de produtos.

### **1.1.2.2. Conteúdo**

Estas ânforas béticas transportavam principalmente azeite (Condamin e Formenti, 1976) e ocasionalmente azeitonas em conserva (Callender, 1970; Beltrán Lloris, 1970; Peacock e Williams, 1991: 136; Tyers, 1996: 87). Uma das provas categóricas a favor de um conteúdo oleícola encontra-se no *titulus* 3943 presente no Monte Testaccio, que refere um *mercator-navicularius*, *L. Marius Phoebus*, coincidente com uma inscrição numa lápide romana (*CIL* VI, 1935) onde este personagem é dado como *mercator olei Hispani ex Prouvinciae Baeticae* (Beltrán Lloris, 1970: 487). A

presença de marcas, *tituli picti* e grafitos em ânforas desta forma permite ainda esclarecer problemas relacionados com a comercialização e organização fiscal do Estado Romano.

### 1.1.2.3. Difusão

Ânforas integráveis nas designadas “Dressel 20 arcaicas” ou oleárias do Tipo B (augústeo-tiberianas) foram recolhidas no naufrágio de Sud-Lavezzi 2 e estão documentadas em Tarragona, La Favorite, La Longarina, Haltern, Colonia, Hofheim e Holesterhausen (vid. Berni Millet, 1997: 30).

A clássica ânfora oleária Dressel 20 é uma das mais comuns e difundidas de todas as ânforas romanas, especialmente em Roma e nas províncias ocidentais do Império.

Ocorre também no Mediterrâneo oriental (Peacock e Williams, 1991: 136), embora em quantidades mais reduzidas: na bibliografia consultada encontramos esta ânfora na Dácia, nas províncias de *Noricum* e *Pannonia*, no Egeu, na Costa da Anatólia (actual Turquia), na Síria, em Israel, no Egipto, no Líbano, a Norte do Sinai e na Índia.

Durante um certo tempo, as exportações destas ânforas foram também bastante significativas no Norte de África (facto que vem confirmar as numerosas relações comerciais que uniram a Hispânia com os centros africanos).

No contexto do abastecimento do Norte da Península, estas ânforas aparecem em Astorga, *Legio* (Léon), Mataró, Guissona, Campa Torres (Carreras Monfort, 1996: 205-210, fig. 1; Carreras Monfort e Berni, 2003) e em diferentes estabelecimentos galegos (Naveiro López, 1991 a: 68-69; Carreras Monfort, 1996: 205-210, fig. 1; Carreras Monfort e Berni, 2003).

No actual território português, a presença dos clássicos exemplares de ânforas Dressel 20 era considerada, até há bem pouco tempo, escassa. Um artigo de Carlos Fabião (Fabião, 1993-94) abordando a temática do “azeite da *Baetica* na *Lusitania*” veio contrariar esta suposta escassez. A difusão dos exemplares recenseados por Carlos Fabião (*id. ibidem*: 223-227) indica os seguintes estabelecimentos: Mértola; Torre de Ares (Tavira); Quinta de Marim (Olhão); Quinta do Lago (Loulé); Foz do Arade (Portimão) (vid., ainda, Silva, *et alii*, 1987: 212, nº 19, Fig. 6; 214); Cerro da Rocha Branca (Silves); Monte Molião (Lagos); Ilha do Pessegueiro (Sines); Sines; Castelo Velho de Santiago do Cacém (Mirobriga?); Alcácer do Sal; Tróia (Grândola); Setúbal (área urbana) (vid., ainda, Coelho-Soares e Silva, 1978: 179-180, Est. V, nº 39-44);



Lisboa; região de Sintra (Cabanas, Ermidas, S. Miguel de Odrinhas) (vid., ainda, Pimenta, 1982-1983); Porto de Cacos (Alcochete); Tejo em local incerto (vid., ainda, Museu do Mar (Cascais) (Cardoso, 1978: 69-70, nº 14-16; Diogo, 1987: 113-114, Fig. 2, nº 7); Povos (Vila Franca de Xira); *Conimbriga*; Aljustrel; S. Cucufate (Vidigueira); Évora; Quinta das Longas (Elvas); a estes acrescentam-se outros exemplares encontrados na Rua Augusta (Lisboa) (Bugalhão e Sabrosa, 1995: 384; 388, Est. VIII, Fig. 58; 389), *Seilium* (Tomar) (Ponte, 1999: 348-350, Fig. 4), Villa Cardílio (Torres Novas) (Diogo e Monteiro, 1999: 205-207; Est. II, nº 2-4; Est. V), Villa Tourega (Évora) (Pinto, *et alii*, no prelo) e Abul A (Alcácer do Sal) (Mayet e Silva, 2002: 29; 38; 47, Fig. 13, nº 131-133).

No estado actual dos nossos conhecimentos pode dizer-se que, com excepção dos exemplares encontrados em Braga, a quantidade de ânforas deste tipo é escassa no Noroeste peninsular (Naveiro Lopes, 1991 a: 67-69). Belém Campos Paiva registou a presença de um possível bocal de Dressel 20 datado da época claudiana no povoado da Senhora da Saúde ou Monte Murado, Vila Nova de Gaia (Paiva, 1993: 26-7; 98, Est. LXXXIV, nº 1); dois outros fragmentos pertencentes ainda ao mesmo tipo foram registados em Fiães, Vila da Feira (Almeida e Santos, 1971: Est. 10, nº 4) e Monte Mòzinho, Penafiel (Soeiro, 1984: Est. LXI, nº 12).

#### 1.1.2.4. Cronologia

Embora o início da produção das ânforas oleícolas se tenha verificado no período de Augusto (Hesnard, 1980) com as formas de corpo ovóide de Oberaden (nº 83) e Haltern (nº 71), enquadráveis nos protótipos mais antigos do Tipo A (augustanas) e B (augústeo-tiberianas) – de acordo com a designação proposta por P. Berni Millet (Berni Millet, 1997: 26-33) –, a típica forma globular apenas aparece no período de Tibério, alcançando o apogeu no período de Cláudio (Colls *et alii*, 1977).

A produção destas ânforas perdura até meados do séc. III (Dressel, 1899; Remesal Rodríguez, 1983; Rodríguez-Almeida, 1989; Bernal Casasola, 2000 a: 269), altura em que começam a conviver com as ânforas Dressel 23, sendo definitivamente substituídas por estas no final daquela centúria.

#### 1.1.2.5. A marca *L·F·O·*

Um fragmento de asa de secção circular do Tipo Dressel 20 (nº 167) apresenta uma marca, incluída em cartela rectangular e bem impressa, com *tria nomina* simples,

no qual cada grupo nominal está representado por uma letra: *L* folha *F* folha *O* (=L.F.O).

Trata-se de uma marca fabricada em La Catria, centro situado na margem esquerda do Guadalquivir, como comprovam as marcas aí encontradas por M. Ponsich (Ponsich, 1979: lugar 72), J. Remesal Rodríguez (Remesal Rodríguez, 1986, nº 19) e G. Chic Garcia (Chic Garcia, 1985: 67; 157).

À semelhança de outras marcas em ânforas Dressel 20, esta foi profusamente difundida no Mediterrâneo ocidental. Esta difusão está bem patente no conjunto de marcas reunidas na obra de M. H. Callender (Callender, 1970: 155, nº 856; 296, nº 4-6; 297, Fig. 9), que menciona os sítios de Caerhun, Exeter, Roma (*C.I.L.*, XV, 2860), Nuits St. Georges, Windisch, Wiesbaden, Genebra, St. Colombe, Lezoux, Trion, Nevenheim, Neuss M. e nr. Nijmegen.

A estes locais, acrescenta-se alguns outros que passamos a referir de acordo com a bibliografia consultada: Augst (Carreras Monfort e Funari, 1998: 140, nº 207), Sierentz (Alsácia) (Baudoux, 1996: 85; 86, Fig. 39, nº 8; 100, quadro VI; 192), Gália Narbonense (Garrote Sayó, 2000: 834, Fig. 3), Saint-Colombe (*C.I.L.*, 5683, 100) (Allmer e Dissard, 1912: 242, nº 72), Trion (*id. ibidem*, 1912: 242, nº 72), Bavay (Terrisse, 1960: 162, Fig. 2; 164) e, na *Britannia*, Cirencester (Carreras Monfort e A. Funari, 1998: 342) e *Segontium* (*id. ibidem*: 342).

No actual território português esta marca apenas está documentada em Miróbriga (Diogo, 1999 b: 27, nº 22).

Com base nos dados stratigráficos conhecidos esta marca aparece em contextos datados desde o reinado de Tibério até finais do período de Trajano.

O local que data o início da presença desta marca em locais de consumo fora da Península está documentado por J. Baudoux, quando refere a presença de ânforas Dressel 20 em Sierenz, entre as quais uma com a marca: *L.FO* (Baudoux, 1996: 85; 86, Fig. 39, nº 8; 100, quadro VI).

Segundo esta autora estas ânforas inserem-se no grupo C de Martin-Kilcher (Martin-Kilcher, 1987: Fig. 39, nº 6; anexo 2; Est. XXII, O), datadas do período Tibério-Nero (Baudoux, 1996: 87, Fig. 39). A partir de meados do século I esta marca encontra-se bem difundida fora da Península Ibérica como testemunham os achados stratigráficos relativos aos estabelecimentos de Augst (50-90 d. C.), Genebra (século I) e Sierenz (cerca 50 d. C.) (Baudoux, 1996: 100, quadro VI; Carreras Monfort e A. Funari, 1998: 140, nº 207; 342).

O período final associado a este tipo de marca foi recentemente sugerido por E. Garrote Sayó (Garrote Sayó, 2000: 334, Fig. 3) que refere, em quadro esquemático, oito marcas deste centro oleiro assinadas *L.F.O.* e lhes atribui uma cronologia que abarca os períodos flávio e trajânico.

Numa segunda edição do livro “Epigrafia anfórica de la Bética”, G. Chic Garcia (Chic García, 2001: 178) propõe para este tipo de marca os finais do século I.

No caso da marca de Braga a ausência de um contexto estratigráfico e o nível de fragmentação da peça não nos permite determinar o seu contexto cronológico. O fabrico, típico do vale do Guadalquivir e idêntico a outros exemplares datados dos meados do século I, parece, todavia, sugerir uma data correspondente àquele período.

O que podemos naturalmente valorizar é a sua presença na cidade, parca em exemplares deste tipo, e a sua contextualização no actual território português que, até à data de 1993-1994, apenas contava com cerca de uma vintena de marcas (Fabião, 1993-94: 219-246), nenhuma das quais proveniente do Noroeste peninsular.

Destas marcas registadas por Carlos Fabião (*id. ibidem*: 229-230; 232; 233) apenas três, encontradas, respectivamente, em Tróia (Grândola), Lisboa (Praça da Figueira) e Porto dos Cacos (Alcochete), provinham com segurança do centro oleiro de La Catria; outras três (*id. ibidem*: 223-224; 231-232), uma proveniente de Mértola (*Myrtilis*) e duas outras de Lisboa (R. dos Douradores e Praça da Figueira), podiam ter como proveniência àquele ou outros centros oleiros da região do Guadalquivir.

Posteriormente àquela data conhecemos, de acordo com a bibliografia consultada, duas outras marcas impressas em fragmentos de asas encontrados em *Sellium* (Tomar) (Ponte, 1999: 348-349, Fig. 4), “Villa” de Povos (Vila Franca de Xira) (Banha, 1991/1992: 58-59; 82, Fig. 8, nº 14; 85, Fig. 12), uma nova marca de Villa Cardílio (Torres Novas) (Diogo e Monteiro, 1999: 201-214) e uma outra proveniente de uma recolha ocasional, actualmente depositada no Museu Nacional de Arqueologia (Diogo e Trindade, 1998: 190; 194; 220, fig. 15, nº 27).

A marca de *Sellium*, com as siglas *Q·C·C·*, corresponde a uma marca fabricada no centro oleiro de La Sesenta no período flávio e encontra-se largamente em diferentes estabelecimentos do mundo romano (*CIL* (XV, 2744), H. Callender (1970: 221, nº 1428), Ponsich, (1979, II, 62, nº 128), J. Remesal Rodríguez (Remesal Rodríguez, 1986: 55), Chic Garcia (1985: 163, nº 56), G. Amar e B. Liou (Amar e Liou, 1984: nº 189) J. Baudoux (Baudoux, 1996: 118, nº 23) e A. Funari (Funari, 1996: nº 29-30, nº 53 a-f).

A marca recolhida na Villa de Povos, assinala as siglas *QCPH* e encontra, entre outras, semelhanças com as marcas *QCE*, *QCPE* e *QCP*, encontradas na zona do *limes* germânico e na cidade de Nîmes nos finais do século I/inícios do século II.

A marca de Villa Cardílio possui as siglas *A.L.F.O.*, atribuíveis a *L. AELIVS F* (...), datável do século II e de que se conhece a cidade de controlo, Astigi (Chic García, 1985: 67).

Por fim, a marca actualmente depositada no Museu Nacional de Arqueologia corresponde a *Q·S·P*, um oleiro possivelmente datado da segunda metade do século I (Diogo e Trindade, 1998: 190).

### 1.1.3. As ânforas piscícolas

Com excepção de oito fragmentos da forma Dressel 7-11, de origem tarraconense, as ânforas piscícolas de cronologia alto e medio-imperial recolhidas na cidade são provenientes das províncias da Bética e da Lusitânia (**Fig. 27**).

À semelhança dos restantes produtos importados, predominam as ânforas de origem bética, representadas pelas formas **Dressel 7-11**, **Beltrán II A**, **Beltrán II B**, **Puerto Real 1**, **Dressel 14**, **Almagro 51 C**, “**Almagro 50**” / **Keay XVI** e **Beltrán 72**.

As ânforas de proveniência lusitana correspondem aos tipos **Dressel 14**, **Almagro 51 C**, **Almagro 50** / **Keay XXII** e, provavelmente, ao tipo **Dressel 7-11**.

Do conjunto destas ânforas importa destacar as ânforas Dressel 7-11 e Beltrán II A, como ânforas tipicamente alto-imperiais, e as ânforas Beltrán II B e Dressel 14 como tipos de tradição alto-imperial, mas cuja produção perdura no século III. Com excepção dos fragmentos classificáveis no tipo Puerto Real 1, datados da época severiana, as restantes ânforas estão representadas, como acima se refere, pelas formas Almagro 51 C, “Almagro 50” / Keay XVI, Almagro 50 / Keay XXII e Beltrán 72, típicas, mas não exclusivas, do período baixo-imperial.

A inclusão das formas Almagro 51 C neste estudo é feito com reservas dado a longevidade de fabrico que em muito ultrapassa o âmbito cronológico deste estudo. A sua inclusão apenas se justifica para tentar um melhor enquadramento das importações lusitanas na cidade.

### 1.1.3.1. Origem

Como referimos, com exceção de oito fragmentos do tipo **Dressel 7-11** provenientes da Tarraconense, apresentados no contexto das ânforas vinárias (**nº 57-64**) (vid. *supra*, **1.1.1.**), e um fragmento com fabrico lusitano, provavelmente enquadrável neste tipo (**nº 238**), as restantes peças recolhidas na cidade correspondem a formas de proveniência bética, especialmente da região de Cádiz e Huelva (**nº 174-237**):

- centros produtores na região de Cádiz e Huelva (Beltrán Lloris, 1970: 399-402; Lagóstena Barrios, 1996: 8; 108; Carreras Monfort, 2000 a: 99; Lagóstena Barrios e Torres Quirós, 2000: 188-193; Est. I, 1-10, 13; Est. II, 1-4, 9-10, 14-16, 23-24; Est. III. 1-13 ; 195 ; Millán León e Lavado Florido, 2000: 216-217; Pérez Rivera, 2000: 235-236; Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 2000: 1038; Carreras Monfort e Berni, 2003): Puerto Real (La Cabana 1, La Cabana 2, la Cachucha, Las Canteras, Cantera de Lavallo II e Puente Melchor), El Puerto de Santa María (Venta Alta, Vaina, El Barranco, Buenavista, La China, Las Manoteias e Casa de Vicuña), Rancho Perea, El Olivar, San Fernando, Rota, Cerro de los Mártires, La Venta del Carmen (Los Barrios), Algeciras, El Riconcillo e Torrealta.

- centros produtores na região de Granada e Almeria (Bernal Casasola e Navas, 1998: 86; 87, fig. 13A; Carreras Monfort, 2000 a: 99; Bernal Casasola, 2000 a: 257; García Vargas, 2000 b: 99; Carreras Monfort e Berni, 2003): Cerro del Mar, Huerta del Rincón, Huerta del Mar, Manganeto, Haza Honda e Loma de Ceres.

A estas áreas de produção acrescenta-se uma outra correspondente ao Baixo Guadalquivir. Neste ponto, admitimos que os exemplares com bordo vertical (**nº 232-233**) ou apenas ligeiramente esvasado e lábio revirado para o exterior (**nº 234**) e os exemplares com um bordo mais esvasado e menos elaborados (**nº 235-237**) poderão filiar-se nos tipos Dressel 7 a 11 oriundos desta região. A atribuição destes exemplares a formas integráveis nos tipos Dressel 7 a 11 não é, todavia, um caso isolado. Recentemente C. Carreras Monfort, (Carreras Monfort 2000 b: 422), num estudo intitulado “*Producción de Haltern 70 y Dressel 7-11 en las inmediaciones del Lacus Ligustinus (Las Marismas, Bajo Guadalquivir)*”, adverte do desconhecimento por parte dos especialistas da produção deste tipo de ânforas na região do Baixo Guadalquivir. Segundo este autor, numerosos centros produtores desta região teriam fabricado em simultâneo estes dois tipos de ânforas, tendo inclusivamente sido documentados

exemplares do tipo Dressel 7-11 com um fabrico característico do Baixo-Guadalquivir em Astorga e em vilas romanas Catalãs (p. e. Can Ventura de l'Oller, Aguacuit, Can Jofresa).

Na Península conhecem-se ainda outros centros produtores que igualmente produziram esta ânfora, como no caso de Peniche (Cardoso, *et alii*, 1998: 178-179; Cardoso e Rodrigues, 2000), situado na costa da Estremadura e diferentes centros produtores da Catalunha (vid. *supra* 1.1.1.)

Fora da Península conhecem-se outros centros produtores no Sul da Gália, como em Lyon (Beltrán Lloris, 1970: 98; Dangréaux, *et alii*, 1992, tipo 3), Marselha (Laubenheimer e Hénon, 1998: 107-142; Arlaud, *et alii*, 1998: 195; 196, quadro 1), Sigean e Velaux (Laubenheimer, 1985: 120; 124), que imitaram esta ânfora.

A ânfora **Beltrán II A** está apenas presente em Braga por um exemplar (nº 239).

O conteúdo piscícola atribuído a estas ânforas está de acordo com a sua origem, cuja produção situa-se junto a complexos destinados à produção de salgas, situados na zona ocidental e oriental da Bética:

- zona ocidental: Puerto Real (La Cabana 2, Cecería, La Cachucha, Las Canteras e Cantera de Lavalle II e Puente Melchor), Puerto de Santa María (La China), La Venta del Carmen (Los Barrios), El Rinconcillo, Cerro de los Mártires, El Olivar, Punta Umbría, Olivar de los Valencianos e Villanueva (Beltrán-Lloris, 1970; *id.* 1977: 107-110; Ramos Millán, 1981; Lagóstena Barrios, 1993; *id.* 1996: 108; García Vargas, 2000 b: 84-85; 97; Lagóstena Barrios e Torres Quirós, 2000: 188-191; Est. II, 14, 20; Est. II, 7-8, 11 ; 195 ; Millán León e Lavado Florido, 2000 : 216-217; Pérez Rivera, 2000: 235-236; Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 2000: 1036);

- zona oriental: Cerro del Mar, Huerta del Rincón, Carretería, Secretario e Loma de Ceres (Arteaga Matute, 1985b; Carreras Monfort, 2000 a: 100 ; García Vargas, 2000 b: 84-85 ; 97-98; Bernal Casasola, 2000 a: 255-257).

A produção de tipos semelhantes está ainda documentada em *Hispalis*, Sevilha (García Vargas, 2000b: 235-260) e na Gália, no centro produtor de Salleres d'Aude (Widemann e Laubenheimer, 1978: 338 ss, Fig. 11b).

À semelhança das ânforas anteriores, as do tipo **Beltrán II B** estão pouco representadas na cidade (**nº 240-245**), contando apenas com cerca de oito exemplares. A estes acresce-se, a título comparativo, um exemplar completo recolhido em Vila do Conde (**nº 246**), actualmente em depósito no Museu D. Diogo de Sousa.

Os poucos centros de produção béticos até ao momento documentados situam-se na baía de Cádiz e na costa malaguenha e granadina:

- baía de Cádiz: Villanueva (García Vargas, 2000 b: 86; 149, Fig. 15, nº 3-4), La Venta del Carmen (Los Barrios) (Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 2000: 1038), Puerto de Santa María (Casa de Vicuña) (Lagóstena Barrios, 1996: 8; Pérez Rivera, 2000: 235-236) e Puerto Real (La Cabana 2, Cerería, La Cachucha, Canteras, Cantera de Lavalle II e Puente Melchor) (Lagóstena Barrios, 1996: 108; Lagóstena Barrios e Torres Quirós, 2000: 188-191; Est. I, 12, 21; Est. II, 5-6, 12-13; 195; Millán León e Lavado Florido, 2000: 216-217; Pérez Rivera, 2000: 236);

- costa de Málaga: Huerta del Rincón (Torremolinos) (Baldomero Navarro e Serrano Navarro, 1989; Baldomero Navarro, *et alii* 1997; García Vargas, 2000 b: 86; 97-98; 164, Fig. 30, 3 e 6), Carretería (Málaga) (Rambla Torralvo e Mayorga Mayorga, 1997: 68, Fig. 4, nº 5-6; García Vargas, 2000 b: 86, 98, 161, Fig. 27, nº 5-6), Puente de Carranque (Málaga) (López Mála-x-Echeverría, 1971-73: Fig. 11, nº 1, 3, 6 e 9; García Vargas, 2000 b: 86), Manganeto (Almayate) (Arteaga Matute, 1985 a e b; García Vargas, 2000 b: 86; 169, Fig. 35, C) e Torrox (García Vargas, 2000 b: 86; 98-99);

- costa de Granada: Loma de Ceres (Gener, *et alii*, 1994, Fig. 8 e 13 G; García Vargas, 2000 b: 87; Bernal Casasola, 2000 a: 257; 258, quadro 1) e Los Matagallares (Bernal Casasola, 1998: 238, Fig. 82; *id.* 2000 a: 257; 258, quadro 1; 278; García Vargas, 2000 b: 87, 99; Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 2000: 1310).

Segundo E. García Vargas (García Vargas 2000 b: 235-260), é ainda possível que estas ânforas tenham sido produzidas em *Hispalis*, Sevilha.

As ânforas do tipo **Puerto Real 1** estão representadas na cidade por dois fragmentos (**nº 247-248**).

Trata-se de uma ânfora relacionada morfologicamente com as ânforas Beltrán II B e as ânforas “Almagro 50” / Keay XVI (García Vargas, 1998: 111-112; Bernal

Casasola, 2000 a: 279-280). Até à data a produção destas ânforas apenas está documentada no centro oleiro de Puente Melchor, cuja produção é maioritária (García Vargas, 1998: 110-111).

As ânforas **Dressel 14 (nº 265-318)** estão representadas na cidade pelas produções béticas e, em maior número, pelas produções lusitanas com cerca de 149 exemplares. Com exceção de alguns fragmentos, os bordos de origem lusitana encontrados na cidade possuem um perfil idêntico a algumas variantes estabelecidas para as ânforas de Abul I (Mayet, *et alii*, 1996: 61-62; 98-100, Figs. 37-39).

As produções béticas figuram com cerca de oito ânforas da variante A (**nº 265-270**) e cerca de nove ânforas da variante B (**nº 271-278**).

As produções lusitanas, além de dois fragmentos atribuíveis a uma produção tardia de meados do século III (**nº 306-307**), repartem-se por 50 ânforas da variante A, 74 (**nº 279-286**) da variante B (**nº 287-300**) e cinco da variante C (**nº 301.303**).

Na província da Bética, estas ânforas foram produzidas na região de Granada, em Málaga e na baía de Algeciras, em Cádiz:

- região de Granada: Motril (Beltrán Lloris, 1970: 459; Bernal Casasola e Navas, 1998: 94), Calahonda (Beltrán Lloris, 1970: 459-461; Bernal Casasola e Navas, 1998: 94; 99; Bernal Casasola, 2000 a: 278), Los Barreros (Bernal Casasola e Navas, 1998: 66-71; 72, Fig. 6; 75, Fig. 8, nº 15-16; 77; 79; 94; Bernal Casasola, 2000 a: 256; 258, quadro 1; 279), Cortijo Chacón (Bernal Casasola e Navas, 1998: 83-84; 94), La Loma de Ceres (Molvídar) (Gener, *et alii*, 1994: 979 ss.; Fig. 9; Bernal Casasola e Navas, 1998: 86; 87, Fig. 13 A; 94; Bernal Casasola, 2000 a: 257-258, quadro 1; 279), Los Matagallares (Salobreña) (Bernal Casasola e Navas, 1998: 94; Bernal Casasola, 1998: 239-249, Figs. 83 a 89; *id.* 2000 a: 256-258, quadro 1; 272; 278-279; Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 2000: 1306; 1310) e, possivelmente, Lobres (Bernal Casasola e Navas, 1998: 84; 94);

- Málaga: Manganeto (Almayate Bajo) (Arteaga Matute, 1985 a: Fig. 4, a e b; García Vargas, 1998: 103; *id.* 2000 b: 83), Haza Honda (Beltrán Fortes e Loza Azuaga, 1997: 113, Fig. 16; García Vargas, 2000 b: 83), Carreteía (Málaga) (Rambla Torralvo e Mayorga Mayorga, 1977: 68, Fig. 5, nº 1-6; García Vargas, 2000 b: 83), Huerta del Rincón (Torremolinos) (Baldomero, *et alii*,



1977: 153, cat. 5, 8, 38; García Vargas, 2000 b: 83; 97; Bernal Casasola, 2000 a: 256), Puente de Carranque (Málaga) (López Mála-x-Echeverría, 1971-73: Fig. 11, nº 5, 7 e 11; García Vargas, 2000 b: 83; 98) e El Secretario (Fuengirola) (Villaseca Díaz, 1997, Fig. 3, nº 4; García Vargas, 2000 b: 83; 98);

Por fim, na baía de Algeciras (Cádiz), foram encontrados fornos em Puente Melchor (Puerto Real) (García Vargas, 1998: 103; *id.*, 2000 b: 83; Bernal Casasola, 2000 a: 253; 258, quadro 1), Guadarranque (San Roque) (Beltrán-Lloris, 1977: 26-30; García Vargas, 2000 b: 83) e La Venta del Carmen (García Vargas, 2000 b: 83; Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 2000: 1036);

A complexidade e complementaridade da economia da Bética romana no período alto-imperial parece ainda estar patente na produção de ânforas do tipo Dressel 14 na região do Guadalquivir. Trata-se de um conjunto significativo de exemplares com um fabrico característico daquela região, que possuem bordos altos e esvasados com perfis diversos (**nº 266-267; 270**), por vezes pouco acentuados na transição para o colo (**nº 268-269**), e bordos altos, ligeiramente reentrantes, com lábios engrossados (**nº 265; 272-274**).

Na província da Lusitânia, além de uma produção documentada em Peniche (Cardoso, *et alii*, 1998: 178-179, nº 4; Cardoso e Rodrigues, 2000) (costa da Estremadura), a produção da ânfora Dressel 14 está testemunhada na maior parte dos centros produtores de ânforas dispersos pelos vales dos rios Tejo e Sado e no litoral algarvio:

- Vale do Tejo: Garrocheira (Benavente) (Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2; Amaro, 1990 a: 76; Amaro, 1990 b: 90-92; 95, Fig. 11), Herdade do Rio Frio (Alcochete) (Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2), Porto dos Cacos (*id. ibidem*; Amaro, 1990 a: 76-77; Raposo, 1990: 121-122; 125, nº 1-44; 127-130; 143, Fig. 29; 144, Fig. 30; 145, Fig. 31; 146, Fig. 32; 147, Fig. 33; Raposo, *et alii*, 1995: 334; 336; 339; Raposo e Duarte, 1996: 251-253; 255), Muge (Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2; Cardoso, 1990: 157; 162, Fig. 41; 163, Fig. 42) e Quinta do Rouxinol (Corroios/Seixal) (Raposo, *et alii*, 1995: 338; Duarte e Raposo, 1996: 241; 247, Fig. 6);

- Vale do Sado: Abul e Abul A (Alcácer do Sal) (Cardoso, 1986: 157; Diogo, *et alii*, 1989: 28-30; Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2; Mayet e Silva, 2002: 15; 31; 49, Figs. 15-16; 79; 82; 88-89; 90-93, Fig. 36-39; 96,

- Fig. 42; 98, Fig. 44; 99-112; 121-126; 130-148, Figs. 52-70; 99-110; 121-126; 130-148, Fig. 52-70; 169-174; 187; 192-196, Figs. 97-101), Vale da Cepa (Alcácer do Sal) (Diogo, 1983: 210-211; Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2; Diogo, 1996: 63-64; 66, tabela 1; 68, Est. I; 69, Est. II; 70, Est. III), Barrosinha (Alcácer do Sal) (Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2; Diogo e Faria, 1990: 175; 179, Fig. 46; 180, Fig. 47; 181, Fig. 48), Enchurrasqueira I (Alcácer do Sal) (Diogo, 1983: 209-210; Diogo e Faria, 1990: 176-177; 184, Fig. 51; 185, Fig. 52; 186, Fig. 53), Quinta da Alegria (Setúbal) (Coelho-Soares e Silva, 1979: 208; 210-211, Est. I-II; Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2), Largo da Misericórdia (Setúbal) (Silva, 1996: 43; 47-50; 54, Fig. 4), Herdade do Bugio (Cardoso, 1986: 157), Pinheiro (Setúbal) (*id. ibidem*, 1986: 156; Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2; Diogo, 1996: 65; 67, tabela 2; 71, Est. IV; Mayet e Silva, 1998: 62-68);
- no litoral algarvio: conhece-se uma produção em S. Bartolomeu (Castro Marim-Vila Real de Santo António). Deste local provém um conjunto de ânforas de forma singular semelhantes às ânforas Dressel 14 tardias encontradas na bacia do Sado (Vasconcelos, 1898: 329-336; Maia, 1979; Alves, *et alii*, 1990: 194; 198, Fig. 56; Fabião, 2000b: 721-722; 727).

A recente identificação em Fréjus, na Gália Narbonense (Laubenheimer, *et alii*, 1992), de ânforas “próximas” deste tipo vem desde já revelar que estas ânforas foram imitadas – à semelhança de tantas outras – em diferentes regiões do Império Romano.

As ânforas **Almagro 51 c** foram produzidas nas províncias da Bética e da Lusitânia. Na cidade foram recolhidos cerca de quatro ânforas de origem bética (nº **328-331**) e cerca de dez de origem lusitana (nº **332-340**).

Na Lusitânia a ânfora Almagro 51 C foi abundantemente produzida nos vales do Tejo e do Sado e no litoral algarvio:

- vale do Tejo: Herdade do Rio Frio (Alcochete) (Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2), Porto dos Cacos (Amaro, 1990 a: 76; Raposo, 1990: 120-123; 125-126, nº 45-70; 130-132; 148, Fig. 34, 149, Fig. 35; Raposo, *et alii*, 1995: 333; 336; 347, Fig. 4, nº 3 e 5; Raposo e Duarte, 1996: 249; 251-254; 260, Fig. 4; Raposo, *et alii*, 1997: 60-61) e Quinta do Rouxinol (Seixal) (Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2; Amaro, 1990 a: 76; Duarte, 1990: 99-102;

104-105, nº 17-23; 26-33; 113, Fig. 18; 114, Fig. 19; Raposo, *et alii*, 1995: 335; 347, Fig. 4, nº 4; Duarte e Raposo, 1996: 237-241; 244, Fig. 3; 245, Fig. 4);

- vale do Sado: Quinta da Alegria (Setúbal) (Coelho-Soares e Silva, 1979: 208; 210-211; 214-215; Est. IV, 27-30; Est. V, nº 31-49; Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2), Pinheiro (Setúbal) (Cardoso, 1986: 156; Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2; Mayet e Silva, 1998: 120-123, 143-148), Enchurrasqueira (Alcácer do Sal) (Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2; Diogo e Faria, 1990: 185, Fig. 52), Vale de Cepa (Alcácer do Sal) (Diogo, 1983: 210; Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2) e Abúl II (Diogo e Faria, 1990: 176; 182, Fig. 49) e Abúl A (Mayet e Silva, 2002: 79-80; 88-89; 94-97, Fig. 40-43; 170-171; 176-181, Fig. 96; 188-189; 200-209, Figs. 105-114) (Alcácer do Sal);

- no litoral algarvio (Parker, 1977; Cardoso, 1978; Fabião e Carvalho, 1990: 51; Cardoso, 1990: 148-149, Fig. 34-35; Raposo, *et alii*, 1995: 336; Mayet, *et alii*, 1996; Fabião, 1997; Mayet e Silva, 1998): S. Bartolomeu (Castro Marim-Vila Real de Santo António) (Vasconcelos, 1898; Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2; Alves, *et alii*, 1990: 194; 198, Fig. 56; Fabião, 2000b: 727), Quinta do Lago (Loulé) (Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2; Arruda e Fabião, 1990: 201-203; 210, Fig. 58; Fabião, 2000b: 727), Martinhal (Vila do Bispo-Sagres) (Silva, *et alii*, 1990: 229-230; 232-233; 241, Fig. 71; 243, Fig. 43; 244, Fig. 74; 245, Fig. 75; 246, Fig. 76; Fabião, 2000 b: 727), e, provavelmente, Torre de Aires (Tavira) (Fabião, 1994; *id.*, 2000 b: 727), Manta Rôta (?) (Vila Real de Santo António) (Vasconcelos, 1919-20; Fabião, 2000 b: 727) e Alfánxia (Moncarrapacho) (Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2).

Na Bética esta ânfora está largamente representada na quase totalidade dos centros produtores conhecidos (Bernal Casasola, 2000 a: 284):

- na baía de Cádiz (Puente Melchor) (García Vargas e Lavado Florido, 1995; Bernal Casasola, 2000 a: 253-258, quadro 1; 284);

- Algeciras (Villa del Puente Grande, Los Altos del Ringo Rango) (Bernal Casasola, 2000 a: 284; Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 2000: 1306; Bernal Casasola, 2000 a: 376-378);

- no litoral das regiões de Málaga (Finca del Secretario e Huerta del Rincón) (Bernal Casasola, 1997; *id.* 2000 a: 256; 258, quadro 1; 286);

- e no litoral de Granada, Los Barreros (Bernal e Navas, 1998: 71; 72, Fig. 6, nº 1 e 2; 73; 74, fig. 7, nº 3 a 8 e 10-11; 75, fig. 8, nº 12-14; 77; 78, Fig. 9; 94; Bernal Casasola, 2000 a: 256; 258, quadro 1, 284) e Los Matagallares (Bernal Casasola e Navas, 1998: 94; Bernal Casasola, 1998 a: 249-257, Figs. 90 a 92; *id.* 2000 a: 256; 258, quadro 1; Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 2000: 1310).

Além de fragmentos enquadráveis numa produção regional, a que posteriormente faremos alusão, as ânforas “**Almagro 50**” / **Keay XVI** estão apenas representadas por três exemplares, dois da variante A (nº **341-342**) e um da variante C (nº **343**).

Na província da Bética estão documentados os seguintes centros produtores:

- no grande complexo oleiro de Puente de Melchor, recentemente identificado por L. Lagóstena Barrios (Lagóstena Barrios, 1996: 136-7; 157; Bernal Casasola, 2000 a: 253; 258, quadro 1; 281);
- em Algeciras (Villa de Puente Grande, Los Altos del Ringo Rango) (Bernal Casasola, 2000 a: 253; 258, quadro 1; 281);
- e na região de Granada, Los Matagallares (Bernal Casasola e Navas, 1998: 63-100; Bernal Casasola, 2000 a: 257-258, quadro 1; 281; Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 2000 a: 1310) e Los Barreros (Bernal Casasola, 2000 a: 256; 258, quadro 1; 281).

A descoberta destes centros de produção e as análises petrográficas de fragmentos de ânforas provenientes de S. Cucufate, realizadas por Anne Schmitt (Schmitt, 1996-97) vieram corroborar a opinião de diferentes autores que ao longo dos últimos anos vinham propondo uma origem bética (para ânforas que ofereciam uma pasta calcária de textura fina e cor ocre clara) (Fabião, 1997: 59-68).

Recentemente (Carreras Monfort e Berni, 1998: 270-276), foram identificadas imitações destas ânforas (variante Keay XVI) na Tarraconense, classificadas provisoriamente como Tarraconenses tardias 11, cujo âmbito de difusão é basicamente local.

A ânfora **Almagro 50** / **Keay XXII** (nº **344-346**) está pouco representada na cidade, contando apenas com três exemplares. Trata-se de uma ânfora produzida na

provincia da Lusitânia, encontrando-se documentada em quase todos os centros oleiros conhecidos nos estuários do Tejo e Sado e na costa algarvia:

- vale do Tejo: Quinta do Rouxinol (Corroios/Seixal) (Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2; Amaro, 1990 a: 77; Duarte, 1990: 99-102; 103-104, nº 1-16; 112, Fig. 17; 113, Fig. 18; Raposo, *et alii*, 1995: 335; 347, Fig. 4, nº 8-9; Duarte e Raposo, 1996: 237-240, Fig. 3, 246, Fig. 5) e Porto de Cacos (Amaro, 1990 a: 76; Raposo, 1990: 127; 133; 151, Fig. 37, nº 83-88; Raposo, *et alii*, 1995: 333; 336-337; Raposo e Duarte, 1996: 249; 251-253; 255; 261, Fig. 5);
- vale do Sado: Pinheiro (Setúbal) (Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2; Mayet e Silva, 1998: 148-150), Quinta da Alegria (Setúbal) (Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2), Abul II (Diogo e Faria, 1990: 176; 183, Fig. 50) e Abul A (Mayet e Silva, 2002: 79; 88; 167; 173-175, Fig. 92; 187-188; 196-198, Figs. 101-103) (Alcácer do Sal), Enchurrasqueira I (Alcácer do Sal) (Diogo e Faria, 1990: 185, Fig. 52, nº 17) e Vale da Ceba (Alcácer do Sal) (Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2; Diogo, 1996: 64; 66, tabela 1, 69, Est. II, 70, Est. III);
- costa algarvia: Martinhal (Vila do Bispo-Sagres) (Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2; Silva, *et alii*, 1990; Fabião, 2000 b: 727), Quinta do Lago (Loulé) (Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2; Arruda e Fabião, 1990; Fabião, 2000 b: 727), S. Bartolomeu (Castro Marim-Vila Real de Santo António) (Vasconcelos, 1898; Fabião e Carvalho, 1990; Alves, *et alii*, 1990; Fabião, 2000 b: 727) e num local indeterminado onde se produziram as ânforas com a marca *AEMHEL* e, eventualmente, outras (Fabião e Carvalho, 1990: 59, quadro 2).

A ânfora **Beltrán 72** encontra-se apenas representada na cidade por dois exemplares, um dos quais completo (nº 347).

A origem bética desta ânfora foi muito recentemente proposta (Mayet, *et alii*, 1996: 19; 171; 178; Mayet e Schmitt, 1997: 79) e, ao que parece, aceite, pela comunidade científica. Esta proposta é concordante com a opinião de alguns investigadores que haviam associado esta forma, quer pelo fabrico, quer pelas analogias formais e epigrafia, às ânforas “Almagro 50”/Keay XVI de origem bética (Fabião, 1996 a; *id.* 1997).

Na verdade, o achado destas ânforas no naufrágio Cabrera III junto com ânforas Almagro 50 / Keay XVI, inclusivamente com a mesma epigrafia anfórica (*ANGE*), representa mais um dado a favor desta proveniência (Bernal Casasola, 2000 a: 286; Mayet, 2000: 652).

Em definitivo, o achado de centros produtores em Granada (Loma de Ceres (Bernal Casasola e Navas, 1998: 88, Fig. 13 B, nº J; 89; 94; Bernal Casasola, 2000 a: 257-258, quadro 1; 286) e Los Matagallares (Bernal Casasola e Navas, 1998: 94; Bernal Casasola, 1998 a: 263-267, Figs. 95-96; *id.* 2000 a: 257-258, quadro 1, 286; Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 2000: 1310), que produziram estas ânforas confirmam, de forma inequívoca, uma proveniência bética.

É, no entanto, possível que esta ânfora tivesse sido ocasionalmente imitada noutros centros produtores como parece indicar um exemplar publicado, proveniente do centro produtor da Quinta do Rouxinol, situado no Vale do Tejo (Duarte e Raposo, 1996: 241; 247, Fig. 6).

### 1.1.3.2. Conteúdo

Como testemunham os *tituli picti* encontrados sobre algumas ânforas béticas e os restos de espinhas de espécies como a cavala, encontrados em naufrágios e outros locais (Peacock e Williams, 1991: 118; Tyers, 1996: 99), as ânforas **Dressel 7-11** destinavam-se fundamentalmente para o transporte de preparados de peixe e peixe salgado.

Excepcionalmente podiam transportar outros produtos, como *defrutum* e vinho (Tchernia, 1971).

De acordo com os numerosos *tituli picti* encontrados em ânforas **Beltrán II A** esta transportava diferentes variedades de produtos piscícolas, designadamente *garum*, *muria* e *liquamen* (Zevi, 1966; Beltrán Lloris, 1970).

A geografia de produção das ânforas **Beltrán II B**, junto a complexos destinados à produção de salgas, revela, à semelhança das anteriores, um conteúdo predominantemente piscícola. Este conteúdo não é, porém, exclusivo: um *titulus* encontrado em Estrasburgo numa ânfora deste tipo foi interpretado por R. Forrer (Forrer, 1938: 510, Fig. 372) e M. H. Callender (Callender, 1970: 15) como uma referência ao vinho de Falerno. Segundo J Baudoux (Baudoux, 1996: 74, Fig. 31, nº 5 e 7; 76), a hipótese de um conteúdo vinário é plausível tendo em conta que se tem vindo a

verificar que esta ânfora não possuía um conteúdo específico, como comprovam a descoberta de azeitonas em conserva (Boyer, 1986: 229) e um conjunto de inscrições encontradas em Fos e no naufrágio de St. Gervais 3 (Liou, 1987:118) relativos a um conteúdo vinícola.

Relacionada morfologicamente com as ânforas Beltrán II B e “Almagro 50” / Key XVI as ânforas **Puerto Real 1** continham produtos piscícolas. Do repertório epigráfico conhecido registam-se as seguintes marcas: *SOC*; *SOC I*; *CL·SOC*; *BV [ ]*; *L·C* (García Vargas, 1998: 112).

As ânforas **Dressel 14** foram associadas ao transporte de produtos piscícolas em virtude dos *tituli picti* que faziam referência a conteúdos de *liquamen* e *muria* (Pascual, Guash, 1960; *id.*, 1968; Zevi, 1966: 219; Beltrán-Lloris, 1970: 462; Blánquez Pérez, *et alii*, 1997; Mayet, 1990: 29), pelos restos de peixe (restos orgânicos e espinhas) encontradas em naufrágios e, ainda, pelo facto dos centros de produção se encontrarem nas proximidades de estruturas de fabrico de preparados piscícolas (Parker, 1977: 38; Étienne, 1990: 15-9; Fabião e Carvalho, 1990: 42; *id.* 1993; Bernal Casasola, 1997: 215-216; *id.* 2000 a: 279).

O colo relativamente largo permitia a passagem de pequenos peixes inteiros ou mesmo pedaços de grandes peixes como atuns (Étienne, 1990: 16; Étienne e Mayet, 1993-4: 205).

A proximidade entre os complexos industriais de processamentos de pescado e os centros de fabrico das ânforas **Almagro 51 C** levou a maioria dos investigadores a sugerir que estas tenham sido destinadas ao transporte de produtos piscícolas. Outro argumento a favor deste conteúdo reside ainda no facto de estas ânforas terem substituído as conhecidas ânforas Dressel 14.

A presença de restos de resina nalguns exemplares, encontrados em contexto aquáticos - naufrágios de Cabrera III (Étienne, 1990: 15) e Baía de Pamplona (Léquement, 1976: Fig. 7 a; Fig. 9 a) - e terrestres - diversos contextos andaluzes (Bernal Casasola, e Petit Domínguez, 1997) - e vestígios de ictiofauna novamente em contextos aquáticos - naufrágios de Cabrera III (Étienne, 1990: 17) e Catalans - e em locais de indústrias de pescado - Tróia de Setúbal e El Majuelo em Almuñecar (Bernal

Casasola, 1997: 383) - , comprovam, em definitivo, o transporte de produtos piscícolas nestes contentores.

A estes dados acrescenta-se, ainda, um *titulus* incompleto encontrado em Tossalet (Valencia) onde se lê *flo(s) M(uriae)* (Fernández Izquierdo, 1984: 54, Fig. 21, nº 153; Bernal Casasola, 1997: 449, Fig. 141; *id.* 2000 a: 272; 275).

O conteúdo piscícola da ânfora “**Almagro 50**” / **Keay XVI** está comprovado pelo naufrágio de Sud-Lavezzi A (Córsega, França), onde pelo menos uma ânfora estava cheia de espinhas de peixe, parecendo maceradas (Parker, 1992: 414).

À semelhança do tipo anterior as ânforas **Almagro 50** / **Keay XXII** transportavam conteúdos piscícolas. A comprová-lo temos os naufrágios de Port-Vendres I (Chevalier e Santamaria, 1972: 7-32) e Randello (Sicília, Itália) (Wheeler e Locker, 1985: 97-100) onde se encontraram exemplares ainda “selados” com os respectivos testos que continham espinhas de sardinhas (*Sardina Pilchardus L.*) de tamanho pequeno (cerca de 22 a 25 cm de comprimento) (Étienne, 1990: 17; Parker, 1992: 329-330). Sabe-se, ainda, a partir do naufrágio Planier G (Marselha), que estas ânforas podiam transportar *garum*, neste caso feito a partir de conchas identificadas como *Pectunculus pilosus*, normalmente conhecidas como *Glycymeris pilosa* (Étienne, 1990: 17; Parker, 1992: 317-318).

A ânfora **Beltrán 72** era destinada a transportar preparados de peixe (Fabião, 1996 b: 381; Mayet, *et alii*, 1996: 179), como comprova o achado de restos de resina com escamas de pescado num exemplar encontrado no naufrágio de Cabrera III (Bost, *et alii*, 1992: 132). Outros argumentos podem ainda ser aduzidos, nomeadamente no que respeita à sua morfologia: um largo bocal, adaptado, à semelhança das ânforas Beltrán II A alto-imperiais, para o transporte deste tipo de produtos (Bernal Casasola, 2000 a: 286-287).

### 1.1.3.3. Difusão

As ânforas do tipo **Dressel 7-11** encontram-se difundidas em todo o território hispânico. Estão representadas também nas províncias ocidentais do Mediterrâneo, designadamente em África (Riley, 1979), na Gália, na Itália e ao longo das províncias a Norte, em locais tão variados como o *limes* germânico (Ettlinger, 1977) ou a Grã-



Bretanha. À semelhança dos fragmentos encontrados na cidade, predominam nestas províncias os fabricos característicos de Cádiz (Peacock e Williams, 1991; Martínez Maganto e Carreras Monfort, 1993; Tyers, 1996: 99; Carreras Monfort, 2000 a: 100).

De forma residual estas ânforas aparecem, também, nas províncias orientais, como comprova a sua presença na Dacia, nas províncias de *Noricum* e *Pannonia*, no Egeu, em Israel, no Líbano e na Índia.

No contexto do abastecimento do Norte da Península estas ânforas estão documentadas em Astorga (Carreras Monfort e Berni, 2003: 638; 642-644) e noutros estabelecimentos do Noroeste (Naveiro López, 1991 a: 68-69).

Apesar da real difusão destas ânforas ainda estar por esclarecer (Fabião, 1994: 20), conhecem-se, de acordo com a bibliografia consultada, exemplares desta forma em *Conimbriga*, S. Cucufate, Museu do Mar (Cascais) (Cardoso, 1978: 67, nº 6-8), Museu de Sintra (Ermidas) (Pimenta, 1982-83), Quinta do Marim (Olhão) (Silva, *et alii*, 1992: 349; 350; 373, Fig. 10, nº 1), Torre de Aires (Tavira) (Fabião, 1994: 17; 20), Villa Cardílio (Torres Novas) (Diogo e Monteiro, 1999: 205; 208; Est. II, nº 10-12), Abul A (Alcácer do Sal) (Mayet e Silva, 2000 a: 29; 38; 47, Fig. 13, nº 126-128; Fig. 14, nº 129-130) e Aljustrel (Trindade e Diogo, 1995: 11; 12, nº 6-8; 14).

Na fachada atlântica, a Norte do Douro, estas ânforas encontram-se preferencialmente documentadas em povoados romanizados: povoado do Coto da Pena (Viana do Castelo) (n.º 8, Est. III, 1), Cividade de Âncora (Viana do Castelo) (n.º 69-79, Est. XXI-XVIV), Cividade do Terroso (Póvoa do Varzim) (n.º 30-31, Est. LI, 1 e 2), Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira) (75-76, 77-81, Est. LXXIII, 3 e 4; LXXV, 1 e 2) e povoado da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Vila Nova de Gaia) (n.º 21; Est. LXXXIII, 1) (Sá e Paiva, 1988-94: 94; 103, nº 11; Paiva, 1993: 33).

Com apenas um exemplar, a ânfora **Beltrán II A** está residualmente representada na cidade, quando comparada com os restantes produtos béticos. Residual é, também, a sua representação em Portugal quando comparada com outros produtos de origem bética; encontra-se documentada no centro oleiro de Porto dos Cacos (Raposo, *et alii*, 1995: 338), no Museu do Mar (Cascais) (Cardoso, 1978: 67, nº 10), Herdade do Bugio (Cardoso, 1986: 162; 172; Est. IV, nº 43), na Foz do Arade (Portimão) (Silva, *et alii*, 1987: 210; 212, nº 14, Fig. 6; Diogo, *et alii*, 2000: 84; 108, fig. 4, nº 12) e proveniente de uma recolha suaquática no estuário do Sado, ao largo de Tróia,

actualmente em depósito na Câmara Municipal de Grândola (vid. Diogo e Trindade, 1998: 201, nº 15; 217, Fig. 12).

No contexto do abastecimento do Norte da Península encontram-se fragmentos deste tipo em Astorga (Carreras Monfort e Berni, 2003: 638; 644) e noutros estabelecimentos do Noroeste (Naveiro López, 1991 a: 68-69). Esta ânfora possui, todavia, uma larga difusão: em toda a bacia do Mediterrâneo ocidental (Beltrán-Lloris, 1970; Peacock, 1971). Registe-se, em particular, a cidade de Roma (Panella, 1973; Manacorda, 1977 c; Carreras Monfort, 1999 a: 94; *id.* 2000 a: 100-101); na costa atlântica (Beltrán-Lloris, 1970; Monaghan, 1987; Naveiro López, 1991 a); nas províncias da Europa Central (Ettlinger, 1977; Desbat e Martin-Kilcher, 1989; Bezecky, 1989; Martin-Kilcher, 1990); na *Britannia* (Carreras Monfort, 2000 a: 101).

Ocasionalmente esta ânfora encontra-se no Mediterrâneo Oriental: Dacia; *Noricum*; *Pannonia*; Egeu; Costa da Anatólia, actual Turquia; Israel e no Líbano.

À semelhança do tipo anterior a difusão da ânfora **Beltrán II B** em Portugal é também residual quando comparada com outros produtos de origem bética. De acordo com a bibliografia consultada, assinala-se a presença desta ânfora nos seguintes sítios: Mózinho (Penafiel) (Soeiro, 1984: Fig. 98, 1, Fig. 111, 1, Fabião, 1994 a: 21; 31, nota 56); Quinta do Marim (Olhão) (Silva, *et alii*, 1992: 339; 341; 349; 350; 373, Fig. 10, nº 2); Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas) (Almeida e Carvalho, 1998: 142-143; 151; 156, Fig. 5, nº 1); Museu do Mar (Cascais) (Cardoso, 1978: 67, nº 9); Setúbal (área urbana) (Coelho-Soares e Silva, 1978: 176-177; Est. I, nº 3); Villa Tourega (Évora) (Pinto, *et alii*, no prelo); Torre de Aires (Tavira) (Fabião, 1994: 17; 21, nº 12-13); Foz do Arade (Portimão) (Silva, *et alii*, 1987: 210; 212, nº 15, Fig. 6; Diogo, *et alii*, 2000: 84; 108, fig. 4, nº 14). A estes acrescenta-se, ainda, os seguintes achados recolhidos em contexto aquático: “praia da Califónia” (Tróia) (Diogo e Trindade, 1998: 195); Meia Praia (Lagos) (Diogo, 1999 a: 237-238, fig. 2, nº 2), Ilhas Berlegas (*id. ibidem*: 244-246, fig. 7, nº 8).

No contexto do abastecimento do Norte da península encontram-se fragmentos deste tipo em Astorga (Carreras Monfort e Berni, 2003) e noutros estabelecimentos do Noroeste (Naveiro López, 1991 a).

A forma Beltrán II A encontra-se, todavia, relativamente bem difundida na generalidade das províncias ocidentais (Beltrán, 1970; Panella, 1973). Destaque-se, a título de exemplo, a presença destas ânforas no Nordeste da *Gallia* (Baudoux, 1990:

114; *id.*, 1996: 76), Augst (Martin-Kilcher, 1994: 395) e *Britannia* (Martínez-Maganto e Carreras Monfort, 1993).

Acrescente-se ainda a estas áreas alguns outros locais no Norte da África e no Mediterrâneo oriental, na *Pannonia* e *Caesarea Marítima* (Israel).

Além dos achados no centro produtor de Puente Melchor (García Vargas, 1998: 110-111; 325, Fig. 7, nº 4; 378, Fig. 60, nº 1; 3-5; 379, Fig. 61, nº 1-2 e 4; Bernal Casasola, 2000 a: 279-280; 337, Fig. 13) foram encontrados exemplares do tipo **Puerto Real 1** na região do *limes* germânico, em Augst, e na costa mauritânia do estreito de Gibraltar, na fábrica de salgas de *Septem Fratres* (Bernal Casasola e Pérez Rivera, 1998: 59-65; Bernal Casasola, 2000 a: 279). Conhecem-se, ainda, exemplares deste tipo encontrados em ambiente aquático, recolhidos nas águas do estreito, perto de Tarifa e na costa da Toscana, provenientes de Rigisvilla (García Vargas, 1998: 112).

As ânforas **Dressel 14** difundiram-se, essencialmente, nas regiões de origem. No Noroeste peninsular estas ânforas estão presentes na costa galega das Rias Baixas (Naveiro López, 1991: 69-70) e em povoados do litoral norte português, designadamente, na Cidade de Âncora (Paiva, 1993: 34, nº 80 a 90, Ests. XXV a XXVIII, e XXIX, 1 e 2) e Monte Murado (Sá e Paiva, 1988-94: 94; 103, nº 12; Paiva, 1993: nº 22, Est. LXXXIII, 2).

A sul do Douro, no território da antiga Lusitânia, para além dos centros produtores, esta ânfora está presente na Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas) (Almeida e Carvalho, 1998: 143-144; 151-152; 156, Fig. 5, nº 3-6), Aljustrel (Trindade e Diogo, 1995: 11; 12, nº 1, 10, 16; 14), povoado de Chibanes (Palmela, Vale do Sado) (Trindade, *et alii*, 1998: 172-173, nº 3), Ilha do Pessegueiro (Silva, *et alii*, 1980-81: 244), Setúbal (área urbana) (Coelho-Soares e Silva, 1978: 177-179; Est. II-IV; Est. V, nº 34), Troia (Setúbal) (Étienne, *et alii*, 1994: 81-82), Horta do Crespo (Alcácer do Sal) (Faria e Ferreira, 1993-94: 353-354; Est. III, nº 10-13; Est. IV, nº 14-15), Rua Augusta (Lisboa) (Bugalhão e Sabrosa, 1995: 384; 387; 388; Est. VIII), Museu de Sintra (Casal de Pianos, Ermidas, Faião, Mucipal, S. Miguel de Odrinhas) (Pimenta, 1982-83), Museu do Mar (Cascais) (Cardoso, 1978: 68, nº 11-13; Diogo, 1987: 112-113; 114, nº 5-6, Fig. 23), Cerrado do Castelo (Grândola) (Ferreira, *et alii*, 1991: 105-108; Fig. 1, nº 1), Villa Cardílio (Torres Novas) (Diogo e Monteiro, 1999: 204; 208-209; Est. III), Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo) (Norton, *et alii*, 1993-94: 184-

189; Est. I, nº 1-11), Villa Tourega (Évora) (Pinto, *et alii*, no prelo) e Foz do Arade (Portimão) (Silva, *et alii*, 1987: 210, 212, nº 16-18, Fig. 6; 214).

Fora da Península Ibérica – para além dos diversos naufrágios recensados por A. J. Parker (Parker, 1992) na bacia do Mediterrâneo – esta forma está presente na Inglaterra (Beltrán Lloris, 1970: 457), no Nordeste da Gália (Baudoux, 199 b2: 165; Brun, *et alii*, 1992: 126; Baudoux, 1996: 76) e na Península Itálica, nas cidades de Óstia (Panella, 1972: 76), *Herculaneum* (Parker, 1977: 38) e Roma (Panella, 1992: 197; Rizzo, 2003: 145, tab. 26 a; 148). Segundo Clementina Panella (Panella, 1972: 82) nos níveis flavios de Óstia a produção lusitana ultrapassa em quantidade a sua homónima produzida na Bética.

Ambas as produções estão também documentadas no Mediterrâneo oriental: as ânforas de produção bética encontram-se na Dacia, no Egeu e em Israel; as produções lusitanas estão documentadas no Líbano, em Beirute.

A ânfora **Almagro 51 C** difundiu-se particularmente no território peninsular, maioritariamente na área da Lusitânia.

Nesta província, para além dos centros de produção já referidos, estas ânforas encontram-se, entre outros locais, em Aljustrel (Trindade e Diogo, 1995: 11), Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas) (Almeida e Carvalho, 1998: 144-146; 153-154; 158, Fig. 7, nº 14-22), povoado de Chibanes (Palmela, Vale do Sado) (Trindade e Diogo, 1998: 172-173, nº 4-5 e 7), Comenda (Setúbal) (Trindade e Diogo, 1996: 8; 9, nº 8-9), Setúbal (área urbana) (Coelho-Soares e Silva, 1978: 181-182; Est. VII, nº 49-56, Est. VIII, nº 48), Tróia (Setúbal) (Étienne, *et alii*, 1994: 82-83), Horta do Crespo (Alcácer do Sal) (Faria e Ferreira, 1993-94: 354; Est. IV, nº 16), Rua Augusta (Lisboa) (Bugalhão e Sabrosa, 1995: 384-385; Est. V-VI, Figs. 1-32; 387-388), Museu de Sintra (Cabanas, S. Miguel de Odrinhas) (Pimenta, 1982-83), Museu do Mar (Cascais) (Cardoso, 1978: 71-72, nº 23-25), Cerrado do Castelo (Grândola) (Ferreira, *et alii*, 1991: 105-108; Fig. 1, nº 2), Villa Cardílio (Torres Novas) (Diogo e Monteiro, 1999: 203-204; 209; Est. III ), Villares de Alfundão (Ferreira do Alentejo) (Norton, *et alii*, 1993-94: 184-189; Est. II, 14-23), Villa Tourega (Évora) (Pinto, *et alii*, no prelo), Torre de Aires (Tavira) (Fabião, 1994 a: 17; 22) e Foz do Arade (Portimão) (Silva, *et alii*, 1987: 213, nº 23-28, Fig. 7; 214-215).

Fora da Península esta ânfora encontra-se na Península Itálica - por exemplo, na faixa costeira alto-tirrenica (Pasquinucci, *et alii*, 1997-98: 60) -, na Gália - como, por

exemplo, em La Ramière (Roquemaure, Gard) (Barberan, 1998: 76-77, Fig. 12, nº 22-25) e Arles (Long, 1998: 89; Piton, 1998: 113) - e em áreas mais afastadas como a Alemanha, Argélia, Líbia (Beltrán Lloris, 1970; Manacorda, 1977 c; Peacock e Williams, 1991: 132) e Líbano (Beirut) (Reynolds, 2000: 1039; 1053-54; 1059, Fig. 3).

As ânforas “**Almagro 50**” / **Keay XVI** encontram-se difundidas em toda a bacia do Mediterrâneo, em particular na parte ocidental.

Documentam-se, ainda, nos mercados do Norte de Europa, em Arles, Lyon, Augst e Estrasburgo, e o Mediterrâneo Oriental, na Dácia, no Egeu, na Síria, em Israel e no Líbano.

No contexto da Península Ibérica estas ânforas estão particularmente bem representadas em *Corduba* (Lopez Lopez e Morena Lopez, 1996: 102) e nos já referidos centros produtores de Puente de Melchor (Lagóstena Barrios, 1996: 136-137) e Matagallares (Granada) (Bernal Casasola e Navas, 1998: 63-100).

No actual território português, a produção bética está, entre outros locais, presente ao longo de toda a costa litoral, como documentam achados destas ânforas na Foz do Arade (Portimão) (Silva, *et alii*, 1987: 212; Fig. 6, nº 20-22, 214), na Ilha do Pessegueiro (Silva, *et alii*, 1980-81: 242, Fig. 17, nº 15; 244), em Setúbal (área urbana) (Coelho-Soares e Silva, 1978: 180-181; Est. VI, nº 43), no Museu de Sintra (proveniente de Cabanas) (Pimenta, 1982-83), Villa Cardílio (Torres Novas) (Diogo e Monteiro, 1999: 204; 211; Est. IV, nº 30-31) e no Noroeste peninsular.

Encontram-se ainda em áreas do interior como, por exemplo, em diversas *uillae* na área alentejana de Beja, como a Herdade do Celão, D. Pedro e S. Cucufate (Mayet e Schmitt, 1997: 79; Fabião, 1997 a: 55-56).

A presença de ânforas deste tipo em dois centros de produção de transformação de pescado situados na Quinta de Marim e Ilha do Pessegueiro, pressupõem, segundo Carlos Fabião (Fabião, 2000 b), uma complementaridade entre a produção de vasilhame em centros especializados na Bética e centros de transformação de pescado.

As ânforas **Almagro 50** / **Keay XXII** - além de encontradas em 14 naufrágios segundo o catálogo de Parker (Parker, 1992) - foram identificadas em locais como o Monte Testaccio, em Roma (Carreras Monfort, 2001 a: 391-392), Luni (Frova, 1977), Vada Volaterrana (Del Rio e Vallebona, 1996), ou mesmo em áreas de mercado do Norte da Europa, como, por exemplo, na região Lyonesa (Desbat e Dangréaux, 1992:

152), Lozère (*Anderitum*, Javols) (Storti, 1998: 64 e Fig. 4, nº 5), Arles (Long, 1998: 89-90) e Estrasburgo (Baudoux, 1998: 98, quadro 3).

Refram-se, entre outros locais da Península Ibérica, os conjuntos provenientes de Mazarrón, Valencia, Tarragona (Fabião, 1996 a: 336), Barcelona, Mataró, Can Feu, Vic e Guissona (Carreras Monfort, 2001 a: 394). No actual território português, as ânforas de produção lusitana encontram-se em praticamente todo o território.

Entre outros locais destacam-se a Quinta do Rouxinol (Duarte, 1990), Porto do Cacos (Raposo, *et alii*, 1997: 60-61), Rua Augusta (Lisboa) (Bugalhão e Sabrosa, 1995: 384, 385, Est. VII, Fig. 33-38; 387-388, Est. VIII, Fig. 54-55 e 65 ; 389), Casal de Pianos (Museu de Sintra), Pombal (Museu de Sintra), S. Miguel de Odrinhas (Museu de Sintra) (Pimenta, 1982-83), Cascais (Museu do Mar) (Cardoso, 1978: 71, nº 22), povoado de Chibanes, Ilha do Pessegueiro, Quinta da Alegria, Abul, Herdade do Pinheiro (Cardoso, 1986: 162; 168-169; Est. II, nº 19; 23-26; Fabião e Carvalho, 1990; Diogo e Faria, 1990; Mayet *et alii*, 1996), Setúbal (área urbana), Troia (Setúbal) (Fabião e Carvalho, 1990), Cerrado do Castelo (Grândola) (Ferreira, *et alii*, 1991: 105-108; Fig. 1, nº 3), Villares de Alfundão (Ferreira do Alentejo) (Norton, *et alii*, 1993-94: 184-189; Est. I, nº 13; Est. II, nº 12), Villa Tourega (Évora) (Pinto, *et alii*, no prelo) e na costa algarvia (Fabião e Carvalho, 1990).

Até à data da descoberta do Naufrágio *Cabrera III* a ânfora **Beltrán 72** era apenas conhecida por meia dezena de exemplares. M. Beltrán Lloris (Beltrán Lloris, 1970: 573), o primeiro a identificá-la, individualizou dois exemplares, um completo, no Museu Arqueológico de Mérida (Fig. 236, 5) e outro, de menores dimensões e incompleto (Fig. 236, 6), no Museu Arqueológico de Jaén, ambos sem notícia de proveniência.

As restantes foram identificadas fora da Península Ibérica: na Argélia, no Museu de Sétif; numa colecção privada de Roma e um exemplar fragmentado proveniente do Naufrágio *Gisement des Catalans* em Marselha (Liou, 1973: 585, Fig. 18, 1; Mayet, *et alii*, 1996: 19).

A dispersão das ânforas da forma Beltrán 72 foi sendo posteriormente aferida pelos dados da arqueologia subaquática, designadamente nos Naufrágios *Cabrera I* (Maiorca), *Baie de Pampelone* (Var) e de *Sud-Lavezzi I* (Corse). Outros dados provenientes de escavações demonstram a sua difusão em locais como Arles (Long, 1998: 899, Óstia (Mayet, 1990: 26) e diversos outros locais na Península Ibérica.

No actual território português estas ânforas foram desde cedo identificadas por Jorge de Alarcão (Alarcão, 1976: 88) em *Conimbriga*. De acordo com a bibliografia consultada estas ânforas encontram-se em S. Cucufate (Vidigueira) (Mayet, *et alii*, 1996: 19; 171; 176; 178; Mayet e Schmitt, 1997: 80; 89), no Vale do Tejo, na Quinta do Rouxinol (Raposo, *et alii*, 1995: 338), em Lisboa, na unidade de Salga de peixe da Rua Augusta - B. C. P. (Bugalhão e Sabrosa, 1995: 384; 386; Est. VII, Fig. 40; 388; Est. VIII, Fig. 69), no Museu Municipal de Sines (Diogo e Reiner, 1987: 117) e Villa Cardílio (Torres Novas) (Diogo e Monteiro, 1999: 204; 211; Est. IV, nº 34).

#### 1.1.3.4. Cronologia

Como sugere a estratigrafia do forno de Cerro del Mar (Arteaga Matute, 1985), a produção bética do tipo **Dressel 7-11** poderá ter-se iniciado no 1º quartel do séc. I a. C. e terá perdurado até os inícios do II (Panella, 1992), ou mesmo, provavelmente, o 1º quartel do século II (Lagóstena Barrios e Torres Quirós, 2000: 188-189, Est. I, 6-10, 13; 195; 196).

Os exemplares mais antigos, datáveis de antes do fim do reinado de Augusto, provenientes de Haltern, Oberaden, Lorenzberg, Vindonissa e Castro Pretório, são caracterizados pela sua pequena dimensão, pança ovalada e colos pouco desenvolvidos com aspecto cilíndrico, mantendo-se sem grandes variações nos cinquenta a sessenta anos seguintes (Beltrán Lloris, 1970: 390-92, González Serrano, 1988: 295).

A partir da época de Cláudio-Nero dá-se uma notável estilização das formas que perdura no séc. II, como comprovam, entre outras, as escavações de *Camulodunum*, de Colchester, de Caerlon e Óstia (González Serrano, 1988: 295; Tyers, 1996: 99).

De acordo com os dados obtidos nas *figlinae* gaditanas de Cabaña II e Cachucha, ambas em Puerto Real, a produção das ânforas **Beltrán II A** inicia-se a partir do último quartel do século I a. C. (Lagóstena Barrios e Torres Quirós, 2000: 188-191; Est. I, nº 14; Est. II, 7-8; 195).

A data para o final da produção, situada nos finais do século II a partir das datações obtidas pela estratigrafia de Óstia (Panella, 1973), foi recentemente confirmada pelo achado de dois exemplares encontrados no Monte Testaccio, datados de 161 (Carreras Monfort, 1999: 94). Acrescente-se ainda um conjunto de 19 ânforas datadas do século II encontradas em Arles (Long, 1998: 90).

Cronologicamente podemos situar o início da produção das ânforas **Beltrán II B** num período idêntico ao anterior, como igualmente documentam as *figlinae* gaditanas (Lagóstena Barrios e Torres Quirós, 2000: 188-191; Est. 1, 12; Est. II, 5-6; 195).

A decadência da produção situa-se em pleno século II (Beltrán Lloris, 1970: 436), subsistindo nalguns centros de produção (zona de Jerez de la Frontera), com um subtipo tardio (García Vargas, 2000 b: 86) e a *figlina* gaditana de Cabaña II em Puerto Real (Cádiz) (Lagóstena Barrios e Torres Quirós, 2000: 188; 189, Est. I, nº 12; 195; 196), com uma cronologia datável do 1º quartel do século II.

O *terminus* tem lugar durante o século III (Parker, 1977: 39; Fabião e Guerra, 1993: 1011; Martín Kilcher, 1994), como documentam as produções de Los Matagallares e Loma de Ceres, ambos na costa de Granada (Bernal Casasola e Navas, 1998: 81-90; Bernal Casasola, 1998 a: 239; *id.*, 2000: 278).

A ânfora **Puerto Real 1** é característica do período severiano. No centro produtor de Puente Melchor foi encontrada em locais de lixeira datados da primeira metade do século II / primeiros anos do século III (García Vargas, 1998: 112).

Esta cronologia é ainda corroborada pelos achados na região do *limes* germânico, em Augst, onde ânforas deste tipo foram encontradas em contextos dos finais do século II / inícios do século III (Martín-Kilcher, 1994: 401-402; García Vargas, 1998: 112; Bernal Casasola, 2000 a: 279).

O início da produção das ânforas **Dressel 14** de origem bética tem sido situado na época de Tibério, com base nos achados dos naufrágios Lavezzi 1 (Liou, 1991: 125 ss.) e Sud-Lavezzi 3 (Sciallano e Liou, 1985: 144). Todavia, os achados provenientes do centro oleiro de La Venta del Carmen revela um início de produção em época médio e tardo-augustana (García Vargas, 2000 b: 84).

Na Lusitânia, o início da produção destas ânforas ocorre no centro oleiro de Abul A na época de Augusto/Tibério (Mayet e Silva, 2002: 15; 31; 49, Fig. 15 e 16; 99-100) e em Setúbal (Largo da Misericórdia) no período de Tibério.

No centro produtor de Abul A distinguem-se três variantes, designadas de A, B e C. Apesar de não ter sido possível definir um momento correspondente ao período de transição destas variantes estabeleceu-se para a variante A, com um característico bordo em banda, os inícios da produção, e para a variante c, com um bordo arredondado, uma fase mais tardia situada no século II (Mayet e Silva, 2000: 99-100).



A persistência da produção ao longo do século III, está comprovada pelos dados recolhidos nos centros oleiros da Bética de Puente Melchor, Matagallares e Loma de Ceres (García Vargas, 2000 b: 84; Bernal Casasola, 2000 a: 279) e no centro produtor lusitano de Pinheiro, situado na desembocadura do Sado, com contextos estratigráficos de finais do século II/inícios do século III (Mayet e Silva, 1998: 118-120), e de Abul A (Alcácer do Sal), com a produção de ânforas designadas de Dressel 14 tardias (*id.*, 2002: 79).

A produção atinge o seu auge na 2ª metade do século II, perdurando durante o século III, altura em que se verificam grandes transformações nos centros oleiros do extremo ocidente peninsular e parece ter cessado definitivamente a sua exportação para a bacia do Mediterrâneo (Beltrán Lloris, 1970: 457-9; Fabião, 1997: 49; Mayet e Schmitt, 1997: 77; García Vargas, 1998 b: 103).

O início da produção da ânfora **Almagro 51 C** não está bem definido. É, no entanto, provável que tenha começado nos finais do século II, se aceitarmos uma evolução formal destas ânforas a partir das ânforas Gauloise 4 (Bernal Casasola, 2000 a).

A sua produção está, todavia, bem documentada já em princípios do século III, como comprovam os achados nos centros produtores de Los Matagallares (Bernal Casasola, 1998; *id.*, 2000 a) e nalguns exemplares mais antigos encontrados na Lusitânia, como, por exemplo, em Abul A (Alcácer do Sal) (Mayet e Silva, 2002: 79-80).

No contexto da Lusitania, F. Mayet (Mayet, 1990) define ainda dois subtipos distintos tendo em conta o perfil do corpo da ânfora: umas com corpo “piriforme”, datáveis dos séculos III e IV e outras com corpo “fusiforme”, datáveis de um período mais tardio de finais do século V até finais da produção.

O *terminus* da produção destas ânforas dá-se nos finais do século V, ou mesmo, princípios da centúria seguinte, de acordo com os dados fornecidos em locais de consumo (Bernal Casasola, 1997: 246-252; *id.* 2000 a).

A produção das ânforas “**Almagro 50**” / **Keay XVI** iniciou-se nos finais do séc. II, inícios do século III. Esta cronologia é-nos fornecida pelas escavações de Luni (Frova, 1977; Keay, 1984: 155; Mayet, 1990: 32; Fabião e Carvalho, 1990: 53), Lyon (Desbat e Dangreaux, 1992: 152) e Estrasburgo (Baudoux, 1998 b: 98, quadro 3; 99) e

pelos dados no naufrágio de Ognina, com um contexto bem definido entre 210 e 215 (Kapitan e Pryce, 1974) e por fragmentos encontrados no Monte Testaccio (Roma) datados por *tituli picti* do ano de 222 (Carreras Monfort, 1999 a: 97). Um exemplar encontrado no Monte Testaccio em 1992, aponta para um estrato datado de 161; esta data não é, porém, totalmente segura dado que o estrato em questão estava em contacto com um estrato superior datado do século III (224-221) (Carreras Monfort, 2001 a: 398).

A sua comercialização generalizou-se a partir dos séculos III e IV, como indica o naufrágio de Port-Vendres I, datado dos primeiros decénios deste último século (Remolà i Vallverdú e Abelló i Riley, 1989: 295; Parker, 1992: 329-30). O final da produção situa-se, algures no século V, como documentam os dados obtidos em Arles (Keay, 1984: 172; Bonifay, *et alii*, 1989: 661-663).

Apesar de supormos que o início de produção destas ânforas deva ser idêntico ao das suas congéneres béticas do tipo “Almagro 50 / Keay XVI, os dados cronológicos até à data obtidos para as ânforas **Almagro 50 / Keay XXII** correspondem maioritariamente ao séculos IV / meados do século V (Keay, 1984: 172).

Os exemplares mais antigos, recolhidos em contexto bem datados, foram encontrados na Praça do Bocage e da Travessa dos Apóstolos, em Setúbal, provenientes de uma lixeira em uso já no século III (Silva e Coelho-Soares, 1980-81: 268-269; Silva, *et alii*, 1986: 157; Fabião e Carvalho, 1990: 53).

Embora se ignore as datas do início da produção das ânforas **Beltrán 72** sabe-se que estas foram exportadas no séc. III e meados do séc. IV (Mayet, 1990: 33-34; Mayet, *et alii*, 1996: 19; Mayet e Schmitt, 1997: 80; Fabião, 1997: 52).

Ânforas deste tipo foram encontradas no conhecido naufrágio de Sud-Lavezzi A datado dos finais do séc. IV/inícios do V (Parker, 1992: 414.; Bernal Casasola, 2000 a: 286).

#### 1.1.4. As ânforas de conteúdo indeterminado

As ânforas de conteúdo indeterminado recolhidas na cidade correspondem a fragmentos do tipo **Richborough 527, Tipo 8.1.3.3 (PE – 18), Dressel 30, Majuello II / Almagro 51C, var. a e “Africana Grande” B (Fig. 28).**

##### 1.1.4.1. Origem

É extremamente interessante o achado em Braga de cerca de seis ânforas da forma **Richborough 527 (nº 348-354)**, uma ânfora produzida numa zona vulcânica, provavelmente situada na ilha de Lipari (Bogard e Cavalier, 1994).

Verdadeiramente curiosa é a presença na cidade de dois fragmentos de ânfora pertencentes à Classe 1 das ânforas púnico-ebusitanas estudadas por J. Ramon Torres (Ramon Torres, 1991; *id.*, 1995), enquadráveis no **Tipo 8.1.3.3 (PE – 18) (nº 355-356)**. Um destes fragmentos possui uma parede anormalmente côncava e caneluras profundas e irregulares, com um bordo esvasado e moldurado com a parte superior muito desgastada e arranque de asa de secção elíptica.

Estas ânforas, com uma morfologia derivada das ânforas de origem púnica, ou mais precisamente fenício-ocidentais, foram fabricadas na ilha de Ibiza onde se conhecem vários centros oleiros. Nesta ilha a produção de ânforas do Tipo 8.1.3.3 (PE – 18) foi registada no sector industrial da actual cidade de Ibiza, mais precisamente na “Calle Avenida España, nº 7 = *Taller AE 7*” (Ramon Torres, 1991: 30-31, Fig. 40, nº 1; Est. XXVII, nº 8), e nas suas cercanias, em Can Rova de Baix (*id. ibidem*, 1991: 37-38).

O fragmento encontrado em Braga da forma **Dressel 30 (nº 357)** provém da *Mauritania Caesariensis*, província onde está comprovada a produção de ânforas deste tipo através de análises petrológicas (Peacock, 1977 a) e várias marcas encontradas com o nome *Tubusuctu* (actual Tiklat, na Argélia) (Panella, 1972; *id.* 1973).

Mais recentemente foram ainda identificadas ânforas de produção bética com uma tipologia semelhante. Nesta província são conhecidos os centros produtores de Puente Melchor (García Vargas, 1998: 116-117; 380, Fig. 62, nº 10; 381, Fig. 63, nº 2), na baía gaditana, e os centros de Los Matagallares e Loma de Ceres, na costa granadina (Bernal Casasola, 1997: 223-226; *id.* 1998 a: 276-282, Fig. 104-106; Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 2000: 1310).

Refira-se, ainda, a produção residual de ânforas correspondentes a esta tipologia nos fornos da Herdade do Pinheiro, na Lusitânia (Cardoso, 1986: 156).

O fragmento da forma **Majuello II / Almagro 51C, var. a (nº 358)**, com um característico bordo ondulado, corresponde a uma ânfora recentemente individualizada por Bernal Casasola (Bernal Casasola, 2000 a: 301-302; 362, Fig. 38, nº 1-5), a partir dos materiais recolhidos no centro oleiro de El Majuelo, em Almuñecar, e dos materiais publicados do centro produtor do Pinheiro, na Lusitânia (Mayet, *et alii*, 1996: 75).

É provável que o fragmento de bordo recolhido na cidade seja de origem lusitana, dado possuir uma parede interna menos ondulada e um lábio mais saliente, quando comparado com os exemplares de proveniência bética.

Em Braga foi ainda recolhida a parte superior de uma ânfora genericamente integrável no tipo “**Africana Grande**” **B (nº 359)**. De acordo com a bibliografia consultada, a produção desta ânfora deu-se no centro da Tunísia, na região de Sahel, na província romana de Byzacena (vid. Zevi e Tchernia, 1969; Beltrán Lloris, 1970; Panella, 1973; Peacock e Williams, 1991: 156; Tyers, 1996: 104).

#### 1.1.4.2. Conteúdo

Se aceitarmos que as ânforas **Richborough 527** são provenientes de Lipari, local onde se encontraram possíveis fornos cerâmicos, é provável que estas transportassem *alum*, um produto originário desta ilha que servia para fixar tintas (Bogard e Cavalier, 1994).

No estado actual dos nossos conhecimentos não podemos assegurar o produto transportado nas ânforas **Tipo 8.1.3.3 (PE – 18)**.

Continua por esclarecer o conteúdo predominante transportado pelas ânforas **Dressel 30**. É possível, todavia, que as ânforas oriundas do norte de África transportassem essencialmente azeite (Panella, 1973, Manacorda, 1977 a; Peacock, 1977 a: 265-266), enquanto as ânforas produzidas na Bética fossem unicamente destinadas ao transporte de conteúdos vinícolas (Bernal Casasola, 1998 a: 276).

Não conhecemos um conteúdo específico para as ânforas **Majuello II / Almagro 51C, var. a**. A semelhança deste tipo com a var. C da forma Almagro 51 (=Keay XIX, var. C) poderá, todavia, indicar um conteúdo piscícola (Bernal Casasola, 2000 a: 302).

As ânforas do tipo “**Africana Grande**” transportavam azeite, sendo, no entanto, igualmente provável que pudessem transportar preparados piscícolas (vid. Beltrán, 1978; Carandini e Panella, 1981; Peacock e Williams, 1991: 156; Tyers, 1996: 104).

### 1.1.4.3. Difusão

Como se depreende do mapa de distribuição das ânforas **Richborough 527** apresentado por C. Carreras Monfort (Carreras Monfort, 2000 a: 89, Fig. 19), trata-se de uma ânfora relativamente bem difundida no Império Romano. De entre os locais referidos na bibliografia consultada esta ânfora encontra-se bem presente na Grã-Bretanha (Peacock, 1977; Sealey, 1985: 91-93; Arthur, 1989: 251; Williams e Arthur, 1991; Borgard e Cavalier, 1994), em França (Picard, 1970; Sanquer, 1979; Galliou, 1984; Borgard e Gateau, 1991; Borgard e Cavalier, 1994; Haldimann, 1998: 42; 47; Olmer, 1998: 161, quadro 1; 162, Fig. 3; 165, quadro 2) e, ocasionalmente, na Bélgica (Baudoux, 1998 b: 93-94, Fig. 3, nº 1; 99) e na Suíça (Roth-Rubi, 1975: 223; Martin-Kilcher, 1994). A nível residual encontra-se, ainda, no Mediterrâneo Oriental (Líbano, Beirut) (Reynolds, 2000: 1038; 1042).

No Norte da Península esta ânfora está documentada em “*Emporium, Tarraco, Barcino, Iluro, Baetulo e Asturica Augusta*” (Carreras Monfort, 1996: 207; *id.* 2000 a: 87; Carreras Monfort e Berni, 2003: 638; 647-648). Pelo conjunto de fragmentos já identificados na cidade, pensamos, que a ausência de exemplares desta forma no actual território português se deve mais a um “défice” de investigação do que a um circuito de comércio específico apenas direccionado para *Bracara Augusta*.

A ânfora **Tipo 8.1.3.3** (PE – 18) está particularmente bem difundida na ilha de Ibiza e em vários estabelecimentos no litoral do Mediterrâneo Ocidental. A respeito desta difusão J. Ramón Torres refere os seguintes locais:

- Ibiza (Ramón Torres, 1991: 19-20; 30-31; 35-51; 114): Cisterna I del Puig de Santa Lucía, Calle Avenida España, nº 7, Hort den Xim (grupo HX), Can Rova de Baix, Ses Païsses de Cala d’Hort, Aljupet den Gibert (San José), Ca n’Ursul e

can Lluís (San José), Can Vicent d'en Gorg (San Carlos), Safragell (San Lorenzo), Es pujol d'es Collets (San José), Cap des Llibrell; litoral de “las Pitiusas” (Punta Grossa), Formentera, S’Espalmador e Illa de s’Alga;

- Ilhas Baleares: Maiorca (*id. ibidem*, 1991: 52; 54-56; 114) – Palma, Pollentia, Es Fornet, Puig Vermell, Turó de ses Beies, Colonia de Sant Jordi e Platja des Trenc; Menorca (*id. ibidem*: 63-64; 114) - Trepucó (Mahón), Sa Torreta (Manhón), Llucaçanes (Mahón), Biniparratxet (Sant Lluís), Cavallería (Es Mercadal), Binicodrell Nou (Es Migjorn) e Torre Vella (Ciutadella);

- Sul da Gália (*id. ibidem*: 67; 114): Fos-sur-Mer;

- Espanha (*id. ibidem*: 70-72; 75; 85-87; 90; 114): Ampurias, Can Baseta (Barcelona), Tossal de la Cala, Punta del Vapor (Granada), Alcazaba de Malaga, Cádiz e, talvez, Denia;

Norte de África ocidental (*id. ibidem*: 92-93; 114): Gungunu (Argélia) e, talvez, Volubilis (Marrocos).

A estes locais referidos por J. Ramón acrescenta-se os seguintes exemplares recolhidos na Catalunha: Buriac, *Baetulo*, Ampurias, Darró e desembarcadouros de Sorres e Riells-la Clota (vid. Asensio, *et alii*, 1998: 66; 73, fig. 4, nº 8-9).

A ânfora **Dressel 30** encontra-se especialmente difundida na Argélia e em Marrocos (Riley, 1979; Peacock e Williams, 1991: 171; Sciallano e Sibella, 1994; Bernal Casasola, 2000 b: 868-869; Oren-Pascal e Bernal Casasola, 2000: 1009). Conhece-se, todavia, exemplares desta forma noutros locais do ocidente e oriente mediterrâneos, como comprovam os exemplares encontrados na Catalunha (Keay, 1984: 95; Sciallano e Sibella, 1994), Bavay (Marlière, 1998: 50-51, Figs. 2-3), Óstia, Roma, Alexandria, Sabratha, Benghazi (Riley, 1979; Peacock e Williams, 1991: 171) e Bérenice (Sciallano e Sibella, 1994), ou mesmo, inclusivamente, nas províncias romanas do Norte da Europa, como comprovam, entre outros, os achados na Suíça e Inglaterra (Riley, 1979; Peacock, 1977 a: 265-266, 274, Fig. 1, nº 5; Peacock e Williams, 1991: 171). Refira-se, ainda, a título de exemplo, exemplares encontrados em ambiente aquático (Sciallano e Sibella, 1994), provenientes do Mar tirrénico e do naufrágio da Baía de Pamplona (Saint-Tropez).

No actual território português refira-se um exemplar encontrado na Rua Augusta (Lisboa) (Bugalhão e Sabrosa, 1995: 384; 387, Est. VIII, Fig. 60-63).

Conhecem-se poucos fragmentos correspondentes ao tipo **Majuello II / Almagro 51C, var. a**, presentes apenas nos centros produtores de El Majuelo (Bernal Casasola, 1997: nº 1420 e 1421) e Pinheiro (Mayet, *et alii*, 1996: 112, Fig. 51, nº 172-174; Mayet e Silva, 1998: 204-205; 286; 287, fig. 131, nº 1) e nalguns contextos na região de Málaga (Bernal Casasola, 1997: nº 874-876; *id.*, 2000 a: 301).

As ânforas do tipo “**Africana Grande**” estão particularmente difundidas no Mediterrâneo ocidental, estando documentadas em naufrágios (vid. Parker, 1992, Fig. 14), sendo muito frequentes em Roma e Óstia (Panella, 1973; Manacorda, 1977 a; Rizzo, 2003). Em menores percentagens esta ânfora está ainda documentada no Mediterrâneo oriental e na Grã-Bretanha (Riley, 1979; Peacock e Williams, 1991: 156; Tyers, 1996: 104).

#### 1.1.4.4. Cronologia

O início da produção das ânforas **Richborough 527** deve situar-se nos finais do século I a. C. (Borgard e Gateau, 2000: 90). A sua difusão no Vale do Ródano está datada de 70 a 90 (*Tarnaiiae*, Massonguex) (Haldimann, 1998: 42; 47) e na Gália Bélgica (Estrasburgo) (Baudoux, 1998 b: 93-94, Fig. 3, nº 1; 99) no período de Domiciano. Outras ânforas de cronologia mais tardia, datadas do século III, foram encontradas em Londres (Green, 1986: 101) e em Putéolos (De Francicis, 1981). O final desta produção deve, todavia, situar-se no século IV, como sugere um exemplar tardio encontrado em Nápoles (Arthur e Vecchio, 1985).

Como últimas representantes da Classe 1 no contexto das ânforas púnico-ebusitanas, as ânforas **Tipo 8.1.3.3** (PE – 18) datam do último quartel do século II a. C. até 50/70 (Asensio, *et alii*, 1998).

O exemplar de Braga, encontrado na sondagem N 91 da *insula* das Carvalheiras e proveniente de um estrato datado do período flávio (Morais, 1998 a: 78-79) representa, pelas suas características morfológicas e de fabrico, um dos exemplares mais tardios deste tipo.

As ânforas do tipo **Dressel 30** de origem africana (bem como as suas equivalentes de produção bética) datam de finais do século II a finais do século IV

(Panella, 1973; Peacock, 1977 a: 265-266; Peacock e Williams, 1991: 172; García Vargas, 1998: 118; Bernal Casasola, 2000 a: 277).

Para as ânforas denominadas **Majuello II / Almagro 51C, var. a** poderá inferir-se, de acordo com os dados obtidos nos respectivos centros produtores de El Majuello e Pinheiro, uma cronologia situada entre o século III (Bernal Casasola, 1997; *id.*, 2000 a: 302) até, pelo menos, a 1ª metade do século V (Mayet, *et alii*, 1996: 75; Bernal Casasola, 2000 a: 302).

As ânforas do tipo “**Africana Grande**” possuem uma cronologia lata, estando datadas dos finais do século II até, pelo menos, aos finais do século IV (Riley, 1979; Peacock e Williams, 1991: 157). Em Óstia é particularmente abundante a partir do segundo quartel do século III até ao século IV (Panella, 1973; Carandini e Panella, 1981). Na Grã-Bretanha são igualmente abundantes nos séculos III e IV (Tyers, 1996: 104).

## **1.2. As ânforas Haltern 70: um pequeno “testaccio” de ânforas.**

### **Considerações e problemáticas de estudo**

*« L'économie du vin n'est pas une chose simple parce que le vin n'est pas un produit simple: ni pour leur production, ni pour leur consommation, ni pour leurs échanges, les grands crus et les vins ordinaires n'obéissent aux mêmes règles »* (André Tchernia, 1987 : 329).

De acordo com os dados quantitativos até ao momento disponíveis, *Bracara Augusta* foi um dos maiores centros de recepção de ânforas do tipo Haltern 70. Na verdade, o número mínimo de indivíduos de cerca de 932 ânforas até ao momento encontrados, permite afirmar que a cidade representava um dos maiores entrepostos de comércio daquelas ânforas no contexto do Noroeste Peninsular. Esta situação privilegiada leva-nos a colocar um feixe de questões relacionadas com a natureza dos produtos que elas transportavam e destacar o papel dos *negotiatores* como responsáveis directos neste processo.



### 1.2.1. Origem

As ânforas Haltern 70 amplamente difundidas no Noroeste peninsular, são maioritariamente produzidas na região do Vale do Guadalquivir. Os dados que inequivocamente documentam esta proveniência são:

- as análises petrológicas (Peacock e Williams, 1991: 116);
- o achado de possíveis fornos, um dos quais nas proximidades de Arva (Carreras Monfort, 2000 a: 90, nota 17) e os centros oleiros escavados em *Hispalis* (García Vargas, 2000 a; García Vargas, 2000 b: 235-260) e na região de las Marismas (Carreras Monfort, 2000 a: 92);
- a sua associação em naufrágios com as ânforas do tipo Dressel 20 e a coincidência da marca *C·FVF·AVITI* (Colls, *et alii*, 1977) sobre uma ânfora Haltern 70, actualmente no Museu de Sevilha, e a marca *C·FVF·A·* numa ânfora Dressel 20 encontrada em Genebra (*id. ibidem*: 142-3; Peacock e Williams, 1991: 115; Tyers, 1996: 97).

A este exemplo talvez possamos ainda acrescentar, como sugere J. Baudoux, a marca *LI·FO*, encontrada numa ânfora Haltern 70 proveniente de Estrasburgo (Baudoux, 1996: 44, Fig. 11, nº 8; 45) com as numerosas marcas assinadas *L·F·O·* em ânforas Dressel 20, uma das quais curiosamente presente em Braga.

Estas ânforas foram também produzidas em Puente Melchor (Puerto Real, Cadiz), no período Júlio-Cláudio (García Vargas e Lavado Florido, 1995; Lagostena Barrios, 1996: 76; García Vargas, 1998: 77, 96; 181 e Fig. 53, nº 6 e 55, nº 6; García Vargas e Lavado Florido, 1995: Fig. 2, nº 1), e em Venta del Carmen (Los Barrios), no período tardo-flavio (Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 1998 a: 33; *id.*, 1998 b: Fig. 124; *id.*: 2000).

Sabe-se ainda que no centro de El Cortijillo de Peñaflor, em pleno Guadalquivir, foram produzidas as ânforas *Verulamium* 1908, inspiradas na Haltern 70, juntamente com ânforas Dressel 20.

Fora da Bética esta ânfora foi imitada num centro produtor do sul da *Gallia* (Desbat, 1987; Dangreaux e Desbat, 1988) ou no vale do Ródano (Schmitt, 1988: 32; Jeannin e Laubenheimer, 1989; Desbat e Dangreaux, 1992; *id.* 1997).

## 1.2.2. Os produtos transportados e sua problemática

### 1.2.2.1. Os *tituli picti* e os restos de produtos encontrados

Graças aos *tituli picti* conhecidos sabemos que as ânforas Haltern 70 transportavam *defructum*, *sapa*, *oliva ex defructo*, *oliva dulcis* e *muria*. O *defructum* era um líquido doce obtido pela cozedura do mosto (Colls, *et alii*, 1977: ns. 31 e ss.; Parker e Price, 1981; Peacock e Williams, 1991: 116; Parker, 1992: 330-331), que poderia ser comercializado como bebida (Van der Werff, 1984), como ingrediente de cozinha (Sealey, 1985: 62-3) e inclusivamente ser utilizado como substituto do mel (Beltrán Lloris, 2000 a: 325-326, nota 29 a 31).

Referências ao *defructum* podem ler-se nos *tituli picti* de três fragmentos de ânforas Haltern 70 provenientes do naufrágio de “Port Vendres II, datado de época claudiana: *defructum* / *excel(lens)* (nº 31), *Q(uinti) Vritti Revocati, defr(uctum) / excel(lens)* (nº 39), [-], *def[r(uctum)-]* (nº 40). Acrescente-se ainda os *tituli* encontrados em Augst, [...]*efr(uctum)* (Martin-Kilcher, 1994: 390), e Estrasburgo, onde se lê um [...]F, que segundo J. Baudoux (Baudoux, 1996: 45-46) poderia corresponder a DEF, de *defructum*. Pode referir-se ainda, embora sob reserva, um fragmento encontrado no naufrágio de “Saint-Gervais à Fos-sur-Mer” cuja atribuição à forma Haltern 70 é duvidosa: *Defr(utum) / excell(ens)* (Liou e Marichal, 1978: 144-145, nº 35; Beltrán Lloris, 2000 a: 326, nota: 34).

A *sapa* não era mais do que um vinho cozido, parente pobre do *defructum* e de uso comum na cozinha (Apicius, *Exc.* I, 2, 4). A referência a este produto consta de um *titulus* pintado num colo de uma ânfora Haltern 70 proveniente de Amiens, datado entre os anos 15 e 5 a. C: *sapa / Aucto (L)icinio* (Massy e Vasselle, 1976; Lequement e Liou, 1978: 183-184).

Como referimos, as ânforas Haltern 70 podiam ainda transportar *oliva ex defructo*, azeitonas negras em conserva, como mostram duas inscrições encontradas em Weisenau, em Mainz, e outras duas inscrições encontradas em Schutthügel (Vindonisa) e Soissons:

- Mainz (nº 1): *oliva / nigra / ex defr(ucto) / penuar(ia) / [...]* (Loeschcke, 1942 : 100-101; Léquement e Massy, 1980; Van der Werff, 1984);
- Mainz (nº 2): *oliva / nigr(a) / ex defr(ucto) / penuar(ia) / excell(ens) / C. Rutili [...]*icis (Loeschcke, 1942: 100-101; Van der Werff, 1984: 379, 2b);
- Vindonissa: *oliva / nigr(a) / ex defr(ucto)* (Loeschcke, 1942: 100-101);

- Soissons: *oliv(a) nig(ra) / ex defr(ucto) / [...] pen(uaria) / [...] M. Grassi Seruandionis* (Léqueument e Massy, 1980: 263 ss).

A corroborar este conteúdo temos o achado de restos de caroços de azeitona, achados nos naufrágios de Sud-Lavezzi I (Córcega) (Liou, 1982: 444; Liou e Domergue, 1991: 29; Parker, 1992: 414-5), Cala Culip IV (Nieto, *et alii*, 1989) e Saintes-Maries-de-la Mer II (Liou, 2000: 1063), completados pelas recentes análises de fotolitos num exemplar deste tipo (Juan Tresseres, 1998). Outros *tituli* revelam ainda a comercialização de azeitonas preservadas num produto doce derivado do vinho, como indicam os *tituli* encontrados em Nyon (Pélichet, 1946: 198; Paunier, 1981: 236) (*o(li)(va) / dul(cis) / pl / uncil*) e Augst (Martin-Kilcher, 1990; Dangréaux e Desbat, 1988 : 123) (*dul(cia)*).

Os recentes achados de Celsa e Saragoça revelaram um outro produto: a *muria* (vid. Carreras Monfort, 2003 b: 416-417). A estes *tituli* acrescentem-se dois outros encontrados em Londres referentes à *muria* e ao *met* (Carreras Monfort, 2000 a: 95). Saliente-se a *muria*, uma solução salina utilizada na preparação de molho e salga de peixe que resultava da fermentação das vísceras e guelras de atum, misturadas com o sangue e outros líquidos provenientes do mesmo peixe.

Além dos conteúdos já mencionados interessa ainda referir os restos de ictiofauna encontrados num exemplar Haltern 70, recolhido em Broch of Gurness (Escócia) (Fitzpatrick, 1989), restos de grainhas de uva e resina em ânforas provenientes dos naufrágios de Punta de la Nao (Chic García, 1980, cit. Carreras Monfort, 2000 a: 95) e Port-Vendres II (Colls, *et alii*, 1977).

#### **1.2.2.2. Problemática relacionada com o conteúdo das ânforas Haltern 70**

Antes de equacionar a problemática relacionada com o conteúdo destas ânforas convém sublinhar, a título de introdução, os principais dados adquiridos:

1º Não se conhecem, até hoje, evidências que possam permitir afirmar que as ânforas Haltern 70 transportavam vinho, como acontece com os diversos tipos e proveniências das chamadas ânforas vinárias;

2º Sabe-se, por vestígios encontrados e pelas referências dos *tituli picti*, que as ânforas Haltern 70 transportavam, preferencialmente, *sapa*, *mulsum* e *defructum*, com predomínio deste último;

3º *Tituli picti* com referências a estes mesmos produtos foram encontrados em ânforas com outras tipologias, como é o caso duma ânfora itálica do tipo Dressel 6 A proveniente de Castro Pretório e duma ânfora gálica tipo Dressel 7-11 encontrada em Lyon com a referência *mulsum vetus*; exemplares do tipo Gauloise 4 encontrados em Fos: *mulsum ar( ) / LX / Q(uinti) I(uli) T ( ) / Pom( ) e mulsum / C ( ) B ( )* e em Gaujac: *MV(lsum) / N*; o mesmo produto em grego (*glukus oinos*) numa ânfora Dressel 2-4, encontrada em Pompeia; e, por fim, a referência a *defructum* em três ânforas do tipo Beltrán II B encontradas num contexto subaquático de Fos e Saint-Gervais 3 (Liou, 2000: 1063) e em Marselha (Beltrán Lloris, 2000 a: 325; 327).

De imediato pode parecer plausível que as ânforas Haltern 70 apenas tivessem transportado estes produtos e, por conseguinte, não possam ser consideradas ânforas vinárias. E, todavia, não há unanimidade entre os autores que se pronunciaram sobre esta problemática.

Para alguns autores as ânforas Haltern 70 eram essencialmente vinárias e os mesmos consideram despropositada a discussão à volta do *defructum*, como conteúdo privilegiado destas ânforas, considerando que os seus defensores não levam na devida conta o carácter sempre residual deste produto no contexto da vinicultura (Fabião, 1998; *id.* 2000 a: 668; Liou, 2000: 1063).

Para outros as ânforas Haltern 70 transportavam predominantemente o *defructum* que eles consideram unicamente um condimento obtido a partir do mosto cozido, com propriedades edulcorantes (Parker e Pryce, 1981; Sealey, 1985; Sealey e Tyers, 1989; Beltrán Lloris, 2000 a); produtos como o *defructum* não eram mais do que uma espécie de xarope muito concentrado que podia, inclusivamente, ser utilizado como substituto do mel.

Outros autores (Van der Werff, 1984: 171; Dángreaux e Desbat, 1988; Liou, 1988: 171) consideram que o *defructum*, além das utilizações referidas, podia ainda ser comercializado como produto alcoólico, mais ou menos equivalente aos vinhos doces actuais entre os quais, alguns vinhos gregos. Para estes autores tratava-se de um vinho cozido com possibilidades de fermentação e com um papel importante na composição de outros produtos apreciados, como os frutos macerados em álcool semelhantes aos que ainda hoje se podem encontrar nos mercados (Baudoux, 1996: 45).

Numa tentativa de esclarecimento desta problemática, Cèsar Carreras Monfort (Carreras Monfort, 2000 a; *id.* 2000 b), considera que a variedade de produtos documentados a partir dos *tituli picti* e dos restos de produtos encontrados em

naufrágios é perfeitamente compreensível tendo em conta a localização de vários centros produtores das ânforas Haltern 70 na “zona de las Marismas”, uma região que apresenta uma economia muito diversificada, baseada na exploração de variados recursos agrícolas e piscícolas.

Segundo o mesmo autor tal situação está, aliás, em sintonia com o conhecido passo de Estrabão (III, 2, 6) quando, citando Posidónio, situa a exportação de vinho bético na época de Augusto: “*da Turdetania (Bética) exporta-se trigo, muito vinho e azeite, não somente em quantidade, mas ainda em qualidade*” e ainda com a referência de Columela (*De re rustica* I, 20) quando escreve que “*a Itália após a morte de Augusto, apesar da sua fertilidade, se viu obrigada a importar cereal das províncias além mar e de vinho das Ciclades e da Bética*”.

Efectivamente, se atentarmos nas áreas de dispersão e quantidades de ânforas Haltern 70 fora e dentro da Península, desde logo se nota um predomínio desta ânfora, cuja presença ronda os 80% (Fabião, 1989: 117; *id.* 1993-94: 236; *id.* 1998 a: 169-198; Naveiro López, 1991 a: 66-67; *id.* 1996: 201-204; Paiva, 1993: 102; Morais, 1998: 45; 81; *id.* 2000 a: 687-690 e Figs. 3 a 6; Carreras Monfort, 1996: 205-210; *id.* 2000 a: 96; Beltrán Lloris, 2000 a: 329; Est. III, Fig. 3), ao longo do litoral cantábrico e, em particular, na zona do Noroeste. Ora, parece-nos indubitável que a presença esmagadora destas ânforas neste território a partir das últimas décadas do período tardo-republicano reflecte, antes do mais, os hábitos de consumo destas comunidades que, como já tivemos oportunidade de salientar num outro trabalho (Morais, 1997-98 b: 175-182), se caracterizam pela hegemonia do vinho.

O gosto das comunidades pré-romanas do Noroeste peninsular pelo vinho deve ter-se desenvolvido largamente a partir das primeiras importações itálicas e dos primeiros contactos com o mundo romano, situação aliás bem documentada noutros pontos do Império, entre os quais a região gaulesa e britânica, que garantiam a esta bebida um mercado amplo e seguro, o qual constituiu, por sua vez, um incentivo às produções locais, com expressão significativa nas províncias da Bética e da Tarraconense.

Na verdade, se atentarmos nos dados arqueológicos, parece indiscutível que o consumo do vinho se propagou por todo o Noroeste peninsular, primeiro como bebida de prestígio, depois como bebida comum ou de luxo de acordo com a origem e qualidade do produto. São disso testemunho as ânforas vinárias “republicanas” Dressel 1 e Lamboglia 2, datáveis dos finais do período tardo-republicano, normalmente

associadas a um consumo de prestígio por parte das populações indígenas, e as ânforas Dressel 2-4 e tipo Ródio cuja generalização no Noroeste peninsular se situa entre os meados do século I a. C. e meados da centúria seguinte (Naveiro López, 1991 a: 63). A quantidade destas ânforas, que transportavam vinho de melhor qualidade, acrescida daquelas que traziam vinho inferior - como era o caso das ânforas Dressel 2-4, de imitação, provenientes da Narbonense, Tarraconense e da Bética e ânforas Pascual 1 (Morais, 1997-98 b: 177) da Tarraconense -, pode considerar-se residual quando comparada com a quantidade das ânforas Haltern 70 que constituíram 80% de toda a produção anfórica importada no Noroeste peninsular.

Ainda que os dados apresentados por Cèsar Carreras Monfort justifiquem a variedade dos produtos referidos nos *tituli picti* e os textos clássicos confirmem a apetência das populações do Noroeste pelo vinho desde épocas pré-romanas, permanece por esclarecer se as ânforas Haltern 70 eram usadas ou não no transporte de vinho, e, por outro lado, se o *defructum* possuía um teor alcoólico que permitisse ser comercializado como uma bebida equivalente ao vinho.

A presença em *Bracara Augusta* de cerca de meio milhar de ânforas Haltern 70, no curto espaço de tempo compreendido entre a penúltima década do século I a. C. – correspondente à data da fundação da cidade – e os inícios do último quartel do século I adquire uma importância significativa para a discussão da problemática referida (vid. Quadro I).

De facto, tal quantidade de ânforas Haltern 70 encontradas numa cidade romana inserida no Noroeste peninsular, cuja apetência para o uso do vinho das respectivas populações está bem documentada, obriga a formular a seguinte alternativa:

- ou as ânforas Haltern 70 transportavam vinho e complementarmente os “sub-  
produtos” referidos nos *tituli picti*;
- ou estas ânforas transportavam exclusivamente e em enormes quantidades estes  
“sub-  
produtos” com grande predomínio do *defructum* e este necessariamente  
tinha de possuir propriedades essenciais que tornassem possível a sua  
comercialização como bebida alcoólica (ou mesmo vinho de inferior qualidade)  
além das outras utilizações já referidas.

Realce-se a propósito desta última alternativa que os romanos conheciam bem as técnicas relacionadas com a cozedura do mosto. Esta técnica - que em português se designa por arrobamento - já era aliás conhecida dos egípcios: consistia na concentração do mosto mediante a cozedura a fogo directo com vista a conseguir a evaporação de 1/3

a 1/2 da água e, deste modo, aumentar a concentração de álcool permitindo uma melhor conservação. O produto daí obtido podia ser utilizado como correctivo para aumentar o teor sacarino de mostos fracos, favorecer a conservação de vinhos débeis e ocultar sabores desagradáveis. Segundo Columela (XII, 19-20), esta técnica da cozedura do vinho, da qual resultavam o *defructum* e a *sapa*, era obtida fazendo cozer o mosto em contentores de chumbo colocados acima do fogo, mas não em contacto directo com a chama; tal produto, destinado a múltiplos usos, seria sobretudo utilizado para os vinhos débeis, mais doces e menos agressivos.

No mundo romano é provável que, a diferentes graus de redução, correspondessem, também, denominações diferentes; o arrobe utilizava-se, assim, para lotear colheitas com pouca graduação, tornando o vinho mais forte e doce, muito em voga e apreciado pelo menos no período de Augusto.

Para obter vinho a partir do mosto concentrado os romanos adicionavam-lhe água, recorrendo a uma regra de mistura previamente estabelecida. O adelgaçamento de mostos e vinhos é, aliás, ainda realizado nos dias de hoje. Para baixar o grau alcoólico adiciona-se-lhes água e a esta 1 g. de ácido tártaro por litro. Para obter o efeito desejado, poderá ser utilizada a tabela apresentada (**Fig. 29**) ou fazer o cálculo com o auxílio da “Regra de Cramer” (Vieira, s/data: 15).

A qualidade do produto seria fraca e, seguramente, muito doce. Mesmo resguardando-nos de simplificações, podemos afirmar, sem demasiados riscos de erro, que este vinho de fraca qualidade quando não devidamente misturado, podia resultar numa espécie de água-pé servida na mesa dos menos favorecidos ou vendido nas *tabernae*, enquanto o consumo corrente dos vinhos mais apreciados (com um teor mais elevado de álcool) e de melhor qualidade representava um privilégio das mesas abastadas.

Recentemente, seguindo a receita referida em *De Agricultura* de Columella (XII, 21) foi recriado o *defructum* que resultou num vinho fortemente aromatizado com gosto idêntico aos vinhos de Jura ou Xérès (vid. Tchernia, 1998: 503-509).

### **1.2.3. A difusão das ânforas Haltern 70 no mundo romano e o papel dos *negotiatores***

#### **1.2.3.1. A difusão no mundo romano**

Como se depreende das referências bibliográficas consultadas e do mapa de distribuição das ânforas Haltern 70 apresentado por C. Carreras Monfort (Carreras Monfort, 2000a: 94, Fig. 22), estas ânforas conhecem uma ampla difusão em todo o ocidente do Império Romano, especialmente ao longo da faixa atlântica e, parcialmente, nas rotas fluviais gálicas dos rios Ródano, Sena e Rêno.

Ocorre também no Mediterrâneo oriental (Peacock e Williams, 1991: 136), embora em quantidades mais reduzidas, ou mesmo residuais, como se verifica, em Magdalensberg (*Noricum*) (Bezecky, 2000: 1359), em Israel (*Casearea Marítima* - Bernal Casasola, 2000 b : 957; Oren-Pascal e Bernal Casasola, 2000 : 993; 1002 ; 1009 - e Monte Carmelo - Bernal Casasola, 2000 b: 961) e no Líbano (Beirut) (Reynolds, 2000: 1036-1037; 1050; 1057, Fig. 1, nº 4).

#### **1.2.3.2. A difusão no actual território português e região galega**

##### **- A Região a Sul e Vale do Tejo (vid. quadro I)**

##### **Algarve**

No território algarvio onde existiram importantes cidades referidas em textos clássicos, têm vindo a ser recolhidos fragmentos de ânforas Haltern 70.

Como se verifica no mapa de dispersão estas ânforas estão presentes um pouco por toda a parte, provenientes em particular de escavações realizadas nas cidades de Faro (Ossonoba) e Balsa (Quinta da Torre de Ares e Quinta das Antas – Luz de Tavira) e na *villa* romana do Cerro da Vila (Quarteira).

A presença relativamente significativa de fragmentos deste tipo em Castro Marim (*Baesuri*) parece sugerir que este local - à semelhança de outros entrepostos comerciais com facilidades de desembarque - se encarregava da recepção de ânforas (entre as quais as Haltern 70), para posteriormente as comercializar e redistribuir na região.

Além dos estabelecimentos terrestres as ânforas Haltern 70 estão também presentes em achados submarinos fortuitos efectuados ao largo de Tavira, em recolhas



efectuadas com escafandro autónomo em Meia-Praia (Lagos) e nas dragagens da foz do rio Arade (Portimão).

### **Alentejo**

No território alentejano ânforas deste tipo foram também recuperadas no mar ao largo do Cabo Sardão e em estabelecimentos interiores do Baixo Alentejo, designadamente, no povoado fortificado de Mesas do Castelinho (Almodôvar), Aljustrel e nas *villae* do Monte da Gegonha e São Cucufate (Vidigueira). Acrescente-se ainda a estes achados um conjunto reduzido de fragmentos recolhidos em prospecções efectuadas no Castelo de Beja e nas *villae* de Fonte do Mouro e Monte do Meio, ambas situadas na área de influência da cidade de Beja (*Pax Iulia*). Neste ponto salienta-se a fraca representação ou mesmo ausência das ânforas Haltern 70 em *villae* de fundação Tiberiana e Claudiana, caso da referida *villa* de São Cucufate (que apenas conta com dois fragmentos) e da *villa* romana da Torega (Évora), onde até à data não se registou ânforas deste tipo.

Ainda em território alentejano, subindo o Guadiana, associado a um conjunto de sítios arqueológicos designados por “castella”, provém o maior número de ânforas do tipo Haltern 70 documentadas neste território. Trata-se de um estabelecimento conhecido por Castelo da Lousa (Mourão, Évora), situado na margem esquerda do rio, com uma cronologia de ocupação entre o segundo quartel do século I a. C. e os primeiros anos da nossa Era. O estudo deste material que temos vindo a realizar revela o domínio das ânforas Haltern 70 (cerca de 65 a 70 % do material anfórico), com cerca de oito dezenas de exemplares.

A este conjunto numeroso de exemplares acrescente-se alguns fragmentos recolhidos no Santuário de Endovélico (S. Miguel da Mota, Alandroal, distrito de Évora) (vid. Guerra, et alii, 2003: 432, fig. 10, nº 6).

À medida que se caminha para norte, ainda no interior do Alto Alentejo, diminui a expressão quantitativa destas ânforas. Como exemplo elucidativo temos a fraca representação de exemplares deste tipo na cidade romana da *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha, Marvão), quando comparadas com as ânforas de outras proveniências, designadamente, as de fabrico costeiro bético e, em particular, as de fabrico lusitano.

A estas acrescente-se vários outros fragmentos recolhidos em prospecções nos designados “fortins” e “recintos torre” datáveis dos finais da república e o período

augústeo (vid. Mataloto, 2002: 167, fig. 9; 168-171, fig. 13; 173; 178; 180, fig. 28, nº 6-9; 188, fig. 40; 198).

### **Vale do Sado**

No vale do Sado, desde Alcácer do Sal (a antiga cidade de *Beuipo*) até ao estuário, em Tróia de Setúbal e Abul, têm vindo a ser recolhidos fragmentos da forma Haltern 70. A presença desta forma no vale do Sado está ainda corroborada por achados ocasionais recolhidos no estuário deste rio.

Estamos certos que o número reduzido de exemplares até à data documentados nesta região poderá ser invertido num futuro próximo à medida que sejam efectuadas mais prospecções e escavações arqueológicas.

### **Vale do Tejo**

À semelhança do estuário e vale do Sado também no estuário e vale do rio Tejo se verifica a presença de ânforas Haltern 70. Tal presença não deve surpreender-nos se pensarmos que esta região, tal como a anterior, foi uma importante área de fixação de populações em época pré-romana e romana.

Na zona do estuário propriamente dito, na área correspondente à antiga cidade de *Olisipo*, têm vindo a ser encontrados fragmentos desta ânfora nas seguintes intervenções: Castelo de São Jorge, Teatro Romano, Sé, Sommer, São João da Praça, B. C. P. e Praça da Figueira.

O número relativamente reduzido de fragmentos não deixa, todavia, de causar alguma estranheza quando comparamos estes dados com a importação de vinho itálico e com a representatividade da Haltern 70 na vizinha cidade de Santarém.

Já em pleno Vale do Tejo, na sua margem direita, além da abundância referida para a cidade de Santarém (*Scalabis*), recolheram-se fragmentos deste tipo nas *villae* de “Povos” (Vila Franca de Xira) e “Cardílio” (Torres Novas).

### **- A Região de Entre Tejo e Douro (vid. quadro II)**

Ânforas Haltern 70 foram recolhidas ao largo da costa portuguesa a sul das Ilhas Berlengas e em escavações terrestres como as realizadas nas cidades de *Eburobritium* (Óbidos) e *Seilium* (Tomar). Todavia, a presença de ânforas deste tipo aumenta significativamente à medida que caminhamos para norte.

O conjunto mais abundante até à data registado nesta região provem das escavações luso-francesas realizadas na cidade romana de *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha).

Pela sua proximidade, igualmente deve ser valorizada a presença de fragmentos recolhidos no *forum* da cidade romana de *Aeminium* (Coimbra) e no acampamento tardo-republicano da Lomba do Canho (Arganil), onde se encontraram fragmentos integráveis nas “variantes” menores deste tipo (“unusually small variant”).

Alguns fragmentos deste tipo de ânforas, resultantes de antigas recolhas foram encontrados nos povoados de Fiães (antiga *Lancobriga?*) e Romariz (Vila da Feira).

Na margem esquerda do Douro são também conhecidas as ânforas Haltern 70. A testemunhá-lo está o conjunto de fragmentos já publicados, recolhido no povoado da Sr<sup>a</sup> da Saúde ou Monte Murado e Castelo de Gaia, situados em Vila Nova de Gaia. A publicação exaustiva e quantitativa das ânforas recolhidas nestes e noutros estabelecimentos situados na margem esquerda da bacia do Douro poderá, num futuro próximo, redimensionar a apreciação quantitativa aqui exposta.

### **- A Região a Norte do Douro (vid. quadro III)**

Trata-se, à semelhança da região galega, do território por excelência de importação das ânforas Haltern 70.

A exemplificá-lo encontra-se o destacado conjunto de fragmentos recolhidos na margem direita do rio Douro, no local onde outrora se situava a cidade romana de *Cale*. Situada no morro da Sé do Porto ou da Penaventosa esta cidade foi um ancoradouro importante, donde era possível alcançar, de uma só singradura, as zonas portuárias das Rias Baixas Galegas. De entre as diversas intervenções até à data aí efectuadas destacam-se, pelo número de ânforas recolhidas, as escavações realizadas no edifício do antigo Aljube, criado em 1749 e situado na rua de S. Sebastião. As escavações realizadas a cargo de Joel Cleto revelaram tratar-se de potentes aterros realizados aquando da construção deste edifício nos quais abundam distintos materiais romanos (entre os quais paredes finas da Etrúria e abundantes cerâmicas comuns béticas de origem costeira), com especial destaque para as ânforas. O estudo destes materiais que temos vindo a realizar tem revelado o predomínio das ânforas Haltern 70 (cerca de 80 % do material anfórico), com cerca de três centenas de exemplares. Apesar de se tratar de uma zona de aterros esta quantidade parece inequivocamente contextualizar a importância comercial da cidade nos inícios do período Imperial.

De entre outros locais situados na costa norte do actual território português que funcionaram como ancoradouros destacam-se, ainda, pelas características físicas, os leixões da foz do Leça, posteriormente adaptado para funcionar como o grande porto de mar da cidade do Porto. A importância daquele ancoradouro foi definitivamente demonstrada pela significativa quantidade de ânforas recolhidas no povoado de Guifões, com destaque para as ânforas Haltern 70.

Este povoado erguido na margem esquerda daquele curso fluvial foi um importante entreposto em direcção a outros povoados na bacia do rio, nomeadamente o povoado de Padrão (Santo Tirso) e a Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira) e, inclusivamente, “lugar central” de outros pequenos povoados existentes nas proximidades. O estudo das ânforas que temos vindo a realizar vem definitivamente corroborar o significado e a importância deste povoado como centro redistribuidor à escala regional, com destaque para o predomínio das ânforas Haltern 70 com cerca de 235 exemplares (cerca de 75 a 80 % do material anfórico).

No entanto, como se verifica no mapa de difusão, o panorama da dispersão das ânforas Haltern 70 na região a Norte do Douro não se esgota nos exemplos acima referidos: a estes caberá acrescentar, entre outros, alguns estabelecimentos situados em locais mais interiores, caso da Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), e em estabelecimentos situados junto à costa, caso dos povoados de S. Lourenço (Esposende) e Coto da Pena (Vilarelho, Caminha) e das Cidades de Terroso (Póvoa do Varzim) e Âncora (Caminha).

Nesta região situada entre o rio Douro e o rio Minho destacam-se com evidência dois estabelecimentos, pelo papel que exerceram como centros receptores, de consumo e redistribuição das ânforas Haltern 70.

O primeiro corresponde à própria cidade de *Bracara Augusta* (Braga), um dos maiores pólos comerciais romanos de todo o ocidente peninsular. Nesta cidade, foram recolhidos cerca de um milhar de fragmentos de ânforas Haltern 70, quantidade até ao momento apenas superada pelo conjunto de fragmentos recolhidos no povoado de Vigo.

O segundo corresponde a um “pequeno” centro de redistribuição de produtos directamente ligado à via *per loca maritima* e à rede viária secundária, conhecido por Forte de Lobelhe (Vila Nova de Cerveira). Trata-se de um povoado da época de Augusto, situado sobre um pequeno outeiro que permitia a acostagem de todo o tipo de barcos que o demandassem. Tal ficou demonstrado pela existência de um

compartimento que serviu de armazém para ânforas e pela recente descoberta de um pequeno porto aquando da construção dos pilares da ponte fluvial aí construída.

#### **- A Galiza (vid. quadro IV)**

O povoado de Santa Tecla, com uma situação privilegiada na foz do rio Minho, tem proporcionado um conjunto muito significativo de materiais importados de procedências variadas e com ampla cronologia. Aqui os objectos recuperados mostram a importância do comércio de importações, com grande quantidade de fragmentos de ânforas vinárias, *terra sigillata*, lucernas de volutas, vidros, moedas, etc, frente a uma reduzida percentagem de produções metalúrgicas e de cerâmicas locais. Neste conjunto destaca-se a presença das ânforas Haltern 70, com mais de meio milhar de exemplares por nós observados e contabilizados, quantidade só superada pelos achados recolhidos no povoado de Vigo e na cidade romana de *Bracara Augusta*.

Como referimos, a maior quantidade de ânforas Haltern 70 provém do povoado de Vigo, local onde até à data se recolheu um número aproximado a um milhar de exemplares, por nós igualmente observados e contabilizados. A presença absolutamente esmagadora destas ânforas deve, no entanto, ser avaliada tendo em conta a posição costeira deste povoado, situado numa região privilegiada para o intercâmbio de produtos, como demonstram, entre outros, quatro exemplares completos recolhidos no naufrágio de “Cabo de Mar”. Em época romana, o povoado de Vigo ocupou também uma posição de destaque. As diversas campanhas de escavação ali realizadas têm fornecido grandes quantidades de materiais cerâmicos importados e moedas, que revelam a sua importância como lugar de intercâmbio e de recepção de produtos fabricados em distintos pontos do Império Romano.

A intensificação das escavações urbanas a partir da década de 90 na cidade de Vigo (zona do Areal e “Casco Vello”) têm vindo a revelar a existência de um porto de comércio importante, com a função de armazenamento e redistribuição de produtos. A importância desta região era previsível dado o aparecimento de cerâmicas de proveniência púnica e meridional (povoados Toralla e Castriño), datadas entre os séculos V e II a. C, e pela descoberta de vestígios subaquáticos - localizados no actual porto de Bouzas, nas imediações da “punta de San Gregorio” (Coia) e nas proximidades do pavilhão desportivo do R. C. Náutico.

Muito provavelmente estas ânforas destinavam-se a ser desembarcadas na conhecida praia do Areal, como parece demonstrarem os vestígios de ânforas dos

séculos II a. C. a I d. C., que têm vindo a aparecer nas escavações efectuadas nesta zona. Estes vestígios, especialmente ânforas, associados a achados subaquáticos directamente relacionados com o tráfego comercial marítimo e os vestígios de uma indústria extractiva e sal, justificam, a posição de Vigo como um importante centro de armazenamento e redistribuição de produtos em toda a região do litoral do noroeste peninsular e costa cantábrica.

Como se pode verificar no mapa de dispersão apresentado, além de St<sup>a</sup> Tecla e Vigo, outros portos ou ancoradouros foram utilizados no desembarque das ânforas Haltern 70 provenientes da Bética. Entre outros, cabe destacar a importância da ria de Arosa onde se situa o povoado de A Lanzada, principal entreposto em direcção a outros importantes povoados situados na ria de Arosa e rio Ulla.

A identificação de um naufrágio na ria de Arosa, nas proximidades da Ilha de Cortegada (Vilagarcía de Arosa, Pontevedra), é testemunho da importância deste local em época romana. Aí se encontraram vestígios do lastro de uma embarcação juntamente com ânforas Haltern 70 (algumas das quais com resina no interior) e outros fragmentos de cerâmicas importadas entre as quais *terra sigillata* do Sul da Gália. Deste conjunto pudemos constatar a existência de pelo menos 34 exemplares de ânforas Haltern 70, 22 das quais completas ou ligeiramente fragmentadas.

No mesmo mapa de dispersão, além destes “lugares centrais” de recepção das ânforas Haltern 70, verifica-se a presença de fragmentos deste tipo em estabelecimentos das Rias Baixas, que documentam uma prolifera navegação local nas margens das rias destinada à distribuição de mercadorias.

Esta navegação fluvial beneficiava, também, locais interiores, como evidencia a quantidade significativa de fragmentos do tipo Haltern 70 recolhidos no povoado de Troña. A recolha de uma ânfora completa e de 32 fragmentos no rio Ulla vem igualmente mostrar a importância deste rio como via de penetração e eixo comercial entre Catoira e Porto.

Em contraste, a percentagem comparativamente reduzida de ânforas Haltern 70 documentada na região da Corunha, como testemunham os poucos fragmentos recolhidos no povoado de Elviña e na própria baía e cidade da Corunha, parece negar a existência de uma rota de abastecimento sistemática destas ânforas em direcção à *Britannia*.

É também o caso da cidade de *Lucus Augusti* (Lugo) onde até à data estas ânforas estão pouco representadas. Embora acreditando que a quantidade de exemplares

documentados nesta cidade, possa ser ligeiramente superior é possível admitir que a posição interior da cidade relativamente aos grandes eixos de circulação do comércio das ânforas Haltern 70, tenha definitivamente comprometido o abastecimento deste e de outros tipo de ânforas. É, no entanto, igualmente possível que a cidade fosse abastecida através de envases mais cómodos e seguros, tais como odres, toneis, ou envases de fundo plano, mais fáceis de manipular num abastecimentos de tipo terrestre.

### 1.2.3.3. O papel dos *negotiatores*

As ânforas Haltern 70 raramente apresentam marcas. De acordo com a bibliografia consultada, para além da marca de Sevilha (*C·FV·F·AVITI*), apenas se conhecem mais quatro marcas em ânforas encontradas nos seguintes locais: golfo de Fos (*LRV*) (Amar e Liou, 1984), Angers (Siredeau, 1988: 183), Pompeia (*CCIVL*) (Manacorda, 1977 b), Estrasburgo (*LI·FO*) (Baudoux, 1996: 44, Fig. 11, nº 8; 45) e Richborough (*DSD*) (Carreras Monfort, 2000 a: 93).

A situação é, porém, contrária no que respeita aos *tituli picti* que referem o conteúdo do envase e o nome de *mercatores* e *negotiatores*. A estes acrescenta-se um recentemente encontrado em Lyon (La Murette) onde se lê M CAR ou M CATR (Desbat e Lemaître, 2000: 796; 806, Fig. 8, nº 5).

Dos *mercatores* e *negotiatores* envolvidos neste comércio conhecem-se os seguintes nomes: *Q(uinti) VRITTI REVOCATI* (Colls, *et alii*, 1977, nº 33 e ss); *M. GRASSI SERVANDONIS* (Léqueument e Massy, 1980: 263 ss); *C. RUTILI[...JICIS* (Van der Warff, 1984: 379: 2b); *M. VALERI EVPHEMI* (Manacorda, 1977 a: 131, Fig. 1); *SEX(ti) MAI PAETI* (Baudoux, 1996: 44, Fig. 11; 45-46), *(Cal)PVRNI CEPHALI(o)NIS* (Beltrán-Lloris, 2000a: 330-331; 342-343, Ests. II-III, Fig. 1-2) e a inscrição nominal relativa a *SEX PAETI*, *TACTI* e *CELI* ou *CEPI*, encontrada em Estrasburgo (Baudoux, 1996: 46).

De entre estes destaca-se a importância dos nomes *Q(uinti) VRITTI REVOCATI* e *M. VALERI EVPHEMI* pelo facto de serem mencionados em *tituli* encontrados sobre ânforas Dressel 20 (Colls, *et alii*, 1977; Manacorda, 1977 a: 131, Fig. 1 [CIL IV, 9611]; Beltrán Lloris, 2000 a: 324; 331, nota 86). Tal facto parece sugerir, mais uma vez, ainda que indirectamente, a relação das ânforas Haltern 70 com as ânforas Dressel 20, não só pelos locais de produção, mas, também, pela coincidência de circuitos específicos de comércio.

No estado actual dos nossos conhecimentos, o que podemos certamente aceitar é uma estreita relação entre as modalidades de produção das ânforas e as características da produção agrícola e sua comercialização. Ou seja, à semelhança de outros exemplares – como, por exemplo, as ânforas Dressel 20 e as ânforas Gauloise 4 – a produção da forma Haltern 70 teria obedecido um claro projecto de exportação que implicou a criação de uma forma padronizada, produzida em grandes quantidades em diferentes regiões da Bética – especialmente no vale do Guadalquivir. De facto, a expansão destas formas está intimamente ligada à comercialização dos produtos vinícolas e derivados aí produzidos mediante a criação de circuitos e práticas comerciais aptos a servir uma procura importante e estável.

A quantidade maciça exportada para o Noroeste peninsular – e em larga escala para a cidade romana de *Bracara Augusta* – só se entende se aceitarmos que estes produtos se convertiam em artigos básicos na dieta alimentar destas comunidades e como consequência de um intercâmbio de tipo colonial para os diferentes povoados, ou no contexto do abastecimento de mercados urbanos que ofereciam grandes capacidades de consumo.

No caso da cidade romana de *Bracara Augusta*, como já acentuámos, estes produtos teriam beneficiado da difusão de um modelo de consumo, relacionado com as possibilidades de mercado e rede de tráfego, criadas pela inclusão da cidade num determinado marco político e económico inter provincial.

Como já salientámos num estudo sobre o contributo da epigrafia para a história económica da cidade (Morais, 2003: 115-121), a existência de um *conventus* de *negotiatores* documentado no período de Cláudio parece estar directamente relacionado com o comércio de produtos oriundos da Bética e em particular com o abastecimento de ânforas Haltern 70.

#### **1.2.4. Os vestígios epigráficos em ânforas Haltern 70 recolhidos na cidade**

O elevado número de fragmentos de ânforas Haltern 70 encontrado na cidade permitiu individualizar uma marca e 14 *tituli picti*.

A marca de uma das ânforas, gravada no colo junto ao arranque de uma das asas, está aparentemente incompleta, apenas sendo legíveis as letras [?]EL (nº 360). Esta marca encontra um possível paralelo em ânforas Dressel 20 fabricadas em Las Valbuenas, com as assinaturas *L. AEL* e *L. AL* (Chic García, 1985: 42). A estas acrescem-se, ainda, diversas outras variantes destas marcas catalogadas por M. H.



Callender (Callender, 1970: 146-147, nº 792; 294-295, nº 9-10), datadas da 2ª metade do século I, uma das quais encontrada em *Volubilis* e, por fim, no *Testaccio*, ainda que com uma cronologia mais tardia, situada na 2ª metade do século II (Chic García, 1985: 43). Do lado oposto ao da marca, esta ânfora possuía ainda um *titulus* cujas letras se apresentam incompletas, provavelmente relacionadas com um *tria nomina*, onde apenas se distingue com clareza a sigla inicial representada por um  $\beta$  T. Em três outros fragmentos conseguem ainda distinguir-se as letras equivalentes à numeração romana  $\gamma$  LII,  $\gamma$  .L.I.I. (nº 362-363) e a letra isolada  $\beta$  M (nº 364). Nos dois primeiros casos julgamos poder tratar-se de siglas relativas à capacidade da ânfora, 52 *sextarii*, equivalente a pouco mais de 28 litros (vid. Sealey, 1985: 12); a terceira, dada a posição no colo da ânfora, poderá estar relacionada, entre outras possibilidades, com o nome de um *negotiator*. A estes *tituli* acrescenta-se ainda o exemplar nº 6 (nº 365) com uma inscrição onde se lê  $\beta$  R?C / IVN ou R?C /SVN que, à semelhança do anterior, poderá corresponder ao nome de um *negotiator*.

Os restantes *tituli* estão excessivamente fragmentados e gastos, destacando-se apenas o fragmento nº 2 (nº 361), onde se lê a provável representação das letras F e N, e o fragmento nº 11 (nº 370), com a letra B bem definida (tratar-se-á de  $\beta$  (S)A?B(INI) ?).

A totalidade destes *tituli* foram epigrafados recorrendo-se às duas principais variantes de *atramentum*: o de tonalidade escura e o *rubrum*, mais avermelhado ou alaranjado, devido à provável presença, no pigmento, de elementos pesados como o ferro.

Além destes documentos sobre o conteúdo das ânforas, contamos ainda com a presença de restos orgânicos em ânforas deste tipo: referimo-nos a um fragmento de parede revestido interiormente por uma superfície rosada avermelhada (nº 375) e bico fundeiro com restos de resina no interior (nº 376).

A epigrafia das ânforas Haltern 70 não se fica, todavia, pela presença de uma marca e vários *tituli picti*. Além destes valiosos testemunhos contamos ainda com a presença de 2 grafitos em fragmentos de parede e um número elevado de grafitos gravados no bico fundeiro com um instrumento afiado ou mesmo com a pressão dos próprios dedos na argila ainda fresca e com a ânfora em posição invertida (**Fig. 30; Ests. CIV-CX, nº 488-528**).

Estes grafitos apresentam características extremamente simplificadas: um traço vertical, dois ou mais traços combinados, ou mesmo letras isoladas. Grande parte destes

signos pode interpretar-se como marca de responsabilidade e / ou controlo de elementos e quantidades fabricadas. A sua presença permite intuir a existência de um processo de fabrico articulado em fases, relacionado com actividades especializadas que exigiam, necessariamente, um controlo ou coordenação do trabalho. Neste contexto, alguns dos grafitos, aparentemente associados a iniciais de nomes de oleiros, poderão estar relacionados com valores numéricos, quer dizer, números romanos escritos segundo um sistema de abreviaturas latinas que se utilizavam na Antiguidade. Por exemplo, a utilização de um sistema numeral abreviado permite escrever o valor de 80 apenas com a letra R (Capelli, 1990: 413-421).

#### **1.2.5. Contextualização cronológica: dados relativos ao início e final da produção**

O exemplar mais antigo deste tipo de ânfora até hoje identificado foi encontrado num dos maiores naufrágios da antiguidade clássica, o conhecido naufrágio de “La Madrague de Giens” (Var) (datado de 70/30 a. C., ou, preferencialmente 60/50 a. C.), o que faz recuar o início da sua produção a um período anterior aos meados do séc. I a. C. (Tchernia, *et alii*, 1978; Tchernia, 1980: 306; Parker, 1992: 249-250), provavelmente no 1º quartel do século I a. C., à semelhança das LC 67 e das Dressel 1 C (García Vargas, 2000 b: 67). Os exemplares mais antigos encontrados em centros de produção provem da baía de Cádiz. Trata-se de exemplares precoces provenientes do centro oleiro de “Javier de Burgos” (Puerto de Santa Maria), datados a partir de outros paralelos anfóricos de cerca de meados do século I a. C. (García Vargas, 2000 b: 67; 70; 141, Fig. 7, nº 6), com nítidas relações formais com as ânforas Dressel 1 (Fabião, 2000 a). Significativa é, também, a presença destas ânforas em locais de consumo, como por exemplo, *Albintimilium* onde apareceram no estrato VI A 3, datado de cerca de 70 a. C., e em Lyon (Desbat e Lemaître, 2000 : 793) e *Tarraco* (Gebellí e Díaz, 2000: 1350-1351), em estratos datados de cerca de 40 a. C..

De acordo com os dados obtidos na bibliografia consultada, o *terminus* da produção das ânforas Haltern 70 teria ocorrido no período Antonino. A favor desta cronologia estão os achados recolhidos nas escavações de Cripta Balbi, Via Sacra, *Curia Forum Iulium*, Augst e, mais recentemente, Monte Testaccio (vid. Carreras Monfort, 2003: 417).

A produção destas ânforas continua dum modo esporádico no período tardo-flavio no centro oleiro de La Venta del Carmen (Los Barrios, Cádiz) e no centro oleiro de El Cortijillo de Peñafior, em pleno Vale do Guadalquivir, juntamente com ânforas

Dressel 20. Estas, datadas de meados do século II, diferenciam-se das clássicas Haltern 70 por possuírem um corpo de menores dimensões e um colo proporcionalmente mais largo, correspondendo, muito possivelmente, às ânforas *Verulamium* 1908 recolhidas na *Britannia* (Carreras Monfort, 2000 a: 90, nota 16).

### **1.2.6. Apreciação geral das características formais desta ânfora na perspectiva dos materiais encontrados na cidade**

A grande concentração de ânforas Haltern 70 na cidade permite e aconselha uma observação mais detalhada das características formais desta ânfora, em particular dos bordos, com vista a estabelecer diferenças, eventualmente correspondentes a uma evolução cronológica.

Com o mesmo propósito destacam-se os trabalhos de Martin-Kilcher e Juliette Baudoux pelo esforço de sistematização tipológica realizado.

Martin-Kilcher (Martín-Kilcher, 1994: 386) propõe quatro fases evolutivas da forma Haltern 70, desde um subtipo augústeo, com um bordo curto e moldurado, até um bordo mais amplo na época flávia.

Juliette Baudoux (Baudoux, 1996: 43-45, Fig. 11, nº 1-9), por seu lado, apresenta uma proposta muito semelhante, admitindo cinco variantes evoluindo desde bordos pouco esvasados e curtos em ânforas augusto-tiberianas (var. a); bordos mais altos e bem demarcados idênticos ao tipo *Camulodunum* 185, datados de inícios do século I até ao período de Tibério-Cláudio (var. b); bordos com a face interna côncava (var. c); bordos altos ligeiramente esvasados e sem aparente ressaltado externo, datáveis de um período não posterior ao reinado de Nero (var. d); e, finalmente, uma forma mais tardia derivada da Haltern 70, com um colo alto e esguio que termina num lábio simples, datado dos finais do século II/inícios do III de acordo com as indicações de Martin-Kilcher (var. e).

Ainda que possa aceitar-se que estas características morfológicas correspondam a diferentes momentos na evolução das ânforas citadas, temos de levar em consideração que a origem da ânfora Haltern 70 remonta ao 1º quartel do século I a. C., juntamente com as ânforas LC 67 e as Dressel 1 C (García Vargas, 2000 a: 67; Fabião, 2000 a: 665-682), altura em que esta ânfora possuía um colo muito estilizado e bordo esvasado e simples.

No caso dos fragmentos até ao momento encontrados em Braga uma possibilidade de distinção apenas poderá ser tentada com base em fragmentos de bordo (raramente em associação com o colo e asas, dado o seu excessivo estado de fragmentação).

Com esta reserva, seleccionaram-se algumas sequências estratigráficas nas escavações realizadas nas Antigas Cavalariças, na *insula* das Carvalheiras e no edifício termal do Alto da Cividade.

Da 1ª escavação seleccionou-se uma zona designada por sector 8 correspondente a um enchimento selado por um pavimento empedrado com materiais datáveis do período de Augusto a finais do reinado de Tibério/inícios de Cláudio.

Da *insula* das Carvalheiras e do edifício termal do Alto da Cividade seleccionámos U. ES relacionadas com pavimentos e diferentes tipos de enchimento (correspondentes a valas de fundação de pilares, de muros, enchimentos sobre a rocha e preparação de pavimentos), todos eles datáveis do período flávio e flávio/antonino.

Esta análise permitiu-nos individualizar diferentes tipos de bordos e agrupá-los de acordo com as suas características morfológicas:

**nº 377**: bordo muito alto, ligeiramente esvasado, que parece poder filiar-se nas ânforas Dressel 1 C;

**nº 378-387**: bordo alto cuja junção com a parede externa é de um modo geral pouco acentuada (vid. **nº 429**);

**nº 338-401**: bordo com a face externa rectilínea, vertical ou oblíqua (vid. **nº 427**);

**nº 402-415**: bordo com a face interna com curvatura muito acentuada. A junção do bordo com a parede externa forma um ângulo bem nítido (vid. **nº 432**);

**nº 416-426**: bordo com lábio geralmente revirado para o exterior. A junção do bordo com a parede forma uma cavidade muito característica quando a espessura da parede é muito inferior à do bordo (vid. **nº 431**).

Com excepção do **nº 377** todos os bordos correspondentes a estes grupos estão representados no sector 8 das Cavalariças (**nº 427-433**) que, como se referiu, data do período de Augusto a finais do reinado de Tibério/inícios de Cláudio.

Constituiu-se ainda, um outro grupo de bordos, de um modo geral menos elaborados, o que dificulta a sua atribuição a tipos claramente definidos (**nº 434-447**). A generalidade destes bordos foi encontrada em contextos flávios e flávios/antoninos,

particularmente bem representados na *insula* das Carvalheiras (nº 448-451) e no edifício termal do Alto da Cidade (nº 452).

Fora desta apreciação ficam ainda um conjunto de bordos, com um fabrico igualmente do Guadalquivir, atribuíveis ao tipo Haltern 70, mas que apresentam a particularidade de possuírem a face interna côncava (nº 453-457). Para estes bordos os exemplares mais aproximados, mas com diferenças significativas, correspondem a imitações do tipo Haltern 70 recolhidos nos centros produtores de Almadrava (Almadrava V) (Gisbert Santonja, 1998: 393; 413, Fig. 11, nº 1) e Bas-de-Loyasse (Lyon) (Desbat, 1987: 162, fig. 2-2; Dangréaux e Desbat, 1987-1988: 122; Baudoux, 1996: 50-51, Fig. 2, nº 8).

Esta tentativa de constituir grupos de acordo com as características dos exemplares encontrados permitiu constatar que havia um significativo número de bordos que dificilmente se poderiam incluir nos grupos acima referidos. Estes, apesar de possuírem o mesmo fabrico inequivocamente atribuível às ânforas Haltern 70 do Guadalquivir, após análise mais detalhada das suas características formais, sugerem poder ser integrados nas conhecidas formas piscícolas Dressel 7 a 11 e Dressel 14.

O estudo morfológico e a análise macroscópica de todas as ânforas Haltern 70 recolhidas na cidade permitiu ainda individualizar um fragmento com um fabrico oriundo da região gaditana (nº 474), recentemente confirmado pelos estudos arqueométricos sobre as produções béticas em *Bracara Augusta*.

QUADRO I - A REGIÃO A SUL DO TEJO

Estabelecimentos	Área Escavada	Achados Subaquáticos	Publicações	Informações	Exemplares Completos ou Ligeiramente Fragmentados	Bordos	Asas	Fundos	Nº Mínimo de Indivíduos
Castro Marim ( <i>Baesuri</i> )	c. 300 m2			Ana Arruda					21
		Tavira / Cacela	Arruda, A., <i>et alii</i> , 1987: 125-131 Diogo, A. M. D., 1999: 236, Fig. 1 Diogo, A. M. D. e Trindade, L., 2003: 191-192, Fig. 3, nº 2		3		1		4
Balsa (Torre de Ares)	c. 100 m2		Fabião, C., 1994: 18; 27, nota 9; 33, nº 1-2; Est. I, nº 1	Catarina F. D. Viegas (escavações Maria e Manuel Maia, 1977)		5			5
Faro				João Pedro Bernardes A. M. Dias Diogo					20••
Cerro da Vila (Quarteira)	c. 500 m2			Catarina F. D. Viegas A. M. Dias Diogo		1			1
		Foz do Rio Arade (Portimão)	Silva, T., <i>et alii</i> , 1987: 210-211, Fig. 5, nº 11 ; 217 Diogo, A. M. D., 1999: 237-238, Fig. 2, nº 3			3			3
		Meia Praia (Lagos)	Diogo, A. M. D., 1999: 237-238, Fig. 2, nº 3		1				1
Mesas do Castelinho (Almodôvar)	c. 1300 m2		Fabião, C., 1994: 280; 289, Fig. 7, nº 3-4 Fabião, C., 1998: Est. 108, nº 6-7			2			2
		Cabo Sardão	Diogo, A. M. D., 1999: 239-241, nº 4 e 6			2			2
Fonte do Mouro (Beja) [prospecção]						3	1		3*
Monte do Meio (Beja) [prospecção]								2	2*
Castelo de Beja [prospecção]						1		1	2*
Fortins e Recintos Torre do Alto-Alentejo			Mataloto, 2002: 161-220			—	—	—	—
Santuário de Endovélico			Guerra, <i>et alii</i> , 2003 : 431-432, Fig 10, nº 6			—	—	—	—
Aljustrel			Trindade, L. e Diogo, A. M. D., 1995: 11-12, nº 2-5; 9			5			5
Monte da Cegonha (Vidigueira)	c. 3750 m2			Inês Vaz Pinto		34	65	16	32
São Cucufate (Vidigueira)	c. 12000 m2		Mayet, F., <i>et alii</i> , 1996: 168-169 Mayet, F. e Schmitt, A., 1997: 72, Fig. 31; 96, Fig. 33, nº 1-2			2			2
Castelo da Lousa (Mourão)	c. 1692 m2				1	114	158	15	79*

Estabelecimentos	Área Escavada	Achados Subaquáticos	Publicações	Informações	Exemplares Completos ou Ligeiramente Fragmentados	Bordos	Asas	Fundos	Nº Mínimo de Indivíduos
Tróia (Setúbal)			Diogo, A. M. D. e Trindade, L., 1998: 192, nº 8; 208 Fig. 3; 195-197, nº 11; 210, Fig. 5 Diogo, A. M. D. e Paixão, A. C., 2001: 119; 121; 123, nº 4; 132, Fig. 3			3			3
		Rio Sado (ao largo de Tróia)	Cardoso, G., 1978: 67; 72-73, nº 2-4; Est. I-II		1	2			3
Abul (Setúbal)			Mayet, F. e Silva, C. T., 2002: 29; 47, Fig. 13, nº 124-125			2			2
Alcácer do Sal			Silva, C., <i>et alii</i> , 1980-81: Fig. 23, nº 278			1			1
<i>Ammaia</i>	c. 3000 m2					1	1		2*
Lisboa (Teatro Romano)			Diogo, A. M. D., 2000: 164-166, nº 5; 175, Fig. 4	José Pimenta		2	2	1	26
Lisboa (Castelo de São Jorge)	1600 m2			João Pimenta			1		
Lisboa (Sé)	1200 m2			João Pimenta		8	3	1	
Lisboa (Sommer)				João Pimenta		3	2	2	
Lisboa (São João da Praça)				João Pimenta		1	1		
Lisboa (B.C.P.)	850 m2		Bugalhão, J e Sabrosa, A., no prelo	Jacinta Bugalhão João Pimenta		6			
Lisboa (Praça da Figueira)	2400 m2			João Pimenta		2	9	3	
Ermidas, Açafora (Sintra)						1			1
“Villa” de Povos (Vila Franca de Xira)	c. 800 m2		Banha, C., 1991-92: 55-56;71; 81, Fig. 7, nº 10					1	1
Santarém	c. 1750 m2			Ana Arruda / Rui Almeida					c. 200
“Villa Cardílio” (Torres Novas)	c. 980 m2		Diogo, A. M. D., 1999: 243, Fig. 6, nº 2; 244-245, Fig. 7, nº5-7			4			4

\* Observação pessoal

•• Apenas totais

QUADRO II - A REGIÃO ENTRE DOURO E TEJO

Estabelecimentos	Área Escavada	Achados Subaquáticos	Publicações	Informações	Exemplares Completos ou Ligeiramente Fragmentados	Bordos	Asas	Fundos	Nº Mínimo de Indivíduos
		Ilhas Berlengas	Diogo, A. M. D., 1999: 243, Fig. 6, no 2; 244-245, Fig. 7, nº 5-7		1	5		1	8
		Este das Ilhas Berlengas	Díaz Alvarez, P., 1984:71-72		1				
<i>Eburotridium</i> (Óbidos)	c. 39000 m2		Moreira, J. B., 2002: 67, Fig. 17			1			1
<i>Seillum</i> (Tomar)			Banha, C. M. S. e Arsénio, P. A. M., 1998: 169-170; 179, Fig. 1; 180-181, nº 1-8; 183-184 Ponte, M. S., 1999: 343-344						14••
<i>Aeminium</i> (Coimbra)	c. 80 m2		Carvalho, P., 1998: 72; 74-78, Est. X, nº 7-8			1	1		2
<i>Conimbriga</i>	c. 15000 m2		Alarcão, J., 1976: 83-84; 139, Pl. XX, nº 9-14						58••
Lomba do Canho (Arganil)	c. 800 m2		Fabião, C., 1989: 61-64, Fig. 4						3••
Povoado de Fiães						1	5		3*
Povoado de Romariz			Centeno, R. M. S. e Silva, A. C. F., 1982: 63-69 Silva, A. C. F., 1983-84 <i>id.</i> 1986: 81-3						1*
Povoado da Senhora da Saúde ou Monte Murado (V. N. Gaia)			Sá, M. M. A. e Paiva, M. B. C., 1988-94: 90; 94; 100-102; Paiva, M. B. C., 1993: 31; Est. LXXVIII, 4; LXXIX-LXXXI; LXXXII, 1-2			14			14•••
Castelo de Gaia (V. N. Gaia)			Sá, M. M. A. e Paiva, M. B. C., 1988-94: 90; 94; 99, nº 2 Paiva, M. B. C., 1993: 31; Est. LXXVI, 2-4			3			3•••

\* Observação Pessoal

•• Apenas Totais

••• Número Mínimo Publicado



QUADRO III - A REGIÃO ENTRE DOURO E MINHO

Estabelecimentos	Área Escavada	Achados Subaquáticos	Publicações	Informações	Exemplares Completos ou Ligeiramente Fragmentados	Bordos	Asas	Fundos	Nº Mínimo de Indivíduos
Porto (R. de Santana, 12)	c. 30 m2					23	16	2	351*
Porto (R. de Mouzinho da Silveira)	c. 56 m2					1	4		
Porto (R. de D. Hugo) •••	c. 61 m2					3	7		
Porto (R. da Penaventosa, 39)	c. 30 m2					31	33	4	
Porto (R. da Penaventosa, 45)	c. 25 m2					4	3		
Porto (R. da Penaventosa, 21)	c. 19,5 m2					3	1	1	
Porto (R. da Penaventosa, 25)	c. 24 m2						1		
Porto (R. da Penaventosa, 27)	c. 7,5 m2						1		
Porto (Praça do Infante, 98)	c. 139 m2							1	
Porto (R. da Banharia)	c. 50 m2					8	8	3	
Porto (R. de S. Sebastião / “Casa Amarela)	c. 33 m2					7	7	2	
Porto (Aljube)	c. 64 m2					412	552	90	
Porto (Viela do Anjo)	c. 30 m2					5	6	3	
Porto (Casa do Infante)						6	20	2	
		Porto (Mar)	Díaz Alvarez, P., 1984: 65.		1				1
Povoado de Guifões (Matosinhos)	c. 700 m2					176	471	117	235*
Padrão (Sto Tirso)	c. 2400 m2								28••
Povoado de Alvarelos (Sto Tirso)	c. 3200 m2								81••
Povoado das Eiras (Famalicão)	c. 100 m2					1	4		2*
Povoado de Penices (Famalicão)	c. 300 m2					1			1*
Vale do Ave (prospecção)							1		1*
Citania de Sanfins (Paços de Ferreira)	c. 15000 m2		Sá, M. M. A. e Paiva, M. B. C., 1985: 442; 445-466. Paiva, M. B. C., 1993: 31; Est. LIII-LXXII (excepto fig. 4, Est. LXXII)			61		1	62•••
Mózinho (Penafiel)			Soeiro, T., 1984; vid. Beltrán-Lloris, M., 2000: 344, Lam. III; <i>Id.</i> , 2000b: 473, Fig.18; 475-476.			24			24•• •••
Povoado de Galegos (Penafiel)						1			1*
Oldrões (Penafiel)						1			1*
Caldas de Vizela (local indeterminado)						1		2	2*
Tongobriga (Marco de Canaveses)	c. 13000 m2					17	29		15*

Estabelecimentos	Área Escavada	Achados Subaquáticos	Publicações	Informações	Exemplares Completos ou Ligeiramente Fragmentados	Bordos	Asas	Fundos	Nº Mínimo de Indivíduos
Sr. dos Perdidos (Felgueiras)							3		2*
Pico de Sto Amaro (Mascotelos, Guimarães)						1	2		1*
Povoado de Sto Ovídio (Fafe)	c. 1100 m2		Martins, M., 1981: 14, Est. 4, nº 1			1			1
Povoado de S. Julião (Vila Verde)	c. 294,5 m2					1	1	1	2*
Monte da Saia (Barcelos)							1		1*
<i>Bracara Augusta</i> (Braga)	c. 9000 m2					1375	1864	491	932*
Monte de Castro (Póvoa do Lanhoso)	c. 55,2 m2							1	1*
Povoado de Bagunte (Vila do Conde)	c. 200 m2			Paulo Costa Pinto		1			1
Povoado de S. Lourenço	c. 1550 m2			Jorge Guedes		66	82	15	41
Forte de Esposende							1		1*
Castelo de Neiva				Jorge Guedes		6	14		7
Cidade de Terroso (Póvoa Do Varzim)	c. 5000 m2		Paiva, M. B. C., 1993: 31, XLV-XLIX; L, nº1-2			22			22•••
Castro de Sta Luzia (Viana do Castelo)						17	44	10	22*
Castro da Terronha (Cardielos)	c. 8000 m2					9	16	1	8*
Citania de Briteiros						5	6	4	4*
Cidade de Ancora	c. 784 m2				2	156	318	78	161*
Coto da Pena (Vilarelhos – Caminha)	c. 500 m2					29	21	5	15*
Lobelhe (Vila Nova de Cerveira)	c. 1580 m2		Almeida, C. A. B., 1996: 304			71	326	20	263* •••
S. Estêvão da Facha (Ponte de Lima)			Almeida, C. A. F., <i>et alii</i> , 1981: 48, Fig. 24, nº 4 a 6						3•••
Povoado de Sra da Assunção (Monção)	c. 9000 m2					40	34	8	20*
Nécropole do Cortês (Monção) [prospecção]						1			1*
Povoado de S. Caetano (Monção) [prospecção]							1		1*

\* Observação pessoal

•• Apenas totais

••• Número mínimo publicado

QUADRO IV - GALIZA

Estabelecimentos	Área Escavada	Achados Subaquáticos	Publicações	Informações	Exemplares Completos ou Ligeiramente Fragmentados	Bordos	Asas	Fundos	Nº Mínimo de Indivíduos
Mar del Gran Sol					1			1	1*
Mar da Garda e Costa Portuguesa					1				1*
Povoado de Sta Tecla	c. 6000 m2				2	719	1038	167	519*
Povoado de Vigo	c. 10000 m2				1	1756	1902	548	951*
		Pecio de Cabo de Mar (Vigo)				4			4*
Povoado de Comesaña (Vigo)						2	3		2*
Castelo de Darbo (Cangas de Morraça)								1	1*
Povoado de Subidá (Marim)								1	1*
Povoado de Seixo (Marim)								1	1*
Povoado de Troña (Pontearás)	c. 5000 m2					67	77	13	39*
Povoado de Fozara (Pontearás)						5	5	3	3*
		Ria Pontevedra			3				3*
La Lanzada						186	335	61	167*
		Pecio de Cortegada (Vilagarcía)			22	4	4	7	34*
		Rio Ulla			1	25	64	27	33*
Povoado de Baroña (Son)						2			2*
		Rio Isorna			1				1*
A Baña							2		2*
Socastro (Teo, Santiago)						2			2*
Franzomil (Sobrado – Argua)							1		1*
<i>Lucus Augusti</i> (Lugo)	c. 12500 m2				1	8	24	3	13*
A Coruña (Plaza de Azcárraga)	c. 16 m2					2			2*
		A Coruña (Bahía)				1		1	2*
Povoado de Elviña (A Coruña) [excavaciones antiguas]	c. 2000 m2					1	2	4	5*
Povoado de Elviña (A Coruña) [excavaciones 2002-2003]						1	3		
Povoado de Elviña (A Coruña) [excavaciones 2004]							1		
Valdoviño (Ferrol)								1	1*

- Observação pessoal

### **1.3. As ânforas de produção regional e local**

#### **1.3.1. Os dados arqueológicos**

Os dados arqueológicos reunidos nas últimas décadas, embora desiguais quanto ao volume e qualidade de informação, forneceram um acervo de material particularmente importante, sobretudo ânforas, de produções importadas e produções de proveniência regional e local.

O estudo destas produções pressupôs, naturalmente, uma primeira análise segundo os critérios arqueológicos tradicionais: formas, decorações, revestimentos, técnicas, características macroscópicas das pastas ...

Dessa análise resultou a distinção e a diferenciação de distintas categorias de ânforas de acordo com a sua proveniência e grau de utilização.

A semelhança macroscópica de algumas destas produções levantou, todavia, algumas interrogações que necessitavam de ser esclarecidas. Tratava-se, em primeiro lugar, de verificar a pertinência dos grupos constituídos e, em segundo lugar, de determinar a sua origem.

Os resultados preliminares das análises de laboratório afiguraram-se, sob o ponto de vista arqueológico e laboratorial, extremamente interessantes pois permitiram uma primeira distinção entre as ânforas de proveniência regional e local e as de importação, com destaque para as de origem Bética (**Fig. 31**).

#### **1.3.2. As ânforas**

Como referimos, foi recolhido na cidade um conjunto significativo de fragmentos de ânforas cuja proveniência regional e local foi devidamente sustentada pelo estudo arqueométrico realizado no Instituto Tecnológico e Nuclear (Sacavém) (Dias, *et alii*, no prelo).

O resultado destas análises (Dias, *et alii*, no prelo), ainda que preliminares e baseadas num pequeno universo quantitativo, permitiu confirmar a divisão macroscópica por nós realizada. As análises químicas foram realizadas pelo método instrumental de análise por activação com neutrões (AAN), utilizando-se o Reactor Português de Investigação (Sacavém, Portugal) como fonte de neutrões. Esta análise permitiu a obtenção dos teores de 30 elementos: Na, K, Fe, Sc, Cr, Mn, Co, Zn, Ga,

As, Br, Rb, Zr, Sb, Cs, Ba, La, Ce, Nd, Sm, Eu, Tb, Dy, Yb, Lu, Hf, Ta, W, Th, U. Com especial destaque para as ânforas, estas análises permitiram uma primeira distinção entre os exemplares de proveniência local e importados, nomeadamente através do indicador geoquímico Th vs Cr.

Este conjunto comporta dois grupos de acordo com a morfologia e características de fabrico:

- o 1º está representado por ânforas que imitam formas importadas conhecidas em *Bracara Augusta*, especificamente associadas ao transporte de produtos piscícolas, com uma característica pasta branca e micácea, e superfície externa por vezes coberta por uma ligeira aguada ou mesmo engobe acastanhado: pasta de cor Branca (2,5 Y 9/0). Pouco dura, quase branda. Muito esponjosa. Inclusões abundantes com grãos de quartzo mal calibrados; hematite de tamanhos diversos e ínfimas partículas de mica. Superfície externa muito deteriorada. Pode apresentar uma aguada castanha escura (5 YR 5/4);
- o 2º compreende um conjunto de formas locais que apresentam um fabrico igual a grande parte da “cerâmica de uso comum” fabricada na cidade.

As ânforas de produção regional, pertencentes ao 1º grupo, estão representadas por exemplares com uma morfologia e fabrico afins a ânforas recolhidas no forno galego de San Martinho de Bueu (Diaz Alvarez e Vazquez Vazquez, 1998: 5-51):

- Forma Regional I: uma ânfora completa integrável na forma San Martiño de Bueu I, que possui fortes afinidades com o tipo Gauloise 4 (**nº 529**);
- Forma Regional II: vários fragmentos integráveis na forma San Martiño de Bueu II, directamente inspiradas na variante c da forma “Almagro 50” / Keay XVI (**nº 531-565**). Com o mesmo fabrico acrescenta-se ainda um fragmento de bocal de módulo mais pequeno que julgamos inspirar-se na variante B do tipo Beltrán 72 (**nº 530**).

A oportunidade de examinar um conjunto significativo de ânforas recolhidas em estabelecimentos do actual Norte de Portugal e Galiza permitiu-nos identificar outros conjuntos de fragmentos de ânfora com características integráveis nestas formas. De entre estes destaca-se um exemplar ligeiramente fragmentado recolhido no Castro de Santa Tecla e actualmente em exposição no respectivo Museu (**nº 566**).

A produção a nível regional de ânforas com características afins às formas dadas como provenientes de San Martiño de Bueu é extremamente significativa no contexto

do Noroeste Peninsular. A existência deste centro produtor, dado a conhecer por um trabalho de carácter preliminar, está agora inequivocamente comprovado por recentes escavações.

Estas escavações, ainda inéditas, a cargo de Frutuoso Díaz Garcia, permitiram identificar uma fábrica da salgas datável do século II (com um conjunto de seis tanques de salga) (**Fig. 32**), parte das edificações anexas (armazéns e oficinas) e uma oficina de produção de ânforas piscícolas (nº 567-569), no qual se destaca um forno de planta circular irregular e câmara de combustão central (**Fig. 33**).

Estes dados, sem dúvida importantes, permitem melhor enquadrar os exemplares recolhidos em Braga (e de outros locais do actual Norte de Portugal e Galiza) e parecem adquirir novo significado à luz das recentes publicações que dão testemunho das actividades conserveiras no norte hispânico (vid. Lagóstena Barrios, 2001: 33-41).

A importância desta indústria está inequivocamente comprovada num mapa de difusão das fábricas de salgas na *Hispania Citerior* apresentado por M. Beltrán Lloris (Beltrán Lloris, 2000 b: 457, Fig. 2), onde está representada um conjunto significativo de locais concentrados na região galega. De entre estes, o autor (*id. ibidem*: 458) destaca o conjunto de estabelecimentos seguros em Pontevedra (Igresiña – Nerga, Adro Vello-O Grove, Villagarcía de Arosa), Corunha (Cariño-ría de Ferrol -, Espasante, Bares), Lugo (Playa de Area-Vivero) e, no litoral cantábrico, Gijón.

Estes vestígios, são, todavia, menos consistentes no que se refere ao actual Norte de Portugal. Na verdade, até à data apenas foram identificados alguns vestígios de tanques tradicionalmente relacionadas com o aproveitamento de recursos marinhos, provavelmente salinas, destacando-se, os conhecidos conjuntos da Praia de Anjeiras (Lavra, Matosinhos) e do Alto de Martim Vaz (Póvoa do Varzim) (Lanhas e Pinho, 1969: 324; Almeida, 1979 b: 11-12; Silva e Figueiral, 1986; Cleto, 1995-96: 23-45), este último lamentavelmente destruído.

Destes vestígios salienta-se o conjunto da Praia de Anjeiras onde se encontrou até à data um conjunto de 32 tanques, provavelmente salinas (**Fig. 34**), dispersas por cinco núcleos (A, B, C, D e E) (Cleto, 1995-96: 23-45), provavelmente associados à *villa* romana de Fontão, datável dos séculos III e IV (vid. Lanhas e Pinho, 1969: 324; Gorges, 1979: 456; Silva e Figueiral, 1986; Cleto, 1995-96: 23-45).

A existência de novos vestígios descobertos aquando da abertura dos alicerces de uma casa da povoação leva a supor que se trata dum conjunto mais vasto e complexo, como salientou Joel Cleto (*id. ibidem*: 38). A presença deste últimos

vestígios, com revestimentos característicos dos tanques de salga, leva-nos a suspeitar da possibilidade de se tratarem de cetárias.

As ânforas de produção local, pertencentes ao 2º grupo, correspondem a formas de fundo plano com um característico colo cilíndrico e bordo moldurado, cujas características formais nos permitem individualizá-las como eventuais contentores de transporte de vinho, com uma morfologia aproximada às ânforas Dressel 28 e Gauloise 7 (nº 570-586).

De entre estas últimas, destaca-se a presença de três módulos distintos, fazendo pressupor uma autêntica tradição deste tipo de forma, aliás corroborada pela presença de exemplares com a mesma morfologia noutros estabelecimentos do Noroeste, como, por exemplo, Mozinho (Soeiro, 1984), *Tongobriga* (Dias, 1995 a: 10) e Lugo (Alcorta Irastorza, 1995: 221-222, Fig. 17, nº 1). Apesar de extemporâneas, acrescenta-se a estas um pequeno conjunto de exemplares (nº 587-591) com um fabrico característico das cerâmicas comuns de cronologia mais tardia, provavelmente dos inícios do período Baixo-imperial.

A presença de ânforas de fundo plano é importante na medida em que pressupõe, ainda que indirectamente, a produção de vinho na região.

Esta produção de vinho estava provavelmente associada ao colapso dos grandes fluxos de exportação vinícola que passaram a confinar-se aos abastecimentos institucionais e a fenómenos de circulação residual.

Na verdade, como bem sugeriu Carlos Fabião (Fabião, 1998 a: 188), a presença destas ânforas de fundo plano, à escala do Noroestes peninsular sugere uma generalização do consumo do vinho neste território, ligado a redes locais e regionais de distribuição no seio de uma nova sociedade provincial, já plenamente romanizada.

Consideramos, por isso, que, além dos locais referidos onde se encontram formas com igual morfologia, se deve, num futuro próximo, proceder a uma prospecção com vista a conhecer a sua difusão na região do Entre Douro e Minho de modo a verificar se as produções conhecidas na região são idênticas às de Braga. A partir daí, o prosseguimento do estudo destas produções necessitará de apoio laboratorial com vista à caracterização de fabricos e sua proveniência. A resposta a estas perguntas permitirá contribuir para um melhor esclarecimento sobre a importância e dinâmica da

comercialização destes contentores no contexto da expansão da vitivinicultura a nível local e regional a partir dos finais do século II.

#### **1.4. A dieta alimentar sugerida pelas ânforas**

##### **1.4.1. O vinho e seus derivados**

A presença destacada do vinho e seus derivados em *Bracara Augusta* está de acordo com uma presença igualmente destacada no Noroeste peninsular. A hegemonia deste produto e seus derivados, de há longa data objecto de atenção por parte de alguns investigadores (Naveiro Lopéz, 1991 a: 67-69; Carreras Monfort, 1996: 205-210; Paiva, 1993: 103; Fabião, 1993-94: 236; *id.* 1998 a: 198; Morais, 1997-98 b: 175-182), enquadra-se num tipo de estrutura alimentar específica extremamente complexa. Não é, por isso, aconselhável caracterizar a destacada presença destes produtos na cidade sem previamente analisarmos o seu significado no contexto mais vasto do Noroeste peninsular.

Num célebre texto de Estrabão (III, 3, 7) é referido que os povos do norte peninsular “*Bebem zhytos [espécie de cerveja] e raramente vinho e o pouco que conseguem depressa o consomem em banquetes familiares...*”.

Neste texto, Estrabão faz referência a uma espécie de cerveja muito popular e certamente barata a que chama *zhytos* (termo egípcio), também mencionada por Plínio, quando refere na sua História Natural que os iberos e gauleses bebiam “*celia*” ou “*ceria*” e que, com a espuma dessa bebida fermentada obtinham ainda o equivalente a uma levedura que fazia fermentar o pão.

Mas voltando ao texto de Estrabão, o que nele ressalta é a oposição entre a vulgaridade do “*zhytos*” e a raridade do vinho pouco abundante e depressa consumido em banquetes familiares.

Quer dizer que entre os povos do Noroeste peninsular o vinho, bebido no seu estado puro, era considerado uma bebida de prestígio e apreciado, à semelhança de outras sociedades arcaicas pelos seus efeitos de embriaguez e euforia. Citamos a propósito um testemunho datado dos inícios do século XVIII (1705) referente aos índios do Canadá Francês: “*os índios só bebem pelo prazer de se embriagarem, para perder a razão. Eles chamam a isso “a embriaguez plena”*”.



Nas comunidades pré-romanas, a natureza da atracção pelo vinho poderia não ter sido muito distinta. Recordemos as palavras de Tácito (XXII), quando descreve um festim entre os germanos: “É geralmente nos seus festins que eles tratam das conciliações, casamentos, eleições de chefes, da paz e da guerra. É lá, com efeito, que o coração se abre mais facilmente à sinceridade, onde ele se abraça mais pela glória. É lá que as pessoas descobrem o fundo da sua alma”.

A existência no Noroeste peninsular, pelo menos até meados do séc. I, de um comércio a longa distância, testemunhado pela presença esmagadora das ânforas Haltern 70, permite duas constatações básicas: por um lado, a persistência de alguns dos hábitos alimentares indígenas e, por outro, a ausência da prática da vitivinicultura. Se a primeira facilmente se depreende da análise dos testemunhos arqueológicos resultantes das escavações dos povoados e da cidade de *Bracara Augusta*, a segunda já é mais difícil de comprovar dado o estado actual dos nossos conhecimentos.

De facto, os estudos de paleocarpologia realizados pela Universidade de Santiago, a partir de análises comparativas de macro-restos de sementes provenientes de povoados indígenas com ocupação da Idade do Bronze-Ferro e de época romana, permitiram constatar uma acentuada ruptura nos modos de produção e abastecimento de alimentos entre aquelas duas épocas (Dopazo Martínez, *et alii*, 1996: 317). Verificaram ainda a presença da videira como planta silvestre desde o final do Terciário (*id. ibidem*, 322), mas concluíram pela ausência do cultivo sistemático da vinha em época romana, dada a sua escassa presença nas amostras paleocarpológicas, antracológicas e nos diagramas polínicos.

Todavia, testemunhos arqueológicos da existência de possíveis lagares e lagaretas escavadas nas rocha para a prensagem de uvas, no interior ou nas imediações de algumas estações arqueológicas (Soeiro, 1984: 41-2; 127; Dopazo Martínez, *et alii*, 1996: 321; Almeida, 1996: 24; Almeida, *et alii*, 1997: 15-24; Calo Lourido, 1997: 113), parece contrariarem a referida ausência da prática da vitivinicultura nesta região.

Perante estes dados contraditórios não é possível garantir a presença ou ausência do cultivo da vinha no Noroeste peninsular.

Admitimos, porém, que o cultivo da vinha nesta região seria pouco provável, pelo menos até meados / finais do século I. Não podemos esquecer que o cultivo da vinha corresponde a uma tarefa plena de exigências e a sua plantação, além de

representar uma mudança nos sistemas tradicionais de cultivo, requer um cuidado permanente e prolongado cujos benefícios só se manifestam a longo prazo.

É, aliás, sabido que não basta aclimatar uma espécie alimentar a um território novo para que, automaticamente, os seus habitantes a adotem. Por outras palavras, as estruturas alimentares ligadas ao cultivo da vinha não teriam sido imediatamente adoptadas pelas populações indígenas romanizadas, mesmo se algumas regiões do Noroeste oferecessem condições favoráveis à sua aclimatização.

O abrandamento da importação das tradicionais ânforas vinárias na 2<sup>a</sup> metade do século II pode já ser um sinal significativo do estabelecimento definitivo da cultura da vinha nesta região, documentada, também, pela presença de ânforas de fundo plano em todo o Noroeste peninsular e em particular na cidade de *Bracara Augusta*.

Embora admitindo – a partir deste momento – a existência de redes regionais e locais de distribuição de vinhos produzidos na região não devemos descartar a possibilidade da continuidade da importação de vinho através do seu transvase para diferentes contentores, como, por exemplo, odres e barris.

A complementaridade de uma possível produção vinária a nível local e a continuidade das importações teria certamente permitido um momento de adaptação a novas estruturas e o reajustamento das relações comerciais com as restantes províncias, em particular com a Bética.

De qualquer modo, o que podemos certamente aceitar é que o consumo de vinhos e seus derivados durante o primeiro século da existência da cidade foi extremamente significativo.

À semelhança de outros grandes núcleos urbanos, o consumo de vinhos teria naturalmente obedecido a diferentes “situações” de consumo. É assim natural pensar que, em *Bracara Augusta*, o vinho fosse usado nos ingredientes culinários e nas ementas familiares ou nas refeições e bebidas tomadas nos *propinae* (restaurantes) e *tabernae vinariae* (bares), seguramente existentes na cidade. Poder-se-á pressupor igualmente que grandes quantidades de vinho e seus derivados seriam usados em contextos diversos, caso de rituais religiosos, banquetes públicos, fabrico de medicamentos ou outros fins menos evidentes, como a extinção de fogos e arrefecimento da cal nos fornos.

#### 1.4.2. O azeite e o papel das gorduras animais: uma problemática por resolver...

*Ne extra oleas* - “Não vos afasteis das oliveiras” (Adágio grego retomado pelos romanos)

A escassez das conhecidas ânforas Dressel 20 no Noroeste peninsular tem sido reiteradamente sublinhada por quantos têm estudado a região (Naveiro, 1991 a: 67-69; Paiva, 1993: 103; Fabião, 1993-94: 236; Morais, 1998: 81-82). Não se trata de uma deficiente avaliação dos dados disponíveis. Como bem sublinha Carlos Fabião (Fabião, 1993-94: 239), existe uma “ampla e diversificada” informação para o Noroeste peninsular que permite, desde logo, afastar a hipótese de se tratar apenas de uma deficiente “geografia de investigação”. Tal situação não deixa de causar alguma perplexidade, visto que se trata duma região onde a olivicultura não encontra as condições ideais de desenvolvimento.

Como se sabe o cultivo da oliveira em época romana no Norte de Portugal e na Galiza não é garantido pelas referências paleobotânicas correspondentes a estudos antracológicos realizados na região do Minho (Figueiral, 1990; Figueiral *in* Bettencourt 1999) e Trás-os-Montes (Figueiral *in* Sanches 1992; Figueiral 1995) e pelos estudos polínicos realizados nos maciços galaico-minhotos e no extremo ocidental da Península Ibérica pela Universidade de Santiago. Nos diagramas polínicos registou-se apenas a presença da oliveira como planta silvestre (*Olea sylvestris* L.), testemunhada no final da Idade do Bronze, ou mesmo ainda em períodos anteriores à adopção da agricultura (Ramil-Rego, 1992; Ramil-Rego 1993; Dopazo Martínez, *et alii*, 1996: 322-3; Ramil-Rego *et alii*, 1998).

Como explicar estas ausências dada a importância do azeite na alimentação, na conservação de alimentos e na iluminação?

Entendemos que a questão poderá ser explicada se a encararmos no contexto da economia dos povos do Noroeste peninsular que tinha como fonte de subsistência a criação de gado em regime silvo-pastoril. Os autores clássicos, em especial Estrabão, referem que o gado era abundante entre os povos do Norte (III, 154) que sacrificavam bodes e cavalos a uma divindade idêntica a Ares grego (*Mars Cosus*). O gado bovino e suíno constituía a base de alimentação destes povos do norte peninsular, como se depreende ainda das referências de Estrabão (III, 162; 155) à fama dos presuntos cantábricos e cerretanos. As gorduras animais, em especial do porco, tinha um papel

importante no regime alimentar destes povos que, ainda segundo Estrabão, substituíram o azeite pela gordura do porco (Livro III, 4, 11) e pela manteiga (III, 162; 155).

Aliás a utilização das gorduras animais não é apenas característica das comunidades da Idade do Ferro. A escassa presença de contentores de azeite ao longo de todo o período imperial e os dados obtidos pelas análises arqueométricas realizadas na Universidade de Santiago mostram que a romanização do Noroeste Peninsular parece não ter implicado uma transformação imediata dos hábitos alimentares das povoações indígenas (Dopazo Martínez, *et alii*, 1996: 294). Neste estudo o porco (*Sus Domesticus*) aparece como o terceiro componente principal das actividades pecuárias galaico-romanas, evidenciando um aproveitamento básico da carne que de acordo com os autores poderá ser testemunho dum momento de “*relación óptima entre magro y grasa*” (*id. ibidem*, 295).

Se, como vimos, a escassa representação das importações de azeite pode ser parcialmente explicada para o período tardo-republicano e os meados do séc. I, o mesmo não pode dizer-se relativamente à representação exígua deste produto desde a época flávia até ao período baixo-imperial.

Duas hipóteses de explicação são admissíveis ou mesmo complementares:

- a primeira admite - com base numa passagem controversa de Estrabão (III, 3, 6)
- a possibilidade de o azeite necessário para o consumo local ter sido assegurado pela produção da própria região duriense. F. Sande Lemos parece corroborar esta possibilidade (Lemos, 1993: 457) quando propõe que o cultivo e produção da oliveira tivessem sido iniciados em época romana em locais onde se estabeleceram as *uillae* da Terra Quente e do Planalto de Alijó, aproveitando os sítios abrigados e micro-climas apropriados para o seu desenvolvimento. A identificação de um lagar de azeite na *uilla* rústica baixo imperial do Castelo da Pousa da Fonte do Milho. Ainda que não situada em Trás-os-Montes, a descoberta de um moinho de azeite encontrado na *villa* de Frontão (Lavra, Matosinhos) (Gorges, 1974: 456; Brun, 1997: 51) parece vir em favor desta hipótese;
- a segunda explica a escassez deste produto em consequência da continuidade do uso das gorduras animais, constante na dieta alimentar das comunidades do Noroeste peninsular. Esta continuidade de carácter eminentemente cultural é, aliás, corroborada pela informação disponível sobre as dietas das ordens

religiosas da Antiguidade Tardia onde se regista um maior consumo de azeite no seio das ordens meridionais do que das ordens setentrionais.

De momento, alguns argumentos parecem-nos, todavia, favoráveis à segunda possibilidade. Na verdade, e ainda que possa aceitar-se a presença da oliveira em época romana, esta não devia representar um papel importante na economia rural, nem corresponder às necessidades básicas da população. De facto, tal como a existência da vinha não implicou necessariamente a produção de vinho, a existência da oliveira pode não ter implicado a produção de azeite. A este respeito, um estudo realizado sobre a oliveira, com especial referência a Trás-os-Montes e Alto Douro, refere que a cultura da oliveira se difundiu primeiramente na região galega e a sul do Minho e só posteriormente se estendeu à região de Trás-os-Montes e Alto Douro (Monteiro, 1999: 17-18).

A presença da oliveira na região galega e a sul do Minho deve, todavia, ser considerada residual e apenas com significado religioso. A primeira documentação conhecida para esta grande área, datada de 747, refere para a região galega o topónimo “*Villa Olivatello majore et alio Oliveto Ripa Sile*” e na região a sul do Minho faz referência, em 1066, ao topónimo *oliuaria* ou *uluaria*, atribuído à actual freguesia de Oliveira do Douro, em Vila Nova de Gaia (Sampaio, 1923: 110).

Segundo Orlando Ribeiro, a difusão da oliveira em Trás-os-Montes e Alto Douro, onde as condições climáticas são todavia mais favoráveis do que na região Entre Douro e Minho, não se verifica antes do séc. XVI (Ribeiro, 1991: 139).

Na verdade, ainda que possa remontar-se a existência da oliveira a ocidente desta região (eixo Lamego/Chaves) aos inícios do século XIII e século XIV (Monteiro, 1999: 20), a propagação desta cultura só teve lugar a partir do século XVI na região da Terra Quente, hoje a principal mancha oleícola de Trás-os-Montes e Alto Douro (*id. ibidem*).

Uma das respostas para esta problemática deve residir no facto de termos de assumir em definitivo que a escassez de vestígios de ânforas de azeite na região de Trás-os-Montes e Alto Douro durante o período romano fica essencialmente a dever-se ao uso quase exclusivo das gorduras animais como dieta alimentar, e admitir que o azeite foi usado em regime de complementaridade com as gorduras animais de acordo com os fins em vista: uso culinário, conservação de alimentos, alimentação, ou outros.

A este propósito não deixam de ser interessantes as conclusões de um estudo efectuado por Iria Gonçalves a propósito da alimentação medieval. Segundo esta autora (2000: 39-30), ainda que o azeite fosse a gordura vegetal de melhor qualidade e a mais fácil de obter e conservar, não era a gordura mais apreciada: *“Utilizava-se habitualmente porque disponível e porque capaz de se conservar durante bastante tempo sem sofrer deterioração. No entanto, antes dele e a entrar nos pratos melhores e mais delicados, preferia-se a manteiga; a dar gosto às comidas populares, as carnes gordas do porco, frescas, salgadas, sobretudo fumadas. Só com o peixe é que o azeite aparecia invariavelmente associado, alimentos “magros” que ambos eram”*.

Sob outro ponto de vista, a análise de substâncias conservadas em reservatórios de lucernas (através do conhecido método de cromatografia em estado gasoso) poderá, no futuro, vir a esclarecer se, para além do uso do azeite, se empregaria outro produto alternativo na iluminação.

A questão fica, de momento, em aberto até que novos dados venham esclarecer esta problemática. Como desafio, não podemos, no entanto, deixar de recordar o grafito presente numa peça de jogo elaborada a partir de um fragmento de cerâmica comum (**Est. XI, n° 9**) onde parece estar representada uma oliveira. Tratar-se-á de um grafito feito em época romana ou de um grafito apostado em data posterior?

### **1.4.3. Os preparados piscícolas**

A produção a nível regional de ânforas com características afins às formas dadas como provenientes de San Martiño de Bueu é extremamente significativa no contexto do Noroeste peninsular. A existência deste centro produtor, ainda que dado a conhecer por um trabalho de carácter preliminar, parece adquirir novo significado à luz dos exemplares recolhidos em Braga e das recentes publicações que dão testemunho das actividades conserveiras no norte hispânico (vid. Lagóstena Barrios, 2001: 33-41).

De facto, como referimos, estes vestígios, ainda ténues no que se refere ao actual Norte de Portugal, são, todavia, mais consistentes na área costeira galega.



## 2. Os Almofarizes

À semelhança das cerâmicas de paredes finas recolhidas na cidade, os cerca de 77 almofarizes importados encontrados até ao momento faziam parte das cargas “parasitárias” dos navios que transportavam as ânforas. Se considerarmos a presença abundante de ânforas em todo o território peninsular, fácil é admitir que não se tenha prestado a devida atenção àqueles objectos transportados no contexto referido. E, todavia, pode mesmo afirmar-se, atendendo sobretudo ao que ultimamente tem vindo a ser publicado, que os almofarizes foram largamente exportados. Infelizmente, alguns deles, designadamente os de origem bética, não foram ainda objecto de uma análise integrada que permita atribuir-lhes uma tipologia.

Em Braga, com excepção de dois fragmentos oriundos de Roma, integráveis nas conhecidas formas Dramont D 1 e 2, os restantes fragmentos correspondem a exemplares provenientes da Bética, o que confirma a relação comercial privilegiada de *Bracara Augusta* com aquela província.

### 2.1. Produções itálicas

Como acima se referiu, até ao momento apenas se encontraram na cidade dois almofarizes oriundos da Itália central, mais concretamente da área tiberina e de Roma. Um destes exemplares possui uma pasta fina e rosada coberto por um engobe de cor bege esbranquiçada e uma superfície interna com pequenas partículas de rochas duras incrustadas na argila ainda fresca. De acordo com as características morfológicas e de fabrico, podemos atribuí-lo ao tipo 1 de Cap. Dramont, maioritariamente exportado a partir de meados do século I até meados do século II (Hartley, 1973: 54 e 57; Aguarod Otal, 1991: 44). Este tipo está frequentemente associado ao equipamento de legionários, como é caso dos acampamentos de Numância e de la Chorquilla e outros acampamentos germânicos, como Haltern (Aguarod Otal, 1991: 140). O exemplar nº 2, de perfil completo, possui uma cor bege acastanhada e uma pasta com abundantes inclusões plásticas, em particular minerais de origem vulcânica, rica em quartzos e óxidos de ferro, característicos de oficinas urbanas da área romano-tiberina, dedicadas à produção de materiais de construção (telhas e tijolos) e, em menor proporção, ao fabrico de recipientes de uso comum como *dolia* e *mortaria* (Steinby, 1979: 266). Pelas características formais e de fabrico, podemos incluí-lo na forma Dramont D 2 e



enquadrável, pelo tipo de bordo, na fase 3 estabelecida por C. Aguarod Otal (1991: 141; Fig. VIII, 3; 177), correspondente ao auge da produção, entre os finais do período de Cláudio e os inícios do período antonino.

Como ilustram os mapas de dispersão elaborados por C. Aguarod Otal (Aguarod Otal, 1991: 139: nº 43; 178, nº 45) e M<sup>a</sup> Ángeles Sánchez Sánchez (Sánchez Sánchez, 1995: 259, Fig. 7), estes dois tipos de almofarizes, além de serem particularmente abundantes em Itália, encontram-se ainda bem difundidos no Mediterrâneo oriental e ocidental (Riley, 1979: 295-96), nas províncias do norte e Grã-Bretanha (Cunliffe, 1968: 87; *id.* 1971; Hartley, 1973: 49-57; Tyers, 1996: 122) e presentes nalguns naufrágios (Parker, 1992: 71, nº 98; 165-66, nº 371 e 199-200, nº 470). Entre outros achados na Península Hispânica, os mapas de distribuição apresentados por C. Aguarod Otal (Aguarod Otal, 1991: 138: nº 42; 177, nº 44) para a Tarraconense, e por M<sup>a</sup> Ángeles Sánchez Sánchez (Sánchez Sánchez, 1995: 258, Fig. 6), para o vale do Guadalquivir, são bem demonstrativos da presença abundante destas formas de almofarizes no território peninsular. A estes acrescenta-se, ainda, os exemplares destas formas recolhidos em Lugo, um dos quais, correspondente ao tipo Dramont D 1, com a marca *M. CIMONI / SATURNINI* (Alcorta, 1995: 202-203, Fig. 1, nº 1). No actual território português conhecemos, até à data, os exemplares das mesmas formas encontrados em *Conimbriga*, um dos quais, pertencente ao tipo Dramont D 2, com a marca *Cn. DOMITIUS ARIGNOTUS*, um dos libertos dos irmãos *DOMITII* que desenvolveram uma ampla actividade industrial (Alarcão, 1975 a: 137, Est. XVIII, nº 48 a 52; Aguarod Otal, 1991: 162).

## **2.2. Produções béticas**

### **2.2.1. Características morfológicas e de fabrico**

A hegemonia, praticamente absoluta na cidade romana de *Bracara Augusta*, dos almofarizes de origem bética, enquadra-se, como vimos, no contexto de uma relação comercial privilegiada com aquela província. Do total de cerca de 75 exemplares, apenas 1 possui um fabrico característico do vale do Guadalquivir (nº 3), sendo os restantes representados por formas e fabricos reconhecidamente atribuídos à região bética costeira, em particular à baía de Cádiz. Ainda que sem pretensões de criar uma tipologia para estes recipientes, a ausência de um estudo específico que nos permita

enquadrar os fragmentos individualizados na cidade leva-nos a estabelecer 3 grupos distintos para permitir uma apresentação mais clara do material.

O grupo I, representado na cidade por 13 exemplares, com afinidades com a forma Dramont D 1, caracteriza-se por possuir um bordo em forma de aba abaulada com ressalto na extremidade interna. Todos estes exemplares possuem uma superfície interna com um revestimento de pequenas pedras incrustadas na argila ainda fresca. Os exemplares nº 3 a 6 são originários de Cádiz e possuem um diâmetro variável entre 150 mm (nº 3) e 222 mm (nº 6). O nº 7, proveniente do Guadalquivir, com um diâmetro de 152 mm, possui um bordo que podemos considerar ainda inspirado na mesma forma mas com a face superior da aba horizontal e oblíqua e a face inferior ligeiramente engrossada.

Os exemplares atribuídos ao grupo II caracterizam-se por possuírem a parte superior da parede externa moldurada e uma superfície interna estriada. Este grupo admite diferentes tipos de bordos:

- II A (nº 8 a 13), bordo engrossado com o lábio interno reentrante e um diâmetro variável entre 130 (nº 13) e 183 mm (nº 9);

- II B (nº 14 a 19), lábio simplesmente engrossado (nº 14 a 16) ou engrossado com a face externa triangular (nº 17 a 19) e um diâmetro variável entre 156 (nº 19) e 201 mm (nº 17);

- II C (nº 20 a 25), lábio em forma de martelo e um diâmetro variável entre 130 mm (nº 21) e 183 mm (nº 25);

- II D (nº 26), lábio reentrante e pega curta abaixo do bordo.

Num III grupo incluímos 3 fragmentos tão exíguos que não permitem atribuí-los a qualquer dos grupos anteriores, dado não ser possível reconhecer com segurança o tipo de perfil e o tratamento da superfície interna, mas apenas a forma do lábio, simplesmente engrossado (nº 27) e engrossado com perfil triangular (nº 28-29).

Além dos exemplares referidos, referenciámos ainda na cidade um conjunto significativo de 25 fragmentos (Est. VII, nº 30 a 33) com uma parede estriada e fundos assentes em pés anelares.

### 2.2.2. Paralelos e tentativa de ensaio cronológico

Na ausência de paralelos específicos para o grupo I, ficamos limitados à cronologia fornecida pelas escavações de Braga. Estes provêm de estratos datáveis de momentos anteriores ao período flávio, destacando-se dois exemplares (não ilustrados dado o estado de fragmentação), recolhidos no sector 8 das Cavalariças, com materiais datáveis de Augusto a finais do período de Tibério / inícios do reinado de Cláudio.

À semelhança dos exemplares do grupo anterior, os almofarizes integrados no grupo II provêm igualmente de estratos anteriores ao período flávio.

Os exemplares do grupo II A estão bem representados noutras estações arqueológicas. Refira-se, entre outros, os almofarizes tardo-republicanos recolhidos em Mesas do Castelinho (Almodovar) (Fabião, 1998 b: 412; Fig. 110, nº 1-2), os exemplares provenientes do depósito augusto-tiberiano de Abul A (Alcácer do Sal) (Mayet e Tavares, 2002: 28; 37; 46, Fig. 12, nº 113-116; 118-120).

Os exemplares do grupo II B estão, à semelhança de Braga, bem representados na maior parte das estações onde se encontraram almofarizes. De acordo com a bibliografia consultada, existem exemplares enquadráveis neste grupo em contextos datáveis dos finais do período tardo-republicano, recolhidos no Castelo da Lousa (Mourão) (Wahl, 1985; Fabião, 1998 b: Fig. 110, nº 3; Gonçalves e Carvalho, 2002: 186) e em níveis da 1ª metade do século I, provenientes do depósito augusto-tiberiano de Abul A (Alcácer do Sal) (Mayet e Tavares, 2002: 28; 37; 46, Fig. 12, nº 117) e do nível tibério-claudiano de Los Castillones (Sola, 1985: 200, referida em Serrano Ramos, 1995: 231; 234, Fig. 4, nº 27; 245). A estes acrescenta-se ainda 1 exemplar sem contexto recolhido em Balsa (Tavira) (Nolen, 1994: 136; 149; Est. 26, nº 12) e outros referidos por Encarnación Serrano, dados como provenientes de Munigua, Lacipo, Itálica e Sevilha (vid. autores em Serrano, 1995: 231).

Os exemplares do grupo II C são idênticos a exemplares de *Conimbriga*, recolhidos em estratos do período claudiano e flávio (Alarcão, 1976 b: 72-73; 136, Est. XVII, nº 5-7).

A diversidade morfológica dos almofarizes de produção bética não se esgota, naturalmente, nos tipos recolhidos na cidade. Tal diversidade mereceria que num futuro próximo se tentasse estabelecer uma tipologia específica para estes produtos tendo em conta a sua evolução formal e cronológica. Refira-se, a título de exemplo, o fragmento

de almofariz com o bordo bifurcado, semelhante a peças publicadas por M. Vegas, datado do 3º quartel do século I a. C. (Fabião e Guerra, 1994: 280; Fabião, 1998 b: 412; Fig. 110, nº 4); os exemplares com bordo alto, moldurados na face externa e lábio ligeiramente biselado, recolhidos em Mesas do Castelinho (Almodôvar) (Fabião, 1998 b: 412; Fig. 110, nº 5) e *Conimbriga* (Alarcão, 1976 b: 71-72;136, Est. XVII, nº 1-3); os exemplares provenientes de Balsa (Tavira) idênticos aos nossos almofarizes do grupo I, mas aqui com estrias na parede interna (Nolen, 1994: 136; 149; Est 26, nº 15; Est. 27, nº 16-17); os exemplares sem a característica moldura na parede externa recolhidos em *Conimbriga* (Alarcão, 1976 b: 72-73;136, Est. XVII, nº 10-17), Balsa (Tavira) (Nolen, 1994: 136; 149; Est. 26, nº 14) e no centro produtor de Andújar, que os fabricou na 2ª metade do século I (Serrano, 1995: 231; 234, Fig. 4, nº 28; 245).

Relativamente ao material aqui apresentado não podemos deixar de valorizar a presença na cidade de um número significativo de almofarizes oriundos da região de Cádiz com fabrico idêntico ao das ânforas piscícolas com a mesma proveniência. Este dado é mais um forte indicador dum âmbito de comercialização comum a estes produtos.

Neste contexto, e tendo em conta que uma das finalidades específicas dos almofarizes consistia em triturar e misturar molhos, cujo ingrediente principal seria o *garum* (vid. Apício), não devemos pensar que os almofarizes representavam uma simples produção complementar às ânforas, mas antes um produto imprescindível e indissociável da comercialização das mesmas.



## Cap. IV As cerâmicas finas de mesa (*terra sigillata*, paredes finas e cerâmica bracarense)

### 1. A *terra sigillata*

#### 1.1. A *terra sigillata* de Tipo Itálico

Coincidindo com a fundação da cidade por volta dos anos 15 a 13 antes da nossa Era chegaram à cidade os primeiros produtos importados: *terra sigillata* oriunda dos principais centros de produção itálicos ou de pequenas filiais a estes associados.

À falta de análises laboratoriais para determinar a proveniência específica dos fragmentos recolhidos, a atribuição a determinados centros produtores baseia-se essencialmente no estudo das marcas de oleiro e, com maiores reservas, nos fragmentos decorados a molde. O conjunto de marcas e a análise dos vasos com decoração moldada parece sugerirem a hegemonia dos produtos fabricados em Arezzo e suas sucursais.

Esta situação é, aliás, concordante com a distribuição destes produtos na Península onde, contrariamente aos materiais de Haltern - cujas análises revelaram um domínio dos produtos oriundos de La Murette, em Lyon (Lesfargues e Vertet, 1976) – regista uma notável difusão das produções de tipo aretino, especialmente no território costeiro mediterrâneo, litoral português e nas regiões do vale do Ebro e da região bética costeira (Beltrán Lloris, 1990: 74-75).

Tal situação – a confirmar-se - explicar-se-ia pelo sucesso que em determinado momento este centro de produção obteve na comercialização dos seus produtos, particularmente abundantes nos mercados ocidentais e assegurando um lugar importante nos orientais.

Em *Bracara Augusta*, à semelhança dos restantes estabelecimentos estudados no actual território português, o quadro das importações dos produtos de tipo itálico dá-se entre finais do reinado de Augusto e reinado de Tibério. Este dado vem demonstrar que a importação da *terra sigillata* de tipo itálico só teve significado económico durante este período.

Além de cerca de duas centenas de fragmentos indeterminados e indetermináveis atribuíveis a produções de tipo itálico encontrados em Braga, foi individualizado o número mínimo de 290 (cerca de 6,10% do total de *terra sigillata*) fragmentos correspondentes a formas lisas, decoradas, fundos e marcas.

Este total, como se verifica nos quadros e histogramas de seguida apresentados, reparte-se pelas seguintes quantidades: 49 fragmentos decorados, dos quais 25 são indeterminados; 172 fragmentos de formas lisas; 43 fragmentos de fundo e 26 marcas .

Tomando por base as fases estabelecidas por C. Goudineau, a partir da estratigrafia de Bolsena (Goudineau, 1968: 376-377), predominam, como acima referimos, os produtos datáveis dos finais do período de Augusto e do reinado de Tibério, momento enquadrável nos finais da fase “clássica” e inícios da fase “avançada” (**Fig. 35**).

Assim, num total de 290 fragmentos, 155 datam daquele momento, seguindo-se-lhes, em número, aqueles exclusivamente enquadráveis na fase “avançada”, com 62 fragmentos.

As fases iniciais e finais desta produção estão pouco representadas: 12 fragmentos da fase “precoce”; 27 fragmentos da fase “clássica”; 30 fragmentos enquadráveis no momento de transição entre a fase “avançada” e a “tardia” e quatro fragmentos da fase “tardia”.

### 1.1.1. Formas decoradas

Como indica a **Fig. 35**, resumem-se a 49 os fragmentos decorados recolhidos até ao momento em Braga. Apesar do estado excessivo de fragmentação foi possível atribuir uma tipologia a 24 fragmentos, todos eles contemplados nas tabelas formais estabelecidas por W. H. Dragendorff (1948) e *Conspectus* (1990) (Figs. **36** e **37**).

Com exceção de um fragmento oriundo de Putéolos (**nº 16**) pode atribuir-se à quase totalidade dos fragmentos uma origem aretina, dado aliás coincidente com o predomínio das marcas daquela proveniência até à data recolhidas na cidade.

Como seria de esperar, predominam os produtos datáveis dos finais do período de Augusto e do reinado de Tibério (transição fase “clássica/avançada”), com 33 fragmentos, seguidos dos produtos unicamente tiberianos (fase “avançada”) com 11 fragmentos (**Fig. 35**). Os restantes apenas estão representados por três fragmentos mais

antigos situados na última quinzena do século I a. C. (fase “clássica”) e dois fragmentos mais tardios datáveis a partir de meados do século seguinte (tardo-itálicos).

Os produtos decorados mais representados na cidade provêm das oficinas de *RASINIVS*, com treze fragmentos: um fragmento da parte superior de um cálice do tipo *Consp. R 1.1.[1]* (nº 2); um pequeno fragmento de parede com início de arranque de asa da forma Drag. VII (nº 20); um fragmento de uma forma fechada possivelmente atribuível à forma Drag. XIV (nº 21) e por outros dez fragmentos de forma indeterminada (nºs 23-28; 36-38; 41), um dos quais pertencente a um dos seus escravos, provavelmente *PANTAGATHVS* (nº 28).

Igualmente bem representados estão os produtos saídos das oficinas de *M. PERENIVS*, representados por dez fragmentos. Dois destes podem ser atribuídos a formas específicas: um belo fragmento de parede decorado com cipo itifálico encimado por um busto barbado voltado à direita e um cacho de uvas característico do repertório figurativo do escravo *BARGATHES* (nº 3) e um raro fragmento da forma Drag. 29 da produção tardo-itálica, decorado com um friso de bailarinas que H. Comfort considerou semelhante à base de um altar, típico da decoração de *PERENIVS* (nº 22). Os restantes fragmentos indeterminados das oficinas de *M. PERENIVS* podem ser atribuídos a *TIGRANVS* (nº 29; 39), *SATVRNVS* (ou *SATVRNINVS*) (nº 34) e, de novo, *BARGATHES* (nº 30-32). Deste conjunto consta ainda um fragmento exclusivamente atribuível a *PERENIVS* (nº 40) e um outro cujo estilo decorativo é comum às oficinas de *M. PERENNIVS* e *N. NAEVIVS HILARVS* (nº 33).

Da obra de *P. CORNELIVS* recolheu-se um exemplar de perfil completo do tipo *Consp. R 11.1.[1]* (nº 17), para o qual se conhecem paralelos específicos nas obras Dragendorff/Watzinger (1948) e Cristina Troso (1991); um fragmento moldado com a aplicação de uma cabeça de um bode aplicada num vaso de tamanho médio provavelmente da forma Drag. II (nº 19) e um fragmento decorado de forma indeterminada (nº 40).

Do conjunto de peças decoradas recolhidas em Braga faz ainda parte o fragmento já referido atribuível ao tipo *Consp. R 10.2.[1]* (nº 18), associado a *N. NAEVIVS HILARVS*, oleiro de Putéolos, e 3 outros fragmentos que, pelo estilo decorativo, podem ser atribuídos a *C. CISPIVS* (nº 42) e a *C. VIBIENVS* (nº 43-44).



### 1.1.2. Formas lisas

Os exemplares lisos, naturalmente muito mais numerosos, oferecem um leque mais amplo de formas e respectivas cronologias. Dos 53 tipos constantes do *Conspectus* foram recolhidos em Braga 24 (Figs. **38, 39 e 40**).

Apesar da maior variabilidade das taças, com 13 tipos diferenciados num contexto de 60 fragmentos, predominam os pratos com 73 fragmentos, abarcando 9 tipos distintos. Com excepção de um fragmento de copo, as formas menos frequentes da *terra sigillata* de tipo itálico (jarro, cinzeiro, cálice, *pyxis*, testo) estão ausentes.

À parte as características específicas de cada tipo que, entre outras obras, estão reunidas na obra clássica de C. Goudineau (1968) e nas mais recentes tipologias apresentadas no *Atlante* (1885) e *Conspectus* (1990), cabe apenas acentuar o domínio de determinadas formas e respectivo enquadramento cronológico.

Como já se referiu, e pode constatar-se na **fig. 35**, à semelhança das formas decoradas, dos fundos e das marcas, também no repertório liso da *terra sigillata* de tipo itálico predominam, com 95 fragmentos, os produtos datáveis dos finais do período de Augusto e do reinado de Tibério, momento de transição entre o período “clássico” e “avanzado”.

Os produtos mais antigos que não ultrapassam o reinado de Augusto estão maioritariamente representados por pratos do tipo *Consp.* 12 (**nº 61-85**) e suas equivalentes em taças do tipo *Consp.* 14 (**nº 87-100**); nos produtos com uma cronologia final de produção, posteriores ao reinado de Augusto, predominam os pratos do tipo *Consp.* 18 (**nº 102-116**) e as taças do tipo *Consp.* 22 (**nº 139-165**).

Com 26 fragmentos seguem-se-lhes, em número, os produtos unicamente tiberianos, correspondentes à fase “avanzada” (**nº 58-60; 117-128; 137-138; 174-175; 179**).

Os restantes fragmentos repartem-se pelas fases iniciais e tardias desta produção.

Os produtos mais antigos estão representados por dois fragmentos da fase “precoce” (**nº 50; 180**) e 23 fragmentos da fase “clássica” (**nº 51; 61-75; 86**).

As produções mais tardias estão representadas por 25 fragmentos datáveis do momento de transição entre o período “avanzado” e o “tardio” (**nº 129-136; 166-173; 176-178**) e por dois fragmentos exclusivamente datáveis deste último período (**nº 52**).

### 1.1.3. Fundos

A par dos fragmentos que conservam boa parte do perfil, ou pelo menos uma parte significativa para a sua classificação, encontramos na cidade uma série de fundos de vasos contemplados no *Conspectus* com uma tipologia específica que permite atribuir-lhes uma cronologia e que, por isso, foram aqui considerados.

Dos 43 fragmentos encontrados, 29 pertencem a fundos de pratos ou travessas e os restantes 14, a fundos de taças (Fig. 41 e 42).

Do ponto de vista cronológico, como se pode ver nas Fig. 41-42, as formas mais antigas, com 8 fragmentos, pertencem a fundos de pratos ou travessas do tipo *Consp.* B 1.1 (nº 181), 1.4 (nº 182) e 1.5 (nº 183-187), cronologicamente enquadráveis na fase “precoce”.

Do período auge da importação desta cerâmica, no momento de transição da fase “clássica” para a fase “avançada”, constam apenas 13 fragmentos. Estes estão igualmente representados por fragmentos de pratos ou travessas atribuíveis aos tipos *Consp.* B 1.7 (nº 188), 2.3 (nº 189) e 2.4 (nº 190-198), sendo de destacar estes últimos com dez fragmentos.

A presença maioritária de exemplares com uma cronologia mais lata, abrangendo particularmente o período correspondente à fase “avançada”, apenas se justifica dada a lata cronologia atribuída aos fragmentos do tipo *Consp.* B. 2.5 (nº 199-203), 3.16 (nº 205-206), 3.17 (nº 207), 3.18 (nº 208), 4.7 (nº 209) e 4.8 (nº 210-212). Na verdade, é provável que a maior parte dos fragmentos possa datar de um período mais recuado, coincidente com o maior fluxo destas cerâmicas na cidade. A ausência de estratigrafia segura para estes fragmentos não possibilita, todavia, o esclarecimento desta problemática.

À fase “tardia” apenas podem ser atribuídos cinco fragmentos que, com exceção de um fragmento de prato do tipo *Consp.* B 2.10 (nº 204), correspondem a fragmentos de taças do tipo *Consp.* B 4.10 (nº 213), 4.12 (nº 214) e 4.13 (nº 215-216).

### 1.1.4. Marcas

Como se vê na Fig. 43, recolheram-se até à data em Braga 26 marcas de tipo itálico, sete das quais indeterminadas, dado o excessivo estado de fragmentação.

As 19 marcas identificadas, com exceção de duas marcas atribuídas às oficinas de *Cornelius*, correspondem a distintos oleiros. A esta diversidade de oleiros corresponde igualmente uma diversidade de locais de produção sendo, todavia, predominantes os produtos oriundos de Arezzo.

Seguindo as últimas referências constantes na segunda edição do *CVR* (2000) verifica-se que em Braga são predominantes os produtos aretinos com sete marcas, seguidos de duas marcas provenientes de Pisa.

Os restantes centros produtores documentados na cidade através das marcas apenas estão representados por um fragmento: Arezzo ou Provincial; Arezzo ou Vale do Pó; Putéolos e Vasanello.

Permanece, todavia, por identificar o local de produção de cinco marcas, para uma das quais não encontramos paralelos na bibliografia consultada.

Como se verifica na **Fig. 35**, se tentarmos enquadrar as marcas dentro das fases estabelecidas por Goudineau para Bolsena (1968), verificamos que - à semelhança dos restantes produtos itálicos recolhidos na cidade - predominam as marcas datáveis dos finais do período de Augusto e o reinado de Tibério, momento de transição entre o período “clássico” e “avançado”.

As duas marcas mais antigas, da fase “precoce”, encontradas em Braga e provavelmente pertencentes a uma marca radial de um mesmo exemplar, tem a assinatura *A. TITIVS*, oleiro que laborou em Arezzo entre 30/25 a.C. e 15/10 a. C..

Da fase “clássica” contamos igualmente com duas marcas, uma assinada por *GRATVS*, escravo de *PVBLIVS*, que laborou em Arezzo entre 15 a 5 a. C. e *EROS*, oleiro que trabalhou em Vasanello na última década do século I a. C. e nos primeiros anos da década seguinte.

Como acima referimos, o predomínio das marcas itálicas - e dos produtos itálicos em geral - dá-se no momento de transição entre os períodos “clássico e “avançado”. A este momento podem ser atribuídas 14 marcas, quatro das quais indeterminadas dado o excessivo estado de fragmentação.

Como se verifica na **Fig. 43**, as dez marcas atribuíveis a oleiros que laboraram neste momento correspondem aos seguintes centros de produção:

- **Arezzo**: *L. AVILIVS SVRA* (10 a. C. - 10), *RASINIVS* (15 a. C. - 40), *C. SENTIVS* (20 a. C. - 20) e *VMBRICIVS* (10 a. C. - c. 37);
- **Arezzo** ou **Provincial**: *L. TITI THYRSVS* (20 a. C. - 10);

- **Pisa:** *SEX. AVILLIVS MANIVS* (27 a. C. – 14);
- **Putéolos:** *AGATHEMERVS* (10 a. C. – 10) e *PRIN* (1 - 20).
- desconhecemos os respectivos centros de produção dos três restantes oleiros representados por *PHILA* (?), escravo de *AVILLIVS* (10 a. C. – 10), *LEPIDVS* (10 a. C. – 15) e *PRI* ( ) (10 a. C. – 10).

As marcas com uma cronologia mais recente recolhidas em Braga integram-se na fase “avançada”. Estas estão representadas por sete fragmentos, quatro dos quais correspondem às conhecidas marcas “*in planta pedis*”.

Das três marcas em cartela rectangular, duas correspondem ao oleiro aretino *PVBLIVS CORNELIVS*, escravo *ANTHUS* (5 a. C. +) e a outra ao oleiro pisano *EVHODVS* (5 a. C. – 40).

As marcas *in p. p.*, datáveis a partir de 15 e sem centro produtor definido, estão representadas por dois fragmentos indeterminados e dois outros com as siglas *C·R* ( ) *C* ( ) e *AVSDR*, sendo esta última desconhecida na bibliografia consultada.

### 1.1.5. Grafitos

Até à data apenas se contabilizaram seis grafitos, apresentando-se excessivamente fragmentados ou apenas inscritos por uma letra (**Fig. 44**).

Dois destes grafitos figuram nas marcas **nº 2** e **15**, sendo apenas legível a letra *E* no fragmento correspondente à marca **nº 2** (**grafito nº 1**).

Quatro figuram em fragmentos de fundo constantes da tipologia do *Conspectus*: um fragmento de prato do tipo *Consp.* B 2. 4 (**nº 191**), um dos quais assinalado com o numeral *X* (**grafito nº 7**), e dois fragmentos de taças do tipo *Consp.* B 3.17 (**nº 211**) e B 4.13 (**nº 222**), nas quais se gravaram, respectivamente, as letras *F* e *K* (**grafitos nº 5-6**).

Um outro grafito figura na parede externa de uma taça do tipo *Consp.* 23.2.[1] (**nº 168**) que apresenta a letra *H* (**grafito nº 4**).

## 1.2. A *terra sigillata* do Sul da Gália

O estudo da *terra sigillata* do Sul da Gália recolhida nas escavações da cidade romana de *Bracara Augusta* tem vindo a confirmar a preponderância, quase absoluta, dos produtos provenientes de La Graufesenque, pois que até à data apenas foram detectados cinco fragmentos provenientes de Montans e um fragmento da forma Drag. 45 oriundo de Lezoux, oriundo do Centro da Gália.

Os fragmentos de Montans repartem-se por dois fragmentos decorados da forma Drag. 30 e 37 e três fragmentos de formas lisas, designadamente, dois fragmentos de bordo da forma Drag. 24/25 e um fragmento de fundo com marca mutilada da forma 18/31.

Do conjunto de cerca de 801 fragmentos (16, 86 % do total da *terra sigillata*) de formas identificadas oriundas de La Graufesenque, 651 (81,27 %) correspondem a formas lisas e 150 (18,73 %) a formas decoradas.

As quantidades ilustradas nas **Figs. 45 e 46**, revelam a importância da importação destas cerâmicas na cidade e a frequência de cada forma e seu significado cronológico.

Cerca de 1/3 das produções identificadas datam do período pré-flávio, sendo os restantes posteriores àquele momento.

Se tentarmos enquadrar as produções recolhidas em Braga dentro das fases estabelecidas por Hermet para La Graufesenque, vemos que a grande maioria pertence ao período de “esplendor”, que se situa na época de Cláudio/Nero, em particular nas décadas entre 40 e 60.

Seguem-se-lhes em número os vasos integráveis no período de “transição”, correspondente aos reinados de Vespasiano e Tito, ou mesmo, eventualmente, até finais da década de oitenta.

Em menor número figuram as produções vinculadas à fase “primitiva” situadas no período de Tibério-Cláudio, em particular entre 20 e 40, enquanto os restantes fragmentos entram no chamado período de “decadência”, situado nos finais do período flávio e inícios do período antonino, entre 80 e 120.

### 1.2.1. Formas decoradas

Como se verifica na **Fig. 45**, do conjunto de formas decoradas do Sul da Gália até ao momento recolhidas em Braga registam-se 150 fragmentos, repartidos por uma considerável diversidade de formas: Dragendorff 29, 30, 37, Hermet 9 e Knorr 78.

Como seria de esperar, predominam os fragmentos das formas Dragendorff 29 e Drag. 30, salientando-se, de entre estes, um exemplar completo da forma Dragendorff 29 assinado por *Bio*, um dos oleiros que laborou em La Graufesenque no período de Tibério-Nero (**nº 4**).

Como acima se referiu, a forma **Drag. 29** está bem representada na cidade por 75 fragmentos. Com exceção de um fragmento de bordo mais esvasado, integrável na variante mais tardia desta forma (**nº 9**), os restantes fragmentos possuem um perfil intermédio (**nº 1-6**), posterior aos primeiros modelos gálicos de perfil muito anguloso e bordo pouco esvasado.

No friso superior destes vasos predominam as decorações com grinaldas (**nº 1-3; 10-12; 13-17; 25; 27**), por vezes combinadas com medalhões (**nº 21; 28-29**), e em menor número as representações de festões (**nº 4; 7; 19**) e métopas (**nº 6; 18; 30**). Apenas se documentam dois motivos cruciformes (**nº 23-24**) e estão ausentes repertórios figurativos humanos.

No friso inferior, os motivos decorativos estão dispostos na vertical. De entre estes, destaca-se um belo motivo de volutas em espiral conhecido por “*nautilus*” (**nº 1**), típico do repertório decorativo de dois oleiros que trabalharam em La Graufesenque no período de Tibério-Cláudio: *Stabilio* e *Cantus* (vid. Lamboglia, 1979: 44, nº 13).

Dez fragmentos da forma Drag. 29 pertencem ao período de “esplendor”, correspondente aos reinados de Cláudio e Nero, entre 40 a 60 d. C. (**nº 2-4; 5-6; 13-18**).

Apenas quatro fragmentos estão vinculados à fase “primitiva”, situada nos reinados de Tibério e Cláudio, entre 20 e 40 (**nº 1; 10-12**); oito fragmentos (**nº 9; 23-24, 27-29; 31**) integram-se no período de “transição”, correspondente aos reinados de Vespasiano e Tito, ou mesmo, eventualmente, até finais da década de oitenta.

Cinco fragmentos podem ainda ser cronologicamente situados entre os períodos de “esplendor” e “transição”, correspondentes aos finais dinastia júlio-claudia e os inícios da dinastia flávia (**nº 3; 7; 19-22**).

Como se vê na **Fig. 45**, a forma **Drag. 30** conta igualmente com um número expressivo de fragmentos. Dos 61 fragmentos recolhidos, um provém de Montans (**nº 72**).

À semelhança da forma anterior, os perfis desta forma são relativamente homogéneos. Caracterizam-se por possuir bordos pequenos e bem demarcados, com múltiplas caneluras e molduras na face interna, e fundos com pés moldurados na face externa.

Em consonância com estas características morfológicas, a grande maioria dos óvulos presentes nestes fragmentos enquadram-se nos tipos de óvulus estudados da colecção de F. Hermet e D. Rey (vid. Dannell, *et alii*, 1998: 69-78 ; fig. 1).

Apesar do elevado estado de fragmentação que estes vasos sofreram constata-se o domínio da decoração metopada com representação da Cruz de Stº André, separada por outros elementos florais (**nº 49**) e repertórios figurativos humanos (**nº 34; 56-57**) bem conhecidos no património iconográfico da época clássica. A representação de grinaldas, muito comum na forma anterior, está presente apenas em dois fragmentos desta forma (**nº 54-55**).

Se levarmos em consideração estas decorações, verificamos que a maior parte destes fragmentos se enquadra no período de “transição” (**nº 35-37; 39-49, 51-52; 54-55; 57; 59-61**).

Dos restantes fragmentos, um enquadra-se no período primitivo, cinco no período de “esplendor” (**nº 33-34; 38; 50**) e dois fragmentos de cronologia mais tardia, pertencentes ao período da “decadência” (**nº 53; 58**).

A forma **Drag. 37** é pouco abundante na cidade, reduzindo-se a nove fragmentos, um dos quais proveniente de Montans.

À semelhança das formas anteriores, os exemplares desta forma encontram-se excessivamente fragmentados. Apesar deste senão, reconhecem-se alguns dos motivos decorativos presentes nas formas anteriores, designadamente a representação de festões (**nº 62; 64**), as composições metopadas (**nº 66**) e as grinaldas simples (**nº 65**) ou associadas a medalhões (**nº 63**). Destaca-se o fragmento **nº 63** ilustrado com a decoração de um génio alado, cuja associação com os restantes elementos decorativos permite afirmar que estamos na presença de um vaso saído da oficina de *Germanus*.

Com excepção do fragmento proveniente de Montans com a representação de uma grinalda (**nº 73**), comum no período flávio daquela produção, os restantes

fragmentos datam dos períodos de “transição” (nº 62; 64) e de “decadência” (nº 63; 65-66).

A forma **Hermet 9** apenas está representada por quatro fragmentos. Na verdade, esta presença é significativa se levarmos em consideração que esta forma não é particularmente abundante em contextos de produção e particularmente rara em locais de consumo.

Trata-se de modelos fabricados no período de Cláudio a Vespasiano, com particular incidência na época de “transição” estabelecida para La Graufesenque. Os fragmentos de Braga possuem os dois tipos de perfil conhecidos nesta forma: parede superior retilínea e bordo não esvasado (nº 68-69), como o vaso publicado por Hermet para La Graufesenque (1934: Est. 4); parede superior e bordo ligeiramente esvasados (nº 67), idêntico ao exemplar recolhido em Belo (Bourgeois e Mayet, 1991: 127, nota 168; 188, Pl. XXIX, nº 2899) e ao exemplar apresentado na tipologia elaborada por A. Vernhet para La Graufesenque.

O tipo de fabrico, a decoração, e a recolha destes exemplares juntamente com um exemplar da forma Haltern 16, datável de 20 a 40 d. C., sugere uma cronologia assaz antiga para estas formas, situada nos inícios da produção, a partir de 40 d. C. Como é habitual neste tipo de formas a decoração está representada por um único friso ricamente decorado com motivos metopados.

Como vimos, no rol das produções decoradas provenientes de La Graufesenque figura ainda um pequeno fragmento da forma **Knorr 78 (nº 71)**. Trata-se, à semelhança da forma anterior, de uma forma pouco frequente em locais de produção e de consumo.

Esta forma caracteriza-se por possuir uma parede com um perfil idêntico à forma Drag. 30 e um tipo de decoração idêntica aos vasos hemisférios Drag. 37.

O estilo decorativo da peça de Braga, representado por uma decoração metopada, pode ser situado entre os finais do período de “transição” e os inícios do período de “decadência”, data conhecida para a produção destas formas.

### 1.2.2. Formas lisas

Com exceção dos quatro fragmentos provenientes de Montans (três dos quais lisos) e do fragmento oriundo de Lezoux, os vasos lisos de La Graufesenque recolhidos



em Braga fornecem um conjunto significativo de formas, com cerca de 651 fragmentos correspondentes a 22 formas distintas.

Como se vê na **Fig. 46**, as formas mais representadas correspondem às formas Drag. 24/25, 15/17 (21, 81 %), 27 e 18/31. As outras formas têm uma presença que se pode considerar residual.

Os modelos mais antigos desta produção estão representados por formas que se inspiram directa ou indirectamente nos modelos itálicos, vinculadas à fase “primitiva” situada no período de Tibério-Cláudio, em particular entre 20 e 40.

A forma **Ritt. 1 (nº 74-75)**, directamente inspirada no tipo itálico *Consp.* 4.4 (= Haltern 4 a, Goud. 19; Pucci VI, 6-7), apenas está presente por dois fragmentos de parede. O tipo de fabrico e a parede ligeiramente esvasada com bordo bem demarcado de um dos exemplares permite-nos situá-lo no período de Cláudio (**nº 75**).

A forma **Drag. 2/21 (nº 76-77)**, mais estandardizada do que a anterior, está igualmente representada por dois fragmentos, com um fabrico datável de meados a finais do reinado de Tibério.

Os pratos da forma **Drag. 17 b** representados por quatro fragmentos (**nº 78-80**), parece inspirarem-se na variante itálica *Consp.* 20.4.4 (= Goud. 39c; Pucci X, 17-21; 30-33). De acordo com características do fabrico, poderá atribuir-se-lhes uma cronologia tiberio-claudiana. A presença de um motivo aplicado em forma de espiral num destes fragmentos (**nº 80**) encontra paralelo num exemplar recolhido em Mainz, assinado por *Salvetus* (vid. Oswald e Pryce, 1966: 174; Pl. XLII, nº 10).

A forma **Drag. 16**, apesar da sua extrema raridade em locais de produção e consumo, está representada na cidade por três fragmentos (**nº 81-83**), um dos quais com marca e perfil completo (**nº 83**). A derivação itálica desta forma a partir de algumas variantes augustanas do tipo *Consp.* 12 (=Haltern 1/Ib; Goudineau 17; Pucci VIII, 2-4;), sendo possível, não é totalmente convincente.

Os exemplares de Braga, com um bordo convexo em contra curva em relação à parede, côncava, forma uma espécie de moldura externa, típica da forma Drag. 15/17. É de salientar o exemplar de perfil completo acima referido, com a assinatura do oleiro

*Manduilus*, que laborou em La Graufesenque no período de Tibério-Cláudio, dado que até à data apenas se conhecia a assinatura deste oleiro em formas Drag. 18, 29 e 31.

A forma **Drag. 4/22**, inspirada na forma itálica *Consp.* 29 (=Pucci XXXIX, 1-4), está presente na cidade por dois pequenos fragmentos (nº 84-85) com um fabrico datável dos períodos Tibério-Cláudio e Cláudio.

A forma **Drag. 15/17** está bem representada por 142 fragmentos (nº 86-110).

Vinculadas à fase “primitiva” salientam-se dois fragmentos de prato da forma Drag. 15/17 (nº 86-87) que possuem fortes afinidades com pratos e travessas da produção de *terra sigillata* itálica, designadamente a forma *Consp.* 19.2.1 (= Haltern 3 B; Goudineau 28; Pucci IX-XI, 1.3.4.5.6.7; Ettliger 1983, pl. 7, 8-11 e pl. 22, 1-8) e o protótipo anterior *Consp.* 18.2.1 (=Haltern 2 A; Goudineau 36 A; Pucci X, 3-9).

Alguns fragmentos datados do reinado de Cláudio diferenciam-se pelo facto de possuírem um maior diâmetro e um bordo ligeiramente mais esvasado (nº 95-97).

Com excepção de alguns fragmentos ainda pertencentes à fase “primitiva” e outros de cronologia mais tardia, situada já no período de “transição”, a maioria dos fragmentos da forma Drag. 15/17 pertence ao designado período de “esplendor”, entre cerca de 40 a 60 d. C.

Como é apanágio desta forma os fragmentos recolhidos na cidade possuem uma variabilidade de molduras e finas caneluras na face externa da parede.

A forma **Drag. 18/31**, que julgámos directamente inspirada no tipo itálico *Consp.* 3.1.1 e 3.1.2 (= Goudineau 34; Pucci XIII, 1-10; XIX, 9-16), está maioritariamente representada na cidade por 208 fragmentos (nº 111-142).

Com excepção de um pequeno fragmento com uma parede pouco encurvada e lábio saliente e arredondado (nº 125), os restantes fragmentos possuem em comum uma parede encurvada, esvasada ou ligeiramente esvasada.

Além das seis marcas presentes em exemplares deste tipo é possível que alguns dos fragmentos indeterminados com marca de oleiro possam pertencer a esta forma, dado que, à semelhança da forma anterior, a forma Drag. 18/31 era frequentemente assinada.

Deste vasto conjunto de fragmentos deve ainda salientar-se a presença de um fragmento de fundo marmoreado (nº 134), um fragmento de fundo com decoração

roletada datado do período de “decadência” (nº 142) e um fragmento de fundo proveniente de *Montans* com marca mutilada (marca nº 91).

A forma **Ritt. 5** está representada na cidade por três fragmentos (nº 143-145), um dos quais completo (nº 144). Esta forma inspira-se nas variantes itálicas do tipo *Consp. 22* (= Haltern 8 Ab e 9; Goudineau 27, 37 a; ~ Pucci XXV, 8). Os exemplares de Braga afastam-se ligeiramente dos protótipos desta forma dado possuírem um bordo vertical semelhante às suas congéneres gálicas Ritt. 9 e a alguns exemplares itálicos tipo *Consp. 23.2*.

Unicamente representada por um exemplar (nº 146) temos um fragmento da forma **Herm. 31** que encontra um paralelo aproximado num exemplar recolhido em Belo (Bourgeois e Mayet, 1991: 86; Pl. XIV, nº 15).

A semelhança formal desta forma com vasos itálicos *Consp. 28* é deveras sugestiva.

A forma **Ritt. 9**, ao que julgámos directamente inspirada em protótipos itálicos do tipo *Consp. 27. 1* e *27. 2* (= ~Haltern 15; Goudineau 41b; Pucci XXIX, 7, XXIX 10-14), está representada por sete exemplares (nº 147-149).

Além da produção marmoreada presente num destes fragmentos (nº 148), destaca-se a presença de uma marca de leitura incerta (nº 147). Saliente-se que, até à data, as marcas registadas em exemplares deste tipo correspondem única e exclusivamente a oleiros de La Graufesenque (vid. Oswald e Pryce, 1966: 170; Pl. XXXIX; Hofmann, 1986: 60).

Como se vê na **Fig. 46**, a forma **Drag. 24/25** está bem representada na cidade com 133 fragmentos (nº 150-177). Trata-se de uma forma directamente inspirada nos modelos itálicos *Consp. 33* (= Haltern 12; Goudineau 38 a; Pucci, XXXVII, 1-2, XXXVII, 7 e 8?, XXXVII 12, XXIX, 8) e *Consp. 34* (= Goudineau 38 b; Pucci XXXVIII, 3-6; XXXVII, 9-11) e que possui grande variedade de perfis e diâmetros.

Com excepção de dois pequenos fragmentos de bordo (não ilustrados) provenientes de Montans, a totalidade dos fragmentos desta forma provém de La Graufesenque, um dos quais (não ilustrado) pertence à produção marmoreada.

A quase totalidade destes fragmentos possuem uma monótona decoração roletada na face externa do bordo, variando de acordo com o gosto e posicionamento dos instrumentos utilizados pelos oleiros. Os modelos lisos, não sendo necessariamente os mais antigos, apenas estão representados por dois exemplares (nº 173; 176), um dos quais completo (nº 176) e, ao contrário do que é habitual, sem marca de oleiro.

Como seria de esperar a grande maioria dos fragmentos desta forma pertencem ao designado período de “esplendor”, entre cerca de 40 a 60 d. C.

A forma **Drag. 27**, a quarta forma mais frequente na cidade, conta com 123 fragmentos com diferentes perfis e dimensões (nº 178-194). Como acontece com a maioria das formas gálicas produzidas em La Graufesenque, esta forma inspira-se em modelos itálicos, designadamente nas diferentes variantes do tipo *Consp.* 31 (= Haltern 11; Goudineau 32b).

Em Braga os perfis com lábio triangular estão presentes na fase “primitiva” e de “esplendor”; os restantes, com um lábio de secção arredondada, datam do período de “transição” e “decadência”.

A presença de caneluras ao nível do ângulo externo dos pés na quase totalidade dos fragmentos, revelam o predomínio de formas enquadráveis nas primeiras fases de produção, em particular do período de “esplendor”. A comprová-lo alguns dos exemplares com marca presentes nestes fragmentos (nº 188-189; 192-193).

Como é frequente neste tipo de formas de pequenas dimensões, as marcas estão assinaladas de forma abreviada.

A forma **Drag. 33** está representada apenas por três fragmentos (nº 195-197), um dos quais completo e com a marca *Vadus* (nº 195).

É curioso assinalar que este exemplar possui características morfológicas que permitem situá-lo no período de “transição”: possui o típico ressalto situado entre a junção interna da parede e fundo externo, típico dos exemplares pré-flávios, e uma parede ligeiramente côncava, característica dos exemplares mais tardios enquadrados em pleno período de “transição” e “decadência”.

Não sendo totalmente convincente, a derivação itálica desta forma a partir de algumas variantes augustanas do tipo *Consp.* 15 (= Haltern 10 a; Goudineau 29; 32 a; Pucci XXII, 1-14, XXIII, 1) é sugerida por uma produção de imitação de *terra sigillata*

datada em La Graufesenque do período de Augusto a Tibério (Gennin, *et alii*, 2002: 51; 81, Fig. 28, nº 3-7).

O número reduzido de fragmentos enquadráveis nas formas **Drag. 35** e **36**, relativamente a outras formas clássicas bem documentadas, acompanha a quebra de importações de *terra sigillata* do Sul da Gália a partir da época flávia.

No total estas formas apenas estão representadas por 2 fragmentos da forma **Drag. 35 (nº 198-199)** e oito fragmentos da forma **Drag. 36 (nº 200-202)**.

Apesar de encontrarmos alguns afinidades entre estas formas e alguns exemplares itálicos das formas *Consp.* 39, 43 e 44, a ausência em La Graufesenque de formas afins de imitação de *terra sigillata* datada do período augusto-tiberiano (Genin, *et alii*, 2002: 45-104) e a produção mais tardia destas formas nos períodos “primitivo” e de “esplendor” aconselha prudência na atribuição de protótipos itálicos.

O que podemos certamente aceitar é que estas formas tenham feito parte de um conjunto utilizado como “serviço” criado em La Graufesenque no período flávio ou num momento de transição para este período (Vernhet, 1976).

A forma **Ritt. 14a** está apenas representada por um pequeno fragmento marmoreado datável dos finais do reinado de Nero a inícios de Vespasiano (**nº 203**). A presença deste exemplar é, no entanto, de salientar dado tratar-se de uma forma pouco frequente nos centros de produção e de consumo.

À semelhança das formas anteriores a variante b desta forma passa no período flávio a fazer parte de um dos “serviços” estabelecidos por Alain Vernhet (1986: 99-100) para La Graufesenque.

Igualmente representado por um exemplar recolheu-se ainda na cidade um pequeno fragmento de tinteiro (**nº 204**). Trata-se de um exemplar da forma **Herm. 18**, denominado em grafitos por *atramentaria (atramitari)* (Hermet, 1934: 320; Marichal, 1998: 81 e 84; Bourgeois e Mayet, 1991: 84).

Os exemplares deste tipo, raros inclusivamente nos locais de produção, inspiram-se nos protótipos itálicos do tipo *Consp.* 51. 3 (= Haltern 38; Ritterling 13; Pucci XLVI) e encontram paralelos aproximados em exemplares de bronze e faiança azul do Egipto (vid. Oswald e Pryce, 1966: 209).

A reconstituição em desenho deste fragmento baseou-se na semelhança de perfil e de diâmetro entre este fragmento e um exemplar completo recolhido em Hofheim e apresentado por Ritterling com o número 13 da sua tabela (vid. Oswald e Pryce, 1966: 209; Pl. LXX, nº 3).

A recolha de dois fragmentos da forma **Ritt. 12 (nº 205-206)**, uma forma com uma produção muito limitada no tempo e produzida em reduzidas quantidades, vem mais uma vez acentuar a diversidade das importações oriundas do Sul da Gália.

A qualidade de fabrico destes fragmentos e a ausência de motivos decorados a barbotina na aba permitem datar estes exemplares dos inícios da produção desta forma, entre o período de Nero e os inícios da dinastia flávia.

A evolução desta forma a partir de protótipos de *mortaria* oriundos de Itália no período de Augusto foi proposto na já clássica obra de F. Oswald e D. Pryce (1966: 210-211).

O fragmento da forma **Curle 11 (nº 207)** recolhido na cidade deriva da forma precedente. À semelhança daquela, trata-se de uma forma pouco produzida, sendo inclusivamente rara em La Graufesenque.

A presença da moldura interna do bordo associada à aba ligeiramente abaulada e sem decoração em barbotina poderia fazer supor tratar-se da forma Ritt. 12. Todavia, a análise atenta das características de fabrico e o diâmetro da peça permitem situá-la nos inícios do século II. Encontrámos para este exemplar um paralelo aproximado num fragmento recolhido em Belo que possui uma aba lisa e é igualmente datado dos inícios do século II (Bourgeois e Mayet, 1991: 94, nº 1200).

A diversidade de formas provenientes de La Graufesenque, comparativamente ao número total de exemplares, não deixa de ser surpreendente. Na verdade, a presença de dois outros fragmentos enquadráveis nas formas **Hermet 25 (nº 208)** e **Haltern 16 (nº 209)**, são de total interesse dado a sua extrema raridade nos locais de produção.

O fragmento da forma Haltern 16, directamente inspirado no tipo itálico *Consp.* 50.3.1 (= Oberaden 12B; Pucci XLI, 2-3), é muito interessante, dado reunir características híbridas pertencentes a cada um dos vasos apresentados por Alain Vernhet para exemplificar esta forma (1986: 98): possui uma decoração em banda executada a guiloché situada a meio da parede, idêntica a um destes exemplares que

possui duas bandas com o mesmo tipo de decoração, e uma parede carenada na transição para a base (acentuada por uma pequena canelura e moldura de transição), característica do outro exemplar.

Igualmente curiosa é a presença de um pequeno fragmento moldado com a representação de uma cabeça de leão (nº 210). Trata-se de um fragmento de *mortarium* da forma **Drag. 45** fabricado em Lezoux, o maior centro de produção de *terra sigillata* no centro da Gália. Apesar da vasta difusão destes produtos em toda a parte do Norte do Império Romano, eles escasseiam no Sul da Gália e, em particular, na Península Ibérica e em Itália (vid. Bet e Vertet, 1986: 141; 143).

De acordo com as características de fabrico o fragmento recolhido em Braga enquadra-se no momento auge de produção destas formas, situada nas primeiras décadas do século II.

### 1.2.3. Marcas

Das 83 marcas até à data recolhidas na cidade foi possível identificar 61 nomes de oleiros, correspondentes a 33 oficinas. As restantes marcas encontram-se excessivamente mutiladas não sendo possível atribuí-lhes uma oficina específica.

Por outro lado, o excessivo estado de fragmentação dos vasos recolhidos na cidade explica que apenas tenha sido possível atribuir uma forma a 20 fragmentos com marca. É o caso das formas Drag. 27 e 18/31, ambos com sete fragmentos, da forma 24/25 com dois fragmentos e das formas Drag. 29 b, 16, 33 e Ritt. 9, com apenas um fragmento cada.

Como seria de esperar, à semelhança das formas decoradas e lisas sem assinatura, a quase totalidade das marcas corresponde a oleiros documentados em La Graufesenque.

Igualmente, se tentarmos enquadrar as marcas recolhidas em Braga dentro das fases estabelecidas por Hermet para La Graufesenque, vemos que a grande maioria pertence ao período de “esplendor” com 35 marcas. Seguem-se-lhes em número 24 marcas integráveis no período de “transição”, 12 marcas vinculadas ao final deste período e os inícios do seguinte e 13 marcas no período de “decadência” propriamente dito. Dos inícios de produção deste centro, associada ao designado período “primitivo”, apenas se conhecem três marcas.

Como se vê na **Fig. 47**, as 62 marcas legíveis correspondem a 23 oficinas, dado que alguns oleiros estão representados por duas, três ou quatro marcas. É o caso de *Firmo*, *Iunius*, *Manduilus*, *Murranus*, *Niger* e *Secundus*, com duas marcas, *Bio* e *Vitalis* com três marcas, *Primus* e *Mommo* com quatro marcas e, finalmente, *Sabinus* com cinco marcas.

Além de uma marca mutilada da forma Drag. 18/31 proveniente de Montans, destacam-se ainda as marcas atribuídas a *Capito(tus?)*, *Mn Celer*, *Gainnus*, *C. Nonus* e *Vadus*, atribuídos na obra de F. Oswald (1964) ao Sul da Gália.

Na verdade, se atentarmos nas características de fabrico destes fragmentos e levarmos em consideração que a quase totalidade dos fragmentos do Sul da Gália até à data recolhidos na cidade provém de La Graufesenque, poder-se-ia admitir que estes oleiros igualmente laboraram neste centro.

A estas caberia ainda acrescentar duas marcas inéditas de controversa e difícil leitura: *IAHIII* e *OFNTVF*. Se para a primeira podemos admitir tratar-se de um oleiro conhecido, mas de leitura incerta dada a deficiente aplicação do punção, o mesmo não pode admitir-se quanto à segunda. Tratar-se-á, como sugerimos no catálogo, de uma marca que associa o nome de dois oleiros?

#### 1.2.4. Grafitos

No conjunto da *terra sigillata* oriunda de La Graufesenque documentam-se 20 fragmentos com grafitos, 14 dos quais pertencentes a peças com marcas. O estado excessivo de fragmentação ou a brevidade dos mesmos dificulta, no entanto, uma apreciação sobre o seu significado (**Fig. 48**).

Apesar desta dificuldade poder-se-á supor que alguns destes possam corresponder a antropónimos e outros a simples numerais: no primeiro caso estariam os fragmentos nº **2, 4, 10-13, 15-16, 18-19**; no segundo os numerais *X* (nº **3 e 6**) e *VI* (nº **14**).

Destacam-se ainda o fragmento nº **1** com a letra *R*, interpretável como simples letra ou com valor numeral (= 80) e o fragmento nº **5** que possui em nexos as letras *RVF*, de *RVFVS* ou *RVFINVS*.



### 1.3. A *terra sigillata* Hispânica

À semelhança de outros contextos estudados no âmbito peninsular a *terra sigillata* hispânica é, sob o ponto de vista quantitativo, uma das produções importadas mais significativas na cidade.

Com exceção de alguns fragmentos atribuíveis às produções de Andújar e Granada, a quase totalidade dos vasos recolhidos é proveniente de Tricio.

A produção de Andújar está representada apenas por 8 fragmentos lisos (nº 427-434).

Da produção de Granada conhecem-se 12 fragmentos lisos (nº 435-446), sendo de destacar um prato de grandes dimensões da forma Drag. 15/17 que possui uma decoração roletada no fundo interno (nº 438).

Os restantes 3 660 fragmentos a que foi possível atribuir uma tipologia provêm de Tricio. Como seria de prever, as formas lisas representadas por 2406 fragmentos (65, 74 %), são mais abundantes que as formas decoradas, de que se recolheram apenas 1254 fragmentos (34, 26 %) (Fig. 49-50).

#### 1.3.1. Formas decoradas

As formas com decoração moldada recolhidas em Braga representam cerca de 34, 26 % do total da *terra sigillata* hispânica importada no período alto imperial. Esta percentagem não inclui um grande número de fragmentos maioritariamente representados por fragmentos de pança, cujo estado de fragmentação não permite atribuir-lhes, com segurança, o respectivo tipo.

Com exceção das formas Knorr 78 e Hisp. 82 e 41, todas as restantes formas decoradas estão presentes na cidade.

Como é habitual as formas mais abundantes a forma Drag. 29 e a forma Drag. 37.

Seguem-se-lhes, em número, a forma Drag. 40 e a forma cilíndrica Drag. 30. Os restantes exemplares, repartem-se pelas formas Drag. 29/37, Hermet 13 e Hisp. 1, 2, 20 e 49 (Fig. 49).

As formas hispânicas 1, 2, 20 e Hermet 13 de que se conhecem versões decoradas e lisas serão distribuídas pelos respectivos capítulos.

Em Braga, à semelhança de outros contextos conhecidos, a forma **Drag. 29** gozou de um notável êxito, já que está representada por 532 fragmentos (**nº 1-45**), aos quais poderia acrescentar-se com alguma reserva um conjunto de fragmentos indeterminados com decoração moldada que poderiam ter pertencido a esta forma.

É sobejamente conhecido que este vaso adoptou o protótipo da forma Drag. 29 fabricado nas oficinas do Sul da Gália desde a época de Tibério até época Flávia (vid. Oswald e Pryce, 1966: 66-86).

Tal como no protótipo gálico a forma hispânica tem um papel carenado com bordos esvasados com um moldura externa geralmente lisa e com finas molduras, caneluras ou simples ressaltos na face interna. A decoração em guiloché, rara na produção hispânica, está associada, preferencialmente, aos exemplares mais antigos. Em Braga conhece-se por um único exemplar (**nº 1**).

Os diâmetros dos bordos variam entre os 22 e 14 cm, podendo, esporadicamente, atingir os 30 cm (**nº 40**).

Os motivos decorativos mais antigos de tradição gálica estão modestamente representados nas formas Drag. 29 conhecidas: motivos cruciformes (**nº 2**) e festões (**nº 3-4**). Já as decorações metopadas são predominantes (**nº 7, 9, 12-14, 17, 21-26, 28**), tal como os frisos decorados com motivos repetidos (**nº 5, 16, 36-37, 44-45**). Os **nº 6 e 43** são os únicos exemplos dum estilo de transição caracterizado pela associação de metopas e círculos vários.

Em Braga estão presentes exemplares representativos dos primeiros tempos de produção, possivelmente do tempo de Cláudio e outros datáveis das últimas décadas do século I.

A forma híbrida **Drag 29/37**, está representada apenas por quatro exemplares que possuem características morfológicas afins à forma Drag. 29 e à forma Drag. 37 a, com diâmetros variando entre 19 m e 19, 4 mm (**nº 46-49**).

Na verdade, como de à longa data sublinhou M. Sotomayor Muro (Sotomayor Muro, 1977-78: 328), não se trata duma verdadeira nova forma dada a ausência dum critério realmente válido para constitui-la como tal.

Três fragmentos desta forma (nº 47-49) têm um perfil ligeiramente carenado semelhante ao da forma Drag. 29 e um bordo vertical sem qualquer moldura a sublinhar o lábio na face interna, como é característico da forma Drag. 37.

- o nº 48 tem a zona superior da parede ornamentada com motivos figurados separados por motivos geométricos e a zona inferior ornamentada com motivos cruciformes; os nº 47 e 49 apresentam uma composição metopada acompanhada de círculos característica do “estilo de transição”.

- o nº 46 possui uma parede hemisférica como a forma Drag. 37 e um bordo esvasado característico da forma Drag. 29, cuja transição para a parede interna forma um pequeno ressalto sublinhado por uma fina canelura.

A decoração é constituída por motivos circulares inscritos num friso, frequentes na forma Drag. 37 dos finais do século I e os inícios do século II.

A forma **Drag. 37** é claramente maioritária em relação às formas decoradas em molde como se pode ver nos quadros e histograma I. Dos 686 exemplares presentes na cidade 351 integram-se na variante A, 77 correspondem à variante B e dos 258 fragmentos restantes não é possível integrá-los, com segurança, numa ou noutra série.

- os exemplares integrados na variante A (nº 50-71) tem um perfil mais próximo do protótipo gálico, com um bordo mais ou menos vertical e um lábio arredondado. De menores dimensão os diâmetros oscilam entre os 112 mm (nº 55) e os 300 mm (nº 7). Dois fragmentos incluídos nesta variante têm algumas características particulares: o bordo perpendicular é muito pouco espesso e termina num lábio sublinhado por uma fina moldura na face externa e uma fina canelura na face interna. Sob o bordo apresenta uma fiada de óvulos intercalados por linguetas, características das produções gálicas e presentes nalguns exemplares da variante B (nº 50).
- os exemplares integrados na variante B (nº 72-83) tem um bordo curto encurvado para o interior e um lábio em forma de amêndoa por vezes decorado a guiloché. De grandes dimensões a parede hemisférica é ricamente ornamentada, o que aliado à excelência do fabrico dão a esta forma um lugar privilegiado na produção hispânica. Os diâmetros dos exemplares recolhidos em Braga variam entre 180 mm (nº 72) e 300 mm (nº 74).

Os motivos decorativos de inspiração gálica estão ausentes com exceção dum fragmento de fundo que conserva a representação de um motivo cruciforme (nº 84).

A decoração metopada é predominante na variante B da forma Drag. 37. As métopas incluem motivos animais (nº 72), vegetais (nº 79) ou associação destes dois motivos (nº 74). Marcas intradecorativas estão também presentes nos exemplares nº 92 e 94.

A variante B da forma Drag. 37 apresenta por vezes um friso paralelo ao bordo em forma de amêndoa decorado com óvulos (nº 75-76), motivos em aspa (nº 83), elementos vegetais (nº 78-79) e outros (nº 77).

Os motivos circulares fazem a sua aparição num período transitório acompanhando a decoração metopada (nº 85) mas paulatinamente acabam por se impor em composições onde aparecem combinados com motivos figurados (nº 58), rosetas (nº 51, 60, 63, 93), vegetais (nº 61, 87); inscritos em frisos decorativos onde aparecem repetidos e justapostos (nº 66, 68, 70, 88) ou alternando com pérolas (nº 65, 67, 69) e círculos de menores dimensões (nº 62, 64, 86, 89-90).

A variante A, apesar de já se encontrarem em níveis datáveis dos inícios da época flávia situam-se maioritariamente em níveis dos finais do século I/inícios do século II.

A variante B, documentada em níveis datáveis dos finais do período Júlio-Cláudio (65-75/80).

A forma **Drag. 40** está relativamente bem representada em Braga, por dez fragmentos (nº 96-105), dois dos quais, praticamente completos, incluem as características asas em forma de laço (nº 96; 105).

Trata-se de uma forma que pode ter um perfil hemisférico como a variante B da forma Drag. 37, mas também um perfil carenado.

A julgar pelos fragmentos encontrados com a parte superior da parede rectilínea verifica-se um predomínio das formas de perfil carenado relativamente às de perfil hemisférico mais próximas da forma Drag. 37.

Apenas três exemplares, dois dos quais com perfil quase completo, permitem apreciar os motivos decorativos.

Dois possuem uma decoração metopada, mais frequente nesta forma, com a representação de animais e rosetas (nº 96; 99).

O outro exemplar (nº 105) está decorado por duas zonas decorativas: a zona superior inclui arcarias sobre pequenas colunas esquemáticas que enquadram a representação de uma pequena Vitória; a zona inferior ornamentada por uma dupla fiada

de pequenos círculos duplos e pequenas aves. A presença de vários frisos a separar estas duas zonas são bem demonstrativos do gosto pelo *horror vacui*, frequentemente presente em exemplares desta forma.

À semelhança de alguns exemplares da forma Drag. 37 também nesta forma podem estar presentes os estreitos frisos paralelos, ornamentados com óvulos (nº 98), motivos em aspa (nº 115) ou elementos circulares que incluem uma pequena roseta (nº 103).

O vaso cilíndrico da forma **Drag. 30**, contemporânea da forma Drag. 29, está representado apenas por cerca de onze fragmentos (nº 106-112). O número reduzido destes fragmentos é coincidente com a escassez verificada noutros locais de consumo e nos próprios centros de produção.

A forma Drag. 30 distingue-se dos protótipos gálicos pelo facto de possuírem um bordo mais esvasado, semelhante às produções da forma Drag. 29 e sobretudo pela ausência de moldura em quarto de círculo que no interior liga a parede rectilínea ao fundo.

Os fragmentos recolhidos em Braga possuem diâmetros variáveis entre 170 mm (nº 106) e 92 mm (nº 108). Os fundos, de tamanho igualmente variável, enquadram-se nas variantes que incluem uma pequena moldura interna na união da parede com o fundo.

Constata-se o predomínio dos conjuntos metopados (nº 106-107; 109-112). Um exemplar apresenta vestígios dum friso com uma fiada de dois tipos de motivos verticais cuja composição é difícil de interpretar, dada a fragmentação em que se encontra (nº 108).

Como é característico desta forma alguns fragmentos possuem imediatamente sob o bordo um friso decorado com motivos em aspas (nº 108) e óvulos que reproduzem um esquema típico da forma Drag. 30 e outras formas decoradas do Sul da Gália (nº 106-107).

A forma **Hispan. 49** pode, até ao momento, considerar-se rara no contexto da produção hispânica.

Inicialmente classificada por Mezquiriz com o número 48 e como tal referida em diferentes estabelecimentos da península, entre os quais o centro oleiro de Bezares

(Mezquiriz, 1976: 302-304; Garabito Gómez, 1978: 190; Fig. 43, nº 253; Lam. 44, nº 4) e Numancia (Romero, 1985: 239-242; 420, Fig. 88, nº 911-912).

De acordo com as características formais e de decoração tem vindo a ser proposta para esta forma uma directa inspiração em vasos de vidro, em particular da forma Isings 21 (vid. Romero, 1985: 240; Mezquiriz, 1985: 173).

Os dois fragmentos recolhidos em Braga, datáveis de meados a finais do século I, possuem a típica decoração com depressões ovaladas (nº 113-114).

A forma **Hisp. 1** está representada por três pequenos fragmentos (nº 115-117). Trata-se dum vaso com perfil bitroncocónico com duas asas e colo côncavo. Esta forma, pouco comum nos centros de produção e de consumo, parece inspirar-se na forma Herm. 7 fabricada no Sul da Gália (Mezquiriz, 1961: 71-72).

A atribuição desta forma aos fragmentos de Braga é feita com reservas dado o seu estado de fragmentação. A inclusão do fragmento de bordo (nº 115) no capítulo das peças decoradas deve-se à sua semelhança com alguns bordos de exemplares decorados apresentados por Françoise Mayet (Mayet, 1983: Pl. CXXII), em especial com os bordos das peças nº 527 e 528, dados como provenientes de Aramenha (Portalegre, colecção A. Maçãs) e Volubilis (Museu de Volubilis).

Os fragmentos com perfil bitroncocónico parece poderem incluir-se nos produtos mais antigos com fortes afinidades com os modelos do Sul da Gália. Num destes fragmentos pode ainda reconhecer-se os vestígios de uma fiada de óvulos.

Nas escavações de Braga foram recolhidos 19 fragmentos da forma **Hisp. 2**, dentre os quais se destaca um pequeno fragmento que apresenta vestígios de decoração moldada (nº 118).

À semelhança da forma **Hisp. 2** é possível tratar-se de uma forma inspirada em modelos decorados do Sul da Gália, tendo vindo a ser proposta a sua semelhança com a forma Dechelette 67 com decoração moldada (vid. Oswald e Pryce, 1966: 132) e em barbotina (vid. Hermet, 1934: 145; Est. 90, nº 1-5).

A presença em Braga deste exemplar com decoração moldada é interessante dada a sua extrema raridade no contexto da produção hispânica (Romero, 1985: 72).

A forma **Hisp. 20**, de fabrico tipicamente hispânico, está representada na cidade por 16 fragmentos, três dos quais com decoração moldada. É possível, no entanto, que

estes três exemplares possam ser reduzidos a dois (nº 119-120), dado o estado de fragmentação de um deles (nº 121). A forma Hisp. 20 caracteriza-se por um perfil ovóide mais ou menos alongado ou mais ou menos largo, idênticos aos fragmentos nº 119 e 120 recolhidos em Braga.

A ausência de engobe nestes fragmentos afasta a possibilidade de estarmos perante outro tipo de formas decoradas.

Estes fragmentos possuem uma decoração metopada, frequente neste tipo de vasos.

A cronologia destes exemplares enquadra-se, igualmente, na cronologia proposta para esta forma: o fragmento nº 119 data do último quartel do século I e o fragmento nº 120 dos primeiros decénios do século II.

Associada à forma **Hisp. 20** ou à forma **Hisp. 82** pertence um fragmento de parede datável dos finais do século I a inícios do século II (nº 122).

A forma **Herm. 13**, directamente inspirada pela sua homónima oriunda do Sul da Gália, está representada em Braga por mais de uma dezena de exemplares (nº 382-386), um dos quais decorado (nº 123). A presença de um único exemplar decorado está todavia de acordo com a sua raridade nas produções de *terra sigillata*, inclusive nas formas de origem gálica.

O exemplar recolhido possui uma decoração metopada, a mais frequente neste tipo de formas.

A análise do tipo de decoração e fabrico permite situá-lo na 2ª metade do século I, demonstrando uma certa contemporaneidade com algumas formas Drag. 29 e 37 presentes na cidade.

### 1.3.2 Formas lisas

Como é habitual, até à data foi recolhida na cidade uma maior quantidade de vasos lisos, com uma notável diversidade de formas.

Com excepção de alguns fragmentos provenientes de Granada e Andújar os restantes exemplares provêm de *Tritium Magallum*.

Como se vê na **Fig. 50**, predominam as formas clássicas mais frequentes, com predomínio, em Braga, dos pratos Drag. 15/17 e das taças Drag. 27.

O prato Drag. 15/17 está representado por cerca 965 fragmentos (**nº125-182**).

Ainda que este prato encontre precedentes em formas de tipo itálico, deve considerar-se que o protótipo da produção hispânica procede fundamentalmente das oficinas do Sul da Gália, em especial dos exemplares produzidos no período flávio (vid. Oswald e Pryce, 1966, Fig. XLIII).

As primeiras, datáveis a partir de meados do século I, estão representadas por fragmentos com um fabrico mais cuidado e morfologicamente mais próximos dos modelos do Sul da Gália. Os nº **125-129** possuem um fabrico mais cuidado e um perfil mais próximo dos modelos do Sul da Gália: parede pouco esvasada, frequentemente moldurada na face externa e um pé alto de secção triangular. Os diâmetros entre 150 mm (**nº 128**) e 200 mm (**nº 125**).

Os restantes exemplares sofrem uma evolução para um maior diâmetro e uma parede mais alta e esvasada e a moldura interna em forma de meia-cana mais larga e achatada. Destacam-se, um primeiro grupo absolutamente dominante, datável dos períodos flávio e flávio / antonino, com diâmetros variando entre 146 mm (**nº132**) e 270 mm (**nº 130**) e outro, menos numeroso, com uma cronologia de cerca dos inícios a meados do século II, cujos diâmetros variam entre 230 mm (**nº 174**) e 260 mm (**nº 177**).

Cabe ainda referir alguns fragmentos incluídos numa fase mais tardia de produção, situada entre a 2ª metade do século II e o século III (**nº 178-182**) com diâmetros entre 200 mm (**nº 178**) e 252 mm (**nº 181**).

O prato **Drag. 18/31**, de clara filiação gálica, em especial a partir dos protótipos do período flávio (vid. Oswald e Pryce, 1966: 181-183), está representado por apenas 79 fragmentos (**nº 183-188**).

A escassez relativa desta forma em Braga não é excepção, dado que, contrariamente à produção gálica, ela teve pouco sucesso nas produção hispânica (Mayet, 1984: 71).

As formas com uma clara filiação nos produtos do Sul da Gália, datados a partir de meados do século I até Vespasiano, possuem um perfil ligeiramente encurvado e um lábio bem demarcado (**nº 183**); os produtos mais tardios, datados do período flavio, distinguem-se dos anteriores pelo facto de possuírem um perfil mais oblíquo e rectilíneo (**nº 187**). Recolheram-se ainda alguns fragmentos datáveis entre os finais do período flávio e as primeiras décadas do período antonino, que acentuam as características morfológicas da variante precedente.



Sem significado cronológico específico os pratos da forma Drag. 18/31 podem atingir diferentes diâmetros, variando entre 130 mm (nº 183) e 170 mm (nº 186).

A tigela **Drag. 24/25** está relativamente bem representada por 111 fragmentos (nº 189-202). Esta forma com precedentes na *terra sigillata* itálica, foi imitada na produção hispânica através dos protótipos produzidos no Sul da Gália na época de Cláudio-Nero (vid. Oswald e Pryce, 1966: 186-188; Est. XLIX).

Apesar de na produção hispânica esta forma não possuir uma cronologia lata, os exemplares documentados apresentam diferenças formais e de fabrico, este último porventura resultante de diferentes condições de cozedura.

As peças recolhidas não possuem uma relação clara nas suas dimensões, como sucede com os exemplares de origem gálica, documentando-se uma série de pequenas tigelas com diâmetro entre 70 mm (nº 196) e 74 mm (nº 197) e outras de maiores dimensões com diâmetros entre 110 mm (nº 200) e 155 mm (nº 202).

À semelhança de outras formas de *terra sigillata*, estão presentes os produtos mais antigos datados a partir de meados do século I, alguns dos quais possuem uma fina canelura sublinhando o lábio na parede interna característica das produções gálicas (nº 189-190; 192). Estão igualmente presentes os produtos mais tardios datados a partir da dinastia flávia (nº 199-202).

Como é característico em exemplares desta forma, o exemplar de perfil completo não possui o ressalto no fundo externo (nº 197), presente na maioria das forma hispânicas fabricadas em Tricio.

De acordo com as sequências estratigráficas proporcionadas pelas diferentes escavações da cidade, observa-se um predomínio destas formas nos inícios da época flávia. Aparece, contudo, de forma residual e sem significado cronológico, em estratos datados dos finais do século I e inícios do século II.

A tigela **Drag. 27**, a mais comum das formas produzidas na Hispânia, apenas é suplantada na cidade pelos tipos Drag. 15/17 e 37, como já foi referido.

O número significativo de 559 fragmentos recolhidos está proporcionalmente de acordo com a quantidade de exemplares deste tipo encontrados noutros locais (nº 203-250).

Esta forma, com o perfil em dupla curvatura têm o seu protótipo fabricado nas oficinas do Sul da Gália no período de Cláudio-Nero (vid. Oswald e Pryce, 1966: 186-

188; Pl. XLIX), embora a grande maioria dos produtos hispânicos sigam mais de perto os modelos gálicos com bordo arredondado, datados do período flávio.

Os exemplares mais antigos, caracterizam-se por possuir um lábio bem individualizado, uma acentuada curvatura no quarto de círculo superior da parede com o lábio demarcado pela característica fina canelura na face interna e um pé alto (nº **203-231**). Os diâmetros destes fragmentos variam entre 76 mm (nº **207**) e cerca de 130 mm (nº **211; 219; 224-225; 227**) a 140 mm (nº **228**).

Os exemplares representativos de momentos intermédios e mais tardios da produção, transformam-se, progressivamente, numa taça com os dois quartos de círculo quase iguais, com tendência para se tornar progressivamente verticais, frequentemente associados a diâmetros mais largos, lábio não engrossado e pé gradualmente menos alto (nº **232-250**). Com exceção de um pequeno fragmento com 78 mm de diâmetro (nº **238**), os restantes exemplares possuem um diâmetro variável entre 96 mm (nº **240**) e 180 mm (nº **243**).

Os fragmentos recolhidos em Braga possuem, na generalidade, paredes finas que variam entre 4 e 5 mm (aumentando à medida que se aproxima do fundo) e pés frequentemente altos exteriormente.

A tigela **Ritt. 8**, que à semelhança das anteriores tem como protótipo os produtos do Sul da Gália (Oswald e Pryce, 1966: 126), está representada apenas por 44 fragmentos (nº **251-262**).

Esta escassez pode estar relacionada com o facto da maior difusão desta forma ter tido lugar num momento avançado do Alto-Império e estar ausente em contextos com uma ocupação anterior à 2ª metade do século II.

Apenas se recolheram três pequenos fragmentos da 2ª metade do século I com o bordo reentrante (nº **251-253**) e o lábio sublinhado por finas caneluras na face interna e externa da parede. Os diâmetros mais reduzidos (nº **251**) e os pés bem demarcados e altos são característicos das formas mais antigas (nº **252**) e de formas datáveis dos finais do século I / inícios do século II (nº **253-256**).

Os exemplares mais tardios, datados dos inícios do século II até ao século III, são frequentemente de maiores dimensões (nº **259-262**) e possuem pés muito baixos ou apenas sugeridos.

O número de 134 fragmentos da tigela **Drag. 35** (nº 263-290) é substancialmente inferior aos 228 fragmentos da forma Drag. 36 recolhidos em Braga.

Esta forma derivada do protótipo produzido no Sul da Gália no período flávio, foi incluído por Alain Vernhet no serviço A de La Graufesenque, (vid. Vernhet, 1976: 14, Fig. 1).

É possível distinguir exemplares com um fabrico característico das produções mais antigas, datáveis de meados a finais do século I, e exemplares mais tardios, datáveis dos finais do século I a inícios do século II.

Com exceção de um fragmento de grandes dimensões, com 160 mm de diâmetro (nº 275), os fragmentos mais antigos caracterizam-se por possuírem diâmetros menores, variáveis entre 84 mm (nº 263) e 140 mm (nº 277). A maior parte destes exemplares possui bordos engrossados, sendo pouco frequentes os bordos em forma de pequena aba.

Os exemplares mais tardios, distinguem-se dos anteriores pelas suas maiores dimensões variáveis entre 90 mm (nº 278-279; 290) e 172 mm (nº 287). Os bordos destes fragmentos podem ser idênticos aos anteriores, embora sejam mais frequentes os bordos em forma de pequena aba, curta e espessa. A quase totalidade dos exemplares com aba possuem a característica decoração com folhas de água.

As taças **Drag. 36** que, à semelhança da forma precedente, faziam parte do serviço A de La Graufesenque (vid. Vernhet, 1976: 14, Fig. 1), estão relativamente bem representadas na cidade, com 228 fragmentos.

Acompanhando diferenças significativas de fabrico e de perfil estas formas estão igualmente representadas por exemplares datáveis dos inícios da produção, entre meados a finais do século I, e formas mais tardias, datáveis do final deste século a inícios do seguinte.

Encontram-se assim exemplares com a aba decorada com as típicas folhas de água e outras sem decoração; os diâmetros variam entre 152 mm (nº 295) e 258 mm (nº 298).

Contamos apenas com dois exemplares de perfil quase completo: um com aba curta ligeiramente abaulada, decorado com as usuais folhas de água (nº 301), e outro com aba lisa e fundo interno decorado a guilhoché (nº 292).

A tigela ou taça **Drag. 39** está surpreendentemente bem representada na cidade, com 33 fragmentos (**nº 306-318**). Esta quantidade é muito percentagem se levarmos se levarmos em consideração a sua raridade nos locais de produção e consumo.

De inspiração gálica, as origens exactas desta forma não estão ainda bem esclarecidas (vid. Romero, 1985: 204-205). A sua semelhança com a forma Drag. 34 produzida em Montans parece-me, no entanto, sugestiva (Martin, 1986 a: 61, fig. 3).

Com a forma duma tigela ou taça de paredes encurvadas, possui uma aba ligeiramente oblíqua ou claramente oblíqua e inclinada para o interior (**nº 307**) com decoração moldada.

De acordo com as variações de fabrico podemos assinalar alguns fragmentos datáveis de meados a fins do século I (**nº 306-314**), data aproximada para o início da produção desta forma. Os números **nº 315-318** são o testemunho da sua evolução para um fabrico menos cuidado cujos diâmetros variam entre 180 mm (**nº 315**) e 290 mm (**nº 316**).

A tigela **Drag. 44** está presente com 23 fragmentos (**nº 319-332**), uma proporção apreciável no contexto das restantes formas de produção hispânica.

Trata-se de uma forma com protótipos nas produções do Sul da Gália em Montans (vid. Hermet, 1934: Est. 2, nº 19; Oswald e Pryce, 1966: 203-204; Est. LXI), ainda que na produção hispânica apresente um bordo com a parede interna côncava.

Os exemplares recolhidos em Braga não possuem um fabrico homogéneo e os diâmetros oscilam entre 144 mm (**nº 324**) e cerca de 300 mm (**nº 332**).

Com excepção **nº 319**, datável das últimas décadas do século I, e dois fragmentos mais tardios, datáveis do primeiro quartel (**nº 331**) e da 2ª metade do século II (**nº 332**), os restantes têm uma cronologia entre os finais do século I e inícios do século II (**nº 320-330**).

Do conjunto da *terra sigillata* presente em Braga, destacam-se, pelo seu interesse, três fragmentos atribuíveis à forma **Hisp. 9** com diâmetros variáveis entre 205 mm (**nº 334**) e 220 mm (**nº 335**).

Trata-se de uma forma com filiação em protótipos itálicos do tipo *Consp.* 14 (Haltern 7; Oberaden 5; Goudineau 13, 16, 18, 24; Pucci XX, 1, 2; XX, 4-11; XXI, 1-8; XXI, 10), em particular do tipo *Consp.* 14.1, imitado em diferentes oficinas provinciais como, por exemplo, o centro produtor augústeo de La Mulette, considerado como uma

sucursal de Arezzo na Gália (Lasfargues e Vertet, 1976: 45, fig. 1) e, mais tarde, no centro produtor de La Graufesenque (Vernhet, 1986 a: fig. 2).

A forma itálica inspirou igualmente imitações ampuritanas (Sanmarti-Grego, 1974-1975: 251-261; Romero, 1985: 233) e produtos assinadas por *Lucius Terentius*, um ceramista ligado à Legião IV Macedónica que deixou vestígios da sua actividade em Herrera de Pisuerga (Romero, 1985: 233; *id.*, 1999: 253-258; 272).

A forma Hisp. 9, até à data apenas documentada por exemplares recolhidos em Numância (Mezquiriz, 1961: Est. 24 A, 4; 261, 33; Mayet, 1983: 30; Pl. LXXVII, nº 246; Romero, 1985: 232-234; 419, Fig. 87, nº 905-906; Mezquiriz, 1985: 146; Tav. XXVII, nº 7) e Lancia (Mezquiriz, 1985: 146; Tav. XXVII, nº 8), possui uma parede de perfil acampanado e um bordo com uma ligeira concavidade, eventualmente para receber um testó.

A observação dos fabricos levou-nos a admitir que o fragmento nº 333, com um fabrico muito cuidado, pasta ligeiramente avermelhada, e um engobe de muito boa qualidade, poderia datar do 2º quartel do século I e provavelmente originário de algumas das oficinas situadas a Norte da Meseta.

A mesma cronologia atribuímos ao fragmento nº 334, que igualmente possui um fabrico muito cuidado, mas desta vez característico dos produtos mais antigos fabricados em Tricio.

O fragmento nº 335 possui um fabrico característico das produções de Tricio mais tardias. À semelhança dos exemplares de Numância (Romero Carnicero, 1985: 234) é possível que este fragmento date dos finais do século I e os primeiros anos do século II.

A forma **Hispânica 4**, de criação tipicamente hispânica, está bem representada em Braga, com 97 fragmentos (nº 336-351).

Além de dois exemplares que possuem uma aba lisa, curiosamente enquadráveis nos produtos mais antigos (nº 336) e tardios desta forma (nº 350), os restantes fragmentos possuem as características abas decoradas com guilhoché, algumas das quais munidas das respectivas asas laterais (nº 342; 345; 346; 351).

Também não há uniformidade nas dimensões dado que o diâmetro destes pratos pode variar entre 170 mm (nº 340) e 362 mm (nº 349).

De acordo com o tipo de fabrico, podemos constatar que, à semelhança da maior parte das formas de *terra sigillata* hispânica até à data recolhidas em Braga,

predominam os fragmentos datáveis dos finais do século I e inícios do século II (nº 338-348). A exceção corresponde a um fragmento de aba de grandes dimensões datável da 2ª metade do século I (nº 336) e a três outros de cronologia mais tardia, incluídos nas produções do 1ª quartel do século II (nº 349; 351) e a 1ª metade do mesmo (nº 350).

A forma **Lud. Tb**: sob esta forma incluímos apenas os fragmentos de tigela (nº 352-358) com diâmetros variáveis entre 110 mm (nº 352) e 170 mm (nº 358). O nº 352 possui um perfil quase completo e o nº 358 uma aba muito inclinada para o interior.

Esta forma hispânica, que se inspirou no tipo Hermet 28 fabricado no Sul da Gália, corresponde ao tipo 1 do serviço B definido por Alain Vernhet da produção de Graufesenque (vid. Vernhet, 1976: 99).

A cronologia de finais do século I e os inícios da centúria seguinte para os exemplares recolhidos na cidade, está de acordo com o momento de produção desta forma que se iniciou a partir do período flavio.

A forma **Hisp. 17**, um tipo recentemente individualizado a partir do tipo precedente, inspira-se no tipo 2 do serviço B definido por Alain Vernhet para La Graufesenque (vid. Vernhet, 1976: 99) (nº 359-362). O critério de atribuição deste tipo a uma nova forma deve-se exclusivamente ao facto de se tratar de um prato. Os diâmetros variam entre 166 mm (nº 360) e 235 mm (nº 362).

Os dez fragmentos recolhidos na cidade possuem uma cronologia coincidente com a forma precedente, sendo que igualmente se inspiram nos pratos do tipo Hermet 28 fabricado em La Graufesenque no período flavio.

A forma **Hisp. 10** está representada em Braga apenas por seis fragmentos (nº 363-366). Trata-se de uma forma provavelmente inspirada nos modelos do Sul da Gália, em especial a forma Vernhet A-4 ou Hermet 9 (vid. Romero, 1985: 235).

A presença de seis fragmentos deve ser valorizada, dado tratar-se de um produto pouco comum na produção da *terra sigillata* hispânica, estando praticamente confinada ao norte da Península.

Apesar do relativo “ar de família” comum aos exemplares deste tipo, as diferenças formais verificadas nos fragmentos recolhidos em Braga, advertem-nos para o carácter não totalmente homogéneo destas formas.

De facto, aos diâmetros variáveis entre 80 mm (nº 364) e 160 mm (nº 368) acresce as diferenças acentuadas de perfil, sendo de destacar os exemplares de grande diâmetro com paredes muito oblíquas (nº 368) comparativamente a um fragmento de reduzido diâmetro com parede praticamente vertical (nº 365).

A forma **Drag. 33**, com poucas diferenças formais relativamente ao modelo fabricado do Sul da Gália (vid. Oswald e Pryce, 1966: 189-191; Pl. LI), foi exclusivamente fabricada em Tricio.

A recolha de um único fragmento na cidade pode, no entanto, explicar-se tendo em conta a escassez desta forma em Tricio e nos restantes estabelecimentos peninsulares onde se regista a presença de *terra sigillata* hispânica.

O fragmento de tigela com a parede oblíqua e um diâmetro de 90 mm, possui um lábio demarcado em ambas as faces (nº 369).

A inclusão da tigela nº 370 no tipo **Hisp. 5** é problemática. De facto, à semelhança dos exemplares recolhidos em Mózinho (Carvalho, 1998: 79; 108, Fig. XL, nº 1060, 1061, 1345, 2167), o exemplar de Braga não se enquadra nos tipos de fabrico atribuíveis a Andújar.

Tratar-se-á de uma forma ainda não documentada na região de Tricio ou, como sugere Teresa Pires de Carvalho, para os exemplares de Mozinho (*id. ibidem*), poderá corresponder a um produto saído de outras oficinas, por exemplo, do Vale do Douro?

O fragmento de Braga com um bordo plano e horizontal e 160 mm de diâmetro (nº 378), provém de um contexto estratigráfico datável dos finais do século I e inícios do século II.

Braga conta com um número significativo de 15 fragmentos da forma **Hispânica 7** (nº 371-381).

De momento não se pode garantir se estamos perante uma forma original da *terra sigillata* hispânica. A produção desta forma em Montans associada à forma Drag. 44, datada entre 140 e 150 d. C., e a presença de formas afins em exemplares de *terra sigillata* africana da produção A e em exemplares de cerâmica comum parece sugerir, tratar-se de uma forma conhecida no repertório das cerâmicas alto e médio imperiais.

Dadas as suas características esta forma tem sido fundamentalmente identificada como correspondendo a um testo (Mezquiriz, 1961: 78) podendo, nalguns casos, ter tido

a dupla função de testo e de prato (Mezquiriz, 1985: 145). Como sugeriu Mezquiriz (*id. ibidem*) é possível que esta forma pudesse ter funcionado como recipiente hermético para conservar o calor dos alimentos ou simplesmente isolar qualquer outra substância do contacto com o ambiente (*id. ibidem*).

Na produção hispânica a diversidade morfológica deste tipo está directamente relacionada com sua utilização como complemento de algumas das formas conhecidas, dentre as quais a forma Drag. 44 e a forma Lud. Tb.

Nos exemplares recolhidos na cidade verifica-se uma certa variabilidade de fabrico e da forma, esta última por apresentar diferenças quanto à obliquidade das paredes, com um desenvolvimento mais ou menos rectilíneo ou encurvado. Não sabemos, todavia, se a diversidade de diâmetros e de bordos encontrados poderão estar relacionados com formas específicas de *terra sigillata*. Os diâmetros variam entre 140 mm (nº 375; 379) e 250 mm (nº 381).

Com excepção de um fragmento datado da 2ª metade do século I, os restantes fragmentos datam dos finais do século I e inícios do século II.

Como referimos, além de um pequeno fragmento decorado, o cantil **Herm. 13** liso está representado na cidade por doze fragmentos (nº 382-386).

Esta quantidade de fragmentos é muito significativa dado tratar-se de uma forma pouco comum nos estabelecimentos da Península. A maior parte dos fragmentos encontra-se excessivamente fragmentado pelo que só foi possível determinar o seu tipo graças às características muito peculiares desta forma.

No conjunto encontrado destaca-se um pequeno fragmento de bocal (nº 386) pertencente a uma variante que encontra paralelos em dois exemplares recolhidos em *Conimbriga* (Mayet, 1975 a: 186; Pl. LVI, nº 362-363; *id.*, 1983: Pl. LXXXV, nº 319-320).

Os fragmentos recolhidos em Braga possuem características de fabrico enquadráveis em dois momentos distintos da produção: finais do século I e os inícios do século II (nº 382-383; 386) e 1º quartel (nº 384) a meados do século II (nº 385).

Como referimos, com excepção de um fragmento decorado incluído nas formas decoradas em molde, recolheram-se na cidade 18 fragmentos da forma **Hisp. 2** lisa (nº 387-394).



Destes, dois fragmentos (nº **387-388**) possuem uma decoração em barbotina disposta em grossas linhas oblíquas (nº **388**) e verticais (nº **387**). A semelhança com determinadas produções de paredes finas - em particular da forma Mayet XL e, em menor medida da forma Mayet XL - foi já evidenciada por variados autores (vid. Mezquiriz, 1961: 73; Roca, 1976: 47; Mayet, 1975: 108). Romero Carnicero (1985: 219-221), salienta ainda a possibilidade destas formas poderem ter sido influenciadas por determinadas formas torneadas do tipo Dech. 67 recolhidos em La Grausefenque por Hermet, que igualmente possuem uma decoração aplicada em barbotina.

No seu conjunto, mas sem significado cronológico aparente, são predominantes os vasos de perfil ovóide com um bordo mais pequeno e menos oblíquo (nº **387-392**) relativamente àqueles de perfil globular com bordos mais oblíquos e pronunciados (nº **393-394**).

De acordo com as características de fabrico destes fragmentos podemos atribuir dois momentos distintos de produção: meados a finais do século I (nº **387; 389-391**) e finais deste século e inícios da centúria seguinte (nº **388; 392-394**).

Além dos três fragmentos com decoração moldada, a forma **Hispan. 20** está representada por 16 fragmentos da variante lisa (nº **395-400**).

Com excepção de um fragmento de colo de atribuição mais duvidosa (nº **399**) e de um fragmento de fundo com grafito (nº **400**), os restantes correspondem a fragmentos de bocais característicos de alguns exemplares deste tipo.

Neste conjunto distinguem-se dois tipos de bocais: três fragmentos (nº **395-397**) possuem um bocal que termina num bordo muito esvasado, semelhante ao exemplar de perfil completo recolhido na necrópole de Valdoca, actualmente em depósito no Museu Nacional de Arqueologia (Mayet, 1983: 31; Pl. LXXXIV, nº 317); para o outro fragmento não encontramos um paralelo exacto (nº **398**).

A cronologia destes exemplares enquadra-se na cronologia proposta para esta forma: finais do século I e inícios do século II.

A forma **Hispan. 21** apenas está representada por um fragmento de parede (nº **401**). Dada a exiguidade deste não é possível integrá-lo com segurança nas variantes conhecidas. Todavia, admitimos atribuí-lo à variante de perfil bicónico, normalmente de maiores dimensões (vid. Mezquiriz, 1985: 150; Tav. XXXI, nº 3-5).

À semelhança da forma precedente este fragmento data dos finais do século I e inícios do século II.

A recolha de um fragmento de fundo atribuível à forma **Hisp. 54** merece ser destacada (**nº 402**).

Na verdade, trata-se de uma forma extremamente rara no contexto da produção de *terra sigillata* hispânica, conhecendo-se apenas dois exemplares depositados no Museu Nacional de Arqueologia de Madrid (Almedinilla, Córdoba) (Mezquiriz, 1961: est. 28; Mayet, 1983: 31; Pl. LXXXIII, nº 303; Mezquiriz, 1985: 159; Tav. XXXVII, nº 7) e no Museu de Vila Viçosa (Mayet, 1983: 31; Pl. LXXXIII, nº 302).

De acordo com o tipo de fabrico o fragmento de Braga data dos finais do século I e os inícios do século II.

A forma **Hisp. 23** é uma forma igualmente rara na produção hispânica.

Até ao momento encontramos apenas um pequeno fragmento de bordo e parede: a ausência de colo e a extrema convexidade da parede sugerem atribuí-lo a esta forma (**nº 403**).

Até à data esta forma é conhecida apenas por um exemplar completo recolhido em Mérida (Mezquiriz, 1961: Est. 27; Mayet, 1983: 31; Pl. LXXXI, nº 284; Mezquiriz, 1985: 151; Tav. XXXI, nº 8).

De acordo com as características de fabrico o fragmento de Braga data dos finais do século I e inícios do século II.

Da forma **Hisp. 28** conhece-se apenas um fragmento de bordo e parte superior do colo (**nº 404**). À semelhança das formas anteriores trata-se igualmente de uma forma pouco documentada conhecendo-se apenas um exemplar completo em Iruña (Alava) (Mezquiriz, 1961: est. 25, nº 4; *id.*, 1985: 152-153; Tav. XXXIII, nº 1).

Pelo fabrico o fragmento de Braga será datável da 2ª metade do século I, não se enquadrando por conseguinte na cronologia proposta para esta forma, atribuída aos séculos II e III.

Igualmente rara é a forma **Hisp. 34**, apenas documentada por um exemplar completo proveniente de Palencia e em depósito no Museu Nacional de Arqueologia em

Madrid (Mezquiriz, 1961: est. 28; Mayet, 1983: 31; Pl. LXXXIII, nº 311; Mezquiriz, 1985: 152-153; Tav. XXXIV, nº 1).

O fragmento em forma de pé de cálice recolhido em Braga é, todavia, ligeiramente mais moldurado que o exemplar de Palencia e pelo fabrico possui uma cronologia mais antiga, datada dos finais do século I e inícios do século II (nº 405).

Da forma **His. 51** encontraram-se três pequenos fragmentos (nº 406-407), um dos quais não ilustrado.

Trata-se de uma forma que se inspira nos *atramentaria* produzidos no sul da Gália.

No contexto da produção hispânica saliente-se a recolha de fragmentos desta forma encontrados nas entulheiras dos fornos de Bezares (Mezquiriz, 1985: 158).

Apesar do excessivo estado de fragmentação não permitir encontrar paralelos admitimos que, pelo fabrico, os fragmentos recolhidos em Braga datem de meados a finais do século I.

A forma **His. 88** está surpreendentemente bem representada na cidade por 5 fragmentos (nº 408-412), três dos quais com perfil completo (nº 410-412). De acordo com as suas características morfológicas pensamos que poderia ter sido utilizado como base. Os diâmetros variam entre 112 mm (nº 408) e 140 mm (nº 410).

Na última proposta tipológica apresentada para a *terra sigillata* hispânica figura um protótipo recolhido Bilbilis datável dos finais do século I e os inícios do século II.

Com exceção de um fragmento datável da 2ª metade do século I (nº 408), os restantes quatro enquadram-se na cronologia proposta para o exemplar de Bilbilis.

Na recente e última proposta de tipologia da *terra sigillata* hispânica (Roca Roumens e Fernández García, 1999) figura um pequeníssimo exemplar em forma de cálice, dado como proveniente de Bilbilis. Este pequeno cálice figura com o número **91** dessa mesma tipologia.

Em Braga, a presença de dois exemplares desta forma não deixa de nos causar alguma perplexidade. No entanto, ainda que possamos aceitar que estas formas não foram largamente produzidas, é de crer que elas estejam presentes noutros estabelecimentos da península.

Apesar da peça de Bilbilis não constar do quadro cronológico apresentado nesta síntese, os exemplares de Braga possuem um fabrico enquadrável no último quartel do século I (nº 413) e os finais do século I / inícios do século II (nº 414).

Em Braga recolheram-se três a quatro exemplares (nº 415-418) de uma forma actualmente incluída com o número 94 na recente tipologia proposta para a *terra sigillata* hispânica (Roca e Fernández Garcia 1999).

Esta forma, anteriormente incluída no Atlante com o número 39, possui fortes afinidades com alguns cálices da cerâmica celtibérica (forma 16) datáveis dos últimos dois séculos a. C (vid. Mezquiriz, 1985: 156).

Além do exemplar recolhido em Bezares conhecem-se dois outros fragmentos provenientes de Numância e Arenzana (*id. ibidem*).

A atribuição desta forma ao fragmento nº 415 é feita com reservas, dado poder igualmente tratar-se da parte superior de uma forma Drag. 44.

Com excepção deste fragmento com um fabrico muito fino e um engobe de excelente qualidade característico de determinados produtos hispânicos datáveis de 40 a 70 d. C, os restantes fragmentos (nº 416-418) não possuem um fabrico coincidente com a proposta apresentada por Mezquiriz que data esta forma a partir dos meados do século I (*id. ibidem*).

De acordo com as características de fabrico, os fragmentos de Braga podem ser datados do último quartel do século I (nº 416); finais do século I / inícios do século II (nº 417) e 1º quartel do século II (nº 418).

### 1.3.3. Formas lisas típicas da produção decorada

Sob este título incluímos quatro fragmentos de bordos e parede correspondentes às formas Drag. 29, Drag. 30 e Drag. 37 b não decoradas. Se as primeiras formas não decoradas são conhecidas não conhecemos paralelos para a Drag. 37 b lisa.

O fragmento da forma **Drag. 29 (nº 419)**, com um diâmetro de 250 mm, encontra paralelo num exemplar recolhido em Bezares (Roca e Fernández García, 1999: 273; 329) e nas escavações da muralha de Alcazaba, em Mérida, e actualmente em depósito no Museu daquela cidade (Mayet, 1983: 27; Pl. LXVI, nº 116).

De acordo com as características de fabrico o fragmento de Braga data do 3º quartel do século I.

Os fragmentos da forma **Drag. 29** ou **30** (preferencialmente desta última), com um diâmetro variável entre 138 mm (**nº 420**) e 134 mm (**nº 421**), encontram paralelo no exemplar Drag. 29 acima referido ou nos exemplares lisos recolhidos em Mozinho – Penafiel (Carvalho, 1998: 81) e Herdade do Reguengo, Vaiamonte (concelho de Monforte), actualmente em depósito no Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa (Mayet, 1983: 27; Pl. LXVI, nº 117). A produção lisa da forma Drag. 30 está também documentada na produção de Andújar (Roca e Fernández García, 1999: 273; 329).

Ambos os fragmentos recolhidos em Braga datam do último quartel do século I.

A recolha de um fragmento liso, incluído na série de bordo engrossado e reentrante da forma **37 b** é, no entanto, mais problemática (**nº 422**). De facto, como referimos, não encontramos na bibliografia consultada nenhum exemplar liso desta série. Encontramos sim um exemplar incluído na variante de bordo simples fabricado em Andújar (Roca, 1976: 152; Lam. 22, nº 81-82; 84; Roca e Fernández García, 1999: 273; 329).

De acordo com as características de fabrico o fragmento situa-se, todavia, no último quartel do século I, data coincidente com a cronologia de produção desta forma.

#### **1.3.4. Formas diversas indeterminadas**

No contexto das produções hispânicas recolhidas na cidade, destacam-se ainda quatro fragmentos para os quais não encontramos paralelos na bibliografia consultada.

O fragmento **nº 423** parece corresponder a uma pequena pega, que teria funcionado como apêndice ou asa de uma forma provavelmente decorada. De acordo com o fabrico este fragmento data dos finais do século I a inícios do século II.

Neste pequeno conjunto de peças indeterminadas não podemos deixar de destacar o fragmento **nº 424**. Trata-se de um fragmento de parede com cerca de 1 cm de espessura e cerca de 22 cm de diâmetro. O posicionamento deste fragmento graças ao conjunto de estrias existentes na face interna da parede permite verificar tratar-se de uma peça de grandes proporções com parede cilíndrica idêntica às formas Hisp. 54 e 55.

No contexto da produção hispânica não conhecemos, todavia, nenhuma forma com estas proporções. Conhecemos sim na produção de La Graufesenque a reprodução

em *terra sigillata* da *lagoena* romana bem conhecida em baixela metálica e noutro tipo de produções cerâmicas, destinadas principalmente para vinho.

De acordo com as características de fabrico esta peça data de finais do século I a inícios do século II.

Por fim salientamos ainda a presença de um fragmento de fundo de um prato de forma indeterminada que possui uma marca anepígrafa representada por uma roseta de 14 pétalas incluída num pequeno círculo inciso (nº 425).

Trata-se de uma marca que, com alguma probabilidade, assinala a oficina de um oleiro, como parece sugerirem as produções de *terra sigillata* itálica e gálica e outras marcas anepígrafas hispânicas da produção de *Tritium Magallum* documentadas em Numância (Romero Carnicero, 1985: 188, nº 793; 406) e Peñaforua (Mezquiríz 1985: 119), ou mesmo, como refere M<sup>a</sup> Victória Romero Carnicero (1885: 188; 190), certo tipo de entalhes (vid. marca nº 103) conhecidos na produção de Andújar (vid. Roca, 1976: 30-31, Est. 2, nº 1-13).

Acentue-se, todavia, que a marca de Braga, com um fabrico relativamente antigo atribuível ao 2º quartel do século I e um tipo de decoração bem presente nos produtos decorados produzidos em *Tritium Magallum* no século I (vid., Mayet, 1983: Est. CXLII; Romero Carnicero, 1985: 188; 190), diferencia-se da marca de Numância (Romero Carnicero, 1985: 188; 190) que apresenta um tipo de decoração em palmetas directamente influenciada pelas decorações estampadas que se difundem a partir do século IV com a *terra sigillata* africana D e a *terra sigillata* gálica tardia. A peça de Braga possui uma pasta vermelha-acastanhada com e. n. p. abundantes, homogéneos e de pequenas dimensões. A superfície da pasta é ondulada com abundantes vacúolos redondos de pequenas dimensões e alguns alongados de maiores dimensões. O engobe, também vermelho-acastanhado, bem aderente e conservado, possui um brilho homogéneo no fundo externo e menos homogéneo no fundo interno.

Fora desta apreciação contamos ainda com um fragmento indeterminado representado por um bordo espessado, ligeiramente esvasado, seguido de um colo mais fino e côncavo (nº 426). Este fragmento, provavelmente de um jarro ou bilha, caracteriza-se por possuir um fabrico muito diferenciado: a pasta de cor creme acastanhada tem uma superfície rugosa e laminar com vacuólos de diferentes dimensões

não sendo visíveis qualquer tipo de e. n. p.. Possui um engobe acastanhado não muito espesso e mais ou menos brilhante.

Apesar de desconhecermos o centro de produção deste fragmento é possível que possa ter saído de uma das oficinas situadas no Vale do Douro. Este fragmento provém de um contexto estratigráfico situado entre os finais do século I e os inícios do século II.

### **1.3.5. Formas lisas de produção bética (Andújar e Granada)**

No conjunto da *terra sigillata* de proveniência hispânica foi possível identificar um pequeno número de peças oriundas dos centros produtores béticos de Andújar e Granada. Esta presença da *terra sigillata* bética é um facto bastante curioso e surpreendente pois no Noroeste peninsular ainda não se tinha documentado *terra sigillata* com esta proveniência.

A única excepção corresponde a um fragmento da forma Drag. 15/17 com a marca *IIX·OV·CA* proveniente de Arcozelo (Barcelos, Braga). No entanto, a origem duvidosa desta peça e a ausência de exemplares oriundos das oficinas béticas no Noroeste peninsular teria levado Françoise Mayet (Mayet, 1984: 226, nota 21) a propor que esta tivesse sido trazida de fora em época recente.

Dos dezanove fragmentos de *terra sigillata* Bética até à data documentados na cidade, oito correspondem a produções de Andújar e onze às produções de Granada.

Os exemplares atribuíveis a Andújar possuem uma pasta mal cozida, friável, de fractura irregular, com uma superfície interna de aspecto poroso, com frequentes vacuólos. A cor varia entre o bege acastanhado e o vermelho inglês, sendo visíveis partículas amareladas, argilosas e calcárias. O verniz é vermelho acastanhado, espesso e mate, podendo ser mais ou menos homogéneo e aderente.

Os exemplares atribuíveis a Granada possuem uma pasta fina de factura irregular e de cor ocre clara, ligeiramente micácea. O verniz é de cor vermelha alaranjada. O facto de possuímos uma amostra proveniente dos centros produtores de Granada (nº 435) facilitou-nos a identificação dos fragmentos recolhidos na cidade.

O pequeno repertório de formas provenientes de Andújar corresponde às formas clássicas Drag. 15/17, 24/25, 27 e 35/36, e a uma forma exclusivamente produzida neste centro, a forma Hisp. 69. A presença de um exemplar atribuível à forma Drag. 18

ou 18/31 é, no entanto, mais difícil de enquadrar dada a sua escassez ou ausência neste centro produtor.

Os fragmentos da forma Drag. 15/17 estão presentes com dois exemplares pertencentes ao 1º e 2º grupo, respectivamente. O fragmento nº **427**, pertencente ao 1º grupo, possui uma parede pouco esvasada e uma moldura na parede externa, idêntico aos produtos do Sul da Gália de época cláudia e flávia (vid. Roca, 1976: 33-34). O fragmento nº **428**, com um bordo de maior diâmetro e uma parede mais esvasada, possui características afins aos exemplares do 2º grupo, semelhante a exemplares documentados noutros centros de produção de *terra sigillata* hispânica datáveis de finais do século I e inícios do século II (*id. ibidem*).

A forma Drag. 24/25 está representada pelo exemplar de perfil completo nº **429** que possui a marca de um oleiro de Andújar (= *NA*) e uma marca de entalhe na parede interna junto à base, técnica exclusiva deste centro produtor no contexto das produções hispânicas (Roca, 1976: 30; Sotomayor Muro, *et alii*, 1999: 21-22). A presença da marca no fundo interno deste exemplar deve ser salientada dado que até à data não se tinham documentado marcas neste tipo de formas (Férrandez García, 1998: 54).

A forma Drag. 27, com o nº **430**, está igualmente representada por um exemplar. Trata-se de um pequena peça de perfil completo que se caracteriza por possuir uma parede contra-curvada, terminando num lábio exteriormente demarcado por duas finas caneluras e um pé de secção mais ou menos triangular.

A forma Drag. 35/36 está representada por dois exemplares que terminam numa pequena aba sem decoração em barbotina. O fragmento nº **431**, com uma parede mais encurvada e com maior profundidade, enquadra-se nas tigelas da forma Drag. 35. O fragmento nº **432**, possui um maior diâmetro e uma menor profundidade, como é característico dos pratos e prateis da forma Drag. 36.

No contexto da escassa representação das formas provenientes de Andújar até à data recolhidas na cidade, não deixa de ser surpreendente a presença do exemplar nº **433** atribuível à forma Hisp. 69. De facto, esta forma, única e exclusivamente atribuída às produções de Andújar, é uma forma pouco representada nesta produção sabendo-se apenas que parece ser própria de momentos avançados de laboração deste centro (vid. Sotomayor Muro, *et alii*, 1999: 26).

Mais intrigante é a presença do exemplar atribuível à forma Drag. 18 ou 18/31 (nº **434**). Na verdade, esta forma não se encontra na tipologia apresentada pelos autores espanhóis que de longa data têm vindo a publicar as formas provenientes deste centro



produtor. Encontramos, todavia, referência a dois exemplares dados como provenientes das entulheiras dos fornos de Andújar na obra de F. Mayet sobre a *Terra Sigillata* Hispânica (Mayet, 1983: pl. XXIII, nº 13-14), juntamente com treze outros igualmente atribuídos a este centro produtor, recolhidos em Belo (vid. Bourgeois, A. e Mayet, F., 1991: 206-207; 219-220, pl. XLI-XLII, nº 7-9; 11).

O repertório das formas atribuíveis a Granada é, como seria de esperar, mais reduzido. Destes apenas se documenta a forma Drag. 15/17, representados pelos nº 435 e 439, sendo que o nº 438 possui um perfil completo e uma típica decoração roleta no fundo interno. Os restantes fragmentos, com os nº 440 a 446, correspondem a fragmentos de fundo de pratos, igualmente ornamentados com a típica decoração roletada.

### **1.3.6. Motivos decorativos**

#### **Grinaldas, arcarias e motivos cruciformes (nº 1-7)**

Em Braga recolheram-se poucos fragmentos da produção hispânica com a representação de grinaldas (**nº 1-3**). De entre estes destacam-se um fragmento atribuível às formas Hisp. 20 ou 82 (**nº 1**) e dois fragmentos pertencentes à forma Drag. 29 com a representação de uma espiral (**nº 2**) e de uma grinalda incluída numa arcaria (**nº 3**) provavelmente atribuíveis à de Tricio.

Como os motivos anteriores, as arcarias directamente inspiradas nas produções gálicas são igualmente pouco frequentes nas produções hispânicas do norte peninsular. De entre os fragmentos recolhidos na cidade destaca-se o **nº 4** pertencente a uma forma Drag. 29. Este fragmento está decorado por um friso com a representação de arcarias que incluem no seu interior a figura de uma vitória caminhando à direita, provavelmente atribuível ao centro produtor de Bezares.

Igualmente de inspiração gálica, os motivos cruciformes estão pouco representados na cidade. De entre estes destacam-se três fragmentos (**nº 5-7**), um dos quais representado pela conhecida Cruz de Stº André (**nº 5**), típica da produção gálica e das produções béticas. O fragmento **nº 7** possui uma decoração muito simplificada idêntica a outros exemplares recolhidos no centro produtor de Bezares.

### **Pequenos motivos verticais (nº 8-39)**

São diversos os motivos verticais cuja finalidade é a de separar as decorações que se vão repetindo na superfície dos vasos. A generalidade destes motivos pode ser incluída nos dois grande grupos conhecidos: os vegetais e os do tipo geométrico.

Os primeiros, mais abundantes, estão particularmente representados por folhas estilizadas de diferente natureza ou rematados por representações de palmetas (nº 10; 12; 18-22; 24-34).

Os segundos, correspondem a representações mais esquemáticas representados por motivos variados dos quais se destaca as conhecidas representações de candelabros (nº 8-9; 11; 13-17; 23; 35; 37).

Neste rol cabe ainda destacar alguns motivos diferenciados caso do nº 36, com rosetas sobrepostas (nº 36) e um friso disposto na vertical formado por linhas segmentadas (nº 38).

Apesar da dificuldade em atribuir a cada punção um centro produtor específico parece, todavia, sugestivo que algumas destas decorações encontrem paralelos em exemplares recolhidos em Tricio (ex. nº 8; 14-16; 34; 36), Bezares (ex. nº 9; 12; 21; 26) e Arenzana (ex. nº 18; 22; 27).

### **Óvulos e motivos diversos (nº 40-56)**

Apesar da estrita representação de frisos contínuos com a representação de óvulos os fragmentos recolhidos em Braga são deveras variados: óvulos mais ou menos largos ou estreitos (nº 40-45), alguns dos quais apenas representados por círculos simples semelhantes a motivos geométricos estilizados (nº 40; 45).

À simplicidade destes últimos contrapõem-se outros de feitura mais cuidada que, à semelhança das produções gálicas, possuem uma lingueta de separação (nº 47-49).

Reunindo ambas as características destaca-se um pequeno fragmento atribuível à forma Hispânica 1 cuja representação de óvulos e linguetas se encontram substituídas por motivos circulares e linhas verticais (nº 46).

No rol dos motivos diversos encontra-se uma variabilidade de motivos, por vezes de difícil classificação: motivos vegetais estilizados (nº 50; 52-54), altares (nº 51), estrelas (nº 55), bucrâneos (nº 56), etc.

### **Motivos em rosetas (nº 57-84)**

Grande é a diversidade dos motivos decorativos representados por rosetas recolhidos na cidade. Estes motivos, associados ou não a motivos circulares, possuem uma decoração idêntica a alguns dos fragmentos recolhidos nos centros produtores de Tricio (nº 58; 65; 74-76; 78), Bezares (nº 57-63) e Arenzana (nº 64; 67-71).

Como seria de esperar, a maior parte dos fragmentos aqui reunidos pode ser classificada em função do tamanho e do número e forma das pétalas: pétalas assimétricas, simétricas, lisas, cavadas ou decoradas.

A estas cabe acrescentar a marca anepígra presente no fundo interno de um prato representada por uma roseta de 14 pétalas incluída num pequeno círculo inciso (*vid. supra*).

### **Motivos vegetais (nº 85-134)**

Como se sabe, os motivos vegetais são dos mais frequentes no rol das decorações da *terra sigillata* hispânica. Este facto explica a relativa abundância e diversidade das decorações recolhidas em Braga.

Também em Braga estes motivos se fazem acompanhar de outras decorações, frequentemente associados a motivos animais, humanos ou círculos e medalhões.

As representações mais frequentes correspondem a diferentes tipos de palmetas (nº 89-112), com ou sem caule inferior e base triangular ou bífida, e palmetas arredondadas com ramos múltiplos e de diferentes tamanhos, a maior parte das quais encontra paralelos aproximados nas produções de Bezares (nº 92-95; 97; 100; 102; 105-107).

Menos frequentes são as representações vegetais com motivos de tipo arbóreo e motivos trifoliados (nº 117-119), frequentemente associados às produções de Tricio (nº 118-119; 124). Além destes motivos estão ainda presentes as folhas de tipo lanceolado e outros motivos vegetais variados passíveis de serem integrados nestes ou noutros centros produtores do Vale do Ebro (nº 113-116; 125-132).

### **Representações de aves (nº 135-184)**

Na cidade as representações de aves são tanto ou mais abundantes que os motivos vegetais. Neste grupo de decorações podem distinguir-se aves de grande e pequeno porte.

De entre as primeiras cabe destacar a representação de cegonhas de asas abertas ou fechadas (nº 135-138); a representação de aves que julgamos pertencer a aves pernaltas (grouse?) características da produção de Bezares (nº 139-142); aves palmípedes, provavelmente representando albatrozes (nº 143-145), e a representação de gansos (nº 146-149) e cisnes (nº 150-153).

O grupo das aves de pequeno porte está particularmente representado por aves aquáticas, a maior parte das quais representadas por patos em diferentes posições e tamanhos (nº 154-166).

Além de outras aves de difícil classificação (nº 167-178), reconhece-se ainda a representação de pavões reais (nº 180) ou comuns (nº 179) e a representação de galos (nº 181) e aguias (nº 182-184), estas últimas típicas do centro produtor de Arenzana.

### **Representações de outros animais (nº 185-232)**

Com excepção de um fragmento com a representação de um peixe, provavelmente um golfinho (nº 232), as restantes decorações de animais estão representadas por quadrúpedes. Neste rol figuram os animais míticos, os selvagens ou exóticos e os relacionados com a caça e alimentação.

Os animais míticos estão representados por grifos (nº 185-187), reconhecíveis nas produções de Tricio e Bezares, e por um Pégaso (nº 188).

Os animais selvagens ou exóticos estão presentes através da representação de leões de tamanho médio a grande apoiados sob as patas traseiras, típicos das decorações de Bezares e Arenzana (nº 189-192).

Integráveis nestas duas categorias figuram as representações de panteras dionisíacas, motivo recorrente da iconografia clássica romana quando associada ao cortejo báquico (nº 193-197). Punções idênticos aos de Braga foram recolhidos nos centros produtores de Tricio e Arenzana.

Seguem-se as representações de animais relacionados com motivos de caça e alimentação: javalis na posição de corrida ou em repouso (nº 198-199); cães de caça no acto de corrida semelhantes à representação de lebres (nº 200-204); lebres na posição de corrida e coelhos em posição de repouso (nº 205-215); cervídeos de diferentes tamanhos e posições (nº 216-226; 228-229) e caprinos (nº 222; 230-231), sendo, como seria de esperar, mais abundantes os primeiros bem representados em todos os centros produtores conhecidos do Vale do Ebro.

### **Motivos Humanos (nº 233-258)**

A representação de figuras humanas, muito frequente na produção hispânica, encontra-se igualmente bem documentada em Braga.

As divindades masculinas estão representadas por Mercúrio (nº 233-237), vendo-se dois dos seus atributos, o caduceu e a bolsa.

As divindades femininas são mais numerosas e frequentes com destaque para a representação de Minerva (nº 238-242) idêntica aos punções recolhidos em Arenzana. Segue-se a representação de uma possível Vitória? (nº 243) para a qual não encontramos paralelo e a imagem da deusa Fortuna (nº 244-246), idêntica a decorações recolhidas em Tricio e Arenzana. A estas acrescenta-se ainda duas representações pouco frequentes na *terra sigillata* hispânica com a imagem alegórica da Divindade Roma em posição sentada, conhecida na produção decorada de Arenzana (nº 247-248).

Além das divindades e das representações alegóricas estão ainda presentes na cidade decorações relacionadas com figuras de lutadores (guerreiros, gladiadores, pugilistas) (nº 249-255) e outras decorações representadas por uma figura feminina (nº 258) e uma figura masculina em posição sentada (nº 257). Esta última figura, idêntica a punções recolhidos em Tricio, poderá corresponder à imagem de um pescador, tema usado no repertório figurativo do oleiro Germanus que laborou em La Graufesenque no reinado de Nero e a dinastia flávia (Oswald, 1964: 135-136; 389-390; Oswald e Pryce, 1966: p. 136 s; Est. XXXV, nº 14).

### **Motivos compostos por cenas (nº 259-266)**

Neste último grupo incluem-se motivos compostos por cenas resultantes da justaposição de punções animais e humanos. Em Braga predominam as cenas representativas da caça entre animais, em particular com a representação de cães a atacar cervídeos (nº 259-266). Documenta-se ainda a representação de jinetes ou bigas (nº 265) e a associação de figuras divinas com animais (nº 266).

#### **1.3.7. Marcas**

Do total de 95 fragmentos com marcas de oleiro, 32 foram consideradas ilegíveis dado o estado excessivo de fragmentação (**Fig. 51**).

Saliente-se, todavia, que com exceção de duas marcas oriundas de Andújar, as restantes 63 marcas identificadas correspondem a conhecidos oleiros que laboraram na região de La Rioja. Deste rol pode, inclusivamente, identificar-se 33 marcas

especificamente atribuíveis a determinados centros de produção documentados nesta região. É o caso de Tricio (14 marcas = 7 oleiros), Tricio – El Quemao (13 marcas de um só oleiro), Tricio – Prado Alto (uma marca), Arenzana de Arriba – La Puebla (duas marcas = dois oleiros), Arenzana de Abajo (uma marca) e, possivelmente, Bezares ou Arenzana de Arriba (duas marcas de um só oleiro).

À semelhança das marcas oriundas do Sul da Gália, o excessivo estrado de fragmentação dos vasos recolhidos na cidade pode ainda ser apreciado pela reduzida quantidade de formas com marca até à data identificadas, sendo apenas possível atribuir tipologia a 22 fragmentos. Estão neste caso dois fragmentos com decoração intradecorativa da forma Drag. 37 e os exemplares lisos das formas Drag. 15/17 (11 marcas), 18/31 (duas marcas), 27 (quatro marcas), 24/25 (2 marcas) e Hisp. 4 (uma marca).

Com excepção de seis marcas intradecorativas posicionadas na parede de formas decoradas, todas as marcas se encontram no fundo interno impressas em caixilhos de forma variada, desde o rectângulo com ângulos rectos, até ao de ângulos arredondados ou bífidos.

Dos cerca de 31 oleiros identificados predominam as marcas atribuíveis a *Lapillus*, com dez a treze marcas, cuja assinatura está largamente documentada na Lusitânia e no Noroeste.

Seguem-se-lhe em número as marcas de *Agilianus*, com cinco marcas, e *Fulvius Paternus* e *Sempronius Valerius*, ambos com três marcas.

Com duas marcas cada figuram os nomes de *Clodius*, *Lucius Sempronius*, *N[-] Protæ* e, provavelmente, *Valerius*.

Com apenas uma marca figuram os seguintes oleiros: *Titus Sagenus* (intradecorativa), *Ae(milius) Fr(onto)*, *Britto*, *Cantaber*, *Fuk?*, *G[-] Annius Tritiensis*, *Iunius* ou *Inius Ma[-]*, *Lucius Anius*, *Lucius Pi[-]*, *M[-] Assellius?*, *Maternus Tritiensis*, *Maurus*, *Mem Mi*, *Miccio*, *Nas[-] De[-]*, *Rufus?*, *Saturus* ou *Saturninus?*, *Va[c]v[?]ere*, *Valerius Maternus*, *Valerius Paternus*, *Valerius* ou *V[-] Parus*, *Firmus Tritiensis* ou *Segius Tritiensis*.

De entre estas marcas destaca-se os nomes *Va[c]v[?]ere* e *N[-] Protæ*, para as quais não encontramos paralelos.

Se para a primeira podemos admitir tratar-se de um oleiro conhecido, mas de leitura incerta dado o seu estado deteriorado, a segunda representa uma marca inédita.

No contexto das marcas em *terra sigillata* apenas encontramos o nome *Protis* em vasos fabricados nos centros produtores do Sul da Gália, caso de Bram e La Graufesenque.

A presença na península dos antropónimos *Protaeidius*, *Protaeidus*, *Proto* e *Protus* (vid. Abascal Palazón, 1994), parece sugerir, todavia, que *Protae* possa corresponder a uma abreviatura de *Protae(idius)* ou *Protae(idus)*.

Apesar de se tratar de um nome até à data desconhecido no contexto da produção hispânica de *terra sigillata*, deve no entanto, salientar-se a sua presença em dois exemplares de perfil completo da forma Drag. 15/17 e a sua associação estratigráfica com a marca *Ae(milius) Fr(onto)*, igualmente documentada num exemplar de perfil completo da forma 15/17.

A presença das marcas *NA* e *O?IPIIII (Titus Oppius)* atribuíveis a Andújar é igualmente interessante na medida em que documenta e parece corroborar a presença na cidade de fragmentos atribuíveis àquele centro e às suas sucursais granadinas.

A avaliar pelas características de fabrico e proveniência estratigráfica das marcas verifica-se um predomínio das marcas datáveis dos finais do século I e os inícios do século II, período auge da importação da *terra sigillata* hispânica na cidade. Igualmente acompanhando a frequência destas produções na cidade, segue-se-lhes em número as marcas datáveis de meados a finais do século I e em menor número as marcas datáveis a partir dos inícios do século II.

### 1.3.8. Grafitos

A recolha na cidade de 87 fragmentos com grafitos é deveras significativa. De acordo com as características de fabrico estes repartem-se maioritariamente a partir dos finais do século I e os inícios do século II, como vimos o período auge da importação destas cerâmicas na cidade (**Fig. 52**).

À semelhança dos fragmentos com grafito da produção do Sul da Gália, os grafitos presentes nos vasos de produção hispânica estão excessivamente fragmentados.

Apesar desta circunstância pode igualmente antever-se a presença de antropónicos - alguns dos quais hipoteticamente reconstituíveis como [V]aleri, Sat[ur] ou Sat[urninus], Mar[ius], Sabi[nus], Ger[manus], R[u]/[us], etc, - ou numerais - desta vez representados pelos símbolos *X*, [...?] *VI IV* [...?], *XXX*[I?], *XXL*, *R?* (=80).

A estes acrescenta-se ainda alguns grafitos representando provavelmente elementos vegetais e um crismón (este último feito seguramente em data posterior).

No conjunto destes grafitos destacam-se, todavia, dois fragmentos que assinalam as datas de 1711 e 1771. O primeiro destes fragmentos provém dos achados antigos recolhidos na Colina do Alto da Cividade e assinala em letras profundamente gravadas ANNO 1711, acompanhadas do desenho de um busto “romano” coroadado. O segundo fragmento, actualmente desaparecido, assinalava o ano de 1771.

Trata-se, naturalmente, de grafitos feitos em pleno século XVIII por “fieis” descendentes e herdeiros da *Bracara Augusta* romana, numa atitude de saudosismo.





## 2. As paredes finas

### 2.1. Paredes finas importadas

Na cidade foi recolhida uma apreciável diversidade de fabricos e formas de cerâmicas de “paredes finas”, a maior parte dos quais representadas pelas produções e decorações mais comuns. Saliente-se, desde já, a extrema dificuldade em determinar certas características morfológicas, pela extrema fragmentação que os exemplares sofreram. As formas encontradas reduzem-se a copos e taças, sendo estas últimas as mais abundantes.

#### 2.1.1. Áreas de produção

Num total de 235 fragmentos, foi possível atribuir tipologia a 152 provenientes de distintas áreas de produção.

A análise comparativa destas produções revelou o predomínio de exemplares itálicos (**Figs. 53 e 54**), a maior parte dos quais oriundos da Etrúria e da Área Centro Ocidental do Vale do Pó. As restantes produções itálicas, com exceção de um fragmento provavelmente oriundo da região Centro-Itálica, provêm da Campânia, Siracusa e Ligúria.

Todos os outros fragmentos correspondem a produções provinciais. Neste rol predominam as produções oriundas da Península Ibérica (**Figs. 55 e 56**), maioritariamente representadas pelas conhecidas “séries monótonas” béticas e emeritenses, contrastando com um número reduzido de fragmentos que imitam a Forma II, cuja proveniência catalã e cordovesa é feita com reservas:

- as peças com provável origen catalã possuem uma argila depurada de cor ocre acastanhada e castanha avermelhada e engobe negro, espesso e muito aderente, integrável nas chamadas cerâmicas “cinzentas ampuritanas”;
- as peças com provável origem cordovesa possuem uma argila depurada de cor ocre alaranjada e uma superfície externa polida com vestígios de torno na face interna, coberta por um engobe laranja-acastanhado ligeiramente metalizado.

No contexto das produções provinciais recolheram-se ainda na cidade (**Figs. 57 e 58**) dois fragmentos moldados oriundos de oficinas do Sul da Gália, provavelmente de La Graufesenque, e um conjunto de cerca de uma quinzena de fragmentos cujas características morfológicas e de fabrico parecem poder filiar-se numa suposta, mas ainda não comprovada, produção Narbonense situada em Sallèles d'Aude (Aude) (vid. Laubenheimer, 1986: 41-45; López Mullor, 1990: 340; Minguez Morales, 1991: 74; 118, Fig. 23).

A estes acrescenta-se ainda um fragmento da Forma Mayet LXX que encontra paralelos formais em exemplares recolhidos na Catalunha e Córdoba mas cuja proveniência específica não foi possível determinar.

Trata-se de um fragmento que à semelhança de outros exemplares recolhidos em contexto peninsular possui uma pasta cinzenta obtida por fogo redutor e um engobe negro e aderente na parte não decorada, junto ao bordo. Dada a sua semelhança com as cerâmicas designadas por cinzentas finas polidas não sabemos se se trata de uma produção local / regional afim àquelas produções cerâmicas ou se se integra, entre outras possibilidades, nas conhecidas produções regionais catalãs com fortes ligações às cerâmicas designadas “cinzentas ampuritanas”.

### **2.1.2. Enquadramento cronológico e análise quantitativa**

As paredes finas mais antigas recolhidas na cidade são contemporâneas dos primeiros momentos de vida da cidade, no tempo de Augusto. Estas estão representadas por 72 fragmentos, sendo a quase totalidade de origem itálica.

Os 64 fragmentos, alguns dos quais enquadráveis nas Formas Mayet II, II D, III a, VIII B, VIII C e IX (**nº 1-4; 6-14**), possuem um fabrico característico da Etrúria. A estes acrescenta-se apenas um fragmento do Tipo Atlante 2/412 (**nº 51**), provavelmente oriundo da região Centro-Itálica, sete fragmentos de fundo de origem peninsular que imitam a Forma Mayet II (**nº 76-82**) e um fragmento da Forma Mayet LXX (**nº 129**) ao qual atribuímos a designação de “Hispânica regional”.

### **Augusto / Cláudio-Nero**

Entre o principado de Augusto e os meados do século I d. C. verifica-se o auge de importação destas cerâmicas com 93 fragmentos. Saliente-se que, à semelhança do

momento anterior, continua o predomínio das importações itálicas, com 73 fragmentos, sobre as provinciais, com apenas 20 fragmentos.

De entre as produções itálicas (**Figs. 53 e 54**) predominam, com 40 fragmentos, os produtos oriundos da Área Centro Ocidental do Vale do Pó que, exceção feita a um fragmento do Tipo Atlante I / 62 (**nº 32**), se enquadram na forma híbrida Mayet XXXIII/XXXV (Tipo 2/232, 2/405) (**nº 33-50; nº 44-51**).

Como seria de esperar as produções originárias da Etrúria estão neste momento cronológico menos representadas contando apenas com 15 fragmentos, correspondentes às Formas Mayet II/III, X, X C, XI A, XI B e XXX (Tipo Atlante 2/219) (**nº 5; nº 15-27**).

Em menor número figuram as produções itálicas oriundas da Campânia, de Siracusa e da Ligúria, com apenas 18 fragmentos na totalidade:

- da Campânia provêm seis fragmentos, sendo três a quatro integráveis na Forma Mayet X A (Tipo 2/386). Todos os fragmentos possuem um fabrico do Tipo 1 definido por Andreina Ricci (Ricci, 1985: 347) (**nº 52-55**);
- de Siracusa recolheram-se dez fragmentos, podendo atribui-se à Forma Mayet V (Tipo Atlante I/47) dois exemplares completos e um fragmento. Estas peças possuem uma superfície negra e uma parede muito fina e “sonora” que nos faz associar às conhecidas produções designadas de “casca de ovo” oriundas de Cádiz e Rubielos de Mora (**nº 56-58**).
- da Ligúria apenas se documentaram dois exemplares sendo apenas um integrável na Forma Mayet XXIV (**nº 59-60**).

As produções provinciais estão apenas representadas por 20 fragmentos (**Figs. 55 a 58**). À parte os três exemplares béticos da Forma Mayet XXXVI (**nº 89-91**), os restantes fragmentos correspondem aos dois fragmentos moldados do Tipo Atlante 2/237 oriundos de La Graufesenque (**nº 74-75**) e às Formas Mayet XIB, XII, XXXVII, XL (**nº 61-72**) que possuem características afins a uma suposta produção narbonense situada em Sallèles d’Aude (Aude) (**Figs. 55 a 58**). Com a mesma proveniência recolheu-se ainda na cidade a parte superior de uma pequena *olla* globular, provavelmente usada como unguentário (**nº 73**).

### **Tibério-Cláudio / Vespasiano-Flávios?**

À semelhança de outros contextos peninsulares, no período correspondente à dinastia júlio-cláudia e inícios da dinastia flávia a cidade passou a beneficiar de outros

circuitos de abastecimentos destas cerâmicas ao qual se associou um decréscimo das importações itálicas. Como se vê nas **Figs. 54 e 56**, a cidade abastece-se dos produtos de origem bética, que após um aparecimento tímido na época de Tibério, passam então a gozar de grande popularidade no período de Cláudio até ao reinado de Vespasiano.

Assim as produções itálicas (**Figs. 53 a 54**) apenas estão representadas por quatro fragmentos etruscos da Forma Mayet XXXII, que julgámos poder atribuir ao centro produtor de Sutri (vid. **nº 30-31**).

As produções béticas estão melhor representadas, contando com 31 fragmentos. Estas produções incluem alguns fragmentos representativos das cerâmicas designadas “casca de ovo”, contando com quatro fragmentos da Forma Mayet XXXIV (**nº 83-86**) e dois fragmentos da Forma Mayet XXXIV B (**nº 87-88**). Os restantes estão representados pelas conhecidas “séries monótonas” que incluem 22 fragmentos da Forma Mayet XXXVII, 1 (**nº 92-101**) que se caracterizam por possuir uma decoração arenosa aplicada na superfície do vaso e três fragmentos da Forma Mayet XXXVII (**nº 103-105**) com decoração mamilar aplicada a barbotina.

## **2ª metade do século I**

A presença de paredes finas importadas em *Bracara Augusta* termina com os produtos oriundos de olarias situadas algures no território emeritense, seguramente dependentes das produções artesanais relacionadas com a capital provincial deste território, a cidade de *Emerita Augusta*. À semelhança do período anterior foram recolhidos na cidade 35 fragmentos oriundos destas oficinas (**Figs. 55 a 56**), representados pelas Formas Mayet XLIII (**nº 105-114; nº 117-123; nº 125**) e Mayet XLIV (**nº 115-116; nº 124 ; nº 126**).

### **2.2. Paredes finas locais**

Até hoje insuspeita, existiu de facto uma produção de paredes finas locais, embora, de momento, tenha de ser considerada residual.

Para a sua revelação contribuiu o estudo, entretanto por nós realizado (Morais, 1997-98a), sobre as produções de paredes finas importadas que nos permitiu individualizar quatro fragmentos (**nº 1-4**) com características de fabrico atípicas muito próximas das produções locais. Tal hipótese foi comprovada pelas análises laboratoriais entretanto realizadas que, em definitivo, vieram comprovar que a produção destas cerâmicas foi realizada com argilas provenientes da região do Prado.

A possibilidade da comercialização das produções de paredes finas locais fora da cidade parece-nos, todavia, pouco aceitável ainda que possa admitir-se que os estudos até agora realizados sobre materiais não lhes tenham prestado a devida atenção, passando camuflados ou, inclusivamente, ao tratar-se de formas experimentais não chegassem simplesmente a ser comercializados.

Com exceção de um fragmento de fundo de forma indeterminada decorado com rodízio disposto transversalmente (nº 1), os restantes fragmentos copiam formas de paredes finas provenientes da Bética. Até ao momento encontraram-se três exemplares fragmentados, com decoração mamilar disposta de forma aleatória, dois dos quais parecem inspirar-se na Forma Mayet XXXVII (nº 2-3) e o último, de perfil quase completo, na Forma Mayet XXXVIII B (nº 4).



### 3. Cerâmica bracarense

Esta cerâmica foi pela primeira vez referida por Rigaud de Sousa em 1965 no IV Colóquio Português de Arqueologia. Mais tarde Adília Alarcão (Alarcão, 1966) dá a conhecer à comunidade científica internacional a existência desta cerâmica, num trabalho publicado na revista “*Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta*, nº VIII”, sob o título “*Bref aperçu sur la céramique romaine trouvée à Bracara Augusta*”. Neste estudo a autora realça um grupo “muito interessante” de cerâmicas que imitam as formas da *terra sigillata* algumas das quais feitas a molde e com uma decoração e fabrico semelhantes às paredes finas e lucernas (*id. ibidem*: 46).

No início da década de 70, no II Congresso Nacional de Arqueologia, Rigaud de Sousa, num estudo intitulado “*Cerâmica fina típica de Braga*” (Sousa 1971: 451-455), refere-se de novo a esta cerâmica a partir de novos dados resultantes das escavações por si realizadas. Neste estudo Rigaud de Sousa refere-se a esta cerâmica como “*terra sigillata bracarense*”, dado que, segundo o autor esta produção imitava de perto as formas de *terra sigillata* do Sul da Gália e da Hispânia.

Percorridos poucos anos, Adília Alarcão, em trabalho conjunto com Alina Martins (Alarcão e Martins 1976: 1-19; Est. I-VII), publica um excelente artigo sobre esta cerâmica referindo, para além da sua dispersão no norte do país, as suas características essenciais e respectiva problemática.

Este trabalho passou a ser referência para diferentes autores que, no contexto do noroeste português, encontravam esta produção. Salientamos entre outros o trabalho de Lino Tavares Dias sobre as cerâmicas romanas de Tongóbriga realizado em 1995 e de Felizbela Leite, na sua tese de mestrado intitulada “*Contribuição para o estudo da cerâmica fina de Braga. A cerâmica “dita bracarense”*”, defendida em 1997.

Neste último trabalho tratava-se de determinar através das análises laboratoriais (petrográfica, mineralógica e química), o tipo de barreiros utilizados e respectivo centro ou centros de produção. A análise de fragmentos provenientes de Braga e de *Aquis Querquennis* revelou que os materiais em estudo provinham de barreiros com argilas caulínicas existentes ao longo da costa Norte de Portugal e região de Orense.

Ficava, todavia, por resolver a questão de saber qual das regiões teria sido responsável pela produção desta cerâmica, ou mesmo, se ela poderia provir de dois sítios produtores.



### 3.1. Características da produção

Trata-se de uma produção com base em argilas cauliníticas como recentemente pôde ser confirmado pelas análises laboratoriais (Leite, 1997; Gomes, 2000).

Caracteriza-se, genericamente, por uma pasta muito depurada de cor creme claro e superfície sempre revestida por um engobe de cor pouco homogênea, variando entre o amarelado, mais frequente, e tonalidades laranja-acastanhadas e salmão, por vezes ligeiramente metalizado, com manchas negras frequentes.

Esta produção caracteriza-se também pela imitação das formas mais usuais da *terra sigillata* hispânica e de algumas formas de paredes finas típicas da região emeritense. Como decoração prevalece o uso de um rodízio de excelente execução.

Além da imitação desta louça fina de mesa muito requintada, a “cerâmica bracarense” contempla ainda a produção de cerâmicas de uso comum.

Saliente-se, ainda, uma produção específica de lucernas do tipo Dressel 20 e Loeschke X, algumas das quais assinadas por *LVCRETIVS*, um conhecido oleiro da cidade.

Os escassos vestígios de importações de *terra sigillata* bética, por um lado, e a análise atenta da cerâmica bracarense, por outro, parece sugerir que não estamos perante uma simples imitação de cerâmica importada feita por oleiros de origem local, mas, talvez, da instalação em *Bracara Augusta* de oleiros vindos da região da Bética, conhecedores de formas específicas de paredes finas emeritenses e da *terra sigillata* daquela região, em especial de Andújar (**Fig. 59**).

### 3.2. Formas que imitam *terra sigillata*

#### Drag. 29

É a forma maioritária e de maior sucesso na produção da cerâmica bracarense, com 285 exemplares, sete dos quais com decoração moldada. Possui dois módulos distintos, variando de 130 mm (nº 1) a 180 mm (nº 12) e 200 mm (nº 23) a 300 mm (nº 25).

Possui ainda diferenças assinaláveis a nível de perfil, sendo mais frequente os perfis curvilíneos e esvasados (nº 1-6; 10; nº 16; nº 17-18; 21; nº 38-39) e os perfis arredondados (nº 7-10; nº 19; nº 23-25; nº 26-29; nº 30-36; nº 40-42; nº 43-45; nº 47-50) por vezes com uma acentuada flexão para o interior (nº 22; nº 37; nº 51). Os

restantes apresentam um perfil bastante anguloso, com a metade superior vertical (**nº 11-15; nº 20**).

O diâmetro das peças, a ausência de fiadas de pérolas limitando as bandas decoradas e a presença de bordos desenvolvidos e abertos sem guilloché na dupla moldura, indica uma inspiração em modelos de *terra sigillata* hispânica, em particular do centro produtor de Andújar.

De facto, à semelhança de Andújar, as formas bracarenses Drag. 29 possuem, na generalidade, as seguintes características: uma carena pouco acentuada; a parte superior da parede ligeiramente esvasada e oblíqua; uma decoração de guilloché que cobre, profusa e cuidadosamente, a parede do vaso, sendo pouco frequentes as paredes lisas e excepcionais as decorações moldadas.

### **Drag. 37 / Aj. 1**

Revelando uma inspiração morfológica em *terra sigillata* hispânica do sul da Bética, em especial do centro produtor de Andújar, a produção de cerâmica bracarense conta, até à data, com 10 exemplares lisos com perfil comum às formas Drag. 37.

O tamanho reduzido destes exemplares, cujo diâmetro varia entre 120 mm (**nº 62**) e cerca de 160 mm (**57**), aproxima-os de pequenas tigelas produzidas no centro produtor de Andújar, conhecidas como Aj. 1.

### **Drag. 24/25**

A forma Drag. 24/25 está bem representada com 64 exemplares. Possui diferentes variantes de perfil: bordo rectilíneo com a parede interna contínua (**nº 63-71**); bordo rectilíneo com a parede interna quebrada (**nº 72-79**) ou ligeiramente quebrada (**nº 80-83**); bordo rectilíneo com a parede interna côncava (**nº 84-85**); bordo reentrante (**nº 88-89**) ou ligeiramente reentrante (**nº 86-87**); bordo na continuidade da parede hemisférica (**nº 90**); bordo esvasado com a parede interna contínua (**nº 91-92**) ou quebrada (**nº 96**).

O bordo é inteiramente decorado com o motivo de guilloché na quase totalidade dos exemplares.

Os bordos sem decoração possuem um perfil com a parede interna contínua (**nº 97-98**), ligeiramente quebrada (**nº 99**) e reentrante (**nº 100**).

A diferença de diâmetros é considerável, variando entre 92 mm (**nº 87**) e 170 mm (**nº 95**), e a presença, em quase todos os exemplares, de uma moldura externa mais

espessa que a dos modelos gálicos, indica uma inspiração em protótipos de origem hispânica.

### **Drag. 27**

A forma Drag. 27 tem a mesma frequência da forma anterior, com 64 exemplares.

Possui, também, diferenças significativas de perfil, distinguindo-se formas com uma curvatura superior acentuada (nº 101-106) daqueles com um perfil superior muito aberto (nº 107-110), ou mesmo rectilíneo (nº 111).

Os diâmetros são igualmente variáveis, entre 68 mm (nº 111) e 150 mm (nº 108).

Com excepção de um exemplar recolhido em Briteiros (Alarcão e Martins, 1976: 97; 106, nº 66; Est. IV) de pequenas dimensões com um lábio de secção arredondada semelhante a alguns modelos do Sul da Gália e exemplares precoces de origem hispânica, os restantes exemplares seguem de perto protótipos hispânicos, de maiores proporções e lábio simples.

### **Drag. 35**

A forma Drag 35 apenas está representada por oito fragmentos. À semelhança da *terra sigillata* hispânica podem distinguir-se dois grupos distintos: um primeiro grupo composto por quatro tigelas muito pequenas com um diâmetro variável entre 80 mm (nº 112-113) e 90 mm (nº 114) e uma altura inferior a 40 mm; um segundo grupo, cujo diâmetro pode variar entre 100 mm (nº 118) e 124 mm (nº 119) e uma altura superior a 40 mm.

Com excepção de um fragmento (Est. XVII, n.º 119) cuja metade superior da parede externa está decorada com uma dupla faixa de um fino guilloché, alguns fragmentos possuem, à semelhança da *terra sigillata* hispânica, uma aba decorada com folhas de água feitas com barbotina (Est. XVII, n.º 112-114) ou inteiramente coberta por um fino guilloché (Est. XVII, n.º 115-117).

### **Drag. 36**

A forma Drag. 36 é a segunda em número, com 123 exemplares.

Os pratos dominam praticamente toda a produção, oferecendo, à semelhança da *terra sigillata* hispânica, uma diversidade de variantes, cuja relação entre o diâmetro,

compreendido entre 140 mm (nº 120-121) e 272 mm (nº 143), e uma altura variável de cerca de 40 a 50 mm, lhes dão uma configuração de taça ou prato fundo.

Com exceção de dois fragmentos decorados com folhas de água feita com barbotina (nº 120-121), os restantes fragmentos decorados possuem uma decoração em guilloché disposta em bandas (nº 129-131) ou cobrindo inteiramente a parte superior da aba (nº 122-124; nº 125-127; nº 128). A maioria da produção, todavia, não é decorada (nº 132-139; nº 140-144).

#### **Hisp. 4**

É a terceira forma melhor representada nesta produção, com 81 exemplares.

À semelhança dos exemplares de produção de *terra sigillata* hispânica, esta forma possui diferentes variantes consoante o diâmetro, entre 160 mm (nº 150; nº 155) e 360 mm (nº 163), a decoração ou ausência de decoração na aba.

A variante mais numerosa é um grande prato covo com asas (nº 164-165; nº 166-167) ou sem asas (nº 156-157; nº 158-163) aplicadas na aba larga descaída, por vezes coberta por um guilloché (nº 156-157; nº 166-167).

As restantes estão representadas por pratéis de menores dimensões, com aba vertical (nº 151) ou descaída (nº 152-153) inteiramente coberta por um fino guilloché.

Destaca-se um pratel (nº 150) cuja aba horizontal com lábio ligeiramente soerguido.

#### **Hisp. 5, var.**

Extremamente interessante é a presença de pequenas tigelas que possuem uma pequena aba horizontal decorada com guilloché que termina num lábio demarcado e soerguido, semelhantes a certos exemplares itálicos do tipo Consp. 37.

A semelhança destas pequenas tigelas com um exemplar de Andújar publicado por Mayet (1983: Est. XLIII, nº 257) e com o pequeno pratel, nº 150, parece indicar tratar-se de uma forma com fortes afinidades com as tigelas Hisp. 5.

Os cinco exemplares recolhidos na cidade possuem um pequeno diâmetro variável entre 68 mm (nº 145) e 130 mm (nº 148).

Com exceção do exemplar nº 149, com uma característica aba soerguida coberta por uma estreita faixa em guilloché, os restantes (nº 145-148) possuem uma aba profusamente decorada com fino guilloché.

### 3.3. Formas que imitam *terra sigillata* com decorações moldadas

#### Drag. 29

Os fragmentos moldados recolhidos na cidade possuem, à semelhança das restantes formas Drag. 29, dois módulos distintos que atingem em média 130 mm (nº 169) e 240 mm (nº 170) de diâmetro. Dos sete fragmentos, cinco possuem um perfil anguloso, com a metade superior vertical (nº 170-172; 173-174) e dois um perfil arredondado (nº 168-169).

Os motivos decorativos estão representados pelo estilo de métopas, composto por linhas verticais onduladas, sós (nº 168; 171-172) ou associadas a dois ramos bifoliados (nº 173-174) frequentes em Andújar e noutras produções hispânicas.

A decoração interna das métopas apresenta diversos motivos decorativos: um motivo cruciforme, directamente inspirado na famosa Cruz de Santo André da *terra sigillata* gálica (nº 171), e motivos animais, representados por lebres (nº 171; nº 173) e motivos vegetais (nº 168; 170; 172) dispostos de forma isolada (nº 168 e, provavelmente, nº 172 e nº 174).

Como se vê no fragmento nº 171 estas formas podiam associar os motivos decorativos acima referidos, separados por motivos em pérolas.

Esta associação leva-nos a propor uma hipotética reconstituição de uma forma moldada completa (nº 175) a partir dos fragmentos (nº 173-174) provavelmente saídos do mesmo molde.

#### Hermet 13

O eclectismo e diversidade na imitação da *terra sigillata* está ainda patente em dois exemplares recolhidos nas antigas escavações da Colina de Maximinos que imitam a forma Hermet 13 (n.º 177).

Um destes fragmentos (nº 176) conserva parcialmente um dos lados decorado com motivos figurativos dispostos em duas séries concêntricas separadas por duas molduras. Apesar do desgaste deste fragmento, à semelhança dos exemplares moldados da forma Drag. 29, os motivos decorativos fazem parte do léxico figurativo e de desenho da *terra sigillata* de produção hispânica: na série concêntrica interior vê-se parte de uma Vitória de perfil erguendo uma coroa à esquerda e segurando uma palma à direita; na série exterior são ainda perceptíveis a imagem de dois cervos posicionados à direita, afrontados com a imagem da Musa “Citarela” (Erato).

### **3.4. Formas que imitam paredes finas de Mérida**

#### **Mayet L**

Embora não disponhamos de exemplares completos, recolheram-se na cidade dois fragmentos que imitam a forma Mayet L da produção de paredes finas de Mérida.

Trata-se de uma forma complexa com um característico bordo reentrante terminando numa pequena aba em forma de “colchete” para recepção de um testó.

Destaque-se o fragmento **nº 178** pelo facto de possuir parte de uma das pegadeiras horizontais, colocada, como era norma, sob a pequena aba do bordo.

Mais esclarecedores são, todavia, alguns exemplares recolhidos no povoado de S. Torcato (**nº 180**) e na Citânia de Briteiros (**nº 181-184**).

Nestes fragmentos vê-se, para além da existência de duas pegadeiras horizontais dispostas uma em frente da outra sob a pequena aba do bordo, a existência de um bico vertedoiro oposto a um mascarão aplicado.

#### **Mayet LII**

No contexto da imitação de formas de paredes finas, destaca-se, ainda, a produção de exemplares afins à forma Mayet LII, cujo repertório igualmente se associa à produção de parede finas de Mérida.

Do conjunto de nove exemplares até à data recolhidos na cidade, destaca-se um exemplar praticamente completo (**nº 185**). Este exemplar apresenta, à semelhança da maior parte dos restantes fragmentos (**nº 185-193**), um característico bordo moldurado e colo troncocónico.

Dois exemplares incluídos nesta forma possuem um atípico bordo esvasado em forma de aba, moldurado na face superior (**nº 192-193**).

### **3.5. Outras formas**

No contexto desta produção cerâmica recolheram-se até à data outros vasos que parecem originais ou inspiradas noutras categorias cerâmicas (**nº 194-223**).

De entre estes destacam-se apenas algumas formas que julgámos exemplificativas de tal diversidade, correspondentes a tigelas, púcaros, jarros, bilhas, potes, potinhos, copinhos, etc, frequentemente associadas a cerâmicas de uso comum, algumas das quais são decoradas na parede externa com um fino guilloché.



## Cap. V As Lucernas

De entre as várias classes de materiais cerâmicos estudados, as lucernas proporcionam um valioso contributo para um melhor enquadramento das importações e das produções locais na cidade.

De facto, a diversidade e quantidade de exemplares até à data recolhidos revela que a procura em época romana devia ser muito alta. Por outro lado, são prova evidente do grau de romanização da cidade, e permitem esclarecer algumas lacunas significativas da sua vida económica e testemunhar um consumo de azeite mais vasto do que se supunha.

Como se verifica nas Figs. **60** a **61**, foram até à data recolhidos na cidade cerca de 637 fragmentos de lucernas, que, com excepção de 2 deles pertencentes ao período tardo-republicano, se repartem pelas mais significativas séries importadas e de produções locais datáveis do período alto e médio imperial.

Destacam-se ainda duas lucernas vidradas importadas e três moldes de lucerna, enquadráveis nas séries anteriores.

A análise e contextualização cronológica das lucernas até à data recolhidas em Braga permite-nos não só enquadrar o aparecimento de determinadas formas mas também perceber que o seu aparecimento não é um feito ocasional e arbitrário. A presença abundante ou escassez de certas séries está relacionada com as características específicas da cidade, no que diz respeito ao período de ocupação romana, órbita de influência, importância político-administrativa, e sua conexão geográfica e económica como centro de produção.

### 1. As séries documentadas e a sua cronologia

#### 1.1. - 1ª Série: lucernas tardo-republicanas

A 1ª série de lucernas está documentada por 2 fragmentos de origem centro-italiana (um dos quais questionável), enquadráveis no tipo **Dressel 4**



(*VogelKopflampen*), ao que sabemos, pela primeira vez registadas no Noroeste peninsular (nº 1-2).

Como seria de esperar, dado o momento da fundação da cidade, estas lucernas são as mais antigas aqui recolhidas. Datáveis do período de Augusto, estas lucernas são características de um período de transição, com peculiaridades de produção e comerciais idênticas às lucernas imperiais (Morillo Cerdán, 1999: 57).

### 1.2. - 2ª Série: lucernas de volutas

A 2ª série, à semelhança de outros estabelecimentos do Norte da Península (Morillo Cerdán, 1999: 69), está bem representada por cerca de 208 lucernas, cerca 157 das quais de tipo indeterminado dado o excessivo estado de fragmentação em que se encontram.

Como seria de esperar, os primeiros tipos provêm de oficinas centro-italicas: nove fragmentos do tipo **Loeschcke I A** (nº 3-11), dois do tipo **Loeschcke I B** (nº 12) e oito pertencentes a um destes dois tipos (nº 19-26).

Com a mesma proveniência mas de produção mais recente, conhecem-se quatro fragmentos do tipo **Loeschcke III** (nº 13-16), oito fragmentos (nº 27-34) e um exemplar intacto do tipo **Loeschcke IV** (nº 35), um fragmento do tipo **Loeschcke V** (nº 59) e três fragmentos enquadráveis nos tipos **Denaue V F, V D/VE e VG** (nº 68-70).

Nesta série ainda se inserem lucernas de volutas mas de manufactura local. Além dos fragmentos de tipo indeterminado, detectaram-se dois fragmentos do tipo **Loeschcke III** (nº 17-18) e seis fragmentos (nº 61-64; 66) e cinco lucernas intactas do tipo **Loeschcke V** (nº 58; 65; 67; 16; 17; 28), das quais se destaca o exemplar nº 28, assinado por um dos conhecidos oleiros da cidade.

Os tipos de volutas, correspondem a algumas formas enquadráveis nas tipologias de Loeschcke e Denaue.

Os tipos **Loeschcke I A** e **I B**, representam as formas mais antigas desta série não ultrapassando os finais do período de Tibério e perdurando de forma residual nos inícios do reinado de Cláudio.

Seguem-se-lhes os tipos **Loeschcke III** e **Denaue IV D/VE e VF**, genericamente situáveis na 1ª metade do século I.

As formas mais recentes das lucernas de volutas estão representadas pelos tipos **Loeschcke IV** e **V** e por um único exemplar atribuível ao tipo **Denaue VG**: as lucernas do tipo Loeschcke IV e o único exemplar atribuível ao tipo Denaue VG, com

uma cronologia geral de produção situável entre o reinado de Augusto e as primeiras décadas do século II, estão, à semelhança de outros locais, particularmente presentes no 2º e 3º quartel do século I.

As lucernas do tipo Loeschcke V, de manufactura local, com uma cronologia geral de produção igualmente lata, entre o final do reinado de Cláudio e os inícios do século II, estão presentes em momentos mais tardios datáveis nos finais do século I ao reinado de Adriano (Martins e Delgado, 1989 b: 172).

### 1.3. - 3ª Série: lucernas de disco

As lucernas de disco estão representadas por cerca de 199 exemplares.

À semelhança do que já referimos para as séries de volutas, o excessivo estado de fragmentação apenas permitiu atribuir uma tipologia a oito daqueles exemplares.

As produções importadas estão representadas por 31 fragmentos, sendo apenas possível atribuir tipologia a oito: um fragmento oriundo da região centro-italica, possivelmente atribuível ao tipo **Dressel 19 (nº 74)**; seis fragmentos da África Proconsular, três do tipo **Dressel 28 (nº 80-82)** e três do tipo **Dressel-Lamboglia 30 B (nº 138-140)**; e, por fim, um fragmento deste último tipo com um fabrico característico da bética costeira, eventualmente da região gaditana (**nº 141**).

Das cerca de 168 lucernas de disco pertencentes a produções locais, apenas podemos atribuir uma tipologia a 88: seis exemplares intactos (**nº 75; 79; 29; 47-48; 54**) e 18 fragmentos (**nº 76; 77-78; 30-34; 60**) do tipo **Dressel 20**; cinco exemplares intactos (**nº 85; 109-110; 27**) e 42 fragmentos (**nº 83-84; 86-108; 111-116; 42; 62**) do tipo **Dressel 28** e 17 fragmentos do tipo **Dressel-Lamboglia 30 B (nº 142-153)**.

As lucernas de disco, com excepção de um provável fragmento da forma **Dressel 19**, estão representadas pelos tipos **Dressel 20**, **Dressel 28** e **Dressel-Lamboglia 30 B**, sendo a maior parte dos quais de fabrico local.

Na verdade, se atendermos às cronologias gerais de produção deste tipo de lucernas em todo o império facilmente se constata a substituição de uns tipos pelos outros: o tipo Dressel 20, datável do período flávio aos inícios do século II, foi sendo substituído pelo tipo Dressel 28, a partir da 2ª metade do século II e estas últimas, que perduraram ao longo do século III, vão ser, por sua vez, substituídas pelas formas Dressel-Lamboglia 30 B, maioritariamente presentes nos séculos III e IV.

#### 1.4. - 4ª Série: lucernas de canal

A 5ª série de lucernas aqui presente corresponde às conhecidas lucernas de canal do tipo Loeschcke X (*Firmalampen*) e lucernas de canal, atípicas, estas últimas exclusivamente de produção local.

Do tipo **Loeschcke X** conhecem-se 40 lucernas, três das quais importadas. Estas últimas estão representadas por um fragmento de asa de suspensão oriundo do Norte de Itália (nº 154) e por dois fragmentos em *terra sigillata* hispânica alto-imperial com um fabrico característico das produções de Tricio (nº 155; 14), até à data documentadas na península por apenas dez exemplares (Morillo Cerdán, 1999: 142).

De entre os tipos de produção local, salientam-se, além dos exemplares que possuem o nome de oleiros locais, a presença de duas lucernas de pequeno módulo (nº 162-163) desconhecidas dentro deste tipo.

A importância de uma produção local de lucernas de canal sai ainda reforçada pela existência de outros tipos de lucernas mais tardias (nº 166-182). Trata-se de 21 **lucernas de canal aberto, atípicas**, algumas das quais possuindo características decorativas semelhantes ao tipo Dressel 28 mas que derivam, do ponto de vista formal, das lucernas do tipo Loeschcke X.

De entre os 17 exemplares intactos deste tipo destacam-se dez exemplares de reduzidas dimensões (nº 175-182; 55-56) que nos parece passíveis de serem interpretadas como mobiliário votivo.

Os tipos desta série acompanham em cronologia as produções anteriores.

Como vimos, com exceção de um fragmento composto por uma asa de suspensão oriundo do Norte de Itália e de dois fragmentos em *terra sigillata* hispânica com fabrico de Tricio, as lucernas do tipo **Loeschcke X** são todas de manufactura local.

De entre estas cabe distinguir alguns tipos com morfologia mais aproximada às suas congéneres de produção itálica, elaboradas nas mesmas oficinas pelos oleiros que produziram na cidade as lucernas de disco tipo Dressel 20, com uma cronologia geral de produção entre os fins do século I e a 1ª metade do século II (nº 156-163), daquelas mais frustes e mais degeneradas, possivelmente produzidas nos inícios do século III (nº 164-165).

As restantes lucernas desta série, designadas **lucernas de canal aberto, atípicas**, estão relativamente bem representadas na cidade contando com um número significativo de exemplares intactos recolhidos nas sepulturas e na Colina do Alto da Cividade.

A cronologia destas lucernas (nº 167) está bem definida graças ao facto de uma delas ter sido encontrada *in situ* numa sepultura da necrópole de Maximinos, com o orifício de alimentação coberto por um *nummus* com uma data posterior a 294 (Martins e Delgado, 1989-90 b: 57; 173).

### 1.5. - 5ª Série: lucernas “mineiras”

As lucernas derivadas do tipo Dressel 9 ou “lucernas mineiras” estão representadas apenas por dois fragmentos com um fabrico característico deste tipo de lucernas no Sudoeste peninsular (nº 71-72), e um fragmento, com características atípicas dentro desta produção (nº 73), com um fabrico muito grosseiro que encontra um paralelo específico numa lucerna proveniente das minas de Aljustrel, actualmente em depósito no Museu Nacional de Arqueologia (Almeida, 1953: Est. XL, nº 154,173).

Estas lucernas possuem uma cronologia geral de produção situável no século II e inícios da centúria seguinte.

É provável, todavia, que os escassos três exemplares documentados na cidade possam pertencer ao auge da circulação destes produtos que ocorre na 2ª metade do século II.

### 1.6. - 6ª Série: lucernas de bico redondo

O papel da cidade como um dos maiores centros produtores de lucernas de todo o Norte peninsular sai inequivocamente reforçado pela presença de cerca de 150 lucernas derivadas das lucernas de disco (nº 183-276), produzidas localmente.

Com excepção de 1 pequeno exemplar intacto do tipo **Denaue XI B** (nº 183), as restantes lucernas são coetâneas das lucernas de canal aberto atípicas acima referidas que, como bem refere A. Morillo Cerdán (Morillo Cerdán, 1999: 125) para outras lucernas deste tipo recolhidas noutros locais da península, se inspiram directamente no tipo Dressel 30 e, sobretudo, Dressel 28.

À semelhança de exemplares atribuíveis a uma produção local de *Asturica Augusta* (*id. ibidem*: 127), os exemplares manufacturados em *Bracara Augusta* deveriam ter copiado modelos meridionais.

Este fenómeno é, alias, sugerido por um molde de lucerna em depósito no Museu Machado de Castro, proveniente das antigas escavações de Conimbriga, já publicado por diferentes autores (Oleiro, 1952: 29; Est. IX, nº 15; Almeida, 1953: 186-

187; Est. XLIV, nº 218; Belchior, 1969: 78; Est. XXIV, nº 3), que possui um tipo de decoração semelhante a alguns exemplares recolhidos em Braga (nº 185-189).

A presença de uma lucerna intacta recolhida na *uilla* romana da Póvoa do Lanhoso (nº 184) parece, por outro lado, sugerir a difusão à escala regional destes produtos fabricados na cidade.

Como vimos, com excepção de uma pequena lucerna intacta do tipo **Denaue XI B**, as restantes lucernas estão representadas por **lucernas de bico redondo, atípicas**, coetâneas do último tipo das lucernas de canal acima referido e, provavelmente, com algumas variantes mais tardias dos tipos Dressel 28 e Dressel-Lamboglia 30 B, com as quais mantém algumas afinidades.

### 1.7. - 7ª Série: lucernas vidradas

A 7ª e última série de lucernas está representada apenas por duas lucernas importadas que possuem em comum o facto de apresentarem a superfície coberta por um vidro de chumbo.

Como referimos em artigo publicado (Morais 1997-98 c: 165-173), estas lucernas representam objectos de elevada qualidade pela sua originalidade, devendo ser encaradas como objectos de prestígio.

Na verdade, ainda que a técnica da aplicação do vidro esteja largamente documentada no repertório de outras cerâmicas romanas, não foi uso corrente a sua aplicação em lucernas (vid., entre outros, Morillo Cerdán, 1996: 29; *id.* 1999: 85).

Uma das lucernas integrada no Tipo **Dressel 20**, foi encontrada intacta numa sepultura pertencente à necrópole da via XVII, no espaço correspondente à actual Avenida da Liberdade (nº 278).

A outra lucerna, recolhida nas escavações contíguas ao edifício termal, está reduzida a um fragmento vidrado em forma de cabeça de cavalo pertencente à parte superior que remata uma das volutas e que servia de apêndice a uma lucerna *bilychne* do **tipo Loeschcke III (nº 277)**. Um exemplar intacto datado do séc. I, proveniente de Pompeia e actualmente em depósito no Museu Nacional de Nápoles (Ziviello, 1989: fig. 13) é idêntico ao de Braga. Embora não se conheçam muitas lucernas deste tipo a grande maioria dos autores propõe uma origem Campaniense e Centro-Itálica de preferência a uma origem na região micro-asiática (Bailey, 1980: 303; Morillo Cerdán, 1996: 37; *id.*, 1999: 86).

Estas lucernas possuem uma cronologia geral de produção integrável nas suas congéneres com a mesma tipologia.

## 2. Análise iconográfica

Para a análise iconográfica das lucernas até à data recolhidas na cidade seguimos a antiga classificação de Loeschcke (1919), actualizada por Bailey (1980), que estabelece cinco grupos principais de decorações: I. Religião e mito; II. Personagens históricas; III. Vida quotidiana; IV. Fauna; V. Plantas e desenhos florais.

Apesar do já referido estado excessivo de fragmentação da grande maioria dos exemplares, foi possível, todavia, enquadrar alguns destes nos grupos acima referidos. De entre eles predominam o temas relacionados com a religião e mito (35 exemplares), seguidos, por ordem decrescente, dos temas relacionados com plantas e desenhos florais (25 exemplares), a vida quotidiana (23 exemplares) e fauna (9 exemplares). O tema relacionado com personagens históricas poderá estar apenas presente num único exemplar.

### 2.1. Grupo I: religião e mito

Neste grupo, deve distinguir-se os motivos representados em lucernas importadas daqueles presentes em lucernas de manufactura local. De facto, do conjunto de 35 exemplares identificados, apenas seis provém de lucernas importadas.

De entre as lucernas importadas, cinco dos fragmentos, oriundos das oficinas centro-italicas, pertencem a lucernas de volutas de tipo indeterminado onde estão representas as imagens das Deusas Minerva (nº 19) e Diana (nº 36) e outros motivos decorativos onde figuram as estatuetas dos *Lares Compitales* (nº 37), a representação de um Hércules barbado (nº 38) e uma figura nua, provavelmente representando um génio com asas e tridente (nº 39).

A estes motivos acrescente-se a representação de duas serpentes afrontadas que figuram na lucerna vidrada intacta do tipo Dressel 20, que, como referimos, julgamos oriunda da região de Cádiz (nº 278).

Os motivos decorativos que figuram nas produções de manufactura local maioritariamente representados por 30 exemplares, provém de lucernas incluídas nas séries de volutas (Loeschcke V), derivadas das “lucernas mineiras” (Dressel 9), de disco

(Dressel 20, Dressel 28 e tipo indeterminado), de canal (Loeschcke X) e de lucernas de bico redondo, atípicas.

Nestas séries predominam as imagens da deusa Vitória (nº 58; 73; 85-94; 18; 28), com 14 exemplares, e o busto raiado de Hélios (Mitra) (nº 75-76; 109-113; 117; 163; 47-48; 54), com 12 exemplares.

Com uma decoração diferente, apenas se conhecem quatro fragmentos: dois do tipo Dressel 20, com a imagem de Castor e Pólux (nº 29) e um fragmento com um altar (nº 60); um outro do tipo Dressel 28, com uma figura togada, provavelmente representando Júpiter (nº 104) e um fragmento de disco de tipo indeterminado com a representação de uma divindade alegórica representada por um busto feminino simbolizando África (nº 118).

## **2.2.Grupo II: personagens históricas**

Como se referiu, apenas um exemplar poderá corresponder a este grupo. Trata-se de representação de um Hércules barbado presente num fragmento de volutas de tipo indeterminado oriundo de Itália (nº 38).

## **2.3.Grupo III: vida quotidiana**

Este grupo é o 3º melhor representado neste conjunto de 23 exemplares: 12 exemplares importados e 11 de fabrico local.

De entre os produtos importados correspondentes a lucernas de volutas oriundas da região centro-italiana, predominam os motivos relacionados com jogos e divertimentos, sobre os motivos de carácter erótico ou outros.

Nos primeiros estão representados um pugilista derrotado (nº 40) e motivos associados a lutas de anfiteatro, com a representação de gladiadores (nº 3; 27; 41-42; 121-123) e corridas de cavalos (nº 43-45), com a representação de uma biga, um jinete a galopar e um *jubilator* ou jinete.

Seguem-se os motivos de carácter erótico, representados por uma dupla heterossexual sobre *triclinum* (nº 35; 46) e pela representação de uma dupla de anões, provavelmente cómicos, sobre *triclinum* (nº 47). A este grupo acrescenta-se ainda a representação de um homem montado num crocodilo (nº 48), provavelmente associado a algum motivo nilótico.

Os motivos decorativos deste grupo representados em produções locais figuram todos em lucernas de disco, com excepção de um fragmento de lucerna de bico redondo, atípica, que apresenta duas máscaras masculinas dispostas em espelho (nº 210).

Naquela série de disco predominam os motivos de carácter erótico, todos eles presentes em lucernas do tipo Dressel 28: três fragmentos com a representação de um *terminus* e uma mulher nua (nº 95-97); uma lucerna intacta com a representação de um homem e uma mulher junto a um instrumento musical ou tear (nº 27).

As restantes decorações estão representadas por motivos relacionados com os jogos e divertimento: um fragmento do tipo Dressel 28 com a representação de uma biga (nº 98) e uma lucerna intacta do tipo Dressel 20 com a imagem de uma Vitória alada numa biga (nº 79). A estas acrescenta-se ainda um fragmento com a representação de uma face humana com o corpo em forma de esqueleto ou insecto (nº 119),

#### **2.4. Grupo IV – fauna**

Este grupo, representado única e exclusivamente por motivos animais, conta com 9 exemplares; destes, apenas três provém de produtos importados, sendo os restantes fabricados em oficinas locais.

Os exemplares importados, estão representados por três fragmentos de lucernas de volutas de tipo indeterminado, nos quais figura a representação de uma caçada, um javali a correr à direita e, provavelmente, a imagem estilizada de um cão selvagem ou um urso (nº 49-51).

Os exemplares de fabrico local maioritariamente presentes com nove fragmentos correspondem à série de lucernas de disco, com excepção de um fragmento com a representação de um cavalo pertencente a uma lucerna do tipo Loescheke X (nº 35).

Nesta série, contamos com quatro fragmentos do tipo indeterminado, nos quais figura a representação de uma ovelha (nº 120) e quatro fragmentos do tipo Dressel 28, com a representação de uma caçada, um urso, um pássaro (pavão?) e uma bela composição representando um pavão sobre um cesto de uvas da qual sai uma pequena serpente, composição que nos parece relacionada com rituais funerários (nº 105-108).

#### **2.5. Grupo V - plantas e desenhos florais**

Este é o 2º grupo de decorações melhor representado na cidade, com 25 exemplares. Destes apenas quatro fragmentos provém de lucernas de volutas de tipo



indeterminado oriundas de oficinas centro-italicas; os restantes 21 fragmentos são de origem local.

Os motivos florais que figuram nos fragmentos importados estão representados por uma coroa de louros, uma roseta e duas rosáceas estilizadas (nº 52-55).

Nos fragmentos atribuíveis a produções locais predomina a representação de rosetas, com 14 exemplares. Esta representação, com exceção de uma lucerna de disco de forma indeterminada (nº 130), figura em exemplares incluídos nas lucernas de bico redondo, atípicas (nº 184-189; 217; 221-223; 226; 228; 266).

Seguem-se, em número, as representações de folhas de palma: quatro em lucernas do tipo Loeschcke V (nº 65-67; 16) e as restantes duas numa lucerna do tipo Dressel 28 (nº 114) e numa lucerna de bico redondo, atípica (nº 267).

A estes motivos pode ainda acrescentar-se a representação numa lucerna de disco indeterminada de uma coroa de louros em forma de grinalda (nº 124).

## 2.6. Grupo VI - outras decorações

Como seria de esperar, dada a quantidade e diversidade de produções importadas e manufacturadas na cidade, podemos ainda contar com outros grupos de decorações não integráveis nos grupos anteriores.

No conjunto das produções importadas incluem-se as chamadas decorações tipológicas (vid. Morillo Cerdán, 1999), aqui representadas por um (nº 1) dos dois fragmentos do tipo Dressel 4 (*Vogelkopflampen*) e pelas lucernas derivadas do tipo Dressel 9 ou “lucernas mineiras” (nº 71-73), uma das quais apresenta a particularidade de possuir no disco uma fruste representação de uma Vitória alada (nº 73).

A estes fragmentos podemos ainda acrescentar o fragmento vidrado em forma de cabeça de cavalo da lucerna *bilychne* do tipo Loeschcke III (nº 277).

No conjunto das produções de origem local destaca-se a presença de outro grupo de decorações essencialmente representadas por motivos geométricos, em particular círculos de variadas dimensões, presentes no disco de algumas lucernas atípicas que integramos na série de bico redondo, atípica (nº 190-196; 227; 229; 254; 256; 259).

### 3. Moldes

Em artigo por nós publicado (Morais, 2002 b: 181-196) fizemos alusão a dois moldes de lucerna referidos por variados autores e estudamos um molde inédito de outra lucerna.

Os dois primeiros, dados pela primeira vez a conhecer por Rigaud de Sousa em dois estudos (Sousa 1965-66: 165-172; *id.* 1969: 309-311), foram encontrados no mesmo local e na mesma altura, aquando da abertura da Rua de Santos da Cunha (freguesia de Maximinos, Braga), associados a vestígios de um forno cerâmico e grande quantidade de argila pronta a ser utilizada (Sousa, 1965-66: 169).

Trata-se da parte inferior de moldes de lucerna de volutas possivelmente atribuíveis ao tipo **Loeschcke IV**.

O primeiro a ser motivo de estudo e publicação possui em negativo na face interna a marca retrógada e em relevo *TPERTNVM*, atribuída à oficina de *Lvcivs Mvnativs* e assinada por um dos seu libertos de nome *T[h]reptvs* (= [LVCIVS] *MVN[ATIVS]* *T[H]REPT[VS]*) (nº 2). À frente das oficinas de *L. Mvnativs* conhece-se o nome de outros Libertos, designadamente os nomes *Adiectvs*, *Amaranthvs*, *Philemo*, *Svccessvs*, *Restvtvs*, *Mar.*, entre outros (Almeida, 1953: 85-86; Pavolini, 1980: 124 ss; *id.*, 1981: 171; Beltrán Lloris, 1994 : 190).

Segundo D. M. Bailey (Bailey, 1980: 98), a oficina-mãe situava-se na Itália Central, nos arredores de Roma, e laborou durante os finais do período flávio até aos inícios do reinado de Antonino. No território actualmente português a marca deste oleiro encontra-se referida nos seguintes autores: Belchior, 1969, nº 84, 85, 114 e 115; Alarcão e Ponte, 1976, nº 143, 100; Almeida, 1953, nº 63, Est. 33, 158; nº 73, Est. 35, 160; nº 93, Est. 36, 164; Ribeiro, 1959, nº 21, 94; Maia e Maia, 1997: 140.

O segundo molde, apesar das suas maiores dimensões, apresenta, as mesmas características do anterior (nº 3). Infelizmente também se encontra mutilado e, desta vez, a fractura deu-se exactamente pelo ponto onde devia estar a marca, eliminando-a na sua totalidade.

Na parte inferior dos moldes encontram-se letras profundamente gravadas: no primeiro, estão presentes as letras *DO* numa linha superior e as letras *MI* por baixo destas; no segundo, dado o estado da fractura, apenas são legíveis as letras *DO*.

Em ambos os casos, a marca, certamente igual, está incompleta dificultando qualquer tentativa de interpretação sobre o seu significado.

Apesar desta dificuldade pensamos que a inscrição fracturada DO / MI [...] poderia corresponder a DOMITIVS, nome documentado na cidade por 6 fragmentos de lucernas de volutas de tipo indeterminado (nº 21-26) em cujo fundo externo se assinala a marca P. DOMITIVS. A estar correcta esta leitura poderíamos admitir que este oleiro, além de assinar lucernas com o seu nome, teria manufacturado cópias fraudulentas de lucernas importadas através da técnica do decalque.

O molde inédito corresponde à parte superior de um molde bivalve que pela sua dimensão e decoração nos fazem crer que se destinava à manufactura de lucernas de volutas datáveis do reinado de Augusto a inícios de Tibério (nº 1).

Como referimos (Morais 2002 b: 185), este molde, recolhido nas escavações realizadas nas Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga (nos actuais terrenos onde hoje se situa o novo edifício do Museu D. Diogo de Sousa), provém de uma camada de ocupação alto-imperial, entre uma camada de derrube e um solo de terra batida.

A presença de motivos decorativos neste molde de lucerna permitiu-nos tecer algumas considerações quando ao significado e importância da decoração (Morais, 2002 b: 188-189).

Nessa análise sugerimos que os motivos decorativos presentes, representados por uma mesa com três objectos da baixela romana, deveriam fazer parte de uma actividade sacrificial e não uma cena de *symposium* ou banquete.

Para esta hipótese contribui o restante da decoração, designadamente a representação das serpentes, para as quais encontramos paralelos iconográficos em diferentes e abundantes pinturas murais das cidades do Vesúvio, particularmente da cidade de Pompeia, em nichos ou pequenas capelas de frontão triangular, designadas por *lararium*, destinadas a albergar a imagem pintada ou estatueta do *lar familiaris*, ou mesmo, a partir de Augusto, o génio de Augusto (*Genius Augusti*) (vid., por exemplo, Frohlich, 1991: Est. 29, 3; Est. 37, 1) (Est. III, 5), neste caso ausente por fractura.

Esta iconografia, que provavelmente estaria representada no molde de lucerna em estudo, encontra paralelos específicos em duas pinturas murais provenientes de Pompeia, uma (vid., Est. III, 5) da “Casa del Larario del Sarnio” (Frohlich, 1991: 65; 91; 208; 263-264; Est. 29, 3) e outra (Est. VI, 11), a partir de uma reconstituição em desenho, do conhecido “*Hospitium e Thermolium*” (*id. ibidem*: 273; Est. 37, 1).

Atendendo às características morfológicas e estilísticas deste molde sugerimos ainda tratar-se de um molde utilizado para o fabrico de lucernas de volutas. O disco de

grandes dimensões, com cerca de 127 mm de diâmetro, decorado com rebuscadas representações de alto relevo, e a presença de uma orla estreita com perfil horizontal e reduzido à mínima dimensão, mas sobretudo a presença destacada de molduras de transição, permitiu sugerir que este fragmento de molde se destinava à manufactura do primeiro tipo de lucernas de volutas, muito provavelmente, a variante Loeschcke I A, datável do período de Augusto a Tibério. Em Portugal, de acordo com a bibliografia consultada, os exemplares desta sub-variante apenas se encontram documentados no Museu de Alcácer do Sal (Almeida, 1953: 150-1, Est. XXX, nº 11-13) e no Museu de Conímbriga (Alarcão e Ponte, 1976: 96, Est. XXIII, nº 15).

#### 4. Marcas e grafitos

As marcas de oficinas presentes no conjunto de lucernas que apresentamos neste estudo não são abundantes se levarmos em consideração o volume considerado.

De facto, entre os fragmentos e lucernas intactas recolhidas na cidade contámos com 69 marcas, reunindo marcas de oleiro, uma ou duas letras isoladas e símbolos anepígrafos, num contexto de mais de meio milhar de lucernas datáveis do período alto e médio imperial.

Apesar desta escassez, não nos podemos esquecer que *Bracara Augusta* é, no contexto do Noroeste peninsular, o estabelecimento com maior número de marcas até à data documentadas, com um valor inclusivamente superior a *Asturica Augusta* que apenas conta com 44 marcas, ainda que apenas num total de 665 exemplares (Morillo Cerdán, 1999: 281).

As 69 marcas até à data recolhidas na cidade, repartem-se por 48 marcas de oleiro, três letras isoladas, três inscrições e 15 símbolos anepígrafos.

A estes acresce-se, ainda, dois grafitos, um realizado num fragmento indeterminado com um fabrico característico da África Proconsular (nº 15), e outro, num fragmento indeterminado de produção local com uma marca anepígrafa onde pode ler-se [...]FFIRM[...], possivelmente *OF FIRMO* (nº 71).

##### 4.1. Marcas

Como se vê no quadro sinóptico das marcas recolhidas na cidade, das 51 marcas de oleiro, 12 correspondem a exemplares importados e 39 a produções locais.

Os produtos importados, excessivamente fracturados, repartem-se, provavelmente, por sete exemplares de volutas de forma indeterminada, quatro

exemplares de disco, um dos quais a lucerna intacta vidrada do tipo Dressel 20 e um fragmento de canal, seguramente pertencente ao tipo Loeschcke X.

No total contamos com dez marcas distintas de oleiros, nove das quais estão presentes em exemplares com um fabrico típico das oficinas centro-italicas; a saber: C·CLO·SVC (*C. Clodius Successus*), FORTIS, GABINIA (dois exemplares), L·M·ADI (*L. Munatus Adiectus*), MVNREST (*L. Munatius Restitutus*), MYRO, NNA / NNA (=N NAEVIVS?), C·OPPI·RES (*C·Oppius Restitutus*) (dois exemplares) e SVCCESSE (*Ti·Iulius Successus*) (nº 1-11).

A outra marca, presente no fundo externo da já referida lucerna vidrada do tipo Dressel 20, assinala o nome CIVNDRAC (*C. Iun[ius] Drac[ ]*) (nº 278). No entanto, ainda que esta marca seja frequentemente associada a produções de origem itálica e norte-africana (Balil, 1984: 194; Morillo Cerdán, 1999: 57), o facto, de apresentar a letra N invertida permite, no caso presente, atribuir uma origem bética (Balil, 1984: 194) para esta lucerna, provavelmente oriunda de uma das oficinas da baía gaditana (Morais, 1997-98 c: 168).

As marcas de oleiro com um fabrico específico das produções locais, distribuem-se, além de nove fragmentos indeterminados, por três exemplares do tipo Loeschcke V, seis a nove do tipo Dressel 20, dois do tipo Dressel 28 e nove a 14 do tipo Loeschcke X.

Num total de 39 marcas de oleiro, distinguem-se, pelo menos sete nomes de oleiros distintos. Destas as abreviaturas LVC (duas marcas) (nº 16-17) e MVNTREP (*L. Munatius Threptus*) (três marcas) (nº 18-20), correspondem a reproduções locais a partir de lucernas fabricadas por estes conhecidos oleiros oriundos de Itália.

As restantes correspondem a nomes de oleiros locais e dos quais se conhece os seguintes nomes: P. DOMITI (*Publius Domitius*) (seis marcas) (nº 21-26), E[X?]MIC ? (nº 27), LVCRETI (*Lucretius*) (15 marcas, com diferentes assinaturas e tipos de lucernas) (nº 28-42), OCTAVI (*Octavius*) (quatro marcas) (nº 43-46) e BASSI (duas marcas) (nº 47-48).

De entre estas são verdadeiramente importantes as marcas MVNTREP e LVCRETI recolhidas na cidade.

A primeira porque está associada a dois dos moldes de lucerna já referidos (nº 2-3) um dos quais possui a marca retrógrada e em relevo TPERTNVM, corroborando, a opinião de diferentes autores que a cidade, à semelhança de outros locais na península e

no império, manufacturaram cópias fraudulentas de lucernas importadas através da técnica do decalque mediante a qual se obtinham novas matrizes de exemplares acabados, a preços com uma redução de custos em cerca de 10 % (vid. Pavolini, 1993: 390).

As marcas com o nome deste ceramista encontradas no Noroeste peninsular e parte do território da Lusitania deve-se, na perspectiva de Angel Morillo Cerdán (Morillo Cerdán, 1999: 299), a produtos provenientes desta oficina bracarense: tal seria o caso dos exemplares recolhidos no Norte Peninsular, caso de *Iuliobriga* (Morillo Cerdán, 1999: 299; Fig. 171, nº 44), um possível exemplar de Orense (*id. ibidem*) e um exemplar provavelmente oriundo de Monte Mozinho (Almeida, 1953: Est. XXXIII, nº 63; 158; Sousa, s/ data: 2-3; Est. 1), agora em depósito no Museu de Penafiel (anteriormente em depósito no Museu de Etnografia do Douro Litoral), e os exemplares recolhidos em território Lusitano, caso de *Conimbriga* (Belchior, 1969: 55, nº 114-115; 84-85; Est. XVI, nº 2-3; Est. XXVIII, nº 10-11 ; Alarcão e Ponte, 1976: 110, nº 143; 111; 150, Est. XXXI), Peroguarda (Ribeiro, 1960: 18; Est. VI, nº 21) e os exemplares em depósito no Museu Nacional de Arqueologia (Almeida, 1953: Est. XXXV, nº 73; 160 ; Est. XXXVI, nº 93; 164).

Todavia, a publicação de cinco exemplares (Maia e Maia, 1997: 140, nº 13) recolhidos em Santa Bárbara aconselha-nos alguma prudência na atribuição de uma origem bracarense para todos estes exemplares.

De facto, ainda que aceitemos como extremamente provável que os exemplares recolhidos no Norte peninsular e quiçá os exemplares de *Conimbriga* possam provir daquela oficina bracarense, o mesmo não parece justificar-se para os restantes exemplares recolhidos em território lusitano.

Devemos antes pensar que neste território outras oficinas teriam fabricado cópias fraudulentas de acordo com as necessidades locais e possibilidades económicas da região.

No caso específico da oficina bracarense, estes moldes, como já fizemos alusão, teriam sido possivelmente fabricas por *P. Domitius*, um dos oleiros da cidade. Esta hipótese, mais do que pressupor o estabelecimento de uma sucursal (Sousa, 1965-66; 1966: 598; 1969), está de acordo com a observação de A. Balil (Balil, 1980: 15), quando refere que a presença da marca em relevo num destes moldes significa que não se empregaram moldes originais na elaboração das lucernas, mas antes se recorreu à técnica do sobremolde.

A segunda marca em destaque, como referimos, representada pelas diferentes assinaturas de *Lucretius*. Neste conjunto destacam-se 5 assinaturas diferentes (a maior parte das quais encontradas na cidade), presentes numa variante regional do tipo Loeschcke V, datada de 75/80 a inícios de Adriano, e noutras variantes regionais do tipo Dressel 20 e Loeschcke X, datáveis de entre os finais do século I d. C. e a 1ª metade do século II (**Fig. 62**).

Neste conjunto destacam-se as marcas *EX·OF / L·V· / B·A·F*, *EX OF / LVCRETI / GMBF* e *L·V· / BM* assinadas em lucernas do tipo Loeschcke X, cujas letras associadas ao nome de Lucretius nos chamam a atenção pela sua peculiaridade.

Atendendo à peculiaridade deste tipo de assinaturas, recorreremos a outras situações documentadas no domínio das cerâmicas romanas que pudessem permitir uma leitura esclarecedora destas marcas.

As situações observadas puseram em relevo o papel das cidades nas actividades produtivas, não só como centros de tráfego e redistribuição, mas também com responsabilidades “empresariais” e comerciais associadas. Estes exemplos estão patentes em marcas de *terra sigillata* com as siglas *C. I. A. E. F.* documentadas por F. Mayet (1984: 197-198) no Museu de Mérida, que, em conjunto com marcas idênticas encontradas numa tégula e num tubo de chumbo aí depositados e numa interessante inscrição localizada em Cabezo de Pilas, sugeriram à autora a possibilidade de se tratar de siglas correspondentes à própria capital lusitana: *C(olonia) I(ulia) A(ugusta) E(merita)*.

Segundo a autora, estes três produtos utilizados pelos habitantes de Mérida possuem uma marca idêntica às iniciais da cidade, o que pressupõe, pelo menos no caso das marcas em *terra sigillata* (cujas análises inequivocamente se atribuem ao centro produtor de Bezares), que a cidade de Mérida recebia encomendas oficiais dos artesãos de *Tritium* (a menos que a cidade não possuísse ela própria uma oficina neste vasto sector artesanal).

Para a letra F presente no final das marcas em *terra sigillata*, esta autora sugere, num artigo conjunto com Robert Étienne (Étienne e Mayet, 1984: 164), que, à semelhança de determinadas estruturas da produção de tijolos romanos, esta sigla possa corresponder a “*figlinae*”.

Igualmente significativa é a informação que nos proporcionam as ânforas. Aqui interessam-nos, em particular, as variadas referências aos proprietários expressas segundo a fórmula *tria nomina* associados a um nome geográfico, seja ele cidade ou

*conventus*, ou o nome da *figlina*, associando ou não membros da mesma família. Aduzam-se, como testemunhos das primeiras, as marcas *Q. F(uluius) S(abinus) Cuf(iense) Fan(ni) Fort(unati) col(onia) Hadr(umentum) e Ex o(fficinis) Iuli Honora(ati) P(rovinciae) M(auretaniae) T(ubusuctu)*; e, como testemunho das segundas, as marcas *Gemellian(a) e II Aur(eli) Heraclae Pat(er) et fil(ius) [ex] f(iglinis) Bar(bensis)* (vid. Beltrán-Lloris, 1990: 27).

Ainda que de sobremaneira sugestivos, estes exemplos não nos pareciam totalmente esclarecedores quando comparados com as marcas das lucernas em análise. De facto, ainda que pudéssemos aceitar que as letras *B A F*, *B F* ou simplesmente *B*, correspondessem a *Bracara Augusta figlinis*, a sua associação com outras letras não permitia compreender o verdadeiro papel da cidade neste processo produtivo. Teria a cidade de *Bracara Augusta* directamente funcionado como uma espécie de empresa comercial que tivesse a seu cargo diferentes oficinas de oleiros?

Neste ponto é preciosa a informação proporcionada por determinadas marcas recolhidas em tijolos, dado possuírem uma elaborada e valiosa informação sobre o modo como as indústrias de olaria poderiam estar organizadas.

Dos exemplos que tivemos ensejo de observar destacam-se, entre outros, as seguintes marcas (Helen, 1975 : 9 ; 49; 53; Peacock, 1982 : 133):

C·SATRINI· COMMVN / DE· FIGLINIS / MARCIANIS [*CIL* 306 c]

C·CAL·FAVORIS / EX·FIGLI MARCIANIS / IMP·CAES NER·TRA·AVG  
[*CIL* 312]

EX· PR· M·A·V· OFFIC ANNI ZOS FIG CERM· PONT· ET ACIL [*CIL* 245]

Segundo um estudo realizado por Tapio Helen sobre estas e outras marcas em tijolos do século I e II, o termo *figlinae* presente nestas marcas deve ser interpretado como zona de barreiras e de produção (Helen, 1975: 45).

Entre outras possibilidades, se levarmos em consideração todos os exemplos referidos e se os aplicarmos às lucernas em estudo podemos sugerir a seguinte leitura:

EX· OF / L·V· / B·A·F (recolhida em Braga e Lugo)

*ex of(ficina) / Lu(creti) / (ex) B(racarae) A(ugustae) f(iglinis)*



EX OF / LVCRETI / GMBF (recolhida em Cacabelos)

*ex of(ficina) / Lucreti / (ex) G( ?) M(unicipii) B(racarum) f(iglinis)*

ou

*ex of(ficina) / Lucreti / (ex) G( ?) M(unicipii) B(racaraugustanorum) f(iglinis)*

*L·V· / BM* (recolhida na Citânia de Briteiros)

*(ex officina) Lu(creti) / (ex) B(racarum) M(unicipio)*

ou

*(ex officina) Lu(creti) / (ex) B(racaraugustanorum) M(unicipio)*

Tendo em vista a totalidade das marcas estudadas e como resultado da proposta de interpretação apenas ensaiada, pode admitir-se estarmos na presença da primeira referência até à data documentada que especificamente se refere ao estatuto municipal de *Bracara Augusta*, aliás sugerida por um razoável número de indígenas que foram inscritos na tribo Quirina, dos quais se destaca o nome de *Lucretius Saturninus* (CIL, II, 2444), ou a onomástica flávia presente na epigrafia da cidade (vid. Martins e Delgado, 1989-90 a: 21-22, notas 41-42).

Outro aspecto a realçar nesta proposta de leitura está, como sugerimos, relacionada com a actividade empresarial exercida pela própria cidade. À semelhança de outras cidades, também *Bracara Augusta* poderia ter sido proprietária de uma *figlina* que, como vimos, deve ser interpretada como zona de barreiros e de produção.

A cidade, enquanto município, ter-se-ia associado a um dos maiores produtores de lucernas da cidade, provavelmente com fins lucrativos e de controlo. Nesta perspectiva, podemos supor que o governo municipal de *Bracara Augusta* poderia ter estabelecido um contrato do tipo *locatio-conductio*, estando a cidade na posição de *locator* e *Lucretius* na posição de *conductor*.

Se aceitarmos desdobrar a letra G como a abreviatura de um advérbio que signifique *g(ratiose)*, podemos ainda pressupor que *Lucretius* teria estabelecido com o governo municipal um tipo de concessão isento de encargos ou renda.

À parte estas questões, o que podemos certamente aceitar é que a identificação da marca *EO X / LVCRE[TI]* numa versão regional do Tipo Dressel 28 (Est. VII, nº 15), pressupõe a continuidade desta oficina ao longo de todo o século II e, talvez, século III,

revelando uma verdadeira tradição oleira, quer através de membros unidos por laços de sangue ou, simplesmente, de libertos.

Se aceitarmos a verosimilhança desta proposta poder-se-á supor que esta *figlina bracaraugustana* continha várias *officinae* nas quais as lucernas e outros produtos cerâmicos eram feitos a partir do barro aí extraído. Dos vários *offinatores* directamente ligados à produção de lucernas entretanto documentados na cidade (*Publius Domitius, Octavi, Bassi, Mic(cio?)*, *Lucretius* seria, pela quantidade e diversidade de lucernas e respectivas marcas, um dos principais produtores da cidade.

Finalmente admitimos que a dificuldade de leitura destas marcas tem a ver com o facto de se tratar duma mensagem destinada a pessoas capazes de a perceber a partir dum texto muito abreviado e para quem a ordem das palavras interessava pouco.

#### **4.2. Letras e inscrições em lucernas locais**

Até à data foram recolhidas na cidade cinco lucernas de manufactura local (três das quais incluídas na série de canal aberto, atípicas) com letras aplicadas em relevo na zona da orla.

As lucernas intactas estão representadas por dois exemplares de pequenas dimensões onde figura a letra L na parte esquerda da orla junto ao bico (nº 55-56) e um outro, de maiores dimensões, onde se lêem as letras NA, igualmente presentes na parte esquerda da orla (nº 57); nos fragmentos indeterminados vê-se parte de uma inscrição fragmentada (nº 58) e o início do que parece corresponder ao começo de um formulário com as letras EX, de *EX OF ...* (nº 59).

Foi ainda recolhido na cidade um fragmento de produção local do tipo Dressel 20 que possui uma inscrição escrita à mão livre na área do disco. Nesta inscrição lê-se FAD ..., provavelmente uma dedicatória, como parece corroborarem os elementos decorativos do disco, de entre os quais figura a representação central de um altar (nº 60).

#### **4.3. Símbolos anepígrafos**

O conjunto de 15 símbolos anepígrafos até ao momento recolhidos na cidade possuem uma grande variabilidade de signos e símbolos, cujo significado preciso de momento ignoramos. Três deles figuram em lucernas importadas e os restantes 12 em lucernas de fabrico local.

Dois dos três fragmentos importados possuem um fabrico característico das oficinas centro-italicas e o outro um fabrico e decoração integráveis nas lucernas do tipo Loeschcke X produzidas em *terra sigillata* hispânica da região de Tricio.

Os fragmentos provenientes das oficinas centro-italicas apresentam motivos florais, correspondentes a uma provável roseta (nº 12) e uma folha lanciada em forma de trevo (nº 13).

O fragmento em *terra sigillata* hispânica (nº 14) possui círculos dentados que incluem outros pequenos círculos (vid. Mayet, 1983: Est. CLIII, nº 873).

Com exceção de uma lucerna de canal aberto, atípica (nº 61), e de uma lucerna do tipo Dressel 28 (nº 62), os símbolos anepígrafos atribuíveis a produções locais figuram em fragmentos de tipologia indeterminável.

Na sua totalidade estes símbolos figuram no fundo externo, e maioritariamente representam coroas circulares com uma ou duas fiadas de pérolas, elementos em forma de cruz, representação de uma cruz gamada e diversos elementos decorativos mais elaborados (nº 63-72).

## Cap. VI – Análise comparativa dos ritmos e dos padrões de consumo da cidade e considerações sobre o significado da cultura material

### 1. Análise comparativa dos ritmos e dos padrões de consumo da cidade

Na análise comparativa dos ritmos e dos padrões de consumo dos produtos importados durante o período alto-imperial destacam-se as ânforas, dado que estas transportavam bens de consumo de primeira necessidade, fundamentais para colmatar as necessidades da dieta alimentar da sua população.

Como se pode apreciar na **Fig. 63**, estas representam cerca de 18,57 % do total das importações naquele período.

Igualmente de valorizar é a presença destacada das importações de *terra sigillata* que abarcam, na totalidade das produções, o número significativo de cerca de cinco milhares de fragmentos (cerca de 60,57 % do total). Como se verifica na **Fig. 64**, predominam as produções hispânicas, com cerca de 77,04 %, sobre as produções de tipo itálico e do Sul da Gália, com 6,10 % e 16,86 %, respectivamente.

Em menor número seguem-se outras produções importadas representadas pelas paredes finas (cerca de 235 exemplares = 3 %) e pelos almofarizes (cerca de 76 exemplares = 0,97%).

A produção local da cerâmica bracarense (cerca de 688 exemplares = 8,77 %) e a produção de lucernas (na sua maioria fabricadas na cidade), aparece igualmente destacada (cerca de 637 exemplares = 8,12%) ainda que o seu valor tenha que ser apreciado à escala de uma difusão regional.

Se com estes valores percentuais tentarmos estimar o número aproximado das quantidades médias anuais de importação destes produtos – adoptando a metodologia de K. T. Greene (Greene, 1986: 54-56) para a numismática e utilizada por vários autores

para a *terra sigillata* (vid. Bourgeois e Mayet 1991; Lopes, 1994; Carvalho, 1998; Viegas, 2003 a) – destaca-se, como seria de esperar, a percentagem elevada das importações das ânforas Haltern 70 e da *terra sigillata* sobre os restantes materiais (**Fig. 65**). Este cálculo, que consiste na divisão do número de peças de cada produção pelo número de anos em que decorre a importação, apenas serve pelo seu valor aproximado, dado que esta apreciação deveria levar em consideração os anos de maior abrandamento de determinadas importações ou, pelo contrário, grandes fluxos de importação.

A análise dos ritmos e dos padrões de consumo destes produtos na cidade deve, no entanto, levar em consideração a comparação com outras amostras igualmente representativas de materiais recolhidos noutros estabelecimentos da Península.

No caso das ânforas interessam-nos especificamente os dados fornecidos por J. Naveiro López para a zona da *Gallecia* (Naveiro López 1991 a: 63-73) e por C. Carreras Monfort para o território asture (Carreras Monfort, 1996: 205-210). Em ambos os casos, e à primeira vista, os estabelecimentos estudados revelam um perfil de consumo idêntico ao de Braga, como vimos, directamente implicado num circuito comercial atlântico.

Todavia, como realça C. Carreras Monfort (*id. ibidem*, 1996: 205-207), observam-se algumas diferenças no tipo de abastecimento entre os diferentes estabelecimentos caso se trate de sítios costeiros (por exemplo, Campa Torres e os centros costeiros do Noroeste), ou centros do interior, com dinâmicas de abastecimento particulares (por exemplo, *Legio* e *Asturica Augusta*).

Independentemente destas diferenças, se compararmos a quantidade e os tipos de ânforas presentes nestes estabelecimentos astures (**Figs. 66 A e B**) com os dados obtidos em Braga (**Fig. 67**), verificamos um maior fluxo de importações nesta cidade.

Na verdade, um estudo monográfico recentemente publicado por C. Carreras Monfort e P. Berni (Carreras Monfort e Berni, 2003: 633-673) sobre as ânforas de Astorga parece corroborar aquela apreciação. De facto, como se constata na **Fig. 68**, a quantidade e diversidade dos tipos de ânforas recolhidos em Astorga é significativamente inferior à de Braga (vid. **Fig. 67**). Não sabemos, todavia, se esta apreciável diferença se deve ao facto deste estudo se basear num cálculo provisório a partir de um número limitado de escavações (que segundo os autores apenas

correspondem a 4, 19 % da superfície ocupada pela cidade intramuros), ou se se fica a dever a uma real diferença de abastecimento destas duas cidades do Noroeste peninsular.

A explicação para esta diferença, poderá, no entanto, residir em dois aspectos verdadeiramente significativos: por um lado - como se pode apreciar no mapa dos custos de transportes a partir da *Baetica*, apresentado por C. Carreras Monfort (Carreras Monfort, 1996: 210, Fig. 3) - o abastecimento de *Asturica* seria mais oneroso do que o abastecimento de *Bracara* (**Fig. 69**); por outro, lado aquela diferença poderá residir num fenómeno de autarcia mais alargado de *Asturica* e respectiva região, tendo em conta a sua importância administrativa e a presença de funcionários públicos, documentados pela epigrafia, com responsabilidades nos dois territórios, como um *legatus augusti per Asturiam et Gallaeciam* (CIL, II, 2634), um *praeses provinciae Gallaeciae* (CIL, II, 2635) e um *procurator Asturiae et Gallaeciae* (CIL, II, 2643).

À parte estas questões, e apesar de estarmos perante duas das maiores cidades do Noroeste que beneficiaram directamente de um abastecimento de produtos predominantemente atlântico, a análise dos tipos de ânforas e sua expressão quantitativa revela um perfil de consumo verdadeiramente diferenciado.

Desde já cabe destacar um maior grau de romanização e importância económica de *Asturica* nos primeiros tempos de vida da cidade. De facto, além das inscrições acima referidas que desde logo fazem destacar o papel administrativo principal relativamente a *Lucus* e *Bracara*, o conjunto significativo de ânforas vinárias oriundas de Itália (Dressel 2-4) e da região Egeia (Dressel 2-4 e Tipo Ródia), demonstram a existência em *Asturica* de uma população de origem mediterrânica e de elites indígenas que valorizavam estes produtos de luxo e que tinham capacidade aquisitiva na obtenção dos mesmos (vid. Carreras Monfort, 1996: 206). Esta situação não surpreende se pensarmos que a cidade foi escolhida como residência dos *legati iuridici* e dos *procuratores augusti e metallorum*, relacionados com a exploração mineira (Tranoy, 1981).

A presença destacada de ânforas em Braga, em particular das ânforas Haltern 70, leva-nos a crer que a importância da cidade residiu no seu potencial de mercado, dada a relativa proximidade da costa e a densidade populacional do seu território imediato. Estes dois factores teriam naturalmente exercido uma grande atracção para os

comerciantes, como parece documentar a presença de *negotiatores* no período de Cláudio.

Esta situação deve igualmente ter beneficiado o abastecimento da cidade com outros produtos, na sua grande maioria complementares ao transporte das ânforas.

A análise comparativa dos ritmos e dos padrões de consumo da cidade pode assim igualmente ser apreciada à luz de outros materiais.

No caso da *terra sigillata*, os dados disponíveis para a cidade permitem a sua comparação com outros locais da Península.

Como se verifica na **Fig. 70** a percentagem das diferentes produções de *terra sigillata* variam consoante os locais, certamente em função da respectiva situação geográfica.

A análise da totalidade dos fluxos de importação revela que a quantidade de *terra sigillata* importada em Braga no período alto-imperial, apenas é superada pelas importações de Belo. No entanto, como seria de esperar, estas duas cidades possuem padrões de abastecimento distintos, sendo mais abundantes os produtos de tipo itálico e do Sul da Gália na cidade de Belo e mais abundantes os produtos hispânicos em Braga. Tal diferença reside essencialmente na localização destas duas cidades, no enquadramento cronológico de cada produção e certamente, também, nos circuitos de importação que foram implementados em função da rede de transportes.

De facto, analisando a **Fig. 70** verificámos que à semelhança de Belo, as cidade lusitanas de *Conimbriga* e Santarém, independentemente de terem conhecido um modelo de importação distinto (cfr. Viegas, 2003 a: 297), beneficiam igualmente de uma maior percentagem de produções de tipo itálico e do Sul da Gália, em detrimento das produções hispânicas. Esta situação mais do que revelar a existência de uma clientela e a configuração do seu gosto e do seu poder económico (Carvalho, 1998: 228), está intimamente relacionada com a cronologia de ambas as produções e a situação geográfica destes estabelecimentos que, como se sabe, beneficiaram de uma romanização mais precoce, estando, conseqüentemente, mais próxima de um modelo de abastecimento de cariz meridional.

A maior percentagem das produções hispânicas (vid. **Fig. 70**), no Noroeste peninsular, como nos casos apresentados de Braga e Mozinho, relativamente aos outros estabelecimentos da Lusitânia e da Bética, deve ser explicada por factores de carácter geográfico e cronológico.

De facto, ao contrário daqueles locais, situados a sul do Douro, nos quais se assiste a uma quebra das importações de *terra sigillata* a partir de meados a finais do século I, verifica-se no Noroeste peninsular (cfr, ainda Naveiro, 1991 a: 43) um comércio verdadeiramente ascendente das produções de origem hispânica entre os finais do século I e os inícios do século II. Esta vantagem fica naturalmente a dever-se à proximidade desta região relativamente às produções do Vale do Ebro (*Tritium Magallum*) e ao estabelecimento de novos circuitos comerciais confinados à comercialização destes produtos por via essencialmente terrestre.

Na análise comparativa dos ritmos e dos padrões de consumo da cidade devemos igualmente considerar as lucernas. De facto, como já fizemos realçar, estas representam um bom exemplo da complexidade e inter-relação entre a economia de subsistência e a economia de mercado da região e, em particular, da cidade. Neste sentido, a produção abundante de lucernas mostra igualmente que a cidade, além de centro receptor e redistribuidor, foi igualmente um dos maiores centros de produção destes bens exportando-os à escala regional.

O número superior a seiscentas lucernas recolhidas em Braga (Fig. 1), mostra que, à semelhança de Astorga (Morillo Cerdán, 2003 a), ele seja comparável a outros conjuntos recuperados em estabelecimentos hispânicos como *Pollentia*, Tarragona, Zaragoza, *Italica*, *Corduba* ou Mérida.

As diferentes séries documentadas na cidade apresentam diferenças assinaláveis em relação ao material das outras cidades.

Se compararmos, por exemplo, as séries recolhidas em Braga e Astorga (**Fig. 71**), verificamos que, apesar da ligeira superioridade numérica do conjunto de Braga, as lucernas das séries mais antigas são predominantes em Astorga.

Esta situação está aliás de acordo com as observações que acima fizemos na apreciação das ânforas quando destacámos o maior grau de romanização da população residente em *Asturica Augusta* nas primeiras décadas do século I, devido à importância administrativa da cidade. Sob este ponto de vista, como bem realçou A. Morillo Cerdán (Morillo Cerdán, 2003 a: 283), a cidade romana de *Asturica Augusta* “*se encuentra al mismo nivel que otros yacimientos y regiones peninsulares de romanización más antigua y más próximas geográficamente a los principales centros mediterráneos productores de lucernas*”.

Apesar das diferenças assinaladas, encontramos nestes dois núcleos urbanos características comuns relacionadas com o papel que estes exerceram como centros



receptores e redistribuidores de lucernas, mas igualmente como grandes centros de produção destes bens, exportando-os à escala regional.

Como bem salientou A. Morillo Cerdán (Morillo Cerdán, 2003: 297), para a cidade romana de *Asturica Augusta*, o processo de descentralização produtiva que afectou todos os sectores económicos a partir de meados do século I teve reflexos no fabrico de lucernas a nível local. Como vimos no capítulo relativo às lucernas, *Bracara Augusta* não ficou alheia a esta situação.

## 2. Considerações sobre o significado da cultura material

A análise da economia e comércio da cidade romana de *Bracara Augusta*, uma das maiores cidades peninsulares, representou uma tarefa problemática dada a documentação utilizada - os materiais arqueológicos, sobretudo cerâmicas - que revelam características fragmentárias e irregulares.

No entanto, os dados valorizados neste trabalho, reunidos ao longo de várias décadas de escavação, no contexto do “Projecto de Salvamento de *Bracara Augusta*”, permitiram ampliar o conjunto de conhecimentos sobre a cidade e redimensionar o seu papel no contexto específico do comércio e das importações no Noroeste peninsular nos primeiros séculos da nossa era.

Verificamos que *Bracara Augusta*, à semelhança de outras cidades nucleares do mundo romano, desenvolvia uma forte actividade no comércio inter-provincial, como centro importador e redistribuidor de produtos alimentares e manufacturados.

Este papel exercido pela cidade, como unidade básica no processo de intercâmbios da região, assentou, necessariamente, numa rede de intermediários: desde logo a existência de comerciantes em grande escala (*negotiatores*) - documentados epigraficamente no período de Cláudio - que fazem, naturalmente, pressupor a existência de pequenos comerciantes (*mercatores*) reunidos, ou não, em *collegia* e *corpora* específicos.

Juntamente com estes *mercatores* e *collegia*, ainda não identificados epigraficamente, devemos ainda intuir a presença de funcionários administrativos ligados às questões financeiras (*tabularii*), à semelhança do que foi documentado em Lugo.

Verificamos, igualmente, que a cidade teve um papel importante como centro produtor, directamente materializado em várias actividades artesanais documentadas, relacionadas com as necessidades do próprio centro urbano e do mundo rural que controlava.

À semelhança de outras cidades (vid. Foraboschi, 1990: 820), os mercados citadinos (*mundinae*) deveriam estar em estreita relação com os cultivos agrícolas provavelmente dispostos em função da perecibilidade dos produtos, do seu peso, das vias de comunicação e dos custos de transporte.

Como demonstraram E. Gabba (Gabba, 1988: 144-149) e J. M. Frayn (Frayn, 1993), estes mercados tinham uma importância vital para o intercâmbio de excedentes, celebrando-se de oito em oito dias na mesma cidade, por vezes situados em terrenos particulares (Frayn, 1993: 4-5), depois de uma rotação semanal com outros centros da região (vid. Columella, *Rust.* I, 18; Plínio, *N.H.* XVIII, 3, 13; cfr. De Martino, 1979: 163).

Além destes mercados existiam estabelecimentos permanentes (*tabernae*) e edifícios de venda periódica (*macellum*) (De Ruyt, 1983; Frayn, 1993: 1-10) próprios de cada comunidade e da qual, como vimos, *Bracara Augusta* não é excepção.

Neste sentido, poderá pressupor-se que o predomínio da produção agrária na organização económica da região teria condicionado as diferentes actividades artesanais que eram dela dependentes e, conseqüentemente também, o carácter e o volume de comércio, que em grande medida seria constituído por produtos derivados da agricultura.

De facto, à semelhança de outras cidades romanas, *Bracara Augusta* usufruiu de uma economia mista baseada na agricultura, no comércio e na indústria.

Este pressuposto não parte única e exclusivamente da análise dos materiais e dos vestígios de oficinas documentadas na cidade, mas apoia-se, igualmente, na análise do povoamento proto-histórico e romano na região na qual se insere a cidade. De entre outros, o estudo realizado por Manuela Martins para a bacia média do Cávado (Martins, 1990) fornece-nos elementos importantes para uma melhor compreensão da ocupação romana no espaço rural próximo da cidade.

Os novos tipos de estações, casais ou *uillae*, parece surgirem, numa primeira fase, em articulação com a cidade, concentrando-se preferencialmente nas suas imediações, ou seguindo o traçado das vias e obedecendo a um sistema de ocupação do tipo radial, directamente dependentes da cidade e essencialmente ligadas ao seu abastecimento (*id. ibidem; id.* 1995).

Estes dados, importantes para a compreensão do papel económico da cidade, necessitam, todavia, de ser matizados tendo em conta uma visão mais ampla do território para o qual se devem ter presentes os modelos de distribuição, a criação de infraestruturas e a organização da paisagem (através da análise de possíveis centuriacões, por exemplo), de modo a permitir a elaboração de mapas de distribuição do povoamento. Na verdade, a dificuldade, particularmente sentida para a região do Noroeste peninsular, na definição da entidade dos núcleos, sua cronologia e suas

relações mútuas (resultante da falta de escavação da maioria deles), relativiza o valor destes mapas.

À parte estas problemáticas ainda por resolver, o que podemos certamente demonstrar é que no núcleo de *Bracara Augusta* ou no seu território se fabricou uma ampla gama de *instrumenta* necessários à produção agrícola e à vida doméstica: lucernas, cerâmicas comuns, cerâmicas finas, ânforas, *dolia*, materiais de construção e objectos diversos (por exemplo, *pondera* e terracotas).

Como tivemos oportunidade de referir (*supra*, **II Parte, Cap. II**), no caso da cidade romana de *Bracara Augusta* a região do Prado/Ucha, situada a cerca de 14 km, foi um local para a exploração de barreiros e, talvez, centro de estabelecimento de olarias destinadas ao abastecimento da cidade e respectiva região, situação, aliás, comprovada desde os idos medievais até à actualidade.

Igualmente constatamos que a existência de oficinas de oleiros fora da cidade não invalidou o seu estabelecimento no interior da mesma. Como vimos, a articulação das informações relativas a antigas referências e dos vários achados encontrados nas escavações permitiu situar um importante sector artesanal fora da malha regular das *insulae*, situado no quadrante sudoeste da cidade, testemunhado pela referência a um forno, um tanque de decantação de argila e dois moldes de lucernas.

De entre outros vestígios, destacamos ainda a presença de alguns acessórios de olarias, representados por duas relas de roda de oleiro cavadas em suporte de argila, um calço de argila, provavelmente utilizado para separar os vasos do forno, um disco em argila idêntico a exemplares bem documentados em locais de produção de cerâmica, destinados a servir como anéis suporte, isoladores ou separadores e um suporte bitroncocónico provavelmente utilizado como suporte para facilitar a secagem das peças.

De entre as várias classes de materiais cerâmicos até à data recolhidos na cidade, as lucernas e as cerâmicas bracarenses são um bom exemplo para demonstrar que a cidade, além de centro receptor e redistribuidor, foi também um dos maiores centros de produção de bens que tiveram uma ampla difusão regional.

As lucernas são, aliás, prova evidente do grau de “romanização” da cidade, com destaque para o maior número de oleiros locais até à data documentados no contexto do Noroeste peninsular.

Estes elementos citados mostram, por si só, a diversidade de actividades possíveis, reflexo do grau de autonomia produtiva, orientação comercial e dimensões da cidade. Na verdade, esta autonomia produtiva – que remete para os princípios de autarcia – pode ter funcionado como uma actividade total ou parcialmente autónoma relativamente à agricultura, destinada ao abastecimento do mercado da cidade e região circundante.

No âmbito do comércio externo entre províncias, é de salientar que *Bracara Augusta* beneficiou de uma **economia de escala**. Tal constatação resulta do conjunto de materiais importados até à data recolhidos na cidade, levando-nos, inclusivamente, a crer que o local da sua implantação foi pensado tendo em conta o seu **potencial de mercado**.

Como diversas vezes salientámos, esse potencial foi naturalmente facilitado pela relativa proximidade da costa que permitiu o acesso a pontos privilegiados para o intercâmbio económico de variados produtos originários de outras regiões. Neste sentido, poderá inclusivamente aceitar-se que a cidade teria partilhado com as duas outras cidades capitais do Noroeste peninsular, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*, a função de centro redistribuidor (**Fig. 72**).

Para além destas questões, importa salientar o contributo fornecido pela análise dos materiais mais antigos recolhidos na cidade. De facto, apesar de desconhecermos a data específica da fundação da cidade, que apenas nos era sugerida pela análise crítica das fontes e por alguns indícios fornecidos pela interpretação epigráfica, o conjunto de materiais recolhidos nos níveis mais antigos e em contextos revolvidos, permitiram testemunhar e corroborar a ocupação do sítio de Braga desde a última década antes da transição da era (Morais, 1997-98, a).

No que se refere à evolução urbanística da cidade, identificámos os núcleos mais antigos, situados na Colina da Cividade e nas ruínas preservadas nos terrenos do actual Museu, os locais onde, como vimos, se registaram os materiais romanos mais antigos até hoje encontrados na cidade (*id. ibidem*).

Pudemos ainda constatar que o período de apogeu das importações na cidade coincidiu com um programa complexo e alargado de valorização e requalificação urbanas, ocorrido nas dinastias flavia e antonina. Tal facto leva-nos a crer que já em plena época flavia a cidade dependia de uma classe de proprietários fundiários, de

comerciantes e de artesãos que nela viviam e desenvolviam uma grande actividade favorável ao desenvolvimento da vida urbana. Este desenvolvimento levará a uma progressiva expansão urbanística da cidade, constatada entre os finais do século III / inícios do IV, apesar da retracção das actividades económicas e comerciais entre as províncias e a crescente autarcia das cidades.

Igualmente julgamos ter contribuído para a contextualização jurídica e administrativa na cidade. Na verdade, apesar de até à data não termos testemunhos inequívocos e directos que nos indiquem se a cidade obteve ou não o privilégio municipal, a interpretação por nós ensaiada sobre marcas de lucernas de produção local, parece sugerir que a cidade possuía, pelo menos a partir do período flávio, aquele estatuto (*supra*, **Parte II, Cap. V, 4.1.**).

Outro aspecto a realçar nesta proposta de leitura está, como sugerimos, relacionada com a actividade empresarial exercida pela própria cidade. Neste ponto sugerimos que *Bracara Augusta* poderia ter sido proprietária de uma *figlina*, aqui entendida como zona de barreiros e de produção. A cidade, enquanto município, ter-se-ia associado a um dos maiores produtores de lucernas da cidade, provavelmente com fins lucrativos e de controlo e, como tal, estabelecido um contrato do tipo *locatio-conductio*, estando a cidade na posição de *locator* e o produtor na posição de *conductor*.

Independentemente desta problemática, o que podemos certamente aceitar é que a cidade beneficiou de um sistema de mercado e redistribuição de produtos, certamente condicionado pelos meios naturais e infra-estruturas, dependente do poder de compra e características étnicas da população.

Como tivemos oportunidade de realçar, pensamos que a quantidade dos produtos importados está intimamente relacionada com a população residente na cidade e seu território envolvente. Tal relação parece pressupor uma grande densidade populacional – testemunhada, aliás, por Plínio, para o *conventus bracaraugustanus* (III, *N. H.* 23, 28) – e a presença de um centro urbano de considerável tamanho – como era o caso de *Bracara Augusta* – que certamente deveria ter exercido uma grande atracção para os comerciantes, que esperavam vender os seus produtos com grande rapidez, sem deter-se excessivamente num porto ou numa localidade.

De facto, como se pôde demonstrar pela quantidade e pelos vários tipos de ânforas até à data recolhidas, sabemos que a cidade esteve em contacto - directa ou indirectamente - com os grandes centros produtores e, por conseguinte, devidamente

integrada no Império, reflectindo os ritmos e fluxos de intercâmbio regulares, entretanto verificados no contexto do Noroeste peninsular (Morais, 1998 a: 81).

Destes centros ficou evidenciada a relação privilegiada com a província da Bética, através da importação maciça das ânforas Haltern 70 e da presença considerável de ânforas piscícolas Dressel 7-11.

No que diz respeito à presença maciça das ânforas Haltern 70 e numa tentativa de expor a problemática relacionada com o conteúdo das mesmas (*supra*, **II Parte, Cap. III, 1.2.2.2.**), formulámos duas alternativas: ou estas ânforas transportavam vinho e complementarmente os “sub-produtos” referidos nos *tituli picti*, ou transportavam exclusivamente e em enormes quantidades estes “sub-produtos”, com grande predomínio do *defructum*”, e este necessariamente tinha de possuir propriedades essenciais que tornassem possível a sua comercialização como bebida alcoólica (ou se se preferir, vinho de inferior qualidade). Neste contexto, e encarando esta última possibilidade (tendo em conta que ainda hoje é realizado o adelgaçamento de mostos e vinhos), fomos levados a admitir que o vinho resultante deste processo seria de inferior qualidade e, seguramente, muito doce, podendo inclusivamente resultar numa espécie de água-pé servida na mesa dos menos favorecidos ou vendido nas *tabernae*, enquanto o consumo corrente dos vinhos mais apreciados (com um teor mais elevado de álcool) e de melhor qualidade representava um privilégio das mesas abastadas.

Por resolver, ficou, no entanto, a questão da fraca representatividade das ânforas oleícolas ... Como tentativa de explicação, formulámos duas hipóteses que, não sendo antagónicas, podiam ajudar a esclarecer a presença pouco expressiva destas ânforas: por um lado, admitir que este produto pudesse ter sido produzido noutras regiões, designadamente em Trás-os-Montes que, como vimos, oferece condições favoráveis a esse cultivo; por outro, justificar essa escassez em consequência da continuidade do uso das gorduras animais, que funcionavam como substituto deste produto.

É igualmente de salientar a recolha na cidade de ânforas cuja presença fora dos locais de produção é escassa. Referimo-nos, entre outras, às ânforas vinárias Dressel 7-11 de produção Tarraconense e às ânforas vinárias Gauloise 5 e 7, oriundas do Sul da Gália. Se, quanto às primeiras, admitimos uma fraca representação fora das áreas de produção, no caso das segundas pensamos antes que essa escassez se deve antes a uma ausência de investigação. De facto, pelo menos no que diz respeito ao Noroeste peninsular, pudemos constatar que as ânforas Gauloise 5 e 7 se encontravam presentes em diferentes estabelecimentos do actual Norte de Portugal e região galega.

No que diz ainda respeito às ânforas vinárias, constatámos uma fraca difusão das ânforas Dressel 2-4 de provável origem tunisina e das ânforas Matagallares I e Beltrán 68, igualmente documentadas na cidade. A presença, ainda que residual, destas ânforas na cidade, parece-nos, no entanto, de valorizar, de modo a que num futuro próximo se possa “cartografar” a sua difusão e registar as respectivas rotas de distribuição e de abastecimento. Pela mesma problemática, destacámos ainda a presença das ânforas piscícolas Puerto Real 1, dado que até à data, com excepção do centro produtor de Puente Melchor e exemplares recolhidos em ambiente aquático, estas ânforas apenas foram documentadas na região do limes germânico, em *Augst*, e na costa da Mauritània, no estreito de Gibraltar.

Nesta apreciação sobre as ânforas recolhidas na cidade, fizemos ainda destacar a presença residual das ânforas de conteúdo indeterminado, representadas pelas ânforas Tipo 8.1.3.3 (PE – 18), oriundas de Ibiza, e pelas ânforas africanas Dressel 30 e “Africana Grande” B, oriundas, respectivamente, da *Mauritania Caesariensis* e de Byzacena. Em situação diversa encontrámos as ânforas Richborough 527; de facto, foi registado um número considerável destas ânforas, provavelmente destinadas a conter *alum*, um produto que, como vimos, era originário da ilha de Lipari (Itália) e servia para fixar tintar. A ausência de exemplares desta forma no actual território português deverá, segundo pensamos, atribui-se mais a um défice de investigação do que ao confinar do comércio e uma rota específica.

Ainda a propósito da grande concentração de ânforas Haltern 70 (*supra*, **Parte II, Cap. III, 1.2.6**) e da necessidade de uma observação mais detalhada das características formais desta ânfora, foi possível individualizar um conjunto de ânforas, com um fabrico inequivocamente atribuível ao Guadalquivir, mas cujas características formais nos levaram a propor a sua integração nas conhecidas formas Dressel 7-11 e Dressel 14.

De extrema importância para a história da economia e comércio do Noroeste peninsular no período médio e baixo imperial foi a identificação de um conjunto de materiais cuja proveniência regional e local foi devidamente sustentada pelo estudo arqueométrico (*supra*, **Parte II, Cap. III, 1.3.**). Referimo-nos a dois grupos distintos de ânforas que individualizámos de acordo com as suas características morfológicas e de fabrico: o primeiro, que provisoriamente denominámos **Forma Regional I** (imitação Gauloise 4) e **Forma Regional II** (imitação “Almagro 50” Keay XVI, var. C e Beltrán 72), possui fortes afinidades com as ânforas piscícolas reconhecidas no forno Galego de



San Martiño de Bueu; o segundo, correspondente a um conjunto que formas de fabrico local, possui afinidades com ânforas de fundo plano para o transporte de vinho.

Esta apreciação sobre o conjunto de ânforas até à data recolhidas na cidade e da sua relação privilegiada com a Bética, veio, em definitivo, demonstrar a importância da rota atlântica como eixo de circulação privilegiado no abastecimento regular do Noroeste peninsular, mas também no contexto mais alargado do abastecimento da *Britannia* e de alguns estabelecimentos mais setentrionais do *limes* germânico - que dificilmente poderia ser sustentada por outras rotas comerciais marítimas, por demasiado dispendiosas em comparação com a referida.

Por outro lado, aquela situação privilegiada não nos deve causar estranheza se pensarmos que para este período a província da Bética representava uma das zonas mais férteis do Ocidente, uma região onde se produzia de tudo e em grande abundância.

De acordo com os dados quantitativos e cronológicos obtidos parece, no entanto, inevitável enquadrar dois momentos distintos nesta rota de abastecimento: um primeiro momento, entre o reinado de Augusto e os meados do século I, dominado pela importação em larga escala das ânforas Haltern 70, e um segundo momento, relacionado com a conquista da *Britannia*, no ano de 43, que permitiu consolidar a circulação atlântica, gerando uma maior procura nesta região dos produtos béticos, com particular destaque para os preparados de peixe, associados ainda às ânforas Haltern 70.

Aproveitando o comércio e as rotas frequentadas pelas ânforas está igualmente documentado na cidade um conjunto significativo de outras cerâmicas, como almofarizes provenientes da Itália e da Bética e cerâmicas finas de mesa, representadas pela *terra sigillata* e pela cerâmica de paredes finas, oriundas de distintas áreas e centros de produção.

No que diz respeito aos almofarizes (*supra*, **Parte II, Cap. III, 2**), verificámos que, com excepção de dois exemplares de origem itálica enquadráveis nos tipos Dramont 1 e 2, os restantes correspondiam a peças oriundas da região de Cádiz, com fabrico idêntico ao das ânforas piscícolas com a mesma proveniência. A ausência de um estudo específico que nos permitisse enquadrar os fragmentos levou-nos, no entanto, a estabelecer três grupos distintos para permitir uma apresentação mais clara do material. Igualmente destacámos a importância destas cerâmicas, apresentando-as não como uma

simples produção complementar às ânforas, mas antes como um produto imprescindível e indissociável das mesmas.

Como vimos, nos primeiros tempos de vida da cidade não faltaram os serviços de mesa importados representados pela *terra sigillata* de tipo itálica e pelas paredes finas com a mesma proveniência. De entre os aspectos que realçámos (*supra*, **Parte II, Cap. IV**), assinalámos que o quadro das importações destas cerâmicas se deu nos finais do reinado de Augusto e reinado de Tibério, à semelhança dos restantes locais estudados no actual território português. Este dado vem demonstrar que a importação destas cerâmicas só teve significado económico durante este período.

No que diz respeito aos dados que recolhemos para a *terra sigillata* de tipo itálico, salientámos que a maioria dos fragmentos provém de Arezzo, ainda que estejam presentes na cidade produtos oriundos de centros produtores menores, caso de Pisa, Vale do Pó, Vasanello e Itália Central.

No contexto dos produtos decorados desta cerâmica verificámos o domínio das peças fabricadas nas oficinas e *Rasinius* e de *Perenius*, e a presença de um exemplar de perfil completo atribuível a *P. Cornelius*, para o qual se conhecem paralelos específicos nas obras de Dragendorff/Watzinger (1948) e Cristina Troso (1991). Nesta breve apreciação não podemos deixar de valorizar a presença na cidade de um raro fragmento da forma Drag. 29 da produção tardo-itálica, decorado com um friso de bailarinas que H. Confort considerou semelhante à base de um altar, típico da decoração de *Perenius*.

As paredes finas, com excepção de alguns exemplares com origem provincial, provêm igualmente de diferentes áreas produtoras de Itália, sendo de destacar a presença das peças oriundas da Etrúria e da área Centro Ocidental do Vale do Pó.

Num segundo momento, enquadrável no período correspondente aos meados a finais do século I, a cidade passa a ser abastecida por cerâmicas de paredes finas de origem peninsular e por *terra sigillata* oriunda do Sul da Gália.

Como vimos, com excepção de cinco fragmentos provenientes de Montans e um fragmento da forma Drag. 45 oriundo de Lezoux, as produções gálicas provêm de La Graufesenque. O auge estatístico das importações situa-se, como referimos, no período de “esplendor”, em particular nas décadas de 40 e 60. No conjunto das formas até à data recolhidas na cidade, destacamos, pela sua raridade, os fragmentos decorados da forma Hermet 9 e Knorr 78. Neste rol incluímos ainda os fragmentos da forma Ritt. 9 e Ritt.

14 a, pertencentes à produção marmoreada, e os fragmentos da forma Curle 11, Hermet 25 e Haltern 16, pela sua raridade nos próprios locais de produção. Igualmente significativa nos parece a presença de uma marca atribuída a *Bio*, presente no fundo interno de uma tigela decorada da forma Drag. 29, e duas marcas inéditas, ainda que de controversa e de difícil leitura.

Como igualmente tivemos oportunidade de verificar, à semelhança de outros contextos estudados no âmbito peninsular, o sucesso destas cerâmicas vai ser superado pelas suas congéneres de produção hispânica. Na verdade, a *terra sigillata* hispânica constitui, sob o ponto de vista quantitativo, uma das produções importadas mais significativas na cidade. Com excepção de alguns fragmentos atribuíveis a Andújar e Granada, que até à data não estavam documentados no Noroeste peninsular, a quase totalidade é proveniente de Tricio. Além das formas mais frequentemente documentadas da *terra sigillata* hispânica, registam-se algumas formas extremamente raras: referimo-nos, entre outras, às formas Hisp. 23, 28, 34, 54 e 91. Destacámos ainda a presença de um fragmento da forma Hisp. 5, com um fabrico provavelmente atribuído ao Vale do Douro, e algumas outras formas indeterminadas para os quais não encontramos paralelos na bibliografia consultada. Cabe ainda referir a individualização de duas marcas inéditas atribuíveis pelo fabrico à produção de Tricio e duas pertencentes a oleiros conhecidos na produção bética de Andújar.

Do que acabamos de expor, facilmente se depreende que a cidade funcionou como pólo de atracção de uma complexa rede de trocas com diferentes províncias do Império (**Fig. 73**).

Tal não significou, porém, que a cidade se abastecesse directamente a partir dos centros de proveniência ou respectivos portos de distribuição ligados àqueles centros. De facto, como mostram diferentes naufrágios até à data documentados, os barcos transportavam mercadorias variadas e de diferentes origens, dado que se abasteciam nos portos principais, responsáveis pelo armazenamento de diferentes produtos.

Assim o demonstram o naufrágio de Cala Culip IV, com ânforas Dressel 20, paredes finas da Bética, *terra sigillata* do Sul da Gália (oriunda do centro produtor de La Graufesenque) e lucernas e almofarizes itálicos; o naufrágio de Cabrera 3, com materiais béticos e tripolitanos, e o naufrágio de Port Vendres I, com ânforas destinadas ao transporte de preparados piscícolas, oriundas da Lusitânia, *terra sigillata* africana e lucernas.

Do que temos vindo a referir, e no contexto de uma relação comercial privilegiada com a província da Bética, é suposto pensar-se que a grande maioria dos produtos recolhidos na cidade pudessem provir, directa ou indirectamente, de produtos armazenados no porto de Cádiz.

Do exposto não podemos, todavia, inferir que a cidade usufruía única e exclusivamente de um abastecimento indirecto a partir do porto de Cádiz. Na verdade, é perfeitamente plausível que a cidade (e outros núcleos de suma importância do Noroeste), como beneficiária daquele conjunto de portos de escala intermédia e secundários, tivesse sido abastecida com carregamentos de barcos maioritariamente dedicados à navegação de altura, em demanda a partir de outros portos hispânicos, caso de Hispalis, Tarraco e Cartago Nova, ou mesmo outros portos fora da península, situados na Narbonense, Arles, Putéolos, Óstia ou Cartago.

Tal poderia estar ilustrada pela presença na cidade de ânforas de origem itálica e egeia e das ânforas oriundas do Sul da Gália que, naturalmente, se faziam acompanhar de outros produtos cerâmicos igualmente documentados em *Bracara Augusta*, como é o caso da *terra sigillata*, dos almofarizes e das paredes finas.

Devemos igualmente aceitar a possibilidade de alguns dos produtos recolhidos na cidade provirem de outras rotas de circulação que não a rota atlântica. Referimo-nos, por exemplo, a **alguns** produtos oriundo do Sul da Gália, que poderiam ter obedecido a outros circuitos de intercâmbio ao utilizarem a conhecida rota Aude-Garona, também conhecida como a rota do istmo gálico. Tal ligação deveria ter pressuposto um abastecimento da cidade a partir do porto de *Brigantium*, que, por seu lado, estaria em ligação com aquela rota através da costa cantábrica.

A mesma ligação com o porto de *Brigantium* pode ser equacionada para a chegada dos produtos de *terra sigillata* hispânica oriundos de Tricio (La Rioja), ainda que nos pareça mais sensato pensar que estes tenham sido transportados por terra através do Vale do Douro, com recurso a animais de tiro e carga usados para transpor os caminhos montanhosos.

Todavia, como fizemos salientar no capítulo relativo à rede de transportes por via marítima (*supra*, **Parte I, Cap. III, 3.1**), a cidade não usufruía directamente dos principais locais de escala da rota atlântica, cujo percurso se faria com escalas obrigatórias em *Brigantium*, *Burdigala* e *Gesoriacum*. É assim possível que a cidade beneficiasse de um abastecimento a partir de locais de escala intermédios, caso de *Cale* e rio Minho, ou mesmo, directamente, a partir dos locais de escala secundários ligados

ao tráfego de pequena e grande cabotagem situados na foz dos rios Leça, Ave e, naturalmente, Cávado.

A propósito da análise e da difusão das ânforas Haltern 70 no actual território português e na região galega (*supra*, **Parte II, Cap. III, 1.2.3.2**), constatámos a importância de muitos destes locais que indirectamente, poderiam estar relacionados com o abastecimento da cidade e sua região. No actual território português distinguimos, entre outros, o papel de *Cale*, como vimos, um importante ancoradouro que certamente possuía nas suas margens estruturas portuárias e os leixões da foz do Leça, cujos escolhos exteriores teriam funcionado como quebra-mar natural. A comprovar esta posição privilegiada está o conjunto de materiais até à data recuperados, com destaque para as ânforas recuperadas nas escavações do antigo Aljube, situado na rua de S. Sebastião (Porto) e para as ânforas recolhidas nas antigas e recentes escavações no Castro de Guifões, junto à foz do Leça.

No que diz respeito ao abastecimento directo da cidade romana de *Bracara Augusta* e território circundante, destacámos a importância do rio Cávado. Aqui admitimos que os maiores navios, para além de se dirigirem aos “portos de escala” dos rios Douro e Minho, também tivessem descarregado parte das suas mercadorias naquele rio, na chamada Cala, zona profunda e guarnecida por escolhos exteriores que, à semelhança dos leixões da foz do Leça, funcionavam como quebra-mar natural. Como igualmente destacámos, esta situação não teria sido, porém, contrária à existência de um porto fluvial no rio Cávado, provavelmente situado nas proximidades da cidade, em Areal de Caída ou, um pouco mais a jusante, na zona da Barca do Lago.

É neste contexto também que podemos aceitar como correcta a referência de Ausónio (*Ordo*, XIV) quando situa a cidade de Braga junto às praias do mar. Dir-se-ia que Ausónio antecipou em quinze séculos o “jardim à beira-mar plantado”!.